

O recrutamento das elites políticas no Brasil: o caso de Mato Grosso, 1945-2007

Alexandra Lourenço

Tese de Doutoramento em Ciência Política

Agosto, 2011

Nota prévia ao leitor:

Esta tese foi redigida no estilo da língua portuguesa adotada no Brasil. Contudo, foram mantidos alguns acentos e preferências do modelo de Portugal em algumas construções ortográficas, como por exemplo a palavra gênero (Brasil) e género (Portugal). No caso dos nomes próprios, como “Amazônia” ou “fronteira amazônica”, optou-se pela forma brasileira.

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida

À Patrícia e à Rafaela

AGRADECIMENTOS

Muitas vezes o texto final não consegue traduzir ou sintetizar todo o trabalho investido. Trabalho este que somente foi possível devido ao apoio de várias pessoas que tive a felicidade de encontrar no meu caminho nos dois lados do Atlântico.

Primeiramente, devo agradecer à Universidade Nova de Lisboa e à sua equipa por proporcionarem as condições para realização deste doutoramento. Muito obrigado pelo excelente trabalho.

Aos funcionários do Instituto de Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em especial ao Sérgio Maurilio Pasinato Amorim, pela sua atenção e auxílio no processo de pesquisa empírica.

Aos familiares dos deputados estaduais que gentilmente me enviaram currículos e arquivos pessoais dos pesquisados.

Ao meu orientador Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida pela sua sábia orientação e paciência nos momentos difíceis já que esta não foi uma caminhada breve, mas uma travessia que parecia sem fim, principalmente pelas intercorrências pessoais de toda ordem, que me atropelaram.

Ao Professor Doutor José Esteves Pereira pela sua receção e orientação no meu primeiro contato com a Universidade Nova de Lisboa.

Ao Professor e colega Doutor João Carlos Barrozo pelo seu incentivo, suas sugestões de bibliografias e pela primeira leitura destas ideias, quando ainda se encontravam na forma embrionária.

Um agradecimento especial deve ser feito à Marta, ao João e à Patrícia, pelas leituras e sugestões e por estarem sempre dispostos a ajudar.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram.

Muito especialmente agradeço ao Markus, por sua paciência, por seu amor, por acompanhar todo o percurso deste trabalho, ter lido desde os primeiros rascunhos, e principalmente, pelo seu apoio que me conforta e me deixa mais forte para superar meus desafios.

A todos que de alguma forma me acompanharam nesta aventura e contribuíram para a realização desta tese, deixo meu agradecimento.

O recrutamento das elites políticas no Brasil: o caso de Mato Grosso, 1945-2007

Alexandra Lourenço

RESUMO

O estado de Mato Grosso foi considerado, durante quase todo o século XX, um vazio populacional, sendo alvo de vários projetos de colonização promovidos pelo governo federal. O resultado foi uma colonização diferenciada, tanto em termos de periodização, como da população migrante e estrutura produtiva no seu território. O norte recebeu incentivos para desenvolvimento de colônias agrícolas, especialmente durante o Regime Militar, o que resultou em crescimento da economia agropecuária nesta região.

Atualmente, Mato Grosso é o principal produtor de soja do Brasil e tem sua produção predominantemente nos municípios recentemente fundados, localizados no norte. Neste sentido, o nascimento dos novos municípios ligados ao agronegócio, juntamente com a nova elite que se formara em Mato Grosso a partir da década de setenta, parece indicar a existência de um novo “modelo” de político. Este trabalho procurou conhecer o perfil das elites políticas de Mato Grosso (deputados estaduais e governadores) e observar o processo de recrutamento no decorrer das mudanças de regime político e sistema partidário no Brasil (democracia/pluripartidarismo, ditadura/bipartidarismo, democracia/pluripartidarismo) e dos ciclos de colonização em Mato Grosso no período de 1945 a 2007. Foram analisados o perfil e o processo de recrutamento de 314 deputados estaduais e 19 governadores. Constatou-se que esta elite tinha relativa homogeneidade na medida em que a maioria era do gênero masculino, possuía alta escolaridade, era agropecuarista ou desempenhava uma atividade profissional que gravitava em torno do agronegócio, era proveniente da parcela da sociedade com alto nível socioeconômico, possuía uma trajetória marcada pela função pública e uma ideologia política e partidária extremamente conservadora quando comparada com a de outros estados brasileiros e com os índices nacionais.

Concluiu-se que no recrutamento da elite política em Mato Grosso no período estudado, ocorreu a permanência de um conjunto de atributos que delimitavam “o grupo” no qual os membros desta elite seriam selecionados. As mudanças de regime político e sistema partidário afetaram em pequena proporção a configuração do perfil desta elite política. As variações fundamentais observadas podem ser melhor compreendidas a partir dos processos de ocupação de terras ocorridos em Mato Grosso e do desenvolvimento dos novos grupos dominantes ligados ao agronegócio.

PALAVRAS-CHAVE: elites políticas, recrutamento político, Mato Grosso, Brasil.

The recruitment of political elites in Brazil: a case study of Mato Grosso, 1945-2007

Alexandra Lourenço

ABSTRACT

The federal state of Mato Grosso has been considered, for almost the entire 20th century, to be a populational void, thus becoming the target of several colonization projects promoted by the Brazilian government. These resulted in a great variety of degrees of colonization, both in terms of duration and in terms of migrant population, as well as productive structures in its territory. With the north having received incentives to develop agricultural settlements, especially during the Military Dictatorship, the result was a growing cattle and crop farming economy in this region.

Currently Mato Grosso is Brazil's main soybean producer, with its production areas predominantly to the north, in the recently founded municipalities. Thus the birth of new communities based on the agro-business, together with a new elite which has been emerging in Mato Grosso since the 1970s, seems to indicate the existence of a new "type" of politician. This study has sought to identify the characteristics of Mato Grosso's political elites (parliamentary representatives and governors in this federal state) and to analyse the recruitment process in the course of political regime changes and party system transitions in Brazil (democracy/multi-party system, dictatorship/two-party system, democracy/multi-party system) and the cycles of colonization in Mato Grosso from 1945 to 2007. The profiles and the recruitment process of 314 state representatives and 19 governors have been analysed. It has been found that this elite was relatively homogeneous when considering that the majority was male, with access to higher education, working in the cattle and crop farming business or exercising a related professional activity, stemming from parts of society that possessed a high socio-economic level, with careers in government service, being highly conservative in their political and party ideology when compared to other Brazilian states and to nationwide figures.

It could be concluded that in the recruitment of Mato Grosso's political elite occurred, throughout the entire period of examination, the permanence of a compound of attributes delimiting "the group" from which the elite's members would be chosen. The changes in political regimes and party system affected, to a minimal extent, the configuration of this political elite's profile. The observed fundamental variations can be understood much better by considering as initial points the territorial occupation processes that have taken place in Mato Grosso as well as the development of new dominant groups related to the agro-business.

KEYWORDS: political elites, political recruitment, Mato Grosso, Brazil.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo I – Marco Teórico..... | 27 |
| 1. A produção teórica sobre as elites políticas: dos clássicos aos estudos empíricos sobre as elites políticas no Brasil..... | 27 |
| 1. 1. Teoria das elites: os clássicos..... | 28 |
| 1. 2. Elites políticas: monismo ou pluralismo?..... | 39 |
| 1. 2. 1 Que “tipo” de democracia?..... | 47 |
| 1. 3. O lugar da teoria das elites na produção científica brasileira..... | 52 |
| 1. 3. 1. Estudos sobre elites políticas nacionais..... | 54 |
| 1. 3. 2. Estudos sobre as elites políticas regionais..... | 67 |
| 1. 3. 3. Porque estudar as elites políticas de Mato Grosso?..... | 75 |
| 2. As regras do jogo: partidos políticos e processo de recrutamento..... | 79 |
| 2. 1. Os partidos políticos na América Latina..... | 79 |
| 2. 1. Partidos políticos em Mato Grosso..... | 85 |
| 2. 2. Recrutamento das elites políticas..... | 89 |
| Capítulo II – O contexto das elites políticas mato-grossenses..... | 99 |
| 1. A importância das representações sobre Mato Grosso como “sertão e fronteira”, na definição das políticas de ocupação do seu território..... | 101 |
| 1. 1. Nasce Mato Grosso: o sertão..... | 101 |
| 1. 1. 1. As representações sobre o sertão na construção de Mato Grosso.. | 108 |
| 1. 2. Criação da capitania de Mato Grosso..... | 114 |
| 1. 3. Mato Grosso no Império: a província..... | 118 |
| 1. 4. A formação da elite mato-grossense..... | 119 |
| 1. 4. 1. A primeira elite política tradicional mato-grossense..... | 119 |

| | |
|---|------------|
| 1. 4. 2. As elites mato-grossenses e a construção da nação brasileira durante o Império..... | 126 |
| 2. O impacto dos projetos de ocupação na formação dos grupos dominantes regionalizados em norte e sul..... | 133 |
| 2. 1. Mato Grosso no processo de modernização..... | 133 |
| 2. 2. Os conflitos entre os grupos dominantes da elite mato-grossense..... | 140 |
| 2. 2. 1. O sul e o norte de Mato Grosso na República dos Coronéis e a questão do divisionismo..... | 146 |
| 2. 3. Elites mato-grossenses no pluripartidarismo pós 45..... | 149 |
| 2. 4. Golpe de 64, bipartidarismo e grupos dominantes..... | 149 |
| Capítulo III - Geografia do recrutamento e filiação partidária da elite política mato-grossense..... | 154 |
| 1. Naturalidade..... | 155 |
| 1. 1. Local de nascimento dos deputados estaduais de Mato Grosso..... | 155 |
| 1. 2. Local de nascimento dos governadores de Mato Grosso..... | 161 |
| 2. Local de Residência | 162 |
| 2. 1. Local de residência dos deputados estaduais de Mato Grosso..... | 163 |
| 2. 2. O território de Mato Grosso e suas divisões geoeconômicas..... | 170 |
| 2. 3. A participação política das novas regiões..... | 172 |
| 2. 4. Local de residência dos governadores de Mato Grosso..... | 176 |
| 3. Filiação Partidária..... | 179 |
| Capítulo IV - Perfil sociológico dos parlamentares e governadores de Mato Grosso..... | 196 |
| 1. Atributos naturais: gênero e idade..... | 198 |
| 1. 1. Gênero..... | 199 |
| 1. 2. Idade..... | 205 |
| 1. 2. 1. Idade dos parlamentares de Mato Grosso e do Paraná comparativamente..... | 205 |

| | |
|--|------------|
| 1. 2. 2. Idade dos parlamentares de Mato Grosso no período de 1947 a 2007..... | 206 |
| 1. 2. 3. Idade dos parlamentares de Mato Grosso por período e por região..... | 207 |
| 1. 2. 4. Idade dos governadores de Mato Grosso no período de 1945 a 2007..... | 210 |
| 2. Atributos adquiridos: perfil educacional e sócio-ocupacional..... | 212 |
| 2. 1. Perfil educacional..... | 212 |
| 2. 1. 1. Perfil educacional dos parlamentares..... | 214 |
| 2.1.2. Formação educacional dos governadores..... | 219 |
| 2. 2. Perfil sócio-ocupacional do Poder Legislativo e Executivo: deputados estaduais e governadores..... | 220 |
| 2.2.1. Profissão: deputados estaduais..... | 220 |
| 2.2.2. Profissão: governadores..... | 229 |
| Capítulo V - Os caminhos do poder: carreira pública da elite política mato-grossense..... | 234 |
| 1. Carreira pública dos deputados estaduais..... | 234 |
| 1.1. Experiência parlamentar dos deputados estaduais de Mato Grosso..... | 234 |
| 1. 2. Reeleição durante os processos de transição de regime político e sistema partidário em Mato Grosso..... | 245 |
| 1. 3. O Mato Grosso no contexto nacional: a renovação parlamentar nas Assembleias Legislativas de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná..... | 247 |
| 1. 4. Estrutura de oportunidades do caminho ao Poder Legislativo em Mato Grosso..... | 251 |
| 1. 5. Trajetória política dos deputados estaduais de Mato Grosso..... | 252 |
| 2. Carreira pública dos governadores..... | 271 |
| 2. 1. O percurso dos governadores: alguns apontamentos sobre a trajetória política da elite política no governo de Mato Grosso..... | 275 |

| | |
|--|-------|
| Conclusão..... | 282 |
| Bibliografia..... | 291 |
| Anexos..... | i |
| Lista de Mapas e Gráficos e Tabelas..... | xxxiv |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná
ALEMT – Assembleia Legislativa do Mato Grosso
ALECE – Assembleia Legislativa do Ceará
Arena – Aliança Renovadora Nacional
CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
DOP - Departamento de Obras Públicas do Estado de Mato Grosso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITU – Inter Parliamentary Union
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
UF – Unidade da Federação
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PDC – Partido Democrata Cristão
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Proletário do Brasil
PPS – Partido Popular Socialista
PPR – Partido Progressista Reformador
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido trabalhista brasileiro
STAPE - Secretariado Técnico dos Assuntos para Processo Eleitoral
TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
TRE/MT - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

INTRODUÇÃO

“O Brasil está deixando de ser o país do futuro para ser uma potência emergente do presente. Pela primeira vez, graças a uma profunda metamorfose de sua economia e de seu modelo de sociedade, o país está exercendo uma influência não só na sua região, mas também no âmbito global”. Foi com estas palavras que começou uma palestra, em Portugal, no ano de 2010 sobre o tema “O Brasil e a Política Internacional”. Resguardando o excesso de otimismo sobre o poder internacional à escala global que estas palavras parecem indicar, compartilhamos da perspectiva que as mudanças ocorridas tanto na economia, como na sociedade e no regime político, nos últimos vinte anos, desenharam um Brasil atual diferente, que merece ser cuidadosamente estudado nos mais variados ângulos e, devido ao seu imenso território, necessita de pesquisas que analisem as suas várias regiões, separada e comparativamente. Precisamos conhecer melhor os novos *Brasis* dentro deste imenso Brasil.

Ao longo do século XX, o Brasil, assim como a maioria dos países sul-americanos, viveu uma ditadura militar; por isso, o projeto atual de construção - ou em alguns países de reconstrução - das instituições democráticas tem-se apresentado como um desafio para a história dos países da América do Sul no século XXI¹. Como ator neste processo histórico, o Brasil tem enfrentado, em maior ou menor grau, as mesmas dificuldades de funcionamento institucional democrático que os seus vizinhos. Contudo, existem algumas especificidades que um país gigantesco² como este possui, não apenas pela extensão e variedade das fronteiras, mas também pela estrutura política necessária

¹ Existem vários estudos que apresentam uma rica discussão sobre o funcionamento das instituições e a consolidação democrática na América Latina. Cf. DE LUCA, Miguel, “Argentina: Instituciones débiles, Economía a los tumbos”, Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, *Revista Relações Internacionais*, n. 13, Mar. 2007; KINZO, Maria D’Alva Gil, “Governabilidade, Estrutura Institucional e Processo Decisório no Brasil”, *Parcerias Estratégicas*, Vol.1, 1997, pp. 19-53; LAMOUNIER, Bolívar, *Depois da Transição: Democracia e Eleições no Governo Collor*, São Paulo, Edições Loyola, 1991; MALAMUD, Andrés, “Divergências em Ascenso: Viejas y Nuevas Fracturas en América Latina”, *Araucária*, vol. 11, 2009, pp. 125-139. Outra grande contribuição para este debate foi realizada por Mainwaring e O’Donnell. Segundo eles o processo de consolidação democrática nesta região encontra várias dificuldades, pois a transição de um regime autoritário para um governo civil pode sofrer as amarras de estar ainda preso por restrições políticas, económicas e sociais. Ver MAINWARING, Scott; O’DONNELL, Guillermo; VALENZUELA, Julio Samuel (orgs), *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*, Notre Dame, in University of Notre Dame Press, 1992.

² O país ocupa uma área de 8.547.403 km². Os países maiores que ele são: Estados Unidos, China, Canadá e Rússia. Cf. [www. Ibge.gov.br](http://www.Ibge.gov.br).

à administração de um território deste tamanho. O que diferencia o Brasil no contexto atual da América Latina talvez seja menos a sua história política e mais as suas condições geográficas que acabaram por impulsionar políticas de ocupação e desenvolvimento (através da agropecuária) em espaços considerados verdadeiros vazios populacionais. Tanto por questões económicas como de segurança nacional, estes locais receberam incentivos do governo federal para criação de núcleos de povoamento formados a partir da migração interna nos anos setenta e oitenta do século passado.

De facto, a história brasileira do desenvolvimento económico dos últimos vinte anos, após a redemocratização, é absolutamente incomparável com os índices dos outros países sul-americanos. De modo geral, todos os países da América do Sul conheceram entre 1950 e 2000 um crescimento excessivo das cidades, mas foi na área não urbana que os índices brasileiros se destacaram. A agricultura brasileira, dos anos setenta para cá, tornou-se a maior utilizadora de tecnologia na agricultura tropical do mundo³. Como consequência, além do crescimento da produção agrícola nas últimas décadas do século XX, a agroindústria cresceu 1,6% em 2003 enquanto a indústria em geral cresceu 0,3%. Quando considerado o triénio de 2001-03, este crescimento torna-se mais visível. Para um crescimento industrial de 4,5%, a agroindústria avançou 13,3%⁴.

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo e o segundo na produção de soja e tem uma agroindústria que se desenvolve vertiginosamente gerando empregos e desenhando contextos regionais como o estudado por nós no estado de Mato Grosso. Este processo tem contado com a participação intensa dos empresários brasileiros chegando mesmo, alguns analistas a afirmar, que “*o Brasil vai bem nos locais (setores) onde o capital privado está a frente*”⁵. De facto, o estado de Mato Grosso tem se destacado no contexto nacional por essas características: uma economia baseada no campo e um empresariado “empreendedor” não apenas nos negócios mas também na política.

³ A afirmação foi feita pelo pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Aliomar Gabriel da Silva, à ANBA. De acordo com o pesquisador, o Brasil adaptou, com sucesso, culturas originalmente de clima temperado ao clima tropical e hoje os países de características climáticas semelhantes à brasileira têm interesse em importar a tecnologia agrícola nacional. www.anba.com.br/noticia_agronegocios, visitado em 21/07/2010.

⁴ www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=92&id_pagina=1

⁵ Análise do professor, embaixador e secretário geral da conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de 1995 a 2004, Rubens Ricúpero, sobre o título “visões de futuro”, em curso sobre *O Brasil e a Política Internacional*, Cascais, 26 de Julho de 2010.

Ao tomarmos a construção de Brasília como marco para pensar o desenvolvimento do Oeste brasileiro, observamos que ela se insere num projeto maior de integração dos vastos territórios brasileiros que, ao se realizar, trouxe uma profunda mudança para a sociedade brasileira na medida em que expandiu efetivamente seu território produtivo e delimitou as terras da fronteira amazônica e do Oeste brasileiro (onde se inclui as terras de Mato Grosso) como sua fronteira agrícola. O desenvolvimento de um empresariado do agronegócio⁶, fortemente organizado, gerou neste novo contexto, entre muitas transformações, uma política externa descentralizada nos estados e municípios. Este novo fenómeno tem ocorrido como resultado da participação direta destes empresários e reflete a nova configuração pela qual tem passado a sociedade brasileira. De facto, se pode afirmar que praticamente “os empresários agem sozinhos atualmente”. Com base nestas observações podemos então, preliminarmente, construir a primeira questão que procuramos discutir ao longo desta tese: em que medida a arena política (Legislativo e Executivo) em Mato Grosso tem sido refratária a estas transformações no cenário nacional e estadual dos anos oitenta.

Poderíamos ainda indagar-nos sobre como esse novo empresariado mato-grossense ligado ao agronegócio se tem relacionado com a esfera política, e se esta relação tem um significado mais ou menos democrático. Esse crescimento da participação dos empresários foi precedido de uma capacidade de exercer pressão sobre as decisões políticas que, segundo Renato Boschi⁷, se deve à capacidade desenvolvida

⁶ Em linhas gerais podemos conceituar o agronegócio como toda e qualquer atividade ligada ao comércio de produtos agropecuários. Ou, mais especificamente, como o conjunto de atividades relativas à produção, industrialização, distribuição e comercialização de produtos agropecuários, sendo principalmente caracterizado pelo uso intensivo de tecnologia. “O agronegócio, por tratar-se de um conjunto de atividades extremamente complexas e diversificadas, que abarcam extensas cadeias produtivas crescentemente globalizadas, relações comerciais internacionais e mercados financeiros mundiais, bem como as implicações de sua óbvia interação com o meio ambiente, está relacionado com uma enorme quantidade de atores. Dos governos que definem as diretrizes de política econômica à indústria e aos centros de pesquisa que desenvolvem novas tecnologias de produção no campo, dos movimentos sociais às corporações mundiais do setor, dos trabalhadores que emprega ao consumidor final que adquire seus produtos, dos governos estrangeiros que interpõem barreiras às organizações multilaterais, em que tais barreiras são questionadas, o agronegócio interage com uma infinidade de stakeholders, e de tão múltiplas interações depende, em grande medida, a sua própria viabilidade econômica”. IGLÉCIAS, Wagner, “O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política - as batalhas do açúcar e do algodão na OMC”, *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, Curitiba, Jun. 2007, (pp. 75-97) p.76.

⁷ Na sua análise sobre a capacidade de adaptação dos empresários às transformações no contexto da sociedade brasileira pós constituição de 1988, o autor constatou que “o novo ambiente institucional, marcado pela alteração no papel estratégico do Estado frente aos atores sociais como resultado de sua integração nos circuitos globalizados, impõe desafios e imperativos no tocante à organização dos interesses. A lógica do mercado, impulsionada pelos processos de privatização e abertura comercial que ancoram por sua vez a estabilização econômica, atravessa a lógica de atuação do Estado e impõe novos parâmetros à ação coletiva dos setores organizados. No que concerne às associações empresariais,

por este segmento social de se organizar em associações. De facto, o Brasil esteve praticamente fechado nas suas fronteiras até ao início dos anos noventa e, desde então, caminha a passos largos nas relações económicas com outros países. Pode dizer-se que o Brasil está a “caminhar para fora”, e neste processo os empresários brasileiros ligados ao agronegócio têm conseguido aumentar o seu poder, tanto a nível económico como político.

Na teoria democrática contemporânea, formulada por Robert Dahl⁸, um princípio fundamental é a existência de vários grupos de pressão autónomos que conseguem organizar-se em associações e defender os seus diferentes interesses. Esta democracia só se pode realizar numa sociedade pluralista na qual os principais agentes sociais tenham condição de participarem da vida política, tanto pela pressão quanto pelo exercício dos cargos políticos. Por isso, alguns autores têm questionado o alcance desta teoria na compreensão da realidade latino-americana, sublinhando que os longos governos de ditadura, aqui vivenciados, marcaram de forma profunda as nossas instituições e que, portanto, será necessário ainda percorrer um longo caminho para que se possa constatar, nesta parte do continente, aquilo que o teórico americano definiu como poliarquia⁹.

observa-se sua adaptação a uma lógica competitiva, isto é, a uma dinâmica de operação do mercado sem a proteção subsidiada pelo Estado no plano económico. A necessidade de operar com recursos próprios é aliada à quebra do monopólio da representação e à fragmentação crescente dos interesses no plano político. Observa-se, como resultado, o esvaziamento da representação corporativa no âmbito do Executivo, com o privilegiamento do Legislativo como uma esfera de atuação dos interesses organizados. Para ali converge a atuação de lobbies, interesses fundados crescentemente na especialização técnica e articulados em termos de uma rede de atuação, levando ao entrecruzamento da representação de interesses e da representação política”. BOSCHI, Renato Raul, “O Estado e o Setor Privado no Cenário Pós-Reformas: Novas Modalidades de Regulação”, Trabalho apresentado no Seminário Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas, Buenos Aires, 5 de Dez., 2002, p. 16.

⁸ O pensamento do autor pode ser consultado nas obras: DAHL, Robert, *Poliarquia: participação e oposição*, São Paulo, Edusp, 1997; “Uma crítica do modelo de elite dirigente”, in AMORIM, M. S. (org), *Sociologia Política II*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1970, pp. 90-100; *Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, 2000; *Qui Gouverne?* 13ª ed. Paris, Librairie Armand Colin, 1971.

⁹ A democracia política, chamada por Robert Dahl de “poliarquia”, depende expressamente de algumas condições formais para sua existência, ou seja, condições básicas para a existência de um regime politicamente democrático. Neste, as autoridades são eleitas por meio de eleições livres e justas, o sufrágio é inclusivo e universal, os cidadãos têm o direito de se candidatar aos cargos eletivos, há liberdade de expressão, informação alternativa e liberdade de associação. É necessária também a existência de mecanismos que possibilitem a responsabilização das pessoas que ocupam cargos públicos, sejam eleitos ou não, por seus atos à frente das instituições do Estado, sendo entendida como a prestação de contas dessas mesmas pessoas perante a sociedade. DAHL, Robert, *op. cit.*, 2000. Os limites desta definição, assim como a sua possibilidade de aplicação, têm sido alvos de grande debate. Existe uma rica produção teórica que se debruçou sobre esta questão e buscou discutir de forma crítica os limites deste conceito quando aplicado a realidade latino-americana. Podem ser consultados os textos de SANTOS, Wanderley Guilherme dos, “Genese e apocalipse: elementos para uma teoria da crise institucional latino-americana”, *Novos Estudos*, n. 20, São Paulo, Mar. 1988, pp. 110-118; *As razões da desordem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993; e seguindo a mesma linha de discussão os textos de O’DONNELL, Guillermo,

Na poliarquia de Robert Dahl adota-se o pressuposto de que a característica definidora da democracia é a “*continua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais*”¹⁰. Observe-se que, neste caso, o Estado deve implantar políticas que realmente representem os interesses dos grupos sociais, e para operacionalizar este processo faz-se necessária uma elite política que possa falar e agir em nome destes grupos. Então mais precisamente podemos dizer que o problema inicial reside na questão de quem são as elites, pois, mesmo considerando que nem sempre o resultado das ações políticas condiz com a intenção dos atores políticos, ainda assim é fundamental conhecer quem são estes atores e como são escolhidos¹¹. Qual é a sua base socioeconômica, sua trajetória pública, sua formação acadêmica, sua profissão, seu potencial de organização e de sedução perante os eleitores, quais são as condições do processo eleitoral no qual estes atores são escolhidos, qual o potencial dos partidos políticos para representar os interesses da sociedade de forma autônoma¹².

Tendo como base esta discussão, em vários países da América Latina tem crescido a produção teórica que analisa o processo de reformulação das suas instituições no processo de redemocratização vivenciado principalmente a partir do final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Esta produção tem analisado predominantemente as

“Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais”, *Novos Estudos*, n. 36, São Paulo, CEBRAP, Jul. 1993, pp. 123-145, e “Democracia delegativa?”, *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, Out. 1991, pp. 25-40. Para Guillermo O'Donnell a democracia delegativa supõe um precário funcionamento das instituições políticas, o que faz com que a figura do Chefe do Executivo assuma um caráter ainda mais central no processo político, pois ele recebe (ou evoca) delegação para governar acima dos partidos e demais instituições democráticas.

¹⁰ DAHL, Robert, *op. cit.*, 1997, p. 25. Adotando esta mesma concepção, Robert D. Putnam defende a tese de que na democracia os cidadãos têm o direito a recorrer ao seu governo na esperança de alcançar algum objetivo particular ou social. PUTNAM, Robert David, *The comparative study of political elites*, New Jersey, Prentice Hall, 1976.

¹¹ Desconsiderar que as elites exercem influência no processo político seria no mínimo ingenuo. Em consequência, os valores desta elite são mais importantes do que os da população em geral, pois, querendo ou não, são os seus membros que estão no comando do processo decisório e suas decisões afetam um leque grande de pessoas. “*Imagine-se, apenas a título de hipótese, uma elite política formada por indivíduos oriundos de um mesmo grupo social, socializados nas mesmas instituições escolares ou profissionais e que, portanto, partilham da mesma visão de mundo. Imagine-se ainda que os membros dessa elite controlem as principais posições no Estado e tenham de, a partir daí, tomar decisões com relação, por exemplo, à política industrial. Por fim, suponha-se que essas decisões acabem produzindo conseqüências objetivas que não correspondam aos propósitos iniciais dos “planejadores”. Ora, mesmo nesses casos seria prudente imaginar que os efeitos produzidos poderiam ter sido outros caso a decisão fosse diferente em função de serem diferentes os decisores*”. CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato Monseff, “Por um retorno à Sociologia das Elites”, *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, Jun. 2008, pp. 7-15, (p. 8). Conferir também CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato Monseff, “Marxismo e elitismo: dois modelos de análise social?”, *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24, n. 71, out. 2009, pp. 143-153.

¹² NORRIS, Pippa, *Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, Cambridge, CUP, 1997.

relações que se estabelecem entre os poderes Executivo e Legislativo, sua atuação e seu grau de independência, os partidos políticos, os regimes eleitorais e as instituições responsáveis pela sua aplicação¹³.

Na visão do poder político presente na poliarquia, ocorre a defesa de um conceito plural de sociedade no qual a democracia não é concebida como o governo do povo tal como fora proclamado pela teoria clássica da democracia, mas sim, como o governo de muitos. De facto, mais precisamente, seria o governo da maioria que se organiza em grupos que conseguem exercer pressão sobre o poder político e extrair a satisfação dos seus interesses. Portanto, uma das questões que indagámos foi justamente saber em que medida as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira após o final do regime autoritário¹⁴ configuraram ou não esse modelo de sociedade pluralista, e em que medida esta pluralidade de interesses presente na sociedade democrática atual tem conseguido seu espaço de representação na esfera pública do Estado¹⁵.

¹³ Podemos citar a contribuição para o debate latino-americano realizada por Miguel De Luca sobre a debilidade ou fragilidade das instituições argentinas e que naturalmente servem de paralelo de comparação com a realidade brasileira. Segundo o autor, o recente processo de democratização vivenciado nesta parte do globo carece de tempo para amadurecer e pode aprender rapidamente com seus próprios fracassos. Em pequeno retrocesso histórico o autor nos recorda que até o início dos anos oitenta somente a Colômbia, Costa Rica e Venezuela possuíam presidentes eleitos democraticamente, o restante dos países detinha realidades políticas muito menos democráticas. Nas palavras do autor, o que a América Latina vivenciou foi um processo enfurecido de democratização que não ocorreu isoladamente, mas estava inserido em um contexto mundial preciso em que a democracia ganhou propulsão mundial. *“por ejemplo, el dominio por un partido hegemónico (como en México), las dictaduras militares (como en Argentina, Brasil y Uruguay) y las tiranías (como en Haití). Sin embargo, por esa misma época, la región emprendía un auspicioso proceso de transición desde el autoritarismo hacia la democracia, muy parecido al que, casi una década atrás, había tenido lugar en las naciones menos desarrolladas de la Europa mediterránea (España, Grecia y Portugal). En efecto, uno tras otro, los países latinoamericanos se sumaban a una “oleada democratizadora”, que no sólo parecía imparable, sino que, gracias a la caída del Muro de Berlín, el fracaso de la experiencia comunista y el consiguiente fin de la denominada “Guerra Fría”, se afianzaba y convertía a la tendencia en un fenómeno inexorable y universal”*. Neste novo contexto esta nova América Latina democrática necessitou andar com suas pernas civis, não mais recorrendo à direções militares e para tal necessitou se organizar, desenvolver instituições democráticas que num passado recente não eram necessárias. Estas instituições, entretanto, na concepção deste autor não tem conseguido funcionar satisfatoriamente. Entre os principais problemas estaria tanto a falta de consenso presente na sociedade civil que possui muitas e diversificadas demandas, quanto os próprios mecanismos que o Estado dispunha para realizar estas demandas. Além disso, o autor salienta a importância dos fatores económicos nesta análise, na qual a maioria das novas democracias latino-americanas estaria mergulhada em uma crise fiscal, e mesmo de ingovernabilidade. Conclui o autor afirmando a necessidade do fortalecimento das instituições democráticas e aos processos eleitorais efetivamente democráticos como fundamentais no desenvolvimento destas novas democracias latinas. Cf. DE LUCA, Miguel, *op. cit.*, 2007, p. 9.

¹⁴ Não é possível estabelecer uma data precisa pois o final do Regime Militar e o período de transição para a democracia foi um processo e não uma rutura.

¹⁵ Wanderley Guilherme dos Santos construiu o perfil da democracia brasileira a partir de dados sobre a participação eleitoral, engajamento comunitário, filiação sindical, contatos políticos e uso das instituições públicas para arbitrar conflitos e segundo ele, devido ao padrão histórico de incorporação dos atores políticos na arena de competição, a morfologia poliárquica brasileira, excessivamente legisladora e reguladora, foi construída sobre uma sociedade que, sendo plural quanto à multiplicidade de grupos de

Partindo do pressuposto que a sociedade brasileira tem se tornado cada vez mais pluralista, acreditamos que as formas de organização em grupos de pressão tem sido uma realidade nacional e, sendo o Brasil uma Federação onde o processo de representação tem seu início nos estados, é de esperar que o mesmo se possa constatar nos estudos regionais como este por nós desenvolvido sobre o estado de Mato Grosso. Neste sentido, o nascimento dos novos municípios juntamente com a nova elite que se formara em Mato Grosso, a partir da década de setenta, parece indicar a possibilidade da existência de uma sociedade plural, onde a poliarquia de Dahl poderia encontrar um solo fértil, constituindo-se em um excelente laboratório de análise.

Considerado um vazio populacional, as terras no norte de Mato Grosso receberam incentivos para o desenvolvimento de colônias agrícolas, especialmente durante o Regime Militar. A ocupação desta região na fronteira amazônica foi pensada como uma questão de segurança nacional¹⁶. A população escolhida para ocupar esta região foi composta de maioria gaúcha e paranaense, e a fundação oficial dos novos municípios localizados no norte de Mato Grosso ocorreu predominantemente entre 1985 e 1995. Desde o início a agricultura e a pecuária foram as principais atividades desenvolvidas nesta área, sendo que especialmente a agricultura se configurou na mola propulsora da economia, na qual a soja fora produzida em grande escala. Atualmente, Mato Grosso é o principal produtor de soja do Brasil¹⁷ e tem sua produção predominantemente nos municípios localizados na região Norte que foram fundados recentemente¹⁸. Podemos observar no gráfico a seguir a posição de Mato Grosso e de alguns dos seus municípios em relação à produção de soja¹⁹.

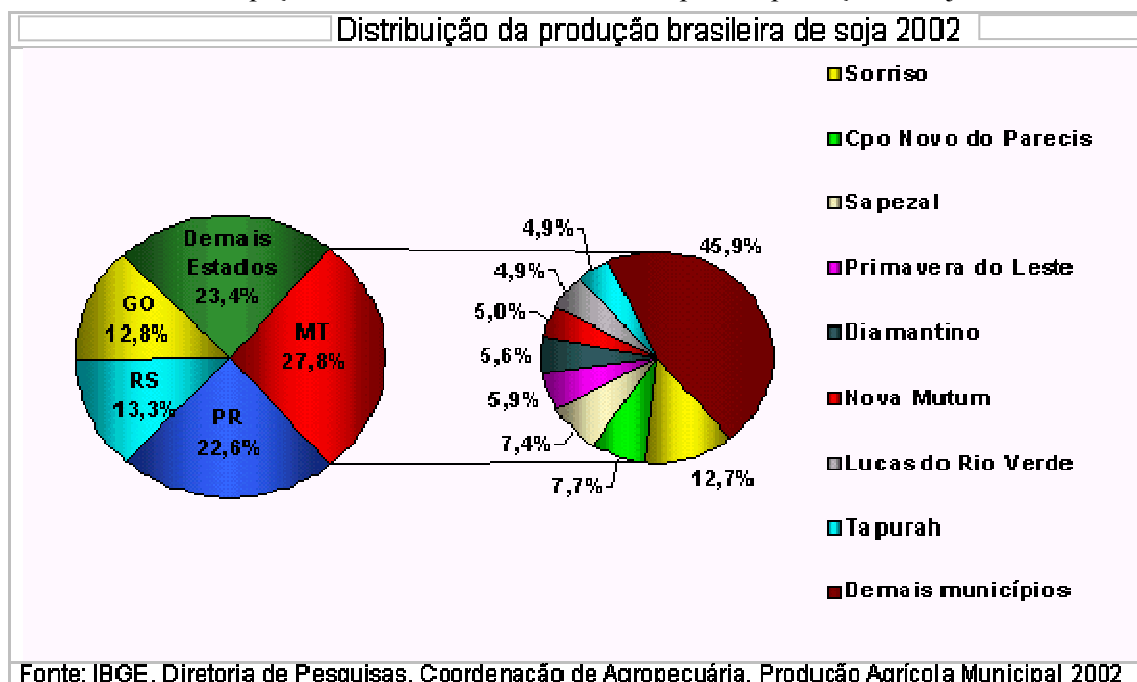
interesses, não o é em relação as estruturas de participação do poder nas estruturas do Estado. Cf. SANTOS, Wanderley G., *op. cit.*, 1993, p.77.

¹⁶ A coletânea de estudos recentes sobre o processo de ocupação das terras em Mato Grosso organizada por João Carlos Barrozo oferece uma visão rica sobre o tema. BARROZO, João Carlos (org.), *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*, Cuiabá, EdUFMT/Carlini&Ciniato Editorial, 2008.

¹⁷ A soja é cultivada em diversas regiões tropicais e subtropicais, das quais os Estados Unidos (EUA) e o Brasil são os maiores produtores e exportadores mundiais (Agrianual, 2008). No Brasil, a soja é a principal cultura agrícola destinada à exportação. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América, na safra 2007/08, os EUA produziram 71.448.000 toneladas, seguido pelo Brasil, com produção de 61.000.000 toneladas. Nessa mesma safra, dentre os estados brasileiros, Mato Grosso foi o maior produtor de soja, com 16.328.000.000 toneladas produzidas, relativo a uma área plantada de 5.535.000 ha. *Agrianual 2008: Anuário da Agricultura Brasileira*, São Paulo, FNP, 2008.

¹⁸ A soja foi o produto agrícola de maior produção em 2002, quando ultrapassou a produção de milho, que ocupava o primeiro lugar nacional em 2001. Enquanto a soja apresentou aumento de 11% relativamente a 2001, o milho teve redução de 14% no mesmo período. Esses dados se destacam na pesquisa sobre a Produção Agrícola Municipal de 2002 (PAM 2002), que traz os resultados das lavouras temporárias e permanentes, por produto agrícola segundo as Grandes Regiões e as Unidades da

Gráfico 1- Participação de Mato Grosso e seus municípios na produção da soja em 2002



De facto, dos oito municípios, somente Diamantino não foi recentemente fundado, mas localiza-se na mesma região onde ocorreu a implantação dos projetos de colonização. Ainda para ilustrar a importância do produto na economia brasileira, de acordo com a avaliação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre Março de 2005 e Março de 2006, os dez principais produtos da pauta de exportações agropecuária brasileira eram, por ordem: soja; carnes; açúcar e álcool; papel e celulose; madeiras; couros, peles e calçados; café, chá, mate e especiarias; algodão e fibras têxteis vegetais; sucos de frutas; fumo e tabaco.

Isso indica que uma nova elite ligada à agricultura e mais precisamente ao agronegócio se desenvolveu no norte do estado, pulverizando novos interesses na sociedade mato-grossense. Outro ponto a salientar diz respeito à capacidade de organização destes novos atores sociais, pois a partir do rápido crescimento que estes novos municípios têm experimentado e da sua importância no cenário nacional, na produção agrícola, poderíamos imaginar que esta elite consegue organizar-se de forma

Federação. O Mato Grosso é o maior produtor brasileiro, responsável por 27,8% da safra desta oleaginosa em 2002 (Gráfico 2). A maior parte de sua produção (54,1%) está concentrada em oito municípios, dentre eles Sorriso, destaca-se como o maior produtor do Brasil com 1.482.000 toneladas, o que representa 12,7% da produção do estado. A segunda Unidade da Federação em quantidade produzida é o Paraná, com 9.538.774 toneladas, ou 22,6% da produção nacional. Juntos, os dois estados produzem 21.240.939 toneladas de soja, o que representa mais da metade do total nacional (50,4%). www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27112003pamhtml.shtm.

¹⁹ Fonte do gráfico - www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27112003pamhtml.shtm.

eficaz para reivindicar seus interesses. Sendo ela, na sua maioria, proveniente do Rio Grande do Sul e Paraná, aparentemente partilha alguns valores comuns que a diferencia da dos municípios tradicionais e pode ter facilitado seu potencial de organização. Se isso ocorreu, significa que, de facto, os valores culturais podem ter influenciado a ação política e que esta nova elite possui uma composição relativamente homogênea.

O estado de Mato Grosso, considerado pelo governo federal na década de trinta como um território pouco povoado, foi alvo da primeira “Marcha para o Oeste” promovido pelo Estado-Nação. A construção da nação era um grande e importante projeto getulista que foi retomado por Juscelino Kubitschek com a construção de Brasília. Isto, associado aos fluxos de expulsão dos camponeses sulistas, gerou, já desde os anos trinta, uma grande quantidade de gaúchos e paranaenses que migraram para o Oeste em busca de possibilidades de obter uma terra e viver da agricultura.

O outro grande fluxo migratório ocorreu após o término da construção de Brasília e por um segundo projeto da “Marcha para o Oeste” desenvolvido pelos militares que ocupavam o governo brasileiro desde 1964. *“Havia por parte dos militares uma preocupação de ordem estratégica na extensa fronteira da Amazônia com os países vizinhos e territórios coloniais (Guianas). Até o final da década de 1960 e início da década de 1970, a economia da Amazônia continuava sendo predominantemente extrativista, razão pela qual precisava ser transformada. Entre os objetivos do plano para ocupar a região podem ser explicitados: a formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação; a adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes externos selecionados; a fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteira; a adoção de políticas fiscais e de crédito”*²⁰.

Esse projeto se harmonizava perfeitamente com os conflitos existentes no Sul do Brasil pela posse da terra neste mesmo período. *“No Rio Grande do Sul, particularmente em áreas de colonização com imigrantes italianos e alemães, os problemas principais eram o minifúndio e o esgotamento da fertilidade do solo. Para modernizar a agricultura da região, o governo propôs a saída de milhares de agricultores, oferecendo-lhes lotes de 100 a 200 hectares, disponíveis no estado de Mato Grosso e no território Federal de Rondônia. Com a partida desses minifúndios, as*

²⁰ BARROZO, João C., *op.cit.*, 2008, p. 20.

pequenas propriedades foram reagrupadas, viabilizando a mecanização, uma das condições para a modernização das culturas de trigo e soja. No Paraná o problema era a superprodução de café, cujos preços estavam caindo no mercado internacional devido à oferta superior a demanda. Em meados de 70, aproveitando uma geada excepcional ali ocorrida e que danificou uma porcentagem muito alta de cafezais, o Governo Federal exigiu a erradicação de milhões de cafeeiros. Os pequenos proprietários, que completavam a renda familiar trabalhando nas fazendas de café, assim como os arrendatários e os trabalhadores das fazendas de café foram obrigados a se deslocar ou para as cidades ou para a nova fronteira agrícola em Mato Grosso e Rondônia, propaladas pelo Governo federal”²¹.

Como consequência deste projeto federal e dos problemas vividos no Sul do Brasil no período autoritário da década de setenta, novos contingentes de sulistas virão para Mato Grosso e se aloarão a norte e noroeste do estado, nas regiões onde, em 2003, existia a maior produção de soja do país. Nos anos oitenta, ainda com migrações esparsas direcionadas à agricultura, ocorreu a descoberta de novos veios auríferos na região Norte²² do estado, e isso promoveu uma alteração no perfil da população migrante, assim como, dos grupos com poder económico no estado de Mato Grosso. Visualiza-se melhor este processo à luz dos dados na tabela a seguir, onde se aponta o crescimento da população em Mato Grosso.

²¹ *Ibidem*, p.21.

²² A mesorregião do Norte mato-grossense é formada pela união de 55 municípios agrupados em oito microrregiões: Alta Floresta, Alto Teles Pires, Arinos, Aripuanã, Colider, Paranatinga, Parecis e Sinop. A microrregião de Alta Floresta possui seis municípios dentre esses a cidade de Alta Floresta que fora fundada em 1976 e ficou autónoma administrativamente em 1979, com uma população composta na maioria por famílias vindas do sul do país, com o propósito de ter uma economia baseada na agricultura. No entanto, com a febre do ouro, nos anos 80, a economia do município voltou-se para a atividade garimpeira, o que a prejudicou quando o valor do ouro declinou. A microrregião conta ainda com outros cinco municípios; Nova Bandeirantes que foi elevada à categoria de município em 1991; Paranaíta foi fundada na década de 70 e que posteriormente teve seu projeto original prejudicado pela descoberta de ouro na região, gerando relações complicadas entre colonos e garimpeiros; o município de Lucas do Rio Verde que teve sua colonização, tal como os outros municípios, incentivada pelo Regime Militar que pretendia ocupar os "vazios demográficos" do país. A população é predominantemente sulista.

TABELA 1- POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICOS POR MICRORREGIÕES NO ESTADO DE MATO GROSSO 1970, 1980, 1991 E 2000²³

| | Microrregiões | População total | | | |
|------------|--------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|
| | | 1970 | 1989 | 1991 | 2000 |
| Norte | Alta Floresta | 1.287 | 23.011 | 86.229 | 89.848 |
| | Alto Teles Pires | 7.028 | 19.069 | 50.643 | 101.610 |
| | Arinos | 2.911 | 22.281 | 48.842 | 67.447 |
| | Aripuanã | 1.405 | 15.888 | 70.949 | 69.989 |
| | Colider | 1.702 | 26.004 | 138.683 | 129.325 |
| | Paranatinga | 7.840 | 23.273 | 27.924 | 28.591 |
| | Parecis | 3.055 | 10.235 | 32.156 | 61.771 |
| | Sinop | 3.658 | 23.959 | 74.186 | 131.445 |
| Sudeste | Alto Araguaia | 13.437 | 17.838 | 22.007 | 24.117 |
| | Primavera do Leste | 10.956 | 12.839 | 18.507 | 56.959 |
| | Rondonópolis | 114.222 | 139.663 | 187.068 | 223.741 |
| | Tesouro | 53.686 | 52.628 | 60.877 | 54.142 |
| Nordeste | Canarana | 12.099 | 34.474 | 65.904 | 79.086 |
| | Médio Araguaia | 11.183 | 43.607 | 54.371 | 61.073 |
| | Norte Araguaia | 10.094 | 27.602 | 57.535 | 87.251 |
| Sudoeste | Alto Guaporé | 8.095 | 19.738 | 48.250 | 60.663 |
| | Jauru | 39.064 | 107.145 | 112.083 | 106.358 |
| | Tangará da Serra | 24.840 | 54.940 | 73.854 | 112.086 |
| Centro-Sul | Alto Pantanal | 75.186 | 82.941 | 117.037 | 123.141 |
| | Alto Paraguai | 25.187 | 34.624 | 43.407 | 30.512 |
| | Cuiabá | 145.046 | 314.045 | 601.449 | 740.648 |
| | Rosário Oeste | 26.898 | 28.374 | 30.563 | 31.347 |
| Total MT | | 598.879 | 1.134.230 | 2.022.524 | 2.498.150 |

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e contagem de 1996.

²³ Os dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e Contagem de 1996 foram extraídos em: CUNHA, J. M. P. da, ALMEIDA, G. M. R de, RAQUEL, F., *Migração e Transformações Produtivas na Fronteira: o caso de Mato Grosso*, UNICAMP/NEPO. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de Novembro de 2002.

Ao analisar as tendências migratórias em Mato Grosso, percebemos que *“pelo fato de ser a fronteira menos consolidada da região e, portanto, com maiores alternativas de assentamento para os migrantes, Mato Grosso apresentou uma imigração interestadual bem mais diluída entre suas microrregiões. Dessa maneira, as cinco áreas com maior volume de imigração nos anos 70 foram Cuiabá, Jauru, Colíder, Rondonópolis e Tangará da Serra. Já nos anos 80, observa-se a “marcha para o norte” dentro do estado, na medida em que a participação no total de imigrantes interestaduais começa a ser mais forte nas microrregiões de Colíder, Alta Floresta e Sinop. Nos anos noventa, além de Cuiabá, Sinop e Alto Teles Pires, percebe-se uma maior concentração de imigração em áreas como Norte Araguaia e naquelas microrregiões do Centro-Oeste mato-grossense”*²⁴.

Essas novas regiões colonizadas irão mudar o perfil do estado não apenas em termos económicos, mas também no que se refere ao perfil da elite política. Ilustrativo deste processo é a entrevista do vereador de Lucas do Rio Verde, Neri Gueller. Segundo ele, ao falar da população de Mato Grosso e de suas origens encontramos, *“gaúchos, gaúchos. Não é só aqui em Lucas que é um assentamento do pessoal do Sem Terra, do INCRA, mas é Sorriso, é Sinop, Nova Mutum. É tudo 80% de gaúchos, paranaenses, mais mesmo o pessoal oriundo do Rio Grande do Sul. Eu mesmo sou natural do Rio Grande do Sul, mas meus pais saíram do Rio Grande do Sul eu tinha 5 anos de idade. Então nós viemos para Santa Catarina, me criei no oeste catarinense, fiquei lá até os 12 anos. Então viemos para o Paraná e depois do Paraná eu vim para cá, em 1985, já vai fazer 17 anos”*²⁵. No mapa a seguir podemos visualizar como estavam distribuídas essas microrregiões, alguns dos principais municípios possuem o mesmo nome da microrregião na qual estão inseridos.

²⁴ *Ibidem*, p. 6.

²⁵ Entrevista realizada por: CUNHA, J.M.P da, ALMEIDA, G. M. R de, RAQUEL, F., *op.cit.*, 2002, p.16.

Mapa 1 - Divisão geográfica de Mato Grosso por microrregiões²⁶



Internamente a este contingente migratório, composto por trabalhadores rurais, pequenos produtores e descapitalizados que se fizeram presentes em diferentes momentos no estado de Mato Grosso, também havia investidores. É preciso considerar o facto que poucos migraram não apenas em busca de terras e trabalho, mas, o que nos é interessante para a discussão aqui realizada sobre a formação dos grupos dominantes, também migraram com algum capital e em busca de locais mais promissores para investir. É neste sentido que alguns grupos proprietários ligados à agricultura e à pecuária terão novas necessidades e buscarão eleger “os seus”, ou seja alguns candidatos da sua região ou mesmo de seu grupo de atividade económica, e que representem seus interesses.

A alteração na elite política mato-grossense ocorrerá como consequência natural da formação de novos contingentes populacionais e desenvolvimento económico de outras áreas do estado que até então se encontravam pouco colonizadas. O crescimento

²⁶ Mapa extraído do trabalho de: CUNHA, J. M. P da, ALMEIDA, G. M. R de, RAQUEL, F., *op.cit.*, 2002, p.19.

económico do norte e noroeste do estado levarão à formação de uma nova elite, entre as décadas de setenta e noventa, ligada à soja, às madeiras, à mineração e à pecuária. A antiga disputa entre as regiões sul e norte do estado de Mato Grosso antes da divisão, que caracterizou a política regional até aos anos setenta, representada pelas cidades de Cuiabá e Campo Grande, agora pós-divisão, se deslocará para Cuiabá, como representante do sul, contra as novas áreas de desenvolvimento económico predominantemente concentradas no norte.

Como exemplo destas novas necessidades, podemos destacar o caso de Sinop, onde a atividade industrial era composta principalmente por madeiras, que absorviam, em 1991, mais de 40% dos migrantes. Posteriormente esta indústria sofreu um enfraquecimento que conduziu os investimentos a atividades mais diversificadas, como indústrias de móveis e ampliação do setor de serviços, além da introdução da agricultura capitalizada, principalmente de soja e arroz²⁷.

Outra questão interessante a observar será o nível educacional predominante neste contingente migratório, pois mesmo aqueles que possuem grande capital não significa de forma imediata que sejam detentores de alto nível de escolaridade. Assim, é importante observar como isto ajudará a configurar o perfil das elites mato-grossenses dos anos noventa em diante, pois pode ser indicativo de nova abertura de espaços privilegiados para a continuação daqueles que possuem carreira pública na burocracia do Estado. Esta discussão será posteriormente explorada nos capítulos de análise empírica do perfil sociológico e geográfico destas elites políticas.

Em relação à ocupação territorial e à estrutura fundiária, os estudos sobre o tema apontam para a manutenção de modelos antigos de grande concentração agrária típicos do Brasil e em especial de Mato Grosso (onde a tradição de uma economia rural tem antecedentes longínquos, muito anterior ao sucesso da soja na economia do estado), no qual houve cada vez menos trabalhadores organizados em termos de núcleos familiares autónomos, refletindo, portanto, um modelo tradicional na estrutura agrária brasileira. As próprias transformações pelas quais passou o setor agropecuário estadual seriam responsáveis pela concentração de terras e tipo de produção. *“Os dados do Censo Agropecuário de 95/96 confirmam o grande peso da pecuária como atividade produtiva e forma de ocupação do espaço mato-grossense. O estado abriga o quarto rebanho nacional que continua a crescer. Entre 1985 e 1995 a evolução da área aberta pelos*

²⁷ *Ibidem*, p. 15.

estabelecimentos agropecuários no Mato Grosso superou todos os outros estados do Centro-Oeste e aumentou muito em relação aos anos anteriores (desde 1975). Esta atividade ocupa 71% da área dos estabelecimentos rurais de Mato Grosso”²⁸.

Portanto, a economia do agronegócio em Mato Grosso foi sofrendo uma grande metamorfose ao longo dos últimos vinte anos, o que indica uma transformação nas bases sociais, ou seja, na estrutura da sociedade. Faz-se necessário observar como estas mudanças alteraram o perfil da elite política, pois, baseados na teoria clássica das elites, podemos afirmar que toda mudança na estrutura social é acompanhada de uma mudança na composição da elite como consequência destes novos recursos valorizados (neste caso o agronegócio).

Estudos realizados sobre a distribuição de terras em Mato Grosso, no final da década de oitenta, mostram o caráter concentrador desta. Segundo dados do INCRA sobre a distribuição de recursos naturais para 1988, 50% do total da área cadastrada do estado era considerada aproveitável para as diversas atividades económicas, sendo assim distribuída: 81,72% - latifúndio por exploração, 11,71% - empresas rurais, 3,33% - latifúndio por dimensão, 3,22% - empreendimentos familiares²⁹.

Como se percebe pelos dados acima, o espaço destinado à pequena propriedade é extremamente menor, facto que aponta de modo intrigante para as dificuldades em se moldar quadros políticos sem características “oligárquicas” no estado, discussão que será melhor desenvolvida nos capítulos posteriores. Portanto, mediante estes dados, compreende-se que o processo de desenvolvimento ocorrido em Mato Grosso no século XX não contribuiu para quebrar a estrutura oligárquico/agrária do estado, mas ao contrário, os novos grupos dominantes que surgem no norte do estado são novos grupos da “oligarquia rural”.

Durante toda a década de noventa, Mato Grosso vai apresentar um comportamento diferenciado no contexto nacional no que diz respeito à extensão da agropecuária. Enquanto na maioria dos estados brasileiros a área ocupada com esta atividade estava em retração, em Mato Grosso ocorreu um crescimento de 15% da área ocupada com esta atividade³⁰. Vale lembrar que, para além da pecuária, na agricultura a

²⁸ *Ibidem*, p. 19.

²⁹ *Idem*

³⁰ “Quando observada a nível estadual, a evolução da área total dos estabelecimentos agropecuários mostra uma tendência à estabilização e, mesmo, retração na maioria dos estados brasileiros, excetuando o Mato Grosso, Rondônia e Pará, que correspondem ao arco do avanço para a Amazônia”. EGLER, C.,

soja despontava como um produto extremamente lucrativo que se adaptava bem em algumas áreas do estado e que, principalmente pela exclusão dos pequenos proprietários, essa cultura caracterizada por grandes áreas produtoras, baseada na monocultura, se traduziu na possibilidade do desenvolvimento económico tão almejado que traria a reboque a industrialização, a riqueza e o progresso para a região Norte do estado. A “cultura da soja” também foi formadora de um grupo organizado com necessidades precisas que buscou por meio da participação política (não apenas como grupo de pressão, mas de forma direta, como vereadores, prefeitos, deputados estaduais, governadores e senadores (além dos cargos nomeados na estrutura do poder político nos estados) garantir a promoção dos seus interesses, através da implementação de políticas direcionadas às necessidades destas novas áreas.

Adotando-se uma visão mais refinada sobre quem são estes grupos de pressão poderíamos definir a poliarquia como sendo uma competição entre elites que possuem diferentes interesses³¹, e isso nos permite afirmar que este modelo está muito distante daquilo que encontramos em Mato Grosso. Em uma análise mais detalhada do perfil desta nova elite e dos seus interesses, percebemos que existe uma proporção avultosa de semelhanças com as antigas elites. Ou seja, estes novos grupos com poder não apontam no sentido de uma sociedade pluralista; pelo contrário, parecem representar um grupo relativamente homogêneo quando observado pelo prisma dos seus interesses. A disputa por interesses divergentes não é um traço característico desta nova elite mato-grossense ligada ao agronegócio desenvolvido nos novos municípios do norte. De facto, nem mesmo em comparação aos interesses da antiga elite, não parece apresentar diferenças substanciais, na medida em que o ponto convergente é a defesa de políticas de incentivo ao agronegócio no estado.

Neste sentido, ainda que as condições para a realização da poliarquia de Dahl exista, com a possibilidade da participação e contestação dos grupos sociais - garantida pelos direitos clássicos de associação, liberdade de expressão, formação de partidos, igualdade perante a lei e, por fim, controle da agenda pública³² - não nos parece que o

“Mudanças recentes no uso e na cobertura da terra no Brasil, Campinas, 2001”. Texto apresentado no seminário: *Mudanças ambientais globais: perspectivas brasileiras*, (mimeo, p. 21), citado em: CUNHA, J.M.P da, ALMEIDA, G. M. R de, RAQUEL, F., *op. cit.*, 2002., p. 20.

³¹ Cf. PERISSINOTTO, Renato, *As elites políticas: questões de teoria e método*, Curitiba, Ibpex, 2009. Nesta obra o autor construiu uma revisão e análise dos principais aspetos teóricos e conceitos produzidos nos estudos sobre as elites políticas.

³² SANTOS, Fabiano, “Introdução”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001 (a), pp. 13-22.

elemento fundamental da sua lógica esteja presente na sociedade mato-grossense, ou seja não acreditamos que os grupos dominantes nesta sociedade busquem efetivamente contestar o poder político, mas participar dele, e realizar seus interesses que acreditamos sejam relativamente homogêneos.

Quanto ao “povo” de Mato Grosso - ou na visão clássica, a “massa”- percebemos que de forma quase inebriante defendem os mesmos interesses dos grupos ligados ao agronegócio. De facto, é perfeitamente compreensível que em um estado que se desenvolveu rapidamente, impulsionado pela economia agro-exportadora, os seus representantes tenham grande poder de convencimento e exerçam carisma sobre as massas. Os novos municípios têm toda a sua economia ancorada no agronegócio, tornando estes responsáveis pela maioria dos postos de empregos, fonte de renda assim como de possibilidades de melhorias urbanas e condições de vida, como escolas, hospitais, creches, estradas. Toda a infra-estrutura dos novos municípios passa pela arrecadação de cada município, como também pelo investimento privado. O resultado também tem sido a consolidação de uma ideologia que desde a redemocratização começou a crescer no Brasil todo e que em Mato Grosso (pelas suas condições de grande produtor agro-exportador) ganhou contornos mais sólidos, ou seja, a ideologia de que onde existe o capital privado controlando os assuntos do estado a sociedade se desenvolve melhor. Esta ideia é acompanhada da crença de que estes grupos privados conseguem se organizar melhor e podem representar adequadamente o povo trabalhador de cada município. Afinal, somente com o desenvolvimento próspero do agronegócio é que toda a sociedade possuirá as condições de progredir e melhorar a sua condição de vida.

Visto por este ângulo temos uma democracia onde o povo estaria alienado da vida política, tal como na teoria de Wright Mills³³. Perguntamos então: até que ponto podemos afirmar que isso é uma característica somente de Mato Grosso?; ou ainda, o que existe de especial aqui, neste sertão brasileiro, na configuração da relação entre o povo, os grupos dominantes e o exercício da democracia? Até que ponto este povo possui interesses diferentes da elite e em que medida eles estão “alienados” ou desinteressados da vida política? A elite política mato-grossense parece configurar a imagem de pastores de rebanhos que não são questionados pelos seus seguidores. Tal como foi observado na teoria clássica, poderíamos inferir que o comportamento do povo

³³ MILLS, Charles Wright, *A Elite do Poder*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

mato-grossense sinaliza uma incapacidade psicológica, como defendia Pareto³⁴, ou a irracionalidade, como postulava Schumpeter³⁵. De facto, partimos do princípio que esta credibilidade assenta na ideia de que tanto o povo como a elite em Mato Grosso partilha dos mesmos interesses, ou seja, a prosperidade do agronegócio. Pois como já foi dito, o desenvolvimento económico que é associado ao bem-estar da sociedade depende disso nesta região do Brasil.

Se adotarmos os pressupostos da teoria de Mills, podemos afirmar que as massas em Mato Grosso são “controladas ideologicamente”, sendo passivas e crédulas na representação de seus interesses por parte da elite política. Caso a nossa hipótese esteja correta, seremos conduzidos ao segundo ponto importante da teoria democrática de W. Mills, ou seja, a única forma de melhorar a democracia e garantir uma sociedade mais igualitária em Mato Grosso é com mais democracia e não menos³⁶, com maior capacidade das massas se organizarem e participarem na vida pública, não apenas como grupo de pressão mas também através de um maior número de representantes que, pela sua base social, possivelmente, sejam mais solidários com os interesses daqueles que não são grandes empresários do agronegócio.

Somente assim se pode pressupor que os ganhos económicos advindos do desenvolvimento do agronegócio em Mato Grosso serão minimamente redistribuídos através de políticas públicas, pois é provável que, de facto, sem a reivindicação popular a riqueza advinda desta atividade permaneça concentrada naqueles que detêm as posses, e que nada, ou muito pouco, venha efetivamente a ser redistribuído para o povo. A consequência poderá ser, num futuro próximo, uma elite cada vez mais rica formada em municípios cada vez mais deficientes de infra-estrutura, com população carente e poucos direitos garantidos. Entretanto, é necessário frisar que não estamos defendendo uma visão de democracia baseada somente em seu ideal, ancorada no julgamento do que ela deveria ser. Efetivamente, procuramos uma conceção que incorpore a realidade

³⁴ Para Pareto as massas não conseguem possuir uma consciência comum que as oriente, o problema seria portanto de cunho psicológico, as massas são manipuláveis e o verdadeiro jogo político ocorreria apenas entre a elite governante e a não governante, ou seja, entre a elite e a contra-elite. PARETO, Vilfredo, *Traité de sociologie générale*, Genebra, Droz, 1968; Pareto, São Paulo, Ática, 1994, (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 43); “A circulação das elites”, in CRUZ, Manuel Braga da (org.), *Teorias Sociológicas*, I, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1989, pp. 449-457.

³⁵ SCHUMPETER, Joseph, *Capitalismo, socialismo e democracia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

³⁶ PERISSINOTTO, Renato., *op. cit.*, 2009.

possível e, neste sentido, acreditamos que a nossa ideia também se aproxima de uma concepção de democracia realista como em Joseph A. Schumpeter e Robert A. Dahl³⁷.

Partindo desta relação entre o mundo social e o mundo político, compreendemos que o estudo das elites não pode desconsiderar o contexto histórico da sua produção, mas que, contudo, o estudo dos fenómenos políticos não é determinado somente por estes. Os fenómenos políticos possuem uma dinâmica própria e não podem ser compreendidos como um fenómeno secundário dos processos sociais. De facto, os fenómenos políticos e sociais caminham numa estrada de duas vias e influenciam-se mutuamente.

Vejamos o caso da elite política pela óptica da representação nas democracias contemporâneas. Primeiro, a elite só se pode constituir representante do povo se passar pelo crivo do processo eleitoral. Desta forma, são necessárias tanto as condições institucionais adequadas³⁸ como a mobilização dos candidatos na competição pela preferência do eleitor³⁹. Segundo, a competição eleitoral pela possibilidade de representar o povo apenas adquire sentido se o cargo para o qual o candidato for eleito possuir efetivo poder de decisão. Assim, a capacidade de decisão efetiva de uma esfera do poder político é um fenómeno estritamente político e influencia diretamente os interesses tanto dos candidatos como dos eleitores. No caso brasileiro, isto tem sido longamente debatido na literatura científica, que tem demonstrado como se desenvolve

³⁷ Joseph A. Schumpeter e Robert A. Dahl partilham uma concepção metodológica de democracia realista, caracterizada pelo carácter descritivo da vida política da sociedade. Os autores diferem minimamente na concepção que possuem sobre a participação do cidadão em um regime democrático. Para Schumpeter “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” SCHUMPETER, Joseph, *op. cit.*, 1984, p. 328. Para Dahl mais do que a eleição de seus representantes o cidadão para participar da democracia necessita se organizar em grupos de pressão e são eles que possuem a função de realizar os *inputs* que são as demandas advindas da sociedade. Eles devem agregar e articular os diferentes interesses dos atores sociais que estão envolvidos na produção de políticas públicas. DAHL, Robert, *op. cit.*, 1997. Tanto em Schumpeter como em Dahl o elemento competitivo é fundamental, contudo, para o primeiro poderíamos dizer que a vida política é a luta entre os líderes rivais organizados em partidos políticos, correndo atrás dos votos dos cidadãos eleitores, ou seja o povo é um produtor de elites políticas sendo este seu papel na democracia contemporânea. “Apenas o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo”. SCHUMPETER, Joseph, *op. cit.*, 1984, p. 355.

³⁸ Nas poliarquias contemporâneas, além das instituições clássicas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, também há outras instituições, na esfera pública ou da sociedade civil, responsáveis pela fiscalização da prestação de contas e do controle social. Instituições essas que, no seu conjunto, compõem uma extensa rede comprometida com a cobrança sobre as ações do Estado e de sua burocracia que constitua-se em importante referencial para o eleitor. Cf. DAHL, Robert, *op. cit.*, 2000. Sobre a importância das instituições na construção da estrutura de oportunidades consultar também, NORRIS, Pippa (org.), *op. cit.*, 1997.

³⁹ Cf. SCHUMPETER, Joseph, *op. cit.*, 1984; DAHL, Robert, *op. cit.*, 1997; PUTNAM, Robert D., *op. cit.*, 1976.

a relação entre o Executivo e o Legislativo no sistema presidencialista e federalista⁴⁰. Terceiro, a configuração do perfil dos políticos, além das determinantes sociológicas (geografia, formação escolar, profissão, nível socioeconómico) possui também caracteres que são moldados exclusivamente na esfera política. Por exemplo, a configuração do político profissional é um fenómeno relativamente autónomo da esfera social. O facto do político permanecer por vários mandatos no mesmo ou em diferentes cargos na estrutura política ao longo da sua carreira pública é um fator determinado tanto pelo seu desejo, como pelo interesse dos partidos, lideranças políticas e eleitores.

Quando olhamos para a história de Mato Grosso, facilmente podemos deixar-nos seduzir pela compreensão dos fenómenos políticos a partir da estrutura económica desenvolvida no estado ao final dos anos oitenta, assunto que já foi amplamente discutido nesta introdução. Entretanto, temos a consciência da crítica que esta postura científica tem sofrido entre os estudiosos da ciência política e, de facto, não faltam razões, pois se é facto que a estrutura social interfere no perfil da elite como foi teorizado por Mosca⁴¹, é também facto que não se resume em absoluto a esta. Muitos teóricos têm enfatizado a autonomia do campo político e a importância do pesquisador refletir sobre isto ao construir um objeto de pesquisa para a ciência política; de facto, afirmam que o campo político possui suas próprias leis e que devemos pensá-lo como um microcosmo, isto é, um pequeno campo inserido em um outro muito maior que é o campo social. Seu funcionamento e organização seguem regras próprias, com a sua lógica interna⁴².

Como afirma Pierre Bourdieu, “*seria um erro subestimar a autonomia e eficácia específica de tudo o que acontece no campo político, reduzindo a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenomênica das forças económicas e sociais*”⁴³. Assim, os fenómenos políticos devem ser estudados em sua própria lógica interna mas sem perder de vista que, ao estarem inseridos num contexto social e económico preciso, sofrem sua influência. Significa, portanto, que o processo de recrutamento de uma elite política possui relação direta, ainda que não seja determinado em sua totalidade por ela, com sua condição social, económica e geográfica.

⁴⁰ SANTOS, Fabiano, *op. cit.*, 2001 (a) e FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando, *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*, Rio de Janeiro, FGV, 1999.

⁴¹ MOSCA, Gaetano, *The ruling class*, New York, McGraw-Hill, 1939.

⁴² WEBER, Max, *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária*, São Paulo, Abril, 1999.

⁴³ BOURDIEU, Pierre, “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”, in BOURDIEU, P., *O poder simbólico*, 2º ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, p.175.

A literatura brasileira no campo da ciência política tem-se dedicado principalmente aos estudos que discutem a relação entre o Executivo e o Legislativo, do processo de recrutamento das elites políticas na esfera nacional, principalmente no que diz respeito à elite parlamentar e sua profissionalização. Contudo, nos últimos vinte anos, tem surgido também um conjunto de trabalhos que discutem o recrutamento na esfera estadual. Segundo Codato⁴⁴, estes estudos consolidaram o campo de pesquisa sobre elites políticas no Brasil e elaboraram uma “agenda” de pesquisa para as investigações atuais que, além de nos servir de base, constitui-se em inspiração para continuidade desta discussão.

Assim, este trabalho insere-se num campo de estudos sobre as elites políticas no Brasil, ainda que seja sobre apenas uma parte dele. Procuramos contribuir para preencher uma lacuna sobre o estudo das elites nos estados brasileiros, estudos regionais que possam analisar a particularidade da elite política em cada contexto específico. Para além da elite política federal, conhecer a elite política brasileira é, sem sombra de dúvidas, mapear as elites políticas dos estados da Federação. Sem a pretensão de esgotar o tema, esta tese se propõe analisar a elite política de Mato Grosso, sobre o qual não existe nenhum estudo sistemático.

A literatura sobre a dinâmica dos processos eleitorais e a configuração do sistema partidário em Mato Grosso propiciou inicialmente algumas questões intrigantes. Aparentemente, durante os diferentes períodos da história brasileira, na qual se alternaram regimes democráticos e ditaduras, Mato Grosso teve a continuidade dos mesmos grupos dominantes no cenário político. A mudança do regime político e sistema partidário não parece ter exercido grande influência no processo de recrutamento da elite política mato-grossense. Portanto, estimulados por estas questões, definimos como o principal objetivo deste trabalho conhecer quem eram as elites políticas em Mato Grosso (perfil económico, sociológico e geográfico) e analisar se as mudanças de regime afetaram ou não, e em que medida, a circulação da elite política mato-grossense, considerando também o contexto específico desta região de fronteira agrícola com seus fluxos diferenciados de colonização. Assim, para a construção do perfil desta elite, considerámos as seguintes variáveis: idade, género, geografia (naturalidade e residência), filiação partidária, ocupação profissional, formação

⁴⁴ CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2008.

educacional e a trajetória política. Concluindo, realizámos uma análise prosopográfica da elite política.

Neste trabalho, procuramos ainda discutir o grau de democratização do processo político de Mato Grosso a partir do recrutamento e circulação da elite política. Considerou-se na análise da estrutura de oportunidades, o papel das instituições que garantem o processo de seleção: sistema eleitoral, sistema partidário, forma do Estado. A distribuição dos recursos sociais foi mapeada identificando se houve zonas que foram privilegiadas no recrutamento e se isto esteve relacionado com o seu desenvolvimento económico e cultural. Analisou-se ainda as características do processo de recrutamento das elites políticas em Mato Grosso que permitem explicar a reprodução de alguns grupos dominantes no poder político e como esse processo, em Mato Grosso, se relaciona com o processo nacional.

Acreditamos que o modelo de ocupação desenvolvido em momentos históricos diferentes nestas terras do Centro-Oeste, conhecida por ser “fronteira e sertão”, proporcionou a formação dos alicerces dos grupos dominantes mato-grossenses portadores de características oligárquicas, que se constituíram em atores políticos centrais no processo político/eleitoral e na composição da elite do poder no estado. A partir de um modelo de recrutamento marcado pelo regionalismo e conservadorismo, estes grupos recompuseram-se a cada nova fase de ocupação no território de Mato Grosso, por meio de arranjos que “harmonizaram” o novo e o velho, o setor tradicional e o agronegócio, num misto de interesses onde o principal foi manter o poder político, garantindo assim sua perpetuação.

Decidimos, então, investigar o período de 1945, quando foi implantado um sistema democrático e pluripartidário, até o ano de 2007 com o final da 15ª legislatura, passando pela eleição em 2003 do então governador Blairo Maggi para o estado de Mato Grosso. Este recorte temporal foi relevante por contemplar três momentos decisivos da história política brasileira, com regimes políticos e sistemas partidários diferentes, o que permitiu observar as alterações ocorridas no perfil da elite política mato-grossense durante o processo de transição.

Com o final da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1945 e a realização de eleições democráticas, ocorreu o início do primeiro período de sistema pluripartidário, seguido pelo golpe militar em 1964 e a instauração do bipartidarismo

que permaneceu até 1981, quando ocorreu o processo de redemocratização e a instituição do novo pluripartidarismo. Nesta pesquisa foram analisados os dados sociológicos, a geografia e a trajetória política dos deputados estaduais e governadores, o que permitiu visualizar as especificidades da elite política mato-grossense e situá-la no cenário nacional.

Com o propósito de criar um suporte as questões acima esboçadas, foi construído um capítulo de história do estado de Mato Grosso buscando, quanto possível, inseri-lo no contexto nacional. Para este capítulo utilizamos uma vasta bibliografia, nacional e regional, produzida sobre o tema em questão, complementada por documentos microfilmados disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Instituto de História e Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e no NDHIR: Núcleo de Documentação Histórica e Regional, com sede na Universidade Federal de Mato Grosso em Cuiabá.

O nosso objetivo foi construir um rápido resgate da história de formação do estado de Mato Grosso contemplando os períodos abaixo estipulados. Fase colonial - segunda década do século XVIII até 1822; Rusga - revolta ocorrida no ano de 1834 durante o período regencial de D. Pedro II; Império – 1822 até 1889; 1ª República – 1889 até 1930; Governo Vargas 1930-1945; Divisão do estado em 1977; Projetos de ocupação da fronteira amazônica e Mato Grosso a partir do final da década de 60.

Para a recolha dos dados empíricos por nós coletados sobre os membros da elite política, as fontes principais foram as fichas parlamentares e currículos dos candidatos que estão disponíveis no Instituto de História e Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, os arquivos privados de políticos e as informações fornecidas por vários familiares. Dados complementares foram adquiridos na Secretaria da Casa Civil em Mato Grosso e no Tribunal Regional Eleitoral Regional.

Desta forma, a pesquisa empírica enquadra-se no período de 1945 a 2007, no qual se identificaram alguns recortes históricos que foram considerados fundamentais. Observe-se que uma parcela destes recortes se refere a mudanças de regime político, mas que, entretanto, não coincidem plenamente com o sistema partidário instaurado no país. Como é de esperar, entre a mudança de regime e a instauração de um novo modelo de sistema partidário - como no caso brasileiro - é necessário algum tempo para que os procedimentos legais sejam acionados. Assim, temos a seguinte divisão: período da

Segunda República - 1945 a 1964 (pluripartidarismo); período da ditadura militar – 1964 a 1979 (efetivamente, o pluripartidarismo somente será revogado em 1965, assim como o final do bipartidarismo somente ocorrerá em 1981, durante a 9ª legislatura iniciada em 1979); divisão de Mato Grosso em 1977; década de 80, com a redemocratização até 2007, com o final da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa de Mato Grosso⁴⁵.

O estudo foi fundamentado nas teorias sobre elites, mais precisamente sobre o recrutamento das elites políticas, além de uma literatura de história regional que permitiu contextualizar o cenário político das eleições. Para operacionalizar os objetivos deste estudo foi necessário definir os conceitos que instrumentalizaram a análise empírica dos grupos políticos. Adotamos a perspectiva de que a elite política é metodologicamente identificada como o conjunto dos atores que ocuparam os principais cargos e as posições políticas na estrutura do Estado, mais precisamente no Legislativo e Executivo estaduais. Estes cargos são na maioria das vezes eletivos, mas podem também ocorrer por nomeação em caso de regimes autoritários. Partindo deste conceito, definimos o grupo de deputados estaduais e governadores como representativo desta elite política mato-grossense. Analisamos quinze legislaturas para a Assembleia Legislativa entre 1947⁴⁶ e 2007, totalizando quinhentos e doze mandatos para deputado estadual (contudo, é importante salientar que estes mandatos foram exercidos por trezentos e catorze políticos), e vinte e dois mandatos para governador de 1945 a 2007⁴⁷.

⁴⁵ Os primeiros anos da década de oitenta são considerados como um período de transição no qual as instituições políticas brasileiras foram paulatinamente se redemocratizando. É portanto difícil marcar com precisão quando acabou a ditadura militar, para alguns historiadores isso teria ocorrido somente em 1985 com a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República. Para estes, a instauração das eleições diretas para Presidente do Brasil foi o “marco principal”. Para efeitos de organização das informações em nosso estudo, consideramos o ano do início da legislatura em que houve a transição do sistema partidário como referencial para delimitar qual período foi democrático (pluripartidarismo) ou ditadura (bipartidarismo – no Brasil este sistema adquiriu contornos próprios).

⁴⁶ No estudo da elite parlamentar a amostragem foi construída a partir da Constituição estadual de 1947, onde a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso passou a numerar as Legislaturas, de modo que a 1ª Legislatura compreende o período de 1947 a 1951.

⁴⁷ Foi considerada por legislatura a totalidade de parlamentares, sem extrair o número de reeleitos. Assim o número final pode conter um mesmo parlamentar duas ou três vezes. Analisamos o perfil dos deputados presentes em 512 mandatos, sendo que foram consideradas as informações sobre cada deputado em cada legislatura pois interessava a construção do perfil sociológico dos parlamentares. Todavia, quando eventualmente este procedimento metodológico não foi adotado, na análise de alguns aspectos referentes aos governadores, destacou-se em nota complementar no local onde a análise se realizou, de forma a evitar distorção.

TABELA 2- DISTRIBUIÇÃO DAS LEGISLATURAS NOS TRÊS DIFERENTES PERÍODOS POLÍTICOS

| Regime político | Legislaturas | Duração | Total de mandatos |
|-----------------|--------------|-----------|-------------------|
| Democracia | 1ª a 5ª | 1947-1966 | 290 |
| Ditadura | 6ª a 8ª | 1967-1978 | 84 |
| Democracia | 9ª a 15ª | 1979-2007 | 233 |

Na redação desta tese optou-se pela construção de cinco capítulos, sendo que no primeiro foi realizado uma breve revisão da literatura que se constituiu em base teórica e metodológica deste estudo. Resgatou-se de forma panorâmica uma parcela da produção científica sobre as elites políticas e seu processo de recrutamento, desde os clássicos na virada do século XX na Europa industrializada e urbanizada, passando pela América do Norte no período pós 2ª Guerra, pela América Latina pós-ditaduras militares e chegando aos estudos brasileiros de cunho empírico regional que têm crescido no país a partir da redemocratização vivenciada no fim dos anos oitenta.

No segundo capítulo analisou-se a formação histórica de Mato Grosso para contextualizar a construção das elites políticas durante as transformações no cenário econômico e geográfico do estado. Foi examinado o modo como a relação entre o regional e o nacional se construiu em diversos momentos históricos, permitindo assim uma compreensão sobre a especificidade de Mato Grosso no contexto nacional. Procurou-se construir uma base histórica que permitisse situar, em cada período, as seguintes questões: quem eram os grupos dominantes, social e economicamente; como se formaram; como se pensaram; que metamorfoses sofreram; e o que se alterou ao longo dos períodos históricos na composição destes grupos em Mato Grosso.

Os dados empíricos foram sistematizados e analisados nos três últimos capítulos, nos quais todas as variáveis estudadas foram situadas comparativamente nos três períodos da história brasileira segundo as mudanças de regime político (democracia, ditadura, democracia) e sistema partidário (pluripartidarismo, bipartidarismo, pluripartidarismo). No terceiro capítulo, pesquisou-se a geografia do recrutamento e a filiação partidária dos deputados estaduais e governadores de Mato Grosso que desempenharam os seus mandatos entre 1945 e 2007. O principal objetivo foi apresentar e analisar durante as transições de regimes políticos as seguintes variáveis: naturalidade, local de residência e filiação partidária. Observou-se ainda qual foi o papel da questão regional (norte/sul) no recrutamento político relativo a estas variáveis.

No quarto capítulo foi tratado o perfil sociológico dos deputados estaduais e governadores de Mato Grosso a partir da análise dos atributos pessoais (idade e gênero), educacionais e ocupacionais (profissão) que caracterizaram este grupo de “escolhidos” e que lhes abriram as portas de entrada para a elite política mato-grossense. Também foi observado em que medida os distintos momentos político-partidários determinaram mudanças no perfil sociológico dos escolhidos e na estrutura de oportunidades, e comparou-se o perfil encontrado em Mato Grosso com outros estados brasileiros.

E, finalmente, no quinto capítulo apresentou-se a trajetória política da elite mato-grossense, pois partiu-se da premissa de que o acesso aos cargos públicos, aos partidos políticos, tal como o apoio de entidades sociais, foi fundamental para que estes indivíduos tenham sido selecionados. Foram analisados os cargos públicos que desempenharam ao longo de suas carreiras, procurando identificar qual o itinerário que melhor os “qualificou” para o acesso ao Poder Legislativo e Executivo no estado, assim como para a continuidade na vida pública após o mandato pesquisado.

CAPÍTULO I

Marco Teórico

Este capítulo se divide em duas partes. Na primeira construímos um panorama das discussões sobre as elites políticas, e na segunda o foco recaiu sobre o processo de recrutamento e os partidos políticos. As discussões sobre as elites políticas resgatam o tema na literatura clássica, no debate entre o pluralismo e teoria monista, e, por fim, nos estudos empíricos sobre a elite nacional e regional no Brasil. Na parte destinada aos partidos políticos, abordamos a discussão sobre a América Latina, Brasil e Mato Grosso. O tema explorado no final do capítulo buscou resgatar de forma resumida a contribuição das análises realizadas sobre as democracias contemporâneas no que diz respeito ao método para o estudo do recrutamento das elites políticas.

1. A produção teórica sobre as elites políticas: dos clássicos aos estudos empíricos sobre as elites políticas no Brasil

Existe uma vasta literatura internacional e uma tímida, porém crescente, literatura nacional e regional, produzida no campo das ciências sociais que abordam as seguintes questões: Quem governa? Como são escolhidos e onde são recrutados os que governam? Inicialmente, muitos nomes foram atribuídos a estes que governam. Alguns teóricos classificaram-nos como classe dominante, grupos superiores, grupos dominantes ou, em uma lógica mais delimitada, elite política. Neste capítulo, focaremos as discussões sobre a teoria das elites que servirá de balizamento teórico e metodológico para esta tese. Nosso objetivo será delimitar o que compreendemos por elite política no contexto do Brasil e Mato Grosso no século XX, revendo os principais trabalhos que influenciaram a atual concepção do termo, sem a pretensão de esgotar o assunto. O que se pretende é a construção de um panorama do estudo das elites.

1.1. Teoria das elites: os clássicos

Enquanto instrumental de análise, o conceito de elite é delimitado pelo adjetivo que o acompanha e o qualifica como política, económica, militar, etc. Mas mesmo qualificado, este termo ainda gera razoável debate e mesmo imprecisão.⁴⁸ Em uma conceituação ampla, o termo elite se refere à minoria que detém o prestígio e o domínio sobre o grupo social⁴⁹. O termo foi largamente discutido nas obras clássicas dos italianos Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e do alemão Robert Michels entre o final do século XIX e início do século XX. A busca da definição do conceito de elites e de não-elites conduziu estes autores à elaboração daquilo que ficou conhecido como a *teoria das elites*.

Defendiam uma compreensão da sociedade baseada na apreciação da realidade dos factos e não na sua idealização. Assim como Nicolau Maquiavel dizia que no estudo da política vale mais “*procurar a verdade efetiva das coisas*”⁵⁰, estes autores se empenharam no estudo científico da política, buscaram conhecer como ela efetivamente funcionava e não como ela deveria funcionar⁵¹. Ou seja, defenderam a ideia de que um verdadeiro estudo dos fenómenos políticos deveria ocorrer pela análise da realidade efetiva de forma científica.

Isso lhes permitiu analisar o desenvolvimento histórico das sociedades e formular uma lei geral da sua organização política na qual afirmaram que toda sociedade possui inevitavelmente uma minoria que domina e uma maioria dominada. Ao buscarem comprovar esta tese de forma científica, estes autores construíram os pilares da teoria das elites e delimitaram inicialmente um objeto de pesquisa (as minorias governantes) que seria a partir de seus estudos consagrado como um dos importantes temas da ciência política contemporânea. Por estas contribuições, foram

⁴⁸ Sobre a definição de quem são as elites políticas, a obra de Ettore A. Albertoni forneceu um breve resumo destas possibilidades conceituais. Segundo ele, o conceito de elite política é baseado numa minoria politicamente ativa que controla os processos de tomada de decisão política. Mais precisamente, a elite política foi metodologicamente identificada como o conjunto dos atores que ocuparam os cargos políticos na estrutura do Estado. ALBERTONI, Ettore A., *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*, Rio de Janeiro, Imago, 1990.

⁴⁹ HOUAISS, António, *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Ed. Objetivo, 2004.

⁵⁰ MAQUIAVEL, Nicolau, *O príncipe*, São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 72.

⁵¹ Como seguidores do pensamento de Maquiavel, os elitistas clássicos (enquanto grupo) foram considerados fundadores da ciência política contemporânea. Cf. BURNHAM, James, *Los maquiavelistas: defensores de la libertad (Maquiavelo, Mosca, Sorel, Michels, Pareto)*, Buenos Aires, Olcese Editores, 1986 e PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009.

denominados por James Burnham de os “maquiavélicos”⁵². Ou seja, em seu principal argumento afirmavam que, em qualquer sociedade, em qualquer contexto, havia sempre uma minoria, uma elite que se destacava devido aos seus dons, à sua competência e aos seus recursos, e detinha o poder, dirigindo a maioria. Esta era uma verdade científica universal do próprio processo de organização das sociedades humanas. *“Era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper. Pelo contrário, o que a adoção do sufrágio universal e a crença nos princípios sobre os quais se apoiava — os da igualdade entre os homens e da soberania popular — produziam era a legitimação do mando da minoria, cujos desígnios passavam a ser aceitos como expressão da vontade autônoma das amplas maiorias”*⁵³.

Estes autores estavam preocupados de forma mais precisa com as elites políticas e foi justamente com base no estudo deste grupo que formularam suas teorias. Essa preocupação política dizia respeito principalmente à questão da ascensão política das massas⁵⁴ e ao avanço democrático ocorrido ao final do século XIX. De facto, os pais da teoria das elites eram homens do seu tempo e suas preocupações se relacionavam diretamente com o contexto histórico da Europa industrializada, o avanço nos direitos democráticos e dos movimentos trabalhistas. *“Para eles, a antiga fase do racionalismo iluminista estava dando lugar a uma era de irracionaisismos. As elites conscientes, cultas e racionais estariam sendo ameaçadas pelo avanço de uma multidão cujo comportamento era marcado pela submissão da razão crítica às emoções e aos impulsos”*⁵⁵. Influenciados pelo darwinismo social e pelas teorias psicológicas⁵⁶ que viam como algo não apenas inviável, mas indesejável e perigoso, a participação política das massas, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels elaboram suas teorias

⁵² Cf. BURNHAM, James, *op. cit.*, 1986. Em contraposição à concepção idealista da política e a realista personalizada por Maquiavel o autor irá tecer elogios aos novos maquiavélicos.

⁵³ GRYNZPAN, Mário, *Ciência, política e trajetórias Sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 11-12.

⁵⁴ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 14.

⁵⁶ Cf. LE BON, Gustave, *Psicologia das Multidões*, São Paulo, Martins Fontes, 2008. Para este autor francês as massas ou mais precisamente, as multidões, possuíam uma forma de consciência geral ou coletiva que anulava o indivíduo autônomo. Era uma espécie de unidade mental que existia nas multidões e que apagava o ser consciente individual e neste sentido somente eram livres para analisar de forma adequada a vida política aqueles que ainda possuíam sua consciência individual, ou seja, aqueles que não faziam parte das multidões. O pensamento de Gustave Le Bon foi duramente critica pelo alemão Albert Otto Hirschman na obra *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. Cf. HIRSCHMAN, Albert Otto, *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

sobre as elites políticas. O pessimismo destes autores frente ao regime político democrático deriva desta visão sobre as massas⁵⁷.

Entre as obras do italiano Gaetano Mosca, a principal, para a elaboração da teoria das elites, foi, sem dúvida, *Elementi di scienza política*, publicada em 1896⁵⁸, na qual explorava a ideia da exigência de um “fosso” que separava a maioria desorganizada que obedece e é governada (as massas) de uma minoria organizada composta por indivíduos superiores que dominam e governam (classe política ou classe dirigente)⁵⁹. O autor delimitou como melhor opção para a observação dos fenómenos sociais e políticos o método histórico⁶⁰. E foi a partir da aplicação deste método que ele afirmou a descoberta da existência de uma lei geral da organização política de todas as sociedades humanas que se constituiu no alicerce da teoria das elites. Ao afirmar que “*entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, aparece um cuja evidência se impõe facilmente a qualquer observador: em todas as sociedades, começando pelas medianamente desenvolvidas [...] até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados*”⁶¹, ele definiu a lei histórica fundamental que lhe permitiu construir claramente o objeto de estudo na teoria das elites: as minorias governantes ou dirigentes, aqueles que de facto conduzem as sociedades humanas, ou seja, a classe política.

A classe política ou classe dirigente é extremamente importante na medida em que toma as decisões e determina o caminho que a sociedade deve percorrer. Somente ela terá a capacidade de se organizar, pois a sua condição de minoria facilita esse processo enquanto o mesmo é inviável em relação às massas. A impossibilidade de organização da maioria é também a razão da manutenção da sua condição de

⁵⁷ BOBBIO, Norberto, “Teoria das elites”, in BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (orgs.), *Dicionário de Política*, Brasília, Editora da UnB, 1986.

⁵⁸ Esta obra teve uma tradução para o inglês em 1939 na qual seu título passou a *The Ruling Class*. No Brasil não existem traduções desta obra para o português e em língua espanhola somente uma versão resumida foi publicada pela editora Fondo de Cultura Económica em 1992.

⁵⁹ Cf. GRYNZPAN, Mário, *op. cit.*, 1999 e BOBBIO, Norberto, *op. cit.*, 1986.

⁶⁰ “Na verdade, o método histórico é um método comparativo. Para aplicá-lo, é preciso elaborar as nossas considerações a partir da observação dos variados grupos e organismos políticos, em diferentes períodos históricos e em diversos tipos de civilização. Só assim poderíamos como afirma Mosca, proceder por meio da indução, isto é, produzir uma generalização científica embasada na análise de uma série de casos particulares”. PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 24.

⁶¹ MOSCA, Gaetano, *op. cit.*, 1939, p. 50, *apud* PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 25. Optamos por apresentar todas as citações referentes ao pensamento de Gaetano Mosca segundo a tradução (parcial – somente algumas passagens) em língua portuguesa apresentada na obra de Renato Perissinotto; portanto, para todas as citações deste autor que apresentarmos adotaremos o mesmo procedimento metodológico.

governados. Segundo Mosca, *“é fatal o predomínio de uma minoria organizada, que obedece a um único impulso, sobre a maioria desorganizada. A força de qualquer minoria é irresistível frente a cada indivíduo da maioria, que se encontra só frente à totalidade da minoria organizada precisamente porque é minoria”*⁶².

De facto, mais do que a condição de minoria organizada, ela possuiria também os recursos socialmente valorizados, permitindo-lhe impor a sua dominação. Somente a condição de minoria não explica a organização atingida pela classe política, justifica a possibilidade técnica de se organizar, mas não o impulso para tal. Mosca irá resolver este problema ao afirmar que os interesses partilhados pelas minorias são de facto o ponto que a torna coesa e que lhe impulsiona a se organizar.

Nesse sentido, afirma Perissinotto, *“poderíamos dizer que, de um lado, a condição de minoria é o requisito formal necessário para um grupo se transformar em classe dirigente, já que uma maioria não conseguiria se organizar e exercer o domínio político; por outro lado, entretanto, uma determinada comunidade de interesses (religiosos, econômicos, militares, funcionais) torna-se o requisito substantivo para explicar por que aquela minoria se reúne e age de forma coordenada, já que a mera condição de minoria não seria suficiente para tanto. Enfim, um grupo, para dominar, precisa ser minoria (viabilidade técnica da ação conjunta organizada) mas isso não é suficiente; precisa também ter interesses em comum (o que gera uma motivação para agir coletivamente e impor o seu domínio sobre outros grupos)”*⁶³.

Ao analisar o desenvolvimento das elites ao longo da história humana, o autor constatou ainda que estas tendem inevitavelmente a declinar. As razões deste declínio não estariam, contudo, em uma resistência das massas, mas no próprio processo de degeneração que a elite passaria a enfrentar. Essa degeneração seria mais forte quanto menor fosse a renovação na formação dos seus quadros. Quanto mais a elite permanecesse fechada em uma única família ou pequeno grupo de famílias menor seria sua capacidade de representar os interesses da sociedade, principalmente quando processos históricos gerassem uma mudança nas fontes de poder socialmente reconhecido pelo grupo. Pois, de acordo com seu pensamento, sempre que houver uma mudança nas fontes de poder deverá também ocorrer uma mudança na classe política.

⁶² MOSCA, Gaetano, *op. cit.*, 1939, p. 53, *apud* PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 27.

⁶³ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 30.

Partindo destas reflexões sobre o pensamento de Mosca, podemos nos arriscar a construir inicialmente algumas questões que nos propusemos discutir nesta tese. Ao lançar um primeiro olhar sobre o processo histórico recente do desenvolvimento do agronegócio⁶⁴ na economia brasileira, e do papel ocupado por Mato Grosso no contexto nacional, podemos então construir uma primeira interrogação. O desenvolvimento do agronegócio no norte de Mato Grosso e o fortalecimento dos produtores de soja no estado impulsionaram mudanças na composição da “classe política”, ou mais precisamente na formação da elite política mato-grossense?

Todavia, vale lembrar que o autor afirma que a queda de uma classe política não geraria uma sociedade livre de dominação, mas que ocorreria a substituição de uma classe política por outra, gerando um novo período de estabilidade social. Aqui podemos formular uma segunda interrogação: a incorporação de representantes do norte de Mato Grosso (ligados ao agronegócio) no Poder Executivo e Legislativo do estado teve como consequência a manutenção da estabilidade social, ou mais precisamente, foi uma forma de evitar uma segunda divisão do seu território?

As mudanças geradas pelos projetos de colonização do território mato-grossense reacenderam nos anos noventa uma antiga discussão separatista que afirmava que o seu território era muito grande e que a representação política dos interesses dos vários grupos era dificultada. O norte do estado atingiu um nível de desenvolvimento económico com o agronegócio que o levou a questionar o poder da classe política no estado, na qual, aos seus olhos, o Executivo não representava adequadamente seus interesses regionais. Aparentemente, a substituição das antigas elites tradicionais por um novo político ligado ao agronegócio e sem tradição na vida pública⁶⁵ terá sido o ponto alto da transição para uma nova elite política que, ao representar os interesses destes novos setores do norte do estado, instauraram um período pacífico no qual as discussões sobre divisão do estado foram esquecidas.

Assim, retomando o pensamento de Mosca, compreendemos que as classes políticas degeneraram porque os atributos e qualidades que possuem não têm mais importância no ambiente social em que vivem. A consequência é que elas são ameaçadas pelas “*novas forças que estão em ascensão, portadoras de novas idéias,*

⁶⁴ O conceito de agronegócio foi abordado na introdução deste trabalho (nota 6, p.3).

⁶⁵ O governador de Mato Grosso, Blairo Borges Maggi, eleito em 2003, é um dos importantes representantes do agronegócio no Brasil e em Mato Grosso. Segundo IBGE de 2003, era o maior produtor de soja individual do Brasil e do mundo.

novas qualidades, novos atributos socialmente valorizados. Portanto, é também uma lei histórica o fato de que essas classes políticas decaem e são substituídas por outras. A nova classe política pode ser inclusive formada por indivíduos de destaque pertencentes aos estratos sociais inferiores”⁶⁶.

Neste ponto da nossa discussão, podemos observar que no pensamento deste autor havia uma relação não somente de domínio, mas também de interação, entre elites e massas que possibilitava o surgimento de novas elites representantes de novas forças sociais emergentes e de seus interesses. O conceito de força social⁶⁷ ajuda a compreender a noção de renovação da classe política em Mosca. Nas palavras do autor, uma força política deve “*ser a expressão organizada de uma influência e de uma autoridade social que tenha alguma posição na sociedade*”⁶⁸.

Contudo, seu trabalho sofreu imensa crítica por não explicar como ocorre essa interação entre massas e classe política, e pela sua interpretação um tanto ou quanto mecânica ou limitada da aplicação do conceito de forças sociais⁶⁹. Na continuidade do debate clássico, Vilfredo Pareto, influenciado pelas ideias de Mosca, avançou na discussão sobre a teoria das elites usando o conceito da “circulação das elites”. De facto, a preocupação principal do autor consistia em saber como o equilíbrio de uma sociedade se mantém ao longo do tempo de forma a garantir a sua reprodução⁷⁰ e, ao buscar elucidar esta questão sociológica, desenvolveu sua argumentação sobre a importância da

⁶⁶ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 32.

⁶⁷ “*Uma força social é qualquer atividade humana que tenha uma influência social e política significativa, compreendendo todos os objetivos e interesses de relevância social em qualquer estágio dado de desenvolvimento cultural. Sendo que uma força social se transforma em força política se ela se organizar. Então uma força política deve ser a expressão organizada de uma influência e de uma autoridade social que tenha alguma posição na sociedade*”. PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 37. Sobre este conceito conferir também BURNHAM, James, *op. cit.*, 1986 e MEISEL, James H., *The myth of the ruling class: Gaetano Mosca and the elite*, Michigan, The University of Michigan press, 1962.

⁶⁸ MOSCA, Gaetano, *op. cit.*, 1939, p. 138, *apud* PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 37.

⁶⁹ Para José Murilo de Carvalho, falta na análise de Mosca uma percepção da influência do Estado e das estruturas políticas sobre a formação e manutenção da elite. CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2003, p. 26.

⁷⁰ Uma análise do pensamento sociológico de Pareto pode ser encontrada em: RAYMOND, Aron, *As etapas do pensamento sociológico*, Martins Fontes, 2002. A sua principal obra *Trattato di sociologia generale* publicada em 1935, possui apenas uma pequena parte dedicada à discussão sobre elites, assim torna-se premente para a compreensão da sua concepção teórica contextualizar a discussão sobre elites em sua teoria sociológica mais ampla. Partindo da preocupação com a estabilidade social, o autor buscou entender as motivações da ação social e sua relação com os regimes democráticos. Considerada uma sociologia “psicologizante”, a obra de Pareto vai buscar compreender a organização e a estabilidade social a partir das motivações psicológicas dos atores sociais, pois os principais fenômenos sociais e políticos devem ser explicados considerando, não o que os homens dizem de si mesmos, mas os sentimentos profundos, instintos quase imutáveis, algo que ele denominou de resíduos.

circulação das elites⁷¹. Em sua concepção de sociedade, havia uma diferença natural e insuperável entre os indivíduos, tanto física como moral e intelectual, e esta diferença determinava a forma de organização social dividida em dois estratos, um inferior composto pela massa dos comandados (a não-elite) e um superior composto pelas elites ou a classe eleita. Observe-se que a “classe eleita” é um conceito que incorpora aqueles indivíduos que obtiveram maior sucesso em suas atividades, algo que chamaríamos de “bem sucedidos”. Dentro desta elite ou classe eleita, ocorreria uma subdivisão entre aqueles que governam (elite governante) e aqueles que, embora sejam bem sucedidos, não exercem o comando político (elite não governante).

Partindo desta conceituação de sociedade, Pareto afirma ser fundamental que haja uma renovação constante da elite, algo que ele chamou de circulação, pois somente assim os valores presentes nos indivíduos que governam (e que são recrutados na elite), estariam sempre em sintonia com os anseios da sociedade⁷². Portanto, todo governo na visão de Pareto é aristocrático. E, como todo pequeno grupo fechado tem a tendência a se auto-reproduzir, o autor alerta para o perigo da hereditariedade na degeneração do governo. Assim, irá afirmar que a circulação entre os indivíduos de destaque advindos das classes inferiores as classes superiores é a solução para evitar este problema. A circulação das elites não irá gerar um governo mais democrático pois toda a circulação gera sempre o nascimento de uma nova aristocracia e, desta forma, o processo de renovação para a não degeneração do governo será cíclica. A história é concebida como um *“cemitério de aristocracias [...] Elas decaem porque diminuem não apenas em número, mas sobretudo, em qualidade”*⁷³.

Podemos concluir então que a função social fundamental da circulação é garantir o equilíbrio social, na medida em que garante também a qualidade da elite e em especial da classe governante. Essa circulação pode ocorrer de duas formas, uma institucionalizada que é relativamente lenta, e outra abrupta, revolucionária. Neste sentido, afirma Perissinotto que o conceito de circulação das elites em Pareto vai além da mera cooptação política de indivíduos, pois *“a cooptação implica que indivíduos estranhos sejam admitidos no seio da classe governante desde que aceitem servi-la, isto é, desde que abram mão de suas características para se comportarem como ela deseja*.

⁷¹ Cf. BOBBIO, Norberto, *op. cit.* 1986 e PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009.

⁷² BURNHAM, James, *op. cit.*, 1986.

⁷³ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 69

*A circulação das elites, ao contrário, descreve a introdução de membros qualitativamente distintos e, com eles, suas opiniões, traços, virtudes e preconceitos”*⁷⁴.

De facto, o processo de circulação é uma necessidade natural para a manutenção da estabilidade social, que ocorre porque a aristocratização da elite inicia a formação de uma elite subalterna entre as massas, que acabará substituindo ou renovando a elite governante em função de sua maior capacidade ou valor. Portanto, a circulação da elite não significa uma democratização do poder político, mas a incorporação de uma nova elite surgida no seio da massa. Ou seja, Pareto alerta para uma circulação que ocorre entre elites, velhas e novas, mas necessariamente entre elites, pois somente aqueles indivíduos bem sucedidos teriam as qualidades necessárias para compor a elite e posteriormente a classe política. Uma das críticas dirigidas à sua obra reside justamente nesta formulação, pois o autor não explicou de maneira satisfatória a razão da substituição das elites, seus processos de degradação e de emergência, assim como não evidenciou neste processo de substituição a inter-relação de mudanças económicas e políticas⁷⁵.

Apesar das críticas sobre a obra de Pareto, é inquestionavelmente reconhecida a sua contribuição para a teoria das elites, que se tornou referencial fundamental para o campo de estudo. Seu conceito de “circulação das elites” nos permite construir algumas interrogações sobre o caso de Mato Grosso. O facto de no período de redemocratização pós-constituente de 1988 se verificar um alto índice de renovação na Assembleia Legislativa, indicando maior circulação da elite política legislativa, pode significar democratização do poder político ou não, algo que poderemos esclarecer com a análise do perfil dos escolhidos. Se a hipótese de Pareto estiver correta, iremos constatar que a maioria dos escolhidos faz parte de uma nova elite de homens bem sucedidos no estado e, se ele estiver errado, então encontraremos legisladores provenientes dos baixos estratos sociais, indicando que nem todo o governo é necessariamente aristocrático. De facto, o caso mato-grossense parece configurar o modelo de circulação em Pareto no qual os que acederam ao poder no período de redemocratização fazem parte, em sua

⁷⁴ *Ibidem*, p. 70.

⁷⁵ As obras dos clássicos foram duramente criticadas pelos autores marxistas que diziam que conceito de elites políticas é viável desde que submetido aos determinantes económicos ou é absolutamente inviável. Na defesa da primeira tese, podemos citar Ralph Miliband que afirmava que o conceito de elite política, ao recusar a identificação entre dominação económica e dominação política, abandonaria o objetivo fundamental de identificar as fontes do poder político. Por isso, era necessário submeter o conceito de elite política ao de classe dominante relacionalmente. Cf. MILIBAND, Ralph, *O Estado na sociedade capitalista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

maioria, de uma nova elite ligada ao agronegócio desenvolvido nos novos municípios do norte do estado.

O terceiro referencial fundamental para a formação da teoria das elites foi elaborado pelo sociólogo alemão Robert Michels⁷⁶. Sua análise se concentrou em dois eixos, a sociologia das organizações e, sob a influência da obra de Le Bon, a psicologia das multidões. Em sua sociologia, Michels defendeu a ideia de que *“as organizações não são meros instrumentos a serviço de grupos sociais. Pelo contrário, quando uma organização se forma e se consolida, ela gera interesses próprios que acabam por se sobrepor aos interesses daqueles que ela, a princípio, deveria representar”*⁷⁷. O autor não acredita na realização da democracia, pois, segundo ele, esta necessita de uma série de organizações para garantir o seu funcionamento, mas, ao realizá-las, estas se colocam em franca oposição aos interesses democráticos, na medida em que geram uma elite técnica que ocupa e dirige as massas. Lembramos que o conceito de democracia em Michels adotava o conceito de democracia socialista do século XIX, no qual democracia significava auto-governo popular, onde as massas decidiriam seus destinos em assembleias públicas.

Portanto, a democracia seria um regime inoperante por questões técnicas, pois multidões decidindo em assembleias públicas era algo impossível, e decorrente desta incapacidade, surgiriam sempre os representantes destas, ou seja, uma pequena elite de líderes. Michels afirma que as massas necessitam de líderes, ou mais precisamente, de se submeter a um chefe e que esta tendência universal gera a formação de uma minoria oligárquica que comanda e que, nas democracias contemporâneas, quanto mais complexas se tornam as funções, maior será a separação entre a massa e os que comandam devido ao próprio conhecimento técnico que as funções nas organizações democráticas exigem.

Alerta Michels que *“Qualquer organização solidamente construída, quer se trate de um Estado democrático, de um partido político ou de uma liga de resistência proletária, oferece um terreno eminentemente favorável à diferenciação dos órgãos e funções. Quanto mais o aparelho de uma organização se complica, isto é, quanto mais aumenta o número de seus membros, seus recursos financeiros e a imprensa que a*

⁷⁶ Sua principal obra *Sociologia dos partidos políticos*, publicada em 1911 foi traduzida no Brasil pela Editora da Universidade de Brasília. MICHELS, Robert, *Sociologia dos partidos políticos*, Brasília, editora da UnB, 1982.

⁷⁷ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.* 2009, p. 79.

serve, mais o governo direto da massa perde terreno para ser suplantado pelo poder crescente dos comitês”⁷⁸.

O autor vai mais além ao afirmar que, ao se consolidarem, as organizações deixam de ser um meio, para tornar-se um fim em si mesmas à medida que os seus líderes, ao possuírem poder e prestígio social, não irão desafiar a ordem estabelecida, mas manter a organização que é a base da sua condição privilegiada. Nesse sentido, observar em que medida os partidos políticos têm deixado de ser o local de representação e de defesa dos interesses dos grupos sociais diferenciados para ser um local predominantemente de reprodução da elite política que busca perpetuar-se no poder tem sido alvo de discussão entre os cientistas políticos⁷⁹. Em Mato Grosso, a elite política tem demonstrado que os partidos políticos não possuem grande diferença ideológica. E o que, de facto, importa é a manutenção do poder nas mãos de um determinado círculo de indivíduos⁸⁰. Retomaremos esta discussão mais à frente neste capítulo.

Na teoria clássica de Pareto, Mosca e Michels, a dominação exercida pelas elites é praticamente inabalável, pois as massas são incapazes de se organizar ou de construir uma consciência comum. Assim podemos afirmar que a teoria clássica carregou em si uma perspectiva pessimista do funcionamento democrático das instituições públicas, mas ao teorizarem a circulação destas elites demonstraram que a própria competição do processo democrático evitaria a perpetuação de um único e eterno grupo da elite no poder político.

Como já foi mencionado anteriormente, os autores clássicos alertam para o fenómeno da reprodução (que é perigoso pois pode levar a degeneração do grupo) e da circulação da elite política nas democracias contemporâneas como forma de evitar um desequilíbrio entre ordem política e desenvolvimento da sociedade. Neste processo de

⁷⁸ MICHELS, Robert, *op. cit.*, 1982, pp. 21-22.

⁷⁹ MARENCO DOS SANTOS, André, “Democracia e valores cívicos: uma relação necessária?”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 69, pp. 145-160, Julho, 2004; “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, 1997, pp. 87-101.

⁸⁰ NEVES, Maria Manuela Renha de Novis, *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral* (caso de Mato Grosso), São Paulo, Vertice, 1988.

manutenção da ordem social, ocorreria a substituição total ou parcial de uma elite degenerada por uma nova elite, ou seja, existiria uma circulação entre grupos de elites⁸¹.

Michels observa ainda que essa incapacidade psicológica e técnica da massa participar na vida política facilita nas democracias contemporâneas o fortalecimento da necessidade de um chefe para lhes mostrar o caminho. Esse chefe se aproxima da figura do demagogo⁸² que conhecendo os sentimentos das massas consegue seduzi-las com seu discurso e assim assumir a liderança: “*o que caracteriza essencialmente a democracia é precisamente a facilidade com que ela sucumbe à magia do verbo*”⁸³.

Para Michels, existe uma impossibilidade histórica da democracia devido à tendência inevitável das organizações fugirem ao controle das bases, toda organização tende à burocratização, pois as massas para se organizarem necessitam de uma minoria dirigente, e isto, conseqüentemente, gera a tendencial distância entre dominantes e dominados⁸⁴. Mosca e Pareto também possuem uma perspectiva pessimista em relação à possibilidade de controle da elite pelas massas, ou seja, não apenas existe a divisão entre elites e massas, mas as elites escapam ao controle das massas. A diferença entre os autores está na razão pela qual as massas não podem exercer esse controle.

Para Pareto⁸⁵, as massas não conseguem possuir uma consciência comum que as oriente, o problema seria, portanto, de cunho psicológico, as massas são manipuláveis e o verdadeiro jogo político ocorreria apenas entre a elite governante e a não governante, ou seja, entre a elite e a contra-elite. Em Mosca⁸⁶, a questão não é psicológica, mas

⁸¹ É importante recordar que os autores adotam uma perspectiva democrática valorativa, onde se parte da perspectiva do que a democracia deveria ser, seu ideal, seu valor para então aplicar este modelo ideal à análise da possibilidade de construção de uma democracia possível. Sendo que para Michels o princípio democrático é uma forma de se opor ao princípio oligárquico. Segundo Perissinotto, “*contra o predomínio absoluto de uma minoria despótica, Michels defende a democracia não como auto governo das massas (já que isso seria impossível), mas como um sistema que permitiria aos governados defenderem seus interesses e controlarem as oligarquias. Além disso a democracia deveria viabilizar a renovação lenta e segura da classe política, evitando a formação de uma aristocracia fechada e fadada a degeneração. Enfim, é preciso retirar da democracia o seu conteúdo rousseauniano, radical, de auto governo das massas, e substituí-lo por uma concepção bem mais limitada, isto é, como um mecanismo político que garante a proteção dos governados e a vigilância das oligarquias. Entendida desta forma, a democracia não apenas é compatível com o processo organizacional, como o pressupõe para funcionar adequadamente*”. PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 90.

⁸² A importância da figura do demagogo nas democracias contemporâneas foi trabalhada em WEBER, Max, *op. cit.*, 1999. Na análise realizada por Renato Perissinotto, o autor afirma que existe nesta discussão sobre a liderança das massas uma proximidade entre o pensamento de Max Weber e de Robert Michels. Cf. PERISSINOTTO, Renato *op. cit.*, 2009, p.87.

⁸³ MICHELS, Robert, *op. cit.*, 1982, p. 45.

⁸⁴ *Ibidem*

⁸⁵ PARETO, Vilfredo, *op. cit.*, 1968.

⁸⁶ MOSCA, Gaetano, *La classe política*, México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

organizativa, tal como em Michels. Contudo, como já foi apontado sobre a obra de Pareto, os clássicos ao se fixarem na discussão sobre a substituição de uma elite por outra não aprofundaram o tema sobre como surgem as elites, relacionando-as com as estruturas sociais e económicas concretas⁸⁷.

Todavia, foram os fundadores da teoria das elites ao elaborarem o que Perissinotto⁸⁸ chamou de um “programa de pesquisa” que iria marcar o destino na ciência política produzida posterior aos seus trabalhos. Seus estudos apontaram aspetos fundamentais para os estudos atuais. Podemos de forma simplificada apontar três importantes questões por eles formuladas: como definir poder político? Como identificar a minoria que exerce o poder no interior de uma dada comunidade? Como conjugar democracia com a descoberta de que toda a sociedade humana é inevitavelmente marcada pelo predomínio de uma minoria?

1.2. Elites políticas: monismo ou pluralismo?

Na continuidade do desenvolvimento destas grandes questões da agenda de pesquisa da teoria das elites, foi a sociologia americana que, influenciada principalmente pelas obras de Mosca e Pareto, deu prosseguimento ao debate. Em sua obra, *A elite do poder*⁸⁹, Charles Wright Mills afirmou que o estudo da elite política deve ter como ponto de partida identificar quem são aqueles que ocupam as principais posições de comando em uma dada sociedade. Ou seja, o autor aponta dois aspetos fundamentais de seu método: primeiro, a elite é definida pela sua posição de comando (definição posicional)⁹⁰ e segundo, essas posições de comando se encontram nas instituições mais importantes da estrutura social (definição institucional).

⁸⁷ Para os autores marxistas que aceitaram o conceito de elites e buscaram incorporá-lo ao conceito de classe dominante, como Ralph Miliband e Tom Bottomore afirmam que é necessário repensar a relação de poder entre o poder político e o poder económico, assim se poderia perceber que a classe que detém o poder no âmbito da economia detém também, ao mesmo tempo, o domínio político. Para Bottomore o conceito de elite política, ao recusar a identificação entre dominação económica e política, abandonaria o objetivo fundamental de identificar as fontes do poder. BOTTOMORE, T. B., *As elites e a sociedade*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1974; MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, 1972.

⁸⁸ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 98.

⁸⁹ MILLS, C. Wright, *op. cit.*, 1981.

⁹⁰ “O caminho para a compreensão do poder da elite americana não está apenas no reconhecimento da escala histórica dos acontecimentos nem na aceitação do testemunho pessoal dos homens que aparentemente tomam decisões. Atrás destes e atrás dos acontecimentos da história, ligando uns aos outros, estão as principais instituições da sociedade moderna”. MILLS, C. Wright, *op. cit.*, 1981, p.14.

O autor constatou que a sociedade americana é controlada por uma minoria relativamente homogênea mas, ao contrário dos autores clássicos, Mills afirma que sua tese não é a de que “*em todas as épocas da história humana e em todas as nações, uma minoria criadora, uma classe dirigente, uma elite onipotente, condiciona os fatos históricos*”⁹¹. Na concepção deste autor, não existe o determinismo mecânico da teoria clássica para explicar a existência de uma elite do poder, mas, em cada caso em que ela se apresenta, será o resultado dos fatores históricos, e que, portanto, em cada época e em cada estrutura social, o pesquisador deve procurar conhecer as razões da existência desta elite do poder. Ou seja, saber porque essa dada minoria domina a maioria e quais são os fatores que permitem a existência deste poder. No caso da elite americana, o autor afirmou que a minoria domina porque seus membros controlam os postos de comando das principais instituições da estrutura social.

Segundo ele, “*a elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores consequências do que as decisões que tomam. Pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. Comandam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam os postos de comando estratégicos da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem*”⁹².

Assim, é necessário que, em cada estudo específico, primeiramente o pesquisador identifique quais são as instituições mais importantes da estrutura social analisada. Após identificar estas instituições, o pesquisador deve analisar quem são aqueles que ocupam seus principais cargos. A este grupo de indivíduos, em seu estudo, Mills denominou de “alta roda americana”. Além de conhecer estas instituições e seus principais membros, deve também observar a inter-relação entre as diversas ordens institucionais.

Entretanto, é necessário que se delimite o grupo que será estudado e para isso é necessário conhecer quais são os membros relevantes de cada instituição. Se Wright

⁹¹ *Ibidem*, p. 30.

⁹² *Ibidem*, p.12.

Mills diz que “*a elite é composta pelos indivíduos que ocupam a cúpula das instituições em questão, cabe perguntar: quais são os cargos que compõem essa cúpula? Qual a linha divisória que nos permite dizer que é um posto de elite e que os cargos abaixo dele não podem mais ser considerados como tal? Para o autor, fazem parte da elite aqueles círculos políticos, econômicos e militares que partilham as decisões de consequência nacional*”⁹³. Esta definição deve ser analisada pelo leitor, considerando o facto de que Mills estava a fazer um estudo da elite nacional americana, o que, todavia, não invalida sua contribuição para o nosso estudo. Aqui podemos considerar aqueles que tomam decisões que afetam o estado de Mato Grosso, pois não estamos pesquisando uma elite nacional e sim a elite política mato-grossense.

Esta elite do poder também se caracteriza pela coesão formada a partir dos seguintes pontos: “*a) unidade psicológica, em função de partilharem os mesmos valores e a mesma visão de mundo, b) unidade de interesses, em função da relação cada vez mais próxima entre instituições políticas, econômicas e militares e c) unidade institucional, dada a proximidade entre as cúpulas das três instituições, possibilitando o aparecimento de uma ação coordenada*”⁹⁴. Neste ponto da exposição, podemos questionar se a elite do poder em Mills é recrutada de forma familiar e tradicional, devido à sua afirmação de que um dos pontos fundamentais da sua coesão interna reside em um universo de valores e visão de mundo que são comuns. Pois, segundo Mills, a sociedade americana é caracterizada por um fluxo constante de ascensão social de novos grupos e queda de outros. De facto os novos-ricos fazem parte da alta roda; então como explicar esta coesão de valores e visão de mundo? A chave para esse “mistério” reside no processo de socialização ocorrido no sistema educacional.

Mills observou que o sistema educacional é responsável por reproduzir a unidade de classe ao nível nacional, principalmente através do sistema privado. O papel principal destas escolas residiria em eliminar as distinções existentes entre a velha e a nova classe. Por este ângulo, podemos dizer que a escola substitui a família como espaço de socialização dos membros das classes superiores e que continuará a desenvolver este trabalho nas principais universidades do país. Além do sistema educacional, estariam a operar neste processo de unificação entre novo e velho grupo os laços familiares e de amizades. Assim, tanto os casamentos como os laços sociais

⁹³ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 106.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 107.

estabelecidos em clubes e associações importantes, como Rotary Club por exemplo, funcionariam como unificadores desta elite.

Podemos perceber que Mills concede grande importância às relações interpessoais, indo além da perspectiva unicamente institucionalista. Assim, a unidade das classes superiores se deve não apenas ao resultado da interação das três principais ordens institucionais (estado, forças armadas e grandes corporações), mas também aos laços pessoais existentes entre seus membros principais. *“Na verdade, o que ele está dizendo é que se essas famílias controlam grande parte da cúpula das principais instituições nacionais é porque, com a educação que possuem e com as influências que têm, conseguem colocar e recolocar seus membros no topo das instituições”*⁹⁵.

O estudo de Charles Wright Mills fornece um mapa interessante das três instituições que representavam o poder na sociedade americana. De facto, o autor ainda apontou uma quarta “instituição” que tem sofrido um processo constante de aumento de influência, devido à sua capacidade de manipulação de massas. Essa quarta instituição seria composta pelos meios de comunicação que têm transformado a grande maioria dos americanos cada vez mais em uma massa amorfa na qual o indivíduo não tem opinião⁹⁶. Contudo, a análise da elite do poder considera os indivíduos que ocupam posições com capacidade de tomar decisões importantes em três instituições, a política, a económica e a militar.

Para nosso estudo, a sua principal contribuição reside na conceituação de duas instituições: a política e a económica, já que a instituição militar não parece apresentar a mesma relação com as outras duas esferas no caso mato-grossense. Durante o período militar no Brasil, a instituição militar controlava as outras duas; assim, não se pode falar em proximidade entre instituições, pois o que existia era a dominação da instituição militar sobre a política e a económica, enquanto nos períodos de democracia os militares perderam rapidamente o seu potencial de influência sobre as outras duas instituições, indicando um processo efetivo no qual a instituição militar se distanciou das instituições política e económica. Aparentemente, esse distanciamento da esfera militar em relação à

⁹⁵ *Ibidem*, p. 109.

⁹⁶ Wright Mills faz uma diferenciação entre sociedade de públicos e sociedade de massas. Uma sociedade de públicos é formada por indivíduos que têm a capacidade de participar de uma discussão de forma independente e voluntária, emitindo, portanto, uma opinião também independente e voluntária. Isso seria algo que chamamos de opinião pública que é muito diferente do que a massa é capaz de produzir. A massa é um ser amorfo que reproduz o que os principais meios de comunicação divulgam sem julgar de forma independente e voluntária a informação adquirida e por isso é facilmente dominada constituindo-se em empecilho ao desenvolvimento do regime democrático. MILLS, C. Wright, *op. cit.*, 1981.

esfera política e económica se faz presente quando segue a rutura de uma ditadura militar, uma construção de instituições democráticas. Algo como afastar o fantasma da ditadura. Além disso, a instituição militar no Brasil nunca teve o mesmo peso económico que tivera nos Estados Unidos, ou seja, a indústria da guerra sempre teve menos prestígio social e peso económico na realidade brasileira.

Na análise da instituição económica, afirma que se deve considerar as condições objetivas que os membros possuem para ocupar os cargos de comando, ou seja, “*em qualquer período, devemos equilibrar o peso do carácter ou da vontade ou inteligência do indivíduo com a estrutura objetiva institucional que lhe permite exercer esse papel*”⁹⁷. Assim, é necessário que se compreenda a estrutura objetiva de oportunidades que a história económica lhes proporciona⁹⁸. Este fortalecimento do poder da instituição económica, segundo Mills, leva à acumulação de vantagens, isto é, o acúmulo de posições estratégicas que permitam ao indivíduo ter mais influência e conseguir mais riqueza. “*O principal fato econômico sobre os muito ricos é essa acumulação de vantagens: os que têm grande riqueza ocupam uma série de posições estratégicas para fazê-la render ainda mais*”⁹⁹.

Desta forma, a associação entre estes ricos geraria uma unificação dos interesses que deixariam de ser apenas demandas localizadas para se tornarem interesses amplos da classe económica dominante. Sendo que, ao estarem unidos em associações comerciais, industriais, bancárias, agrícolas, “*esse grupo passa, assim, a controlar todo tipo de privilégio: altas rendas, isenção de impostos, influência social e política. Tudo isso permite aos seus membros participar direta ou indiretamente das decisões que afetam a vida de milhões de pessoas*”¹⁰⁰.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 116.

⁹⁸ O estudo realizado por Renato Boschi e Eli Diniz sobre as elites económicas no Brasil é um bom exemplo da discussão sobre as oportunidades geradas pelo processo histórico. Neste estudo, os autores demonstram como o empresariado brasileiro soube aproveitar, no período de redemocratização, para se organizar e participar na esfera da política. Os autores afirmam que eles teriam percebido a força que poderiam adquirir sobre as decisões políticas nacionais, caso se organizassem em associações, e a partir de então pudessem pressionar o poder político para adquirir melhor representação dos seus interesses, assim como aumentou a sua participação direta nos cargos de comando do Estado. Seja pela pressão ou pelo exercício direto da atividade política no Legislativo e no Executivo, a elite económica brasileira soube aproveitar o processo histórico e se fortalecer enquanto elite. BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli, “Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas”, in BOSCHI, R., DINIZ, E., SANTOS, F., *Elites políticas e económicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000, pp. 15-88.

⁹⁹ MILLS, C. Wright, *op. cit.*, 1981.

¹⁰⁰ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 111.

Sobre a instituição política, o autor salienta que, na sociedade americana, os grupos médios somente possuem alguma influência em setores medianos do poder, sendo os níveis decisivos ocupados pela “*nata da sociedade*”. Em seu estudo, ele identificou três tipos de políticos na sociedade americana. O primeiro caso seria do político profissional, o qual, afirma o autor, estaria em decadência¹⁰¹. O segundo seria o político ex-burocrata e o terceiro seria o político não profissional que estaria ligado às grandes empresas que mantêm um aquecido diálogo com o mundo político.

O conjunto destes atores irá compor o que Mills designou por diretório político. Em seu estudo, identificou o perfil sociológico desta elite que governa. Inspirado na obra de Gaetano Mosca, ele buscou responder não somente à questão de quantos governam (sempre uma minoria), mas quem são os que governam e como eles chegam lá. Por isso, ao analisar o diretório político, ele seguiu dois passos básicos. No primeiro passo metodológico, tal como fizera na análise da esfera econômica, identificou pelo critério *posicional* quem faz parte da elite política, e portanto, quem governa¹⁰². No segundo passo metodológico, analisou a origem social dos indivíduos que ocupavam tais posições, ou seja, o autor buscou conhecer qual foi o caminho percorrido por estes para chegarem a estas posições. Nesta discussão sobre a origem social, ele considerou a origem familiar, a trajetória profissional e educacional, o nível socioeconômico dos que conseguiram ocupar os principais postos do governo na sociedade americana, e ao cruzar estas informações ele descobriu uma íntima relação entre os indivíduos da cúpula das três esferas (política, econômica e militar) configurando uma elite homogênea que comandava o destino da nação.

Na sua concepção, essa elite do poder é demonstrativa da falácia que se tornou a democracia americana, pois “*nas sociedades de massas, [...] há um número muito pequeno de falantes para um número muito grande de ouvintes. A sociedade americana, portanto, não apenas tinha concentrado a capacidade de tomar decisões*

¹⁰¹ Interessante observar que os recentes estudos sobre a profissionalização do político, compreendido como o ator da política ou como o espaço onde se faz a política, têm sofrido nas democracias europeias contemporâneas um crescimento da profissionalização. Cf. BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (orgs.), “Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000”, *Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, OUP, 2000. No Brasil o estudo de Codato analisou a problemática in CODATO, Adriano, *op. cit.*, 2008.

¹⁰² O autor escolheu alguns postos fundamentais do governo nacional americano como, presidente, vice-presidente, presidente da Câmara dos Deputados, membros dos ministérios e juizes da Suprema Corte. MILLS, C. Wright, *op. cit.*, 1981, p. 273.

nas mãos de uma minoria, mas tinha também afastado o homem médio da vida política, impedindo qualquer controle democrático mais efetivo sobre a elite do poder”¹⁰³.

Desta forma, a própria apatia das massas frente às questões políticas favorecia a manutenção do poder sempre nos mesmos círculos sociais superiores e enfraquecia o funcionamento da democracia. Era necessário então que o cidadão médio, o homem comum, recuperasse seu potencial de participação política. Diferente da visão dos autores clássicos, como Mosca, Pareto e Michels, Mills acredita que o funcionamento adequado da democracia necessita da participação do homem comum, portanto o, problema não seria a participação das massas, mas a ausência dela.

Como citado anteriormente, Mills compreendia que a existência de uma minoria que governa não era uma lei natural à histórica, mas, ao contrário, toda a dominação era construída historicamente, que uma minoria dominante somente existia porque as condições concretas para o seu fortalecimento foram historicamente construídas. Assim também a apatia política das massas era fruto de um processo histórico ligado à sociedade dos meios de comunicação de massa. Vista por esse ângulo, a incapacidade ou desinteresse dos homens comuns em participar da vida pública poderia ser historicamente revertido.

Assim como Charles Wright Mills, o eminente teórico Robert Dahl¹⁰⁴, preocupado em compreender o funcionamento da democracia americana, elaborou um importante trabalho seguindo uma tradição teórica conhecida como pluralismo¹⁰⁵. Ele

¹⁰³ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 119.

¹⁰⁴ DAHL, Robert, *op. cit.*, 1971.

¹⁰⁵ Uma revisão da contribuição da corrente pluralista para a formulação da teoria das elites pode ser encontrada na obra *As elites Políticas: questões de teoria e método* de Renato Perissinotto. Nesta obra, o autor argumenta que, nos Estados Unidos, surgiu uma série de estudos que ficaram conhecidos como *tradição pluralista*. Nesta tradição, o principal actor da democracia não é o Estado, mas os grupos sociais organizados que buscam defender seus interesses. Desde os artigos de James Madison (*Os federalistas*) e Alexis de Tocqueville (*A democracia na América*), foi analisado o tema do despotismo que o Estado poderia exercer sobre o indivíduo se esse se mantivesse isolado. Outro grande avanço foi a discussão trazida pela importante obra de Arthur Bentley, *The process of government*, escrita em 1908. Nesta obra, o autor salientava a importância de grupos sociais organizados e rejeitava a ideia tradicional de “soberania democrática”, onde o povo (enquanto unidade homogênea) poderia exercer o poder. Também importante para a sistematização das ideias pluralistas foi Harold Laski, teórico britânico que publicou seus trabalhos entre 1917 e 1921, advogando a formação de grupos organizados que defendessem seus interesses (grupos de interesses) como a forma adequada de funcionamento do sistema democrático. Observe-se que estas concepções que desprezam o Estado e defendem a organização dos grupos sociais também se fez presente em muitas outras obras como: Charles Merriam (*Recent tendencies in political thought*), Harry Elmer Barnes (*Some contributions of sociology to modern political theory*), Pendelton Herring (*Group representation before congress e The politics of democracy*), J. Dickson (*Democratic realities and democratic dogma*) e em David Trumam no seu clássico de 1951 (*The governmental process*). Analisando a obra de Trumam, Renato Perissinotto afirma que para este autor “a vida política, assim como o processo decisório que dela deriva (o que ele chama de “processo de governo”), não poderia ser

propôs um método diferente do que havia sido construído por Mills para se estudar quem são aqueles que governam, ou seja, as minorias governantes discutidas pela teoria clássica. Sua obra foi considerada de fundamental importância para a teoria pluralista das elites políticas.

Ao contrário da premissa posicional institucional de Charles Wright Mills, Robert Dahl indagou sobre quem efetivamente toma as decisões. Ele discutiu a hipótese de que um determinado grupo, apenas por controlar os recursos institucionais, seria capaz de tomar sozinho todas as decisões importantes, e que seria necessário analisar os processos decisórios e observar se somente os interesses daquele grupo prevaleceram acima de outros grupos divergentes que estivessem fora dos principais postos institucionais.

Ao fazer a crítica às limitações do método posicional, Robert Dahl propõe como alternativa o método decisional. Três passos deveriam ser seguidos na aplicação deste método que buscava testar a tese defendida por Mills da existência de uma única e homogênea elite americana: definir de forma precisa quem é essa “elite do poder”; escolher uma quantidade representativa de casos sobre decisões políticas fundamentais acerca de temas que envolvam divergências na sociedade (mais precisamente em grupos sociais organizados); observar se as preferências da elite do poder prevaleceram sobre os outros grupos de interesse¹⁰⁶.

entendida separadamente do comportamento dos grupos sociais organizados, que ele chamava de grupos de interesse”. O seu objetivo não era apenas mostrar que não havia um interesse público universal, mas também não precisava haver um. O governo não era, como se pensava antes, uma instituição que deveria ser vista apenas como uma espécie de arena para onde se dirigem os grupos de interesse com vistas a tentar influenciar as decisões políticas. As políticas públicas seriam, na verdade, a resultante do embate entre os diversos grupos sociais de pressão com vistas a inscrever seus interesses nas decisões governamentais”. PERISSINOTTO, Renato, op. cit., 2009, pp. 128-129.

¹⁰⁶ Esta proposta sofreu imensa crítica na medida em que ela não considera que o poder esteja apenas na capacidade de tomar decisões importantes, mas também na capacidade de impedir que isso ocorra. Assim como seria difícil definir com precisão quais questões políticas são importantes apenas pelo critério de serem polêmicas, ou seja, serem importantes porque comportam em si a divergência de interesses de grupos autônomos. Afinal, os grupos poderiam divergir tanto em questões efetivamente importantes como em questões triviais. Neste caso, a proposta metodológica comporta grandes lacunas, afirmam os pesquisadores Peter Bachrach e Morton Baratz. BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton S., “Poder e decisão”, in CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. (Org), *Política e sociedade*, 2ª ed. São Paulo, 1983.

1.2.1. Que “tipo” de democracia?

A concepção de democracia em Mills era diferente da concepção de Dahl e, por isso, seus estudos analisaram a relação entre as massa e as elites de forma diferenciada. A democracia analisada por Charles Wright Mills contrapõe os homens comuns cujo poder de influência está restrito ao seu mundo do dia-a-dia e que, mesmo nos espaços mais próximos, como família e trabalho, são submetidos a forças que não podem compreender nem governar; e a “elite do poder” composta por homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns e tomar decisões de grandes consequências, por ocupar os postos de comando estratégico da estrutura social. Para Dahl, a democracia é um regime que permite a competição entre grupos portadores de interesses variados que se organizam e competem na arena pública do Estado de forma direta (representação) ou indireta (através da pressão), ou seja, na concepção pluralista, a democracia seria um regime que permite a competição entre elites que são autónomas.

Diferente da necessidade de participação das massas para o bom funcionamento da democracia, os pluralistas receavam aquilo que consideravam o “caráter autoritário do homem médio”¹⁰⁷, e afirmavam que seria melhor a continuidade de uma certa apatia da imensa maioria ao seu engajamento na vida pública. Como herdeiro dessa tradição Robert Dahl afirma que *“os eleitores têm menos necessidade de compreender cada questão pública importante. Em vez disso, podem simplesmente votar em candidatos do partido da sua escolha com alguma confiança em que, se eleitos, os seus representantes irão, de um modo geral, prosseguir políticas que estão amplamente de acordo com os seus interesses”*¹⁰⁸. Desta forma, os pluralistas defendiam uma democracia onde as massas participariam apenas no processo eleitoral, no qual, através de eleições competitivas, elas escolheriam quais seriam as lideranças políticas (parcela da minoria) que iriam governa-las¹⁰⁹. Entretanto nessa concepção pluralista o facto de poucos

¹⁰⁷ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 129.

¹⁰⁸ DAHL, Robert, *op. cit.*, 2000, p. 121

¹⁰⁹ Contrária a esta visão negativa dos pluralistas, os autores neoeleitaristas como Peter Bachrach defendem a tese de que a participação política eleva a qualidade dos cidadãos e, portanto, fortalece o regime democrático. Desta forma, o autor não concorda com a associação feita pelos pluralistas, entre massas e ameaça à democracia, por um lado, e entre elites e estabilidade democrática, por outro. Para estes autores, a democracia não se resume a um controle e participação na esfera governamental, mas é algo muito mais amplo que deve ser perseguido no âmbito do trabalho, da família, da escola, das grandes corporações; de facto, deve-se perseguir a democratização de todas as áreas de decisões de modo que toda

governarem não caracterizaria automaticamente em um modelo oligárquico, de facto, a liderança de um pequeno grupo sobre a maioria é plenamente compatível com a democracia quando existe uma pluralidade de elites que competem entre si pelo poder político.

Portanto, o pluralismo admite que a atividade política é controlada por uma minoria, mas que isso não é contraditório com a ideia de um regime democrático, depende da definição que se adote para esse termo. Segundo Schumpeter¹¹⁰, para resolver este problema, a democracia deve ser concebida como um regime de eleições livres e competitivas, no qual diversas elites competem entre si para conquistar o voto dos governados. E como o principal neste processo é a competição, deve-se garantir que esta ocorra adequadamente, através de uma competição entre possíveis representantes dos interesses de grupos sociais diversos de forma autónoma, sem a interferência do Estado.

Então, deve recusar-se uma visão sobre o ideal democrático no qual o povo governa, e entender a democracia como um regime em que ocorre uma competição entre uma pluralidade de minorias dirigentes (não a democracia ideal, mas sim a democracia real): o poder político não estaria concentrado em uma única elite do poder, mas disperso em vários grupos sociais dominantes, ou seja, várias elites autónomas e organizadas. Por isso, Robert Dahl irá afirmar que a melhor forma para perceber se um regime político é democrático é testar se as principais decisões favorecem grupos diferenciados. Isso indicaria algum padrão de competição democrática, ao contrário daquele modelo de regime em que somente os interesses de um grupo se sobrepõem sempre a todos os outros. Neste caso, teríamos uma oligarquização da arena de

decisão passe a ser uma decisão política. Para este autor, o homem comum não é apático à política como manifestação da sua própria vontade, mas antes, dos impedimentos criados à sua participação. Neste ponto, ele se aproxima de Mills quando este afirma que o problema da democracia americana não está na participação das massas mas na ausência desta participação. BACHRACH, Peter, *The theory of democratic elitism: a critique*, New York, University Press of America, 1980. Ainda, segundo a ausência da participação das massas nas democracias contemporâneas, o pensamento dos elitistas clássicos e pluralistas diverge dos neoelitistas. “*A passividade política das majorias, tão valorizada pelos elitistas clássicos e pelos pluralistas, é vista pelos neoelitistas como a grande causa do enfraquecimento das democracias contemporâneas*”. Cf. PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 156. Schumpeter também havia elaborado uma nova definição de democracia conhecida como “realismo” na qual, basicamente, no qual a participação das massas se resumiria à escolha das lideranças políticas, sendo que uma participação mais efetiva das massas não era desejável devido à sua irracionalidade além de ser também tecnicamente inviável. SCHUMPETER, Joseph, *op. cit.*, 1984.

¹¹⁰ SCHUMPETER, Joseph, *op. cit.*, 1984.

competição política. Todavia, admite o autor que os recursos¹¹¹ disponíveis na sociedade não são distribuídos igualmente e que isso pode influenciar o funcionamento do regime democrático tal como é por ele definido em seu conceito de poliarquia.

*“Devido às desigualdades de recursos, alguns cidadãos conseguem uma influência mais significativa do que outros sobre as políticas, as decisões e os atos do governo. Estas violações, infelizmente, não são triviais. Em consequência, os cidadãos não são iguais politicamente – longe disso – e, assim, o fundamento moral da democracia, a igualdade política entre os cidadãos, é gravemente violado”*¹¹². Assim, considerando que os recursos são, em maior ou menor grau, desigualmente distribuídos, o pesquisador deve perguntar se o modelo de liderança construído em um dado regime político por ele analisado é mais oligárquico ou pluralístico. Esta questão foi por nós considerada de grande relevância, na medida em que fornece elementos teóricos que nos auxiliam a compreender e analisar, dentro de um esquema conceitual, as informações apresentadas nos dados empíricos.

Acreditamos que através do perfil da elite política mato-grossense poderemos diagnosticar qual modelo de democracia foi desenvolvido, se mais oligárquico ou pluralista, e ainda observar se este modelo sofreu alteração durante os períodos históricos nos quais ocorreu a mudança do regime político no Brasil (democracia, ditadura, democracia). Ou seja, nosso interesse está em saber se a distribuição dos recursos políticos em Mato Grosso levou à formação de uma oligarquia (isto é, ao domínio de uma elite coesa) ou à formação de um modelo pluralista (isto é, governo de várias minorias em competição). Então, devemos nos perguntar: primeiro, como as decisões políticas importantes são tomadas? Segundo, as diversas decisões são tomadas pelas mesmas pessoas? E, por fim, em que estrato social as pessoas mais influentes e os líderes são recrutados?

Outro aspeto importante em sua teoria se encontra na discussão sobre liderança e democracia: segundo Dahl, o que garante a plena funcionalidade da liderança das elites

¹¹¹ Estes poderiam ser de natureza econômica (dinheiro), cultural ou mesmo influência, prestígio e saber (conhecimento). Em uma definição precisa “os recursos políticos incluem tudo aquilo a que um indivíduo ou um grupo têm acesso, que podem usar para influenciar, direta ou indiretamente, o comportamento de outros indivíduos. Variando com o tempo e o lugar, um número enorme de aspectos da sociedade humana pode ser convertido em recursos políticos: a força física, o armamento, o dinheiro, a riqueza, os bens e os serviços, os recursos produtivos, o rendimento, o estatuto, a honra, o respeito, o afeto, o carisma, o prestígio, a informação, o conhecimento, a educação, a comunicação, os meios de comunicação, as organizações, a posição, a personalidade jurídica, o controle da doutrina e das convicções, os votos, e muitos outros”. DAHL, Robert, *op. cit.*, 2000, p. 201.

¹¹² *Ibidem*, p. 202.

nos regimes democráticos é o controlo realizado pelos eleitores, pois sem isso, os líderes políticos seriam totalmente dominantes. *“Apesar dos limites ao controlo popular, as elites nos países democráticos não são despóticas, não estão fora de controlo. Muito longe disso. Eleições periódicas obrigam-nas a manter um olhar atento na opinião pública”*¹¹³. A necessidade do sucesso político levaria os eleitos a buscarem representar, de facto, uma parcela dos interesses dos grupos que representam sob pena de não serem mais eleitos.

As eleições seriam o momento em que o eleitor estaria fortalecido e em condição de manifestar sua avaliação sobre a ação dos seus representantes, exercendo assim, uma forma de controle sobre a elite política¹¹⁴. E acrescenta-se a isso o facto de que, em uma democracia pluralista, *“à medida que chegam às decisões, as elites políticas e burocráticas influenciam-se mutuamente e vigiam-se umas às outras. A negociação entre elites tem o seu sistema próprio de verificação e equilíbrios mútuos. Na medida em que os representantes eleitos participem no processo de negociação, serão um canal através do qual os desejos, os objetivos e os valores populares entram nas decisões governamentais”*¹¹⁵. Por isso, afirma Dahl que *“as elites burocráticas e políticas nos países democráticos são poderosas, muito mais poderosas do que os cidadãos comuns podem ser, mas não são déspotas”*¹¹⁶.

Neste ponto, podemos formular duas questões sobre a vida política brasileira: 1ª- qual é de facto o potencial de pressão da sociedade sobre as minorias governantes? 2ª- em que medida os recursos de poder (no Brasil e em Mato Grosso no período democrático iniciado após o final do Regime Militar) estão de facto dispersos por toda a sociedade de modo a produzir vários grupos organizados, ou várias minorias, capazes de competirem entre si na vida política atual?

No Brasil, o estudo de Eli Diniz e Renato Boschi analisou as formas de organização da elite económica brasileira na transição para a redemocratização dos anos oitenta e a proposta de implosão do modelo conservador do Estado desenvolvimentista no qual a sociedade civil se via controlada. Os autores defenderam a tese de que, no

¹¹³ *Ibidem*, p. 131.

¹¹⁴ Analisando o pensamento de Dahl, Perissinotto afirma que *“poucas pessoas têm influência direta sobre as decisões, mas, ao mesmo tempo, muitas pessoas exercem influência indireta nas decisões dos líderes, já que esses dependem dos eleitores para serem conduzidos aos seus cargos”*. PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 142.

¹¹⁵ DAHL, Robert, *op. cit.*, 2000, p. 131.

¹¹⁶ *Idem*

período em que ocorreu essa transição, o empresariado brasileiro estava em fase de grande desenvolvimento e que, neste novo modelo de Estado, a sociedade civil ou, mais exatamente, o empresariado brasileiro aumentou seu potencial de organização, ao mesmo tempo em que este assumiu novas características¹¹⁷. “*Em decorrência do avanço do capitalismo industrial no Brasil, instaurou-se um sistema híbrido de representação de interesses, através do qual a sociedade extravasou o Estado, implodindo o antigo padrão de controle corporativo do Estado sobre a sociedade. Desta forma, longe de significar um sinal de desagregação ou decadência da sociedade, a configuração desse sistema híbrido – que combina formatos corporativos clientelistas e pluralistas, ou ainda estilos predatórios e universalistas é a expressão de um profundo processo de reordenamento que ainda não esgotou suas potencialidades*”¹¹⁸.

Segundo os autores, “*do ponto de vista do funcionamento do sistema representativo [...] as mudanças introduzidas com a Constituição de 1988 traduziram-se numa dinâmica partidário-eleitoral capaz de expressar o pluripartidarismo e a crescente complexidade da sociedade*”¹¹⁹, contudo, na prática teve suas complicações. O ponto fundamental de argumentação residia na ideia de que o Estado exerce papel importante como incentivador ou não de formas de organização e de atuação do empresariado como ator coletivo, com potencial efetivo de pressão. Entretanto, Renato Boschi, em outro trabalho¹²⁰, argumentou que a discussão sobre a democracia no Brasil deve ser vista com alguma cautela quando se adota o conceito pluralista, pois a distribuição desigual dos recursos económicos tem se configurado em um fantasma para sua consolidação. A organização dos partidos, dos grupos de pressão, do processo eleitoral, enfim, toda a estrutura pode ser prejudicada quando a desigualdade de recursos se apresenta de forma extremada.

Assim, a relação da sociedade brasileira com o Estado na transição para a democracia estaria marcada por três características fundamentais que nos ajudam a compreender as formas de organização da elite económica e as suas relações com o poder político. Segundo eles, o legado corporativista, a centralização estatal sob o

¹¹⁷ Um tema que percorre toda a obra é o da fragmentação da representação de interesses do empresariado e da sobre vida do padrão corporativista anterior. A emergência de associações setoriais fora do padrão sindicatos patronais/confederações (a exemplo da Abimaq, Abinee e tantas outras).

¹¹⁸ BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli, *op. cit.*, 2000, p.18.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 20.

¹²⁰ BOSCHI, Renato Raul, “O Estado e o setor privado no cenário pós-reformas: novas modalidades de regulação”, trabalho apresentado no Seminário *Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas*, patrocinado pela Pent Fundación, Buenos Aires, Dez. 2002.

autoritarismo e o facto de as ideias liberais (que eventualmente poderiam unificar programaticamente o empresariado) padecerem de débil base social, conduziu a um padrão híbrido de representação deste grupo. O corporativismo e a centralização do Estado contribuíram para obstaculizar a emergência de grupos de interesse autónomos, como também incentivaram a manutenção do velho hábito da elite empresarial brasileira de buscar a satisfação dos seus interesses pela via dos arranjos burocráticos de carácter informal no sistema estatal.

A discussão realizada também faz referência ao sistema partidário, que, por sua debilidade, impediria que viesse a se desenvolver um sistema adequado de representação de interesses, no qual os partidos pudessem cumprir um papel agregador e universalizador em relação às demandas sociais. Todavia, este ponto não é pacífico na literatura brasileira; de facto, existem pesquisas recentes que demonstram que os partidos importam, e muito, no que se refere a seu papel na relação entre o Executivo e o Legislativo, e na forma de organização do Congresso Nacional. Nesse sentido, as múltiplas interfaces entre o sistema de representação política e o de intermediação de interesses permanecem como tema de reflexão crucial e que vem sendo objeto de atenção.

1.3. O lugar da teoria das elites na produção científica brasileira

O termo “elite política” não foi largamente utilizado pelos teóricos brasileiros, ou pelo menos não foi utilizado de forma direta¹²¹. Contudo, mesmo que não estivesse presente enquanto conceito, ele transparece, direta ou indiretamente, em grande parcela da literatura histórica e sociológica brasileira¹²². A reflexão sobre quem são aqueles que governam, que tomam as decisões políticas, já é antiga no debate teórico brasileiro. O

¹²¹ CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2008.

¹²² Existe uma produção teórica nacional sobre a relação entre os grupos dominantes política e economicamente e a formação do Estado brasileiro. Esta literatura enfatiza a questão da peculiaridade histórica da construção de cada Estado Nacional. Cf. FREIRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Editora UnB, 1963; OLIVEIRA VIANNA, Francisco Jose de, *Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras*, Biblioteca do Pensamento Político Republicano – 14, Câmara dos Deputados, Brasília, 1982; IANNI, Octavio, *As metamorfoses do escravo*, Hucitec, 1988; PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*, 21ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994. Produzidos em diferentes períodos históricos e sob orientação teórica e metodológica diversificadas, estes estudos servem de base para qualquer estudo em Ciência Política que tenha a pretensão de compreender a formação do Estado brasileiro, o funcionamento das suas instituições e naturalmente quem são aqueles que ocupam as posições de comando nestas instituições.

que é relativamente novo são os estudos que definem teórica e metodologicamente estes que governam como sendo a(s) elite(s) política(s)¹²³.

Esta realidade brasileira, segundo Adriano Codato¹²⁴, é o reflexo do próprio desenvolvimento da teoria das elites vivenciado nos meios acadêmicos e científicos europeus e norte-americanos, que teria sofrido um declínio do interesse no tema após as duras críticas realizadas a partir de três perspectivas: o estruturalismo marxista, o institucionalismo de escolha racional, e a sociologia relacional de Pierre Bourdieu. As três, ao proporem uma nova agenda de pesquisa na qual as elites políticas e sociais já não ocupam o papel central, construíram novas interrogações.

De facto, havia ocorrido um grande fluxo de produção teórica sobre as minorias que governam no pós-Segunda Guerra Mundial¹²⁵, mas “*a partir de meados da década de 1960 e início da década de 1970, houve, contudo, uma diminuição no interesse dos cientistas sobre o tema. A Ciência Política e a Sociologia Política redescobriram as instituições políticas; ao mesmo tempo em que voltaram os estudos sobre regimes, partidos e eleições, o Estado capitalista e suas relações com a economia capitalista acabou polarizando as atenções de boa parte dos estudiosos*”¹²⁶. Assim, se nos países portadores de tradição nos estudos sobre elites políticas (Europa e Estados Unidos da América) ocorreu o desinteresse pelo tema das minorias governantes (sem que estes tenham desaparecido), no Brasil, onde efetivamente não se havia desenvolvido o mesmo fôlego científico, a partir da década de 1980, os estudos sobre as elites políticas quase desapareceram¹²⁷.

Inicialmente, a maioria dos estudiosos brasileiros que, na década de oitenta e parte da década de noventa, se voltaram para a análise de quem governa, produziram

¹²³ Neste sentido alguns trabalhos pioneiros foram realizados nos anos sessenta e setenta sobre a carreira política das elites, entre eles estão os trabalhos de Maria Antonieta Leopoldi, Nilda Pitta e José Maria Arruda sobre a composição social do Legislativo no antigo estado da Guanabara. LEOPOLDI, Maria A. P., “Carreira Política e mobilidade social: O Legislativo como meio de ascensão social”, *Revista de Ciência Política*, n. 7, 1971, pp. 83-95; PITTA, Nilda e ARRUDA, José M., “Composição sociológica da Assembléia Legislativa do estado da Guanabara”, *Revista de Ciência Política*, n. 9, 1966, pp. 120-144.

¹²⁴ CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2008.

¹²⁵ “*Após a II Guerra, vários cientistas sociais, de orientações diversas, dedicaram-se ao estudo das elites políticas e acrescentaram às contribuições clássicas um significativo avanço metodológico. Nomes como Harold Lasswell, James Burham, David Riesman, Floud Hunter, Charles Wright Mills, Robert Dahl, William Kornhuser, Seymour Lipset, Mautice Duverger, Raymond Aron, Giovanni Sartori, Peter Bachrach, Morton Baratz, Tom Bottomore, Ralph Miliband, produziram cada um a sua maneira, estudos ligados ao problema fundamental que consiste em saber como se formam e são recrutadas as minorias organizadas que dominam uma dada comunidade*”. CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2008, p. 8.

¹²⁶ CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2008, p. 8.

¹²⁷ *Ibidem*

estudos que abordaram menos o conhecimento de quem são estas elites políticas sob o ângulo do seu perfil sociológico ou do recrutamento político, e mais sobre quais relações se estabeleciam entre os poderes Executivo e Legislativo, assim como sobre o papel desempenhado pelos partidos políticos nesta relação¹²⁸. Já mais recentemente, ao final da década de noventa, tem se observado o crescimento dos estudos sobre quem são as elites políticas no Brasil, seja a elite parlamentar, partidária ou executiva¹²⁹.

Podemos dividir a produção científica brasileira sobre elites políticas, isto é, as minorias politicamente ativas, em dois grandes grupos. O primeiro diz respeito a estudos que focaram a elite política nacional, e o segundo são estudos que analisaram as elites políticas nos estados da Federação. Em uma definição mais ampla poderíamos chamar estes últimos de estudos regionais. O primeiro discutiu os caminhos de acesso ao poder federal e o perfil da elite política presente na Câmara dos Deputados, Senado, Supremo Tribunal e Ministérios. O segundo fixou-se na elite regional localizada na Assembleia Legislativa, Governo do Estado, Presidência de Província e Conselho de Estado (durante o Império), Presidência de Partido Político, e ainda Presidência de Grandes Estatais. A seguir, iremos abordar cada grupo separadamente, buscando responder à seguinte questão: qual foi a contribuição trazida por estes estudos na compreensão das elites políticas no Brasil?

1.3.1 Estudos sobre elites políticas nacionais

Entre os estudos dedicados especificamente à análise do “campo político” no Brasil Imperial, José Murilo de Carvalho foi o autor que melhor problematizou a teoria das elites políticas, discutindo, desde a sua forma clássica em Mosca e Pareto, até conceitos como estamento, presentes na obra de Raymundo Faoro¹³⁰. As suas obras *A*

¹²⁸ LIMA, JR., Olavo Brasil de, *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-94)*, Rio de Janeiro, RGV, 1997(a); ANDRADE, Régis, *Processo de governo no município e no estado*, São Paulo, Edusp, 1998; ABRÚCIO, Luiz Fernando, *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*, São Paulo, Departamento de Ciência Política, USP, Hucitec, 1998; FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando, *op. cit.*, 1999.

¹²⁹ Neste sentido existem vários trabalhos recentes que serão abordados neste capítulo, que por meio de pesquisas empíricas tanto sobre a elite política regional como a federal contribuíram no preenchimento desta lacuna.

¹³⁰ O autor combateu as ideias de inspiração weberiana de Raymundo Faoro em sua famosa obra *Os Donos do Poder*. Cf. FAORO, Raymundo, *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, São Paulo, Editora Globo, 2001.

construção da ordem e Teatro das sombras, destacam-se pela busca de uma comprovação empírica dos princípios da teoria das elites.

Ele definiu como grupo representativo da elite política nacional durante o Império no Brasil do Século XIX, os ministros, senadores, deputados gerais e conselheiros de Estado. O autor constatou a homogeneidade nos processos de treinamento da elite política imperial brasileira como uma herança do modelo português que a diferenciava das outras elites latino-americanas. Concluiu então que *“nenhum dos outros países latino-americanos com problemas de formação de Estado comparáveis aos brasileiros parece ter contado com uma elite tão homogênea em termos de socialização e treinamento nem tão distante do grosso da população”*¹³¹.

Segundo ele, após a independência política o Brasil necessitava manter a integridade do seu território sem permitir o esfacelamento que ocorreu com seus vizinhos hispânicos; assim, era fundamental a centralização do poder político que ocorreu no período imperial. Contudo, o autor buscou compreender o papel da elite política neste processo de centralização e constatou que o grande segredo esteve justamente no modelo de treinamento. A elite política do período imperial era, ao mesmo tempo, homogênea internamente, principalmente quanto ao trajeto profissional e educacional, e era totalmente distante da estrutura social brasileira. Ou seja, realmente era composta por indivíduos “diferentes”, que não se pareciam com a maior parte da sociedade brasileira, escolhidos e treinados para ocupar os postos públicos.

Então, *“ao lado da educação, a ocupação constituiu um importante fator de unificação da elite imperial, embora ao custo da sua representatividade, o domínio de funcionários públicos na elite política significava na verdade que os representantes da sociedade eram ao mesmo tempo representantes do Estado. Exatamente por isso tiveram êxito na tarefa de construção do poder nacional”*¹³².

Neste período inicial da formação do Estado Nacional que ele chamou “fase de acumulação de poder” (até 1850 aproximadamente), o predomínio de uma elite política treinada para os postos burocráticos teria minimizado outros conflitos intra-elite existentes na sociedade brasileira. Assim, mais do que uma base social comum, esta elite teria sido homogeneizada pela formação profissional e pelo processo de treinamento burocrático na carreira pública.

¹³¹ CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003, p. 114.

¹³² *Ibidem*, p. 116.

Portanto, observando pela ótica dos resultados atingidos para a própria estrutura da elite enquanto grupo, o processo de treinamento daqueles que seriam recrutados garantiu tanto a homogeneidade como a longevidade daquela elite. Neste sentido, o autor contesta empiricamente os pressupostos de Faoro. Segundo Carvalho, não se pode falar em estamento burocrático, se se olhar para as fontes documentais. O que Faoro chamava estamento “*na verdade era uma elite política formada em processo bastante elaborado de treinamento, a cujo seio se chegava por vários caminhos, os principais sendo alguns setores da burocracia, como a magistratura*”; desta forma, “*o segredo da duração dessa elite estava, em parte, exatamente no fato de não ter a estrutura rígida do estamento, de dar a ilusão de acessibilidade, isto é, estava em sua capacidade de cooptação de inimigos potenciais*”¹³³.

Carvalho sustenta também que o modelo de burocracia ideal de Weber é insuficiente para explicar a administração imperial. O funcionalismo no Brasil monárquico, para além da administração, também atuava em questões de natureza política e social. A burocracia, entendida enquanto, elite política, provia ocupação para setores diversos da sociedade, e também era poderosa para cooptar potenciais opositores, como grandes proprietários rurais.

A principal contribuição de Murilo de Carvalho para o estudo das elites políticas no Brasil da primeira metade do século XIX, é demonstrar a homogeneidade ideológica da elite política brasileira, através do treinamento em Coimbra, a concentração na formação jurídica e a circulação em cargos públicos ocorrida no Brasil. A estabilidade do sistema político imperial “*permitia a construção de grandes carreiras políticas, fazendo com que a elite como um todo pudesse acumular vasta experiência de governo. O Império reviveu a velha prática portuguesa de fazer circular seus administradores por vários postos e regiões. [...] No caso do Brasil essa circulação era geográfica e por cargos. A elite circulava pelo país e por postos no Judiciário, no Legislativo, no Executivo*”¹³⁴. Criou-se assim uma prática e uma visão de mundo compartilhada pelo grupo que foi fundamental para o sucesso do projeto de integridade territorial do Império.

¹³³ *Ibidem*, p. 151.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 121.

O autor demonstrou que essa elite homogênea foi capaz de construir um Estado com ideologia própria e unificado, apesar de revoltas contestadoras que acabaram sendo contidas. De facto, a obra de Carvalho, além de retratar o perfil do processo de recrutamento da elite imperial no Brasil, nos faz refletir sobre a importância de se conhecer uma elite política para melhor compreender também as motivações de suas ações, não de forma determinista mas indicativa. Isto é, o autor demonstrou que a elite política desempenhou um papel fundamental no processo de manutenção da unidade territorial pós independência, mas ainda permanece a questão: porque a elite imperial teria apoiado o projeto de unificação, e não outro? Perissinotto, ao analisar a obra de Carvalho, afirma que, *“a elite foi um fator fundamental para explicar porque o processo de independência no Brasil conseguiu manter unidade territorial da ex-colônia portuguesa, diferentemente do que ocorreu com ex-colônias espanholas, que se fragmentaram numa multiplicidade de Estados nacionais independentes [...] os indivíduos que assumiram o controle do Estado brasileiro após a independência foram treinados, ao longo de sua vida, em escolas e atividades funcionais que valorizavam muito a instituição estatal. Esse treinamento formou uma elite política fortemente imbuída do valor da unidade do Estado. Quando ocorreu essa independência, essa elite se esforçou muito para impedir que a antiga colônia portuguesa tivesse o mesmo destino de suas congêneres espanholas”*¹³⁵.

Por esta ótica, podemos afirmar que a existência unificada do Brasil hoje é devida às decisões que esta elite tomou no passado, ou seja, no momento crucial de sua independência, e o motivo de ela ter adotado esta postura e não outra se deve ao facto de que esta elite possuía uma conduta pautada pela unidade estatal devido à sua socialização e treinamento deliberadamente introduzidos para garantir determinada concepção de Estado e capacidade de governo. E ainda as pequenas divergências partidárias, em liberais e conservadores, dizia respeito menos à ideologia e mais a interesses económicos.

Nas análises sobre as elites políticas brasileiras no século XX, sem dúvida a esfera que tem ganhado maior atenção dos cientistas políticos é a do recrutamento parlamentar. Sob ângulos diferenciados, estas pesquisas têm revelado um pouco deste universo. Tal como o trabalho de Carvalho sobre as elites políticas no Império, as

¹³⁵ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 194.

pesquisas de André Marengo dos Santos¹³⁶ constituem-se referência fundamental nos estudos de recrutamento da elite política legislativa no Brasil do século XX. Desde sua tese de doutorado sobre o parlamento federal, o autor forneceu dados reveladores sobre a estrutura de oportunidades para aqueles que almejem o posto de deputado federal no Brasil. Ele investigou os padrões de recrutamento Legislativo e os vínculos partidários dos deputados brasileiros no período de 1946 a 1998, a partir da análise dos dados biográficos dos deputados federais, eleitos ao longo de catorze legislaturas, entre 1946 e 1998. Desta forma, seu estudo pode observar as alterações sofridas pela elite durante as mudanças de regime político e sistema partidário. O autor defendeu a tese de que existia uma estrutura de oportunidades para o ingresso e mobilidade na carreira política, que ao incrementar os níveis de circulação parlamentar teria sido um fator de limitação à constituição de bancadas coesas no Legislativo federal¹³⁷.

Em outra contribuição, Marengo e Serna¹³⁸ afirmam que, na visão comum, se propaga a idéia de que os deputados são motivados por ambição, adotando estratégias para a manutenção de sua cadeira ou mobilidade na hierarquia de postos políticos. Desta forma significaria que agem todos do mesmo modo e que, portanto, os padrões de carreiras políticas são homogêneos, com bases sociais, recursos eleitorais e trajetórias semelhantes, mesmo quando se trata de partidos ou famílias ideológicas diferentes. Os resultados que os autores encontraram em sua pesquisa indicou o contrário. Eles analisaram as variações observadas nos padrões de recrutamento Legislativo, entre partidos de esquerda e de direita, em três países da América do Sul (Brasil, Chile e Uruguai), identificando elementos explicativos para dar conta das diferenças encontradas nas carreiras políticas de deputados eleitos. Buscaram explicar realidades diferentes nas quais se construíram diferentes padrões de recrutamentos Legislativos.

Nesse sentido, *“a hipótese central que orientou a investigação supõe que diferenças observadas nos padrões de carreira política possam ser explicadas pelas variações no perfil social e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos por cada legenda partidária: os partidos à esquerda, de origem ideológica e mais longevos, recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média*

¹³⁶ MARENCO DOS SANTOS, André, *op. cit.*, 2004; *op. cit.*, 1997.

¹³⁷ MARENCO DOS SANTOS, André, *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*, tese de doutorado em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, Fevereiro, 2000.

¹³⁸ MARENCO, Andre e SERNA, Miguel, “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”, *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 64, São Paulo, Jun. 2007, pp. 93-113.

*assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais, os quais, por depender da estrutura organizacional partidária e associativa para compensar a carência de recursos eleitorais próprios, terminam adotando estratégias baseadas em carreiras partidárias endógenas. No extremo oposto, partidos conservadores apresentam padrões de recrutamento social mais elitista e tradicional, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada, com menor dependência da estrutura organizacional partidária, seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária”*¹³⁹.

A ciência política brasileira possui uma vasta produção bibliográfica de temáticas sobre sistemas partidários e regimes eleitorais, mas somente pequena parcela desta produção se voltou para a importância da análise das carreiras políticas. Foi principalmente a partir da segunda metade da década de noventa que surgiram algumas produções voltadas para a análise das atuações das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. Estas valorizavam não apenas o desempenho mas também a composição social das mesmas, sugerindo uma nova possibilidade analítica. Nesta perspectiva, os estudos de André Marengo dos Santos e Miguel Serna, e de Leôncio Martins Rodrigues deram grande contribuição¹⁴⁰.

No estudo de Leôncio Martins Rodrigues foi analisada a composição social dos membros do Legislativo nas últimas três eleições (1990, 1994 e 1998), considerando também a relação entre os perfis de recrutamento e o perfil ideológico dos partidos¹⁴¹. Para sua execução, o autor tomou como base as características sócio-ocupacionais e ideológicas de cada partido. Ou seja, o autor indicou que pelas características sociais dos deputados era possível diferenciar os partidos sob vários aspectos, tanto em termos ideológicos como em perfil de atuação no Congresso. Outra grande contribuição de Rodrigues foi sobre a concentração do poder em poucos partidos. Segundo ele, essa hipótese pode ser comprovada com os dados empíricos sobre o parlamento federal, que

¹³⁹ *Ididem*, p. 32.

¹⁴⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins, *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados*, São Paulo, EDUSP, 2002.

¹⁴¹ A base de dados do autor foi extraída principalmente da publicação “*Deputados Brasileiros – Repertório Biográfico*”, do Centro de Documentação e formação da própria Câmara dos Deputados. Outra fonte utilizada foi as 401 declarações de bens que os candidatos a deputado federal, ao solicitarem suas candidaturas, precisaram entregar aos tribunais regionais eleitorais nos estados de origem. Seu estudo se focou na distribuição das cadeiras por partido e na composição, ou mais precisamente, nas bases sociais dos partidos.

demonstraram que em 1998 os seis principais partidos políticos (PPB, PFL, PMDB, PSDB, PDT e PT) ocupavam 84% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Também constatou que havia alguma estabilidade no multipartidarismo brasileiro, e que havia ocorrido o crescimento do centro e de esquerda, a par de um pequeno declínio da direita. Seu estudo apontou ainda para o crescimento da participação feminina no Poder Legislativo federal. Segundo ele, na eleição de 1998 para a Câmara dos Deputados foram eleitas vinte e nove mulheres. Em 1986, de cento e sessenta e seis mulheres que se candidataram, vinte e seis foram eleitas (15,66%). Até no Senado, que é mais fechado e conservador, esta participação tem crescido.

Tal como Rodrigues, Marengo e Serna identificaram as diferentes bases sociais de recrutamento partidário, mas procuraram dar um passo adiante, utilizando os recursos individuais provenientes da posição social como explicação para os diferentes padrões de carreira política encontrados. Existe também uma reflexão inovadora que busca elucidar a influência de fatores culturais sobre as ações dos deputados brasileiros, ou seja, até que ponto seu berço cultural é um fator de condicionamento sobre suas decisões políticas, e em que medida estes fatores culturais podem delinear formas regionais de se fazer política?

Sob esta perspectiva, o trabalho de Débora Messenberg¹⁴² é referência fundamental nos estudos da elite parlamentar brasileira. Em seu estudo sobre a elite legislativa no Brasil no período posterior à Assembleia Nacional Constituinte de 1988, a autora optou por variáveis menos utilizadas quando se trata de entender as ações dos políticos, como suas "orientações culturais". Além de mapear o perfil da elite parlamentar presente no Congresso Nacional, a mudança de enfoque adotado foi, sem dúvida, sua principal contribuição, pois seu estudo conseguiu demonstrar que as identidades regionais diferenciadas demarcam comportamentos e estilos diversos de fazer política.

Suas constatações demonstraram que *“como um grupo restrito, a elite parlamentar brasileira, durante os anos de 1989 a 2004, apresenta configuração semelhante ao que se verifica no Congresso Nacional, no que se refere à supremacia entre os seus membros de parlamentares naturais do Nordeste e do Sudeste do país. Também de maneira similar, embora em maiores proporções do que no Congresso como um todo, observam-se, na composição da elite, a prevalência dos grandes*

¹⁴² MESSENBERG, Débora, “A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural”, *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, Jun. 2008, pp. 17-28.

*partidos de contorno ideológico conservador e o predomínio de congressistas detentores de escolaridade de nível superior, com ampla superioridade numérica dos bacharéis em Direito. A ocupação de cargos do alto escalão da burocracia do Estado fez igualmente parte da trajetória política desses congressistas, ainda que de maneira bem mais intensa daquela observada entre os demais parlamentares. A não-linearidade hierárquica de suas carreiras profissionais também se revela característica comum em comparação com os outros membros do Congresso. [...] Em contraste com o Congresso Nacional, houve na elite maior participação de congressistas pertencentes aos partidos de esquerda e de direita, além da presença mais significativa de representantes do Sudeste e das capitais dos estados. Ressalte-se ainda que as trajetórias políticas dos membros da elite distinguiam-se por menores índices de rotatividade partidária, pela experiência de vida parlamentar no âmbito nacional e pela ampla conquista de cargos-chave no Poder Legislativo"*¹⁴³.

Quanto às diferenças internas segundo a proveniência geográfica, a autora observou que as identidades regionais diferenciadas demarcam comportamentos e estilos diversos de pensar e fazer política, sendo que isso foi demonstrado em seus perfis ideológicos e socioculturais, assim como em suas trajetórias políticas, e na sua produção legislativa. O agrupamento nordestino da elite era formado predominantemente por representantes dos grandes partidos de orientação ideológica de centro ou de direita. Em sua maioria, vieram do interior da região e pertenciam a famílias tradicionais na vida parlamentar. Possuíam nível superior completo e eram principalmente advogados ou empresários. Ocuparam cargos eletivos de maior expressão e apresentaram as mais elevadas taxas de rotatividade partidária. A sua produção legislativa era direcionada a projetos voltados para a expansão e o desenvolvimento da região que representavam.

O agrupamento da elite do Sudeste possuía maior número de integrantes e tinha a maior diversidade de filiação partidária. A maioria era natural das capitais dos estados. A autora constatou neste grupo a maior diversidade de níveis de escolaridade e tipos de formação profissional, sendo que o grau de instrução superior e as profissões de advogado e professor eram, todavia, preponderantes. A ocupação de cargos públicos considerados importantes foi frequente entre esses congressistas, com destaque para as conquistas de posições do alto escalão das empresas e dos órgãos públicos. Na produção

¹⁴³ *Ibidem*, p. 23.

legislativa dos representantes do Sudeste prevaleceram proposições relacionadas à fiscalização das ações do Poder Executivo e à ampliação dos direitos trabalhistas.

Os membros do agrupamento da elite do Sul vieram em sua maioria do Rio Grande do Sul e dos grandes partidos de orientação ideológica de centro. Provinham do interior da região Sul, detinham grau de instrução superior e formação profissional em Direito. Suas trajetórias políticas eram semelhantes ao agrupamento do Sudeste. Ou seja, também possuíam uma carreira marcada pela conquista de cargos do topo da administração pública federal e os relativos ao comando de órgãos e empresas públicas. Eram portadores de experiência na vida parlamentar e foram os que apresentaram as menores taxas de rotatividade partidária. Sua produção legislativa era voltada, principalmente, para a fiscalização dos atos do Poder Executivo e para o reordenamento da legislação fiscal e tributária.

Outra grande referência atual nos estudos das elites políticas no Brasil é o conjunto de obras de Renato Monseff Perissinotto que tem produzido uma coleção diversificada, voltada tanto para a análise da elite nacional e regional quanto para as discussões teóricas e metodológicas sobre os estudos das elites, e mais precisamente das elites políticas. Em um estudo produzido em co-autoria com Angel Miríade¹⁴⁴, os autores alertam para uma novidade nos estudos sobre recrutamento político no Brasil, ou seja, a necessidade de se estudar não apenas o perfil dos vencedores, mas dos candidatos. Segundo eles, além do estudo das instituições envolvidas com a competição eleitoral deve-se estudar os atores que as movimentam. Assim, os estudos sobre “recrutamento político” deveriam considerar todos os *filtros* que configuram o processo de seleção da elite política. Nesse sentido, não bastaria estudar o perfil dos vitoriosos, na medida em que este nos permitiria apenas constatar quais grupos foram escolhidos, mas não nos autorizaria a afirmar com certeza que outros foram excluídos; afinal, poderiam nem mesmo ter se candidatado. Segundo os autores, o melhor percurso seria estudar o perfil dos candidatos.

¹⁴⁴ PERISSINOTTO, Renato Monseff e MIRÍADE, Angel, “Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006”, *Dados*, vol. 52, n. 2, Rio de Janeiro, Jun. 2009, pp. 301-329. Segundo os autores “*em geral, no Brasil, as pesquisas que se identificam como estudos de recrutamento são, na verdade, análises do perfil socioeconômico e profissional dos que “chegaram lá”, isto é, dos ocupantes dos postos mais importantes do sistema político brasileiro (Fleischer, 1981; Love, 1982; Love e Barickman, 1991; Miceli, 1991; Marengo dos Santos, 1997; 2001; Braga, 1998; Santos, 2000; 2003; Rodrigues, 2002; Marengo dos Santos e Serna, 2006; Rodrigues, 2006; Messenberg, 2006)*”, (p. 302).

Um exemplo, “ao traçar o perfil da elite política brasileira é possível, por exemplo, constatar a baixa presença de mulheres nesse grupo. Contudo, isso, por si só, não nos autoriza a dizer que as mulheres foram excluídas do grupo, pois elas simplesmente podem não se candidatar a essas posições. Por essa razão, um verdadeiro estudo sobre recrutamento deve dar conta não apenas das características dos eleitos, mas também das características dos membros dos partidos políticos, dos que buscam ser candidatos e dos que efetivamente são indicados como tais, comparando-os com os atributos da população em geral. Somente assim é que poderemos acompanhar, passo a passo, o processo que seleciona os que, por fim, ocuparão os postos de elite, e dessa forma, poderemos ver que grupos sociais simplesmente não se lançam na atividade política, quais buscam a carreira política, mas são dela alijados, e quais se encontram sobre representados na elite política”¹⁴⁵.

A respeito do processo de recrutamento e dos filtros sociopolíticos no interior dos partidos que concorreram às eleições para deputado federal em 2006 afirmam os autores que: “Primeiramente, ao compararmos o universo dos candidatos e dos eleitos sem dividi-los por posições ideológicas distintas, veremos que algumas variáveis societais são importantes para aumentar a chance de sucesso eleitoral, sobretudo no que se refere ao exercício de determinadas ocupações, notadamente produtor agropecuário, empresário, engenheiro, médico e economista”¹⁴⁶.

Contudo, salientam que esta variável tem valor muito inferior ao dos fatores especificamente políticos. Segundo eles, lançar-se como candidato a um cargo de deputado federal por alguns partidos aumenta significativamente as oportunidades de sucesso eleitoral. Os partidos mais vantajosos nesse sentido são exatamente aqueles que se constituem em organizações mais poderosas no cenário político nacional e capazes de controlar recursos de governo. Outro aspeto importante é a associação com a figura de político de profissão e, em especial, deputado. “Ou seja, atuar no campo político, estar inserido em uma poderosa organização partidária e, por fim, já ter atuado na carreira política como deputado parecem ter-se constituído no mais importante capital para garantir uma eleição à Câmara dos Deputados em 2006”¹⁴⁷.

¹⁴⁵ PERISSINOTTO, Renato M. e MIRÍADE, Angel, *op. cit.*, 2009, p. 302.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 318.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 319.

Os autores também analisaram os dados comparando os grupos ideológicos da direita, do centro e da esquerda, e encontraram uniformidades e diferenças interessantes. *“No que diz respeito aos candidatos, observaram que as três posições ideológicas se diferenciam com relação à ocupação, ao sexo, à escolaridade, à idade e aos gastos de campanha, sem que tais diferenças sejam radicais”*¹⁴⁸. Na verdade, o que os autores constataram indica que: *“os partidos de direita tendem a ter candidatos originários de posição social mais elevada; os de esquerda e de centro têm candidatos com maior nível de escolaridade; e ainda, os partidos de esquerda tendem a ter mais jovens”*¹⁴⁹.

Afirmam eles que as questões mais interessantes apareceram ao analisar as variáveis propriamente políticas para os que foram eleitos pelos três partidos ideologicamente diferentes. *“No que se refere às semelhanças, podemos perceber que, em todas as posições do espectro ideológico, declarar-se político de profissão, em especial deputado, foi a mais importante variável a produzir impactos nas possibilidades de sucesso eleitoral do candidato. Some-se a isso o fato de que, em todas as posições ideológicas, os gastos de campanha produziram resultados muito limitados no que diz respeito a aumentar as chances de sucesso eleitoral do candidato, o que, por sua vez, nos permitiu sugerir que, ao contrário do que normalmente se diz, os partidos políticos são muito mais importantes nesse processo”*¹⁵⁰.

Contudo, há uma diferença significativa entre os partidos de direita, de centro e de esquerda quanto a esse ponto. Constataram os autores que ser deputado aumenta muito mais as chances de um candidato ser eleito à Câmara dos Deputados entre os partidos que se situam ideologicamente à esquerda. Como também, entre os partidos de esquerda, ter sido vereador foi uma característica considerada importante na carreira dos recrutados. Então, afirmam eles que estes dados nos demonstram que a competição política brasileira não aceita amadorismo, tanto para os partidos de direita, quanto de centro ou esquerda. Profissionalizar-se é uma necessidade para todos os partidos como o resultado lógico da dinâmica eleitoral institucionalizada, ainda que possa se apresentar mais forte em partidos de esquerda¹⁵¹.

¹⁴⁸ *Idem*

¹⁴⁹ *Idem*

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 319.

¹⁵¹ Perissinotto e Miriade alertam que provavelmente esse processo seja menos intenso nos partidos de direita e mais intenso nos partidos de esquerda. *“Nos primeiros, como sugere a literatura, seus membros dependeriam menos dos incentivos fornecidos pela organização por possuírem acesso a fontes alternativas de apoio à sua atividade política, o que os dispensaria de uma longa dedicação ao partido e*

No entanto, consideram eles que essas diferenças são suaves se “comparadas às semelhanças, marcadas, sobretudo, pela importância central da profissionalização política para os partidos situados nas três posições ideológicas. Ou seja, apesar dessas nuances, a baixa representatividade social do universo dos eleitos e, em especial, o predomínio esmagador de homens com experiência política prévia parecem confirmar, no início do século XXI, as observações feitas por Mosca no fim do século XIX. O campo político, sob o impacto da crescente complexidade social e do sufrágio universal, tende a ser, cada vez mais, um espaço reservado aos indivíduos oriundos das classes médias que, para se elegerem seguidamente, têm de fazer da política uma atividade profissional de tempo integral. Nesse processo, o acúmulo de capital político (objetivado no controle da máquina partidária, no acesso a cargos, na rede de relações políticas e na “força eleitoral”) torna esses profissionais capazes de controlar ostensivamente o universo da representação política. Esse fato, se pudesse ser generalizado para as eleições anteriores e se for aprofundado no futuro, colocaria evidentes problemas para a democracia representativa brasileira, que se poderia tornar cada vez menos democrática (cada vez mais fechada aos outros estratos da população) e cada vez menos representativa (dominada por políticos preocupados quase que exclusivamente com sua reeleição)”¹⁵².

Mudando o foco dos parlamentares para outro grupo de elite, só recentemente explorado pela ciência política brasileira, o estudo de André Marengo dos Santos e Luciano Da Ros analisa os padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro entre 1829 e 2006. Com base em quatro tipos de informação a respeito dos membros do Supremo Tribunal de Justiça (1829-1890) e do Supremo Tribunal Federal (1891-2006) - posição social, origem geográfica, instituição escolar e natureza da carreira -, demonstra a mudança ao longo do tempo dos "caminhos que levam à Corte" no Brasil. A pesquisa salienta a progressiva autonomia da Corte Suprema no período posterior à promulgação da Constituição de 1946, ao detetar um

os permitiria começar a sua carreira política em postos mais altos. Ao contrário, nos partidos de esquerda, a predominância de indivíduos de origem social baixa faria com que os seus membros fossem muito mais dependentes dos incentivos fornecidos pela organização para que pudessem seguir uma carreira política. O acesso a esses recursos exigiria, portanto, a dedicação integral ao partido, a profissionalização da atividade política desde cedo e a necessidade de seguir uma carreira que começasse desde os cargos mais baixos na hierarquia política”. *Ibidem*, p. 320.

¹⁵² *Ibidem*, p. 321.

lento incremento de indivíduos provenientes do universo exclusivamente jurídico, entre outros achados¹⁵³.

Outro caminho ainda tímido no Brasil, é a trilha que conduz ao estudo da elite política ministerial; neste sentido, o trabalho de Carolina Juliano de Carvalho, mais do que preencher uma lacuna, praticamente inaugurou os estudos empíricos sobre o perfil sociológico dos ministros no Brasil democrático pós 1985. Em seu trabalho, ela analisou o processo de recrutamento a partir das características individuais dos escolhidos. Características que são, de facto, atributos naturais ou adquiridos no percurso de socialização, que de alguma forma contribuiu para a posição privilegiada de que desfrutavam na estrutura de oportunidades. Sua principal constatação corrobora outros estudos sobre o perfil da elite política nacional, isto é, estes pertencem em especial a um grupo seletivo de 1% dos brasileiros com curso universitário¹⁵⁴. São escolhidos de entre indivíduos que possuem alguma experiência política, isto é, que tenham em algum momento de suas carreiras ocupado altos cargos na administração pública, e, em relação à sua origem, ela constatou que a maioria é proveniente da região mais desenvolvida do Brasil, a região Sudeste. Por último, o cargo de Ministro parece se configurar em um excelente atributo para uma candidatura à Presidência da República.

Sob uma perspectiva mais institucional, alguns autores têm focado a discussão na atuação das elites na relação entre o Executivo e o Legislativo e têm demonstrado que as lideranças partidárias, juntamente com o Presidente da República e governadores, podem assumir um papel importante de influência na agenda do Poder Legislativo, tanto ao nível federal como ao nível estadual. Este modelo de estudo pode ser encontrado nas pesquisas de Figueiredo e Limonge¹⁵⁵, que analisaram um vasto número de votações em plenária na Câmara dos Deputados e constataram que, na imensa maioria dos casos, os deputados seguem a orientação dos líderes e votam conforme esta orientação. O argumento dos pesquisadores é o de que, embora o sistema eleitoral favoreça comportamentos individualistas, a estrutura organizativa da Câmara concentra nas mãos da liderança partidária amplo poder de agenda, o que acaba sendo utilizado para coagir seus liderados a votarem de forma partidária

¹⁵³ MARENCO DOS SANTOS, André e DA ROS, Luciano, “Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006)”, *Revista de Sociologia e Política*, v.16, n. 30, Curitiba, Jun., 2008, pp. 131-149.

¹⁵⁴ CARVALHO, Carolina Juliano, *O recrutamento Ministerial em 20 anos de Democracia no Brasil (1985-2005)*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 2009.

¹⁵⁵ FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGE, Fernando, *op. cit.*, 1999.

Neste sentido, é interessante recordar que a Constituição de 1988 no Brasil acabou por manter aspetos da concentração do poder decisório no Executivo, algo que foi uma característica, não apenas da sua história recente no Regime Militar, mas efetivamente remonta a tempos longínquos. O artigo 62 da atual Constituição estabelece que o Presidente pode editar decretos com força de lei, conhecidos como medidas provisórias, que deverão ser apreciadas pelo Congresso Nacional no prazo de trinta dias. Caso isto não ocorra, a medida tem seu efeito anulado; contudo, é possível a reedição da mesma medida, o que significa que, ao evitar o quórum para sua apreciação, e a reeditando indefinidamente, o governo conquista um importante recurso estratégico para tomar posições sem o apoio explícito do Legislativo.

Baseados nesta realidade pós-Constituição de 1988, Argelina Figueiredo e Fernando Limonge¹⁵⁶ analisaram a estrutura das relações entre o Legislativo e o Executivo presentes na atuação da Câmara dos Deputados e constataram como uma característica nacional o fenómeno do ultrapresidencialismo. Nesta obra, os autores mapearam um governo dotado de inúmeros instrumentos de intervenção nos trabalhos Legislativos, e líderes partidários capazes de discriminar o comportamento de seus membros em plenário. A sua grande contribuição reside na constatação dos efeitos da utilização dos procedimentos, em poder do Presidente e líderes partidários, sobre a agilização do processo decisório no interior do Legislativo, e pelo aumento da capacidade do Executivo impor sua agenda. Em suma, os autores defendem a tese de que neste “ultrapresidencialismo”, o poder da agenda presidencial e dos líderes partidários cumpre papel preponderante na dinâmica do presidencialismo brasileiro.

1.3.2. Estudos sobre as elites políticas regionais

O sistema brasileiro é chamado atualmente de “presidencialismo de coalizão”, no qual ocorre a combinação de um sistema presidencialista de governo com organização federativa do Estado Nacional. Esse modelo, não muito comum entre as democracias contemporâneas, no Brasil é acompanhado das especificidades regionais que os sistemas partidários poderão desenvolver em cada unidade da Federação. Portanto, o fenómeno que presenciamos no Brasil é, não somente o da “*reprodução do*

¹⁵⁶ *Idem*

*presidencialismo no nível estadual, o que de imediato suscita o problema do relacionamento entre o Executivo e o Legislativo neste nível de governo, mas também a diversidade de experiências quanto à evolução do sistema partidário*¹⁵⁷.

Na relação entre o Poder Executivo e o Legislativo nacional, Figueiredo e Limonge constataram o fenômeno do “ultrapresidencialismo”. Baseados nesta tese, alguns pesquisadores empreenderam estudos sobre esta mesma relação em realidades regionais durante o período de 1995 a 1998, isto é, eles buscaram observar em que medida a mesma estrutura de relações que fora retratada ao nível nacional se reproduz ao nível estadual. Estes estudos se debruçaram sobre as Assembleias Legislativas de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará¹⁵⁸.

Fátima Anastasia¹⁵⁹ analisou a organização e o funcionamento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e concluiu que esta apresentava traços destoantes do comportamento nacional, assim como se diferenciava também do que fora encontrado por outros pesquisadores sobre outros estados brasileiros. Segundo ela, ainda que exista uma razoável quantidade de matérias aprovadas de autoria do governador, verificou-se uma expressiva produção de iniciativa dos próprios deputados. Fabiano Santos¹⁶⁰ estudou o comportamento da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e encontrou uma realidade muito semelhante à de Minas Gerais. Mauro Petersem Domingues¹⁶¹ estudou a Assembleia Legislativa do Espírito Santo a qual, aparentemente, possuía um perfil muito mais conservador das relações com o Executivo. De modo a se aproximar da realidade nacional do “ultrapresidencialismo”, o autor concluiu que prevaleceu um padrão de relações em que o Legislativo abdica do direito de apreciar as iniciativas do Executivo, aprovando-as de forma praticamente automática e em curto período de tempo, algo que ele classificou de “pacto homologatório”¹⁶².

¹⁵⁷ SANTOS, Fabiano, *op. cit.*, 2001 (a), p. 13.

¹⁵⁸ *Ibidem*

¹⁵⁹ ANASTASIA, Fátima, “Transformando o Legislativo: a experiência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, pp. 23-83.

¹⁶⁰ SANTOS, Fabiano, “A dinâmica Legislativa no estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001 (b), pp. 163-187.

¹⁶¹ DOMINGUES, José Maurício P., “Espírito Santo: produção legal e relações entre os poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, pp. 85-111.

¹⁶² O autor explica que tal padrão de relações entre poderes não pode ser explicado apenas pelo nível de direitos Legislativos ou dos meios materiais de administração nas mãos do governador. A solução para tal situação estaria nos fatores internos ao próprio funcionamento da Assembleia Legislativa do Espírito

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi objeto de discussão de Gustavo Grohmann¹⁶³. O autor constatou que, nesta realidade regional, o Poder Legislativo se apresenta fortalecido quando comparado a outros estados brasileiros, na medida em que a maioria das decisões que envolvem políticas públicas necessita de um trabalho em conjunto. Contudo, isso não implicou necessariamente no enfraquecimento do poder do governador, na medida em que, no período analisado, a Assembleia gaúcha possuía um quadro de super-maioria partidariamente disciplinada em favor do governador, o que fortaleceu o Executivo. O autor alerta ainda que, de modo geral, a instituição legislativa nos estados irá possuir maior ou menor peso na relação Legislativo/Executivo, dependendo da formação de maiorias partidárias dentro da Assembleia e do grau de disciplina e coesão das bancadas.

Filomeno Moraes¹⁶⁴ pesquisou o papel institucional e a organização da Assembleia Legislativa do Ceará e, em um trabalho conjunto de Fernando Luiz Abrúcio, Marco Antônio Carvalho Teixeira e Valeriano Mendes Costa¹⁶⁵ foi analisada a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Para o caso de São Paulo, em especial, os autores afirmaram existir uma espécie de “ultrapresidencialismo” estadual presente na relação Legislativo/Executivo. Segundo eles, a fragilidade institucional do Legislativo paulista pode ser comprovada, porque tanto a produção legislativa como a capacidade de fiscalizar as ações do governo estadual são reduzidas. Assim, o poder da Assembleia seria caracterizado por uma relação de subordinação ao governo do estado.

Os autores não só construíram o perfil da elite parlamentar nestes seis estados brasileiros, como discutiram a relação existente em cada caso empírico entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Constataram que esta relação de forças pode variar em cada unidade da Federação. Segundo André Ricardo Pereira, que analisou a relação entre as Assembleias e os Governadores pós-1989, *“enquanto alguns casos (CE, ES e SP) sustentam a imposição do Executivo, outros indicam uma maior independência*

Santo, seria uma fraqueza institucional. A divisão interna em muitas bancadas com pequeno número de representantes e fraqueza dos líderes conduziu a maior submissão do Executivo sobre a agenda e as decisões do Poder Legislativo Estadual nesta unidade da federação.

¹⁶³ GROHMANN, Luis Gustavo Mello, “O processo Legislativo no Rio Grande do Sul: 1995 a 1998”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, pp. 113-161.

¹⁶⁴ MORAES, Filomeno, “A dinâmica legislativa na Assembléia do Ceará: 1995 a 1998”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, pp. 181-218.

¹⁶⁵ ABRÚCIO, Fernando L., COSTA, Valeriano M. F., TEIXEIRA, Marco A. C., “O papel institucional da Assembléia Legislativa paulista: 1995 a 1998”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, pp. 219-246.

parlamentar (MG e RJ), tendo a experiência do Rio Grande do Sul o mérito de mostrar como os pratos da balança podem pender para um lado ou para outro”¹⁶⁶.

Assim, estes estudos comprovaram que, tanto as relações entre Executivo e Legislativo, como a produção legislativa nos estados e a própria organização interna das Assembleias, têm assumido, no caso brasileiro, uma variedade significativa de experiências políticas diferenciadas. Podemos então deduzir que, de um estado para outro, existe uma imensa gama de diferenças políticas que poderão ser constatadas por estudos empíricos regionais. Estas diferenças políticas dizem respeito tanto às tradições políticas, formato e grau de competição eleitoral, desempenho governamental e tipos de políticas públicas implementadas. A própria força dos partidos nacionais vai variar segundo os diferentes colégios eleitorais nos estados. Fenómenos como “*o carlismo na Bahia, o grupo Jaime Lerner no Paraná, de Tasso Jereissati no Ceará, ou, voltando um pouco no tempo, o malufismo em São Paulo ou o brizolismo no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul revelam a presença de uma arena importante da política brasileira, constituída pelos governos sub-nacionais*”¹⁶⁷.

Um dos grandes desafios atuais da ciência política no Brasil é, justamente, conseguir explicar estas diferenças, sob as mais variadas perspectivas e com base em dados empíricos. Segundo André Marengo dos Santos, para dar conta desta tarefa, podemos considerar a princípio dois caminhos possíveis. Um deles, já muito debatido no Brasil, seria o sentido apontado pela teoria da modernização, na qual procura-se relacionar o mundo rural com as noções tradicionais, onde reside uma oligarquia eleitoral e, por consequência, o conservadorismo político com o mundo urbano representante de tudo que é moderno - por exemplo, uma competição pluralista e interesses mais diversificados, e uma tendência do eleitorado por partidos que defendam reformas sociais.

Entretanto, esta perspectiva não consegue explicar por que o conservadorismo político é tão forte em locais como o estado de São Paulo, que é altamente urbanizado e industrializado, quando comparado a outras unidades brasileiras. Assim como não

¹⁶⁶ Observe que o autor se refere aos seis estados analisados na obra. CE-Ceará, ES-Espírito Santo, SP-São Paulo, MG- Minas Gerais, RS- Rio Grande do Sul e RJ- Rio de Janeiro. SANTOS, Fabiano, *op. cit.*, 2001 (b), p. 247.

¹⁶⁷ Este resumo de um certo tipo de “coronelismo” contemporâneo na política regional brasileira foi realizado por MARENCO DOS SANTOS, André, “prefácio” in PERISSINOTTO, Renato, CODATO, Adriano, FUKS, Mario, BRAGA, Sérgio (orgs), *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*, Curitiba, Editora UFPR, 2007.

soluciona o facto do PT e suas propostas de políticas sociais possuem imensa aceitação no Acre, um estado extremamente rural, e pouquíssima popularidade no Rio de Janeiro. Ou ainda a fragilidade partidária que tem acompanhado o desenvolvimento urbano e administrativo no Paraná.

Portanto, se o caminho da teoria da modernização tem sérios limites, vamos considerar uma segunda possibilidade. Podemos adotar os constrangimentos institucionais como fator de modelagem das diferenças entre as diversas formas de se fazer política nos estados. Contudo, nos deparamos com um primeiro problema: no Brasil existe uma configuração formal nacional uniforme, apresentando apenas algumas pequenas variações segundo as Constituições estaduais, mas que não são significativas quando se busca explicar diferenças fundamentais da política regional. De modo geral, encontramos atualmente em todos os vinte e sete estados brasileiros, mais um distrito federal, um Executivo (eleito majoritariamente) que se sobrepõe ao Legislativo (eleito em um modelo multipartidário de representação proporcional com lista aberta).

Aparentemente, tanto o primeiro caminho como o segundo, possuem grandes limitações quando se trata de explicar as diferenças políticas entre os estados. Por isso, um terceiro caminho tem ganhado força no início do século XXI, na ciência política brasileira. Este terceiro caminho tem dado prioridade ao estudo das elites políticas regionais. Ou seja, têm crescido no Brasil os estudos sobre as minorias politicamente ativas, aquelas que, pela posição que ocupam, são identificadas como as minorias que dirigem os estados, sob o ângulo do seu perfil socioeconómico, trajetória política, assim como a análise dos modelos de recrutamento e circulação e, ainda sob uma perspectiva mais histórica, os estudos de genealogia que buscam revelar as estruturas de reprodução das elites regionais. Eles partem do pressuposto de que é preciso levar em conta as características das elites políticas para se compreender adequadamente o funcionamento dos sistemas políticos. Afinal, se aceitarmos que o contexto institucional é importante para explicar o funcionamento de um determinado sistema político, temos que considerar então que a natureza dos atores politicamente estratégicos que “manejam” as instituições também deve ser levada em consideração.

Nesta produção nacional, houve trabalhos preocupados com a produção social das elites que, baseados na teoria marxista, buscaram um outro caminho para o estudo das minorias dominantes na esfera regional. Um exemplo desta proposta pode ser encontrado na genealogia da classe dominante no Paraná, onde o autor constatou a

existência da homogeneidade deste grupo entre os descendentes dos colonizadores do estado. Ao analisar as elites políticas no Paraná, Ricardo Costa de Oliveira buscou através do conceito de classe dominante captar “*as fontes de produção social das estruturas de poder e a sua reprodução*”¹⁶⁸.

O conceito de elite foi melhor definido na literatura brasileira a partir dos trabalhos que, filiados aos estudos das elites, buscaram realizar uma análise prosopográfica. Sobre a República Velha, os pesquisadores Joseph Love, John Wirth e Robert Levine¹⁶⁹ delimitaram a elite como “*um grupo definido de detentores de importantes posições nos partidos e nos governos dos Estados, nos anos que vão da proclamação da República ao Estado Novo. Assim, do ponto de vista estatístico, a elite é uma população mais do que uma amostragem*”¹⁷⁰. A elite política foi também definida por Marieta de Moraes Ferreira, em seu estudo sobre o Rio de Janeiro na Primeira República, como os grupos que detinham o monopólio dos mecanismos de poder. Afirma a autora que “*sem pretender negar a base classista da elite política fluminense, queremos chamar a atenção para o fato de ela não esgotar sua ação como a representante dos proprietários de terra, ou como uma simples executora dos interesses desta classe dentro do aparelho de Estado*”¹⁷¹.

Outras recentes contribuições¹⁷² para a discussão das elites políticas brasileiras foram realizadas na Universidade Federal do Paraná. Em um estudo sobre as elites políticas e econômicas do Paraná, os autores constataram a partir da análise empírica, que a elite era homogênea tanto em relação à trajetória política quanto à origem social e atributos adstritos e adquiridos, indicando certo padrão de recrutamento¹⁷³. Estudos como estes são interessantes para compreender a circulação das elites e o grau de democratização do processo de recrutamento, pois a reprodução de uma mesma elite no

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Ricardo Costa de, *O Silêncio dos Vencedores, Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*, Curitiba, Moinho do Verbo, 2001, p.22.

¹⁶⁹ LOVE, Joseph, *A Locomotiva. São Paulo na Federação. 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; WIRTH, John, *O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; LEVINE, Robert, *A Velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

¹⁷⁰ WIRTH, John, *op. cit.*, 1982, p. 317.

¹⁷¹ FERREIRA, Marieta de Moraes, *Em busca da Idade de Ouro. As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*, Editora UFRJ, 1994, p. 30.

¹⁷² PERISSINOTTO, R., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs), *op. cit.*, 2007.

¹⁷³ COSTA, Paulo Roberto Neves e ENGLER, Icaro Gabriel da Fonseca, Elite empresarial recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005), *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, n. 2, Nov. 2008, pp. 486-514, (p. 503).

poder pode ser indicativa de menor grau de democratização no processo eleitoral e de governo.

Na obra *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*¹⁷⁴ pode-se encontrar um estudo minucioso do perfil sociológico desta elite. Os autores se dedicaram ao estudo das elites, político-administrativa, parlamentar e partidária, durante a gestão do governador Jaime Lerner (1995 a 2002), sendo, portanto, um estudo recente e de referência para comparação com dados encontrado em outros estados brasileiros. Os autores concluíram que a elite paranaense é um grupo “*altamente homogêneo [...] composta, essencialmente, por homens brancos e católicos, numa proporção sempre bem acima daquela encontrada no estado. Os seus membros foram em geral recrutados nos estratos médios e altos da sociedade [...] A elite possuía também um alto nível de escolaridade [...] pode-se mesmo especular que o número de anos na escola e a obtenção do grau superior seja quase um pré-requisito para entrar nos círculos da elite do Paraná*”¹⁷⁵. Também constataram, em relação às carreiras políticas, que a maioria dos parlamentares haviam começado sua trajetória política como vereadores, enquanto os membros da elite política administrativa iniciariam predominantemente através de cargos públicos por concursos. Ambos, diferentemente da elite política partidária, não possuíam experiência de carreira pública ao nível federal.

Outro trabalho que particularmente nos interessa, por abordar a questão da mudança dos regimes políticos e sistema partidário como momento privilegiado para observar a renovação da elite política, foi o estudo de Rafael Madeira, que pesquisou a composição social da Arena durante o Regime Militar, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Neste estudo, o autor constatou que ocorreu uma continuação do poder político da elite, independente da troca de sistema partidário, ou seja, apesar da estrutura e do sistema partidário terem-se alterado (45-64 para 64-85), isto não gerou profunda alteração na composição do parlamento. Muitos políticos antigos continuaram a exercer influência no cenário político nacional¹⁷⁶.

A profissionalização política tem sido outro tema muito discutido na ciência política brasileira, desde os autores que têm privilegiado o estudo das elites paulistas, aos que fazem estudos comparados por estado, ou ainda os que analisam esse processo

¹⁷⁴ PERISSINOTTO, R., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs), *op. cit.*, 2007.

¹⁷⁵ *Ididem*, p. 332.

¹⁷⁶ MADEIRA, Rafael, *Arena ou Arenas?*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, 2002.

ao nível federal¹⁷⁷. É natural que grande parte dos estudos tenha focado a elite política paulista na medida em que esta foi o grupo dominante economicamente durante todo o século XX¹⁷⁸. A liderança que esta exerceu no meio empresarial brasileiro gerou um maior poder de organização em associações (organizações empresariais como a FIESP), assim como de pressão sobre as políticas públicas e de representação direta (candidatos eleitos ao nível federal) nas questões do Estado. Ou seja, seu potencial de representação e de elegibilidade foi superior ao de outros grupos regionais brasileiros. Então, poderíamos concluir que as condições de se fazer representar de forma direta, assim como as condições de profissionalização dos políticos, poderiam variar de um estado para outro, dependendo, no Brasil, da sua posição no cenário nacional. Estados periféricos na economia brasileira poderiam ter menor poder de pressão e de representação.

Sobre a elite política paulista, a partir do exame das propriedades políticas e das características sócio-ocupacionais dos representantes da bancada de São Paulo na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Adriano Nervo Codato constatou que esta deixou de viver para a política e passou a viver da política, como na famosa fórmula weberiana. Contudo, acrescentou uma nova perspectiva ao afirmar que *“só vive para a política aquele que vive da política”*, segundo o autor *“essa profissionalização seria a condição para dedicar-se integralmente seja a função de representação de interesses externos ao campo político (interesses sociais), seja a função de representação dos próprios interesses do campo político enquanto tal: sua existência, sua permanência, seus regulamentos, seus princípios de seleção e de exclusão etc”*¹⁷⁹. O seu trabalho discutiu um problema que tem intrigado muitos pesquisadores nesta área de estudo: quando e como os políticos tornam-se mais profissionais, ou o que explicaria a permuta de um tipo social (o notável) para outro (o especialista)?

O crescimento da categoria “político profissional” é algo que foi detetado em vários estudos sobre as democracias contemporâneas e que em nossa pesquisa iremos discutir de modo contextualizado, segundo a cultura política mato-grossense, seus

¹⁷⁷ Entre os principais estudos estão os trabalhos realizados por Adriano Nervo Codato que analisou a transição da elite política paulista durante os regimes ditatoriais e observou como esta passou a fazer da política sua vida, de facto o pesquisador estudou uma elite estadual, mas que, como já foi salientado por Renato Boschi, se constituiu no principal grupo de elite económica no Brasil ao longo do século XX.

¹⁷⁸ BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli, *op. cit.*, 2000.

¹⁷⁹ CODATO, Adriano, “A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo”, *Revista de Sociologia e Política*, vol.16, n. 30, Curitiba, Jun. 2008, p. 35.

conflitos internos, sua base socioeconómica, seu sistema partidário com características próprias regionais, enfim, com o desenho próprio desta unidade da Federação.

1.3.3. Porque estudar as elites políticas de Mato Grosso?

Existe sobre Mato Grosso uma grande produção de trabalhos históricos que vão desde a colonização¹⁸⁰ do período aurífero até às análises do novo processo de colonização após a década de setenta já com o estado dividido¹⁸¹.

Obras de história política também podem ser encontradas nas produções de Alfredo da Motta Menezes¹⁸². O autor analisou não apenas os conflitos políticos ocorridos em Mato Grosso mas também os conflitos políticos na América do Sul. Sobre Mato Grosso, considerou os conflitos políticos partidários como centrais. Trabalhou também com o desenrolar dos factos históricos, principalmente na perspectiva das relações políticas (diplomacia e interesses económicos) que envolviam os países da América Latina: Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. As elites mato-grossenses foram também estudadas sob o ângulo da sua formação intelectual.

Alguns estudos apontam que a "elite letrada" do estado era composta pelos filhos de famílias abastadas que podiam encaminhá-los aos estudos na capital federal ou a outros centros, formada por médicos, advogados, engenheiros, militares, clérigos, comerciantes, entre outros, vindos de diferentes regiões. Sendo que, segundo Lylia da Silva Guedes Galetti, esta elite foi a divulgadora de ideias e hábitos, forjadores da desejada modernização e do modelo de civilização, baseados nos discursos vindos da

¹⁸⁰ Entre vários trabalhos foi considerado alguns como principais: VOLPATO, Luiza Rios Ricci, *Cativos do Sertão: vida cotidiana em Cuiabá 1850 – 1888*, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1993; *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil 1719-1819*, São Paulo, Hucitec, 1987; *Ouro e Miséria no Antemural da Colônia (1751-1819)*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, 1980. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, *O processo Histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, Ed. Guaicurus, 1990; GALETTI, Lylia da Silva Guedes, *Nos Confins da Civilização: sertão fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, São Paulo, 2000, tese de doutorado em História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A respeito das incursões pelo futuro território mato-grossense nos séculos XVI e XVII ver CORRÊA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, 1969, especialmente o capítulo III, “A Conquista”. E também UACURY, R. Bastos, *Expansão territorial do Brasil Colonial no Vale do Paraguai (1767-1801)*, São Paulo, 1972; COSTA, Maria de Fátima, *História de um País Inexistente*, São Paulo, 1999.

¹⁸¹ Cf. BARROZO, João C., *op. cit.*, 2008; CANCELLI, Elizabeth, “Marcha para o Oeste, discurso e legitimação”, *Revista da UFMT*, ano III, n. 2, Cuiabá, 1983.

¹⁸² MENEZES, Alfredo da Motta, *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*, Campinas, Papirus, 1987; *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*, São Paulo, Contexto, 1998; *Momento brasileiro: do fim do Regime Militar à eleição do Lula*, Rio de Janeiro, Gryphus, 2006. *Morte de Totó Pães*, Cuiabá, Carlini & Ciniato, 2007.

Europa ou do litoral civilizado. Esta elite acreditava ser necessário sintonizar-se com os hábitos e valores vindos destes lugares e isto significava civilizar-se, modernizar-se¹⁸³.

Esta necessidade de formar uma elite intelectual treinada para administrar Mato Grosso também foi observada em estudos sobre a vinda de instituições religiosas para o estado a convite dos governadores, ou seja, foi pela necessidade de formar as elites que a Ordem de Dom Bosco veio para Mato Grosso. É neste contexto mais amplo que se pode entender o lugar que a ordem salesiana veio a ocupar no projeto civilizatório que a elite mato-grossense buscava implementar em Mato Grosso. O objetivo era sintonizá-lo com o mundo moderno e promover a eliminação da barbárie, da indolência, da falta de disciplina para o trabalho, que, de acordo com os defensores de tal projeto, estava disseminada entre os habitantes indígenas e não indígenas do território mato-grossense. As autoridades políticas e religiosas de Mato Grosso buscaram na missão civilizadora dos salesianos a instrumentalização do projeto de progresso, sobretudo no que dizia respeito à formação intelectual das elites e à *civilização* dos indígenas¹⁸⁴.

Outros estudos sobre a elite mato-grossense foram realizados por Maria Manuela Renha de Novis Neves¹⁸⁵. A autora fez brilhante análise dos conflitos partidários em Mato Grosso a partir de entrevistas com a elite política do estado. Acreditamos que estas obras sejam as primeiras que abordaram o estudo da elite política mato-grossense sob o prisma da teoria das elites políticas. Contudo, neste momento, não iremos dedicar mais espaço à análise das obras da autora, já que estas serão profundamente discutidas no item sobre partidos políticos em Mato Grosso, bem como no próximo capítulo, onde será abordado o contexto histórico das elites mato-grossenses.

Então porque estudar as elites políticas de Mato Grosso? Sintetizando estas discussões sobre os estudos acerca das elites no Brasil, podemos afirmar que trabalhos como o realizado por Paulo Neves Costa¹⁸⁶, sobre os valores e recrutamento da elite empresarial no Paraná; por Ricardo Costa de Oliveira¹⁸⁷, sobre a produção social da

¹⁸³ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000.

¹⁸⁴ LOURENÇO DA SILVA, Alexandra, *A Escola Agrícola Santo Antônio e seu lugar no projeto de civilização de Mato Grosso 1894-1920*, monografia de especialização em História, UFMT, Cuiabá, 2000. *Combate a pobreza política na educação básica: papel do professor básico na Escola Patronato Santo Antônio*, dissertação de mestrado em Política Social, UnB, Brasília, 2001.

¹⁸⁵ NEVES, Maria M. R. de N. *op. cit.*, 1988 e *Leões e raposas na política de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, 2001(a).

¹⁸⁶ COSTA, Paulo R. N. e ENGLER, Icaro G. F., *op. cit.*, 2008.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, Ricardo C. de, *op. cit.*, 2001.

elite política no Paraná; por Maria Manuela Renha de Novis Neves¹⁸⁸, sobre a competição partidária e os conflitos das elites em Mato Grosso; por Jose Murilo de Carvalho¹⁸⁹, sobre a construção da ordem elitista; organizados por Renato Perissinotto sobre a elite parlamentar, político-administrativa e partidária no Paraná; por Fabiano dos Santos, sobre o Poder Legislativo em seis estados brasileiros - demonstram o aumento da produção académica sobre as elites brasileiras e alertam para a necessidade da valorização deste campo de estudo no Brasil. Também nos forneceram uma valiosa base de informações de outras partes do Brasil sobre as quais foi possível estabelecer comparações com a realidade mato-grossense. Desta forma, mesmo com todas as críticas que os estudos das elites políticas tenham recebido nas décadas passadas, nos parece fundamental que os estudos regionais sobre as elites políticas possam se desenvolver cada vez mais de forma a completar a imensa lacuna existente no Brasil sobre este tema. Então, para concluir nossa reflexão, podemos ainda nos lançar em mais um desafio que é esclarecer a seguinte pergunta: porque estudar as elites políticas?

As críticas antielitistas afirmam a futilidade do estudo das elites devido aos seguintes pontos: 1º - o funcionamento do Estado capitalista deve ser explicado a partir dos seus vínculos objetivos com o sistema económico; 2º - aqueles que controlam os principais postos do sistema estatal, independentemente da sua origem social, de suas crenças políticas e motivações, estão condenados a executar a função objetiva do Estado Capitalista, que é reproduzir a sociedade capitalista; 3º - devemos nos perguntar: o que o Estado reproduz e não quem toma as decisões, afinal o que importa são os efeitos concretos das decisões políticas e não as intenções dos que decidem¹⁹⁰.

Independentemente das críticas, não faltam razões para justificar um estudo das elites políticas na atualidade. Em primeiro lugar, os efeitos das decisões tomadas pelas elites políticas podem não corresponder às intenções dos agentes, mas, ainda assim, a natureza da elite política, ou seja, sua origem social, sua trajetória profissional, seus valores, podem ser um elemento importante da análise científica da política. Portanto, se concebermos esta ideia, evitaremos o voluntarismo criticado pelos marxistas no qual “*a elite seria tão poderosa a ponto de ser sempre capaz de controlar plenamente as consequências de suas decisões. Ora, fosse isso verdade, estaríamos dizendo que o*

¹⁸⁸ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988, *op. cit.*, 2001(a), e *Relatos políticos. (entrevistas: memória divisionista – MT)*, 2001(b).

¹⁸⁹ CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003.

¹⁹⁰ PERSSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009.

mundo é plenamente moldável de acordo com a vontade das elites políticas, o que significaria simplesmente desprezar os constrangimentos estruturais que limitam a liberdade de ação das elites políticas (como de qualquer outro agente social)”.¹⁹¹ Mas também oferece a vantagem de não cair na interpretação de um determinismo estrutural exagerado¹⁹² onde o agente político não tem peso e, portanto, suas motivações¹⁹³ são desconsideradas no processo decisório. Assim, “a pesquisa sobre elites políticas pode ser dividida em dois pontos: a) Quem governa?, isto é, qual a origem social, a trajetória profissional e escolar, os valores políticos de quem ocupa os pontos de mando?; b) Com quais consequências? Isto é, os atributos identificados na primeira questão influenciam as decisões?”¹⁹⁴.

Em segundo lugar, também é importante observar a possível alteração ou não da elite nos momentos de mudança histórica. Como em situações de mudança de regimes políticos que podem indicar para além da renovação do quadro, aspetos que podem ajudar a compreender decisões que o novo ou o velho grupo tomou, afinal, “em momentos de mudança substancial das estruturas sociais, as elites políticas são fundamentais para explicar o processo de construção de novas instituições, de novos modelos de acumulação econômica, enfim, para explicar as escolhas que afetarão por muito tempo os destinos de uma nação”¹⁹⁵.

Por último, para conhecer a relação entre elites políticas e estrutura social em uma dada sociedade ao longo do seu desenvolvimento histórico. Ou seja, as mudanças no perfil da elite política podem ser um indicador das mudanças na estrutura social¹⁹⁶. O perfil da elite política nos permitiria tentar responder a várias questões, como: quais recursos sociais eram importantes na sociedade e que possam ter perdido seu valor? Como isso pode ser explicado por mudanças na estrutura socioeconômica do País estudado? Quais os caminhos percorridos para se chegar às posições de elite em cada período histórico analisado? Existe um trajeto padrão percorrido pela elite no momento atual que se diferencie de momentos anteriores? Ou seja, por quais caminhos passa o

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 190.

¹⁹² Como apontado na obra de Ralph Miliband. Cf. MILIBAND, Ralph, “Resposta a Nicos Polantzaz”, in BLACKBURN, R. (org.), *Ideologia na Ciência Social*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

¹⁹³ Essas motivações podem ser deduzidas, ainda que de forma não absoluta, a partir do seu posicionamento socioeconômico, formação profissional e carreira pública do agente político.

¹⁹⁴ PERISSINOTTO, Renato, *op. cit.*, 2009, p. 191-92.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 196.

¹⁹⁶ A elite política funcionaria como um sismógrafo que registaria as mais importantes e fundamentais alterações na estrutura social. Cf. PUTNAM, Robert D., *op. cit.*, 1976.

acesso aos postos de elite? E ainda quais instituições são importantes no processo de recrutamento, tanto no passado como no presente? E, por último, mas, certamente não encerrando as possibilidades de interrogação, poderíamos perguntar: como essas mudanças afetam o perfil social e ideológico da elite recrutada?

2. As regras do jogo: partidos políticos e processo de recrutamento

Se as condições do jogo eleitoral são importantes na configuração de uma dada estrutura de oportunidades presente em cada singular processo de recrutamento, devemos então considerar o papel dos partidos políticos. Afinal, seriam justamente estes que realizariam o primeiro processo seletivo dos que estariam capacitados a competir nas eleições. A literatura sobre recrutamento das elites políticas nas democracias modernas tem apontado para esta questão. Autores como Putnam e Giddens têm sugerido que a análise deve começar pelo estudo do processo seletivo dentro dos partidos políticos, já que essas seriam as principais instituições por meio das quais teria início o processo de recrutamento. Nos partidos, ocorreria a filtragem por meio da qual o amplo universo de possíveis selecionáveis seria reduzido, pelos selecionadores partidários, a um universo bem menor de aspirantes e candidatos. Essas instituições seriam, assim, os principais caminhos de acesso às posições de elite¹⁹⁷.

2.1. Os partidos políticos na América Latina

Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, existe uma razoável produção teórica que defende a tese de que os partidos continuam sendo atores centrais no processo político também na América Latina, na medida em que, até ao momento, não se propuseram outras formas de democracia que possam funcionar sem o concurso dos partidos¹⁹⁸. Estes são os articuladores da competição eleitoral e, por isso, merecem atenção especial; e são também muito mais estáveis do que se possa imaginar

¹⁹⁷ Cf. GIDDENS, Anthony, "Elites in the British Class Structure", in STANWORTH, P. e GIDDENS, A. (orgs), *Elites and Power in British Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1974, pp. 1-21; PUTNAM, Robert D., *op. cit.*, 1976.

¹⁹⁸ Cf. RUIZ RODRÍGUES, Leticia M. e MONTERO, Mercedes G., "Coerência partidária nas elites parlamentares latino-americanas", *Opinião Publica*, vol. 8, n. 2, Campinas, Out. 2002.

normalmente, quando consideramos que, nesta parte do globo, as mudanças de regime de governo provocaram muitas alterações no sistema partidário.

Entre os trabalhos que analisaram o sistema partidário da América Latina estão as pesquisas de Manuel Alcántara Sáez e Flavia Freidenberg, nas quais os autores afirmam que os partidos e sistemas partidários da América Latina são mais estáveis do que comumente se tem afirmado. Os autores estudaram o perfil dos partidos e constataram que, para a maioria, vigorou uma certa estabilidade e continuidade durante o período de transição das ditaduras para as democracias¹⁹⁹. A estabilidade foi também apontada por Miguel de Luca e Andrés Malamud em relação ao sistema partidário argentino²⁰⁰.

Em sua análise, Sáez e Freidenberg consideraram os partidos políticos como principais atores no processo de democratização. A democracia, para estes pensadores, foi definida nos termos da poliarquia de Dahl, e dentro dela os partidos deveriam cuidar não apenas da competição eleitoral como também da profissionalização da elite política. Eles defendem a tese de que, ao desempenharem adequadamente as suas funções, os partidos seriam os elos estáveis e previsíveis entre a sociedade e o regime político. Partindo destas premissas, os autores observaram que existem algumas diferenças na maturidade dos sistemas partidários europeus e os da América Latina. O sistema latino estaria ainda apegado a uma cultura oligárquica que acabava por enfatizar o personalismo na liderança política, mas que mesmo isso não anularia, em absoluto, a importância deles como personagens centrais do processo democrático.

Ainda sob o ângulo da sua coerência interna, os partidos políticos na América Latina têm sido objeto de discussão. Para aqueles relativamente otimistas, existem graus variáveis de coerência nos partidos políticos latino-americanos permitindo classificá-los em função do grau de congruência ideológica e programática. Também, afirmaram que ideologia e programa são dimensões que devem ser levadas em conta para se compreender a estruturação do jogo partidário na região latino-americana²⁰¹. Contudo, a

¹⁹⁹ SÁEZ, Manuel Alcántara e FREIDENBERG, Flávia, “Partidos políticos na América Latina”, *Opinião Pública*, vol. 8, n. 2, Campinas, Out. 2002.

²⁰⁰ DE LUCA, Miguel e MALAMUD, Andrés, “The Anchors of Continuity: Party System Stability in Argentina, 1983-2003”, Prepared for delivery at the *2005 Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research (ECPR)*, Granada, Apr. 2005, pp. 14-19.

²⁰¹ Ruiz Rodrigues e Monteiro afirmam que, nos estudos sobre a América Latina, a questão programática foi excluída com mais frequência do que a ideológica; no entanto, seria possível encontrar algumas exceções, como os trabalhos que utilizam o modelo de clivagens e tentam sua aplicação aos sistemas da região. Embora a maioria desses trabalhos não analise em detalhe as posições dos partidos em

maior parte destes estudos não analisou precisamente a realidade brasileira na qual o sistema partidário e as clivagens de ideologia partidária parecem ter assumido características particulares. Leôncio Martins Rodrigues²⁰², em seu estudo sobre a composição social dos partidos na Câmara dos Deputados, realizou um breve resgate do que se tem discutido sobre a importância dos partidos políticos no Brasil e constatou que esta literatura pode ser classificada em dois grupos. O primeiro seria constituído por cientistas políticos brasileiros ou brasilianistas que elaboraram seus estudos no período logo após o início da redemocratização com a Constituinte, nos anos oitenta, sendo estes críticos e pessimistas em relação à organização e ao futuro do sistema partidário no Brasil.

O segundo grupo foi formado por pesquisadores que elaboraram seus estudos em período mais atual e que tiveram uma visão mais otimista da organização partidária no Brasil. Segundo este grupo, as instituições necessitaram de um período para se adaptarem à democracia, e os partidos não foram exceção. Ao contrário da crítica brasilianista, afirmam que os partidos políticos possuíam mais representatividade, consistência ideológica e disciplina partidária parlamentar do que se tem afirmado.

A crítica mais dura, segundo Rodrigues, foi elaborada pelo norte-americano Scott Mainwaring. Na opinião deste autor, a ausência de disciplina partidária e fraca institucionalização configurava um sistema de subdesenvolvimento partidário que estaria aquém das necessidades de uma sociedade democrática. “*O Brasil pode ser um caso único de subdesenvolvimento partidário no mundo*²⁰³ [...] *Os partidos brasileiros, no longo prazo dificilmente seriam capazes de servir de suporte para a democracia*”²⁰⁴. O autor identifica dois principais problemas: o clientelismo presente nos sistemas de patronagem e o individualismo dos políticos. Se comparado aos países da América Latina, o Brasil apresentaria os menores índices de institucionalização do sistema partidário, sendo os partidos menos disciplinados que na Argentina, na Venezuela e no Paraguai.

aspectos programáticos, eles proporcionam um panorama das posturas dos partidos com respeito às grandes linhas de divisão. Sobre esta discussão conferir, RUIZ RODRÍGUES, Leticia M. e MONTERO, Mercedes G., *op. cit.*, 2002.

²⁰² RODRIGUES, Leôncio M., *op. cit.*, 2002.

²⁰³ O autor classifica o sistema político em comparação ao desenvolvimento económico do país. No caso brasileiro o sistema partidário e político não teriam se desenvolvido como o económico.

²⁰⁴ MAINWARING, Scott., "Brazil: weak parties, feckless democracy", in Scott Mainwaring & Timothy R. Scully, *Building democratic institutions: party systems in Latin America*, Stanford, Stanford University Press, 1995, pp. 354 e 391, *apud* RODRIGUES, Leôncio M., *op. cit.*, 2002, pp. 25-26.

Barry Ames, outro estudioso norte-americano, afirma que, no sistema partidário brasileiro, os partidos políticos não deveriam ser considerados como sendo efetivamente partidos²⁰⁵. Bolívar Lamounier e Racher Meneguello, nos anos oitenta, já haviam apontado o subdesenvolvimento partidário no Brasil como sendo um risco para a democracia. A pesquisadora Maria Dalva Gil Kinzo, ao estudar as novas democracias latino-americanas, afirmou que, no Brasil ainda não havia um sistema partidário que possuísse um perfil claramente definido e duradouro; ao contrário, era caracterizado pela mutabilidade, fragilidade e fragmentação²⁰⁶. Olavo Lima Jr.²⁰⁷ partilha dessa visão pessimista que afirma a existência de uma baixa institucionalização e instabilidade dos partidos. Entre outros fatores, eles também apontam o problema da “excessiva” quantidade de partidos como indicativo da fragmentação a partir da Constituinte.

Ainda numa perspectiva pessimista, ou talvez realista, existem aqueles que afirmam que o Brasil, ao contrário da Europa ou mesmo de nações como Chile, Uruguai e Costa Rica, não possuía partidos ditos fortes, aparelhos maquinais espalhados e bem solidificados no país, ou seja, partidos com a capacidade de canalizar os anseios e descontentamentos de uma sociedade²⁰⁸. Segundo esta linha de pensamento o Brasil jamais experimentou uma "democracia de partido", pois o modelo de representação de interesses durante os cento e vinte primeiros anos como nação, pós-período colonial (1822-1945), impediram que revoltas populares se transformassem em alguma forma de organização partidária, uma vez que a maioria da população não possuía legitimidade para participar na vida política.

Essa falta de tradição democrática ainda pode ser considerada mais grave quando se considera que a maior parte da população brasileira era analfabeta no início do século XX e esta condição não se alterou radicalmente quando da instauração do Regime democrático de 1945. Observe-se que este facto constituía-se em impedimento

²⁰⁵ AMES, Barry, *The deadlock of democracy in Brazil*, Michigan, Michigan University Press, 2001, p. 269, *apud* RODRIGUES, Leôncio M. *op. cit.*, 2002, p. 28.

²⁰⁶ KINZO, Maria Dalva, *Partidos e representação política: os deputados estaduais e seus vínculos partidários na legislatura 1987-1990*, São Paulo, Idesp, 1990; *Radiografia do quadro partidário brasileiro*, São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, 1993; *Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*, São Paulo, Idesp, Vértice, 1988.

²⁰⁷ Sobre o pensamento de Olavo Brasil de Lima Júnior consultar as seguintes obras: LIMA JR., Olavo Brasil de, *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64*, Rio de Janeiro, Graal, 1983; *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-94)*, Rio de Janeiro, FGV, 1997(a); *Instituições políticas democráticas: o segredo da Legitimidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997(b).

²⁰⁸ MELO, Carlos Ranulfo e ALCÂNTARA, Manuel, *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*, Ed. UFMG, 2007.

à condição de eleitor. Por essa razão, Carlos Ranulfo Melo afirma que, com exceção do PT, o Brasil nunca registou a existência de partidos de massa. Segundo esta linha de argumentação, as organizações partidárias brasileiras são acusadas de nascerem distanciadas das demandas mais populares, pois, na maioria das vezes, foram criadas de cima para baixo e “lançaram-se ao mercado político com precário lastro social”²⁰⁹. Moldaram-se, segundo Otto Kirchheimer²¹⁰, enquanto organizações capazes de oferecer somente uma participação limitada, configurando assim, um sistema de fraca expressão e pouca integração.

Porém, o estudo realizado por Leôncio Martins questionou até que ponto o argumento destas teorias está correto e constatou que existe alguma estabilidade no sistema partidário brasileiro. Isto pode ser observado principalmente na composição social dos partidos nas bancadas federais, corroborando, então, a tese defendida de que os partidos políticos são os principais atores no processo democrático na América Latina. Inserido em uma perspectiva teórica mais recente, na produção acadêmica brasileira, o estudo de Rodrigues compartilha do pressuposto de que não se deve desconsiderar a importância da base social e econômica de onde estas elites são recrutadas, mas buscar-se compreender os fenômenos políticos em sua complexidade interna e não apenas como um fenômeno decorrente da estrutura econômica. Assim, contra a tendência da valorização econômica sobre os fenômenos políticos ainda forte na academia brasileira, Rodrigues afirma que o maior erro das teorias marxistas consiste em ignorar a autonomia do “político”, assim como a complexidade dos atuais partidos e da figura do político profissional. O autor demonstrou a existência de uma correspondência entre a composição social dos principais partidos e seu padrão de atuação no congresso. Seu trabalho foi revelador no que diz respeito à relação entre as origens sociais e econômicas dos eleitos e as identidades partidárias.

Dentro da lógica de que os fenômenos políticos devem ser observados em sua autonomia, o trabalho de Maurizio Cotta afirma ainda que o partido possui uma “*identidade coletiva: evoca tradição, um ethos e um sentimento comum, que acabam por ser valorizados em si mesmos e que têm de ser preservados. [...] Neste sentido, o partido é uma fonte de benefícios materiais e espirituais para os seus membros,*

²⁰⁹ KIRCHHEIMER, Otto, “The Transformation of the Western Party Systems”, in La PALOMBARA and WEINER (orgs), *Political Parties and Political Development*, Princeton University Press, 1966, p. 39.

²¹⁰ KIRCHHEIMER, Otto, *op. cit.*, 1966.

constituindo-se para eles uma ferramenta, da mesma forma que eles são ferramentas do partido”²¹¹. Assim, o autor propõe que, na análise da relação oferta e procura presente no recrutamento das elites políticas, seja considerado também a relação existente entre partidos e seus integrantes e, em especial seus candidatos. Com exceção de partidos fragilmente organizados, onde os membros e em especial candidatos podem fazer o que querem com ele, ou de partidos totalitários, onde o partido subjuga seus membros. Também alerta para as várias configurações que o partido poderá adquirir segundo sua capacidade de adaptação aos diversos contextos nos quais se movimentam. Os partidos são um elemento de elo entre estruturas da democracia, ao mesmo tempo que estas apresentam diferentes formas de oportunidades e constrangimentos segundo o contexto no qual se desenvolveram.

No caso de Mato Grosso, a literatura tem apontado uma característica semelhante a outras partes do Brasil, isto é a oligarquização dos partidos políticos. Para compreendermos melhor este processo, consideramos interessantes as observações feitas por Maurizio Cotta²¹²: segundo ele, os partidos e os governos estariam mais próximos de uma arena de lutas, onde relações de disputa e cooperação ocorreriam em sistemas nos quais interesses heterogêneos convivem. Os partidos, além de serem uma agregação de indivíduos com valores, interesses e ideais semelhantes, e que, portanto, partilharão de um programa comum, são também organizações que transcendem seus próprios membros - ou seja, os membros passam e a organização permanece.

É justamente aqui que fazemos uma comparação com o caso brasileiro onde, forçando um pouco a adoção do conceito (com um pouco de “imaginação sociológica”), parece ter ocorrido de forma quase cómica o contrário. Em muitos casos os partidos têm nascido e, em pouco tempo, deixam de existir, obrigando seus membros a buscarem novas associações. Também é verdade que as grandes lideranças e candidatos populares têm sobrevivido à morte de seus partidos sem nenhum problema. Naturalmente, o que ocorreu em muitos casos foi apenas a alteração da sigla, ou a junção entre partidos portadores de ideologias semelhantes. Mas também houve casos de rutura ou ilegalização do partido, onde sua extinção levou à distribuição dos membros em diversos outros partidos. Significa então que o partido morreu, mas os militantes permaneceram.

²¹¹ COTTA, Maurizio, *Democracia, Partidos e Elites Políticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 20

²¹² *Ibidem*

Isso indica um processo de personalização da liderança política que, ao contrário de fortalecer o partido enquanto ator no processo eleitoral, privilegia a figura dos indivíduos que o representam, isto é, a valorização das personalidades individuais em detrimento dos partidos políticos enquanto ator coletivo. Este mesmo processo foi recentemente constatado também nas democracias avançadas, em pesquisas que analisam o recrutamento das elites sob uma perspectiva mais psicológica, através do mapeamento dos comportamentos e atitudes²¹³. Percebemos então que, ainda que esse comportamento de personalização possa variar de um país para outro, aparentemente constitui-se um fenómeno atual do qual as democracias latino-americanas e, em especial, a brasileira não são exceções. Pelo contrário, o caso do Brasil talvez seja um exemplo contundente do fenómeno.

2.1.1. Partidos políticos em Mato Grosso

Alguns estudos já demonstraram a característica tipicamente oligárquica dos partidos políticos que dominaram o cenário em Mato Grosso ao longo do século XX. No caso brasileiro, é importante considerar que, por se tratar de uma Federação, os partidos “nacionais” não possuem a mesma força em todos os estados. De facto, cada partido político nacional tem uma história própria em cada ente da Federação, que está de forma muito particular atrelada ao próprio caráter carismático da liderança regional. Assim, quando se leva em consideração a questão do sistema partidário brasileiro, em um estudo que foque somente um estado, como é a nossa proposta (caso de Mato Grosso), deve-se perguntar: quais foram os partidos nacionais que tiveram efetivo

²¹³ A obra de Jean Blondel e Jean-Louis Thiebault, *Political Leadership, Parties and Citizens*, discutiu a crescente importância da personalidade na liderança política nos estudos de casos na Grã-Bretanha, Irlanda do Norte, França, Itália, Polónia, Japão e Tailândia. Segundo os autores, as mudanças ocorridas na estrutura social mundial têm diminuído o papel desempenhado pela classe e filiação religiosa, enquanto o significado da personalidade na liderança política tem aumentado. Eles analisaram as mudanças ocorridas nas relações entre os cidadãos, os partidos que apoiam e os líderes destes partidos no contexto europeu. Também avaliaram em que medida os fenómenos de liderança personalizada diferem de país para país, e as formas que essas diferenças podem assumir. A literatura nacional tem observado que o mesmo processo de personalização da liderança ocorreu no Brasil, pois, na medida em que os partidos buscam indivíduos que possam se destacar frente ao eleitorado, fornecem-lhes os instrumentos para se tornarem grandes personagens públicos acima das ambições que possa ter o próprio partido e a ideologia que represente. Aparentemente, no caso brasileiro, a ausência da fidelidade partidária que vigorou em quase todo o período democrático favoreceu esta característica. BLONDEL, Jean, THIEBAULT, Jean-Louis, et al., *Political Leadership, Parties and Citizens. The personalisation of leadership*, New York, Routledge, 2010.

desenvolvimento nesta região? Porque estes tiveram sucesso e outros não? Os que tiveram sucesso neste estado também o tiveram na maioria dos estados brasileiros?

Nestes estudos, foram apontadas algumas peculiaridades de Mato Grosso que balizaram este trabalho. Ao analisar as eleições em Mato Grosso no período de 1945 a 1965, na obra *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*²¹⁴, a autora observou um comportamento bipartidário, mesmo sendo um período de pluripartidarismo. Este bipartidarismo mato-grossense consistia, principalmente, na alternância partidária na conquista do governo do estado sempre pelos dois mesmos partidos, o PSD e a UDN.

Outra observação interessante efetuada pela autora foi o facto de haver um critério privilegiado pelos partidos na escolha dos seus candidatos: a identificação com as bases partidárias das duas regiões do estado, a região Norte e a Sul. Existiria certa regularidade na composição das listas concorrentes aos cargos majoritários de ambos os partidos, visando compatibilizar os interesses regionais; assim, os candidatos eleitos para o governo do estado apresentavam, via de regra, uma identificação bi-regional, ou seja, deveriam manter interesses profissionais em uma região e residência em outra.

Cuiabá era o pólo da região Norte e Campo Grande o pólo da região Sul. Sendo assim, os partidos selecionavam candidatos que fossem aceitos em ambas as regiões, mantendo na competição eleitoral a efetiva regionalização política do estado. Portanto, devido à importância atribuída à questão regionalista de Mato Grosso em torno dos interesses divisionistas e não divisionistas, do sul e do norte respectivamente, a autora afirma a importância da origem ou residência de candidatos. Segundo ela, embora a origem regional (e oligárquica) de alguns candidatos seja o norte, eles se deslocaram para o sul do estado, lá fixando residência e concentrando seus interesses económicos e profissionais. A autora defende a tese de que a indicação de tais candidatos revelou uma tentativa bem-sucedida de composição entre o norte e o sul²¹⁵.

Na obra *Leões e raposas na política de Mato Grosso*, Neves²¹⁶ defende a tese de que teria ocorrido uma mudança da tradição competitiva partidária na política mato-grossense, existente no pluripartidarismo, de 1945 a 1965²¹⁷, para o partidarismo majoritário, com a total hegemonia da Arena no período do bipartidarismo de 1966 a

²¹⁴ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988.

²¹⁵ *Idem*

²¹⁶ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 2001a.

²¹⁷ A autora adota o critério do início do bipartidarismo para a divisão dos períodos.

1978. A autora constatou que Mato Grosso teve um comportamento desviante do contexto nacional durante o bipartidarismo. Um exemplo seriam as eleições de 1974 para a Câmara Federal onde os resultados do MDB foram os melhores desde 1966, mas que, em Mato Grosso, *“revelou tímida consistência oposicionista e competitiva, chegando a ter menos votação do que a soma dos votos brancos/nulos”*²¹⁸. Esta timidez emedebista no estado não seria fruto apenas do autoritarismo vigente no país, mas, antes, teria suas razões na própria estrutura partidária e eleitoral existente há muitos anos.

Segundo a autora, a prática das alianças no seio da elite política e dos partidos foi a base da competição eleitoral em Mato Grosso e configurou uma elite política relativamente coesa. Os partidos constituíram-se nos *“canais privilegiados para o exercício dos arranjos intra e inter-partidários, sem confrontos abertos, ao contrário da esperada radicalização em torno de interesses tão divergentes e no interior de um sistema tão fracionado. Foi desse exercício arranjista que se originou a coesão da classe política. Vale lembrar que a aproximação com a teoria das elites permite depreender a existência de grupos “solidários” (a minoria organizada - ou o escol dirigente) cujos interesses residem na preservação do poder”*²¹⁹.

Com base na teoria das elites elaborada por Vilfredo Pareto, a autora constatou que o período da Primeira República no início do século XIX havia sido caracterizado por uma “política de leões”, e que este perfil se alterara após 1945 para uma “política de raposas”. Ao analisar os reflexos das disputas pela divisão do território de Mato Grosso, ocorridas ainda no pluripartidarismo de 45 a 64, no sistema partidário e eleitoral, afirmou que: *“Isso significou adotar um modelo que ditava a racionalidade de não correr senão aqueles riscos passíveis de previsão e controle. Se era incontestável a supremacia eleitoral da representação política do sul, por outro lado, havia a aceitação da tradição do poder detida pelo norte, incluindo o manejo da administração pública e a sua condição de pólo irradiador da formação política e cultural. As raposas do pluripartidarismo, do norte e do sul, tinham perfeito conhecimento dos fracionamentos - seus e do sistema - por terem que lidar com forças partidárias equivalentes e com interesses regionais divergentes. Empenharam-se em estabelecer relações arranjistas para administrar mais essa versão da “dinâmica do conflito”, sem*

²¹⁸ *Ibidem*, p. 278.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 258.

abrir mão de buscar a realização dos seus próprios interesses: o domínio sobre o poder partidário e estadual, por outros meios que não o confronto aberto”²²⁰.

Outro aspeto salientado em sua obra foi a característica continuista desta elite. Segundo ela, o bipartidarismo instaurado no período autoritário em Mato Grosso, após 1964, gerou as condições adequadas para a permanência das elites dirigentes. A autora buscou a explicação para a supremacia da Arena durante o Regime Militar no próprio processo de realinhamento partidário. Diferente do enfoque adotado neste estudo, foi através da comparação dos resultados eleitorais nacionais e regionais que Neves buscou explicar a supremacia da Arena em Mato Grosso como uma especificidade do comportamento partidário neste estado.

“De um lado, o predomínio arenista em todo o período (66-78), incluindo a brusca alteração da tradição da competitividade partidária, vigente entre 1945-65, para o modelo de partido majoritário (que prefiro chamar de hegemônico); e, de outro lado, a inexpressividade oposicionista do MDB, mesmo naquelas eleições em que o comportamento nacional foi de contestação ao regime autoritário - o pleito de 1974, cujos resultados favoreceram o MDB no âmbito nacional. Esse é um fato relevante e com força explicativa para a persistência da hegemonia arenista em Mato Grosso que, segundo penso, fortaleceu-se na realidade de um MDB esvaziado de recursos políticos (concentrados na Arena). Além disso, nas circunstâncias locais, o MDB mostrou-se um partido sem transparência ideológica ou consistência oposicionista”²²¹.

Se o problema do MDB no Regime Militar foi o esvaziamento de quadros qualificados, é uma questão que em nosso trabalho buscamos responder com a análise do perfil sociológico daqueles que foram eleitos no período. Além disso, a própria trajetória política desta elite nos indicou suas preferências, de modo que, dentro da proposta deste trabalho, foi possível constatar o que mudou no perfil desta elite política durante as transições de regime político e sistema partidário. Portanto, nosso trabalho não faz uma contestação ao trabalho de Maria Manuela Renha de Novis Neves, mas o complementa na discussão sobre quem são estes que governam. A abordagem não foi no campo dos arranjos que as elites e os partidos realizaram, incidindo sobre o recrutamento desta elite, sobre o perfil sociológico e a trajetória política, enfim, sobre a estrutura de oportunidade vigente em cada período.

²²⁰ *Idem*

²²¹ *Ibidem*, p 260.

2.2 Recrutamento das elites políticas

Se as várias elites competem entre si no processo eleitoral onde as massas podem controlar, ainda que superficialmente, quem serão os escolhidos para governar, resta-nos saber quais são as condições para esta competição, quais são as oportunidades que um indivíduo tem para poder estar na condição de competir no pleito. Portanto, um dos aspetos centrais na construção das oportunidades de participação está na estrutura institucional desenvolvida em cada país. O contexto institucional influencia diretamente no processo de recrutamento, tanto em relação aos incentivos e constrangimentos gerados, como também, em relação ao que é valorizado pelos partidos na escolha dos seus candidatos. Ao realizar um estudo sobre recrutamento político, é preciso considerar que existe uma estrutura de oportunidades, a qual é, em parte, moldada pelo sistema eleitoral, pelo sistema partidário e pela forma de Estado. Por exemplo, em uma Federação como o Brasil a passagem em um governo estadual pode ser o trampolim para o nacional. Assim como para se ter acesso aos principais cargos do Legislativo estadual, provavelmente o político passou por cargos que podem ter sido tanto no Legislativo como no Executivo municipal²²².

Um estudo realizado sobre o recrutamento da elite política no estado do Paraná constatou que, em relação às carreiras políticas, a maioria dos parlamentares havia começado sua trajetória política como vereadores, enquanto os membros da elite político-administrativa iniciariam predominantemente através de cargos públicos conquistados por concurso, e que ambas as elites, diferentemente da elite político-partidária, não possuíam experiência de carreira pública ao nível federal. Isso, constatado no Paraná, pode indicar um padrão inicial para ser testado em outros estados brasileiros. Observe-se que este é um exemplo interessante do tipo de carreiras privilegiadas do recrutamento político em um Estado que tem seu poder dividido em três instâncias: federal, estadual e municipal²²³.

²²² Segundo Pippa Norris, o recrutamento das elites políticas deve ser pensado a partir da relação de “oferta e procura”, sendo a oferta os incentivos e constrangimentos à participação dos possíveis candidatos e candidatas e a procura o que os partidos buscam na escolha dos seus candidatos e candidatas, onde esta relação possui uma variância segundo o contexto institucional em que o recrutamento ocorre. Desta forma, o contexto institucional em que ocorre o recrutamento é fundamental para sua compreensão. A estrutura de oportunidades está diretamente relacionada ao sistema político, sistema constitucional-legal, sistema de governo, sistema partidário, sistema eleitoral. NORRIS, Pippa (org.), *op. cit.*, 1997.

²²³ PERISSINOTTO, R., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs), *op. cit.*, 2007.

Podemos, portanto, deduzir que para se ter acesso a determinadas posições é obrigatório, em alguns países, segundo a cultura política, ter ocupado cargos anteriores específicos e possuir determinados atributos²²⁴. No processo de recrutamento, além do regime político e suas alterações, existe uma estrutura de oportunidades que depende do número de atores que aspiram ao cargo político (vocações políticas)²²⁵, das orientações mentais dos que selecionam, da idade (faixa etária), naturalidade (origem geográfica). Esta última conduz a uma dimensão estruturante, como a possível identidade regional. Essa questão é fundamental em um estudo sobre as elites políticas em Mato Grosso, pois este possui uma história marcada por fortes componentes separatistas²²⁶. Também é importante perceber se há zonas que são privilegiadas no processo de recrutamento, pois algumas zonas podem ser um *locus* preferencial devido a seus recursos como: educação, desenvolvimento, etc. Assim como é comum haver uma relação desigual entre a capital e a periferia, que deve ser analisada como um fator da própria lógica do modelo de recrutamento adotado. Há também casos de exceção em que existe mais de um centro urbano principal, neste caso a capital poderá não ocupar um papel tão destoante no fornecimento de aspirantes à elite política. Aparentemente, isso ocorreu em Mato Grosso, no período anterior à divisão do estado (1977) quando “coabitavam” dois importantes pólos urbanos (Cuiabá e Campo Grande), que disputavam a primazia da administração pública, o potencial de organização das forças políticas e o desenvolvimento cultural.

No caso brasileiro, uma candidatura necessita de um partido, isso é condição *sine qua non* da possibilidade de participar na competição eleitoral. Então, neste caso, o eleitor somente poderá escolher entre os já escolhidos²²⁷. Afinal, os candidatos

²²⁴ NORRIS, Pippa (org.), *op. cit.*, 1997.

²²⁵ Contrariando a ideia de vocação, Fabiano Santos apresenta outro fator importante para a análise do caso brasileiro. O autor defende a tese de que a procura por determinados cargos depende do poder efetivo de participar das decisões que ele representa. Analisando a composição tanto dos Legislativos nos estados como para o nível federal, o autor constatou que à medida que este poder passou a ter efetiva possibilidade de participar das decisões cruciais da nação, a competição aumentou. Segundo ele não faz sentido um grande investimento por parte do candidato para conquistar um cargo que tenha pouco poder de decisão, como fora durante o Regime Militar e também no período em que o Executivo dominava a Câmara através das Medidas Provisórias. Cf. SANTOS, Fabiano, *op. cit.*, 2001(a) e SANTOS, Fabiano, “Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99”, in BOSCHI, R., DINIZ, E., SANTOS, F., *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*, São Paulo, Konrad Adenauer, 2000.

²²⁶ Sobre a questão divisionista e a formação dos grupos dominantes conferir as obras de Maria Manuela Renha de Novis Neves. NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988; *op. cit.*, 2001(a); *op. cit.* 2001(b).

²²⁷ Existe uma discussão no Brasil sobre as listas abertas e as listas fechadas, de modo geral a opinião pública tem quase unanimidade em afirmar que as listas abertas ainda funcionam de forma mais

apresentados ao eleitor já passaram pelo crivo seletivo dos partidos políticos. Significa então que cada partido irá adotar alguns critérios nesta escolha, critérios que podem ser muito variados segundo a ideologia partidária, legislação de cotas (caso das mulheres), as preferências regionais, a necessidade de conhecimento técnico pelo candidato, enfim a experiência, a formação educacional, a base socioeconômica, a popularidade do candidato (em sistemas como o brasileiro, onde o eleitor se fixa no homem público e não no partido, esse pode ser um atributo valorizado), entre outros aspectos que possam ser considerados importantes. Então um estudo sobre recrutamento precisa fazer também a seguinte pergunta: que tipo de perfil os partidos têm buscado em seus aspirantes a candidatos? Uma das formas de responder a esta questão pode ser pela análise do perfil da elite política, isto é, dos escolhidos.

A literatura sobre recrutamento da elite política na Europa tem alertado para o facto de ser a capacitação técnica muito valorizada na atualidade. Heinrich Best e Maurizio Cotta realizaram um primeiro diagnóstico sobre a representação parlamentar na Europa entre 1848 e 2000 e constataram a existência de duas tendências no processo de recrutamento parlamentar: a democratização e a profissionalização. Aparentemente, esta é uma característica do próprio processo de consolidação das democracias, que, ao se tornarem mais complexas, exigem operadores políticos que tenham algum conhecimento do processo. Neste sentido, os estudos demonstram que o próprio desenvolvimento das sociedades e do Regime Democrático têm conduzido à profissionalização do político, e que esta dinâmica por vezes pode entrar em conflito com a democratização do recrutamento das elites políticas²²⁸. Em uma alusão a Max Weber²²⁹, poderíamos dizer que estaríamos vivenciando a transição dos políticos tradicionais para os políticos profissionais, ou seja, aqueles que outrora viviam para a política e agora vivem da política.

Sobre a tese de Max Weber, para quem se pode viver da política ou para a política, Bourdieu corrige e adiciona uma outra ideia na qual seria mais exato pensar que se possa “*viver da política com a condição de se viver para a política*”²³⁰, não

democrática, pois no Brasil, diferente dos Estados Unidos, as “*primárias*” para se escolher os candidatos não ocorre, ficando restrita ao jogo interno da cúpula dos partidos, mesmo que se realizem assembleias, a verdade é que as figuras possíveis, ou a única possível já foi escolhida nos bastidores pela cúpula de cada partido. É importante lembrar, algo que já foi apontado nesta tese, que é o caráter oligárquico dos partidos políticos brasileiros.

²²⁸ BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (orgs.), *op. cit.*, 2000.

²²⁹ WEBER, Max, *Ciência e Política: duas vocações*, São Paulo, Cultrix, 2000.

²³⁰ BOURDIEU, Pierre, *op. cit.*, 1998, p. 176.

como uma vocação natural mas como decisão de se integrar ao jogo político e suas regras. Ou, indo mais além, Adriano Codato, em seu estudo sobre a elite paulista, acrescentaria que “*o oposto também é verdadeiro: só vive para a política aquele que vive da política*”²³¹. Segundo ele, essa profissionalização é a condição que permite dedicar-se integralmente seja à função pública, ou mais precisamente, de representação de interesses externos ao campo político (interesses sociais)²³².

A profissionalização da política também tem sido apontada como uma necessidade do funcionamento das democracias modernas e não apenas como o seu efeito. Segundo Rodrigues e Monteiro²³³, o avanço da democracia na América Latina nos últimos tempos supõe um processo triplo: a necessidade de articular regras de jogo assumidas pela maioria e que ao mesmo tempo compusessem espaços organizativos mínimos nos quais se realizasse a competição política; a incorporação da mobilização social por meio de formas de participação e de representação; e, finalmente, a criação de canais de seleção de pessoal político que liderasse e gerisse a política quotidiana. Estas três faces se referem a temas recorrentes da literatura das ciências sociais e aludem, em uma terminologia mais técnica, à institucionalização do regime político, à intermediação entre as demandas da sociedade e o poder, e à profissionalização da política.

Também corroboram nesta discussão sobre a profissionalização e o problema da representação nas sociedades complexas os trabalhos de Pippa Norris, Nancy Bermeo, Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto. Estes autores observam que a complexidade atual das democracias consolidadas e o amadurecimento dos partidos políticos conduziu a maior diferenciação, especialização e profissionalização do político. Pippa Norris alerta que a profissionalização pode conduzir à anti-democracia na medida em que pode excluir certos setores da representação parlamentar. Outro aspeto interessante observado por estes autores é que o processo de profissionalização da elite política, ao mesmo tempo que os diferencia dos demais indivíduos da sociedade, geraria uma certa homogenização interna ao grupo²³⁴.

²³¹ CODATO, Adriano, *op. cit.*, 2008, p. 93.

²³² *Ibidem*

²³³ Cf, RUIZ RODRÍGUES, Leticia M. e MONTERO, Mercedes G., *op. cit.*, 2002.

²³⁴ Sobre esta discussão conferir as várias obras dos autores citados e em especial: NORRIS, Pippa, *op. cit.*, 1997; ALMEIDA, Pedro Tavares de, PINTO, António Costa, BERMEO, Nancy (orgs.), *Quem Governa a Europa do Sul?* Lisboa, ICS, 2006. BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (orgs.), *op. cit.*, 2000.

Aqui temos mais um aspeto fundamental da discussão, a homogenização da elite política devido a critérios privilegiados na sua seleção. Sociologicamente, ser político profissional significa pertencer a uma categoria de trabalho que lhe fornece identidade e que pode ser referencial para todas as outras relações sociais. Naturalmente, essas “categorias profissionais” privilegiadas no processo de recrutamento também variavam segundo o período estudado: aparentemente, em cada momento histórico podem existir algumas formações profissionais que são consideradas mais adequadas para a vida política²³⁵.

Desta forma, a estrutura de oportunidade está condicionada, tanto às regras formais do jogo eleitoral como à cultura política do país, em cada regime político e sistema partidário preciso. No caso de alteração de regime político, tem-se um momento privilegiado para observar o que mudou no perfil dos escolhidos. Por exemplo, em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, *“a elite ministerial [...] mudou drasticamente desde a queda das ditaduras em meados da década de 70. [...] Nenhum indivíduo que tenha exercido funções ministeriais durante a ditadura fez parte dos governos democráticos na Grécia e em Itália; em Portugal, há apenas a registrar um caso. Também em Espanha se verificou um «elevado nível de descontinuidade» entre os regimes. Apenas um ministro de Franco e nove do governo transitório regressaram ao poder após as eleições democráticas de Junho de 1977. [...] Assim, até em Espanha, um exemplo de «transição vinda de dentro», houve praticamente uma renovação total da elite política entre a ditadura e a democracia”*²³⁶.

O perfil do recrutado também se auterou na medida em que ocorreu *“o declínio dos militares enquanto fonte de recrutamento ministerial. Em Portugal, após a fase de transição para a democracia, a proporção de ministros com formação militar caiu para 3,8% - contrastando significativamente com os 26,2% registados na ditadura. Na Grécia a queda foi igualmente acentuada. A percentagem dos militares na elite ministerial passou de 25,6% para 2,1%. Em Espanha [...] no regime de Franco, 33% dos cargos de ministeriais foi ocupado por militares. Com a democratização, essa proporção baixou para 2,3%”*²³⁷. Em Itália ocorreu um processo semelhante no qual o “carater civilista” do governo foi acentuado indicando uma característica fundamental

²³⁵ ALMEIDA, Pedro T., PINTO, António C., BERMEO, Nancy (orgs), *op. cit.*, 2006.

²³⁶ *Ibidem*, pp. 234-235.

²³⁷ *Ibidem*, p. 235.

das democracias consolidadas, ou seja, “*a superioridade do poder civil e a separação do poder militar*”²³⁸.

Neste estudo coordenado por Pedro Tavares de Almeida²³⁹, constatou-se que, entre a ditadura e a democracia, houve praticamente uma renovação total da elite ministerial, demonstrando uma descontinuidade radical da elite no processo de mudança de regime político. Contudo, houve algumas continuidades: tal como ocorria nos períodos de ditadura, Portugal Grécia e Espanha recrutavam os ministros entre aqueles que possuíam curso universitário também no período atual democrático. Isso indica que um diploma universitário continuou a ser um requisito fundamental para a nomeação para um cargo de ministro nestes países, diferentemente da Itália que mostrou uma queda desta hegemonia de ministros com formação universitária já na atualidade. Também se observou que, da mesma forma que ocorreu com a classe trabalhadora, as mulheres continuaram excluídas dos cargos ministeriais.

Estes estudos forneceram as bases gerais daquilo que se convencionou chamar de estudo do recrutamento das elites políticas e influenciaram a produção teórica na América Latina e no Brasil. Eles demonstram que estudar e compreender o perfil da elite política, considerando tanto os aspetos de género, geográficos e de capital social adquirido, permite compreender a estrutura de oportunidades vigente, assim como o processo de recrutamento. Segundo essa produção, podemos considerar que, pelas características da elite, seria possível conhecer o grau de democratização do recrutamento, e este poderia ser um indicador do grau de democratização do regime político.

Baseados na discussão realizada por Robert Putnam²⁴⁰, segundo a qual existe uma relação entre os valores das elites e o funcionamento da democracia - na medida em que as opiniões das elites são influenciadas pelas características dos grupos aos quais pertencem -, analisou-se a relação entre as elites mato-grossenses e os grupos sociais dos quais eram provenientes. Para os autores Robert Dahl e Robert Putnam não existe uma classe dominante, mas existem vários grupos não homogêneos, com poder que se constrói constantemente nas sociedades, segundo a história vivenciada por estas. No caso de Mato Grosso, os períodos diferenciados de colonização que marcaram o seu

²³⁸ *Idem*

²³⁹ *Ibidem*

²⁴⁰ PUTNAM, Robert D., *op. cit.*, 1976.

desenvolvimento foram a matéria-prima para a formação de vários novos grupos dominantes em contextos especificamente regionais. Contudo, não é possível afirmar a existência de uma pluralidade de grupos com interesses autônomos que competem dentro da lógica institucional eleitoral pelo poder político, ou, pelo menos, pela defesa dos seus interesses, sem contudo realizar estudos que demonstrem esta realidade. Então se tornou imperativo observar a relação entre as elites políticas e os grupos dominantes locais e seus desdobramentos na competição eleitoral.

No Brasil, com sistema presidencialista e republicano, foi analisada a participação dos deputados estaduais e governadores do estado, pois estes são a “efetiva” elite política de uma unidade federativa quando observamos pelo método posicional. São eles que ocupam os cargos da cúpula no poder do estado e por consequência têm também poder de decisão e de influência nas políticas públicas que serão adotadas.

Para situar geográfica e historicamente a análise da formação e recrutamento da elite política brasileira, foi necessário considerar o contexto latino-americano, no qual se inseria como democracia jovem. Esta foi instaurada no período posterior a uma ditadura militar, onde o próprio jogo partidário eleitoral provavelmente foi condicionado por esta realidade partilhada pela maioria dos países da América Latina. A maior parte da literatura latino-americana tem abordado a questão da institucionalização do regime político, da intermediação entre as demandas da sociedade e o poder, e da profissionalização da política. Portanto, na análise da consolidação democrática das nações latino-americanas, esta literatura foi particularmente interessante por permitir definir os conceitos de democracia e de ditadura em um contexto latino-americano onde, segundo O'Donnell, Andrés Malamud e Miguel de Luca, a fragilidade institucional se constitui no maior obstáculo ao funcionamento e consolidação da democracia nestas terras ao sul do equador²⁴¹.

Mais precisamente, em relação à situação da agenda de pesquisa sobre recrutamento das elites na América Latina, constatamos que existe uma tímida produção de estudos empíricos sobre o recrutamento das elites políticas nos países da América do Sul²⁴², por isso é necessário um trabalho de garimpagem para o qual Miguel de Luca

²⁴¹ O'DONNELL, Guillermo, *op. cit.*, 1993; MALAMUD, Andrés, *op. cit.*, 2009; DE LUCA, Miguel, *op. cit.*, 2007.

²⁴² Peter Siavelis confirma nossa avaliação sobre a produção latino-americana referente aos estudos sobre o recrutamento da elite política. O autor afirma que tem crescido o consenso sobre a importância de

também contribuiu. Em seu estudo sobre o recrutamento político dos presidentes e governadores de províncias entre os anos 1983 e 2005 na Argentina, o autor constatou uma grande carência de produção científica de base empírica sobre quem eram as elites políticas argentinas e se propôs minimizar esta lacuna²⁴³.

As discussões sobre o funcionamento da democracia latino-americana, e o papel dos partidos políticos no processo recrutamento, forneceram importantes contribuições de ordem teórico-metodológica, ao classificarem os regimes políticos latino-americanos e apontarem para a existência da relação entre as carreiras políticas, a ideologia partidária, e a situação socioeconômica dos membros do partido. Nestas obras²⁴⁴ buscou-se o fundamento teórico para a definição dos três períodos da política brasileira (Democracia – Ditadura – Redemocratização), como também nos forneceu as bases para discutir a filiação partidária, enquanto variável importante do perfil da elite política em Mato Grosso e também dado indicativo do caráter mais conservador ou não desta elite. Inspirados na análise de Leôncio Martins, buscamos observar na elite política por nós pesquisada a relação entre ideologia partidária e base sócio econômica dos membros do partido.

A literatura produzida no Brasil e sobre o Brasil foi, sem dúvida, a principal fonte inspiradora e base de comparação neste estudo, além de ajudar a definir alguns aspectos que deveriam ser considerados na análise do caso brasileiro, como a relação entre os grupos dominantes, política e economicamente, e a construção do Estado. Também foi analisada a importância da propriedade da terra na configuração da sociedade brasileira e seu impacto no caso de Mato Grosso – afinal, existe uma peculiaridade histórica da construção de cada Estado Nacional. Na concepção destes autores, o estudo da esfera regional de um estado pode revelar a própria lógica de

se estudar o percurso das elites, pois sua origem e sua trajetória afetam seu comportamento político; contudo na América Latina os estudos encontram entre outros entraves o problema das fontes. Existe uma grande dificuldade em se adquirir os dados empíricos sobre esta elite, assim como também não há consenso sobre a metodologia adequada para manusear estes dados. SIAVELIS, Peter e MORGENSTERN, Scott, “Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America: A Framework for Analysis”, Working Paper para a conferência *Pathways to Power: Political Recruitment and Democracy in Latin America*, Wake Forest University, Abril, 2004.

²⁴³ DE LUCA, Miguel, “Political recruitment of presidents and governors in the Argentine party-centered system”, Working Paper para conferência *Pathways to Power: Political recruitment and Democracy in Latin America*, Wake Forest University, Winston-Salem, NC, Abril 2004.

²⁴⁴ MAINWARING, Scott, BRINKS, Daniel, PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal, “Classificando Regimes Políticos na América Latina”, 1945-1999, *DADOS — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, 2001, pp. 645- 687; OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de, “Presidencialismo em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Uruguai”, *DADOS*, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 2, 2006, pp. 301 a 343; MARENCO, André e SERNA, Miguel, *op. cit.*, 2007.

formação do Estado Nacional, tanto quanto os efeitos da sua estrutura institucional nos objetivos, capacidades e alianças dos grupos politicamente ativos. Fundamentados nestes estudos, o caso de Mato Grosso foi analisado e comparado com outras unidades da Federação brasileira.

Assim convencidos de que se justifica um estudo sobre as elites políticas e, mais precisamente, sobre as elites políticas de Mato Grosso, foi necessário nos questionarmos sobre os principais aspetos que deveríamos observar e, nesse sentido, a pesquisadora Suzanne Keller²⁴⁵ nos forneceu uma discussão fecunda. Para esta autora, as elites são recrutadas pela sua organização interna e pelo grau de especialização que possuem. Seria, portanto, fundamental conhecer os atributos que caracterizavam aqueles que foram escolhidos, principalmente aqueles atributos que não possuíam ao nascer, mas que adquiriram por meio do processo de socialização. Estes seriam os atributos aperfeiçoados (ou adquiridos) que poderiam ser conquistados ou valorizados ao longo da vida, tais como o nível de escolaridade, a profissão e a situação social. Embora também se devessem considerar os atributos naturais dos indivíduos recrutados, estes atributos não implicariam uma superioridade natural, mas apenas os definiriam como pertencentes a determinado grupo de género ou idade. Estes seriam os atributos adstritos que se referem às *“características que diferenciam os indivíduos e que são tão poderosas que permanecem continuamente vinculadas a eles”*²⁴⁶.

Concluindo, existe uma base teórica, tanto internacional quanto nacional e regional, que possibilitou este trabalho. Neste, acredita-se que um ponto de partida necessário seja o resgate histórico que forneça o contexto em que estas elites foram forjadas ou, mais precisamente, nas palavras de José Murilo de Carvalho²⁴⁷, o contexto em que foram treinadas. A fundação da Capitania de Mato Grosso faz também parte do processo de construção do Estado Colonial e Imperial e foi orientada em boa parte pela burocracia deste Estado. *“O regional é um componente do nacional e só pode ser*

²⁴⁵ A autora fez um apanhado das discussões sobre elite e concluiu que mesmo diante da abundância de trabalhos sobre o tema seria possível resumir em duas grandes linhas de pesquisa. Existiriam os trabalhos que escolhem uma só elite, que é a elite política, e os trabalhos que afirmam a coexistência de várias elites partilhando o poder. Em seu estudo construiu o conceito de “elites estratégicas” e buscou delimitar um método para identificar esta ou estas elites a partir de três questões. Primeiro deve-se questionar sobre quais elites são realmente importantes e porque o são, em uma sociedade particular e num momento histórico preciso. Segundo, buscar identificar quantas elites existem neste período e porquê. Terceiro, discutir quais as elites que comandam a curto prazo, quais as que comandam a longo prazo e porquê. Cf. KELLER, Suzanne, *Mas alla de la classe dirigente*, Madrid, Editorial Tecnos, 1971.

²⁴⁶ KELLER, Suzanne, *Mas alla de la classe dirigente*, Madrid, Editorial Tecnos, 1971, p.160.

²⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, 2003.

*compreendido na sua relação de uma parte inserida em uma totalidade maior. A relação dialética entre regional e nacional deve contemplar as especificidades e dinâmicas do parcial*²⁴⁸. Desta forma, é necessário considerar a singularidade de Mato Grosso, enquanto construção regional, que possui a sua própria formação social, económica, cultural e política, inserida dentro do contexto histórico nacional.

Acredita-se que o modelo de colonização e desenvolvimento para esta região de fronteiras propiciou os pilares da formação dos grupos dominantes mato-grossenses, conferindo-lhes assim características fundamentalmente oligárquicas e gerando um processo de recrutamento das elites política, que ao longo das transformações no cenário político, nacional e regional, lhes permitiram manter a hegemonia no domínio da política de Mato Grosso até aos dias atuais. Esta será a questão que buscaremos discutir no próximo capítulo.

²⁴⁸ OLIVEIRA, Ricardo C., *op. cit.*, 2001, p.4.

CAPÍTULO II

O contexto das elites políticas mato-grossenses

Neste capítulo, analisou-se de forma panorâmica a história da construção do Estado brasileiro e, especificamente, da sua unidade regional em questão, o Mato Grosso. Também foi apresentado como a relação entre o regional e o nacional se construiu em diversos momentos históricos, permitindo assim uma compreensão sobre a especificidade de Mato Grosso no contexto nacional. Quem eram os grupos dominantes? Como se formaram? Como se pensaram? Que metamorfoses sofreram? O que alterou ao longo dos períodos históricos? Estas foram algumas das questões que orientaram a discussão a seguir esboçada.

O estado de Mato Grosso não é o único no Brasil que apresenta a continuidade de alguns nomes de família na política e mesmo ocupando importantes cargos eletivos do Governo. Contudo, este estado tem algumas peculiaridades, sofreu divisão territorial em 1977, durante o bipartidarismo do período militar desenvolveu característica monpartidária ao haver o esvaziamento de um dos partidos, passou por vários ciclos de colonização diferenciados e ainda desenvolveu uma forte identidade de sertão, de valorização das raízes na sociedade até meados dos anos 90. O objetivo deste capítulo é discutir as bases destes processos e observar como nasceram as elites políticas mato-grossenses.

Conjuntamente, adotou-se a premissa de que é fundamental contextualizar os processos políticos mato-grossenses com os períodos históricos de construção e colonização do estado, buscando construir um quadro analítico que amplie a visibilidade sobre quem são estas elites e porque possuem determinados perfis sociológicos em determinados períodos da história de Mato Grosso. Portanto, pretendeu-se, de forma sucinta tanto quanto possível, dar conta de um amplo recorte da história.

O desenvolvimento desigual das regiões brasileiras foi um fator fundamental na configuração dos aspectos peculiares da vida política nas diversas partes do Brasil²⁴⁹. Neste sentido é interessante observar como os processos nacionais de colonização nas diversas regiões brasileiras contribuíram na definição das elites políticas e das formas de se fazer a política, gerando aquilo que nomeamos aqui de regionalismos na política²⁵⁰.

Mato Grosso não se caracterizou por uma “política tradicional” típica das primeiras regiões colonizadas no Brasil, como as do Nordeste e Minas Gerais. O estado não estava no centro administrativo nacional, como Rio de Janeiro e Salvador, que foram capitais políticas, nem foi um pólo económico dominante como São Paulo, e ainda estava geograficamente situado em fronteiras marginalizadas, seja pela ausência de estímulos económicos, até a descoberta do ouro, seja pelo imaginário construído sobre a região como algo extremamente distante e incivilizado²⁵¹.

Portanto, para dar conta dos objetivos deste capítulo histórico, num primeiro momento foi analisado a importância das representações sobre Mato Grosso, como “sertão e fronteira”, na definição das políticas de ocupação para estas terras. Em um segundo momento, discutiu-se qual foi o impacto destes projetos de ocupação na formação dos grupos dominantes locais regionalizados em norte e sul e na formação das elites políticas. Em um terceiro momento, foram abordadas as transformações vivenciadas na sociedade mato-grossense após a divisão do estado em 1977 e dos projetos de ocupação do extremo norte do estado. É importante salientar que a discussão aqui abordada se propõe contextualizar a pesquisa sobre o perfil das elites políticas de Mato Grosso, e neste sentido, não se constitui em inovação historiográfica, mas em revisão da literatura sobre o tema.

²⁴⁹ SOARES, Gláucio Ari Dillon, *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, DIFEL, 1973. É um exemplo de autores que estão inseridos em uma linha de estudos que atribui importância aos fatores contextuais para a explicação da política.

²⁵⁰ Ao estudar a formação diferenciada de várias regiões do país Simon Schwartzman propõe um modelo no qual classifica quatro tipos de regiões, e seus respectivos padrões e vocações políticas. No estudo deste autor é possível mapear o processo histórico de formação das regiões brasileiras, observando os padrões nacionais e, por conseguinte situar Mato Grosso e os aspectos regionais no contexto histórico Nacional. SCHWARTZMAN, Simon, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Campos, 1982.

²⁵¹ VOLPATO, Luiza R. R., *op. cit.*, 1987.

1. A importância das representações sobre Mato Grosso como “sertão e fronteira”, na definição das políticas de ocupação do seu território

1.1. Nasce Mato Grosso: o sertão

O Mato Grosso foi uma invenção portuguesa, não apenas na estrutura económico-social aqui instaurada, mas também pela sua configuração de espaço sertanejo desenvolvido no imaginário nacional e internacional. Em seus primórdios Mato Grosso era possessão espanhola devido ao Tratado de Tordesilhas e foi penetrado pelos espanhóis deste 1520, portanto, antes dos portugueses iniciarem os primeiros núcleos de povoamento oficiais nestas terras, os espanhóis já haviam por aqui passado.

A descoberta de ouro em território mato-grossense no início do século XVIII, agravou os impasses em relação aos limites entre Portugal e Espanha impostos pelo Tratado de Tordesilhas, não apenas pela existência de ouro neste território, mas também devido às suas extensas fronteiras com as dominações espanholas, e da política externa mercantilista adotada no período.

Portanto, após a descoberta do ouro foi necessário criar um projeto de colonização e manutenção da posse para estas terras, adotando-se então a exploração mineral voltada para a exportação e a fortificação do território por meio da defesa e da conquista. Este modelo irá diretamente influenciar no perfil da elite política e das práticas políticas que nascerão nesta região do sertão brasileiro. A historiografia sobre Mato Grosso tem enfatizado a importância de pensar qualquer prática construída nestas terras brasileiras, contextualizadamente: ser “sertão e fronteira” faz de Mato Grosso um local com características precisas em sua construção cultural, económica, social e política.

Ao analisar a construção de Mato Grosso Lylia Galetti considerou como central para sua compreensão as categorias de “sertão e fronteira”, e como estas categorias construíram noções para portugueses e luso-brasileiros no movimento de conquista do Oeste, observou que este espaço geográfico aonde viria a se definir o território mato-grossense, inicialmente concebido como sertão, foi se configurando como uma região colonial na sua condição específica de fronteira. Assim, alerta para o facto de que “fronteira e sertão” em Mato Grosso, ora possuiu significados nos quais estas noções

designaram regiões limites entre natureza e cultura, civilização e barbárie, ora definiram os marcos simbólicos de um distanciamento entre selvagens e civilizados e entre distintas soberanias de Estado (português e espanhol)²⁵².

Podemos então deduzir que a história da ocupação de Mato Grosso, foi condicionada, de um lado pelas práticas adotadas pela Coroa portuguesa em relação ao Brasil, onde o litoral foi privilegiado devido as facilidades que oferecia para a economia mercantilista, e por outro pelas representações que os colonizadores possuíam sobre as terras sertanejas do interior do Brasil, como espaços longínquos, selvagens e de difícil domesticação. Estes dois fatores são complementares e ajudam a compreender melhor o modelo de ocupação de Mato Grosso no período colonial e, posteriormente, sua definição estratégica como local de fronteira, com as colônias espanholas e com a própria natureza.

A tradição portuguesa de navegação e comércio mercantilista extremamente forte nos séculos XVI e XVII, teve como consequência a dificuldade em valorizar a colonização de áreas brasileiras não litorais. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o modelo de colonização portuguesa neste período tentou impedir a expansão para o interior pelo risco de que poderia gerar um despovoamento do litoral que era estratégico para as relações comerciais com a colônia. Nas palavras do autor “*os portugueses, esses criavam todas as dificuldades às entradas terra adentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha. No regimento do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, estipula-se, expressamente, que pela terra firme adentro não vá tratar pessoa alguma sem licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real*”²⁵³.

Foi também criada outra medida para garantir que os “desbravadores” não se arriscassem para o interior destas terras sertanejas. Aparentemente com o objetivo de manter a colonização no litoral, “*estipulam as cartas de doação das capitanias, segundo as quais poderão os donatários edificar junto do mar e dos rios navegáveis quantas vilas quiserem*”²⁵⁴, sendo naturalmente o mesmo não válido quando se tratasse dos

²⁵² A autora possui uma rica discussão sobre o conjunto de representações construídas sobre Mato Grosso, tanto pelos colonizadores, estrangeiros viajantes, brasileiros de outras regiões e dos próprios mato-grossenses. Cf: GALETTI, Lylia da Silva G., *op. cit.*, 2000; *De sertão à fronteira: representações sobre Mato Grosso (sécs. XIX – XX)*, Campinas, 1994, projeto de pesquisa apresentado ao CNPq; “Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade Regional”, *Revista do Programa de Pós-graduação em História*, Brasília, UnB, Março, 1996.

²⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 26ª ed., São Paulo, companhia das Letras, 1995, p. 100.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 100.

sertões em que outras regras regulavam a possibilidade de instauração de um povoado. Naturalmente a metrópole tinha interesse em comercializar o que fosse produzido na colônia e o transporte dos produtos desde os sertões até ao litoral iria gerar o aumento dos preços.

Sobre esta situação a quase dois séculos o frei Gaspar da Madre de Deus analisou que *“estes foram os motivos de antepor a povoação da costa à do sertão; e porque também previu que nunca, ou muito tarde, se havia de povoar bem a marinha, repartindo-se os colonos, dificultou a entrada do campo, reservando-a para tempo futuro, quando estivesse cheia e bem cultivada a terra mais vizinha aos portos”*²⁵⁵.

Desta forma a percepção que os colonos e viajantes, que vinham para o Brasil, possuíam sobre as terras que seriam o Mato Grosso era de um sertão longínquo, impenetrável e selvagem. Segundo Lylia Galetti²⁵⁶, para os que aqui chegaram nos primórdios da colonização, estas terras se apresentavam como “sertões”, índios selvagens e talvez algumas riquezas não exploradas. A extensão do território era não apenas um desafio mas também fonte de intimidação e insegurança, à medida que, rumo ao ocidente, estaria o híbrido e duvidoso limite entre os domínios de Portugal e Espanha traçado pelo Tratado de Tordesilhas de 1494.

Portugal irá iniciar sua colonização oficial do interior do Brasil a partir das descobertas das minas, e sobretudo as minas de diamantes, segundo Buarque de Holanda foi o que levou a construção de um projeto efetivo de colonização de algumas terras do sertão²⁵⁷. Em Mato Grosso, a povoação regulamentada pela Coroa teve início com a descoberta do ouro em 1719. Tal como ocorrera em outras terras do interior nas quais se descobriram riquezas minerais, a exemplo de Minas Gerais, houve o interesse em fiscalizar estas áreas de minas e para sua realização tornou-se indispensável a construção de núcleos de povoamento.

A descoberta do ouro em Mato Grosso foi realizada pelos bandeirantes paulistas, ou pelo menos, foram eles que tornaram o facto conhecido pelos portugueses. Independentemente das regras estabelecidas pela Coroa, as atividades realizadas pelos paulistas bandeirantes nos sertões brasileiros, foi intensa. A marginalização das terras

²⁵⁵ Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a história da capitania de S. Vicente*, Lisboa, 1797, p.14, *apud* HOLANDA, Sérgio B. de, *op. cit.*, 1995, p. 101.

²⁵⁶ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000.

²⁵⁷ HOLANDA, Sérgio B. de, *op. cit.*, 1995, p. 103.

do interior do país gerou uma elite económica menos poderosa em seu início, que buscava a mão-de-obra do índio escravizado e não do escravo africano. A distância do litoral encarecia o preço do escravo nas províncias não litorais e isto incentivou a formação das bandeiras. Assim, grupos de sertanejos paulistas se embrenhavam nas matas em busca de “selvagens” ou “negros da terra” que pudessem posteriormente vender para fazendeiros paulistas. Desde 1532 existem registros de bandeiras paulistas em território mato-grossense. Na verdade a prática paulista de aprisionamento de indígenas nas lavouras já foi muito explorada na historiografia brasileira.

Em uma destas Bandeiras, segundo Lenine Povoas, o sertanista Antônio Pires de Campos, em 1718 teria conduzido seus homens até a confluência dos rios Coxipó e Cuiabá, onde aprisionou índios Coxiponês e ao retornar a casa teria encontrado a Bandeira de Pascoal Moreira Cabral e tê-lo-ia informado onde encontrar populações indígenas, contudo, no caminho teria encontrado ouro e modificado seus planos. Não mais havia interesse em capturar índios, mas, em explorar a nova descoberta.²⁵⁸ Primeiramente foi fundado o arraial de Forquilha em 1719 gerando o início da colonização das terras mato-grossenses, entretanto, este arraial estava submetido a Capitania de São Paulo. Somente em 1748 a Coroa portuguesa iria delimitar o território da Capitania de Mato Grosso, suscitando outra representação para as terras conhecidas como sertões, ou seja, estas seriam também uma região de fronteiras.

Em relação às percepções sobre o sertão, essa contraposição entre cultura e natureza é recorrente e fundamental para se entender a construção cultural dessa categoria entre portugueses e luso-brasileiros, ao longo de três séculos de colonização. Também foi importante para se compreender o modo como ela foi sendo incorporada ao imaginário e ao pensamento social brasileiro a partir da emancipação política do país e como isto se constituiu em fator importante na construção da elite política de Mato Grosso que se configurou regionalista e bairrista²⁵⁹ até fins dos anos oitenta do século XX.

²⁵⁸ POVOAS, Lenine C., *História de Mato Grosso*, IHG/MT, São Paulo, Resenha Tributária, 1986.

²⁵⁹ A expressão bairrista está baseada em obras que salientam não apenas o regionalismo em Mato Grosso, mas, acima disto, a divisão interna entre norte e sul. Referente às características peculiares a Mato Grosso consultar o trabalho de Maria Manuela Renha de Novis Neves, que muito contribuiu nos estudos das elites mato-grossenses. A autora analisou as eleições majoritárias para o Governo do Estado e o Senado Federal, sem ter se detido na análise dos cargos eletivos para deputado estadual que são eleitos proporcionalmente. A autora analisou principalmente o comportamento partidário e usou como critério metodológico um recorte sobre as eleições majoritárias. Cf. NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988.

As imagens do colonizador sobre os sertões brasileiros determinou o modelo de ocupação destas terras, que fora, tardio em relação ao litoral, concentrou a formação do núcleo administrativo nos locais onde os minerais foram encontrados e lá desenvolveu uma vida urbana, que ainda menosprezada no pensamento nacional, por ser uma área envolta por selvajaria, seria o primeiro passo na construção do Mato Grosso de hoje. Inicialmente toda a formação urbana e burocrático-administrativa foi implantada na parte norte das terras que viriam a ser o Mato Grosso. A parte sul do estado permaneceu selvagem, enquanto Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, despontavam como local da administração pública da Coroa e de desenvolvimento económico da região.

Podemos identificar aqui o primeiro passo na formação desigual e regionalizada da elite política mato-grossense. O norte do estado durante os dois primeiros séculos de colonização portuguesa em Mato Grosso, concentrou em si o processo de recrutamento das elites políticas à medida em que o sul não havia se desenvolvido economicamente, realidade que se alterou nas primeiras décadas do século XX desenvolvendo nos sulistas o desejo da autonomia política ou do controle do poder estatal. A tentativa de trazer a capital para Campo Grande (situada no sul do estado) na década de quarenta é um bom exemplo deste anseio sulista, não apenas por participação política, mas pelo controle político no estado.

Nas primeiras percepções dos colonizadores sobre estas terras do interior do Brasil, aparece a representação do sertão. Todavia, esta denominação não era uma novidade, segundo Janaína Amado, a palavra sertão começou a ser utilizada pelos portugueses no final da Idade Média, desde o século XIV, “*para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa*” [...] “*a partir do século XV, usaram-na para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém conquistadas ou contínuos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam*”²⁶⁰. Portanto, “*o projeto colonizador foi, antes de mais nada, o de transformar o espaço desconhecido em território plausível, a partir dos códigos culturais europeus*”²⁶¹.

²⁶⁰ AMADO, Janaína, “Região, sertão, nação”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p.147.

²⁶¹ MALDI, Denise, “De Confederados a Bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas (séculos XVIII e XIX)”, *Revista de Antropologia*, SÃO PAULO, USP, 1997, vol. 40 n. 2, p. 189. Na concepção da autora “*os homens mediterrâneos sentiam esta paisagem como uma medida de si mesmos. Em contraposição a esta Europa mediterrânea, a América encontrada era desmesurada, imensa: rios que pareciam oceanos, árvores de altura inacreditável. A diferença de escala no mundo físico foi um impacto, também porque abrigava uma humanidade distinta e desconhecida*”. MALDI, Denise, *op. cit.*, 1997, p. 189.

Segundo Denise Maldini, “os portugueses não puderam escapar desta perspectiva de um mundo selvático e selvagem imposta pela tradição, e dotando a floresta de uma “dimensão eremítica”, sede do homem “inclassificável”, vivendo num espaço em que a característica principal era a inexistência de fronteiras demarcadas, foram incapazes de formular qualquer identificação territorial nativa diante do espaço misterioso que ficou sendo chamado “sertão” ou, mais remotamente, “mato”. A definição do “sertão” vai ser a própria indefinição abrindo a consciência europeia para um espaço múltiplo e polimorfo”²⁶².

Essa representação contribuiu para a morosidade em povoar estas terras, contudo no início do século XVIII, com a descoberta de metais preciosos nos sertões centrais e no extremo oeste da colônia, ocorreu um processo contínuo de alargamento do território pertencente a Portugal na América do Sul. Segundo Galetti, tendo praticamente assegurado por meio do *uti possidetis*, significativo avanço de suas posições em relação à linha de Tordesilhas²⁶³.

Segundo a autora, é interessante observar que inicialmente os colonos que se dirigiam para Mato Grosso eram considerados heróis, desbravadores e descendentes dos paulistas bandeiras. Cercados pelo sertão bruto e pelos selvagens, eles representavam o avanço colonizador, principalmente nas regiões de fronteira com o Império espanhol, onde podiam atestar a posse efetiva da terra, tal como determinava o dispositivo legal do *uti possidetis*. Após esse período colonial a nova elite regional consolidada envolveu-se em ferozes disputas pelo poder político e isto modificou a representação que se tinha destes colonos. De heróis passaram a ser bárbaros.

Salienta também Galetti que não era somente o facto de estar no interior do Brasil o responsável pelas representações construídas sobre as terras mato-grossenses, como local selvagem e bárbaro, mas também a imensa população indígena que residia nesta região durante o período colonial. De facto, existiam duas interpretações possíveis para o termo sertão que não são mutuamente exclusivas. Primeiro, sertão é o território que está distante do litoral e segundo, também poderia ser regiões ainda com grande

²⁶² *Ibidem*, p. 191.

²⁶³ Oriunda do direito civil romano, o *uti possidetis* refere-se à legitimidade de uma posse, conferida pela ocupação efetiva (a expressão completa é *uti nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto. Uti possidetis, ita possideatis*: como possuis, contínuais possuindo). Por ocasião do Tratado de Madri a noção teve sua consagração como princípio de direito internacional. MAGNOLI, Demétrio, *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil 1808-1912*, São Paulo, 1997, p. 74, *apud* GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 45.

população indígena selvagem a volta. Sendo que a noção de barbárie estava atrelada à de sertão, sobretudo quando a referência eram as regiões interiores habitadas por sociedades indígenas caracterizadas como inteiramente selvagens.

Segundo Elisa Mader a noção de sertão bárbaro e indomável foi construída ainda no século XVI-XVII nos discursos oficiais, como uma oposição ao mundo da ordem vigente na metrópole e em áreas colonizadas no Brasil a exemplo de Salvador situado no litoral nordestino. Significava, portanto, a antítese de um mundo controlado pela igreja e pelo Estado²⁶⁴.

Nesta mesma linha de discussão, Lylia Galetti conclui que *“na história das representações sobre o território colonial, particularmente nos primeiros tempos da colonização, sertão era (e continuaria sendo por muito tempo), em múltiplos sentidos, a negação do espaço já conquistado pela metrópole. Espaço em estado bruto, primitivo, deserto, inculto, lugar que está fora da ordem (colonial), o que acolhe o desertor, o que não se deixa conhecer. Enfim, é, simultaneamente o “outro geográfico” do espaço já conquistado, e o lugar do Outro - o selvagem, o bárbaro. Gente e espaço que escapavam ao próprio movimento colonizador, desafiando suas estratégias de controle e incitando-o a novas conquistas”*²⁶⁵.

Acreditamos que a adoção das categorias “sertão e fronteira” na análise do processo histórico de Mato Grosso foi uma forma de mergulhar no aspeto mais concreto da formação da nascente sociedade mato-grossense e, por consequência, pertinente no estudo das elites deste sertão. Desta forma, a ênfase na discussão sobre “sertão e fronteira” se justifica porque foi sobre estas que se construíram os significados que balizarão os processos políticos em Mato Grosso e, conseqüentemente, sua elite política.

Assim, compreender as representações que se construíram sobre “sertão e fronteira” em Mato Grosso, nos será útil, na medida em que elucida tanto as práticas de ocupação para estas terras e por consequência seu modelo de sociedade, como a forma que a própria elite se pensou neste contexto social, histórico e económico, e sua influência no recrutamento político. Quais foram suas necessidades, quais contradições estiveram em seu caminho, quais papéis desempenharam na construção destas terras e

²⁶⁴ Sobre este tema conferir, MADER, Elisa Reis N. S., *O Vazio: o Sertão no imaginário da Colônia nos Séculos XVI e XVII*, RJ, 1991.

²⁶⁵ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p.48.

porque alguns perfis sociológicos foram privilegiados em detrimentos de outros no jogo político de oferta e procura por candidatos realizados pelos partidos? Na busca de responder a estas questões realizamos, a seguir, uma breve imersão na discussão a cerca das representações sobre Mato Grosso no contexto regional, nacional e em menor teor internacional.

1.1.1. As representações sobre o sertão na construção de Mato Grosso

A seguir, tendo como referência esse movimento de atribuição de significados à noção de sertão no contexto da colonização portuguesa no Brasil, aqui apresentado de forma resumida, serão resgatadas nos estudos já realizados por pesquisadores da História de Mato Grosso as representações que se elaboraram ao longo do século XVIII sobre o espaço geográfico onde se configurou o território da Capitania de Mato Grosso. Estas representações foram consideradas à base para construção e aplicação de determinados modelos de exploração e desenvolvimento para estas terras pantaneiras e por conseguinte fomentaram um tipo preciso de migração e formação social e política. Sendo assim, é possível compreender o perfil sociológico das elites que aqui floresceram e as formas de recrutamento privilegiadas.

Até ao século XVIII as terras onde seria futuramente o Mato Grosso eram compreendidas como sertão imenso e perigoso. Contudo, essa representação não impediu, ao longo dos séculos XVI e XVII que esta região meridional fosse um local de intensa movimentação de súbditos dos dois Impérios ibéricos, em atividades comerciais, de disputa pela ampliação ou defesa de seus territórios, da perseguição aos povos indígenas e de incansável procura de um caminho para as minas do Peru²⁶⁶.

A população indígena foi ao mesmo tempo o maior adversário e parceiro do colonizador. Os moradores dos povoados paulistas, em posição afastada do litoral, viam nos sertões a sua possibilidade de sobrevivência em especial na captura do “negro da terra”, assim, segundo Monteiro²⁶⁷, cada vez mais os bandeirantes paulistas alargavam os limites das terras portuguesas à medida que, empurravam as fronteiras penetrando

²⁶⁶ Sobre este tema a historiografia mato-grossense produziu uma grande quantidade de obras. Entre elas: CORRÊA FILHO, Virgílio, *op. cit.*, 1969 e COSTA, Maria de F., *op. cit.*, 1999.

²⁶⁷ MONTEIRO, John, *Negros da Terra*, São Paulo, 1994, p. 209. O autor discutiu a importância da indígena “negro da terra” para a economia do sertão.

nos territórios sertanejos. Portanto, os indígenas foram ao mesmo tempo os “parceiros” dos colonizadores a medida que eram mão-de-obra, fornecedores de mulheres e de saber específico sobre a natureza local e seus perigos, entretanto, quando se revoltavam contra a condição de escravos eram também fonte de constante ameaça²⁶⁸.

“A presença indígena foi, certamente, um elemento absolutamente fundamental nas representações sobre os sertões. Tal fato pouco tem a ver com a descoberta do exótico mundo indígena e sim com o próprio movimento através do qual os sertões vão tomando a forma do seu oposto - o território colonial”²⁶⁹. Nesta metamorfose, estas terras sertanejas em sua versão selvagem, levarão a Coroa a promover a instauração de formas de controle, militares e civis. Então, além de representar uma constante ameaça, a presença indígena tornar-se-ia, simultaneamente, um elemento imprescindível à própria continuidade do projeto colonizador na região a oeste das possessões portuguesas. A exemplo do que ocorrera na capitania vicentina, a configuração da sociedade colonial mato-grossense e a própria definição do território da capitania de Mato Grosso foi um dos processos em que a sobrevivência do homem branco e seus interesses de conquista dependeram, essencialmente, da subordinação ou incorporação das populações indígenas.

No início do século XVIII, a descoberta do ouro em terras do sertão mato-grossense iria agravar ainda mais os conflitos com os indígenas devido ao grande fluxo migratório vivenciado na região. O sertão mato-grossense a partir desta descoberta não era mais visto apenas como o local selvagem e arriscado devido aos conflitos com os indígenas, mas também, e principalmente, como um local de esperança. Esperança de enriquecimento, de uma vida melhor, era uma região de fronteira que necessitava de proteção e oferecia possibilidades novas para os que lá se aventurassem²⁷⁰. A atividade de mineração foi à base da formação da primeira elite mato-grossense, os colonos que

²⁶⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo, 1994 e GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000.

²⁶⁹ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 52.

²⁷⁰ Segundo Galetti as áreas sertanejas que iam integrando o projeto de colonização alimentavam diversas representações sobre as novas terras do continente americano, contudo, a especificidade de Mato Grosso estaria na sua condição geopolítica de fronteira, ou seja, ele era também uma zona limite entre soberanias distintas, no caso representadas pelos Impérios português e espanhol. GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000. Também contribuiu com esta discussão o trabalho de Denise Meireles, onde afirma a autora que “a fronteira representava para os colonos esperança e ilusão; terras para quem não tem, riqueza para o pobre, promoção social para o humilde e para o servo, que se converte em homem livre”. MALDI, Denise (org.), *Direitos indígenas e antropologia: laudos periciais em Mato Grosso*, Cuiabá, UFMT, 1994, p. 150.

para cá, livremente vieram, tinham seu foco nesta grande aventura promissora que foi o alicerce da formação inicial da sociedade luso-brasileira de Mato Grosso.

Contudo, pela perspectiva adotada neste estudo considerou-se que, qualquer prática tem por orientação uma determinada forma de pensar, de representar, e nesse sentido, as ações políticas, económicas e militares sobre as novas terras estavam carregadas de representações, que são indissociáveis. Toda prática possui um universo simbólico que é inseparável de sua compreensão, constituindo-se em condição e produto desta. Existe uma série de valores, crenças, mitos e tabus que são orientadores das ações humanas em sociedade. Compartilhando desta premissa, a antropóloga Denise Meireles, afirmou em relação a ação colonizadora em Mato Grosso que existia uma mescla de *"elementos medievais e de modernidade presentes no arcabouço mental dos idealizadores, construtores e mantenedores da fronteira lusitana no Guaporé setecentista"*²⁷¹.

Desta forma, existiriam alguns elementos que atravessaram os séculos XIX e XX, ainda que tenham sofrido algumas alterações de sentido, sobre a região considerada. Um deles seria, *"a percepção do espaço onde viria a se delimitar a Capitania de Mato Grosso como figura do Eldorado: lugar de abundância, de riquezas minerais inesgotáveis, solos ubérrimos, fauna e flora de espécies inumeráveis, rios e lagoas extraordinários pelas suas dimensões, etc"*²⁷².

Essa forma de pensar alimentou fortemente o imaginário europeu até ao século XVIII. Outro elemento importante é a percepção do futuro território da capitania como um grande sertão ou deserto. Desconsideravam-se as populações indígenas, construindo assim a ideia de vazio populacional, e alimentando uma representação sobre a região que se tornaria corriqueira. Assim, Eldorado e sertão, significavam também para os que se aventurassem, um grande desafio, digno de heróis, homens de grande coragem.

"Rico desconhecido e vazio, mas igualmente perigoso desafiador, os sertões e a fronteira são também locais de dificuldades, de solidão, de lutas entre o homem e a natureza, o selvagem e o civilizado. No entanto são essas qualidades negativas que vão fazer surgir os heróis da fronteira, engrandecendo os desbravadores, os pioneiros, os colonizadores que mais tarde enfeitarão a galeria de figuras ilustres da classe

²⁷¹ Apud GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 1994, p. 2.

²⁷² *Idem*

dominante, e valorizar os homens humildes que para lá se dirigem constituindo o arquétipo popular daquele que é capaz de vencer por esforço próprio"²⁷³.

No período posterior, de constituição do Estado brasileiro durante o período Imperial, essas representações continuarão a povoar os pensamentos, com algumas pequenas mudanças por incorporar-se a uma visão de conjunto sobre o território nacional. A ideia entre barbárie e civilização passou a figurar na relação sertão e litoral, assim como na sua relação com o progresso.

Portanto, a partir do século XIX, *"civilização e progresso eram sinônimos de colonização, investimento de capital, homens de espírito empreendedor e população disciplinada para o trabalho"*²⁷⁴ que constituiriam o novo Eldorado. Ao final do XIX, seguindo a tendência mundial, essa visão sobre o Eldorado moderno se intensificará. Com o advento da República, o *"tema do Progresso, da Integração Nacional e da construção da Identidade da Nação"*²⁷⁵, acompanhado do desenvolvimento da industrialização formará o cenário nacional no Brasil e ideal para os sertões.

Entretanto, *"No primeiro período republicano a tônica das representações sobre Mato Grosso, na elaboração da elite regional, contrasta ora mais, ora menos, com aquelas que estão sendo elaboradas por intelectuais e políticos de fora, em especial do sudeste, as quais oscilam entre o otimismo e o pessimismo sobre o futuro das áreas ditas "vazias" do território nacional, o chamado sertão"*²⁷⁶.

A necessidade de construção de uma identidade para se contrapor ao *"litoral civilizado"*²⁷⁷ levou os intelectuais de Mato Grosso a valorizar não apenas sua história, seus heróis desbravadores mas também os aspetos geográficos. A fundação do IHMT (Instituto Histórico de Mato Grosso) em 1919 é uma evidência desta estratégia *"Coube ao IHMT, juntamente com as elites políticas regionais, entusiasmadas com o progresso que animava a região sul do estado após a construção da Noroeste do Brasil, ajudar a construir a idéia de que, pelos seus atributos territoriais, como extensão e riquezas naturais, e pela sua história heróica vinculada à penetração bandeirante, Mato Grosso estaria fadado, num futuro cada vez mais próximo a se tornar o "celeiro do Brasil". Para isso, faltava apenas o apoio do governo federal no sentido de construir estradas e*

²⁷³ *Ibidem*, p. 4.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 5.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 8.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 9.

²⁷⁷ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 1994.

promover políticas de colonização que atraíssem para o estado grandes levas de migrantes e altos investimentos de capitais. Tais representações harmonizavam-se plenamente com os ideais da Marcha para o Oeste, lançada por Vargas no início do Estado Novo"²⁷⁸.

Se partimos da premissa que os espaços sociais possuem em sua construção uma dimensão subjetiva, ou seja, as ideologias, as representações e o imaginário sobre o espaço são elementos essenciais a compreensão do seu processo de construção, podemos então, observar essas formas de representações como uma leitura do mundo, algo parecido com o que Durkheim²⁷⁹ consideraria uma *representação coletiva*. Sendo assim, as ações serão orientadas pelas representações que os indivíduos tenham e que lhe permitam fazer uma leitura do "mundo". Segundo Chartier, *"as representações coletivas são ao mesmo tempo matriz e efeito das práticas construtoras do mundo social" [...], "O imaginário, enquanto sistema de idéias de representações coletivas, é o outro lado" do real*"²⁸⁰, ou ainda, como afirma Le Golf *"a representação é a tradução mental da realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendam dar uma definição da realidade*"²⁸¹.

Assim, para cumprir seus objetivos não apenas do acúmulo de riquezas, mas de expansão territorial a Coroa Portuguesa, tal como outros governos posteriores, fez uso destas representações do "eldorado mato-grossense" para estimular o povoamento destas áreas. A seguir foi instaurado neste espaço todo o aparato burocrático e militar que garantiria ao Estado o controle do processo de exploração destas minas. O que ocorreu em Mato Grosso não foi diferente do que havia sido realizado em outras regiões de mineração como Minas Gerais e Goiás, pouco tempo após as descobertas das primeiras jazidas na baixada cuiabana começou a ser instaurada uma estrutura político-administrativa-militar que visava controlar e administrar a exploração das minas.

²⁷⁸ *Ididem*, p. 11.

²⁷⁹ Considerado um dos fundadores da Sociologia desenvolveu o conceito de consciência coletiva em oposição a visão individualista até então utilizada para pensar as ações dos atores em sociedade. A consciência coletiva reuniria o conjunto das ideias gerais de um determinado grupo social, seria simplificarmente sua forma de pensar a partir da fusão, não necessariamente homogênea ou proporcionalmente idêntica, das várias consciências individuais. Para entender melhor o pensamento do autor consultar: DURKHEIM, Émile, "Da Divisão do Trabalho Social", *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

²⁸⁰ *Apud* PESAVENTO, Sandra Jatalhy, "Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário", *Revista Brasileira de História – Representações*, ANPUH, editora Contexto, vol. 15, n. 29, 1995, p.19.

²⁸¹ *Ibidem*, p.15.

Com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1727, o arraial foi elevado à categoria de vila, e com ela instaurou-se todo um aparato jurídico-administrativo que deveria garantir à Coroa portuguesa o controle político na região²⁸². Como consequência ocorreu a formação de uma incipiente elite pública ligada a Coroa e a mineração como parte natural do processo de instauração da estrutura de controle estatal, posteriormente seguida pelo crescimento de comerciantes, profissionais liberais, grandes proprietários, militares, trabalhadores livres e compulsórios.

No estudo da formação da classe dominante no Paraná, Ricardo Costa de Oliveira, alerta sobre a importância de se considerar este momento inicial como fundamental na formação da elite política, em especial no que diz respeito à posse da terra e a sua consequente possibilidade de exploração. Ainda que as regras sobre a propriedade e exploração das terras tenham sido diferentes para áreas de minas, em especial sobre o tamanho das terras, acreditamos que a observação do autor é válida também para as terras mato-grossenses.

Segundo ele, *“o grupo social superior que tem direito às sesmarias em função de seus cabedais e escravos, passa a formar as estruturas elementares do poder político local no Brasil colônia. Nos documentos antigos, é referido como “a nobreza da terra”, “as principais famílias da vila” ou detém o conceito de “homens bons”. Este grupo social de origem heterogênia era composto de diferentes matrizes sociais. Desde pessoas humildes em Portugal, e que no Brasil tornaram-se aventureiros, comerciantes ou senhores da guerra, até aqueles identificados como elementos oriundos da baixa nobreza e mesmo da grande fidalguia portuguesa. Esses quadros formam e representam um papel político fundamental na governança das vilas brasileiras”*²⁸³.

Foi no seio destes que se dirigiram para Mato Grosso que nasceu a primeira elite, totalmente concentrada na região Norte das terras que viria a ser o estado de Mato Grosso até 1977. Todavia, ainda no início do XVIII a exploração das minas não ficou restrita a região da baixada cuiabana, sendo, encontrados novos veios no vale do rio Guaporé, a noroeste da Vila Real de Cuiabá. Na sequência entre 1731 e meados da década de 1740 no vale guaporeano foram implantados vários pequenos arraiais, segundo as novas descobertas de ouro. Estes novos povoados eram estratégicos, tanto pelo seu rendimento econômico como pela sua localização na zona de transição para a

²⁸² Conferir esta discussão em VOLPATO, Luiza R. R., *op. cit.*, 1987.

²⁸³ OLIVEIRA, Ricardo C., *op. cit.*, 2001, p. 37.

floresta amazônica, que estendiam imensamente os territórios portugueses, assim a Coroa decidiu criar o distrito de Mato Grosso²⁸⁴.

Luísa Rios Volpato afirma que devido às novas regras do Tratado de Madrid, no qual a base da posse estava assegurada àqueles que ocupassem efetivamente as terras (*uti possidetis*), Portugal garantiria a posse das terras mato-grossense por meio do estabelecimento dos núcleos de povoamento nestas novas regiões do vale do Guaporé. Terras estas que, até então, pertenciam formalmente a Espanha²⁸⁵. Entretanto, os termos do tratado de Madrid acabaram por gerar a maior necessidade de se estabelecer na região um efetivo organismo estatal de defesa e administração destas posses, pois a fragilidade desde poderia levar a reivindicação da Coroa castelhana nestas terras. A partir de 1743, neste contexto de acirradas tensões entre os Impérios ibéricos, que foi fundada a capitania de Mato Grosso.

1.2. Criação da capitania de Mato Grosso

Atendendo às necessidades da administração cuidadosa sobre estas terras nas quais visavam a expansão do território e sua manutenção, contrariando assim, os interesses espanhóis na região, foi então que Portugal decidiu dividir a capitania geral de São Paulo, fundando as novas capitanias de Goiás e Mato Grosso. Com a nova capitania veio um número razoável de cargos públicos que deveriam ser preenchidos gerando desde os primórdios uma forma interessante de recrutamento que buscava atender as necessidades regionais. Entre os vários cargos públicos o mais importante foi o de governador-geral e para o qual foi definido, pelo Conselho Ultramarino, exatamente o que seria necessário levar em consideração no momento de sua escolha.

“No distrito de Cuiabá ainda reconhece o Conselho mais necessidade de governador distinto e inteligente, e assim porque a extensão dele ainda excede a dos Goiás, e a distância é muito maior [...] como pela circunstância de se confinar o distrito de Mato Grosso com o governo espanhol de Santa Cruz de La Sierra, e com as aldeias dos jesuítas dos Mochos e Chiquitos, donde nasce que sobrevindo [...]

²⁸⁴ Mato Grosso, segundo Galetti, era a denominação dada aos sertões a noroeste da Vila, zona de transição para a floresta amazônica que mais tarde seria estendida à capitania. GALETTI, Lyli da S. G., *op. cit.*, 1994.

²⁸⁵ VOLPATO, Luiza R. R., *op. cit.*, 1980.

contendas por causa dos confins e da comunicação, é mui conveniente que ali haja um governador capaz de responder e obrar com acerto em semelhantes casos para evitar desconfianças da Corte de Madri, sem perder o direito de nossos descobrimentos”²⁸⁶.

A nova capitania trouxe consigo a criação de uma estrutura pública e de cargos públicos que deveriam ser cuidadosamente preenchidos. O aparato burocrático do Estado criou as bases para formação de uma elite burocrática e política na capitania de Mato Grosso. O Conselho ultramarino buscava implantar na capitania de Mato Grosso uma organização que a tornasse tão poderosa que fosse capaz de conter os vizinhos hispânicos e que ainda funcionasse de antemural a todo o interior do Brasil²⁸⁷.

Em 1747 decidiram instaurar a capital no extremo oeste da capitania, Vila Bela da Santíssima Trindade deveria concentrar as funções burocráticas e jurídicas que davam a base da administração pública colonial. De facto a capital só foi construída dois anos mais tarde e já em período de crise da mineração, contudo, foi a primeira cidade onde se concentrava o funcionalismo público de Mato Grosso. Ainda que o termo cidade deva ser visto com cuidado no que se refira a sua efetiva importância no período colonial, pois, *“as cidades brasileiras, ainda em fins do regime colonial, eram insignificantes. Rio de Janeiro, a então capital, não ultrapassava de 50.144 habitantes; Bahia, 45.6000; Recife, 30.000; São Luís do Maranhão, 22.000; São Paulo, 16.000. Essas cinco cidades reunidas (as demais não passavam de aldeias) representavam apenas 5,7% da população do país, ou seja, 2.852.000 habitantes*”²⁸⁸.

A historiografia mato-grossense tem demonstrado que o vale do Guaporé rapidamente entrou em declínio e perdeu parcialmente seus encantos, o que levou a Coroa portuguesa a aumentar as ofertas e incentivos para conseguir prosseguir no seu projeto inicial de povoamento destas terras. Segundo Lourdes Bandeira, *“para atrair povoadores toda a sorte de crimes foram perdoados, tolerados ou ignorados. Todas as condenações foram esquecidas. O rompimento das regras era fundamento e mecanismo de expansão das frentes de ocupação das minas do Mato Grosso. Contraditoriamente, o estabelecimento da povoação de Vila Bela representava a possibilidade de reprodução dessas mesmas regras. A nova vila representava a chance de recuperação social do*

²⁸⁶ CORRÊA FILHO, Virgílio, *op. cit.*, 1969, p. 304.

²⁸⁷ VOLPATO, Luiza R. R., *op. cit.*, 1980, p. 10.

²⁸⁸ PRADO JUNIOR, Caio, *op. cit.*, 1994, pp. 22-23.

status de “homem bom” para os brancos endividados, criminosos, condenados, marginalizados em outras áreas da capitania ou da colônia”²⁸⁹.

É interessante como o espectro da ocupação e povoamento das terras mato-grossenses vai construir até ao século XXI a base da formação das sociedades onde a elite política mato-grossense foi recrutada. A perspectiva de sertão selvagem parece ter sobrevivido até a atualidade nas imagens sobre Mato Grosso de tal forma que ao longo de todo o século XX o governo federal possuía como objetivo central povoar o oeste brasileiro. Em cada movimento de ocupação destas terras foi sendo gerada uma elite local com características próprias e que fornecerá em cada período histórico a elite política, seja natural ou não de Mato Grosso.

Desta forma afirma Galetti que *“as estratégias voltadas para o povoamento da região guaporeana constituíram-se, assim, em um reforço à idéia de fronteira como espaço novo e promissor. Todavia, também ajudariam a compor, em função de privilégios concedidos a criminosos, uma das imagens que viria a se tornar recorrente nas representações sobre Mato Grosso e em larga medida, na vida cotidiana e política da região até final da 1ª Republica brasileira: a de um sertão-fronteira sem lei e sem ordem”*²⁹⁰. A autora faz referência a uma série de conflitos que ocorreram em Mato Grosso após a instauração da república em 1889.

Assim, após a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, que concedeu aos portugueses as terras da capitania, e lhes assegurou o domínio da navegação no interior entre a bacia do Amazonas e do Prata, seguiram-se novos tratados que modificaram o cenário. Em 1761 foi assinado o Tratado de El Pardo, que anulava o de Madrid, devolvendo ao domínio lusitano a colônia do Sacramento e parte da margem sul e ocidental do rio Guaporé. Contudo, o Tratado de Paris de 1763, acabou por anular os outros dois e retrocedeu as posses as regras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas durante a sua vigência.

Então, *“no vácuo criado pelo Tratado de Paris, portugueses e espanhóis trataram de implementar suas estratégias no sentido de expandir suas respectivas fronteiras. Povoar, armar e fortificar a parte fronteira da capitania de Mato Grosso, com o objetivo de garantir-se por ocasião de novos tratados de limites, foi a estratégia*

²⁸⁹ BANDEIRA, M. Lourdes, Território Negro em Espaço Branco, São Paulo, 1988, pp. 88-9, *apud* GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, pp. 71-72.

²⁹⁰ *Ibidem*, p.71.

seguida pelos portugueses. Na região ocidental da Capitania, Luiz de Albuquerque de Melo e Cáceres mandaria edificar o Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do rio Guaporé. Na região meridional, atendendo, além daquele objetivo, o de eliminar a ameaça Guaikuru, foi fundado, em 1775, o Forte de Coimbra, na margem direita do rio Paraguai. Nesta mesma margem, e dentro da mesma estratégia portuguesa, os espanhóis fundariam o povoado de Concepción (1773), o Forte Bourbon (depois Olimpo) em 1792, e São Carlos, um estabelecimento militar na foz do rio Apa”²⁹¹.

Finalmente, os conflitos referentes as Coroas vão ter seu desfecho com o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, que aparentemente havia satisfeito ambos os lados, mas em 1801, ocorreu um novo conflito entre as Coroas ibéricas resultando no Tratado de Badajoz. Todavia o novo tratado não perturbou a posse portuguesa em Mato Grosso, mas certamente, todos esses conflitos e tratados levaram Portugal a incrementar seu aparato militar e técnico-burocrático na parte norte do Mato Grosso (como o conhecemos até 1977). A capitania de Mato Grosso foi pensada como sendo um espaço de conflitos tanto com indígenas quanto com a Coroa de Castela, bem como uma área estratégica para a consolidação do domínio português na América que segundo a historiografia regional era o antemural do sertão do Brasil, onde deveria construir uma sólida barreira, capaz de barrar todas as tentativas expansionistas dos vizinhos hispânicos²⁹².

Assim, se fazia necessário “civilizar” a população local, pois sem isso não se haveria domesticado o sertão, a realização deste objetivo se configurou tão importante quanto definir os marcos geográficos da fronteira e os espaços urbanos da capitania, ainda que em sua simplicidade, “*em especial Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, foram alvo de atenção especial: antíteses do sertão, nelas deveria se estabelecer uma sociabilidade capaz de cimentar a hegemonia do colonizador*”²⁹³, um tipo social preciso que viria a ser à base dos grupos dominantes luso-brasileiros urbanos nesta região do Brasil e reduto de recrutamento de parcela da futura elite política.

²⁹¹ *Ibidem*, p.73.

²⁹² VOLPATO, Luiza R. R., *op. cit.*, 1980.

²⁹³ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p.77.

1.3. Mato Grosso no Império: a província

Ao iniciar o século XIX não era somente a economia de mineração que estava em crise, mas também o domínio português no Brasil Colonial. A estratégia adotada foi a transição para o Império, assim, o Brasil estaria independente juridicamente da metrópole mas permanecia sob o controle português e mantendo as relações diplomáticas que ambos necessitavam. Em relação aos limites de fronteira com os vizinhos hispânicos, nem tudo estava tão claro e, à medida que os Estados Nacionais lusófono e hispânicos se consolidaram, novos conflitos ocorreram. Diretamente relacionada com Mato Grosso, ocorreu a Guerra do Paraguai que fora responsável pelo fortalecimento dos militares na região.

*“De fato, caberia aos Estados-nações que emergiram do esfacelamento dos Impérios Ibéricos negociar a soberania sobre os territórios limites que haviam sido persistentemente disputados ao longo do século XVIII. No caso de Mato Grosso, somente em 1863 o Brasil firmaria acordos com a Bolívia definindo a parte fronteira com este país. Na parte sul, as tensões e conflitos que caracterizaram as relações com o governo paraguaio pela hegemonia sobre a bacia do Prata acabaria por levar à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870)”*²⁹⁴.

Em 1824, quando ocorreu a independência do Brasil em relação à metrópole portuguesa, havia a necessidade não apenas de manter a integridade do território, mas de organizar todo o sistema político-partidário-eleitoral que a partir de então regulamentaria a vida pública no Brasil. Segundo José Murilo de Carvalho *“à parte a mania de buscar modelos e neles enquadrar a realidade, era concreto o problema de definir a cidadania num país que saía de situação colonial com alguma experiência de auto-governo apenas em nível local. Tratava-se realmente de construir quase do nada uma organização que costurasse politicamente o imenso arquipélago social e econômico em que consistia a ex-colônia portuguesa”*²⁹⁵.

²⁹⁴ *Ibidem*

²⁹⁵ CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003, p. 393.

1.4. A formação da elite mato-grossense

1.4.1. A primeira elite política tradicional mato-grossense

No início do século XIX em Mato Grosso, tal como havia ocorrido em Minas Gerais e Goiás também teve sua fase aurífera esgotada, e portanto tornou-se uma fronteira enfraquecida. Ocorria o crescente descontentamento, tanto dos colonos como dos soldados que muitas vezes tinham seus vencimentos pagos com meses de atraso. Economicamente era necessário encontrar uma solução após o declínio da mineração, ou seja, outra atividade que estivesse sintonizada com os interesses do Império que se configurava como agrário exportador. Aparentemente a recuperação de Mato Grosso foi mais lenta que de Minas Gerais e de Goiás: alguns pesquisadores afirmam que a sua distância em relação aos grupos consumidores e as condições precárias de comunicação com a corte, dentre outros problemas, podem ter sido responsáveis por esta situação que será publicamente reconhecida como de decadência²⁹⁶.

Nas palavras de Galetti, *“Mato Grosso será representado no mapa da nação, ao longo de todo o século XIX e durante boa parte do século XX, como algo insignificamente esquecido, até que a noção de fronteira, como movimento específico de colonização de novas terras, passe a integrar o discurso oficial do Estado”*²⁹⁷. Já nos primeiros anos do Brasil independente, um véu espesso se estenderia sobre a região, de cuja história colonial parecem restar apenas ruínas e uma espécie de nostalgia desta “idade de ouro”. Os brasileiros e estrangeiros que voltam a se aventurar pelas terras mato-grossenses iriam deparar-se, mais uma vez, com o imenso e bruto sertão, confins da civilização”²⁹⁸.

O poder económico durante o século XIX foi legalmente uma exigência para a participação política. Ainda antes da independência, a constituição de 1821 adotou a idade mínima de vinte anos e excluía os assalariados e estrangeiros da possibilidade de candidatar-se a cargos políticos. Já a constituição outorgada em 1824 foi além nas restrições, excluindo criados e introduzindo o critério de renda. Na de 1846 passou a

²⁹⁶ GALLETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000.

²⁹⁷ É o que ocorreu na década de 1930, principalmente a partir do lançamento da “Marcha para o Oeste”, em 1938.

²⁹⁸ GALLETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 79.

exigir que se calculasse a renda em prata, o que praticamente dobrava o valor da quantia exigida²⁹⁹. Neste período podemos concluir que o recrutamento político no Brasil tinha como primeiro requisito a ser preenchido, possuir uma boa situação económica. No século XIX, agrário e exportador, isso significava, tal como afirmou Ricardo de Oliveira³⁰⁰, ser um “senhor de terras” ou no mínimo, um “homem bom”, era imprescindível pertencer ao clube e não ser portanto, um *outsider*³⁰¹.

Entretanto, o sistema eleitoral e a legislação que o regulamentava sofreram várias alterações, em 1881 aprovou-se a proibição do voto analfabeto e aumentou as formas exigidas de verificação de renda, além de instituir o voto voluntário. Segundo José Murilo de Cravalho “o assalariado não funcionário público foi praticamente excluído do direito de voto”³⁰². O efeito desta legislação recaía tanto sobre os indivíduos que almejassem ser eleitos ou que desejassem ser eleitores. Segundo o autor no ano de 1872 anterior à lei, havia no Brasil 13% da população total (excluindo os escravos) que participava das eleições e após a legislação nas eleições de 1886 a percentagem declinou para menos de 1%.

Assim, a eleição era efetivamente não apenas em Mato Grosso, mas em todo o Brasil imperial, coisa de elite feita por e para a elite, sendo que, neste momento, esta era predominantemente formada por proprietários rurais. Em Mato Grosso desde o meio do século XVIII, ainda no período colonial, ocorreu o incentivo para que se fizessem povoados nestas terras e portanto muitos incentivos para a posse da terra emanaram da própria Coroa portuguesa. Quando a mineração entrou em crise, a elite proprietária de terras em Mato Grosso começou a se dedicar em pequena porção à criação de gado e ao plantio da cana-de-açúcar para o consumo interno.

Segundo Manuela Novis Neves, ocorreu “o incentivo da Coroa à posse de grandes propriedades e, para tanto, a própria Rainha concedia ‘privilégios e isenções’ a quem quisesse estabelecer-se ali. Tal incentivo também tinha objetivos de segurança para o grande território e permitiu a fixação desses agraciados pela Corte em torno do

²⁹⁹ CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003, p. 39.

³⁰⁰ OLIVEIRA, Ricardo C., *op. cit.*, 2001.

³⁰¹ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L., *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

³⁰² CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003, p. 394

que viria a constituir a unidade econômico-social básica da sociedade mato-grossense: a grande fazenda de criar, voltada para uma atividade agropastoril de subsistência”³⁰³.

Portanto, foi da necessidade de diversificar a economia que surgira em Mato Grosso o que Alcir Lenharo definiu como uma oligarquia açucareira de feição urbano-rural principalmente ao final do século XIX e início do XX³⁰⁴. *“Adensando-se a crise da mineração, esta reflete-se no comércio, já que o minerador perde sua capacidade de barganha comercial [...] Esgotado o esplendor das minas, aqueles que detêm os meios de produção (terra, escravos, instrumentos de trabalho) transferem esses meios para outras atividades agrícolas e pecuárias e, para tanto, procuram agregar novas terras e o fazem através do requerimento de sesmarias o que, não raro, consolida o grande latifúndio*”³⁰⁵.

Como reflexo deste processo a elite mato-grossense construída a partir da metamorfose vivenciado pelos grandes proprietários mineiros deu origem a uma elite com atividades diversificadas, ora no campo, ora na cidade. *“O minerador passa, portanto, a diversificar as atividades de senhor de engenho e criador de gado, em complementaridade com as práticas de comércio. Essa associação entre atividades pastoris e comerciais vai tornar-se a tônica da economia colonial na Capitania, com profundos desdobramentos posteriores, sobretudo, porque, nesse processo de reordenamento das forças produtivas, também os comerciantes passam ao exercício da produção acumulando as duas tarefas interdependentes, talvez porque os pequenos lavradores lhes entregassem suas propriedades, em pagamento de dívidas*”³⁰⁶.

Assim, esta elite mato-grossense que se formou no século XIX, caracterizada pela complementaridade de ocupações possuía tanto um perfil urbano como rural e ainda em relação ao restante do país permanecia sertaneja. Aparentemente, o estigma do sertão como lugar distante e perigoso não deixou de contaminar as imagens que se faziam no Brasil sobre Mato Grosso e que, por consequência também ajudava a definir sua gente. Na verdade foi esta visão de sertão que justificou a exclusão de Mato Grosso como capitania exportadora, um projeto desta envergadura era impensável para terras *“tão longínquas”* pois o transporte encareceria os preços dos produtos.

³⁰³ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.* 1988, pp. 60-61.

³⁰⁴ LENHARO, Alcir, *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*, Cuiabá, UFMT, 1982.

³⁰⁵ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988, p. 63.

³⁰⁶ *Idem*

Todavia, durante o período Imperial no Brasil, a maioria dos nossos vizinhos hispânicos proclamaram a república e isso determinou uma nova preocupação do governo federal em relação ao território de Mato Grosso. A elite política da época apresentava estas terras como “*o limite onde se confrontavam, de um lado, o grande Império, representante da civilização nos trópicos, e, de outro, povos incivilizados, faltos da razão esclarecida que orientava os caminhos do Brasil. Incapazes de construir Estados soberanos, predominavam entre eles a barbárie republicana*”³⁰⁷.

Posto desta forma, podemos perceber que a formação da sociedade mato-grossense do Império estava diretamente associada a visão que, tanto o governo federal, como governo local, por intermédio dos presidentes da província, nutriam sobre o Mato Grosso, considerando-o o antemural do Brasil. Esta preocupação com o fortalecimento desta região, tanto ao nível de povoamento, como de desenvolvimento económico e organização de uma boa estrutura militar de defesa, vai marcar a ocupação destas terras de fronteira ainda durante o século XX por meio da “Marcha para o Oeste”.

Como ilustração do pensamento desta elite política imperial em Mato Grosso podemos observar algumas passagens dos relatórios realizados por vários presidentes da província. Para o presidente Joaquim José de Oliveira a grande missão de Mato Grosso era efetivamente de proteção do território Brasileiro, contudo, em 1848 fazia a seguinte reclamação, “*é certamente absurdo ser encarregada uma província como Mato Grosso de pagar serviços públicos, e de promover melhoramentos morais e materiais, sem lhe serem assegurados os precisos meios. Dir-se-á talvez que deve ser extinta a província cujos créditos não forem suficientes para cumprir esses encargos. Mas na atualidade a missão principal da Província de Mato Grosso não é a de contribuir para as despesas públicas, mas sim a de proteger como província de fronteira as províncias do interior e do litoral*”³⁰⁸.

Pela própria característica de fronteira desta região ocorreu a concentração de um contingente razoável de militares em Mato Grosso. Esta forte presença militar foi uma das características da sociedade mato-grossense do século XIX e isto interferiu no

³⁰⁷ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 196 e conferir também: NOVAIS, Fernando A., “O Significado da Guerra do Paraguai na História do Brasil”, in MARQUES, Maria Eduarda Castro M. (org.), *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*, Rio de Janeiro, 1995.

³⁰⁸ Relatório do Presidente de Província, Joaquim José de Oliveira, de 3 de maio de 1849, p. 20, *apud* GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 197.

processo de recrutamento da elite política desta época. De facto, segundo Maria Adenir Peraro, a presença militar interferiu em toda a forma de organização social³⁰⁹.

Em 1851, o presidente da província Augusto Leverger em seu relatório constatou que “*Considerando que esta força quase toda se recruta voluntária ou forçadamente na Província, vê-se que a relação entre o número de praças e o dos indivíduos livres da população está pelo menos na razão de 1 para 20; fato que talvez não se dê em outro qualquer país, ainda dos mais militarizados, porém que é consequência necessária da situação da província, do vasto desenvolvimento de sua fronteira e da pouquidade da população*”³¹⁰.

As condições que o presidente fez referência se devem à monstruosa faixa de fronteira que envolvia Mato Grosso, ou seja, cerca de 500 léguas de raia fronteira, além de ainda ter um território pouco povoado. Portanto, cabia ao Império resolver problemas herdados do período colonial; assim, além dos fortes militares, era necessário tornar a comunicação com a Corte no Rio de Janeiro mais eficaz. Para atingir este objetivo durante o período imperial foi implementada uma política de abertura do rio Paraguai para a navegação dos navios brasileiros além de construir novas vias terrestres³¹¹. Todas estas medidas iriam projetar alterações no perfil da elite mato-grossense no período republicano.

A elite mato-grossense que se formou no período imperial adquiriu, como já discutimos, uma característica urbano-rural. Foi uma elite que se forjou no fantasma da crise económica, e portanto, tornou-se extremamente competitiva, tanto nos negócios como na sua parcela de representantes na política. A subordinação destas elites ao poder do Estado e em especial ao poder ao nível nacional foi um desafio vivenciado não apenas em Mato Grosso³¹². Porém, aqui o resultado foi um conflito armado de grande envergadura e fonte de vergonha futura para a elite política local frente ao poder político central.

³⁰⁹ Sobre a questão ver PERARO, Maria Adenir, *Fardas, Saias e Batina: A Ilegitimidade na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-1890*, Curitiba, 1997.

³¹⁰ Relatório do Presidente de Província, Augusto Leverger, em 10 de Maio de 1851, p. 10, *apud* GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 197.

³¹¹ CORRÊA FILHO, Virgílio, *op. cit.*, 1969.

³¹² De acordo com Carvalho, “*promover a subordinação dos grandes proprietários era uma das dificuldades do Império na grande maioria das províncias, uma vez que boa parte deles não estava suficientemente preparada para aceitar a dominação por via da mediação do Estado*. Cf. CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003, p. 234.

Segundo Galletti, “os conflitos no interior da camada dominante da sociedade mato-grossense, assim como os motins e rebeliões envolvendo forças militares, situação que se configurara já nos primeiros anos da Independência, agravou-se sobremaneira nos anos 1830, durante o período regencial. Em 1834 explode o movimento armado conhecido como Rusga ou Rebelião Cuiabana, no qual se enfrentaram setores da classe dominante local. De um lado, a elite tradicional que se constituíra durante o período colonial, organizada no interior da Sociedade Filantrópica e, do outro, o setor integrado por comerciantes cuiabanos e profissionais liberais. Organizados na Sociedade dos Zelosos da Independência dividiam-se entretanto em liberais exaltados e moderados. Apoiavam-se no discurso nativista contra a restauração e reivindicavam o comando político da região. Os liberais exaltados viam na expulsão dos adotivos, se necessário pela luta armada, a estratégia correta para conseguirem as transformações almejadas”³¹³.

Observe-se que desde este período o discurso político nativista já se fazia presente, a valorização do atributo da naturalidade para aqueles que fossem nativos já se constituía em critério de seleção daqueles que estariam aptos a governar Mato Grosso e a sociedade mato-grossense. Esta ideia de separação e de forte apego regional veremos ressuscitar, se é que um dia morreu, novamente no primeiro período de 1945 a 1977 analisado neste estudo.

Portanto, encontramos as raízes do regionalismo das elites políticas mato-grossenses neste conflito que teve início na noite de 30 de Maio de 1834, conhecido como Rusga, considerado por muitos historiadores como o conflito regional mais sangrento ocorrido na história do estado. “O conflito armado foi comandado pelos liberais exaltados, com apoio da Guarda Nacional, e a participação de grupos subalternos, inclusive soldados da Guarda Municipal e outras categorias de homens pobres. Envolveu outras localidades próximas a Cuiabá e terminou com a fuga ou morte de dezenas de adotivos e portugueses, inclusive de elementos da elite tradicional com os quais o setor nativo mantinha ligações”³¹⁴.

A situação da província se apresentava de calamidade ao poder Imperial, uma vez que tanto os grupos economicamente dominantes quanto os militares participaram

³¹³ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000.

³¹⁴ *Ibidem*, p.199, outras referências sobre o tema são: SIQUEIRA, Elizabeth M., *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*, São Paulo, 1989 e CORRÊA, Valmir Batista, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*, Campo Grande, Ed. da UFMS, 1995.

no conflito, afinal, estes formavam a principal parcela dos responsáveis pela organização da vida social os “*homens bons*”: eram justamente eles que deveriam zelar pela segurança no estado corroborando com o trabalho público e na visão da elite política nacional realizavam aqui toda ordem de abusos e distúrbios. Segundo o relatório do Presidente de Província Silva Guimarães, “*não se ouvindo senão grandes prodígios de valor e de fidelidade, que em todo o Brasil têm feito as Guardas Nacionais à Nação e às instituições que ela reconhecera, aqui pelo contrário quase a maioria destas Guardas desde sua organização procederam sempre com apatia e foram os agressores dos mais horrorosos crimes e atentados que se tem visto aparecer e perpetuar em nossos dias; elas por isso acham-se atualmente suspensas*”³¹⁵.

A economia era outro ponto nefrágico da província, tanto na percepção dos que por aqui viviam como dos que administravam a nação. Na visão dos consultores imperiais, mesmo com a agilidade da elite económica mato-grossense, era de que a província se encontrava muito distante do que se poderia chamar de desenvolvida: ao compará-la ao período colonial, afirmavam que praticamente não se podia ver diferença. A situação estabelecida com o declínio da mineração pouco havia se alterado com o novo rumo dado aos recursos económicos. “*A crise crônica da mineração e a dificuldade de estruturação das atividades produtivas para as quais migraram os capitais antes investidos nas minas, basicamente a agricultura canavieira, a produção de açúcar em engenhos rudimentares e a pecuária, formavam um quadro sombrio da economia provincial*”³¹⁶.

Uma das saídas possíveis estaria na construção da linha de ferro que possibilitaria um rápido escoamento da produção e seria o impulso que o estado precisava para finalmente se integrar no cenário nacional exportador. Desde 1878, foi possível identificar as solicitações dos presidentes da província sobre este tema. Nas palavras do Presidente da Província João José Pedrosa “*enquanto novos braços e novos capitais, que costumam trazer as empresas férreas, não vierem tirá-la deste estado apático, reanimando sua população ociosa, sem iniciativa, sem estímulos para o trabalho, e sem forças para empreender o aproveitamento das imensas riquezas que por toda parte desafiam a ambição do homem; enquanto este grande acontecimento não realizar-se, -*

³¹⁵ Relatório do Presidente de Província, Silva Guimarães, Setembro de 1835, p. 8, *apud* GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 199. Galetti nos informa que as Guardas Nacionais foram criadas em 1831, sendo que em Cuiabá, organizam-se duas companhias em 1832, das quais saíam as principais lideranças da Rusga, entre elas, Poupino Caldas.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 202.

*todas as esperanças de progresso firme e duradouro não passarão de uma utopia, que só aos visionários iludirá*³¹⁷.

Às possíveis estratégias económicas juntam-se também as ações de âmbito cultural que visavam alterar a imagem da elite, do povo e das terras mato-grossense para toda a jovem nação brasileira. Um exemplo desta estratégia foi, ainda no início do século XX, a fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, que deveria trabalhar temas nos quais aquelas características sertanejas da elite mato-grossense, outrora associadas a selvajarias dos conflitos armados, deveriam ser reconhecidas como traços de heroísmo. A elite mato-grossense, o colono descendente dos bandeirantes e dos portugueses europeus era nas narrativas do instituto um grupo seleto de heróis que protegeu as fronteiras contra os espanhóis e lutou contra os selvagens da terra, e que portanto, pela sua altivez, conduziria Mato Grosso ao progresso em que se encontravam outras sociedades “mais civilizadas” no Brasil e na Europa. Esta literatura construirá uma moldura heróica para os grupos dominantes luso-brasileiros nos quais serão recrutados os seus líderes políticos no século XX.

1.4.2. As elites mato-grossenses e a construção da nação brasileira durante o Império

Durante o século XIX e parte do XX, o termo sertão continuou a designar grandes áreas do interior do território brasileiro, mantinham-se, assim, na perceção dos espaços sertanejos, alguns dos sentidos de deserto e de barbárie presentes na tradição colonial. Contudo, sendo uma parte territorial da nação, o sertão passaria a ser visto também como um património territorial não explorado, com o qual o Brasil podia contar nas projeções de seu futuro de nação grande e rica, com amplas possibilidades de vencer os obstáculos que se interpunham em sua marcha para a civilização. Fazia-se, portanto, necessário ocupar aquele espaço nacional que ainda era praticamente um vazio demográfico, desenvolver nele a indústria e aprimorar a agricultura e a pecuária.

Galetti, que estudou as representações sobre a região mato-grossense produzidas entre meados do século XIX e início do XX, teve como referência obras de viajantes estrangeiros e nacionais. Estas mostram que eles reafirmam, apesar de suas diferenças, a

³¹⁷ Relatório do Presidente da Província, João José Pedrosa, à Assembleia Legislativa Provincial, Setembro 1878, p. 95, *apud* GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 203.

ideia de uma região remota, um grande sertão rico, mas, ainda quase vazio, com grande parte de seu território habitado por povos indígenas selvagens e uma população não indígena quase bárbara, atrasada, preguiçosa e incivilizada. Tratava-se, enfim, de um espaço de fronteira entre barbárie e civilização e, como tal, deveria ser objeto de ações e empreendimentos voltados para a sua ocupação, modernização e progresso, visando colocá-lo num patamar mais alto de civilização³¹⁸.

Um resumo destas imagens pode ser visto no Relatório de um presidente da província de Mato Grosso escrito em 1878, segundo esta autoridade, “*na vastidão do seu território, cheio de imensos desertos, coberto de virgens florestas, onde até hoje o homem civilizado ainda não penetrou, a população rareia tanto que está quase na razão de um habitante por légua quadrada! Sem braços que fertilizem o solo, aliás capaz de conter comodamente mais de cem milhões de habitantes, atentas a suas condições naturais, iguais ou superiores aos mais fecundos países da Europa; como poderão ser aproveitadas as inumeráveis e inexauríveis fontes de riqueza que aqui existem e que encham de admiração os estrangeiros que as contemplam?! A colonização, pois, será o maravilhoso condão que um dia transformará esta terra esquecida do mundo civilizado num dos torrões mais opulentos do globo. Mas como atrair as correntes de emigração quando a distância, a falta de segurança para os colonos, entre tantas hordas de índios bravios, apresentam-se como barreiras invencíveis para trazê-los até aqui? [...] O que cumpre-nos [...] é remover primeiro os obstáculos que se antepõem. Suprima-se à distância, catequize-se o selvagem menos bravio, e afugente-se o mais indomável, se tanto for preciso, e a colonização espontânea, única profícua, virá com seus braços e capitais transformar esta terra ainda de desterro num Éden do Brasil*”³¹⁹.

Em 1913, essa visão sobre Mato Grosso ainda prevalecia, como se nada houvesse mudado nesses trinta e cinco anos. Assim, numa obra de propaganda sobre o Brasil, publicada naquele ano, Mato Grosso é apresentado como um estado em que o progresso ainda não chegara, como uma região ainda virgem e primitiva, “*seus recursos são numerosos mas estão todos no abandono. Tem sido encontrados [...] ouro, diamantes, outros minerais, mas nenhuma dessas riquezas está, por assim dizer, explorada. As suas florestas abundam em valiosas madeiras, mas aguardam quem delas*

³¹⁸ GALETTI, Lylia da S G., *op. cit.*, 2000.

³¹⁹ Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, João José Pedrosa, à Assembleia Legislativa Provincial, Cuiabá, 1º/11/1878, p. 34-35.

tire vantagens. Inúmeros frutos produz o seu solo, mas caem de maduros, sem serem aproveitados. É ainda uma terra em que a natureza mantém o seu domínio, terra que não conhece a mão do homem”³²⁰.

No entanto, durante esses anos que vão do pós-guerra contra o Paraguai até por volta da década de 1920, a região mato-grossense, segundo estudiosos contemporâneos, viveu um processo de modernização de suas atividades produtivas e articulou-se de maneira mais efetiva à economia mundial, por meio do comércio de importação e exportação pela bacia do Prata, que teve sua navegação liberada após a citada guerra³²¹.

Considerado por muitos historiadores como o maior conflito armado na América do Sul, a Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança, teve como efeito o fechamento da navegação pelo rio Paraguai que era fundamental para as atividades económicas e comerciais realizadas pela província mato-grossense. Este confronto bélico entre Paraguai de um lado e do outro Brasil, Argentina e Uruguai, iniciado em 1864 durante o período imperial, terá seu desfecho em 1870. Já no início do conflito a província de Mato Grosso foi invadida devido a sua localização estratégica de antemural ao fazer fronteira com o Paraguai praticamente não havia como cruzar o Brasil sem passar por estas terras.

Em 1870, a reabertura da navegação pelo rio Paraguai ligou Mato Grosso ao circuito internacional de capital, inaugurando uma nova fase na história económica regional. A exportação de matérias-primas, a importação de industrializados e a incipiente indústria de açúcar e subprodutos pecuários propiciaram a criação de casas bancárias e comerciais e o início do desenvolvimento urbano das cidades de Corumbá, Cuiabá e Cáceres, transformando-as em pólos de atividades comerciais. Com essa movimentação também penetraram com mais força no cenário mato-grossense as ideias de modernização, de progresso e de civilização oriundas do cenário europeu³²².

Como se sabe, esse ideário, que acompanha o processo de modernização trazido pela industrialização, não ficou restrito ao continente europeu, pelo contrário, a expansão capitalista teve uma dimensão mundial e seus desdobramentos chegaram a

³²⁰ *Impressões do Brasil no Século XX: sua história, seu povo, comércio, indústria e recursos*, Londres, Lloyd's Greater Co., 1913, p. 1607, *apud* GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.* 1994, p. 3.

³²¹ Cf. ALVES, Gilberto Luiz, “Mato Grosso e a História: 1870-1929 (ensaio sobre a transição do domínio económico da casa comercial para a Hegemonia do capital financeiro)”, *Boletim Paulista de Geografia*, n. 61, São Paulo, 1985.

³²² Cf. ALVES, Gilberto L., *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*, Campo Grande, UFMS, 1984; VOLPATO, Luiza, *op. cit.*, 1993; SIQUEIRA, Elisabeth M., *op. cit.*, 1990.

todos os continentes, no decorrer do século XIX e início do XX onde, “[...] *na esteira da II Revolução Industrial e da hegemonia política e econômica dos países industrializados da Europa, o ideário liberal burguês de progresso e civilização propagou-se por todo o mundo, desde as regiões deste continente cujas economias não haviam acompanhado o desenvolvimento econômico de sua porção ocidental até às regiões mais remotas da América, África e Ásia*”³²³.

O que estava em jogo nesse processo, como afirma Hobsbawm, era “*a conquista do globo pelas imagens, idéias e aspirações transformadas de sua “minoria” desenvolvida, tanto pela força e pelas instituições como por meio do exemplo e da transformação social*”³²⁴. O facto era que as concepções sobre o progresso e a modernidade acabavam por acentuar a condição sertaneja de Mato Grosso como o contrário do mundo moderno.

Nesta perspectiva foi construído pelas elites locais um projeto político no qual, a inspiração era a “fórmula civilizadora” preconizada pelos viajantes estrangeiros e pelas elites política e intelectual brasileira, que apontava para a colonização, o povoamento, com a vinda de imigrantes europeus para preencher o “vazio” demográfico da região e explorar as suas riquezas, e a implantação de meios modernos de comunicação. No caso das elites nacionais, sobretudo após a abolição da escravatura, em meio às exigências da transição para o trabalho livre, esse projeto incluía também a necessidade de educar as populações locais para o trabalho, como forma de vencer a sua indolência e arrancá-las da barbárie, submetendo-as às novas exigências económicas. E isto servia tanto para os indígenas - que deveriam ser civilizados, fosse por meio da religião ou de procedimentos laicos - quanto para as populações não indígenas, que eram vistas como inferiores e quase tão bárbaras quanto as indígenas³²⁵.

As elites mato-grossenses, embora com restrições que diziam respeito à sua própria imagem, comungaram das representações que projetavam Mato Grosso como lugar bárbaro e incivilizado e adotaram plenamente aquela fórmula civilizadora. Para elas, a presença das sociedades indígenas, que ocupavam grande parte das terras do estado, e as populações mestiças pobres eram elementos que impossibilitavam o progresso da região, e por isso clamavam por empreendimentos que viessem a

³²³ GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000.

³²⁴ HOBSBAWM, Eric, *A Era dos Impérios*, Rio de Janeiro, 1988, p. 114.

³²⁵ Cf. GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000.

modificar essa situação. Estas populações eram vistas, em grande parte, como responsáveis pelo atraso e a pobreza de Mato Grosso, como se pode observar em uma passagem de um relatório do presidente do estado, durante o período republicano. “*Eis [...] umas das razões porque, sendo naturalmente ricos, devemos reconhecer, entretanto, que somos economicamente pobres'. [...] Seremos sempre fracos e pobres enquanto a provisão humana da nossa terra, isto é, a população for essa que aí vive essa vida descuidada do futuro*”³²⁶.

A fraqueza moral dessa população incivilizada era também discutida pela imprensa local, como se pode ver neste trecho de um artigo “*O que atualmente testemunhamos contristados é o enfezamento de uma descendência de bandeirantes audazes que à falta de entrosamento com outras correntes étnicas e por outros conhecidos quocientes vai-se incapacitando para vencer este deserto em que nos insularam os seus primitivos descobridores. [...] Salvo pouquíssimas exceções [...] o cerne da nossa raça é falho da instrução geral de nossa época [...] e incapaz de trazer a nossa terra os elementos de progresso material que precisamos, jazendo a agricultura, a pecuária e outras indústrias nos processos do homem primitivo [...]. Ao demais, a falta de educação moral e cívica de nossa gente [...] determina o lento povoamento do nosso solo com agrupamentos de vida social tão disparees da época [...] que realmente torna-se ingente [...] chamá-los ao grêmio da civilização*”³²⁷.

Na realidade, a elite intelectual e política local vinha há tempos lidando com as imagens que estrangeiros e os outros brasileiros faziam destes sertões, considerados como local de exuberante natureza, mas selvagem e de povo preguiçoso. Essa visão em nada favorecia a atração de braços e investimentos estrangeiros e colocava a elite local na busca por solucionar o problema. Mas, ainda que não gostassem de admiti-lo, não poderiam escapar da concordância com aquelas imagens já que seu foco de análise se baseava no ideário de progresso e civilização difundido pelos europeus.

De acordo com Galetti, nas primeiras décadas do século XX, as elites intelectuais mato-grossenses viviam esse dilema e sofriam de uma espécie de “*mal estar cultural*” diante de sua própria visão acerca de sua terra natal onde segundo a autora “*as manifestações desse mal estar cultural [...] não decorria de constrangimentos impostos pela civilização, mas pela barbárie, estiveram presentes*

³²⁶ Apud GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 256.

³²⁷ O Mato Grosso, 13-04-1919, apud GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000, p. 257.

entre os mato-grossenses, e em particular entre os cuiabanos. Um sentimento que se fazia acompanhar de angústia e preocupação quanto ao futuro que estaria reservado a Mato Grosso, de indignação e revolta face às apreciações negativas que denegriam a imagem da região e de seus habitantes, mas também, e em larga medida, do reconhecimento de que boa parte destas apreciações era verdadeira”³²⁸.

Neste contexto de ambiguidade a elite mato-grossense se preparava nos grandes centros para assumir, num futuro, não distante, a província adaptando-a ao futuro do país, e ao progresso industrial. *“De fato, uma parcela significativa dos mato-grossenses letrados esteve muito bem sintonizada com as idéias científicas, positivistas e darwinistas-sociais que circulavam no Rio de Janeiro e São Paulo, principais centros culturais do país, como ocorria aliás nos demais estados situados fora desse eixo. Muitos deles estudaram nas mais renomadas escolas superiores destas cidades, como a Faculdade de Direito de São Paulo e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e tinham não só uma vivência das diferenças que separavam Mato Grosso desses estados, cujas capitais viviam um intenso processo de modernização, como também um contato direto com o ideário progressista e cientificista que dava a tônica ao debate intelectual de fins do século XIX e primeiras décadas do XX”³²⁹.*

Nesse contexto, se de um lado as elites locais, sobretudo a elite letrada, sentiam-se atingidas pela imagem de barbárie que se fazia de Mato Grosso, por outro, desenvolviam o esforço de trazer o progresso e civilizar a sua terra natal, de forma a mudar esta imagem³³⁰. É neste cenário mais amplo que se pode entender o lugar que algumas ordens religiosas vieram a ocupar no projeto civilizador que a elite mato-grossense buscava implementar em Mato Grosso, com vistas a sintonizá-lo com o mundo moderno e promover a eliminação da barbárie, da indolência, da falta de disciplina para o trabalho, que, de acordo com os defensores de tal projeto, estava disseminada entre os habitantes indígenas e não indígenas do território mato-grossense.

Assim, as elites mato-grossenses buscaram não apenas no discurso, como também em suas práticas políticas alterar esta realidade. As necessidades socioeconômicas e políticas demandavam uma escola que formasse localmente os quadros que a burocracia estatal exigia e que profissionalizasse a mão-de-obra

³²⁸ *Ibidem*, p. 256.

³²⁹ *Ibidem*, p. 90.

³³⁰ Cf. GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000 e MACIEL, Laura Antunes, *A Capital de Mato Grosso*, dissertação de mestrado, PUC-SP, 1992.

necessária a incipiente industrialização e urbanização em curso. Esta educação deveria preparar a população urbana, bem como pacificar, pela catequese e trabalho, o elemento indígena que, segundo os discursos governamentais, representava ameaça para a população das cidades e inibia a vinda de imigrantes para a lavoura, obstaculizando o desenvolvimento da região.

É importante destacar que a educação e a disciplina para o trabalho ocupavam um lugar de destaque no projeto civilizador para a região mato-grossense (ao qual se agregava a necessidade de meios de comunicação mais eficazes com o litoral civilizado, a colonização e a imigração estrangeira), como também no projeto maior de construção da nação brasileira, sobretudo após a implantação do regime republicano. De facto, a compreensão da educação como promotora da ordem, da disciplina, do adiantamento moral e material, como condição de progresso, representa um eco do ideário moderno que encontrará canais privilegiados para sua difusão nos programas liberais e positivistas no Brasil, dos primeiros anos de república³³¹.

Neste período, a situação de Mato Grosso segundo “*o censo de 1890 constatou que em Mato Grosso viviam 92.827 habitantes, destes apenas 15.679 pessoas sabiam ler e escrever, o que significava dizer que 83% da população era analfabeta. A defesa da alfabetização e da educação da população vê no ensino profissional a saída para aquele quadro sócio-cultural anteriormente descrito, constituindo-se em bandeira de luta de inúmeros dirigentes e intelectuais, que postulam incessantemente a educação, agora mais que antes, como dever do Estado*”³³².

Nacionalmente o projeto liberal defende a educação e a canoniza como um direito. A obrigatoriedade, oficializada no país desde a Reforma Geral de 1854, torna-se elemento do discurso republicano, contudo, sua ambiguidade aparecerá expressa em dois problemas básicos. Primeiro, a omissão do Estado, que gera um enorme quadro de carências, falta de quadros profissionais, precariedade ou inexistência de prédios, mobiliários, utensílios etc. Em segundo, a dualidade do ensino consagrada pela União reflete-se na forma como o ensino é disseminado na população, o ensino profissionalizante presente nas escolas públicas torna-se seletor social. Para as classes pobres é destinado este ensino, estando o ensino primário como suficiente, aos filhos

³³¹ Cf. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, *Luzes e Sombras, Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso*, Cuiabá, UFMT-IE, 1999, Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

³³² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento do Brasil de 1890, Mato Grosso.

das classes média e alta o ensino secundário científico e humanista, destinado a formar bacharéis, abrindo acesso aos cursos superiores³³³.

Assim, a expansão da rede escolar pública e privada em Mato Grosso seguiu as exigências do período de desenvolvimento do capitalismo que caracterizava o Brasil da Primeira República. Entretanto, se a educação como força moral do progresso foi tema recorrente no início do regime republicano, sua viabilização enfrentava dificuldades na prática. Em Mato Grosso havia grande falta de escolas e pessoal especializado de ordem pública, portanto, foi a partir deste contexto que ocorreu a demanda por um projeto católico, a princípio anti-modernista, oriundo do Estado e setores sociais teoricamente liberais que o controlavam. Ou seja, significa que existia uma relação de aproximação entre Estado e igreja, em um momento, no qual aparentemente se formavam dois projetos distintos em disputa: o fortalecimento de um Estado autónomo em suas bases legitimadoras e a tentativa de restauração da influência católica junto às massas e junto àqueles setores que perfazem a administração do Estado, principalmente os grupos economicamente dominantes emergentes³³⁴.

2. O impacto dos projetos de ocupação na formação dos grupos dominantes regionalizados em norte e sul

2.1. Mato Grosso no processo de modernização

A análise do processo de modernização em Mato Grosso compreende normalmente o período entre as três últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX. Segundo autores como Aleixo e Maciel³³⁵, que em perspectivas diferentes procuram analisar este período, demonstram que a modernização em Mato Grosso não pode ser compreendida senão em sua estreita relação com o processo de desenvolvimento do capitalismo em esfera mundial, o qual, superando a fase da

³³³ Cf. FRANCISCO, Adilson José, *Apóstolos do Progresso: a prática educativa salesiana no processo de Modernização de Mato Grosso (1894-1919)*, Cuiabá, UFMT, 1998, dissertação de mestrado.

³³⁴ A respeito da aparente contradição na aproximação entre Estado e Igreja ver, FRANCISCO, Adilson J., *op. cit.*, 1998.

³³⁵ ALEIXO, L. H. G., *Vozes do silêncio: Subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*, Cuiabá, EDUFMT, 1995 e MACIEL, LAURA A., *op. cit.*, 1992.

acumulação competitiva, entra numa dinâmica monopolista, configurando o momento imperialista.

O Imperialismo representou o período de exportação do capital, e já não mais só de mercadorias como no fenómeno manufatureiro. Com uma economia praticamente indefinida desde a fase áurea da mineração (séc. XVIII), a província de Mato Grosso não apresentava índices expressivos de desenvolvimento. Com a abertura da via de comunicação pelo rio Paraguai, entendida dentro do movimento da própria economia mundial, é que a excêntrica província passa a apresentar índices de relativo crescimento económico e consequente reestruturação no plano sociopolítico. Embora tímidos, em relação à produção cafeeira da região Sudeste, estes índices atestam os resultados do franqueamento da via fluvial na economia local.

Passado o auge do período da mineração, a via de ligação de Mato Grosso com centro-sul resumia-se na quase inexistente rota dos tropeiros, que montados em burros, comercializavam a produção local e traziam os produtos industrializados, em geral importados, até o extremo oeste. As difíceis condições de transporte e a distância a ser vencida oneravam sensivelmente os preços daqueles produtos.

Em geral, estes grupos de tropeiros eram agentes dos proprietários das casas comerciais. Centro nervoso da economia regional, estas casas eram a mediação económica com o restante do país e do mundo e atuavam como instrumento indispensável à acumulação de capital, já que, além da exportação de matéria-prima local, importavam e distribuíam produtos industrializados. No final do século XIX, as casas comerciais evoluíram de simples casas de compra e venda para estruturas mais complexas que, de acordo com Alves, “[...] *Exerciam o monopólio do comércio de importação, controlavam boa parte do comércio de exportação e da navegação, dispunham de seções bancárias que além de empreenderem operações próprias funcionavam como intermediários de bancos nacionais e estrangeiros, representavam companhias seguradoras, incorporavam indústrias e apropriavam-se de terras para explorar a pecuária, a agricultura e a extração de produtos vegetais e minerais*”³³⁶.

A compreensão do significado real da evolução dessa instância económica é fundamental para o entendimento da própria economia e organização sociopolítico regional. De base extrativista e pecuarista, a economia mato-grossense na viragem do

³³⁶ALVES, Gilberto L., *op. cit.*, 1985, p. 37.

século tinha na erva-mate e na borracha seus principais produtos de exportação, ao lado do gado. A imensa extensão territorial garantia, no sul, a extração da erva-mate e em todo o estado, a criação bovina. Esta foi favorecida pelas condições naturais e depois incrementada pelo cruzamento com outras raças, sendo a criação extensiva do rebanho bovino condicional à implementação de "charqueadas", que são indústrias de beneficiamento de carne, charque, caldo concentrado e trato do couro. Portanto, antes mesmo de 1880, a criação bovina, empregava máquinas a vapor, um significativo número de funcionários e avultada soma de capitais investidos.

Portanto, a reabertura da rota do comércio via rio Paraguai em 1870, como já foi assinalado, trouxe não só mercadorias mais baratas e em maior volume para Mato Grosso, como propiciou a importação de maquinaria moderna para indústrias nascentes, desenvolvimento de cidades portuárias, além da vinda de estrangeiros que se dedicaram principalmente ao comércio. A acumulação produzida pelas casas comerciais possibilitava o investimento no setor produtivo, financiando a exploração de novas atividades económicas e expandindo as já existentes. Ao analisar este período, Alves afirma que a mais importante transformação dessa época foi a implantação da indústria moderna na região, uma vez que Mato Grosso presenciou e vivenciou a transição do período manufatureiro para o de maquinaria industrial.

Em 1897, foi inaugurada uma aperfeiçoada usina de fabricação de açúcar, a Itaicy, construída de acordo com os padrões modernos, foi a primeira a utilizar luz elétrica no estado³³⁷. Outro fator expressivo do processo de modernização foi a chegada da ferrovia na região sul do estado em 1914, saudada pelos dirigentes mato-grossenses como elemento imprescindível à integração nacional, e com significado de integração das regiões periféricas à economia mundial.

Juntamente com essas transformações vieram as novas ideias e novas maneiras de se organizar a vida política. A república proclamada em 1889, postularia a liberdade moderna, entretanto os positivistas brasileiros que a realizaram entendiam que a participação política não se daria pelo envolvimento directo da população, mas via representação. Ao Estado caberia a obrigação de guardião e administrador desta liberdade e propulsor de todo o progresso.

³³⁷ FRANCISCO, Adilson J., *op. cit.*, 1998, p. 6.

Após os primeiros anos de mando militar, a ascensão do governo civil reflete a instauração das elites mandatárias que, descontentes com a política imperial, haviam se congregado em partido político e, agora assumindo o poder, passaram a garanti-lo alternando entre o centralismo, o autoritarismo de mando e as concessões e o apoio às oligarquias regionais. Participantes de uma mesma elite, fazendeiros do café, usineiros, pecuaristas, grandes comerciantes, extratores de borracha, etc, compõem os grupos dominantes que se queriam modernos na forma de condução de seus negócios, diretamente afectados pela substituição do braço servil. Contudo, o novo se mesclava ao velho, pois as formas de se exercer o poder se mantinham.

A reabertura da navegação por volta de 1870 trouxe também, junto com os novos produtos e capitais, novas ideias e novos valores que fervilhavam na capital federal e nas cidades portuárias dos países vizinhos. Manifesto na Constituição de 1891, o ideário republicano definia o sufrágio como forma de ascensão ao poder. Em que, pese os limites históricos desta medida, não deixou de propiciar certo grau de reivindicações por parte dos setores médios, além de possibilitar relativo espaço às dissidências e à contestação, que chegava por vezes a questionar a arbitrariedade do próprio poder central.

A ação da imprensa foi o mecanismo destas reivindicações, que se não chegasse a contestar de facto o sistema, era sem dúvida uma revelação da face violenta do quotidiano autoritário vivido. Assim, a república em Mato Grosso caracterizou-se pelo duplo movimento delineado entre as possibilidades de participação política veiculadas pelo próprio ideário republicano e a contenção desta participação, ora pela ação violenta ou pela construção jurídico-política, difundidas nas e pelas instituições que ocupavam o universo sociopolítico e cultural.

Assim, à medida que a cidade se expande e as relações sociais se tornam complexas, elas passam cada vez mais a ser reguladas menos pela força física que pelo discurso jurídico. Este por sua vez oferece a legalidade sutil como mecanismo de controle sociopolítico. À medida que a população cresce e que a região se insere no mercado produtor e consumidor, é necessário que se instaure uma nova lógica de relações, ou seja, a lógica do progresso pela ordem. As condições locais definem que o progresso não seria atingido sem a tenaz disciplina para o trabalho e para a produção.

Será nestes termos que o imaginário desta sociedade se formará, numa síntese de verdades aceitas como, corretas ou incorretas, como certos e errados, como formas adequadas e inadequadas de comportamentos, como selvagem e civilizado. A sua funcionalidade reside no facto de que, uma sociedade organizada possivelmente atingirá o nível de progresso desejado. Portanto a produção mercantil demanda a superação de um duplo desafio, por um lado à carência de mão-de-obra habituada ao trabalho, qualidade atribuída ao migrante nordestino ou sulista e ao migrante europeu, e por outro, o caráter de indolência, de inaptidão ao trabalho que era atribuído aos nativos.

Para solucionar tais problemas, duas soluções foram buscadas: primeiro, promover a vinda de mão-de-obra migrante e, na impossibilidade da imigração em curto prazo, promover a educação para o trabalho da população local. É importante analisarmos a visão sobre o nativo dentro do contexto de argumentação positivista que considera como verdade a existência de estágios evolutivos da civilização. Segundo Comte, pela influência do darwinismo social³³⁸, todas as raças deverão se desenvolver buscando o estágio em que se encontrava a sociedade europeia industrializada, os povos que ainda não tinham se desenvolvido estavam em um estágio anterior da evolução, e esta análise foi identificada com a questão étnica. O nativo era o primitivo, o selvagem, o migrante europeu era o civilizado, e o progresso era a indústria.

Análogo ao que ocorria nas outras regiões, Sul e Sudeste do país, o trabalhador europeu é o imigrante ideal requerido. Entretanto, a solução desta questão se impõe, uma série de dificuldades, dentre estas podemos considerar a distância das zonas litorais às facilidades oferecidas no sul e sudeste, locais atrativos para a fixação do trabalhador estrangeiro. Outra medida que buscava incentivar a indústria no estado ocorreu em 1912, com *"a Resolução de nº 609 que retira a isenção de imposto territorial sobre as pequenas propriedades de terras de superfície inferior a cem hectares para a indústria extrativa, a 200 hectares para a lavoura e a 900 a de campos de criar"*³³⁹.

Como já havíamos assinalado, também fez parte do projeto de desenvolvimento para Mato Grosso recuperar a imagem dos grupos dominantes locais, ou seja, a elite mato-grossense havia promovido em 1843 o conflito que ficou conhecido como Rusga, sendo claramente um conflito armado entre grupos dominantes política e

³³⁸ O darwinismo social foi a adaptação da teoria da evolução das espécies às análises sobre as sociedades. Sobre o pensamento de Comte ver: COMTE, Auguste, "Curso de Filosofia Positiva", *Os pensadores*, São Paulo Abril Cultural, s/d.

³³⁹ FRANCISCO, Adilson J., *op. cit.*, 1998, p. 54.

economicamente, gerou um retrato selvagem da elite local. Assim, no início do século XX, para limpar a imagem dos momentos atribulados pelo qual havia passado o cenário político mato-grossense nos anos anteriores, o governo estadual não perdeu a oportunidade de apresentar na capital do Brasil durante as exposições nacionais em que estavam representados os estados brasileiros, uma imagem do estado diversa daquela estampada na imprensa fluminense na ocasião, quando Mato Grosso havia sido mostrado como uma terra sem lei. Abraçando esse projeto divulgador, o presidente do estado nomeou uma comissão que foi incumbida de organizar a participação e representação oficial naquele evento.

Podemos perceber o grande desejo de se mudar a imagem sobre Mato Grosso no seguinte discurso de Generoso Ponce Filho que governou de Agosto de 1907 a Agosto de 1908, *“Imaginemos senhores, nossa alegria, quando ao invés da errônea expressão ainda espalhada sobre o nosso Estado, se estender por sobre todo o território nacional a convicção arraigada de que somos um povo que trabalha, que progride, que se esforça e que, cheio de fé e confiança, dia a dia, se aproxima do ambicionado ideal de civilização pelo qual até a vida lhe dariam conscientemente os seus estremecidos filhos! E imaginemos, também, o santo orgulho de que nos veríamos possuídos quando, por todos os pontos do Brasil, de boca em boca, corresse a alvissareira nova de que Mato Grosso, graças aos esforços de seus filhos, estava, enfim, entre os primeiros estados do Brasil. Temos na terra, que possui todas as riquezas do país! - os elementos para tornarmos um dia realidade esse sonho admirável! Duvidar que ele um dia se efetive é duvidar das qualidades viris de nosso povo! Empenhemo-nos mato-grossenses! Por dar ao Brasil, ainda um dia, esse esplêndido espetáculo de um grande sonho que um grande povo com entusiasmo tornou realidade”*³⁴⁰.

Superar a imagem de terra da barbárie, era a meta dos organizadores mato-grossenses daquelas seleções expostas. Por isso, ao lado dos minerais, plantas medicinais, erva-mate, borracha, algodão, cacau, café e derivados da indústria pastoril, interessava-lhes exibir os sinais de sua integração ao conjunto da nação: os institutos de educação, a formação profissional e agrícola e a ação civilizadora frente aos, até há pouco tempo, incultos filhos da pátria - os índios.

³⁴⁰ Apud GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 2000. p. 259.

Lembramos que neste período, segundo o censo de 1890, 83% da população era analfabeta em Mato Grosso³⁴¹. O contexto sociopolítico, económico, cultural e religioso do período da história nacional denominado Primeira República (1889-1930), caracterizava-se, entre outros aspetos, pela incorporação do trabalho livre, a acumulação de capital do setor agro-exportador, a incipiente industrialização, o fervilhar das ideias liberais e positivistas e as demandas por maior participação política dos setores médios reflectindo o processo de modernização em curso no país.

Contudo, essa modernização não representava apenas a importação de instrumentos, maquinarias e novas ideias, mas principalmente a conservação de uma estrutura sociopolítica e económica não muito diversa da que se delineara desde as últimas décadas do Império. A participação política, o acesso às riquezas e a educação como dever do Estado e direito do cidadão, promessas efetivas do ideário moderno transitavam por meio de concessões direcionadas às necessidades da atual elite económica. Assim, a intelectualidade da época afirmava que não haveria outro instrumento capaz de elevar o Brasil aos patamares da civilização e do progresso senão a educação.

Por fim, em relação a Mato Grosso deve-se considerar esta forma de educação como sendo a resposta às aspirações e desejos formados principalmente na segunda metade do século XIX quando este se integra a nova ordem mundial “*o papel que Mato Grosso veio a desempenhar no contexto nacional e no continente Latino Americano, esteve diretamente ligado à armação de uma política econômica que buscava: melhor aproveitamento da terra, matérias-primas baratas (erva-mate, faia, borracha, etc.), máxima exploração e navegação do estuário do Prata, pela abertura do rio Paraguai, até Corumbá e Cuiabá*”³⁴².

Resumindo, o *locus* de recrutamento no qual residiu a elite política mato-grossense do século XIX, durante o Império, foi formado pelos grupos agrários dominantes, luso e luso-brasileiros. Estes, desde o período colonial, diversificaram seus investimentos e sobreviveram mesmo após a crise da mineração, penetrando no cenário político pós independência pela porta principal. Também foram acrescidos dos militares, em especial nas proximidades da guerra do Paraguai, posteriormente os novos comerciantes devido a reabertura da navegação, os burocratas que vieram no processo

³⁴¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Recenseamento do Brasil de 1890, Mato Grosso.

³⁴² SIQUEIRA, Elizabeth M., *op. cit.*, 1990, p. 214.

de modernização do estado, e finalmente os migrantes que se fixaram na região sul de Mato Grosso em grandes propriedades agropecuárias. Este último surgiu como ator somente no final do período imperial e ganhou visibilidade já após a proclamação da república.

2.2. *Os conflitos entre os grupos dominantes da elite mato-grossense*

O isolamento de Mato Grosso, ainda que seja um tema questionado pelos historiadores³⁴³, em maior ou menor grau contribuiu para que nestas terras tenha havido muitos conflitos armados. Mesmo os que questionam o alcance explicativo do isolacionismo, não negam que a história destas terras é praticamente inseparável dos conflitos armados promovidos pelos grupos poderosos locais. Estes grupos que tiveram na propriedade agrária a base da construção do seu poder promoveram revoltas nas quais a contestação não era contra o sistema, nunca sustentaram efetivamente o interesse por qualquer alteração na estrutura social, suas reivindicações eram por mais poder económico e político e, neste sentido, era um conflito intra-elite.

Segundo Neves “*as mais graves crises em Mato Grosso expressam, na realidade, uma luta oligárquica e/ou etapas do processo de consolidação das classes dominantes*”³⁴⁴. Sendo assim, podemos compreender que desde o século XIX, quando ocorreu a Rusga, o que estava de facto em jogo, era a consolidação de uma parcela dos grupos dominantes no poder, ou mais precisamente, nas palavras da autora era a consolidação da oligarquia (resultante da mineração falida) no poder político regional.

Portanto, a Rusga, foi um conflito entre grupos de natureza política. Ou seja, entre os grupos já dominantes, principalmente entre a elite tradicional e aquela elite emergente, advinda da recomposição das atividades económicas. Neves e Lenharo consideram que a Rusga foi um conflito entre grupos dominantes com vistas à ascensão ou manutenção de postos do poder político-administrativo. A origem da Rusga estaria então na disputa entre os dois grupos dominantes pelo controle político local: a elite tradicional que já detinha o poder e a elite emergente que ansiava por obter o mesmo

³⁴³ Maria Manuela Renha de Novis Neves afirma que o isolacionismo de Mato Grosso adquiriu carácter de mito e isso dificulta sua análise. NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988, p. 74.

³⁴⁴ *Ibidem*, pp.75-76.

poder. Ambos lutavam para que se fizesse uma política nacional que atendesse aos seus interesses³⁴⁵.

Até este momento, os conflitos estavam na diferença interna de uma elite que se encontrava em sua maioria no norte do estado, afinal, o sul ainda era formado por rarefeitas propriedades pecuárias. Foi somente após a Guerra do Paraguai, com os projetos de colonização que captaram a mão-de-obra imigrante do sul do Brasil, que no sul de Mato Grosso começará a florescer uma elite opositora. A base da ocupação da região sul, ainda que tardiamente povoada, seguiu o mesmo formato implantado no norte do estado, baseado em grandes propriedades de terra.

Assim afirma Manuela que, *“embora não sofrendo o mesmo impacto da política colonialista portuguesa, o sul do território evidencia traços do mesmo padrão de conquista e segurança, já que é a partir dos antigos postos militares instalados por ocasião da Guerra do Paraguai que se consolida a sua ocupação e povoamento, já nas décadas finais do século XIX. Esses aparatos, ao adquirirem caráter urbano após a guerra, recebem expressivos contingentes populacionais que se fixam em grandes propriedades para a atividade agropecuária”*³⁴⁶.

A elite sulista foi moldada não apenas pela posse de grandes propriedades, mas principalmente pelo exclusivo produto que incorporou a economia do estado, a erva-mate. Somente no sul de Mato Grosso se produzia a erva-mate na virada do século XIX para o XX, fruto da migração proveniente do sul do Brasil, pois no norte do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina o produto existia e era comercializado há mais de um século³⁴⁷. Com conhecimento sobre o plantio e tratamento deste produto nativo do sul do Brasil, o sul de Mato Grosso se desenvolveu em número de povoados e de população de tal forma que antes da metade do século XX possuía o maior colégio eleitoral do estado, o que por consequência passou a lhe garantir uma maior representação política em especial no Poder Legislativo de Mato Grosso. Outro fator decisivo no desenvolvimento econômico e populacional da região Sul foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que saindo de São Paulo chegou somente até ao sul na região de Corumbá nos limites com a Bolívia.

³⁴⁵ NEVES, Maria M. R. de N, *op. cit.*, 1988 e LENHARO, Alcir, *op. cit.*, 1982.

³⁴⁶ NEVES, Maria M. R. de N, *op. cit.*, 1988, p.72.

³⁴⁷ OLIVEIRA, Ricardo C., *op. cit.*, 2001.

A estrada de ferro era uma antiga reivindicação da elite mato-grossense no período em que apenas o norte estava desenvolvido, a elite política desde o início do período Imperial reconhecia que somente um meio de transporte desta envergadura poderia garantir a Mato Grosso um canal de ligação com os principais centros consumidores do país e fora do país, integrando-o portanto, no projeto nacional. A sua construção apenas na parte sul do estado, vai frustrar os interesses da elite nortista, assim como acentuar, nos anos seguintes, o fosso entre as duas regiões, à medida que o sul do estado que havia tido apenas raras fazendas pecuaristas despontava como região desenvolvida.

A construção da estrada de ferro contribuiu também na ocupação do território à medida que os trabalhadores imigrantes acabaram por se fixar na região sul do estado; entre estes, muitos eram agricultores sem terras no sul do país que buscaram nesta região construir um futuro melhor. Assim, após a construção da ferrovia, as diferenças entre sul e norte de Mato Grosso poderiam ser percebidas na população, no modelo de agricultura, nos produtos produzidos e na agilidade do transporte. Resumidamente, “*o povoamento do sul somente se consolida após a Guerra do Paraguai, em parte graças aos participantes das operações militares que retornaram à região e lá se fixaram com suas famílias em grandes extensões de terras. Provenientes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, os povoados do sul concentram-se em atividades agropecuárias com técnicas modernas, o que aliado às facilidades de locomoção e intercâmbio com o centro-sul, gera condições para o desenvolvimento de um grande surto agropecuário, ao mesmo tempo em que se expandem os centros urbanos e as atividades comerciais, inclusive com as fronteiras sul-americanas. A estrada de ferro, além de acelerar o desenvolvimento da pecuária pelas facilidades de comércio com os centros consumidores, contribui também para aprofundar as diferenças nas bases da atividade agrícola entre as duas regiões*”³⁴⁸.

A erva-mate era um produto com potencial para exportação, tal como os estados do sul já haviam iniciado³⁴⁹, Mato Grosso (sul) descobriu este potencial e penetrou no círculo de exportadores. A principal representante deste potencial foi a empresa Mate-Laranjeira que, sendo possuidora de grandes extensões de terra adquiridas após a Guerra do Paraguai, garantia praticamente o monopólio sobre o produto. O desenvolvimento

³⁴⁸ NEVES, Maria M. R. de N, *op. cit.*, 1988, pp. 72-73.

³⁴⁹ OLIVEIRA, Ricardo C., *op. cit.*, 2001.

desta empresa está ligada a formação da elite política no estado, pois os seus proprietários, os irmãos Murtinho, naturais do norte, mas, com atividades comerciais no sul irão figurar nas disputas pelo poder político nos primeiros anos da nascente república no início do século XX³⁵⁰.

Sem a estrada de ferro, o norte de Mato Grosso, neste momento representado pela sua capital em Cuiabá, permaneceu sem rotas seguras para o intercâmbio com o sudeste, facto que será alterado somente a partir dos projetos federais da "Marcha para o Oeste" promovidos a partir do governo de Getúlio Vargas e mais efetivamente após a construção de Brasília³⁵¹. Portanto, no norte, observam-se as características herdadas do período colonial, com a concentração do poder político, militar, burocrático e administrativo, no sul, após um longo período de pouco significado populacional e económico, desenvolveu-se vertiginosa economia ervateira e pecuarista na virada do século XIX para o XX. Porém, no início do período republicano, o centro político se encontrava no norte ainda que o sul despontasse com grande desenvolvimento económico.

Portanto, o desenvolvimento económico de Mato Grosso foi polarizado em norte e sul, assim como a elite política que iremos encontrar no período de 1945 a 1977 com a divisão do estado. Ambos tendo como base a grande propriedade rural, e representados por dois principais centros urbanos, ao sul, Campo Grande e, ao norte, a Capital, Cuiabá. Se o sul, na virada do século, se apresentava como grande produtor da erva-mate, por outro lado ainda possuía pouca expressão política, enquanto o norte vivenciava o auge da indústria açucareira e o controle político.

Desde a crise da mineração e da diversificação de produção que se seguiu ainda no século XVIII, já se produzia em pequena quantidade o açúcar no norte de Mato Grosso, contudo, foi no início do século XX que os usineiros do norte dominarão o

³⁵⁰ NEVES, Maria M. R. de N, *op. cit.*, 1988, p. 73

³⁵¹ Segundo Fernando Tadeu de Miranda Borges a economia de Mato Grosso na virada do século pode ser assim classificada em um período que vai de 1870 a 1890 onde a economia fora caracterizada pela fraca exportação, a seguir o período de 1890 a 1914, ocorreu a ascensão dos produtos extrativos, também relacionada à intensificação comercial, via Bacia do Prata (borracha, erva-mate) e um terceiro momento de 1914 a 1930 que se caracterizou pelo declínio do extrativismo e desenvolvimento da pecuária e derivados, sendo que a pecuária continuará sendo a principal atividade do estado até as alterações ocorridas nos anos setenta com o desenvolvimento do extremo norte do estado, fruto de um novo ciclo de ocupação e colonização promovida pelo governo federal. Sobre a economia de Mato Grosso no período de 1870 a 1930 conferir a obra de: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda, *Do Extrativismo à Pecuária: Algumas Observações sobre a História Econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*, Cuiabá, Gráfica Genus, 1991.

cenário político. De modo geral, a economia brasileira foi caracterizada em seus primórdios pelas lavouras e engenhos de açúcar do nordeste e no século XVIII, pela mineração no centro-oeste e sudeste. O século XIX vivenciou uma série de fatores que possibilitou maior diversificação na economia. A vinda da família real para o Brasil gerou maior urbanização do sudeste, assim como alterações na legislação que impulsionaram a economia da colônia com alguma autonomia. A independência de 1924 seguida do período imperial que contava com figuras liberais e conservadoras entusiasmadas com a possibilidade de modernização para o Brasil.

Seria neste contexto que as lavouras de café em especial no sudeste brasileiro iriam liderar a economia do século XIX, com um misto de mão-de-obra escrava e livre constituída em especial por imigrantes europeus que fugiam da miséria europeia neste período anterior à 1ª Guerra Mundial. Entretanto, como a cana-de-açúcar já era um produto conhecido de longa data pelos agricultores brasileiros, optou-se por ela como atividade complementar, ampliando o plantio e modernizando o processo de transformação do produto.

Contudo, o consumo do açúcar proveniente da cana-de-açúcar somente ampliará seu mercado internacional quando devido a primeira grande guerra a produção do açúcar de beterraba entrou em declínio³⁵². A partir da introdução de maquinaria foi instaurado ainda no Império, no nordeste, São Paulo e Mato Grosso, as indústrias de processamento de açúcar, que foram chamadas de usinas de açúcar. Em especial com a guerra iniciada em 1914, o açúcar passou a ter maior valor no mercado internacional fortalecendo a elite usineira no Brasil e em especial no norte de Mato Grosso onde esta havia se desenvolvido.

No norte de Mato Grosso, em especial na região próxima ao rio Cuiabá³⁵³, desenvolveu-se uma elite usineira que liderou a política em Mato Grosso pelo menos até

³⁵² Em 1857 foi elaborado um programa de modernização da produção de açúcar. Assim surgiram os Engenhos Centrais, que deveriam somente moer a cana e processar o açúcar, ficando o cultivo por conta dos fornecedores. Nessa época, Cuba liderava a produção mundial de açúcar de cana com 25% do total e o açúcar de beterraba produzido na Europa e nos EUA significava 36% da produção mundial. O Brasil contribuía com apenas 5% de um total de 2.640.000 toneladas em 1874.

³⁵³ Segundo Maria Manuela Renha de Novis Neves a facilidade de produção do açúcar no norte de Mato Grosso, nas usinas do Rio Abaixo ocorreu devido: 1º - pela mão-de-obra semi-escravista ainda utilizada nestas regiões do sertão, mesmo após a abolição da escravatura; 2º - o potencial do consumo do produto na própria província; 3º - a facilidade para a importação dos instrumentos de trabalho diretamente da Europa via Corumbá, porto livre para as importações logo após a Guerra do Paraguai. Segundo a autora *“O grupo dominante que emergiu da Rusga sofreu novas recomposições que, no decorrer do século XIX, acentuaram a natureza agrário-comercial-burocrática do arranjo oligárquico predominante. É de se supor que um grupo rural dessa oligarquia insistisse no cultivo da cana-de-açúcar, porque: a)*

os anos trinta, quando então, devido ao fortalecimento vivenciado no sul do estado, seu poder será contestado. Ambas as elites (norte e sul) formadas com base na grande propriedade rural vão figurar as disputas pelo poder em Mato Grosso durante a República Velha, ou também conhecida como “República dos Coronéis”.

O que ocorreu no norte foi “*o surgimento do aparato físico modernizado de uma atividade constante e secular, acompanhado da nítida hegemonia econômica e política dos usineiros. Convém não esquecer que, antes de tudo, esses usineiros eram grandes proprietários de terras integrantes das oligarquias agrárias e vinculadas ao comércio – até porque o plantio da cana supunha também a sua comercialização*”³⁵⁴.

Com fluxos temporais diferenciados de desenvolvimento, o sul e o norte delinearam diferenças tanto econômicas, quanto nos anseios políticos e nas lideranças políticas. O norte desenvolveu uma política de manutenção do poder, e o sul, uma política separatista no qual se almejou a conquista do poder. As lideranças políticas do norte eram representantes dos antigos e tradicionais grupos de proprietários rurais e no sul eram novas lideranças, surgidas dos novos proprietários rurais, a partir dos movimentos políticos de contestação do poder federal ocorrido nos anos vinte e trinta em todo o Brasil.

Ao analisar estes fatores de diferenciação do desenvolvimento norte-sul do estado e suas consequências na formação das elites, a autora Maria Manuela Renha de Novis Neves afirmou que, “*os resultados da evolução desigual das regiões mato-grossenses desautorizam qualquer conclusão de que o norte e o sul tenham manifestado "vocações" políticas totalmente opostas, ou cooptação ou representação. Tanto as elites políticas do norte, quanto as do sul - salvo quando se tratou da ruptura do poder com vistas ao separatismo - definiram-se pela ação política de feição conservadora, patrimonialista e centralizadora, própria do modelo cooptativo. E, já no pós-45, canalizaram as suas diferenças para a luta pela hegemonia sobre esse tipo de poder, e não para modelos alternativos*”³⁵⁵.

embora sua origem fosse agrária, suas terras localizavam-se em razoável proximidade com o maior centro consumidor, a capital; b) essas terras ocupavam um espaço intermunicipal ao longo do rio Cuiabá, extremamente propício ao cultivo da cana, mesmo sem grandes cuidados técnicos.” NEVES, Maria M. R. de N., op. cit., 1988, pp. 84-85.

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 87.

³⁵⁵ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 2001(a), p. 64.

2.2.1 *O sul e o norte de Mato Grosso na República dos Coronéis e a questão do divisionismo*

Nas primeiras décadas do século XX, durante o período republicano, o sul, que havia se desenvolvido economicamente buscou participar do poder político. Com o monopólio exercido pelo norte nos últimos dois séculos, a elite sulista viu no discurso separatista uma possibilidade que, de facto, se concretizaria em 1977. As elites políticas do sul, apoiadas no movimento de contestação do poder federal, tiveram sua primeira chance de atuar como atores centrais no cenário político do estado.

Segundo Neves, *“é preciso levar em conta que o Tenentismo³⁵⁶ canalizava as contestações urbanas nacionais à estrutura do poder federal e à sua teia de relações com as oligarquias agrárias estaduais. Em Mato Grosso, tais contestações encontraram eco nos descontentamentos regionais do sul e nas corporações militares aí sediadas, especialmente em Campo Grande, que desde 1921 estava fortalecida como pólo sulista, graças à presença da Circunscrição Militar (transferida de Corumbá). Esse foi um fator decisivo para que, das aproximações sulistas com os movimentos de 1922, 1924 e 1932, todos de caráter libertário e questionadores da ordem instaurada, resultassem influências no fortalecimento do já existente sentimento divisionista e na sua expressão nas manifestações separatistas”³⁵⁷.*

Ao aderir à ideologia contestadora presente no cenário nacional, as elites do sul de Mato Grosso também se colocavam na oposição às elites políticas do norte que, ao concentrarem a administração pública, representavam o poder estabelecido, o poder do governo federal em sua unidade da Federação. Desta forma, os desdobramentos deste movimento contestador permitiram maior visibilidade das lideranças tipicamente sulistas que representavam os interesses divisionistas no estado.

Passado esse período contestador, Getúlio Vargas determinou que nestas terras de instabilidade política da elite local se fazia necessário a intervenção do poder central. Assim, interventores foram nomeados para Mato Grosso e rejeitados pelas elites tanto do norte quanto do sul. Essa rejeição, entretanto, não ficou apenas nos discursos, os

³⁵⁶ O tenentismo foi um movimento político-militar ocorrido na década de vinte no Brasil devido ao descontentamento de uma parcela dos militares com o sistema vigente no país durante a República Velha ou também conhecida como República dos Coronéis.

³⁵⁷ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 2001(a), p. 51.

“coronéis”, como foram nomeados pelos historiadores, usaram da já conhecida força armada. A tradição da luta armada era antiga em Mato Grosso e servia para reforçar a visão nacional sobre essas terras consideradas selvagens.

“Criou-se uma área de tensão entre as oligarquias estaduais e o governo de Getúlio Vargas pelas rejeições ao interventor. O provável agravante, no sul, teria sido porque os grupos sulistas não obtiveram o apoio de Vargas ao divisionismo. Os episódios da rejeição aos interventores ocorreram no norte quando o mesmo Antonino, interventor nomeado, tentou "desarmar" os usineiros do Rio Abaixo que, à época, eram fortes expressões armadas do coronelismo com ramificações políticas. Este foi mais um episódio da caça às armas dos coronéis usineiros com o objetivo de enfraquecer o seu potencial de violência, cujas manifestações haviam caracterizado a política da República Velha”³⁵⁸.

Portanto, durante o período da Primeira República (1889 a 1930) encerrado pela “Revolução” de 30, seguindo o período do governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), os grupos dominantes no norte e no sul de Mato Grosso delinearam seus contornos oposicionistas que irão caracterizar a disputa partidário-eleitoral a partir de 1945. A diferença principal foi a canalização da busca pelo poder político, agora, por vias institucionais.

O governo de Getúlio Vargas anterior a 1937 buscou conter os ânimos oligárquicos regionais herdados do período anterior. Em Mato Grosso, por intermédio dos interventores, buscou-se enfraquecer os coronéis locais em especial nas usinas tradicionais do norte. A ação federal foi direcionada a toda oligarquia do estado onde deveriam ser extintos os conflitos armados regionais e a força de seus líderes, contudo os mais atingidos foram os usineiros do norte que devido a maior fiscalização ficaram restritos no uso da mão-de-obra semi-escrava que caracterizava o trabalho nas usinas do Rio Abaixo, gerando seu declínio econômico e político. Nos anos trinta, a fiscalização e as novas leis trabalhistas iriam acentuar este declínio, mas não levaria a sua aniquilação, pois o grupo usineiro enfraquecido representava apenas uma parcela da oligarquia estadual. A propriedade da terra continuaria a ser, até a contemporaneidade, a marca distintiva desta elite política mato-grossense.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 59.

Com a instauração do Estado Novo em 1937, Júlio Müller assumiu o cargo de interventor de Mato Grosso e governou 1945. Em sua gestão, Cuiabá ganhou uma rede de cartórios e uma rede de instrumentos para o exercício da administração pública, e com esta vieram também novos grupos urbanos que irão compor juntamente com os antigos grupos agrários tradicionais o perfil da elite no período pós 1945³⁵⁹. Assim, a consequência foi a consolidação de Cuiabá como uma cidade de funcionalismo público juntamente com ascensão das elites urbanas liberais. Como resultado do próprio fortalecimento do Estado e de suas instituições atrelado aos projetos de desenvolvimento e colonização para Mato Grosso, Cuiabá ganhou aspecto de “*cidade desenvolvida*” e passou a atrair grupos de vários segmentos, tanto oriundos do campo quanto de outras cidades menores. Em Campo Grande, ainda que em menor intensidade, processo semelhante ocorreu, pois esta representava a principal cidade do sul.

Desse modo, a história nos indica que os principais personagens que participaram do poder político após 1945 em Mato Grosso foram as persistentes oligarquias estaduais, agora revitalizadas no novo espaço político, os estratos urbano-burocrático-liberais, vinculados ao centro político-administrativo de Cuiabá e as lideranças sulistas. Estas eram formadas tanto pelas oligarquias rurais como pelas camadas liberal-urbanas que defendiam os interesses que estavam mais identificados com o sul do estado³⁶⁰.

2.3. Elites mato-grossenses no pluripartidarismo pós 1945

Em 1945 foi instaurado o pluripartidarismo e diferente do que havia antes, agora os partidos eram efetivamente nacionais. Maria Campelo de Souza³⁶¹ analisou a formação dos partidos nacionais pós Getúlio Vargas e constatou que havia uma certa continuidade entre o período anterior e o pluripartidarismo inaugurado em 1945. Dessa forma, o novo sistema representava ao mesmo tempo um avanço em termos

³⁵⁹ Existe uma razoável literatura que aponta o período do Estado Novo como fundamental na construção burocrático-administrativa do Estado no Brasil. Com o objetivo de controlar, uma rede de instituições foram instauradas nas principais cidades do país. Um dos estudos que abordaram o tema nesta perspectiva foi trabalho de Bolívar Lamounier. LAMOUNIER, Bolívar, *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*, HGCB, São Paulo, DIFEL, 1977.

³⁶⁰ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 2001(a).

³⁶¹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1939-1964)*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

institucionais democráticos nacionais³⁶², mas também uma continuação da ideologia getulista por meio do PSD que representava na época o partido do governo e do PTB também criado pelo líder político para se constituir em “oposição”. De facto, em esfera nacional, o objetivo do PTB era atrair os votos dos trabalhadores urbanos assumindo, portanto, uma característica mais progressista. Contudo, a história do PTB em Mato Grosso foi um pouco diferente, a medida que, devido as alianças travadas no estado acabou por se identificar com a política conservadora que dificultou a este posicionar-se no perfil urbano e progressista nacional, pois incorporou em seus quadros parcela das oligarquias rurais³⁶³. De forma bastante simplificada podemos compreender que o PSD deveria representar o funcionalismo urbano e os profissionais liberais enquanto a UDN, efetivamente oposição a Getúlio, deveria atrair os proprietários rurais.

2.4. Golpe de 64, bipartidarismo e grupos dominantes

O ano de 1964 constitui-se em marco na história brasileira, pois neste ano os militares, alegando crise de ingovernabilidade, tomaram o governo federal e a partir de então por meio de Atos Institucionais implantaram paulatinamente a ditadura no Brasil. Entre os Atos colocados em vigor, possuindo força de lei, houve o AI-2³⁶⁴ que instituiu o bipartidarismo em escala nacional. Os partidos aceitos pelo governo militar eram a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A Arena era o partido dos militares e o MDB a oposição permitida, contudo, na prática esta oposição tinha grandes dificuldades de se efetivar: afinal, os militares estavam acima dos partidos ou de qualquer eleição, estes podiam revogar mandatos entre muitas outras ações de castração. Os historiadores brasileiros apelidaram os partidos de: o partido do “Sim” e o do “Sim Senhor”.

³⁶² O Brasil já teve diversos sistemas partidários. Na Primeira República, os partidos tinham caráter estadual e, portanto, eram mais facilmente manipuláveis pelos interesses oligárquicos. A redemocratização de 1945 incluiu o sistema pluripartidário (que chegou a formar 13 partidos). A característica era nacional e os partidos estaduais representavam as mesmas legendas nacionais, como atualmente. Os maiores partidos do período foram o PSD, a UDN e o PTB. As características mais marcantes desses partidos em Mato Grosso foram o conservadorismo, a oligarquização, o caráter municipalista/familiar (e regionalizado) e o personalismo das chefias. O atual pluripartidarismo foi inaugurado após o período bipartidário (Arena e MDB) dos governos militares.

³⁶³ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.* 2001(a).

³⁶⁴ Em 1965 foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos e a seguir ainda no mesmo ano os partidos políticos existentes (pluripartidarismo) foram extintos através do Ato Institucional 2 (AI-2).

O estado de Mato Grosso vivia uma política de busca de equilíbrio entre os grupos dominantes, do sul e os do norte, que possuíam suas elites políticas regionais e disputavam por meio das eleições os cargos eletivos. Como já foi discutido, a pertença regional e a capacidade de identificação com o sul ou com o norte do estado foi um fator de maior importância do que a própria filiação partidária ou ainda uma identificação com uma ideologia partidária. Portanto, quando os militares instauraram o bipartidarismo não foi um facto incompreensível que em Mato Grosso não fizesse diferença a qual partido o candidato estaria filiado, se a Arena ou ao MDB, e que todos tenham se concentrado na Arena gerando o esvaziamento do MDB, pois em período de ditadura, parece ter sido mais conveniente ficar ao lado dos militares e não na oposição a eles.

Os grupos dominantes mato-grossenses, como já haviam em outros momentos demonstrado, não se preocupavam de facto com o regime, mas com as possíveis conquistas para suas regiões no estado. Desta forma, a vida política no bipartidarismo foi caracterizada por uma aparente harmonia entre as elites políticas do norte e do sul até o momento da divisão do Estado em 1977. Assim, ao contrário da esperada polarização e radicalização de posições, ocorreu a quase total concentração da elite política em um único partido político. Aparentemente o bipartidarismo autoritário em Mato Grosso originado da rutura democrática possibilitou a continuidade de um mesmo perfil de elite no poder, dificultando seu processo de renovação a medida que anulou qualquer possibilidade efetiva de oposição.

Na análise realizada por Neves a autora constatou que ocorreu “*de um lado, o predomínio arenista em todo o período (66-78), incluindo a brusca alteração da tradição da competitividade partidária, vigente entre 1945-65, para o modelo de partido majoritário ou hegemônico; e, de outro lado, a inexpressividade oposicionista do MDB, mesmo naquelas eleições em que o comportamento nacional foi de contestação ao regime autoritário, como no pleito de 1974, cujos resultados favoreceram o MDB no âmbito nacional, reforça o caráter peculiar do projeto político continuísta das elites políticas mato-grossenses*”³⁶⁵.

Portanto, em Mato Grosso a hegemonia arenista assinalou com características próprias quando comparada ao cenário nacional. Assim, com a migração dos grupos tradicionais para a Arena, o MDB sofreu um esvaziamento de quadros. Quando o

³⁶⁵ NEVES, Maria M. R. de N., 2001(a), p. 72.

bipartidarismo foi oficialmente instituído no Brasil, aparentemente o que ocorreu foi que “*essa tradição competitiva mato-grossense - que já era bipartidária entre o PSD e a UDN, com tendências de crescimento competitivo do PTB - absorvesse as mudanças de tal modo que a nova estrutura expressasse o redirecionamento e a polarização das forças políticas pelos já existentes ‘cortes’ partidários e regionais. Esses ‘cortes’ anteriores poderiam ter sido as referências aglutinadoras nos novos partidos. Quero dizer que o esperado é que resultasse daí dois blocos em oposições já definidas, seja pelas referências partidárias anteriores, seja pelas dicotomias regionais ainda não resolvidas - e que fossem absorvidas pela Arena ou pelo MDB, em condições razoavelmente assemelhadas à equiparação de forças existentes entre 45-65 e, assim, também ‘identificáveis’ pelo eleitorado. Entretanto, tal não se deu. Os resultados eleitorais do período mostram a drástica ruptura da competitividade bipolar (manifestada anteriormente no PSD e na UDN) e a sua substituição por um modelo estranho à cultura político-partidária do estado. Tal modelo privilegiou a consolidação avassaladora da Arena como partido majoritário (ou hegemônico)*”³⁶⁶.

Todavia, após a divisão do estado e dos projetos de ocupação do extremo norte do estado, ocorreu uma reconfiguração da sociedade e com esta, o nascimento de novas elites em Mato Grosso fruto das migrações dos anos setenta a noventa. Em 1977 consolidou-se a reivindicação sulista e o gigantesco estado de Mato Grosso foi dividido, a partir de então, toda a região a volta da capital Cuiabá que tínhamos como referência da elite nortista, figurará, neste novo contexto, como pertencendo ao sul do estado. Ainda anterior à divisão, fluxos de migração promovidos para ocupar as regiões da fronteira amazônica possibilitaram a ocupação de parcela do território no extremo norte do estado. A imagem de Mato Grosso como um vazio demográfico esteve presente em toda a história do estado considerado sertão, contudo, para além de sertão, como já discutimos configurou-se também a imagem de fronteira. Assim, serão as mesmas representações que existiam sobre este espaço desde os tempos coloniais, que adquirindo nova roupagem promoveu a ocupação destas terras a partir de projetos colonizadores ainda durante todo o século XX. Sertão, fronteira, vazio demográfico e progresso foram e ainda são as palavras que povoam as representações e que orientam as ações políticas em relação a Mato Grosso.

³⁶⁶ *Idem*

Dentre as propostas do governo Vargas, iniciado em 1930, estava promover o fim da imigração estrangeira e consolidar a integração nacional de todas as partes do território brasileiro. Nesta perspetiva, regiões longínquas necessitavam de um projeto de desenvolvimento para poderem se integrar no circuito nacional, precisavam de infraestrutura, estradas com ligação aos eixos principais do país e naturalmente precisavam de mão-de-obra para a realização destes objetivos. Aparentemente estes objetivos são contraditórios, pois justamente quando se necessitou em maior grau dos trabalhadores, o governo estabeleceu restrições a entrada do trabalhador estrangeiro no país por intermédio de cotas estipuladas por nacionalidade. De facto, não havia contradição, pois o governo passou a promover a migração interna, inicialmente foram principalmente as populações do Nordeste que foram deslocadas para o Centro-Sul do Brasil³⁶⁷.

Na execução do projeto de ocupação da parte central do Brasil foram então criadas sete colónias agrícolas nacionais, entre os anos de 1941 e 1944. “*Em Mato Grosso, no extremo sul do estado, foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que atraiu milhares de migrantes pobres oriundos de Minas Gerais, do interior de São Paulo e principalmente dos estados do Nordeste, predominando entre eles os baianos*”³⁶⁸. Contudo, a proposta de Vargas vai ganhar peso a partir do final dos anos cinquenta, pois o projeto de construção da nova capital nacional impulsionou a abertura de rodovias e vias de acesso que facilitaram a ligação de Brasília ao Nordeste e possibilitaram um maior contingente de imigrantes na região amazônica e central do Brasil.

Concluindo, neste capítulo discutiu-se a construção do estado de Mato Grosso e da sociedade mato-grossense a partir de uma perspetiva histórica e inserido no contexto nacional. Procuramos demonstrar que Mato Grosso enquanto formação regional possuiu a sua própria formação social, económica, cultural e política, inserida no contexto nacional. Os grupos dominantes que se forjaram nestas terras foram frutos dos projetos de ocupação instituídos pelo Estado Português e posteriormente Brasileiro. Estes projetos estiveram em todos os períodos aqui discutidos orientados pela representação de Mato Grosso como uma terra de sertão, de fronteira, um verdadeiro vazio populacional. Estes projetos também condicionaram ritmos diferenciados de desenvolvimento das regiões do estado e possibilitaram a construção de uma elite

³⁶⁷ BARROZO, João C., *op. cit.*, 2008, p. 16.

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 18.

política também polarizada em torno destas diferenças. No próximo capítulo será analisado os dados empíricos sobre o perfil da elite política mato-grossense a partir do seu recrutamento geográfico.

CAPÍTULO III

Geografia do recrutamento e filiação partidária da elite política mato-grossense

Este capítulo debruçou-se sobre a geografia do recrutamento e filiação partidária dos deputados estaduais e governadores de Mato Grosso que desempenharam seus mandatos entre 1945 e 2007. O nosso objetivo geral consistiu em apresentar e analisar, durante as transições de regimes políticos (democracia, ditadura e democracia)³⁶⁹, as seguintes variáveis: naturalidade, local de residência e filiação partidária desta elite.

Também foi observado se houve zonas privilegiadas no recrutamento e se isto esteve relacionado com o desenvolvimento económico e social proporcionado pelos projetos de ocupação do território mato-grossense. Na execução deste capítulo, foram analisadas quinze legislaturas para Assembleia Legislativa entre 1947 e 2007, totalizando quinhentos e doze mandatos para deputado estadual³⁷⁰ e vinte e dois mandatos para governador entre 1945 e 2007.

Segundo Keller³⁷¹, o processo de recrutamento da elite política é influenciado pelos atributos naturais dos indivíduos, ou seja, com o sentido biológico a autora aponta que é fundamental considerar esta variável na construção da estrutura de oportunidades. As características naturais que os indivíduos já trazem ao nascer foram analisadas em várias obras que investigaram o tema no Brasil³⁷². Nestes estudos os pesquisadores afirmam que estas qualidades contam para o processo de recrutamento, ainda que não sejam suficientes para justificar seu ingresso na elite política. Segundo Codato “esse

³⁶⁹ Para definir os períodos de democracia e ditadura utilizamos como balizadores a implantação do bipartidarismo e sua posterior extinção. A democracia que vigorava no Brasil a partir de 1945 foi suspensa pelo golpe militar de 1964, entretanto, o pluripartidarismo somente foi extinto em 1965. O mesmo ocorreu com a redemocratização que, sendo fruto de um longo processo, dificultou a precisão de uma data. Sendo assim, decidiu-se então pela análise dos dados dos deputados estaduais a partir da 9ª legislatura que teve início em 1979 como nosso referencial do período de redemocratização, pois foi durante sua execução em 1981 que houve a extinção do bipartidarismo e a restauração do pluripartidarismo. Para os governadores adotamos o ano de 1983 como final do segundo período, pois foi incluído no período ditatorial o mandato do governador Frederico Carlos Soares Campos que governou por nomeação do Governo Federal (1979-1983), assim, na análise dos dados para o governo do estado o período de redemocratização foi contabilizado a partir de 1983.

³⁷⁰ Foi considerada por legislatura a totalidade de parlamentares sem extrair o número de reeleitos. Assim, o número final pode conter um mesmo parlamentar duas ou três vezes.

³⁷¹ KELLER, Suzanne, *O destino das elites*, Rio de Janeiro, Forense, 1967.

³⁷² Esse tema tem sido discutido na literatura nacional especializada. Cf. LOVE, Joseph, *op. cit.*, 1982; CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003.

tipo de atributo favorece a participação dos indivíduos (ou sua escolha), ainda que não dite as regras para que tais indivíduos sejam efetivamente recrutados”³⁷³. Compartilhando desta premissa, na primeira parte deste capítulo abordou-se o local de nascimento desta elite política para questionar em que medida essa variável influenciou o recrutamento político em cada período aqui estudado.

1. Naturalidade

1.1. Local de nascimento dos deputados estaduais de Mato Grosso

No caso de Mato Grosso, os principais aspectos observados referentes à variável naturalidade na geografia do recrutamento da elite política foi a predominância dos deputados estaduais nascidos no sul do estado nos dois primeiros períodos, e a predominância dos indivíduos nascidos em outros estados brasileiros no terceiro período analisado (9ª a 15ª legislaturas). Outro aspecto interessante foi a regionalização dos recrutados em norte e sul, tanto anteriormente a 1977 como também após a divisão do estado.

Durante a ditadura militar, na vigência do bipartidarismo, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso foi palco das discussões sobre a divisão do estado. É interessante observar como as diferenças regionais também podem ter neste momento pré-divisão, e em especial durante o Regime Militar, acirrado a valorização dos candidatos que se identificassem com uma ou outra região e que de preferência fossem naturais do estado e da própria região. No período da 6ª a 8ª legislaturas em que o sul liderava o pleito, constatamos que foram eleitos sessenta e um parlamentares naturais³⁷⁴ do estado, estando divididos em quarenta e três naturais do sul e dezoito naturais do norte. Isso sugere que, durante o período militar, ser natural de Mato Grosso e ter nascido na região sul pode ter sido um atributo valorizado pelos partidos e pelos

³⁷³ CODATO, Adriano Nervo e GOUVÊA, Julio Cesar, “Os atributos da elite político-administrativa: uma visão descritiva dos ocupantes dos empregos políticos no Paraná”, in PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs.), *op. cit.*, 2007, p. 52.

³⁷⁴ O total dos mandatos do período era oitenta e quatro, sendo que sobre quatro deputados, não foi possível confirmar a informação sobre o local de nascimento.

eleitores. A tabela 3 apresenta a origem geográfica (norte ou sul) da parcela dos naturais da elite política mato-grossense.

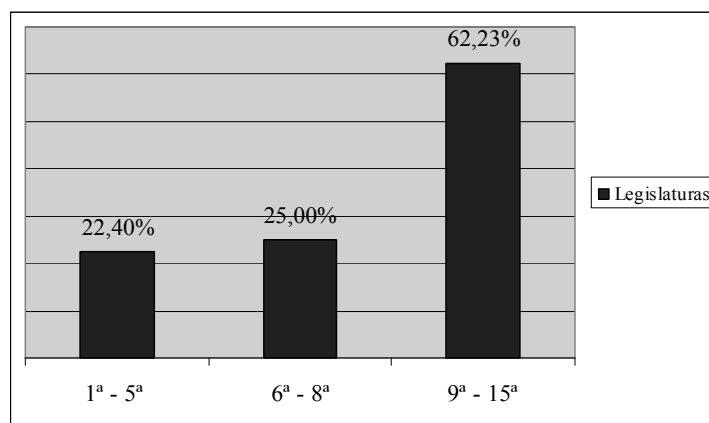
TABELA 3 – ORIGEM DOS DEPUTADOS NATURAIS DE MT (SUL E NORTE) - 2º PERÍODO

| Legislaturas | SUL | % SUL | NORTE | % NORTE |
|----------------|-----|-------|-------|---------|
| 6 ^a | 17 | 70,83 | 7 | 29,16 |
| 7 ^a | 11 | 78,57 | 3 | 21,42 |
| 8 ^a | 15 | 65,21 | 8 | 34,78 |
| Total | 43 | | 18 | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT ³⁷⁵

Em relação ao recrutamento geográfico durante o período democrático (1^a a 5^a legislaturas) e período ditatorial (6^a a 8^a legislaturas) para Assembleia Legislativa de Mato Grosso, constatamos que o modelo desenvolvido confirmou a tese de Love³⁷⁶ em seu estudo da elite política paulista, onde o autor afirmou existir uma forte “provincianização” da elite, ou seja, uma forte tendência de que os membros da elite sejam recrutados no próprio estado. A naturalidade dos parlamentares de Mato Grosso foi analisada observando-se a percentagem de deputados estaduais nascidos fora do estado. Estes dados são observados no gráfico 2 comparando-os nos períodos em que ocorreu alteração do regime político e do sistema partidário.

GRÁFICO 2– DEPUTADOS ESTADUAIS NÃO NATURAIS DE MT EM PERCENTAGEM³⁷⁷



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

³⁷⁵ Todos os gráficos e as tabelas que foram construídos pela pesquisadora a partir das fichas parlamentares e currículos disponíveis no Instituto de Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso contaram também com o auxílio de informações disponíveis em currículos enviados pelos familiares dos pesquisados.

³⁷⁶ LOVE, Joseph, *op. cit.*, 1982.

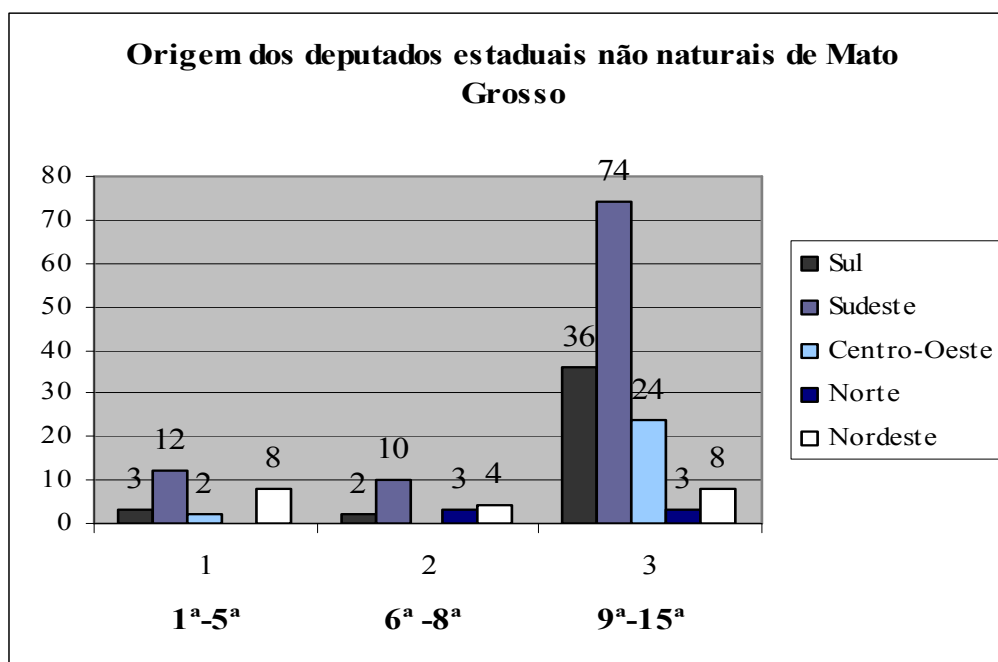
³⁷⁷ Para o cálculo de percentagem deste gráfico foi utilizado o número conhecido de 193 mandatos sobre os quais foi possível confirmar a informação. Os 512 mandatos divididos em três períodos foram analisado da seguinte forma: no 1º período – 1^a a 5^a legislatura (de 195 mandatos não obtivemos informação de 70); no 2º período – 6^a a 8^a legislatura (de 84 mandatos não foi possível confirmar as informações sobre 4); no 3º período – 9^a a 15^a legislatura (foram analisados os 233 mandatos).

Diferente do que ocorreu no período da 1ª a 5ª legislatura, o período da 9ª a 15ª legislatura apresentou algumas alterações substanciais. Também caracterizado pelo pluripartidarismo, houve um aumento expressivo de não naturais de Mato Grosso na elite política, assim como uma gradual diversificação do local de nascimento destes deputados não naturais eleitos, sendo que este tema será melhor analisado na sequência deste capítulo. Comparado com outros estados brasileiros observamos que em Mato Grosso, no período pós-ditadura, ocorreu rapidamente a alteração deste perfil provinciano, na medida em que o recrutamento político incorporou aqueles oriundos de outros estados brasileiros.

Para exemplificar o que afirmamos, podemos citar um estudo realizado sobre a elite político-administrativa no Paraná no período da redemocratização, no qual constatou-se que 76% dos indivíduos haviam nascido no estado e, em especial, em Curitiba (43%), sendo configurado um alto grau de *localismo* desta elite³⁷⁸, no mesmo período que, em Mato Grosso, constatamos um forte declínio dos naturais na Assembleia Legislativa onde somente 38% dos parlamentares haviam nascido no estado.

Com o crescimento dos não naturais na Assembleia Legislativa, foi questionado quem eram esses novos atores políticos, qual era sua origem geográfica, sua naturalidade. Então analisou-se o número de deputados estaduais não mato-grossenses na Assembleia Legislativa de Mato Grosso segundo a região do Brasil da qual eram provenientes.

³⁷⁸ CODATO, A. N. e GOUVÊA, J.C., *op. cit.*, 2007, p. 55.



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Constatamos que, na transição do primeiro período democrático para o ditatorial, não ocorreu substancial alteração no número de não naturais entre os parlamentares de Mato Grosso. No primeiro período democrático (1947-1966/1ª a 5ª legislatura)³⁸⁰, havia na elite política poucos não naturais de Mato Grosso (22,40%), sendo aqueles sobretudo do sudeste e centro-oeste do Brasil. No segundo período, durante a ditadura militar (1967-1978/6ª a 8ª legislatura) aumentou minimamente o número de parlamentares nascidos fora do estado (25%), oriundos, ainda na maioria, do sudeste. No terceiro período novamente democrático (1979-2007/9ª a 15ª legislatura), aconteceu uma verdadeira explosão: quase dois terços dos deputados estaduais não eram naturais de Mato Grosso (62,23%), sendo em grande proporção migrados do sudeste e do sul do país (sobretudo Paraná). A tabela 4 apresenta a origem geográfica da parcela dos não naturais da elite política mato-grossense por região no período de redemocratização após a divisão do estado em 1977.

³⁷⁹ Foram consideradas as informações sobre 189 mandatos ocupados por deputados não mato-grossenses. Sobre 4 mandatos não foi possível confirmar a cidade de nascimento.

³⁸⁰ A partir da Constituição Estadual de 1947 a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso passou a numerar as legislaturas, de modo que a 1ª legislatura compreende o período de 1947 a 1950 e assim consecutivamente.

TABELA 4 – LOCAL DE NASCIMENTO DOS DEPUTADOS NÃO NATURAIS DE MT- 3º PERÍODO

| Legislaturas | Região Sudeste | | | | Região Sul | | | Região Centro Oeste | | Região Norte | | Região Nordeste | | | | |
|--------------|-------------------|----------------|---------------------|---------------------|------------------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------------------|--------------|---------------|-----------------|------------|------------|-----------------|--------------|
| | MG - Minas Gerais | SP - São Paulo | RJ - Rio de Janeiro | ES - Espírito Santo | RS - Rio Grande do Sul | SC - Santa Catarina | PR – Paraná | GO – Goiás | MS - Mato Grosso do Sul | RR – Roraima | RO – Rondônia | BA – Bahia | CA - Ceará | PI – Piauí | PE – Pernambuco | PB – Paraíba |
| 9ª | 5 | 4 | | | 1 | | | | 1 | | | 1 | 1 | | | |
| 10ª | 4 | 8 | | | 2 | | | | | | | 1 | | | | |
| 11ª | 4 | 7 | | | 1 | | | 2 | 1 | | | | | 1 | | |
| 12ª | 2 | 8 | | | 3 | 4 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | | | | 1 | |
| 13ª | 2 | 5 | | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | | | 1 | | | | 1 | 1 |
| 14ª | 8 | 3 | | 1 | 1 | 1 | 6 | 3 | 6 | | | | | | 1 | |
| 15ª | 3 | 7 | 1 | 1 | | 4 | 5 | 4 | 3 | | | | | | | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Ao observar a procedência dos deputados não mato-grossenses da 9ª a 15ª legislatura, foi possível constatar o progressivo crescimento da presença sulista a partir da 12ª, ou seja, na década de noventa passaram a compor a elite política não apenas os gaúchos provenientes do Rio Grande do Sul, mas também os imigrantes do Paraná e de Santa Catarina. A presença de paulistas e mineiros manteve-se equilibrada e constante, apresentando apenas algumas pequenas alterações. Na 14ª houve o relativo aumento do número de mineiros e declinou o número de paulistas. Note-se que a alta percentagem de deputados provenientes do sudeste e em especial de São Paulo se justifica na própria história do nascimento da capitania, uma história muito antiga. A presença paulista em terras mato-grossenses está relacionada a ocupação do sertão de Mato Grosso pelos bandeirantes, onde desde então os dois estados mantiveram “boas relações”.

A 12ª legislatura ocorreu na primeira metade da década de noventa e foi a partir dela que se constatou uma maior diversificação na origem geográfica dos deputados. O fluxo crescente de desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso atraiu cada vez mais imigrantes de outros estados brasileiros, que se concentraram em sua maioria

nas regiões recentemente desenvolvidas, ou seja, nos novos municípios portadores de novas necessidades e oportunidades.

Ao refletir sobre esta alteração na geografia do recrutamento desta elite política parlamentar concluímos que a explicação para o crescimento dos não naturais na elite política mato-grossense não possui relação com o maior ou menor grau de democracia adotado no regime de governo e sistema partidário, mas com o processo de desenvolvimento das novas regiões do estado. Este ocorreu devido os projetos de colonização implantados pelo governo federal desde os anos trinta, e principalmente a partir do final da década de sessenta, que possibilitaram o surgimento de novos grupos dominantes como fruto do processo migratório.

Em especial os projetos de colonização implantados pelo governo militar teve o claro objetivo de retirar da região sul do Brasil a população sem terra que, ao reivindicar um local para produção agrícola nos estados sulistas, criava um clima tenso. Transferir esta população camponesa sulista para as regiões da fronteira agrícola amazônica foi uma forma de “acalmar o sul” e garantir a segurança em uma parcela do território brasileiro que, estando em região de fronteira com nossos vizinhos hispânicos, era considerada um vazio demográfico.

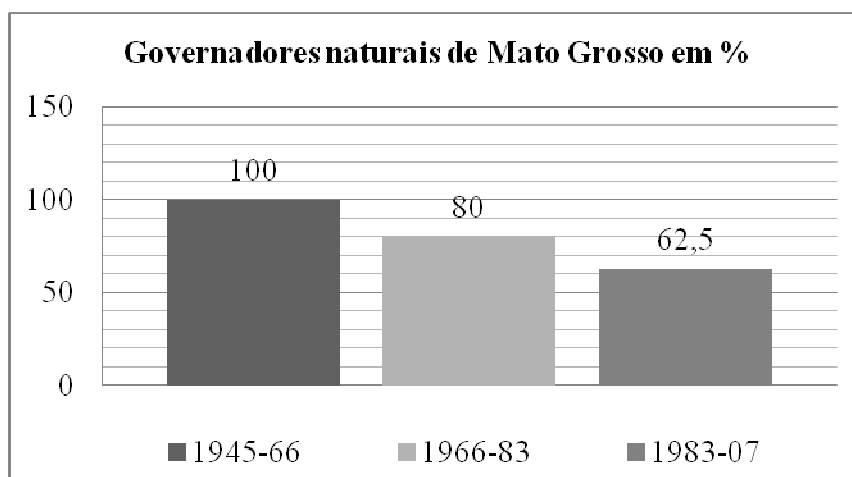
Os representantes do Poder Legislativo são escolhidos de acordo com a maior ou menor proximidade que tenham com os grupos de interesses presente na sociedade, o mesmo ocorre com o Poder Executivo, contudo, de forma geral. Enquanto o deputado estadual representa os interesses de determinadas regiões do estado (onde está seu reduto eleitoral), o governador deve administrar o estado em prol de todas as regiões e, portanto representar todos os municípios e seus interesses. Acreditamos que isto possa explicar o substancial aumento dos deputados estaduais não naturais na Assembleia Legislativa de Mato Grosso - na medida em que eram principalmente representantes das novas regiões³⁸¹ e, em menor proporção, o crescimento dos não naturais no Poder Executivo.

³⁸¹ Este tema será melhor discutido no item local de residência.

1.2. Local de nascimento dos governadores de Mato Grosso

Na pesquisa sobre o Poder Executivo, observe-se que os períodos possuem pequena diferença em relação ao Legislativo, pois consideramos o início dos mandatos. Assim, a primeira legislatura teve início em 1947, enquanto, para o governo, o primeiro mandato do período contemplado neste estudo ocorreu em 1945. Partindo desta metodologia adotada para delimitação dos períodos nos quais seriam classificadas as informações coletadas, constatamos que, em relação ao Poder Executivo, ocorreu em menor proporção a mesma tendência de crescimento dos não naturais. No gráfico 4 demonstramos que, no primeiro período aqui analisado, entre os anos 1945 e 1966, todos os governadores eram naturais de Mato Grosso³⁸². Entretanto, este monopólio dos naturais declinou paulatinamente no segundo período, onde vigorou o Regime Militar, de 1967 a 1983 e, no terceiro período, de 1983 a 2007, durante o processo de redemocratização³⁸³.

GRÁFICO 4 - PERCENTAGEM DE GOVERNADORES NATURAIS DE MT POR PERÍODO



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

³⁸² Deve-se observar que dos sete governadores (governadores eleitos ou indicados “interventores”) do 1º período (1945 a 1966) não conseguimos com fidedignidade a informação sobre a cidade de nascimento de dois governadores, sendo que um governou por aproximadamente oito meses e outro por apenas seis meses, e portanto, calculamos com base no número conhecido de cinco.

³⁸³ O último governador do período militar (2º período) aqui analisado foi Frederico Carlos Soares Campos que assumiu a administração de Mato Grosso após a divisão, contudo, seu mandato não foi conquistado no pleito eleitoral e sim por nomeação do Governo Federal. Seu mandato teve início ainda no período bipartidário em 1979 e encerrou em 1983, já no pluripartidarismo instaurado em 1981. O governador (que era mato-grossense) foi nomeado pelo então presidente da República Ernesto Geisel, sendo o primeiro governador a assumir o comando de Mato Grosso após a divisão do Estado.

Assim, de 1983 a 2007, não se verificou com a mesma intensidade que ocorrera no Poder Legislativo o crescimento da participação dos não naturais no Poder Executivo. Durante o período de redemocratização tivemos quase dois terços da Assembleia Legislativa ocupados por não naturais de Mato Grosso enquanto no governo esta percentagem caiu para aproximadamente um terço. Entretanto, ainda que menor, a participação de governadores naturais de outros estados no governo de Mato Grosso, representou e representa a presença de uma “nova elite”³⁸⁴, algo que alguns escritores chamaram de “elite colonizadora ou elite de terras”³⁸⁵.

2. Local de residência

Em Mato Grosso, as diferenças regionais foram sempre importantes na configuração da dinâmica político-partidária e no processo de recrutamento. Na realidade, para efeitos deste estudo, observou-se que o ponto principal de discussão se encontra no local de residência (ou origem geográfica no estado) desta elite política. Mato Grosso possui a peculiaridade de ter passado por várias alterações no perfil sociológico da população em seu território, induzidas pelos processos de desenvolvimento promovidos no estado³⁸⁶, além de ritmos diferenciados de desenvolvimento económico no norte e no sul do estado. Assim, uma das questões que buscamos responder sobre a elite política mato-grossense é a da sua procedência geográfica no estado, ou seja, o seu local de recrutamento, e em que medida este se articula com a representação dos diferentes interesses da sociedade mato-grossense.

³⁸⁴ Com exceção dos dois últimos governadores, José Rogério Salles, que governou por menos de um ano, e do atual governador Blairo Borges Maggi (até 2010), todos os outros eram naturais do estado de Mato Grosso. O governador José Rogério Salles era paranaense, contudo, sua carreira política foi construída em Mato Grosso a partir da instalação dos seus pais, na década de sessenta, em Rondonópolis. Era filho de uma família de produtores rurais economicamente importantes para a região que ainda passava por processo de colonização e desenvolvimento agropecuário. Diferente do paranaense José Rogério Salles que assumiu devido ao afastamento do anterior Governador Dante Martins de Oliveira, que renunciou para disputar as eleições ao Senado, o Governador Blairo Borges Maggi venceu como titular da candidatura no pleito de 2003. Natural também do Paraná, da cidade de Francisco Beltrão, representou os interesses de uma nova região de Mato Grosso que, havendo se desenvolvido economicamente, buscava a cada eleição aumentar seus representantes na Assembleia Legislativa. Sua residência e seus investimentos económicos situam-se na região Norte de Mato Grosso, sendo ele o primeiro governador eleito desta região. Engenheiro agrônomo controlador do Grupo Amaggi, fundado por seu pai André Maggi, chegou a Mato Grosso há 26 anos, para plantar soja em Itiquira, no sul do estado.

³⁸⁵ BARROZO, João C. (org.), *op. cit.*, 2008.

³⁸⁶ Sobre o tema dos projetos de desenvolvimento económico promovido pelo estado e suas consequências em Mato Grosso, ver BARROZO, João C. (org.), *op. cit.*, 2008.

A elite política mato-grossense em todo período estudado se caracterizou pela formação de grupos regionalizados em norte e sul, antes e depois da divisão do estado em 1977. Nesta constatação reside uma das contribuições deste estudo, pois a literatura especializada³⁸⁷ aponta para esta fissura regional da elite política no período anterior a divisão do estado. Na verdade, também após a divisão existiu uma parcela da elite com identidade sulista (agora, após a divisão, representada por Cuiabá) e outra parcela nortista (representada pelos novos municípios que surgiram após aos anos sessenta).

2.1. Local de residência dos deputados estaduais de Mato Grosso

Para mapear esta polarização, investigamos o local de residência dos parlamentares quando foram eleitos e a seguir observou-se esta variável durante as mudanças de regime político e sistema partidário. Um interessante aspecto constatado foi a alteração nos locais de recrutamento ocorrido no terceiro período. Com a divisão do estado em 1977, além do aumento do fluxo migratório e do nascimento de novos municípios, houve o desmembramento de grande parcela do antigo território de Mato Grosso. A seguir, podemos observar na tabela 5 quais foram os locais privilegiados no processo de recrutamento para a Assembleia Legislativa, e como estes se modificaram durante os sessenta e dois anos de história política em Mato Grosso.

TABELA 5 - PRINCIPAIS CIDADES NO RECRUTAMENTO PARLAMENTAR EM MT (1945-2007)³⁸⁸

| | Principais cidades | 1ª a 5ª | 6ª a 8ª | 9ª a 15ª |
|------------------------|--------------------|-------------|-------------|------------------|
| Região Norte do estado | Cuiabá | 26 (13,97%) | 11 (13,92%) | 73 (31,33%) |
| | Várzea Grande | 8 | 1 | 21 (9,01%) |
| | Rondonópolis | 0 | 4 | 24 (10,30%) |
| | Barra do Garças | 2 | 1 | 18 (7,72%) |
| | Cáceres | 2 | 1 | 15 |
| | Campo Grande | 37 (19,89%) | 21 (26,58%) | 0 ³⁸⁹ |
| Região Sul do estado | Dourados | 16 (8,60%) | 8 (10,12%) | |
| | Corumbá | 9 (4,83%) | 4 | |
| | Ponta Porá | 6 | 3 | |
| | Três Lagoas | 11 (5,91%) | 0 | |
| | Número conhecido | 186 | 79 | 233 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

³⁸⁷ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988.

³⁸⁸ Nesta tabela foi considerado o local de residência do parlamentar quando fora eleito.

³⁸⁹ Após a divisão, as cidades do sul do estado não fizeram parte do território de Mato Grosso.

Observamos também que a capital do estado, Cuiabá, não foi o principal local de recrutamento dos deputados estaduais durante o primeiro período democrático e durante a ditadura, assumindo esta posição somente no segundo período democrático após a divisão do estado. Entre os anos 1947 e 1977, foi dominante a presença de deputados oriundos do sul de Mato Grosso na Assembleia Legislativa. Entretanto, constatou-se ainda a predominância de Cuiabá no norte e de Campo Grande no sul como os principais locais de recrutamento.

Essa ausência de primazia da capital cuiabana contrasta com outras pesquisas realizadas no Brasil sobre o recrutamento da elite política que têm salientado a predominância da capital como *locus* de recrutamento³⁹⁰. Portanto, o peso político da capital no processo de recrutamento³⁹¹, como tem sido apontado em vários estudos empíricos sobre o recrutamento da elite política, em Mato Grosso precisa ser pensado à luz da competição regional no estado. A força de Campo Grande e de outras grandes cidades da parte sul do estado minou a força de Cuiabá como principal local de recrutamento até o período da divisão em 1977.

Entre os anos 1945 e 1977, Mato Grosso vivia um momento de forte discussão sobre as diversidades presentes entre o sul e o norte do estado, foi um período de importante afirmação da identidade política regionalizada. Contudo, eram todos mato-grossenses, mato-grossenses do norte e mato-grossenses do sul, que representavam parcelas diferenciadas da população do estado de forma regionalizada. Sendo ainda em sua maioria correligionários, pois havia diretórios da Arena e do MDB tanto no norte quanto no sul³⁹². A sociedade sulista valorizava um representante legitimamente sulista, enquanto a parcela nortista, privilegiava um candidato legitimamente nortista. Aparentemente, nesta etapa da vida política em Mato Grosso, a legitimidade passava também por ser um natural e preferencialmente ter nascido na região dos eleitores. Então, pode-se compreender melhor a existência de um menor número de não naturais em relação às legislaturas futuras, assim como o decréscimo desta participação da 6ª para a 8ª legislatura. Consequentemente, essas diversidades entre o norte e o sul do

³⁹⁰ PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs.), *op. cit.*, 2007.

³⁹¹ Estudos nacionais como o de LOVE, Joseph, *op. cit.*, 1982, sobre a elite política de São Paulo e internacionais como o de Pedro Tavares de Almeida sobre a elite política em Portugal, entre outros, constataram o peso que as capitais possuíam no processo de recrutamento. Cf. ALMEIDA, Pedro T. de, PINTO, António C., BERMEO, Nancy (orgs.), *op. cit.*, 2006.

³⁹² Referente à regionalização dos partidos políticos, a professora Maria Manuela Renha de Novis Neves realizou um trabalho baseado em entrevistas com os atores políticos no período anterior à divisão do estado. NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 2001(b).

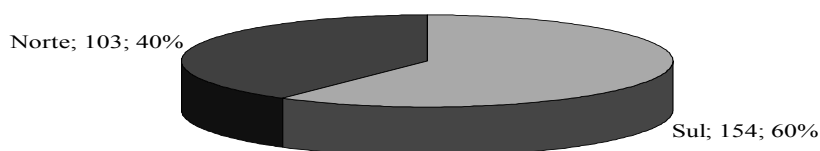
estado conduziram à divisão do território no ano 1977, surgindo assim o novo estado de Mato Grosso do Sul, independente do antigo estado de Mato Grosso.

As questões históricas que levaram a um desenvolvimento desigual do norte e do sul do estado estão ligadas ao processo colonizador, onde o sul obteve um desenvolvimento tardio, mas de grande envergadura se comparado com norte. Com o desenvolvimento económico trazido pela Cia Mate Laranjeiras, instaurada na bacia do Paraná, onde a terra roxa proporcionava um solo extremamente fértil para a produção da erva mate, e a inauguração da ferrovia na primeira metade do século XX, a fragilidade económica sulista foi superada. Entretanto, o atraso histórico deste desenvolvimento se refletiu na esfera política, gerando por longa data a interiorização do sul do estado, tanto na representação legislativa quanto pela distância em relação à capital - que se mantivera no norte, independentemente das reivindicações sulistas.

A partir da década de quarenta, era visível o grande desenvolvimento do sul do estado na pecuária e na agricultura, e com isso o aumento das cadeiras na Assembleia Legislativa passou a ser uma demanda e uma conquista dos grupos dominantes regionais sulistas que buscavam representação ou mesmo participação política³⁹³. Para melhor compreensão, a análise desta diferença regional de representação foi dividida em dois momentos, um anterior à divisão do estado em 1977, onde observamos os dados referentes às 1ª a 8ª legislaturas e outro, após a divisão, começando pela 9ª legislatura.

GRÁFICO 5 – DEPUTADOS NO PERÍODO DO ESTADO “UNO” POR REGIÃO (EM NÚMERO E %)³⁹⁴

Deputados estaduais por região no período da 1ª a 8ª legislaturas



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

³⁹³ Sobre esta discussão conferir a obra de NEVES, Maria M. R. de N. , *op. cit.*, 2001 (a).

³⁹⁴ Este gráfico foi construído com as informações referentes a 257 mandatos nos quais foi possível confirmar o local de residência do deputado estadual quando fora eleito. O período da 1ª a 8ª legislatura possuiu um total de 279 mandatos.

No período anterior à divisão, observamos a predominância sulista na Assembleia Legislativa de Mato Grosso na qual o sul era responsável por 60% das cadeiras parlamentares. No período pluripartidário da 1ª a 5ª legislatura o sul possuiu 57,86% do parlamento e durante o período bipartidário esta percentagem aumentou ainda mais. Na 6ª legislatura, dos trinta e cinco deputados estaduais com informação conhecida, o sul possuía mais que o dobro das cadeiras (71,42%) em relação ao norte do estado. A predominância sulista foi observada em todo o período, o que comprova o crescente peso político do sul do estado no cenário regional e consequentemente na esfera nacional. Seja pelo maior número de eleitores ou por deter a maior bancada portadora da simpatia do governo federal, a realidade é que este “peso político” do sul neste período histórico levou à concretização da antiga reivindicação de separação do território. Em relação ao número diferenciado de eleitores observou-se a seguinte distribuição entre norte e sul do estado.

TABELA 6 - CONTINGENTE POPULACIONAL E ELEITORAL DE 1945-1965 (NORTE E SUL DE MT)

| | População | Eleitores | Percentagem de eleitores do sul |
|-------|-----------|-----------|---------------------------------|
| Norte | 1.330.006 | 325.557 | |
| Sul | 2.481.449 | 538.661 | 62,32% |
| Total | 3.811.455 | 864.218 | |

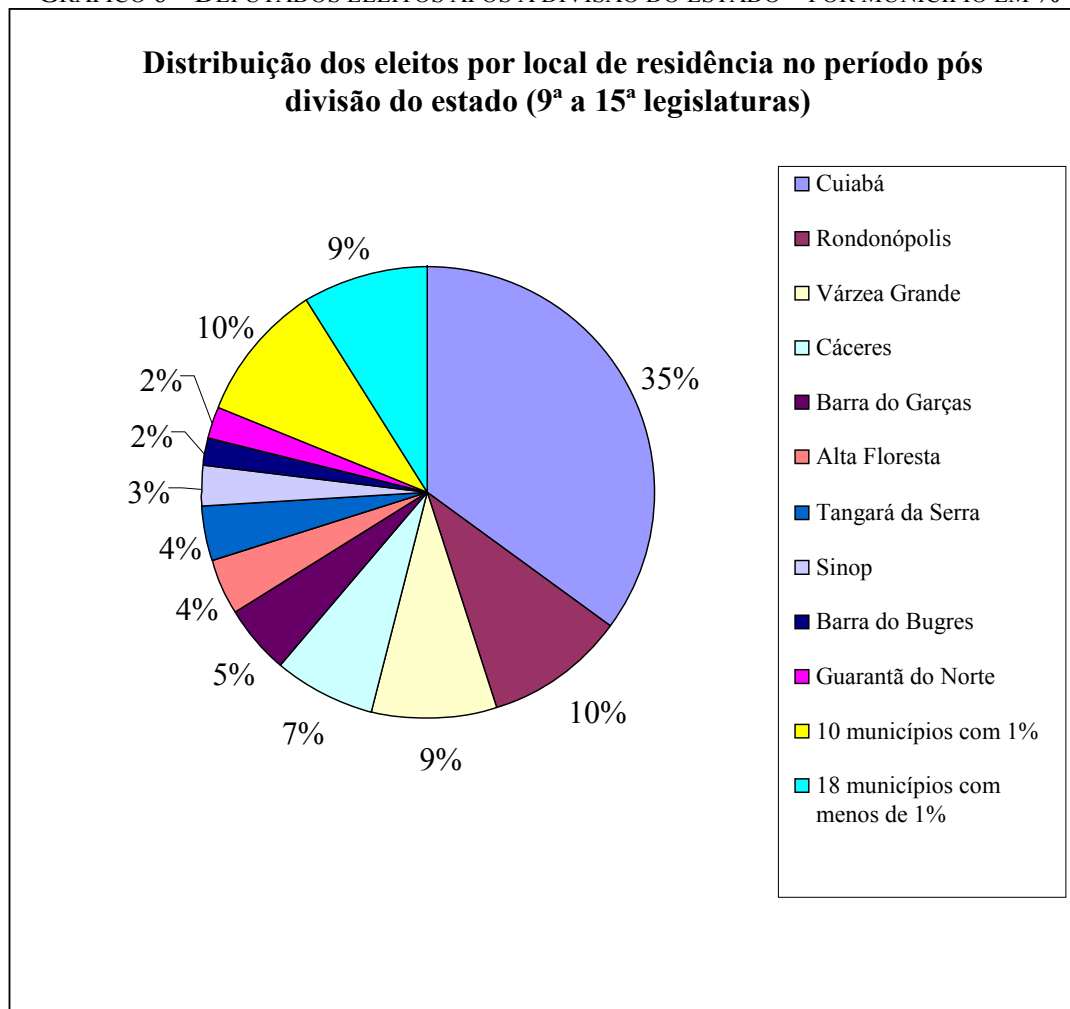
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

No segundo momento após a divisão do estado em 1977, com o processo seguinte de redemocratização e com a transição para o pluripartidarismo, observamos que a capital, Cuiabá, recuperou seu estatuto de principal local de recrutamento da elite política. Paralelamente a esta saliência de Cuiabá, houve a proliferação da participação dos novos municípios do estado. Constatamos que ocorreu uma dispersão do contingente eleitoral e consequentemente uma diversificação dos locais de recrutamento.

Assim, ao longo das sete legislaturas em Mato Grosso, situadas no período da redemocratização e do multipartidarismo, devido ao projeto de colonização do governo federal para as terras do então sertão mato-grossense, observou-se que os locais de recrutamento da elite política modificaram-se à medida que os novos municípios no

norte e sudoeste do estado consolidaram sua organização e se desenvolveram economicamente. No gráfico 6, podemos visualizar a participação destes novos municípios que representaram novos locais de recrutamento.

GRÁFICO 6 – DEPUTADOS ELEITOS APÓS A DIVISÃO DO ESTADO – POR MUNICÍPIO EM %



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Quanto ao local de nascimento dos candidatos, percebeu-se o declínio da participação dos mato-grossenses e o acréscimo dos não naturais de Mato Grosso, juntamente com o aumento da participação do imigrante sulista. Na tabela 7 podemos observar a participação destes novos municípios que juntos totalizaram 19% das cadeiras da Assembleia Legislativa de Mato Grosso a partir de 1979 com a 9ª legislatura até a 15ª iniciada em 2003.

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO DOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 1% DAS CADEIRAS PARLAMENTARES NO SEGUNDO PERÍODO DEMOCRÁTICO

| Regiões de MT | Municípios com 1% | Fundação | Municípios com menos de 1% | Fundação |
|---------------|--|--------------------------------------|--|--|
| Centro Sul | Poconé Rosário Oeste | 1781 1843 | Nossa Sr ^a do Livramento | 1885 |
| Sudeste | Guiratinga Torixoréu | 1920 1950 | Jaciara ³⁹⁵ Pedra Preta | 1958 1976 |
| Sudoeste | Alto Araguaia Mirassol D'Oeste Alto Garças Pontes e Lacerda Salto do Céu | 1938 1964 1953 1979 1960 | São José dos Quatro Marcos Vila Bela da Santíssima Trindade Araputanga | 1960 1739 1963 |
| Nordeste | | | Nova Xavantina São Félix do Araguaia Vila Rica Confresa | 1944 1967 1978 1991 |
| Norte | Juara | 1981 | Aripuanã Paranatinga Colider Comodoro Sorriso Matupá Nova Mutum Juína | 1943 1964 1979 1986 1987 1988 1988 1979 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Todos os nove municípios da região Norte nasceram no século XX e somente um anterior a 1950, os outros oito foram o resultado dos projetos de colonização das fronteiras mato-grossenses. Sua participação nos alerta sobre os novos locais de

³⁹⁵ Em alguns casos as datas podem ser subjetivas segundo o ângulo que se adote para pensar o nascimento do município, um exemplo seria o município de Jaciara que foi inicialmente colonizado em 1877, e de forma lenta e desordenada, até 1947. Nesta época, empresários adquiriram algumas terras do governo fazendo surgir a CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoral e Agrícola Ltda, e dando início ao processo de efetiva colonização. Em 1950, foi elaborado o projeto de urbanização e em 1953, criado o distrito de Jaciara, subordinado ao município de Cuiabá. Em 1958 foi elevado a município.

recrutamento. No sudoeste do estado somente um município possuía antiguidade. Dos vinte e oito municípios que elegeram representantes no segundo período democrático, entre os que conseguiram no máximo 1% das cadeiras parlamentares, constatamos que somente quatro haviam nascido anteriormente ao século XX. Portanto, ainda que a percentagem total de participação destes municípios tenha sido, em todo o período, de apenas 19% do parlamento estadual, significa que um número relativamente maior de municípios começou a eleger seus próprios representantes.

No final dos anos noventa, devido ao desenvolvimento económico de grande parcela dos novos municípios agropecuários com população predominantemente sulista, a questão de uma nova divisão de Mato Grosso veio à pauta das discussões nos meios de comunicação e na sociedade como um todo. Assim, os partidos políticos necessitaram acompanhar esta nova demanda criada, e isso se refletiu no recrutamento cada vez maior de sulistas, provenientes dos novos municípios, para a Assembleia Legislativa e também para o Governo do Estado. Foi o que se verificou com a eleição do produtor de soja sulista Blairo Maggi ao Governo.

Esse dado deve ser analisado à luz do contexto histórico do processo de expansão da fronteira agrícola³⁹⁶, fomentado durante o governo militar. A implantação dos projetos voltados para a colonização da Amazônia pelas empresas privadas durante o governo militar do início dos anos setenta gerou o que Ribeiro³⁹⁷ chamou de “elite colonizadora de terras”. Essa nova elite que se desenvolveu em Mato Grosso residia predominantemente no norte do estado, e não apenas exerceram domínio económico, mas tornaram-se personagens importantes no processo de recrutamento político em Mato Grosso. Para se compreender melhor essa acomodação dos novos municípios mato-grossenses, realizou-se um breve passeio pela organização geográfica do território mato-grossense.

³⁹⁶ Sobre este tema conferir a coletânea de vários artigos produzidos no mestrado em História da Universidade Federal do Mato Grosso que discutem a questão agrária no estado. BARROZO, João C., *op. cit.*, 2008.

³⁹⁷ RIBEIRO, Jose Donizetti, “Colonização e garimpos: expropriação e violência no norte de Mato Grosso”, in BARROZO, João C. (org.), *op. cit.*, 2008.

2.2. O território de Mato Grosso e suas divisões geoeconómicas³⁹⁸

O território de Mato Grosso atualmente está dividido em cinco mesorregiões geográficas, com economias e tempos de colonização diferenciados; esta diferença também se observa na população imigrante presente nas regiões. Nesse estudo estas regiões foram apresentadas de forma simplificada. A região do Centro-Sul caracteriza-se por ser a mais antiga do estado, sendo nela que se iniciou a colonização de Mato Grosso ainda no século XVIII. Esta obteve um primeiro fluxo económico baseado na extração do ouro e no plantio e refinamento de cana-de-açúcar. Foi o local onde se instalou a primeira administração pública, e onde atualmente está a capital Cuiabá. Foi também a região onde germinou a primeira elite política do estado de Mato Grosso. Suas principais cidades são Cuiabá, Barão de Melgaço, Cáceres, Poconé, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande.

A região Nordeste mato-grossense caracteriza-se, em linhas gerais, por ser fruto de um processo de colonização desenvolvido no século XX, predominantemente entre as décadas de setenta e oitenta, promovido pelo governo federal que, por intermédio de alguns incentivos, fomentou a participação de empresas privadas de colonização para povoar aquela região. Em seu território, no nordeste do estado, principalmente a população de pequenos agricultores sulistas deveria se instalar, evitando assim os conflitos por terras que aqueciam a vida política e económica na fronteira dos três estados sulistas, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contudo, vieram também imigrantes de outros estados brasileiros, mas em menor quantidade. Essa região caracterizou-se pela extração de madeira, já que uma pequena parcela se encontra na Grande Bacia Amazônica, e pela atividade agropecuária, sendo que na agricultura foi desenvolvido o plantio de produtos como a soja que atualmente é importante na economia do estado. As exceções são as cidades de Nova Xavantina e Barra do Garças que possuem uma origem mais antiga, ligada à busca de ouro.

A região Norte mato-grossense, assim como a região Nordeste, foi fruto de um projeto de colonização incentivado pelo governo federal e executado por empresas

³⁹⁸ Todos os dados apresentados sobre as regiões de Mato Grosso e seus municípios foram extraídos da obra de SILVA, Jovam Vilela, *A Divisão do Estado de Mato Grosso: Uma visão histórica – 1892-1997*, Cuiabá, EdUFMT, 2001; do site [www. Matogrossoe seusmunicipios.com.br](http://www.Matogrossoe seusmunicipios.com.br) e dos sites oficiais das prefeituras dos municípios de Mato Grosso.

privadas de colonização. Também recebeu uma maioria de população sulista, destacando-se a população paranaense. Seus municípios foram criados a partir do fim da década de setenta até meados da década de noventa. Genericamente a região se caracteriza pela extração de ouro e pela produção agrícola, na qual os principais produtos são o café, o arroz e a soja. A região Norte de Mato Grosso é a maior do estado. Ela é composta por 55 municípios. O município de Lucas do Rio Verde está no sul desta região Norte, sendo extremamente importante na produção de soja e o local de origem do governador do estado Blairo Maggi.

Esta região alimentou o desejo de uma nova rutura no estado de Mato Grosso ao final do anos noventa e no início do novo século. A proposta era criar o estado de Mato Grosso do Norte, semelhante ao que ocorreu em 1977 quando foi criado o estado de Mato Grosso do Sul. Seus principais municípios são: Alta Floresta, Paranatinga, Sinop e Lucas do Rio Verde. Alta Floresta foi fundada em 1976 com uma população composta na maioria por famílias vindas do sul do país, com o propósito de ter uma economia baseada na agricultura, e a emancipação político-administrativa se deu em 18 de Dezembro de 1979. No entanto, com a febre do ouro nos anos 80, a economia do município voltou-se para a atividade garimpeira, sofrendo um grande revés com a posterior queda do valor do metal. O município de Lucas do Rio Verde teve sua colonização incentivada pelo Regime Militar que pretendia ocupar os "vazios demográficos" do país.

A maioria dos municípios da região Sudeste tem sua origem na atividade garimpeira, em pequena proporção durante o século XIX, como no município de Jaciara, e em grande proporção durante a década de vinte do século XX. Também em pequena proporção existem municípios que nasceram nos anos oitenta, como o de Primavera do Leste. A população colonizadora veio dos estados sulistas bem como de Goiás, São Paulo e Minas Gerais. A economia desta região é extremamente forte, tanto na agricultura como na pecuária. Um exemplo seria o município de Rondonópolis que é considerado a capital do agronegócio. Outros importantes municípios são Alto Araguaia, Primavera do Leste e Alto Garças.

A quinta região de Mato Grosso é a região Sudoeste. Ela possui a característica de ser diversificada em períodos de colonização. Nesta região se encontra o município de Vila Bela da Santíssima Trindade que foi a capital do estado no século XVIII, contudo, a maior parcela dos municípios foi fundada no século XX ao longo das

décadas de setenta, oitenta e noventa. Diferente das regiões Norte e Nordeste, que foram colonizadas por empresas privadas, muitos destes municípios nasceram como resultado do desmembramento de outros mais antigos. Ainda que a origem da maioria esteja na mineração, a economia predominante na região é a pecuária de corte e a produção de álcool. Algumas cidades surgiram na década de quarenta, como o município de Barra do Bugres, e sua economia está baseada no agronegócio.

2.3. A participação política das novas regiões

A participação política das novas regiões colonizadas durante as legislaturas do período de redemocratização foi observada e comparou-se o crescimento da participação política das cinco regiões de Mato Grosso ao longo da 9ª a 15ª legislaturas destacando a posição em que se classificava a capital Cuiabá.

TABELA 8 – PERCENTAGEM POR REGIÃO NA ALEMT (3º PERÍODO)

| | Cuiabá | Centro-Sul % | Sudeste % | Nordeste % | Sudoeste % | Norte % |
|-----|--------|-----------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| 9ª | 25,92 | 51,85 | 18,51 | 11,11 | 11,11 | 7,40 |
| 10ª | 46,87 | 71,87 | 15,62 | 6,25 | 6,25 | 0,00 |
| 11ª | 34,37 | 56,25 | 15,62 | 9,3 | 12,50 | 6,25 |
| 12ª | 18,91 | 37,83 | 10,81 | 13,51 | 18,91 | 18,91 |
| 13ª | 35,48 | 54,83 | 9,67 | 6,45 | 9,67 | 19,35 |
| 14ª | 40,54 | 51,35 | 13,51 | 10,81 | 8,10 | 16,51 |
| 15ª | 37,87 | 45,94 | 16,21 | 8,10 | 8,10 | 18,91 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Na 9ª legislatura, as tradicionais regiões de recrutamento da elite política, Centro-Sul e Sudeste, ocupavam as primeiras posições em percentagem de deputados estaduais eleitos. As duas regiões somavam 70,37% dos vinte e sete deputados estaduais eleitos em 1979. A região Centro-Sul, onde está localizada a capital do estado, foi predominante com 51,18 % dos eleitos. Na terceira posição vem a região Nordeste com o município de Barra do Garças tendo 11,11% de parlamentares eleitos. Contudo, a novidade desta legislatura foi o crescimento da participação do norte e do sudoeste do estado, a partir dos seus novos municípios, sendo que a região Norte elegeu dois

deputados estaduais e a região Sudoeste três. Esse dado aponta para uma mudança, ainda que pequena, no local de recrutamento da elite política mato-grossense. É importante salientar ainda que dos cinco eleitos, quatro não eram naturais de Mato Grosso e que dos três representantes da região Sudoeste, um era mineiro, outro cearense e o terceiro paulista, e residiam em municípios que nasceram nas décadas de quarenta e setenta do século XX.

Nas legislaturas seguintes foi possível constatar a permanência da liderança da região Centro-Sul e o destaque da capital Cuiabá. Na 10ª legislatura, quinze deputados estaduais de um total de trinta e dois residiam no município de Cuiabá, perfazendo 46,87% da totalidade da Assembleia Legislativa. Contudo, nem todos eram de Mato Grosso. Destes quinze eleitos, dez eram naturais de Mato Grosso e dentre estes, cinco nasceram em Cuiabá. Na legislatura seguinte ocorreu o crescimento do número de deputados estaduais não naturais de Mato Grosso, mas isso não significou um declínio das regiões tradicionais como local de recrutamento. Também observou-se que a participação da região Norte do estado foi inexistente na 10ª legislatura e a região Sudoeste declinou, tendo eleito na 9ª legislatura 11,11% e na 10ª legislatura 6,25%.

Na 11ª Legislatura houve trinta e dois eleitos e destes, 56,25% eram da região Centro-Sul do estado, entretanto, se comparado com as legislaturas anteriores, percebe-se um pequeno declínio, assim como a percentagem da capital Cuiabá também foi menor. Cuiabá obteve na 10ª legislatura 46,8% da Assembleia Legislativa enquanto na 11ª a percentagem foi de 34,37%. A capital do estado permaneceu ainda como o principal local de recrutamento político, nesta legislatura ela elegeu seis deputados estaduais naturais de Mato Grosso e cinco não naturais, quase a metade do número de eleitos pelo município.

As duas tradicionais regiões somadas, Centro-Sul e Sudeste, totalizam nesta eleição 71,87% dos eleitos, enquanto na 10ª legislatura obtiveram a percentagem de 87,51. A região Nordeste mantém-se estável com três deputados eleitos. É interessante observar que municípios como Cuiabá e Cáceres, já há longo tempo, recebem migrantes de São Paulo e Minas Gerais. A vinda de paulistas e mineiros para Mato Grosso se mistura com a própria história da formação do estado e, portanto, é compreensível que a maior parte dos paulistas e mineiros se encontre em regiões tradicionais. Barra do Garças possuía entre seus eleitos um mato-grossense, um goiano e um mineiro, o que

aponta para uma maior diversificação da origem do candidato, até mesmo em municípios tão tradicionais como este.

A novidade desta 11ª legislatura se encontrava no crescimento da participação das regiões Norte e Sudoeste, as duas juntas elegeram seis deputados, sendo que nenhum deles era mato-grossense nato. A região Sudoeste aumentou sua percentagem, na legislatura anterior havia eleito 6,25 % dos deputados estaduais e nesta atingiu 12,5%, o dobro da anterior. A região Norte, que na legislatura anterior foi inexistente, nesta 11ª legislatura elegeu dois deputados, o equivalente de 6,25% dos eleitos.

No início dos anos noventa ocorreu a 12ª legislatura onde foi eleito um maior número de deputados estaduais que nas legislaturas anteriores (37 mandatos). Na análise desta legislatura foram constatadas diversas alterações de padrão no processo de recrutamento, em especial no que se refere às regiões deste recrutamento. Na década de noventa, Mato Grosso vivia uma nova realidade económica. Com os novos municípios do norte e do sudoeste do estado e com o desenvolvimento agropecuário destes, surgiram novos interesses e reivindicações, concomitantemente surgiram novos integrantes da elite política. Estes eram novos líderes regionais que os partidos políticos irão selecionar para a competição eleitoral na busca de angariar, também, a adesão dos novos eleitores residentes nestes municípios recentemente fundados.

Também o perfil dos eleitos nas novas regiões se diferenciou das regiões tradicionais, no que diz respeito à questão da naturalidade. Nas regiões tradicionais como Cuiabá e Várzea Grande permaneceram com a maioria dos eleitos naturais de Mato Grosso, ainda que nesta 12ª legislatura tenha havido um declínio desta tendência na capital Cuiabá. Nos municípios da região Norte, todos os deputados estaduais eleitos eram naturais de outros estados brasileiros, assim como se percebeu o crescimento da participação dos estados sulistas Paraná e Santa Catarina.

A capital Cuiabá elegeu sete deputados estaduais, um número significativamente menor que o resultado obtido nas legislaturas anteriores. Em termos percentuais, isso corresponde a 18,91% do total de eleitos para a Assembleia Legislativa na 12ª legislatura, enquanto na 9ª legislatura Cuiabá elegeu 46,8% dos deputados estaduais. As regiões Centro-Sul e Sudeste, locais privilegiados no processo de recrutamento das tradicionais elites políticas, que em sua maioria eram compostas por naturais do estado, também declinaram em termos percentuais. Na 9ª legislatura obtiveram 87,51%

enquanto na 12^a, essa percentagem caiu para 48,64% dos eleitos para a Assembleia de Mato Grosso.

Na 13^a legislatura, a região Norte mato-grossense destacou-se ao aumentar sua percentagem no pleito, pois na 12^a legislatura foi de 18,91% e na 13^a subiu para 19,35% e também pela aparição de novos municípios como Sorriso e Juara. Fruto da colonização agrícola, o município de Juara e Sorriso, localizados no norte de Mato Grosso, nasceram oficialmente em 1981 e 1987, respectivamente. Estes, ao entrarem na competição política, passaram a figurar como importantes locais de recrutamento desta nova elite política mato-grossense, predominantemente empresária e agropecuarista, que é fruto dos novos municípios surgidos ao longo das décadas de setenta e oitenta do século XX.

A 14^a legislatura ocorreu em 1999, neste período o Brasil e Mato Grosso já estavam relativamente acostumados ao processo democrático e ao pluripartidarismo. Em Mato Grosso, a maioria dos municípios novos já havia participado em algumas eleições, e começava a configurar nestes novos municípios, outro perfil de políticos com a reeleição, ou seja, os políticos de carreira. Assim, ainda que seu local de origem estivesse em um município fora da região Centro-Sul, após ocupar alguns cargos públicos na capital aumentava a necessidade de fixar residência na mesma. O que, em parte, ajudou a compreender por que o número de eleitos por Cuiabá aumentou, ao mesmo tempo que aumentou o número de não naturais eleitos pelo município à Assembleia Legislativa.

O município de Cuiabá, que havia eleito na 13^a legislatura 35,48% do pleito, agora obteve 40,54%, com quinze deputados estaduais residentes em Cuiabá. Entretanto, somente quatro destes eram naturais de Mato Grosso, uma tendência que já havia sido observada na legislatura anterior permaneceu em desenvolvimento. Ainda que Cuiabá tenha aumentado seu índice, a região do Centro-Sul sofreu pequeno declínio na percentagem devido ao menor número de eleitos pelos municípios de Várzea Grande e Cáceres. Na 13^a legislatura, a região Centro-Sul elegeu 54,83% do pleito e nesta legislatura seu resultado foi de 51,35% das cadeiras parlamentares, contudo, ainda se manteve à frente das outras regiões, o que foi uma tendência natural devido à concentração dos candidatos promovida pela capital.

A região Sudeste apresentou crescimento enquanto as outras três regiões apresentaram pequeno declínio em sua percentagem. Manteve-se a tendência de haver cada vez mais não naturais de Mato Grosso, em especial na região Norte onde os eleitos eram em sua totalidade não naturais do estado.

A última legislatura analisada neste estudo foi a 15ª que teve início em 2003, período posterior a um grande debate ocorrido em Mato Grosso, no qual se cogitava mais uma divisão do seu território. A ocupação das terras a norte e a sudoeste gerando novos municípios com necessidades específicas e uma nova elite econômica consolidada, com características próprias, desenhou o cenário no qual foram realizadas as eleições para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 2003.

Nesta legislatura algumas tendências se mantiveram, como a predominância da região Centro-Sul que conseguiu eleger 45,94% dos deputados estaduais, sendo essa percentagem inferior à eleição anterior, contudo ainda esteve acima das outras regiões. A capital Cuiabá continuou a ser o município com o maior índice de eleitos, ou seja, 37,85%, todavia, em relação à legislatura anterior, ela diminuiu a percentagem de eleitos, assim como toda a região Centro-Sul. Observou-se ainda que o contrário ocorreu com o sudeste e o norte que obtiveram um acréscimo na sua percentagem de eleitos.

2.4. Local de residência dos governadores de Mato Grosso

Na análise do Poder Executivo verificou-se que no período do estado unificado, até 1977, a disputa entre norte e sul aparentemente gerou a valorização dos personagens políticos com raízes regionais, como havia ocorrido com o Poder Legislativo. Contudo, diferente do que ocorreu no recrutamento para a Assembleia Legislativa, constatou-se a força da capital como *locus* de recrutamento. Neste período anterior a 1977, 60% dos governadores nasceram em Cuiabá. Efetivamente, todos os governadores deste período nasceram no norte do estado, mas dois deles construíram suas carreiras políticas na parte sul. No período após a divisão do estado verificou-se, juntamente com o crescimento dos governadores não naturais, a presença de dois indivíduos (20%) paranaenses oriundos de dois novos municípios surgidos dos projetos de colonização

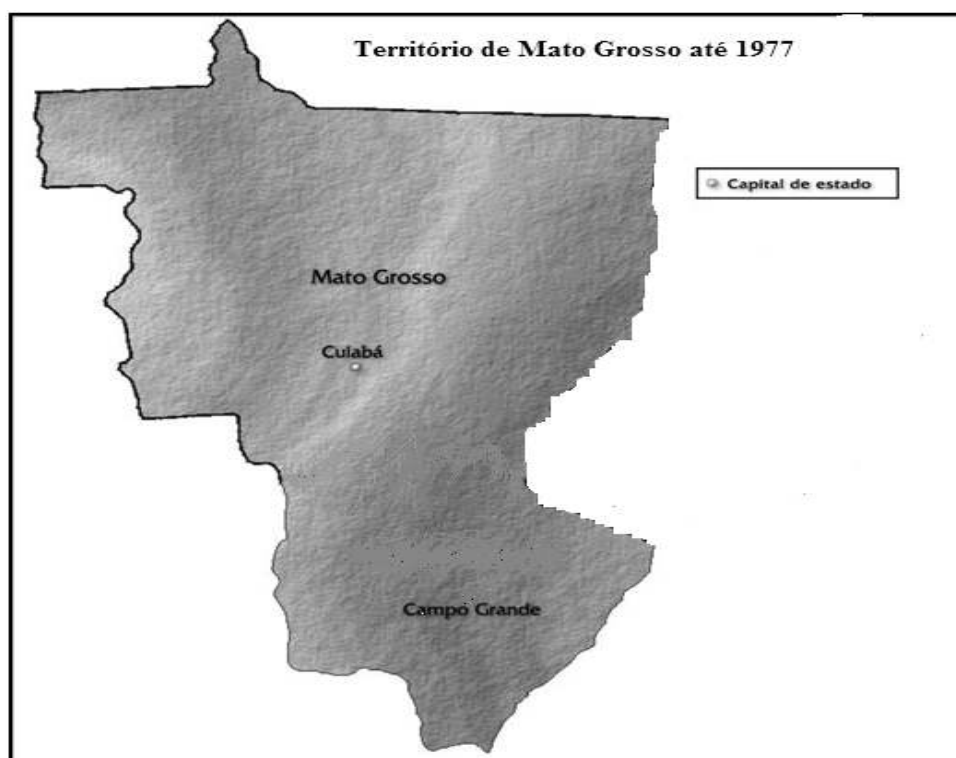
em Mato Grosso, um com residência em Rondonópolis e outro representando os municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum e Sinop.

Todos estes municípios estão localizados nas novas regiões de colonização e desenvolvimento ocorrido durante o século XX. O município de Sorriso exemplifica este facto: nascido na época da expansão brasileira em direção à Amazônia na década de setenta, em decorrência dos incentivos dos governos militares para a colonização e a ocupação da floresta tropical, teve suas terras ocupadas com paranaenses e catarinenses trazidos pela Colonizadora Feliz, assim como um grande número de gaúchos oriundos da região de Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Passado de vila a distrito em 1980, e em 1986 a categoria de município, Sorriso hoje é o maior produtor de grãos do Brasil, produzindo mais de 2% da produção nacional e, aproximadamente, 17 % da produção do estado de Mato Grosso. Em pesquisa realizada pelo IBGE em 2008, Sorriso era o maior produtor de soja do Brasil, com 1.688.120 toneladas, que representam 11,63% do total produzido em Mato Grosso, e 3,41% no país, sendo seguido de perto por dois outros municípios do norte de Mato Grosso, Sapezal, fundado em 1994, com 955.066 toneladas, e Campo Novo do Parecis, fundado em 1988, com 879.881 toneladas³⁹⁹. Concluindo, a regionalização do recrutamento político em norte e sul, representada antes de 1977 por Cuiabá e Campo Grande teve continuidade após a divisão do estado, com Cuiabá representando o sul do estado, e os novos municípios como Sorriso representando o norte e seus interesses.

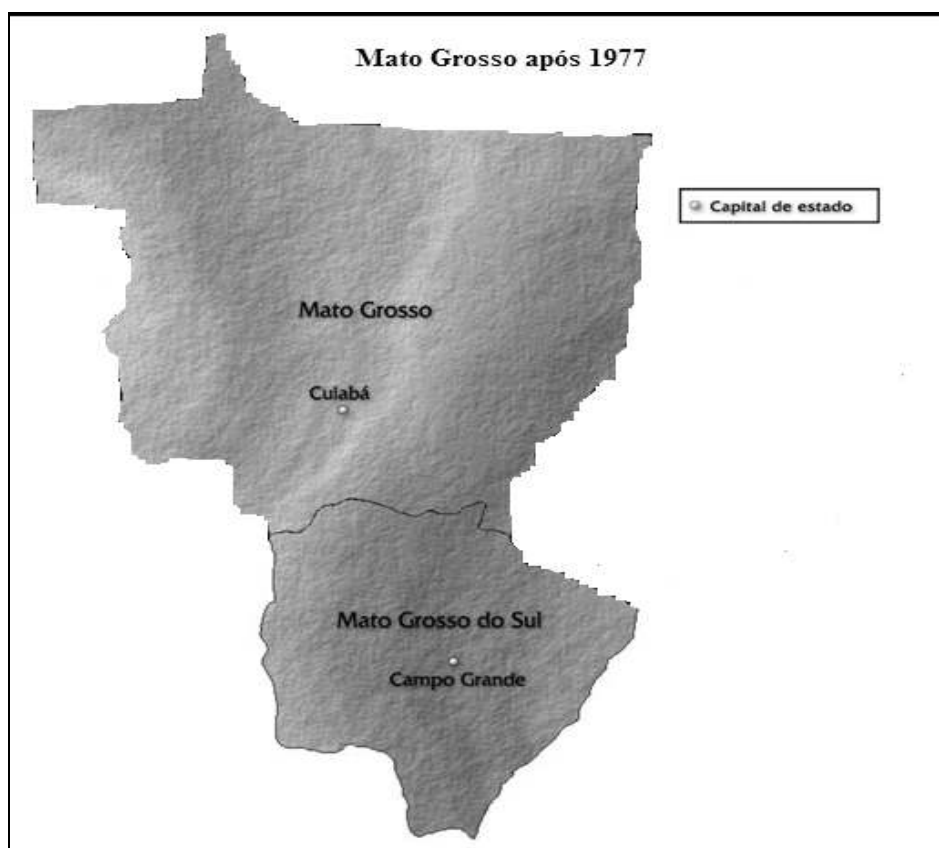
No mapa 2 visualiza-se o território de Mato Grosso ainda “uno” e a posição geográfica da capital Cuiabá situada no norte em relação ao sul do estado e da principal cidade sulista, Campo Grande. No mapa 3 observamos qual foi o território resultante da divisão. No mapa 4 demonstram-se as divisões regionais do território de Mato Grosso após 1977, sendo então possível localizar a competição política e económica entre a capital Cuiabá agora no sul do estado e os municípios que nasceram da recente colonização promovida na parte norte.

³⁹⁹ www.matogrossoeuseusmunicipios.com

MAPA 2⁴⁰⁰ - TERRITÓRIO DE MATO GROSSO “UNO”



MAPA 3 – TERRITÓRIO DE MATO GROSSO APÓS DIVISÃO



⁴⁰⁰ Os mapas foram retirados do site www.mapas-brasil.com/mato-grosso.htm, entretanto não estão em seu estado original, pois foram remodelados pela autora segundo o interesse deste trabalho.

MAPA 4 – DIVISÃO GEOGRÁFICA DE MATO GROSSO POR REGIÃO



3 - Filiação partidária

No início do pluripartidarismo instaurado com a redemocratização política, após o final da ditadura de Getúlio Vargas em 1945, a disputa eleitoral de Mato Grosso revelou desde logo seus três principais partidos, a UDN, o PSD e o PTB⁴⁰¹, assim como ocorreu na maior parte do território brasileiro. Contudo, a exemplo de outros estados brasileiros na época (de 1945 a 1965), Mato Grosso classificou-se como um sistema bipartidário, a despeito do pluripartidarismo que caracterizava a vida política nacional. O estudo de Lima Júnior revelou que, embora na perspectiva legal-institucional o Brasil possuísse um sistema pluripartidário composto de treze partidos, a competição

⁴⁰¹ Os três principais partidos nacionais eram a UDN - União Democrática Nacional, o PSD - Partido Social Democrata e o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

realmente girava em torno de um número bem menor de organizações partidárias e que configuravam três subsistemas distintos: um bipartidário, um multipartidário moderadamente fragmentado e um terceiro multipartidário altamente fragmentado, este último praticamente só constatado em São Paulo e já na virada dos anos sessenta, no Rio de Janeiro⁴⁰².

Lima Júnior classificou o estado de Mato Grosso como de baixa fragmentação partidária nas eleições para a Câmara dos Deputados, com a competição eleitoral referida a dois partidos, isto é, um subsistema bipartidário cujo número efetivo de partidos estava na faixa de 2,32 a 2,85. É importante ressaltar que a maioria dos estados brasileiros situava-se na faixa de 2,6 a 3,5 partidos efetivos, com índices de fragmentação moderada⁴⁰³.

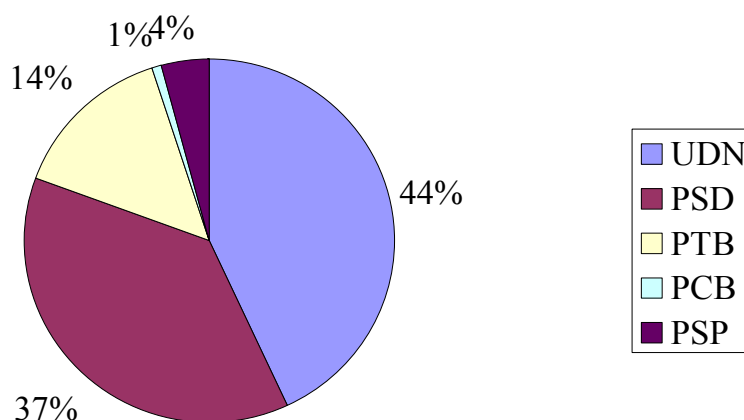
Para as Assembleias Legislativas, o mesmo estudo classificou Mato Grosso como um sistema moderadamente fragmentado e não mais bipartidário como nas eleições federais. É interessante observar que enquanto Mato Grosso aparece relativamente estável nessa classificação, durante todo o período anterior ao golpe militar de 1964, com uma participação efetiva de 2,6 a 3,5 partidos nas competições estaduais, outros doze estados, que em 1950 estavam na mesma situação, aumentaram progressivamente o nível de participação partidária e, já em 1962, apenas seis deles ainda se mantiveram nessa posição.

Isso significa que o sistema partidário tornava-se mais competitivo na maioria dos estados, certamente em decorrência do crescimento dos pequenos partidos observado no período. Em Mato Grosso este crescimento ocorreu de forma moderada. Quando se observa os resultados para Assembleia Legislativa no gráfico 7, verifica-se que nas eleições de 1947, 1954, 1958 e 1962 houve uma maior fragmentação partidária, com quatro partidos competindo de facto: sempre o PSD, a UDN, o PTB e, episodicamente, o PCB em 1947 e o PSP em 1954, 1958 e 1962.

⁴⁰² LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de, *op. cit.*, 1978.

⁴⁰³ LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de, *op. cit.*, 1983. Utilizando o índice de Marku Laako, em que trabalha com o número de partidos efetivos e com a proporção de votos para cada um dos partidos, de acordo com os dados eleitorais para a Câmara dos Deputados, o autor construiu um quadro com índices de fragmentação eleitoral média nas eleições federais, que vão de 0,62 (Ceará) a 0,92 (Amazonas e Paraná). Para o autor, 0,62 seria indicativo de baixa fragmentação (até 0,75); a média fragmentação seria de 0,76 a 0,90, e a alta fragmentação, acima de 0,90 (apenas Amazonas, Bahia e Paraná). Mato Grosso apresentaria um índice de fragmentação de 0,66. O autor usa a mesma metodologia para avaliar os índices de fragmentação nas eleições legislativas estaduais, situando Mato Grosso na faixa de 0,76 a 0,90 de fragmentação.

GRÁFICO 7 – PARLAMENTARES POR PARTIDO NA ALEMT - 1947-1966⁴⁰⁴



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Os partidos políticos buscaram adaptar-se às divergências regionais presentes em Mato Grosso no período democrático anterior à divisão do estado em 1977. Segundo Neves⁴⁰⁵ tanto a UDN como o PSD possuía comitês eleitorais e lideranças políticas nas partes sul e norte do estado. Entretanto, foi observado que, apesar dos esforços de ambos os partidos para conquistarem os votos dos eleitores em ambas as regiões nas eleições para a Câmara Federal entre 1945 e 1962, ocorreu o predomínio da UDN na parte sul do estado e do PSD na parte norte.

TABELA 9 - REPRESENTAÇÃO (POR LEGENDA) DE MT NA CÂMARA FEDERAL 1945-1962

| Partido | Número de cadeiras | | |
|---------|--------------------|-----------------|------------|
| | Norte | Sul | Total |
| PSD | 9 (25%) | 7 (19%) | 16 (44,5%) |
| UDN | 6 (17%) | 10 (28%) | 16 (44,5%) |
| PTB | - | - | 4 (11 %) |
| Total | 15 (42%) | 21 (58%) | 36 |

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso⁴⁰⁶

⁴⁰⁴ Foi considerado o número total de mandatos por legislatura no período incluindo titulares e suplentes.

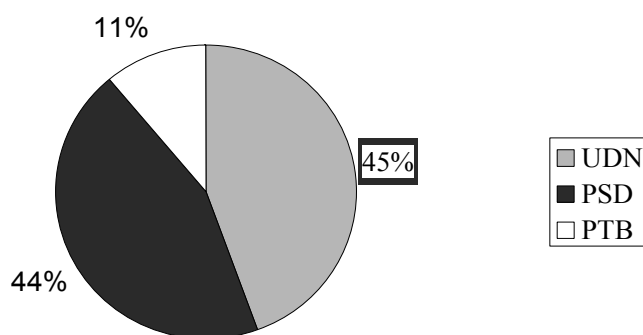
⁴⁰⁵ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988.

⁴⁰⁶ TER/MT, extraído da obra de NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.* 2001(a), p. 347.

Quando analisado o desempenho dos partidos no estado, independentemente da questão regional, observa-se um relativo equilíbrio entre os dois principais partidos. Ao participar das eleições federais, Mato Grosso apresentou a mesma característica: a frágil liderança da UDN seguida de perto pelo PSD. Segundo Neves⁴⁰⁷, nas eleições para a Câmara dos Deputados, a baixa fragmentação também permanece procedente e indicativa de competição bipartidária – no caso, PSD e UDN. Deve ser igualmente salientado que o PTB participou da competição e elegeu alguns representantes durante o período, quase sempre em coligação com o PSD, mas o facto relevante é que a disputa sempre foi polarizada na dicotomia PSD-UDN. Um exemplo deste facto foi o modelo de revezamento na conquista do cargo de governador.

No gráfico 8, observa-se a percentagem dos partidos nas eleições federais, onde foi constatado que ocorreu em Mato Grosso a coexistência de um sistema praticamente bipartidário no que se referia à eleição federal majoritária e um sistema moderadamente fragmentado na representação estadual que, segundo Neves, apontava para a existência de tendências de alternância no poder.

GRÁFICO 8 – PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR POR PARTIDO NA CÂMARA FEDERAL 1945-62⁴⁰⁸



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

Quando se enfatiza a peculiaridade do sistema mato-grossense, produzindo a hegemonia partidária, é importante salientar *“a expressão da sua competitividade eleitoral, uma vez que supomos que o extremo equilíbrio partidário eleitoral foi um fator determinante, embora não exclusivo, na construção de uma lógica aliancista que*

⁴⁰⁷ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988, p. 47.

⁴⁰⁸ Foi considerado o número de deputados estaduais eleitos (titulares).

visava à maximização dos resultados eleitorais e que, na interação com outros fatores, acabou por configurar a alternância partidária”⁴⁰⁹. Portanto, a alternância no poder foi o caminho para manter a hegemonia bipartidária, ou seja, um sistema capaz de sustentar o equilíbrio de forças entre as duas maiores agremiações partidárias, traduzido na alternância dos partidos no acesso ao poder político estatal.

Desta forma, a especificidade de Mato Grosso foi a disputa regional entre norte e sul, portanto as diferenças nas elites podiam ser percebidas menos entre os partidos e mais entre os locais que representavam. Nas eleições para deputados estaduais de 1947 a 1962 (5ª legislatura 1963-66 foi eleita em 07/10/1962), a região Norte elegeu 55 (37%) parlamentares e a região Sul 95 (63%) do total dos mandatos eleitos pelos três partidos.

TABELA 10 - REPRESENTAÇÃO REGIONAL POR LEGENDA NA ALEMT 1947-63

| Partido | Norte | % | Sul | % | Total | % |
|---------|-----------|----|-----------|----|-------|-----|
| PSD | <u>27</u> | 18 | 30 | 20 | 57 | 38 |
| UDN | 23 | 15 | <u>40</u> | 27 | 63 | 42 |
| PTB | 4 | 3 | 18 | 12 | 22 | 15 |
| PCB | - | - | 2 | 1 | 2 | 1 |
| PSP | 1 | 1 | 5 | 3 | 6 | 4 |
| Total | 55 | 37 | 95 | 63 | 150 | 100 |

Fonte: Tribunal Regional eleitoral de Mato grosso

Em Mato Grosso, “a questão divisionista interna foi um problema secular que se traduziu em frequentes disputas entre as regiões Sul e Norte do estado, tais como o rompimento institucional em 1932 – quando a região Sul criou o Estado de Maracajú – e, já no pós-45, o impasse criado na Constituinte Estadual de 47, com a tentativa de tornar constitucional a mudança da capital do estado”⁴¹⁰.

Segundo Neves, “a questão divisionista confere uma nova dimensão à disputa político-partidária e permite atribuir-lhe contornos regionais, na suposição de que a arena partidária pode ter sido o instrumento de uma outra disputa travada pela hegemonia do poder regional. Neste contexto, assumem nova força explicativa os indicadores regionais aqui detetados, como a regionalização partidária - e, nela, a tendência da UDN e do PTB à maior aglutinação das bases no sul - e o critério regional nas indicações partidárias”⁴¹¹.

⁴⁰⁹ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988, p. 48.

⁴¹⁰ *Ididem*, p. 52.

⁴¹¹ *Idem*

A questão fundamental deste período que vai de 1945 a 1977 foi a relação entre a questão partidária e a questão regional, entendida esta como a pretensão sulista de separar ou dividir o estado e, em contrapartida, a pretensão nortista de inviabilizar esta divisão. Isso equivale a admitir projetos políticos diferenciados que, muito provavelmente, estavam vinculados a interesses regionais, e elites políticas que representavam e defendiam tais interesses.

Portanto, os interesses diferenciados do norte e do sul do estado forçaram os três maiores partidos a possuírem comités organizados e líderes políticos nas duas regiões do estado, tendo como consequência uma disputa interna por região. Todavia, o resultado desta estratégia de organização dos partidos, com liderança por região, facilitou a equiparação de forças dos dois principais, a UDN e o PSD, no processo de disputa eleitoral.

Este facto obrigou os dois partidos a realizarem alianças políticas com o PTB, independente das ideologias partidárias. Assim tanto a UDN, partido de direita (conservador), quanto o PSD de centro (populista), para desempatar, fizeram aliança com o PTB ideologicamente de esquerda. Essa realidade foi alterada a partir de 1964 com o golpe militar e a consequente instauração do bipartidarismo (Arena e MDB)⁴¹².

A legislação eleitoral, no período compreendido entre a deposição do presidente João Goulart (1964) e a eleição de Tancredo Neves (1985) foi marcada por uma sucessão de atos institucionais e emendas constitucionais, leis e decretos-lei com os quais o Regime Militar conduziu o processo eleitoral de maneira a adequá-lo aos seus interesses, visando o estabelecimento da ordem preconizada pelo movimento de 64 e à obtenção de uma maioria favorável ao governo.

Com esse objetivo, o regime alterou a duração de mandatos, revogou direitos políticos, decretou eleições indiretas para presidente da República, governadores dos estados e dos territórios, e para prefeitos dos municípios considerados de interesse da

⁴¹² A instituição do bipartidarismo no Regime Militar ocorreu com a destruição do sistema partidário democrático existente desde 1945. O governo militar, a partir de 1965, com o Ato I-2, somente permitiu a existência de duas associações políticas nacionais, nenhuma delas podendo usar a palavra “partido”. Criou-se então a Arena (Aliança Renovadora Nacional), base de sustentação civil do Regime Militar, formada majoritariamente pela UDN e egressos do PSD, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com a função de fazer uma oposição bem-comportada que fosse tolerável ao regime. Da mesma forma que na República Velha se recorria à Comissão de Verificação dos Poderes do Congresso para afastar opositores inconvenientes, o Regime Militar adotou o sistema de cassações de mandatos para livrar-se dos seus adversários (foram 4.682 os que perderam seus direitos políticos). Juntaram-se na Arena principalmente lideranças conservadoras, enquanto a maior parte dos liberais e os escassos trabalhistas entraram para o MDB.

segurança nacional. Também instituiu as candidaturas natas, o voto vinculado, as sublegendas, e alterou o cálculo para o número de deputados na Câmara, com base ora na população, ora no eleitorado, privilegiando estados politicamente incipientes, em detrimento daqueles tradicionalmente mais expressivos, reforçando assim o poder discricionário do governo.

Em 15 de Julho de 1965, foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 4.740), logo depois, a 27 de Outubro, o AI-2 extinguiu os partidos políticos. Ainda no mesmo ano, o Ato Complementar nº 4 determinou ao Congresso Nacional a criação de organizações com atribuições de partidos políticos, o que deu origem à Arena e ao MDB. O AI-5, de 13 de Dezembro de 1968, suspendeu as garantias da Constituição de 67 e ampliou os poderes ditatoriais do presidente da República, permitindo-lhe, em 1968, decretar o recesso do Congresso Nacional.

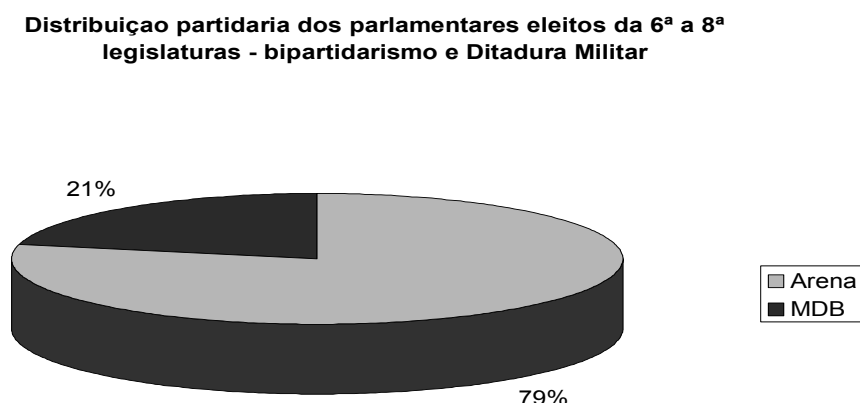
Buscando exercer o controle sobre o eleitorado e sobre o Congresso Nacional, a Lei Falcão (Lei nº 6.339/76) restringiu a propaganda eleitoral, impedindo o debate político nos meios de comunicação; em 1977, a Emenda Constitucional nº 8 instituiu a figura do senador biônico⁴¹³; a Emenda Constitucional nº 11/78 revogou os Atos Institucionais e complementares impostos pelos militares e modificou as exigências para a organização dos partidos políticos; em 19 de Novembro de 1980, a Emenda Constitucional nº 15 restabeleceu as eleições diretas para governador e senador e eliminou a figura do senador biônico; a Lei nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979, extinguiu a Arena e o MDB e restabeleceu o pluripartidarismo, sinalizando para o início da abertura política. Neste contexto nacional foi que Mato Grosso enquanto unidade da Federação teve sua vida política organizada em dois partidos, o MDB e a Arena.

Este período da história política brasileira foi marcado por uma competição partidária desigual, o MDB figurava como uma oposição controlada, que a qualquer momento poderia ter seus mandatos revogados. Assim, sob a ótica da militância, ele não

⁴¹³ A figura do senador biônico (uma alcunha popular) foi criada pelo então presidente da República, Ernesto Geisel em Abril de 1977. Significava que um terço dos senadores não mais seria eleito por voto direto, mas sim indicado pelo presidente da República, ou melhor dizendo, estes parlamentares seriam eleitos indiretamente por um Colégio Eleitoral. Esta medida visava na época garantir ao Regime Militar uma maior base de apoio no Congresso Nacional, pois em 1974 o MDB elegeu 17 dos 22 senadores (naquela época o Brasil só tinha 22 estados, 3 territórios e o distrito federal, que não tinham direito de eleger senadores), então para fazer maioria no Senado o governo usou desta medida. Os únicos senadores biônicos - um por Estado - foram eleitos em 1978, com mandato de oito anos. Em 1980, a Emenda Constitucional nº. 15 revigorou a eleição direta para todos os senadores, mantendo os então biônicos até o fim dos seus mandatos.

era exatamente atrativo, recrutar adeptos era mais trabalhoso ao MDB que à Arena, pois as vantagens que os partidos ofereciam eram desiguais. Essa foi uma tendência nacional da qual Mato Grosso não foi exceção.

GRÁFICO 9 - PROPORÇÃO DA ARENA E DO MDB NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Dos oitenta e quatro deputados estaduais, entre titulares e suplentes, que fizeram parte do período bipartidário em Mato Grosso, somente 21% militavam no MDB, ou seja, na oposição. Sendo que na 7ª legislatura ocorreu a menor oposição do período. Entre 1971 e 1975, a bancada da Assembleia Legislativa foi quase totalmente ocupada pela Arena com 90% das cadeiras. É importante recordar que estes foram anos nos quais a ditadura militar se tornou mais rígida com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que veio a público em 13 de Dezembro de 1968. Este foi o principal instrumento de arbítrio do regime ditatorial. Com o AI-5, o general-presidente podia, sem dar satisfações a ninguém, fechar o Congresso Nacional, revogar mandatos de parlamentares (isto é, excluir o político do cargo que ocupava, fosse senador, governador, deputado etc.), demitir juízes, suspender garantias do Poder Judiciário, legislar por decretos, decretar estado de sítio, enfim, ter poderes extremamente vastos.

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA DOS ELEITOS PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO POR LEGISLATURA NO PERÍODO BIPARTIDÁRIO

| Partidos | 6ª Legislatura (36 deputados) | 7ª Legislatura (20 deputados) | 8ª Legislatura (28 deputados) |
|----------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Arena | 28 | 18 | 20 |
| MDB | 8 | 2 | 8 |
| % do MDB | 22,22 | 10 | 28,57 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Outro aspecto importante no processo de recrutamento seria a identificação do candidato com a ideologia partidária⁴¹⁴. Ideologicamente a Arena e o MDB deveriam ser divergentes, entretanto em Mato Grosso essa diferença foi muito sutil para ser o principal diferencial no momento da escolha de um aspirante a candidato político ou membro partidário⁴¹⁵.

Todavia, o autoritarismo político e a ausência da liberdade partidária que marcaram a vida política brasileira na época do Regime Militar romperam-se gradativamente a partir da vitória eleitoral da oposição em 1974, forçando uma política de abertura lenta e gradual, que passou obrigatoriamente pela retomada da liberdade de organização partidária. No lugar da extinta Arena, surgiram o PFL (Partido da Frente Liberal) e o PPB (Partido Popular Brasileiro), e de dentro do MDB emergiram o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o PSDB (Partido Social-Democrático Brasileiro), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista), e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Portanto, na Arena, partido predominantemente do governo durante a ditadura militar, encontra-se a origem dos partidos de direita da atualidade, como o PFL. No MDB, partido de oposição durante a ditadura militar, encontra-se predominantemente a origem dos mais tradicionais partidos de centro e esquerda que existem atualmente no Brasil, ainda que fosse uma fraca oposição.

Na transição para o pluripartidarismo, possivelmente como forma de reação ao sufocamento da vida partidária anterior, a nova lei estabeleceu o direito de expressão a todo e qualquer tipo de proposta que cumprisse com os quesitos mínimos necessários à formação de um partido político. O resultado foi que, com a proliferação dos partidos, muitos extremamente pequenos e de pouca expressão eleitoral, ocorreu uma espécie de

⁴¹⁴ A exposição das referências abaixo visa apenas apontar que há um conjunto de estudos que pleiteia a pertinência do uso do *continuum* esquerda-direita como uma forma possível de mapear o campo político-partidário brasileiro atual, estabelecendo semelhanças entre certos grupos (ideologicamente semelhantes) de partidos entre si e diferenças com outros grupos de partidos. Esse tipo de diferenciação permite compreender tanto certos elementos da tomada de decisão do eleitorado, quanto diferenças de opinião e de comportamento efetivo entre políticos de diferentes partidos. CARREIRÃO, Y., “Identificação ideológica e voto para presidente”, *Opinião Pública*, vol. 8, n. 1, Maio 2002, pp. 54-79; KINZO, Maria D., *op. cit.*, 1993; RODRIGUES, Leôncio M., *op. cit.*, 2002; SINGER, André, *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*, São Paulo, Edusp, 2000.

⁴¹⁵ Sobre as diferenças ideológicas da Arena e do MDB em Mato Grosso foram realizadas três entrevistas com ex-deputados que confirmaram a inexistência de diferenças ideológicas substantivas, tal como a literatura especializada havia apontado. Cf. NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 2001 (a), e SANTOS, Wanderley Guilherme dos, “As eleições e a dinâmica do Processo Político Brasileiro”, *Revista Dados*, vol. 14. Rio de Janeiro, 1977.

poluição do processo político, afirmando os críticos desse multipartidarismo excessivo que a própria governabilidade ficava fragilizada pela existência de tantos partidos, havendo neste período um excessivo número de representações políticas legais no Congresso⁴¹⁶.

Os defensores desta crítica afirmam que o excesso de partidos dificulta ao eleitor que visualize com alguma clareza o processo eleitoral e mesmo o próprio governo. Separar a ideologia partidária de cada um dos partidos políticos tornou-se tarefa quase impossível para o eleitor. Isto, somado à ausência de legislação sobre a fidelidade partidária, acabou por gerar um processo de figuras ilustres onde o candidato foi mais importante que o partido.

Em Mato Grosso, esse processo de valorização do candidato em detrimento do partido foi extremamente marcante a partir da década de noventa pela eleição de profissionais que podiam travar diretamente um diálogo com a população, e que portanto eram “conhecidos”, como os profissionais da comunicação ou da saúde. Entretanto, isso não significa que em tempos anteriores não tenha havido figuras ilustres na política mato-grossense que eram valorizadas e conhecidas, acima de seus partidos políticos. Ao contrário, em Mato Grosso, o peso dos nomes das tradicionais famílias políticas sempre esteve equiparado, ou mesmo acima da sua filiação partidária. O dilema atual é que a quantidade de partidos é maior e os personagens políticos são menos tradicionais.

Por outro lado, os defensores da mais ampla e livre organização partidária indicam que a complexidade e as desigualdades do Brasil ficam melhor expostas na multiplicidade e não na uniformidade partidária⁴¹⁷. Não obstante, a busca de um sistema eleitoral mais adequado à realidade brasileira não é fruto somente de um debate recente, ao contrário, possui um longo passado histórico.

Os partidos políticos e o sistema eleitoral no Brasil⁴¹⁸ sofreram várias modificações, desde o período do Império até aos dias atuais. No período Imperial de 1822 a 1889, existiam os partidos políticos Liberal e Conservador, esse período fora caracterizado por divergência sobre o poder central e a liberdade das províncias, o

⁴¹⁶ Sobre este tema consultar FONSECA, Ricardo Marcelo (org.), *Crítica da modernidade: diálogos com o direito*, 1ª ed. Florianópolis, Editora Fundação Boiteux, 2005.

⁴¹⁷ Sobre este tema consultar SANTOS, Wanderley G. dos., *op. cit.*, 1977.

⁴¹⁸ SANTOS, Wanderley G. dos., *op. cit.*, 1977 e RIBEIRO, Darcy, *O povo brasileiro*, Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1995.

sistema eleitoral censitário (renda) e o voto estendido à minoria da população (branca, livre e com renda). Com a instauração da República Velha foi modificado, sendo que no governo brasileiro de 1889 a 1930 figuraram no processo de competição eleitoral os partidos republicanos regionais que surgiram a partir de 1903. Este foi um período marcado pela ampliação do voto assegurado pela constituição de 1891 e pelo apogeu do Coronelismo onde o governo controlava e manipulava o processo eleitoral visando à consolidação oligárquico-republicana.

Com o advento da República Nova (1930-37) ocorreu a emergência dos partidos ideológicos: o PC (1922), a AIB (fascistas, 1932) e o Movimento 3 de Outubro (tenentistas). Ocorreu ainda a implantação do voto secreto e do voto feminino, e a criação da justiça eleitoral. Em 1937 foi instaurado o Estado Novo que permaneceu até 1945, sendo característico deste período a abolição dos partidos e a concentração do poder no ditador e no aparelho policial-militar-burocrático. A seguir, o Brasil vivenciou a República Populista (1945-64), nela existiam os partidos PTB pró Getúlio Vargas e o anti-getulista UDN. Esta foi marcada por forte conflito ideológico entre nacionalistas e "entreguistas", assim como pela inconformidade dos conservadores, o que conduziu a um clima de instabilidade golpista.

E a seguir, como já apontamos, o Regime Militar, após o golpe de 1964, instaurou o bipartidarismo que foi obrigatório até as reformas de 1981-82, dividindo os partidos entre Arena (pró-militares) e MDB (oposição). Este período foi marcado pela escolha indireta do presidente e dos governadores (a partir de 1969), pelo congresso limitado e um Executivo forte.

Na transição do sistema eleitoral e partidário adotado pelo Regime Militar para o novo regime de redemocratização, os membros dos dois partidos existentes, a Arena e o MDB, precisaram reorganizar-se nos novos partidos que surgiam, em um contexto de liberdade política, que é característico do pluripartidarismo. A 9ª legislatura, iniciada em 1979 ainda durante o processo de abertura política, possuía a bancada da Assembleia Legislativa de Mato Grosso dividida entre a Arena e o MDB. Com a nova legislação implantada no início dos anos oitenta, que eliminou o bipartidarismo, os candidatos necessitaram enquadrar-se nos novos partidos políticos.

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA DOS ELEITOS NA 1ª FASE DA 9ª LEGISLATURA

| 9ª legislatura de 1979 a 1983 – Total de titulares e suplentes convocados: 27 | | |
|---|--|-----------------------------------|
| 1ª fase (1979-81): bipartidarismo | | |
| Partidos | Número de deputados estaduais por partido na 1ª fase | % por partido político na 1ª fase |
| Arena | 20 | 74,07 |
| MDB | 7 | 25,92 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

De vinte e sete deputados estaduais, entre titulares e suplentes, que fizeram parte da 9ª Legislatura, sete eram do MDB (25,92%) e vinte da Arena (74,97%). A participação de 25,92% do MDB é ainda muito inferior à participação da Arena, contudo, indica um crescimento do MDB em Mato Grosso que padecia com a ausência de membros e candidatos no estado. Neste momento da vida política nacional, a oposição (o MDB) ganhou prestígio em todo o Brasil. Este pode ser um fator de explicação para o crescimento da adesão dos candidatos mato-grossenses ao partido MDB, ou seja, ainda que timidamente, eles acompanharam uma tendência nacional.

Com a instauração do multipartidarismo no decorrer da legislatura que teve início em 1979 (no ano de 1981 os parlamentares foram obrigados a se enquadrarem em novos partidos), observou-se que em Mato Grosso ocorreu o mesmo que no cenário nacional. A grande maioria dos membros da Arena migraram para partidos identificados com ideologias de direita ou centro-direita, foi o caso do PP que em Mato Grosso recebeu componentes exclusivamente da Arena, enquanto os membros do MDB foram predominantemente para os partidos identificados com ideologias de centro-esquerda, como o PMDB.

TABELA 13 - TRANSIÇÃO PARA OS NOVOS PARTIDOS – 9ª LEGISLATURA APÓS 1981⁴¹⁹ - MT

| Novos partidos | nº de deputados estaduais | Antigos partidos |
|-----------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| PMDB | 5 | Todos vieram do MDB |
| PP | 6 | Todos vieram da Arena |
| PDS | 16 | 14 vieram da Arena e 2 do MDB |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

⁴¹⁹ PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PP – Partido Progressista, PDS – Partido Democrático Social.

Os estudiosos da política brasileira⁴²⁰ costumam afirmar que o PMDB atual é o antigo MDB, baseados nestes indicadores de migração partidária nacional. Em Mato Grosso, o MDB era extremamente fraco em número de integrantes, e isto se refletiu na formação inicial do PMDB no estado. A elite política de Mato Grosso era tradicionalmente conservadora e possuía grande parcela que simpatizava com a proposta do Regime Militar. O MDB figurava na época como uma oposição “consentida” a este regime, e como consequência sofria de ausência de adeptos à sua proposta em Mato Grosso, assim, permaneceu neste período sem candidatos qualificados para apresentar durante o processo de disputa eleitoral no estado. Os candidatos já tradicionais na política, advindos do período anterior ao bipartidarismo, migraram maciçamente para a Arena, partido do governo militar.

Outra afirmação presente na literatura especializada no Brasil refere-se à existência de uma estreita relação entre a origem social dos parlamentares e a ideologia do partido do qual eram militantes. No estudo de Leônicio Martins Rodrigues o autor considerou a relação entre os perfis dos recrutados e o perfil ideológico dos partidos⁴²¹. Para sua execução o autor tomou como base as características sócio-ocupacionais e ideológicas de cada partido presente na Câmara dos Deputados durante a 51ª legislatura. Este confirmou sua tese de que os deputados se distribuíam nos partidos políticos segundo sua origem social e que, portanto, existia uma correlação entre a posição do partido no espectro ideológico e a origem social dos membros da bancada.

O estudo de Perissinotto e Costa⁴²² testou a tese de Rodrigues na Assembleia Legislativa do Paraná no período de 1995 a 2002, e constataram que não era possível estabelecer a mesma relação entre origem social e espectro ideológico dos partidos. Os autores observaram que no Paraná havia uma maioria de parlamentares de classe média, e que este grupo se caracterizava por possuir um “*espectro mais amplo de experiências profissionais e de inserção ideológica*”⁴²³. Os autores diagnosticaram também que a total ausência de trabalhadores manuais assalariados e a pequena proporção de grandes

⁴²⁰ SANTOS, Wanderley G. dos, *op. cit.*, 1977 e RIBEIRO, Darcy, *op. cit.*, 1995.

⁴²¹ Rodrigues utilizou o diploma do deputado e a última profissão exercida por ele antes de ocupar algum cargo político, tal como declarado no Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, como critério para definir a ocupação do mesmo e por consequência desenhar sua origem social. Utilizamos no capítulo IV uma metodologia semelhante na discussão da origem social da elite política mato-grossense. RODRIGUES, Leônicio M., *op. cit.*, 2002.

⁴²² COSTA, Luiz D. e PERISSINOTTO, Renato M., “O perfil dos parlamentares paranaenses: gênero, religião e classe (1995-2002)”, in PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs.), *op. cit.*, 2007, pp. 69-92.

⁴²³ *Ibidem*, p. 86.

proprietários corroboraram na dificuldade para confirmar o que Rodrigues encontrou no parlamento ao nível federal.

Rodrigues demonstrou que os partidos de direita, o PPB e o PFL, possuíam bancadas socialmente mais homogêneas, com alta presença de empresários, enquanto o principal partido de centro, o PMDB, era mais heterogêneo, e os dois principais de esquerda, o PSDB e PT teriam uma presença baixa de empresários. Constatou ainda que o PT contaria com muitos professores e trabalhadores assalariados⁴²⁴. Existiria, portanto, uma preferência dos partidos por determinados perfis socioeconômicos no processo de recrutamento dos seus militantes⁴²⁵.

Esta questão nos pareceu interessante na medida em que pode contribuir, ainda que parcialmente, para elucidar o recrutamento da elite política em Mato Grosso. Resolvemos, então, realizar em nossa pesquisa o mesmo que fizeram no estudo da elite parlamentar paranaense, ou seja, resolvemos testar a tese de Rodrigues sobre a elite parlamentar federal presente na Câmara na 51ª legislatura.

Partindo da profissão e do nível de escolaridade dos parlamentares, fizemos a classificação da posição social do indivíduo em baixo, médio ou alto nível. Posteriormente relacionámos este nível social à filiação partidária dos deputados da 15ª legislatura. A seguir, agrupamos ideologicamente os partidos em direita, centro e esquerda, segundo a classificação tradicionalmente realizada na literatura nacional⁴²⁶ e encontramos o seguinte resultado.

⁴²⁴ RODRIGUES, Leôncio M., *op. cit.*, 2002.

⁴²⁵ Analisando a tese de Rodrigues, Costa e Perissinotto concluíram que “segundo Rodrigues essa relativa padronização do recrutamento social nos partidos daria ao nosso sistema partidário uma estabilidade e uma coesão maiores do que sugere o senso-comum, e as migrações partidárias, tão repudiadas pela opinião política corriqueira, ocorreriam dentro de limites definidos pelas bases sociais dos partidos”. COSTA, Luiz D. e PERISSINOTTO, Renato M. e, *op. cit.*, 2007, p. 88.

⁴²⁶ Com base na literatura nacional especializada foi realizada a classificação. Sobre o tema conferir os estudos de KINZO, Maria D., “O quadro partidário e a constituinte”, in LAMOUNIER, Bolívar (org.), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, São Paulo, IDESP/Sumaré, 1990; NOVAES, Carlos Alberto Marques, “Dinâmica institucional da representação – individualismo e partidos na Câmara dos Deputados”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, 1994, pp. 99-147; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando, *op. cit.*, 1999; FERNANDES, Luis, Muito barulho por nada? *Dados*, vol. 38, n. 1, 1995, pp. 107-143; RODRIGUES, Leôncio M., *op. cit.*, 2002.

TABELA 14 - PARLAMENTARES DA 15ª LEGISLATURA POR PARTIDO E NÍVEL SOCIAL*

| Nível | Esquerda | | | | Centro | | Direita | | | |
|-------|----------|-----|-----|-----|--------|------|---------|----|-----|-----|
| | PT | PSB | PMN | PPS | PSDB | PMDB | PFL | PL | PPB | PTB |
| Médio | 1 | 3 | 1 | 4 | 5 | 5 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Alto | 1 | 1 | 0 | 1 | 3 | 2 | 4 | 2 | 1 | 1 |

Fonte: fichas parlamentares e currículos disponíveis no Instituto de Memória da ALEMT

*foram contabilizados 36 mandatos com informação confirmada

A primeira constatação foi a inexistência de baixo nível social. Ao cruzar os dados confirmamos a tese do autor, pois, nos partidos ideologicamente de direita estão concentrados os indivíduos de alto nível social, entre nove parlamentares somente um possuía o nível médio. Isso aponta para uma relativa homogeneidade no perfil do recrutado nos partidos de direita.

Nos partidos de esquerda, encontramos a maior concentração de indivíduos com nível social médio, dos doze parlamentares eleitos, três se enquadravam no mais alto nível. Já nos partidos de centro temos um terço dos parlamentares enquadrados no nível alto e dois terços no nível médio. Isto não significa uma equivalência, contudo foi nestes partidos de centro que encontramos uma menor concentração de parlamentares de um único nível social.

Concluindo, gostaríamos de resumir alguns dados que nos permitam avaliar qual foi o perfil ideológico predominante na elite política mato-grossense no que diz respeito à filiação partidária. Na tabela 15, aglomeramos os partidos políticos brasileiros que estiveram representados na Assembleia Legislativa de Mato Grosso da 1ª à 15ª legislaturas e os classificamos em direita, centro e esquerda. Contudo, esta classificação foi uma simplificação da realidade, pois em muitos casos é bastante difícil precisar até onde um partido político é centro ou direita, ou é centro ou esquerda, em alguns casos a literatura brasileira os identificou como centro-esquerda ou centro-direita. Entretanto, optamos por um modelo triplo e utilizamos o debate nacional sobre a ideologia e a prática dos partidos políticos para construir este enquadramento.

TABELA 15 - FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE MT DE 1947 A 2007

| Legislaturas | Direita | | Centro | | Esquerda | |
|-------------------------|-------------------------------|-----|-------------------|-----|----------------------------|-----|
| 1ª a 5ª | UDN 42% PDS 38% | 80% | PTB 15% | 15% | PCB 1% PSP 4% | 5% |
| 6ª a 8ª | Arena 80% | 80% | MDB 20% | 20% | ----- | 0% |
| 9ª | Arena 74% | 50% | MDB 26% | 35% | ----- | 15% |
| 10ª | PDS (antiga Arena)63% | | MDB 37% | | ----- | |
| 11ª | PFL, PL, PDS 44% | | PMDB 50% | | PDT 6% | |
| 12ª | PDS, PFL, PL, PRN, PDC 74% | | PMDB 15% | | PDT 11% | |
| 13ª | PFL, PL, PPR 36% | | PMDB 21% | | PDT, PMN 43% | |
| 14ª | PL, PFL, PPB, PTB 35% | | PMDB, PSDB 51% | | PT, PPS, PSB 14% | |
| 15ª | PL, PFL, PPB, PTB 25% | | PMDB, PSDB 42% | | PT, PPS, PSB PMN 33% | |
| Total (1ª a 15ª) | 70% | | 23% | | 7% | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Quando lançamos um olhar sobre a experiência democrática no Brasil, facilita a compreensão da pouca expressão da esquerda em Mato Grosso. Em nossa história política “tivemos” longos períodos de oligarquia, coronelismo e ditaduras. O período da 1ª a 5ª legislatura ocorreu após a ditadura de Getúlio Vargas e teve por este a fundação de dois (PDS e PTB) dos três partidos políticos que dominarão a arena democrática do primeiro período estudado nesta pesquisa. A seguir, tivemos o período de ditadura militar no qual não havia espaço para a construção de uma efetiva esquerda, mas com a redemocratização assistimos lentamente ao seu crescimento.

Contudo, Mato Grosso esteve entre os mais conservadores do Brasil. Enquanto no Rio Grande do Sul o crescimento da esquerda foi vertiginoso, aqui se andou a passos de tartaruga. Neste estudo, constatou-se que a elite política mato-grossense foi predominantemente de direita ou de centro em todo o período estudado. No primeiro período democrático, 80% da elite pertencia a partidos ideologicamente identificados com a direita e 15% com o centro. Sendo assim, a diferença entre este período e a ditadura que se seguiu com 100% dos deputados estaduais nos partidos de direita e do centro (somente existiam estas possibilidades) é mínima, apenas 5% destes entre a 1ª e a 5ª pertenciam a partidos políticos ideologicamente identificados com a esquerda. Ainda

no período da redemocratização, que seguiu a ditadura militar, não ocorreu em Mato Grosso grande expansão das cadeiras preenchidas por partidos de esquerda. Entre a 9ª e a 15ª legislatura somente 15% dos deputados estaduais estavam filiados a estes partidos.

Concluindo, a elite parlamentar se constituiu em todo o primeiro e o segundo período por uma maioria nascida no estado, caracterizando um certo “provincianismo” da elite. No período de redemocratização iniciado nos anos oitenta, esta realidade se alterou bruscamente. O aumento surpreendente dos não naturais de Mato Grosso na Assembleia Legislativa ocorreu a partir da 12ª legislatura, acompanhando os novos projetos de ocupação das terras do norte do estado. Em relação ao governo do estado de Mato Grosso, verificou-se que o mesmo ocorreu, mas em grau substancialmente menor.

Sobre os locais de recrutamento constatamos que a capital do estado, Cuiabá, não foi o principal local de recrutamento dos deputados estaduais em todo o período anterior à divisão do estado em 1977, facto que será posteriormente alterado. Em relação ao Poder Executivo se verificou o mesmo: após a divisão, a “grande Cuiabá” foi o local de nascimento de seis dos sete governadores naturais do estado. A elite política mato-grossense em todo o período estudado se caracterizou pela formação de grupos regionalizados em norte e sul, antes e depois da divisão do estado em 1977. Essa regionalização da elite pós-divisão do estado configurou o que chamamos de uma nova disputa entre o sul representado por Cuiabá e o norte representado pelos vários novos municípios que nasceram a partir dos projetos de colonização do governo federal ao final dos anos sessenta.

Em relação à filiação partidária, a elite mato-grossense apresentou um perfil extremamente conservador em todos os períodos estudados. No primeiro se caracterizou por um sistema de equilíbrio entre UDN e PSD, durante a ditadura militar, aglomerou-se na Arena, e no período de redemocratização esteve predominantemente concentrada em partidos com ideologia de direita ou de centro. No próximo capítulo será analisado o perfil sociológico desta elite com o objetivo de compreender quem foram esses recrutados que possuíram ao longo da história política brasileira essa postura conservadora, independente de ser natural ou não do estado. O objetivo é observar quais foram as semelhanças e diferenças no perfil da “antiga elite política” e da “nova elite política” que se configuraram em Mato Grosso após a sua divisão.

CAPÍTULO IV

Perfil sociológico dos parlamentares e governadores de Mato Grosso

Neste capítulo, buscou-se traçar o perfil sociológico dos deputados estaduais e dos governadores de Mato Grosso que desempenharam seus mandatos entre 1945 e 2007. O objetivo foi apresentar e analisar, durante as mudanças dos regimes políticos e sistemas partidários, quais foram os atributos pessoais (idade e gênero), educacionais e ocupacionais (profissão) que caracterizaram este grupo de “escolhidos” e abriram as portas de entrada para a elite política mato-grossense. Também foi observado em que medida os distintos momentos político-partidários determinaram mudanças no perfil sociológico dos escolhidos e na estrutura de oportunidades, e comparou-se o perfil encontrado em Mato Grosso com outros estados brasileiros.

Ao mapear a origem social das elites políticas, conhecemos as características não apenas deste grupo, mas da sociedade na qual ele está inserido e de onde foi recrutado. Desta forma, o predomínio de alguns grupos profissionais, etários, por naturalidade, gênero e tipo de carreira é indicativo de preferências sociais que, de alguma forma, ao serem a expressão dos atributos valorizados, determinaram o recrutamento. Outra questão importante que podemos compreender à luz do perfil sociológico da elite política pesquisada é o grau de homogeneidade e circulação dela. Segundo Mathis⁴²⁷, tão importante quanto identificar esses fatores em torno da elite é identificar o seu processo de renovação. Este processo, lento ou rápido, mostra a capacidade de renovação do sistema, dos grupos e a estabilidade do sistema a partir de mudanças de posições ou até mesmo de estabilidade institucional.

Com base nos dados coletados, foi possível questionar sobre que tipo de modelo de recrutamento tem operado em Mato Grosso, se foi um modelo de “*recrutamento aberto*” ou um modelo de “*recrutamento fechado*”⁴²⁸. Ou seja, em que medida o recrutamento desse grupo expressa apenas os interesses dos grupos economicamente dominantes que se reproduzem no poder político e controlam os canais de acesso a este, ou se tem constituído num modelo democrático de recrutamento.

⁴²⁷ MATHIS, Armim e FARIAS FILHO, Milton C., *Mapeando elites políticas no estado do Pará: uma aproximação teórico-metodológica*, Paper do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) n. 216, Dez. 2008.

⁴²⁸ GIDDENS, Anthony, *op. cit.*, 1974, p. 4.

Nas palavras de Costa e Perissinotto, *“essa questão é importante, no mínimo, por duas razões: de um lado, o acesso à elite política pode expressar uma dimensão da estrutura de oportunidades existente na sociedade, isto é, em que medida as possibilidades de acesso estão abertas fundamentalmente aos grupos economicamente dominantes ou, ao contrário, em que medida elas se abrem aos grupos que ocupam as posições mais baixas na estrutura social; por um lado, um recrutamento muito fechado torna possível uma elite mais coesa, que atue de maneira coordenada e, portanto, tendente a se transformar numa “oligarquia” capaz de complementar o seu domínio de maneira mais decisiva ou, no outro extremo, um recrutamento muito aberto pode gerar uma elite tão fragmentada a ponto de comprometer o exercício de sua função fundamental, qual seja, a de conduzir politicamente dada comunidade. Em ambos os casos haveria importantes implicações para o problema da democracia”*⁴²⁹.

Este estudo analisou os dados dos parlamentares e governadores durante a transição do regime democrático e pluripartidário (1945-1964)⁴³⁰ para um sistema ditatorial e bipartidário (1964-1979)⁴³¹, e novamente para a democracia e pluripartidarismo (1979-2007). Adota-se o pressuposto de que conhecendo as alterações ocorridas no perfil desta elite mato-grossense, se compreende a própria sociedade de cada período e como esta possuía demandas diferenciadas e regionais. Como também nos permite observar de que forma a estrutura de oportunidades, construída no estado, foi permeada por estas demandas.

Desta forma, ao estudar o perfil da elite política segundo os períodos de regimes políticos e sistemas partidários, a análise vai além da constatação de quem são aqueles que governam, ao contemplar a discussão sobre como aqueles que governam sobrevivem e se metamorfoseiam durante as alterações da estrutura política, eleitoral, partidária. Ainda que de forma panorâmica, estudou-se a relação entre o recrutamento das elites políticas e as mudanças sociais e políticas⁴³². Os contextos institucionais

⁴²⁹ COSTA, Luiz D. e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2007, p. 71.

⁴³⁰ Como já foi discutido nos capítulos anteriores, o ano de 1964 marca o final do período democrático com o desfecho do golpe militar e a instauração de um governo militar, todavia se deve recordar que o bipartidarismo teve início somente no ano seguinte em 1965.

⁴³¹ O pluripartidarismo foi novamente instaurado no Brasil em 1981 durante uma legislatura que havia iniciado em 1979 nas Assembleias Legislativas, portanto, quando utilizamos o ano de 1979 como balizador do final do bipartidarismo estamos nos referindo ao início da legislatura.

⁴³² Esta perspectiva já é bastante antiga no estudo das elites: no trabalho de Gaetano Mosca, o autor discutiu a relação entre elites e mudanças sociais, ainda que não tenha conseguido precisar os fatores políticos envolvidos nesta relação. Em sua visão, prevaleceu o que Carvalho chamou de sociologismo na

determinam parcialmente o processo de recrutamento, constituindo-se em um dos fatores que moldam a estrutura de oportunidades.

Por exemplo, em um contexto democrático no qual tenha sido instituído uma cota para participação das mulheres na política, pode-se verificar o aumento desta, na medida em que a norma geraria um incentivo à participação feminina. Ao contrário, contextos extremamente conservadores poderão impor uma série de constrangimentos⁴³³. Em Mato Grosso, constatamos extremo conservadorismo no Poder Executivo: não foi encontrada nenhuma mulher no mandato de governador em sessenta e dois anos analisados. Na verdade, não se conhece nenhum registro que demonstre que, em tempos anteriores ou posteriores a este marco temporal, isso tenha ocorrido.

Portanto, o ponto de partida deste estudo foi a análise dos atributos característicos desta elite política em cada período histórico e político-partidário, relacionando posteriormente o perfil encontrado na elite com o perfil da sociedade onde esta foi recrutada. Esta relação permitiu indagar sobre o grau de democratização da estrutura de oportunidades vigentes, em especial nos dois períodos democráticos. Contudo, para tecer conclusões sobre o grau de democratização da estrutura de oportunidades e do processo de recrutamento existentes em Mato Grosso, foi necessário compará-lo com outros estados brasileiros nos quais foram realizados estudos semelhantes. Desta forma, buscou-se também visualizar Mato Grosso inserido no contexto nacional e internacional, e foi realizada, sempre que possível, a comparação entre o perfil sociológico da elite política de Mato Grosso com a do Paraná e a do Ceará, além de discutí-la num contexto latino-americano e lusófono no tocante à categoria gênero.

1. Atributos naturais: gênero e idade

A análise foi iniciada a partir daquilo que a pesquisadora Suzanne Keller⁴³⁴ definiu como sendo os atributos permanentes ou naturais possíveis de serem

medida em que “o perfil das forças sociais parece produzir mais ou menos automaticamente, pelo menos a médio prazo, perfil semelhante na classe política”. CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003, p.26.

⁴³³ NORRIS, Pippa (org.), *op. cit.*, 1997.

⁴³⁴ KELLER, Suzanne, *op. cit.*, 1971, p.160.

identificados na elite política e que expressam as características valorizadas pelo grupo social no qual esta elite foi recrutada.

1.1. Género

O tema das desigualdades de oportunidades presentes na sociedade segundo o género tem sido muito discutido nas ciências sociais, ou seja, os papéis socialmente construídos para o masculino e o feminino ainda interferem ou mesmo condicionam as opções na estrutura de oportunidades profissionais, sejam elas no âmbito civil ou público. Na esfera da política, naturalmente o mesmo tem ocorrido, contudo, diferente das outras áreas⁴³⁵, a política se apresenta ainda mais conservadora.

Entre os parlamentares mato-grossenses pesquisados no período de 1947 a 2007, constatou-se que os homens foram a maioria absoluta com 97,5% das cadeiras enquanto apenas 2,5% foram ocupadas por mulheres, ou seja, apenas oito mulheres em um total de trezentos e catorze deputados estaduais na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, durante os três períodos aqui estudados. O mesmo tem sido constatado em outras unidades da Federação. Em um estudo realizado sobre a elite parlamentar no Paraná, Costa e Perissinotto constataram que o índice da participação das mulheres no Legislativo estadual era extremamente baixo, totalizando 2,4% dos parlamentares pesquisados no período de 1995 a 2002.

Na verdade, esta presença feminina no Paraná foi constatada apenas em uma das legislaturas estudadas. Segundo os autores *“se analisarmos o universo global dos deputados, isto é, todos os 78 presentes na ALEP durante o período e não apenas os 41 entrevistados, veremos que a presença feminina durante as duas legislaturas analisadas (1995 a 2002) se reduz a duas mulheres. Mais sintomático ainda é o fato de que estas duas mulheres aparecem apenas na 14ª legislatura (1999-2003), uma delas chegando à ALEP como suplente. Ou seja, na 13ª legislatura (1995-1999), a ALEP era composta de 100% de homens”*⁴³⁶.

⁴³⁵ Segundo o censo demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano 2000, no Brasil havia aproximadamente 32% da população economicamente ativa formada por mulheres e 68%, por homens. Censo 2000, www.ibge.gov.br.

⁴³⁶ COSTA, Luiz D. e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2007, p.73.

Percebemos que o mesmo panorama de frágil participação das mulheres no Poder Legislativo paranaense constatado por Costa e Perissinotto se aplica ao caso mato-grossense, sendo ainda que neste estudo sobre a elite política de Mato Grosso este dado é mais representativo por cobrir um maior número de legislaturas analisadas.

Ao comparar esta percentagem com a média nacional e latino americana, a realidade de Mato-Grosso e do Paraná tem sua faceta conservadora acentuada, pois ambos estão abaixo da média nacional e latino-americana. A pesquisadora Mala Htun, ao analisar o efeito das políticas de cotas na participação feminina na política, constatou que na América Latina e no Caribe as Câmaras de Deputados contavam, em 2001 com 15,3% de mulheres em média, constituindo-se na segunda maior média regional do mundo⁴³⁷. Segundo a autora, três anos antes este índice era de 10%.

Em termos mundiais, as mulheres ocupam, em cifras gerais, 14% das Câmaras Baixas e 14% dos Senados de todo o mundo. Todavia, em relação aos partidos políticos, este índice sofre um decréscimo: nestes as mulheres ocupam menos de 11% de seus postos de direção⁴³⁸. A pesquisadora Gianne Boselli salienta que a participação das mulheres na vida pública vai depender do contexto social no qual estão inseridas. Também depende da cultura de seu país (ou no caso brasileiro, de cada estado enquanto uma unidade da Federação), da classe social da qual é proveniente, da religião, do grupo no qual está inserida, e de fatores que também foram salientados por Pippa Norris⁴³⁹, como o sistema eleitoral vigente no país. Políticas de cotas como observado por Htun e Norris podem constituir-se em forte estímulo à participação feminina nos cargos eletivos do poder político.

Para Boselli, os partidos políticos foram os principais responsáveis pela exclusão da mulher. No caso brasileiro, a inclusão através da cota de participação ocorreu em sua forma final somente em 1998 e, segundo as analistas citadas, não tem produzido efeitos expressivos devido ao próprio sistema eleitoral do país: a falta de compromisso por parte dos partidos seria o maior empecilho ao funcionamento da medida.

⁴³⁷ HTUN, Mala, “A política de cotas na América Latina”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, n.1, 2001, pp. 225-230.

⁴³⁸ HTUN, Mala, “Mujeres y poder político en Latinoamérica”, in ABU-ZAUD, Con Gehan *et al.*, *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, Internacional IDEA, Ed. Myrian Méndez-Montalvo, 2002, pp. 18-43 e SHVEDOVA, Nadezhda, “Obstáculos para la participación de la mujer en el Parlamento”, in ABU-ZAUD, Con Gehan *et al.*, *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, Internacional IDEA, Ed. Myrian Méndez-Montalvo, 2002, pp. 62-84.

⁴³⁹ NORRIS, Pippa (org.), *op. cit.*, 1997.

Segundo a mesma autora, em 2003, ainda era possível afirmar que o Brasil se situava entre os países com menor representatividade feminina na política. A percentagem de mulheres no Congresso era de apenas 8,7% do total das cadeiras. O mesmo se verificava nas outras casas: na Câmara dos Deputados, de quinhentos e treze membros, somente quarenta e três eram mulheres, no Senado, de oitenta e uma cadeiras, nove eram ocupadas por mulheres; nas Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, o índice de mulheres era de somente 12,5% dos cargos de deputado estadual e 11,7% dos cargos de vereador⁴⁴⁰.

Em relação aos outros países de língua portuguesa também apresentamos os menores índices de participação feminina na política (8,6%). Segundo o levantamento do IPU (Inter-Parliamentary Union)⁴⁴¹ sobre a participação da mulher na política durante as eleições parlamentares ocorridas entre 1999 e 2004, constatou-se para “Lower or single House” (o parlamento) que em Moçambique 30% dos mandatos foram ocupados por mulheres, seguido por Timor Leste com 26,1%, Portugal com 19,1%, Angola com 15,5%, Cabo Verde com 11, 1% e São Tomé e Príncipe com 9,1%.

Portanto, quando comparamos os nossos dados sobre a participação das mulheres na Assembleia do estado de Mato Grosso no período de 1945 a 2007, no qual encontramos um índice de 2,5%, percebemos que estamos muito abaixo não apenas dos países lusófonos mas do patamar nacional que era 11, 7%, e do latino-americano que era de 15,3%. Se considerarmos que atualmente esta participação tem crescido por quase todo o mundo democrático, fica-nos a indagação do porque não observamos o mesmo em Mato Grosso.

Em Mato Grosso, no ano de 2001, foi constatada a presença de uma única mulher na Assembleia Legislativa, ou seja 2,7% de participação feminina durante a 14^a legislatura (1999-2003). Tal situação encontra paralelo no que se passou no Paraná durante a 14^a legislatura onde de sessenta e dois deputados somente dois eram mulheres (3,2%), contudo, o índice é ainda menos animador em Mato Grosso.

⁴⁴⁰ BOSELLI, Giane, “No poder e sem violência: dois desafios da inclusão feminina neste século”, texto apresentado no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, CES, Set. 2004. <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel12/GianeBoselli.pdf>

⁴⁴¹ ITU – <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>, citado em BOSELLI, Giane, *op. cit.*, 2004.

TABELA 16 – PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT⁴⁴²

| Legislatura ⁴⁴³ | Período da legislatura | Total | Nº de mulheres por legislatura | % da participação feminina |
|----------------------------|------------------------|-------|--------------------------------|----------------------------|
| 4 ^a | 1959-63 | 40 | 1 | 2,5 |
| 9 ^a | 1979-83 | 27 | 1 | 3,70 |
| 11 ^a | 1987-91 | 32 | 1 | 3,12 |
| 12 ^a | 1991-95 | 37 | 2 | 5,40 |
| 13 ^a | 1995-99 | 30 | 2 | 6,66 |
| 14 ^a | 1999-03 | 37 | 1 | 2,70 |
| 15 ^a | 2003-07 | 37 | 2 | 5,40 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

A participação feminina ao longo das sete legislaturas foi muito inferior à masculina. Não obstante, representou o início da presença do gênero feminino nos cargos eletivos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Na legislatura de 1958 encontramos a primeira deputada estadual de Mato Grosso, eleita pela União Democrática Nacional, natural de Corumbá, antigo Mato Grosso. Ela havia iniciado sua carreira pública quatro anos antes como vereadora em Campo Grande. É importante lembrar que neste período o sul de Mato Grosso, representado em especial por Campo Grande, crescia vertiginosamente em número de cadeiras na Assembleia Legislativa.

Na legislatura de 1979 encontrou-se a segunda deputada, sendo esta natural de Várzea Grande e, portanto, procedente de uma região tradicionalmente importante para o recrutamento político. A terceira presença feminina na Assembleia Legislativa de Mato Grosso surgiu na 11ª legislatura que teve início em 1987. Esta deputada foi prefeita do município de Tangará da Serra e, posteriormente, eleita deputada estadual. O local de recrutamento desta eleita faz parte das novas regiões dentro de estado.

Além do local de recrutamento, também foi mapeada a naturalidade⁴⁴⁴ destas deputadas e constatou-se que, ainda diferentemente do que ocorreu para as duas primeiras eleitas, a maioria dos mandatos foi ocupada por não naturais de Mato Grosso, sendo que somente 44% dos mandatos foram ocupados por naturais do estado. Estes dados acompanharam a tendência geral do Poder Legislativo que foi a partir da década

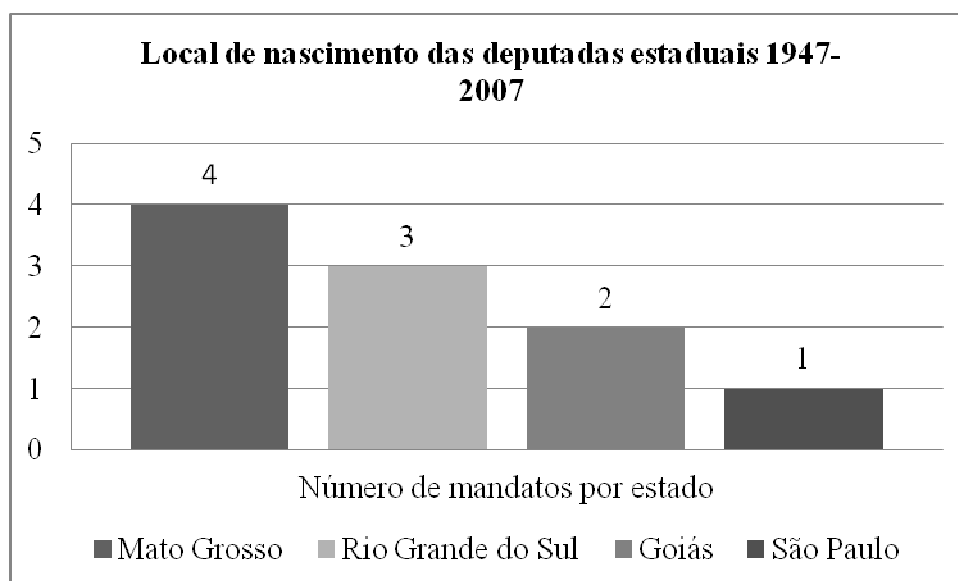
⁴⁴² Todos os gráficos e as tabelas foram construídos pela pesquisadora a partir das fichas parlamentares disponíveis no Instituto de Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e dos currículos enviados pelos familiares dos pesquisados.

⁴⁴³ As legislaturas ausentes na tabela ocorrem devido à inexistência de mulheres eleitas.

⁴⁴⁴ Optou-se por analisar alguns dados do perfil sociológico das deputadas estaduais não apenas na amostragem geral, mas também separadamente, possibilitando melhor compreensão sobre quem eram as mulheres que formaram este pequeno grupo, e quais atributos possuíam que lhes favoreceram no processo de recrutamento para a elite política mato-grossense.

de setenta aumentando rápida e substancialmente o número de deputados não naturais de Mato Grosso.

GRÁFICO 10 – NATURALIDADE DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

O crescimento da participação feminina no Legislativo de Mato Grosso foi tímido e moroso. Na 13ª legislatura, ocorreu a eleição de duas deputadas estaduais na mesma legislatura, significando 6,66% dos eleitos. Na 14ª legislatura, como demonstrado na tabela 16, ocorreu a eleição de apenas uma deputada, representando 2,7% do total de eleitos. Na 15ª legislatura, observou-se um leve crescimento da percentagem com a eleição de duas mulheres para a Assembleia Legislativa, perfazendo um total de 5,40% do total de 37 eleitos.

O mesmo tímido, porém, importante crescimento pode ser observado sobre o Legislativo federal. No estudo de Leôncio Martins Rodrigues⁴⁴⁵ sobre a composição social dos membros do Legislativo nas últimas três eleições (1990, 1994 e 1998), o autor não trabalhou de forma aprofundada a categoria gênero, mas forneceu informações sobre algumas eleições. Segundo ele, na eleição de 1998 para a Câmara dos Deputados foram eleitas vinte e nove mulheres. Em 1986, de cento e sessenta e seis mulheres que se candidataram, vinte e seis foram eleitas (15,66%), e em 1978, de cinquenta e oito que se candidataram, oito foram eleitas (13,79%). Segundo o autor até no Senado, que é mais fechado e conservador, esta participação tem crescido.

⁴⁴⁵ RODRIGUES, Leôncio M., *op. cit.*, 2002; MADEIRA, Rafael, *op. cit.*, 2002.

No âmbito internacional, o mesmo ocorreu em Portugal. Em um estudo sobre a participação feminina entre os eleitos para as autarquias no período de 1982 a 1997 constatou-se que esta tem sofrido um crescimento constante. *“Em 1982 só 5,1% dos autarcas eram mulheres, sendo que em 1989 se registou um aumento das eleitas na ordem de 2% neste universo. Com a eleição de 1993 o aumento das eleitas não foi tão acentuado, traduzindo-se apenas em 0,7%. E comparando os valores percentuais da participação feminina no poder autárquico, conclui-se que, de 1982 para 1997 ocorreu uma duplicação daqueles valores, situando-se atualmente o peso relativo das autarcas em 10,4% do conjunto do n° total de eleitos”*⁴⁴⁶.

Com ainda pequena participação, observou-se que a maioria das deputadas que conquistaram espaço no Poder Legislativo de Mato Grosso possuía uma situação familiar que as favoreceu, sendo estas muitas vezes casadas com deputados estaduais já experientes na vida política no estado, ou líderes partidários. Ou seja, das oito deputadas estaduais⁴⁴⁷, cinco pertenciam a famílias com influência na vida política e na economia em Mato Grosso. Duas candidatas eleitas apontam para outro processo de recrutamento, já que ambas aparentemente não eram de família com inserção na política ou na economia mato-grossenses. O facto de ambas terem sido candidatas pelo PT⁴⁴⁸, um partido de esquerda no Brasil, pode ter facilitado suas candidaturas.

Em relação ao Poder Executivo, a ausência do género feminino foi absoluta. Todos os mandatos para governo de Mato Grosso iniciados entre 1945 e 2007 foram ocupados por políticos do género masculino, seguindo uma tendência que não é específica deste estado, mas é também nacional. Os mandatos para o Poder Executivo, especialmente presidente e governador, são mais valorizados na cultura política brasileira devido a própria estrutura da distribuição do poder presente no sistema presidencialista. É possível que a importância atribuída no imaginário social da sociedade brasileira ao cargo de governador tenha inibido historicamente o acesso das mulheres a este posto na vida pública.

⁴⁴⁶ STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para Processo Eleitoral), *Caracterização das mulheres eleitas: Autarquias Locais 1997*, Out. 2001, p. 53.

⁴⁴⁷ Foram dez mandatos desempenhados por mulheres, entretanto uma deputada foi duas vezes reeleita, assim temos apenas oito deputadas e oito biografias.

⁴⁴⁸ Os partidos de esquerda ao longo da história foram mais acessíveis às mulheres e aos trabalhadores. O PT e o PPS são os partidos de esquerda presentes na análise das mulheres eleitas para Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Os outros partidos ARENA, PMDB, PFL e PDT são de direita ou de centro.

1.2. Idade

1.2.1. Idade dos parlamentares de Mato Grosso e do Paraná comparativamente

A faixa etária predominante em Mato Grosso não foi diferente da apresentada em outra unidade da Federação nas eleições de 1994. A partir da análise da 13ª legislatura, foi possível comparar com dados que outros pesquisadores haviam coletado sobre a Assembleia Legislativa do Paraná. Na tabela 17, podemos observar que, tanto em Mato Grosso quanto no Paraná, ocorreu a maior concentração de deputados estaduais na faixa etária de 36 a 45 anos. Em Mato Grosso, mais da metade dos parlamentares (55,5%) se encontrava neste grupo.

A média de idade dos deputados estaduais em Mato Grosso na 13ª legislatura foi praticamente igual a do Paraná. Constatou-se nesta pesquisa o índice de 41,7 anos em média para os deputados mato-grossenses. No Paraná Costa e Perissinotto descreveram os resultados na faixa dos 42 anos⁴⁴⁹.

TABELA 17 – PARLAMENTARES ELEITOS EM 1994 EM MATO GROSSO E NO PARANÁ POR FAIXAS ETÁRIAS

| Faixa etária | Mato Grosso ⁴⁵⁰ | | | Paraná | | |
|----------------|----------------------------|-------------|------|------------|-------------|----|
| | Frequência | % | MI | Frequência | % | MI |
| 16 a 25 | - | | 41,7 | 1 | 2,4 | 42 |
| 26 a 35 | 6 | 22,3 | | 8 | 19,5 | |
| 36 a 45 | 15 | 55,5 | | 20 | 48,8 | |
| 46 a 55 | 5 | 18,5 | | 9 | 22,0 | |
| 56 a 65 | - | | | 3 | 7,3 | |
| 66 a 75 | 1 | 3,7 | | - | | |
| N | 27 | 100 | | 41 | 100 | |

Fonte sobre Paraná: Núcleo de Pesquisa *Democracia e Instituições Políticas* da UFPR⁴⁵¹. Sobre Mato Grosso: dados coletados no Instituto de Memória da ALEMT.

MI – Média de idade dos deputados estaduais na 13ª legislatura

⁴⁴⁹ COSTA, Luiz D. e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2007, p.76.

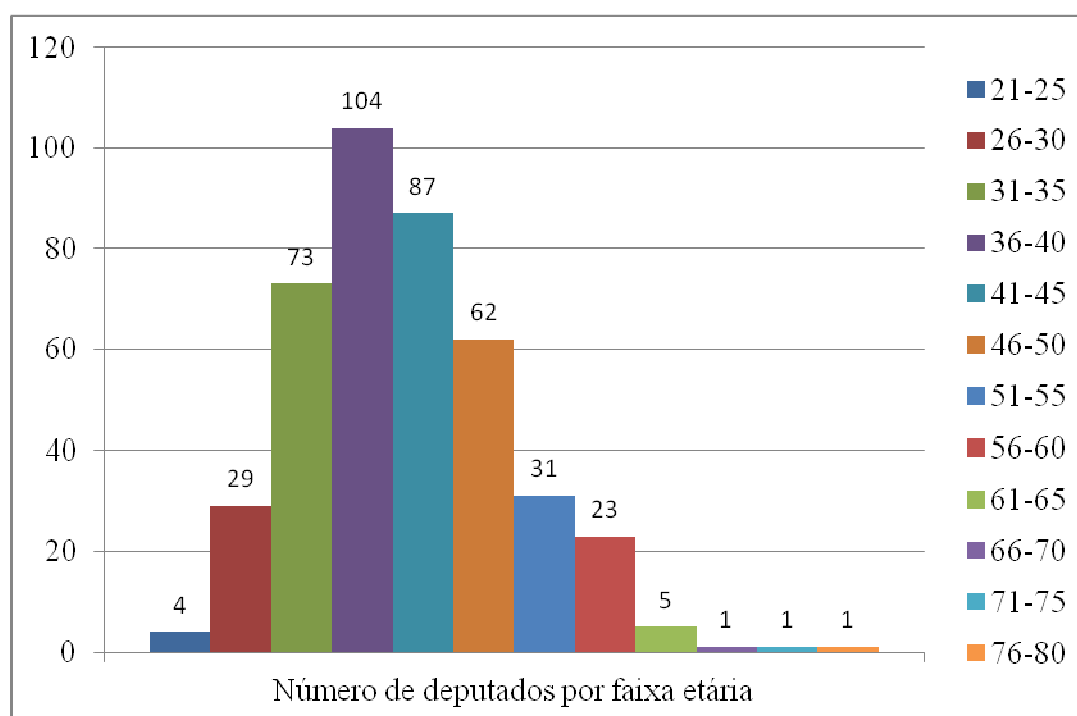
⁴⁵⁰ Faixa etária dos deputados estaduais da 13ª legislatura na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (foi considerada a idade do parlamentar quando foi eleito em 1994)

⁴⁵¹ Os dados referentes ao Paraná coletados pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política da UFPR e foram por nós compilados da obra: COSTA, Luiz D. e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2007.

1.2.2. Idade dos parlamentares de Mato Grosso no período de 1947 a 2007

Em sua singularidade a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, durante os anos contemplados neste estudo, apresentou algumas características interessantes. Contudo não foram encontrados estudos semelhantes em temporalidade que permitissem comparar todas elas. Ou seja, pesquisas que tenham sido realizadas sobre todo o período por nós pesquisado, e que permitissem comparar todas as características aferidas nos três períodos. No que diz respeito à idade, a principal característica foi o envelhecimento progressivo da 1ª a 15ª legislatura.

GRÁFICO 11 – FAIXA ETÁRIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS 1947 – 2007

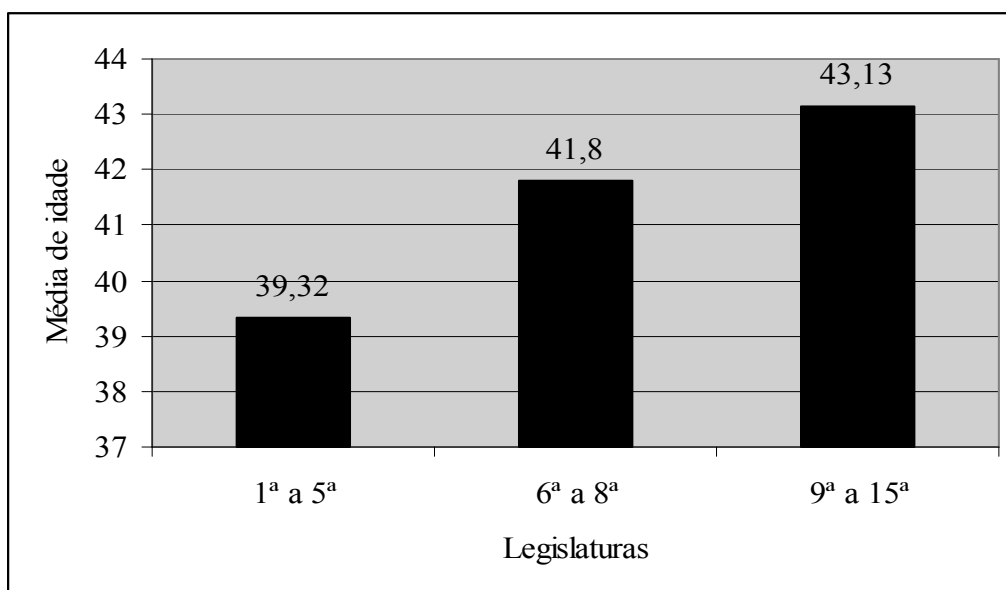


Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

No período de 1947 a 2007⁴⁵², a faixa etária predominante era de trinta e seis a quarenta anos, com 24,70% dos deputados estaduais neste grupo. Entretanto, quando analisamos por período, percebemos que ocorreu um envelhecimento contínuo na média de idade dos parlamentares.

⁴⁵² Considerou-se a idade do parlamentar quando teve o início das legislaturas.

GRÁFICO 12 – MÉDIA DE IDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS 1947-2007



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Os deputados estaduais do primeiro período pluripartidário apresentaram a média de 39,32 anos durante as cinco primeiras legislaturas (1947-1966), sofrendo acréscimo para o período bipartidário. Durante as três legislaturas (1966-1978) seguintes, a média de idade subiu para 41,8 anos e, novamente no segundo período pluripartidário, a partir do início da 9ª legislatura (1979), este índice subiu para 43,13 anos em média.

1.2.3. Idade dos parlamentares de Mato Grosso por período e por região

Neste processo de envelhecimento da faixa etária dos deputados estaduais houve diferenças entre as regiões Norte e Sul do estado anterior à divisão em 1977. Em todo o período anterior a 1977, o sul do estado possuiu, tanto no período democrático quanto na ditadura militar, a menor média de idade. Isso deve-se, possivelmente, às migrações do sul e sudeste, onde predominava população em início de carreira e de formação familiar. Como todo local de desenvolvimento recente, o sul de Mato Grosso oferecia mais oportunidades.

Entre a 1ª legislatura em 1947 e a 5ª legislatura em 1963, a média de idade dos deputados estaduais residentes no sul era de 41,8 anos e a dos residentes no norte era de 43,13. No período de 1966 a 1974, da 6ª a 8ª legislatura, dos onze residentes no norte, a

média de idade situava-se em 44, 27 anos aproximadamente, enquanto os residentes no sul tinham a média de 38,06 anos.

Podemos compreender, então, que efetivamente não são aleatórias estas diferenças, mas fruto da própria coletividade que criou esta elite política⁴⁵³, mais precisamente o grupo social do qual esta elite foi oriunda. No sul de Mato Grosso, devido aos fatores históricos vivenciados, nasceu uma coletividade com características específicas, não apenas profissionais, mas também na idade dos escolhidos, moldando assim o recrutamento da elite política.

Ao final dos anos sessenta, o sul possuía grande potencial de elegibilidade devido ao imenso eleitorado presente nesta região. Na 6ª legislatura observamos que dos vinte e quatro deputados estaduais naturais de Mato Grosso, o sul possuía mais que o dobro das cadeiras em relação ao norte do estado. A predominância sulista foi constatada em todo o período, o que comprova o crescente peso político do sul do estado no cenário regional.

A autora Maria Manuela Renha de Novis Neves discutiu a questão do maior eleitorado sulista ao analisar a possível hegemonia da UDN no sul do estado no período anterior ao bipartidário e afirmou em seu estudo que *“um dos aspectos marcantes na dinâmica política do período ficou configurado pela maior população e eleitorado no sul do estado. [...] Constata-se de imediato que o contingente populacional, eleitoral e de votantes era significativamente maior no sul, o que pode ter legitimado a busca da hegemonia política pelas lideranças dessa região. Tal predomínio foi sendo lento mas progressivamente reduzido, sobretudo a partir da década de 70. O incremento populacional e eleitoral do norte foi um resultado da intensificação migratória para a região (tendência confirmada nos anos 80, já com o estado dividido)”*⁴⁵⁴.

Foi um período histórico de forte desenvolvimento da região sul associado ao declínio da tradicional economia açucareira do norte⁴⁵⁵. Esse desenvolvimento ocorrido

⁴⁵³ KELLER, Suzanne, *O destino das elites*, Rio de Janeiro, Forense, 1967.

⁴⁵⁴ NEVES, Maria M. R. de N., 2001(a), p. 175.

⁴⁵⁵ O norte (anterior à divisão) de Mato Grosso irá recuperar sua economia a partir dos projetos de povoamento e colonização que o governo federal passou a promover na década de sessenta e setenta, e que assinalava para um tempo de grandes conflitos em especial no extremo norte do estado. Sobre os conflitos trazidos pelo projeto do governo federal para a colonização de áreas em Mato Grosso e as motivações presentes em tais ações consultar: RIBEIRO, José D., *op. cit.*, 2008.

no sul a partir da construção dos caminhos de ferro⁴⁵⁶, que não chegaram ao norte de Mato Grosso, gerou uma fissura entre as duas regiões tanto ao nível económico como de desenvolvimento cultural que aparentemente foi responsável - devido às oportunidades oferecidas - pelo surgimento de uma elite política sulista mais jovial quando comparada à nortista.

Ao considerarmos o número total de eleitos pelo norte e sul do estado por grupo etário, ainda no período militar, constatamos que o grupo etário com maior número de deputados estaduais eleitos entre 1966 e 1974 estava entre 31 e 35 anos de idade. Todavia, ao observarmos por região verifica-se que este fenómeno ocorreu devido à grande participação do sul na bancada da Assembleia Legislativa no período estudado.

TABELA 18 – FAIXA ETÁRIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS NAS 6ª, 7ª E 8ª LEGISLATURAS SEGUNDO A REGIÃO (NORTE/SUL) EM MATO GROSSO

| Faixa etária | Eleitos pelo sul | | | Eleitos pelo norte | | | Total por faixa etária |
|--------------|------------------|----------|----------|--------------------|----------|----------|------------------------|
| | 6ª | 7ª | 8ª | 6ª | 7ª | 8ª | |
| 26-30 anos | 2 | 1 | - | - | - | - | 3 |
| 31-35 anos | 5 | 5 | 5 | - | 2 | 2 | 19 |
| 36-40 anos | 2 | 3 | 6 | 3 | 0 | 1 | 15 |
| 41-45 anos | 2 | 1 | 3 | 4 | 2 | 1 | 13 |
| 46-50 anos | 6 | 1 | - | 2 | 1 | 5 | 15 |
| 51-55 anos | 2 | - | - | 1 | 1 | 2 | 6 |
| 56-60 anos | 3 | - | 1 | 1 | - | - | 4 |
| 61-65 anos | 2 | 1 | - | - | - | - | 3 |
| N | 24 | 12 | 15 | 11 | 6 | 11 | 79 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Pelos dados por região, durante todo o período da 6ª, 7ª e 8ª legislatura, verificou-se que o norte manteve a maior parte dos seus eleitos no grupo etário entre 46 e 50 anos de idade, fruto de uma elite consolidada económica e politicamente. O norte possuía neste período um menor número de cadeiras na Assembleia Legislativa, entretanto, os deputados desta região eram em grande parcela representantes de famílias tradicionais, que ao conquistarem a reeleição, determinaram um aumento da percentagem no período. Assim, mesmo com a contribuição jovial da elite política sulista, ocorreu um aumento constante na média de idade dos deputados estaduais em

⁴⁵⁶ Existe uma vasta historiografia mato-grossense que discute este tema, entre as várias obras cito: SIQUEIRA, Elizabeth M., *op. cit.*, 1990.

Mato Grosso, que será mais acentuado no terceiro período pós-divisão do estado quando o sul for separado.

Os deputados do sul possuíam média de idade inferior à média geral durante as três legislaturas do período militar. Na 6ª legislatura, na qual a média geral foi de 44,16 anos, os deputados do sul possuíam em média 42,79 anos, e os do norte 45,54 anos de idade. Na 7ª e 8ª legislatura verificou-se que esta diferença permaneceu gerando assim a média de 41,8 anos para deputado estadual em Mato Grosso no período entre 1967 e 1979, somado a diferença etária por região.

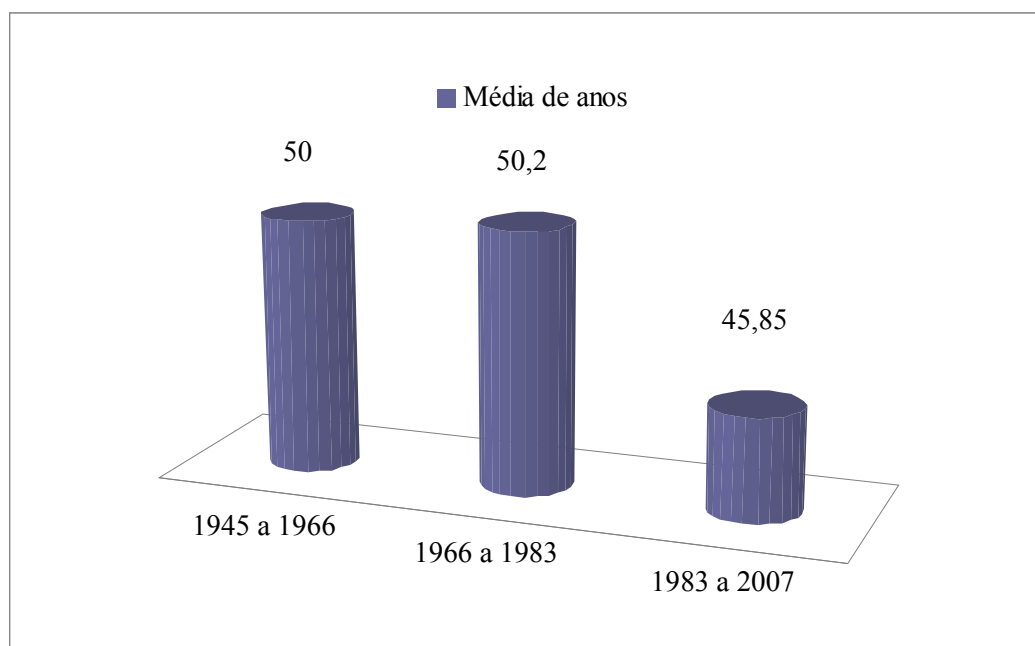
Independente da alteração do regime político e sistema partidário, houve um envelhecimento crescente dos parlamentares de Mato Grosso. No primeiro período, os parlamentares possuíam, aproximadamente, a média de 39 anos, no segundo período, 41 anos, e no terceiro período 43 anos de idade. Ou seja, durante a transição dos regimes políticos observou-se que ocorreu um envelhecimento contínuo de dois anos da faixa etária dos parlamentares de Mato Grosso, sendo possível que a reeleição possa ser o principal fator de explicação⁴⁵⁷.

1.2.3. Idade dos governadores de Mato Grosso no período de 1945 a 2007

Ao analisar a idade dos governadores foi verificada exatamente a tendência contrária dos deputados estaduais. Do primeiro período democrático para o período de ditadura, ocorreu inexpressiva alteração, de 50 anos na média geral para 50,2. Todavia, na transição da ditadura para o novo período de redemocratização, verificou-se expressiva queda na média geral de anos dos governadores.

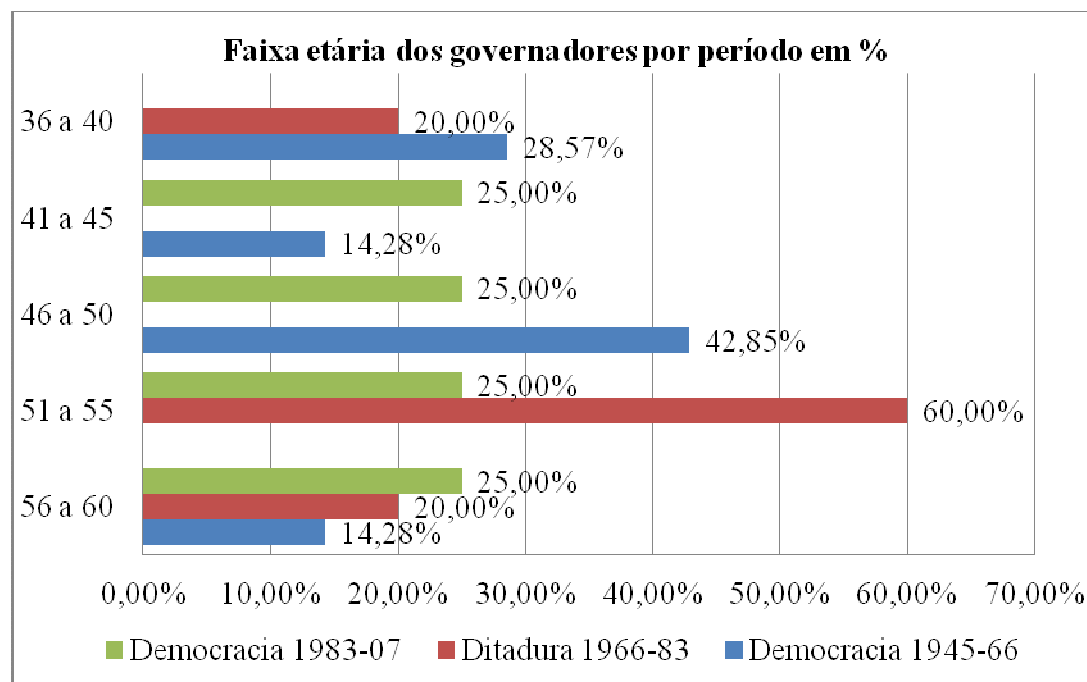
⁴⁵⁷ A relação entre envelhecimento da faixa etária dos parlamentares e a reeleição será melhor compreendida no próximo capítulo que discute a trajetória política da elite política de Mato Grosso.

GRÁFICO 13 – MÉDIA DE IDADE DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO POR PERÍODO⁴⁵⁸



Portanto, em relação à idade do Executivo, observamos que, no período de redemocratização após a queda da ditadura militar, ocorreu o rejuvenescimento da média geral de anos que passou a 45,85 anos entre 1983 e 2007.

GRÁFICO 14– DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO POR PERÍODO



⁴⁵⁸ Para todos os gráficos sobre os governadores foram utilizados currículos disponíveis em sites oficiais, principalmente da Câmara dos Deputados e Senado, tendo em vista que grande parcela dos deputados exercera esses cargos em sua carreira política. Foi utilizada também informação adquirida na Casa Civil e fornecida por familiares. No segundo período, na análise dos dados dos governadores, foi considerado até o ano de 1983.

O grupo etário predominante na ditadura militar, demonstrado no gráfico 14, foi de 51 a 55 anos com 60% dos governadores deste período. Já na redemocratização que seguiu a 1983, a faixa etária predominante situou-se entre 46 e 50 anos de idade com 42,85% dos governadores neste grupo. Tudo indica que o processo de redemocratização favoreceu a ascensão das carreiras dos políticos mais jovens no Poder Executivo.

2. Atributos adquiridos: perfil educacional e sócio-ocupacional

2.1. Perfil educacional

Os dados deste estudo demonstram o que já havia sido apontado nos estudos internacionais⁴⁵⁹ e nacionais⁴⁶⁰ sobre a importância da formação educacional de nível superior como uma característica fundamental no perfil da elite política, de tal forma que um diploma acadêmico se constituiu em quase exigência para o acesso ao “*clube*” da elite política. No perfil educacional dos parlamentares mato-grossenses analisados, constatou-se que 87,78% possuíam curso superior, confirmando assim o que os estudos acima citados apontaram, ou seja, a maioria possuía um nível elevado de escolaridade. Todavia, o diploma acadêmico os torna especiais em relação à maioria da sociedade, não exatamente pelo conhecimento que pressupõe, mas por situá-los em uma minoria privilegiada. Segundo os dados do IBGE para o ano 2000, 6,42% da população com vinte e cinco anos de idade ou acima possuía curso superior completo e, em Mato Grosso, a percentagem era ainda menor, ou seja, somente 4,88% da população com vinte e cinco anos ou mais possuía curso superior.

⁴⁵⁹ PUTNAM, Robert D., *op. cit.*, 1976.

⁴⁶⁰ Pode-se conferir esta discussão em vários estudos sobre elites políticas que demonstraram que a educação foi um importante requisito para se ter acesso aos postos de comando numa sociedade. Joseph Love afirmou que ter curso superior era uma credencial necessária para fazer parte da elite política paulista durante a Primeira República; Murilo de Carvalho demonstrou que a educação foi o principal meio de socialização e de recrutamento das elites políticas imperiais; Fleischer discutiu a importância da educação para o recrutamento parlamentar no Brasil de 1946 a 1967. LOVE, Joseph, *op. cit.*, 1982; CARVALHO, José M., *op. cit.*, 2003; FLEISCHER, David, “O pluralismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967”, *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 1, Jan./Abr. 1981, pp. 49-75.

TABELA 19 – EDUCAÇÃO SUPERIOR: BRASIL E MATO GROSSO EM 2000

| Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível educacional concluído, sexo, situação do domicílio e grupos de idade | |
|--|------|
| Variável = Pessoas de 25 anos ou mais de idade (%) | |
| Nível educacional concluído = Superior – graduação | |
| Ano = 2000 | |
| Brasil e Unidade da Federação | |
| Brasil | 6,42 |
| Mato Grosso | 4,88 |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

O retrato do Poder Executivo também confirmou esta especificidade da elite, pois não foi encontrado nenhum governador que não possuisse curso universitário. Tanto o Governo do Estado quanto a Assembleia Legislativa refletiram uma disparidade entre o perfil da sociedade mato-grossense e aqueles que pelos seus atributos específicos foram recrutados para fazer parte da elite política. A diferenciação deste grupo não se dava apenas pelas posses económicas, mas, em especial, pelo capital cultural e social advindo deste⁴⁶¹. Formavam-se burocraticamente e partilhavam enquanto grupo de algumas características valorizadas por aqueles que escolhiam “quem iria governar”. Era um clube seletivo, dos “homens bons”, notáveis que não se construíram como heróis, mas que foram construídos pela estrutura social em que nasceram, pelas universidades que frequentaram e pelo treinamento que receberam.

Proveniente em sua maioria dos grupos privilegiados económica e socialmente, a elite política encontrada em Mato Grosso configurou-se em cada período estudado como relativamente homogênea em sua base socioeconómica. Entretanto, segundo Carvalho, a homogeneidade da elite não provém somente de sua base social. “*Na América Latina, as elites do século XIX eram recrutadas nas classes dominantes, mas a experiência mostrou que isso não era suficiente para mantê-las unidas. Conflitos entre setores dessas classes, interesses regionais, pressões externas, tudo levou à fragmentação da colônia espanhola, a despeito de certa homogeneidade social da elite*”⁴⁶².

⁴⁶¹ Os conceitos de capital cultural e capital social podem ser melhor compreendidos através das seguintes obras: BOURDIEU, Pierre, *op. cit.*, 1998; PUTNAM, Robert D., *op. cit.*, 1976. Na literatura brasileira e regional, muitos estudos enfatizam o caráter exclusivista (para poucos) da educação brasileira no período colonial (até 1834), imperial (até 1898) e ainda no período da 1ª República (até 1930). Cf. CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003 e SIQUEIRA, Elizabeth M., *op. cit.*, 1999.

⁴⁶² CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003, p. 35.

No século XIX, o que efetivamente homogeneizou a elite brasileira foi o processo de socialização, treinamento e carreira destes aspirantes à elite política⁴⁶³. Pode-se considerar que esta tese também é válida para os séculos XX e XXI na medida em que se observa algo muito semelhante em Mato Grosso, onde, em especial, para o Poder Executivo, encontramos uma elite proveniente em sua totalidade de uma situação socioeconômica privilegiada. Esta elite teve acesso a um curso superior e estava inserida dentro dos “notáveis” de seu tempo, o que se pode ainda constatar pela sua participação em associações civis como a maçonaria e o Rotary Club.

2.1.1. Perfil educacional dos parlamentares

Não podemos afirmar que a ausência de um diploma de curso superior se constitui em constrangimento à participação do indivíduo no poder político, seja no Legislativo ou no Executivo, mas é certo que a posse de alto nível de instrução foi constatada como um atributo fundamental para o ingresso na carreira política. A tabela 20 apresenta o perfil educacional agregado por categorias de níveis de educação com objetivo de facilitar um primeiro olhar panorâmico sobre o perfil educacional dos deputados estaduais de Mato Grosso.

TABELA 20 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PARLAMENTARES EM MATO GROSSO

| Nível de escolaridade ⁴⁶⁴ | Frequência | % |
|--------------------------------------|------------|--------|
| Alta escolaridade | 309 | 87,78% |
| Média escolaridade | 36 | 10,22% |
| Baixa escolaridade | 5 | 1,42% |
| Número conhecido ⁴⁶⁵ | 352 | 100% |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

No caso de Mato Grosso, a Universidade Federal foi instaurada somente no início da década de setenta, acentuando ainda mais o caráter restrito do acesso a um

⁴⁶³ Tese central defendida por José Murilo de Carvalho na análise da elite política no período Imperial. CARVALHO, *op. cit.*, 2003.

⁴⁶⁴ Segundo a definição brasileira dos níveis escolares, temos: o ensino fundamental que compreende os primeiros oito anos de estudos; o ensino médio que compreende os três anos seguintes, e o ensino superior que é qualquer forma de curso universitário. Consideramos baixa escolaridade para o ensino fundamental, média escolaridade para o ensino médio e alta escolaridade para o ensino superior.

⁴⁶⁵ Em todo o período estudado ocorreram 516 mandatos, contudo, não foi possível conhecer a escolaridade dos parlamentares em 164 mandatos (31,78%).

curso superior, anterior à sua criação. Na maior parte do período estudado era necessário sair para outro estado brasileiro para poder fazer um curso superior. Os letrados de Mato Grosso formavam assim uma verdadeira elite economicamente privilegiada, pois somente as famílias com poder econômico podiam sustentar seus filhos em outras capitais brasileiras com objetivo educacional.

TABELA 21 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PARLAMENTARES POR PERÍODO

| Nível de escolaridade | Democracia 1ª a 5ª % | Ditadura 6ª a 8ª % | Democracia 9ª a 15ª % | Total % |
|-----------------------|----------------------------|--------------------------|-----------------------------|------------|
| Alta escolaridade | 86,82 | 98,07 | 86,54 | 87,78 |
| Média escolaridade | 9,13 | 1,92 | 13,45 | 10,22 |
| Baixa escolaridade | 3,87 | | | 1,42 |
| Número conhecido | 129 | 72 | 171 | 352 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

As mudanças de regime político não alteraram a predominância dos indivíduos com alta escolaridade na elite política presente na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Entretanto, tanto no primeiro quanto no segundo período democrático, a percentagem com alta escolaridade esteve um pouco abaixo da média geral do período estudado.

Durante a ditadura foi diagnosticado o maior índice de indivíduos com alta escolaridade, sendo que 98,07% dos deputados estaduais possuíam algum curso superior. Esse dado aponta para a maior exigência do atributo educacional neste período, assim como a maior incidência de parlamentares com média escolaridade no período de redemocratização indica uma tímida diminuição da exigência de alta escolaridade, ou seja, de formação acadêmica. Esse dado, se analisado à luz da questão democrática, pode assinalar como ampliação do acesso aos postos de elite.

Portanto, a educação se apresentou como um atributo não apenas valorizado, mas praticamente indispensável para aqueles que almejaram a posição de elite política em Mato Grosso. Em relação aos cursos acadêmicos, a principal formação universitária foi em Ciências Jurídicas com 44,03% dos parlamentares portadores deste diploma. A preferência da elite brasileira pela formação jurídica vem de longa data. *“Os juristas e magistrados exerceram um papel de grande importância na política e na administração portuguesa e brasileira. Tratava-se de uma elite sistematicamente treinada, sobretudo*

*graças ao ensino do direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290*⁴⁶⁶. Desde os tempos coloniais, os grupos economicamente dominantes no Brasil enviavam seus filhos para as universidades europeias.

A discussão sobre esta preferência no perfil da elite política brasileira foi realizada por outros pesquisadores brasileiros. Segundo Carvalho⁴⁶⁷, mais de 70% da elite política do Brasil Império tinham formação jurídica, dado corroborado pelo trabalho de Love⁴⁶⁸ sobre a elite política paulista durante a República Velha. Com o passar dos anos, essa situação se alterou substancialmente. Alguns estudos mais recentes sobre a elite política federal demonstraram que, apesar da predominância da formação jurídica, se comparado a períodos anteriores, tem diminuído paulatinamente seu peso em percentagem de cadeiras parlamentares⁴⁶⁹.

No caso de Mato Grosso, essa alteração acompanhou o aumento do número de engenheiros ligados à construção das infra-estruturas nos novos locais de colonização do estado. Assim, o número geral de indivíduos com formação em Direito ou em Engenharia foi predominante.

Segundo Barrozo⁴⁷⁰, o governo federal foi responsável pela implantação dos projetos de colonização que redefiniram a composição social e económica de Mato Grosso. Em Mato Grosso dos anos cinquenta, o termo colonização significava uma política de ocupação que buscava preencher os espaços vazios com aqueles que estivessem dispostos a se deslocarem para o Norte, criando assim núcleos de povoamento e de produção agrícola que, naturalmente, serviriam também para guardar as fronteiras brasileiras nestas regiões pouco povoadas. Essa política iniciada no governo de Getúlio Vargas na década de 40 ficou conhecida como “Marcha para o Oeste”.

Getúlio Vargas sempre expressou em seus discursos o desejo de integrar o Centro-Oeste e a Amazônia ao restante do Brasil, sendo então necessário formar uma infra-estrutura que permitisse a execução desse sonho. Com este fim, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Económica da Amazônia (SPVEA). Também foram construídas as Colônias Agrícolas Nacionais, entre os anos 1941 e 1944.

⁴⁶⁶ CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003, p. 31.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p.84.

⁴⁶⁸ LOVE, Joseph, *op. cit.*, 1982, p. 393.

⁴⁶⁹ RODRIGUES, Leôncio M., *op. cit.*, 2002.

⁴⁷⁰ BARROZO, João C., *op. cit.*, 2008.

Contudo, segundo Lenharo⁴⁷¹, tanto a “Marcha para o Oeste” quanto as colônias agrícolas, na prática efetiva, não conseguiram grande sucesso.

O sonho da “Marcha para o Oeste” foi retomado nos anos setenta durante a ditadura. Os militares, como já salientamos anteriormente, buscavam apaziguar conflitos com os “sem terras” no sul do Brasil, assim como resguardar as fronteiras do território brasileiro por intermédio dos núcleos de ocupação. Espaços vazios em locais de fronteiras com as nações vizinhas eram vistos como perigosos.

*“Na década de 1970, sob o governo militar, foi lançada a Operação Amazônia, cuja proposta foi atacar em várias frentes os problemas da região. Foram criados órgãos e programas federais, entre os quais podemos destacar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco da Amazônia S. A. (BASA), o Pólo da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Pólo do Nordeste (POLONORDESTE), o Pólo dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa da Borracha (PROBOR), com o objetivo de viabilizar a ocupação produtiva da Amazônia e Centro-Oeste”*⁴⁷².

Assim, em Mato Grosso, foi implantada uma série de projetos de ocupação conduzidos por empresas privadas que recebiam incentivos fiscais do estado. A maioria dos agricultores que se dirigiam para Mato Grosso era proveniente do sul do Brasil. A propaganda sobre a vantagem destas novas terras baratas foi divulgada principalmente no Paraná, pois tinham como objetivo minimizar os conflitos por terra.

A partir da década de setenta, com a instauração de muitos novos núcleos de povoamento agrícola, começou a ocorrer o aumento da necessidade dos profissionais ligados ao planejamento e à construção das infra-estruturas. Muitos destes profissionais eram funcionários públicos que foram transferidos, ou mesmos integrantes das empresas privadas de colonização. Destes núcleos começaram a surgir muitos novos municípios com uma elite agropecuária com necessidades regionais que buscou representação política. Na tabela 22 observa-se o aumento do número de parlamentares com formação em Engenharia.

Também foi constatado que a presença dos parlamentares com formação em direito cresceu do primeiro período democrático para o período ditatorial. Na mudança

⁴⁷¹ LENHARO, Alcir, *Em nome do progresso: a colonização em Mato Grosso nos anos 40 e 50*, São Paulo, Jul. 1983, Relatório de Pesquisa., *apud* BARROZO, João C., *op. cit.*, 2008, p.18.

⁴⁷² BARROZO, João C., *op. cit.*, 2008, p. 19.

do período ditatorial para a redemocratização, ocorreu o declínio dos indivíduos com formação jurídica. Somente no primeiro período foi possível encontrar a existência de parlamentares com educação fundamental, ou mais precisamente, primária. Foram em sua maioria garimpeiros que construíram sua posição social independente da escolaridade. Nos outros períodos não encontramos a formação fundamental, seja porque realmente não havia, seja porque não nos foi possível conhecer com precisão os dados sobre a situação educacional de todos os parlamentares⁴⁷³.

TABELA 22 – FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS PARLAMENTARES DE MATO GROSSO

| Formação escolar | I período Democracia | | II período Ditadura | | III período Redemocratização | | Total | | Total por nível % |
|--------------------|----------------------|------|---------------------|-------|------------------------------|-------|-------|-------|-------------------|
| | | % | | % | | % | | % | |
| Direito | 71 | 55 | 29 | 55,76 | 55 | 32,16 | 155 | 44,03 | 87,78 |
| Engenharia | 13 | | 5 | | 28 | | 46 | | |
| Medicina | 20 | | 7 | | 16 | | 43 | | |
| Farmacêutico | | | | | | | | | |
| Contabilidade | 4 | | 3 | | 22 | | 29 | | |
| Administração | | | | | | | | | |
| Economia | | | | | | | | | |
| Jornalismo | 3 | | 4 | | 16 | | 23 | | |
| Ciências, Letras | 1 | | 3 | | 9 | | 13 | | |
| Ensino médio | 12 | 9,30 | 1 | 1,92 | 25 | 14,61 | 38 | 10,79 | 10,79 |
| Ensino Fundamental | 5 | 3,87 | | | | | 5 | 1,42 | 1,42 |
| Número conhecido | 129 | | 52 | | 171 | | 352 | | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

No primeiro período investigado de 1947 a 1966, a educação fundamental no Brasil possuía maior reconhecimento social, assim como constava nas fichas

⁴⁷³ Esses dados estatísticos devem ser relativizados: os 87,78% de mandatos (309 mandatos) que apresentavam formação escolar superior, os 10,79% (38 mandatos) com formação média, e 1,42% (5 mandatos) com formação fundamental foram calculados com base no número conhecido, ou seja, o número de mandatos em que foi possível conhecer a informação sobre formação escolar. De 516 mandatos conseguimos as informações de 352, sendo 164 desconhecidos.

parlamentares a formação escolar dos indivíduos. A partir do período da ditadura militar as fichas parlamentares trouxeram somente as profissões.

2.1.2. Formação educacional dos governadores do estado de Mato Grosso

Na análise do Poder Executivo, evidenciamos a importância de uma formação educacional superior que figurou como dado fundamental na construção do perfil da elite política: dos dezoito governadores analisados, todos possuíam alguma formação superior. A formação nos cursos de Engenharia e Direito continuou predominante da mesma forma que havia ocorrido no Poder Legislativo

Entretanto, constatamos o maior peso da formação em Engenharia com 49,99% no total dos mandatos em todo o período estudado, seguido pela formação em Direito com 33,33%, apontando assim para uma inversão de prioridade em relação ao Poder Legislativo. Aparentemente, a formação mais técnica sobrepujou a humanística quanto ao atributo educacional valorizado no recrutamento para o Poder Executivo. A maior presença de engenheiros no governo foi diagnosticada no período de 1966 a 1983 durante o Governo Militar, em que 60% dos governadores possuíam formação em Engenharia Civil ou em Agronomia.

TABELA 23 – FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO⁴⁷⁴

| Formação acadêmica | Democracia 1945 a 1966 % | Ditadura 1966 a 1983 % | Democracia 1983 a 2007 % | 1945 a 2007 % |
|----------------------------|--------------------------------|------------------------------|--------------------------------|------------------|
| Direito | 33,33% | 40% | 28,57% | 33,33% |
| Engenharia | 33,33% | 60% | 57,14% | 49,99% |
| Medicina | 33,33% | | | 11,11% |
| Administração, Economia | | | 14,28% | 5,55% |
| Número conhecido | 6 | 5 | 9 | 20 |

⁴⁷⁴ Os dados referentes aos governadores Fernando Corrêa da Costa e Dante de Oliveira foram contabilizados duas vezes devido ao duplo mandato, consecutivo ou não consecutivo, desempenhado por ambos. Contudo, no primeiro período não foi possível confirmar os dados do governador Jari Gomes (01.07.1950 a 31.01.1951) que governou por aproximadamente sete meses, assim, ao contrário de sete mandatos foram considerados apenas seis.

O alto nível educacional apresentado pela elite política mato-grossense, tanto no Legislativo quanto no Executivo demonstrou, como já foi discutido, uma grande diferença em relação ao que ocorreu na maior parte da sociedade brasileira. Isto pode ser indicativo da base socioeconômica privilegiada destes letrados.

Em sua teoria das elites, Putnam alertou para a importância do nível de escolaridade e a relação deste com a base socioeconômica do indivíduo. Na verdade, o nível educacional se apresenta como um dos atributos mais valorizados na composição das elites políticas, talvez mais importante que a própria origem social do aspirante à elite política. Contudo, salienta o autor que a educação pode estar profundamente relacionada, ou mesmo, condicionada pela posição, na estrutura socioeconômica, da qual ele seja proveniente⁴⁷⁵. Desta forma, é necessário analisar na sequência a situação social dos membros da elite política, por meio da sua ocupação profissional.

2.2. Perfil sócio-ocupacional do Poder Legislativo e Executivo: deputados estaduais e governadores

Com o objetivo primordial de relacionar profissão e posição social, a seguir será realizada a análise das profissões que os governadores e deputados estaduais de Mato Grosso desempenharam. Também buscou-se observar quais foram as profissões que predominaram e discutir se estas possuem maior afinidade com a atividade política.

2.2.1. Profissão: deputados estaduais

Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso predominaram, em todo o período analisado, as seguintes profissões: em primeiro lugar advogado, em segundo lugar empresário, e em terceiro lugar proprietário fundiário. Contudo, estes dados necessitam ser relativizados, pois a maioria dos advogados tinham como “segunda ocupação” a atividade agropecuária, assim como uma grande parcela dos empresários eram do ramo do agronegócio.

⁴⁷⁵ PUTNAM, Robert D., *op. cit.*, 1976.

Ao olharmos por período, constatou-se que, diferentemente do que ocorreu em muitos países sul-americanos, houve pequena participação militar no Poder Legislativo após 1967. Durante o primeiro período estudado (1947-66), foi encontrado o maior número de militares na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com um percentual de 9,39% do total dos parlamentares. Após esse período, a presença militar será ainda mais reduzida no Legislativo (1,36%); é possível que esta tímida participação militar durante a ditadura ocorrida entre a 6ª e a 8ª legislatura (1967-78) se deva ao facto de que os militares neste momento não participavam em grande escala no Poder Legislativo, estando ele totalmente subordinado ao Executivo. Esta parece ser uma tendência nacional, que carece todavia de verificação empírica.

A 1ª legislatura de 1947 a 1950 ofereceu um bom retrato do que foi encontrado em todo o período. Dos trinta e cinco deputados estaduais desta legislatura (com informação confirmada), catorze representavam o norte e vinte e um representavam o sul (desde o início do período o sul despontava politicamente). Nesta legislatura, quase metade dos parlamentares eram advogados (catorze) e mais da metade tinham formação em direito, sendo seis no norte e oito no sul. A segunda profissão com maior incidência foi de agropecuária com cinco parlamentares, sendo somente um do norte. A seguir, vieram os militares estando igualmente divididos em dois no sul e dois no norte e, posteriormente, médicos e funcionários públicos, ambos elegeram três deputados cada. A diferença está na região que o profissional representa: os funcionários públicos se concentravam exclusivamente no norte, já em relação aos médicos, os três representavam o sul de Mato Grosso e por último o norte elegeu dois comerciantes ligados ao garimpo.

As preferências regionais por algumas profissões como traço singular ainda são relativamente suaves: tanto o número de advogados quanto de militares estava relativamente equilibrado nas duas regiões. A principal diferença constatada foi a maior concentração de agropecuaristas e médicos no sul e de funcionários públicos e comerciantes ligados ao garimpo no norte. Confirmamos, portanto, a tese de que as elites serão selecionadas segundo o contexto no qual estejam inseridas e das necessidades das sociedades da qual sejam provenientes.

Desta forma, as regiões de garimpo irão escolher um indivíduo que, ao ser fruto deste local, partilha não apenas de atividade profissional semelhante a seu grupo social, mas tem interesse em suprir as mesmas necessidades estruturais no local onde possua

sua atividade. Simplificadamente, um comerciante de garimpo vai defender melhorias para a região de garimpo, portanto, alguém que resida em Campo Grande ou Cuiabá não teria o mesmo interesse em elegê-lo que alguém que resida no extremo norte do estado em uma região de garimpo. Assim como, o maior peso dos agropecuaristas no sul, constitui-se em indicativo do desenvolvimento agropecuário da região e o funcionalismo público do norte representa, se não a totalidade, uma parcela dos interesses da sociedade da capital administrativa.

É ainda interessante observar que as profissões de advogado e agropecuarista foram predominantes no primeiro e segundo período, contudo, até ao meio do século XX, não havia universidade em Mato Grosso e até a construção de Brasília, a capital do Brasil era no Rio de Janeiro, assim grupos dominantes economicamente enviavam seus filhos para realizar seus estudos na capital carioca⁴⁷⁶. Constatou-se que a principal opção foi a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. A grande participação de agropecuaristas se deve à tradição pecuária e agrícola do estado.

Entre 1967 e 1978 ocorreram três legislaturas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso em um contexto de forte discussão sobre as diversidades presentes entre o sul e o norte do estado, sendo um período de importante afirmação da identidade política regionalizada. Desta forma, buscou-se analisar em cada legislatura quais atributos possuíam estes candidatos que fomentaram o interesse dos partidos e mesmo da sociedade mato-grossense.

Para compreender a questão assinalada, analisou-se a variável profissão comparativamente por região em cada legislatura do período militar. Na primeira legislatura deste período, a região norte de Mato Grosso elegeu três advogados, um industrial, um engenheiro agrônomo, dois agropecuaristas, um comerciante, um empresário do ramo agrícola e um farmacêutico.

A região sul elegeu seis pecuaristas e um professor e proprietário rural totalizando sete candidatos ligados à atividade pecuária. O sul do estado desenvolveu-se no final da década de sessenta, e possuía forte peso na economia do estado desde que as

⁴⁷⁶ Existe uma vasta literatura de história regional que aborda a questão educacional em Mato Grosso e que fazem referência as divisões existente na sociedade e no acesso a educação. Entre elas podemos citar: GALETTI, Lylia da S. G., *op. cit.*, 1994; SIQUEIRA, Elizabeth M., *op. cit.*, 1999; LEITE, Gervásio, *Um Século de Instrução Pública*, Cuiabá, Rio Bonito 1970; CRUDO, Matilde Araki, *Os Aprendizes do arsenal de Guerra de Mato grosso: Trabalho Infantil e Educação (1842-1899)*, tese de doutorado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.

tradicionais usinas de açúcar, situadas predominantemente no norte, haviam declinado nos anos trinta. Também elegeu ainda dois militares, sendo que um era advogado, gerando um total de oito advogados eleitos na 6ª legislatura somente no sul do estado. Ainda foram eleitos um engenheiro eletrônico, dois médicos, um jornalista e quatro comerciantes. Aparentemente, a concentração dos profissionais liberais na região Sul de Mato Grosso foi o resultado do desenvolvimento da região após o impulso gerado pela construção dos caminhos de ferro.⁴⁷⁷

Comparativamente, a região norte elegeu predominantemente profissões relacionadas com as atividades agrícolas enquanto a região sul esteve mais voltada para a pecuária e as profissões liberais. Conjuntamente, as profissões predominantes em Mato Grosso na 6ª legislatura foram as de advogado, perfazendo 27,77% dos eleitos, seguidas pelas atividades agropecuárias com igualmente 27,77% da bancada da Assembleia Legislativa. Desta forma, entre 1967 e 1970, advogados e agropecuaristas ocupavam mais da metade das cadeiras parlamentares.

Assim, as principais profissões eleitas foram o reflexo da própria realidade vivenciada pelos grupos dominantes no período da 6ª legislatura, predominantemente pecuaristas e profissionais liberais no sul, e agropecuaristas no norte. O sul mantinha a maioria do poder econômico da bancada da Assembleia no início dos anos setenta, enquanto o norte vivia um momento de recuperação de fôlego no desenvolvimento econômico e de reconfiguração da sua fronteira agrícola com o início do desenvolvimento de novas lavouras e com a experimentação de novos produtos, a exemplo do café.

Na 7ª legislatura, as profissões predominantes entre os deputados eleitos com residência no norte do estado foram funcionários públicos, seguidos por agricultores e proprietários rurais. Dos sete deputados eleitos pelo norte havia três funcionários públicos, sendo que um dentre eles era promotor de justiça e outro era proprietário rural. Também foram eleitos um engenheiro agrônomo e um agricultor. Os deputados do norte representavam em sua maioria as tradicionais elites políticas até então existentes no estado, sendo apenas elites políticas, mas também burocráticas na medida em que o estado concentrava sua administração na capital Cuiabá localizada na região Norte.

⁴⁷⁷ Cf. SIQUEIRA, Elizabeth M., *op. cit.*, 1990.

Entre os deputados estaduais eleitos que residiam na região Sul do estado, predominaram as profissões liberais e ligadas à pecuária, sendo que quatro eram advogados e um deles também era proprietário rural, e outro era assessor da Companhia de Desenvolvimento de MT entre 1965 e 70 (portanto, não era funcionário público mas realizava assessoria ao Estado). Nas profissões liberais observou-se um dentista, um jornalista e um contador, este último com somente vinte e oito anos, ocupando o lugar de mais jovem da legislatura. Dois comerciantes e dois pecuaristas completavam a lista dos eleitos com residência no sul do estado.

O início dos anos setenta em Mato Grosso foi marcado por muitas disputas jurídicas pela propriedade e posse da terra e isto, aparentemente, contribuiu para aumentar a importância social de profissões relacionadas com o Direito e, em especial, advogados. Dos dezoito deputados pesquisados na 7ª legislatura, seis haviam feito Direito e cinco eram advogados que atuavam na profissão.

No período em que ocorreu a 8ª legislatura, Mato Grosso vivenciava com intensidade a discussão sobre a necessidade de o governo federal reconhecer a existência concreta de duas entidades estatais dentro de um único estado. Segundo uma razoável parcela da sociedade mato-grossense, era urgente a necessidade de moldar a forma jurídica sobre uma realidade que já existia na prática. Era necessário fundar o novo Mato Grosso com a divisão do território, o sul deveria ser a partir de então Mato Grosso do Sul e o norte seria Mato Grosso do Norte.

Nesta legislatura, constatamos que houve o crescimento das profissões liberais, tanto no norte como no sul. Advogados continuaram a liderar na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, sendo cinco eleitos pelo sul e cinco pelo norte. Em ambas as regiões esteve presente a figura profissional de funcionário público, seja como serventuário da justiça ou prestador de serviço como o agrimensor. Pelo norte ocorreu a eleição de um pecuarista e um agricultor enquanto no sul, além dos cinco advogados e um serventuário de justiça, foram eleitos dois jornalistas, três comerciantes, dois contadores e dois dentistas.

TABELA 24 – PERFIL PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS 1947-2007

| Profissão | 1ª a 5ª % | 6ª a 8ª % | 9ª a 15ª % | Total Nº | Total % |
|---|--------------|--------------|---------------|-------------|--------------|
| Advogado | 31,54 | 30,76 | 17,90 | 112 | 24,34 |
| Empresário (comerciante e industrial) | 8,72 | 16,66 | 21,39 | 75 | 16,30 |
| Proprietário fundiário (agricultura e pecuária) | 15,43 | 20,51 | 14,84 | 73 | 15,86 |
| Médico, odontologista e farmacêutico | 13,42 | 10,25 | 6,11 | 42 | 9,13 |
| Engenheiro (agrimensor, elétrico e civil) | 3,35 | 5,12 | 10,04 | 32 | 6,95 |
| Funcionário público | 4,02 | 3,84 | 8,73 | 29 | 6,30 |
| Jornalista e radialista | 0,67 | 5,12 | 14 | 19 | 4,13 |
| Militar | 9,39 | 2,56 | 2 | 18 | 3,91 |
| Procurador, promotor, desembargador e juiz | 10,06 | 1,28 | 2 | 18 | 3,91 |
| Professor universitário | | | 12 | 12 | 2,60 |
| Administrador, economista | | 3,84 | 7 | 10 | 2,17 |
| Escrevente, tabelião | 2,01 | | 6 | 9 | 1,95 |
| Contador, piloto civil | 0,67 | | 7 | 8 | 1,73 |
| Pastor | 0,67 | | 1 | 2 | 0,43 |
| Professor (educação básica) | | | 1 | 1 | 0,21 |
| Número conhecido | 149 | 78 | 229 | 460 | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

No terceiro período estudado observamos que ocorreu um crescimento da profissão de empresários, sejam industriais ou comerciantes. A explicação para este aumento se encontra no facto de Mato Grosso ter passado por grande expansão de seus municípios a partir de um projeto do governo federal com empresas privadas de colonização, trazendo um grande número de imigrantes e também de tecnologia que viriam industrializar tanto a agricultura quanto a pecuária no estado.

Este período pós 1979 foi também marcado pela transição do bipartidarismo para o pluripartidarismo. Neste período pós ditadura, o Brasil vivenciou em curto espaço de tempo o nascimento de grande quantidade de partidos políticos e, aparentemente, este excesso dificultou ao eleitor que visualizasse com alguma clareza o processo eleitoral, a ideologia dos partidos e mesmo o próprio governo. Isto terminou na construção de um processo eleitoral comandado por figuras ilustres em que o candidato foi mais importante que o partido e o eleitor não observava o partido e sim a pessoa do candidato. Ou seja, esse período foi marcado por um processo de personalização dos indivíduos que foram escolhidos para comporem a elite política.

Esse processo de valorização do candidato em detrimento do partido, segundo o novo contexto histórico de redemocratização, foi extremamente marcante em Mato Grosso, a partir da década de noventa, quando a proximidade com a comunidade favoreceu a eleição de candidatos ligados aos meios de comunicação e saúde. Ainda que não tenham ocupado a maioria das cadeiras parlamentares, o aumento crescente da sua presença foi indicativo desta característica do recrutamento pós ditadura.

A 9ª legislatura, que teve início em 1979, ainda durante o lento processo de abertura política que instaurou o multipartidarismo, teve como predominante as profissões relacionadas com a atividade agropecuária. Segundo os dados apontados nas fichas parlamentares, sete dos vinte e sete eleitos eram agropecuaristas ou pecuaristas, dois eram empresários, quatro comerciantes, dois engenheiros civis e um agrimensor. Na “grande Cuiabá”, ou seja Cuiabá e Várzea Grande, ocorreu a predominância de atividades ligadas ao comércio e à indústria, assim como de funcionários públicos. Três eram advogados, um comerciante, um jornalista, um administrador, um economista, um engenheiro civil e dois funcionários públicos, sendo que um era promotor de justiça.

As atividades profissionais que apareceram em maior número na 10ª legislatura estavam relacionadas com a atividade agropecuária em quase todas as regiões, excetuando os municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Segundo os dados apontados nas fichas parlamentares, nove dos trinta e dois eram agropecuaristas ou pecuaristas, três comerciantes, três engenheiros civis, quatro funcionários públicos e dois professores. Assim como na legislatura anterior, na grande Cuiabá predominaram as profissões de advogado e funcionário público.

Quanto às profissões observamos que, na 11ª legislatura, ocorreu a diminuição das atividades diretamente ligadas à agropecuária. A profissão predominante foi a advocacia com oito advogados, seguidos por quatro engenheiros, três funcionários públicos e três professores, assim como profissionais ligados à comunicação e à saúde. Aparentemente, a capacidade de se comunicar com a comunidade de forma direta foi um atributo valorizado pelos partidos, pois, os partidos políticos eram e são os selecionadores. São eles que, segundo suas necessidades, escolheram e determinaram aqueles que poderiam competir no pleito. Com base nesta tese, entende-se que o aumento da participação de profissões ligadas à comunicação e à saúde foi uma resposta à busca dos partidos em adequar seus candidatos às demandas do eleitorado. A 11ª legislatura teve início nos fins dos anos oitenta, período após a redemocratização no

qual os meios de comunicação com maior liberdade ganhavam cada vez mais importância social. A área da saúde seguiu a mesma lógica, pois, em Mato Grosso, muitos novos municípios haviam sido criados nesta década e a carência de profissionais, em especial de médicos e de enfermeiros, aumentou o prestígio social destas profissões.

Na 12ª legislatura observamos, juntamente com a maior diversificação nos municípios que elegeram deputados estaduais, o crescimento significativo da participação do norte e sudoeste. Nas profissões também foi possível constatar maior diversidade, houve a diminuição do número de advogados e de funcionários públicos, e houve o aumento de atividades ligadas ao processo de colonização do norte e sudoeste de Mato Grosso. Estas regiões foram colonizadas a partir de um projeto do governo federal que promovia incentivos para empresas colonizadoras privadas que se instalassem na região. O foco da produção era a atividade agropecuária. Assim, paralelamente ao desenvolvimento destas regiões, a Norte e Sudoeste de Mato Grosso observou-se o crescimento de profissões como empresários e agropecuaristas.

Na 13ª legislatura constatamos em relação às profissões que, permaneceu a tendência de ocorrer maior número de professores, advogados e funcionários públicos na região Centro-Sul e em especial na capital, e agropecuaristas e empresários nas outras regiões. O número de funcionários públicos sofreu um significativo aumento, e é interessante observar que todos estes se concentravam na grande Cuiabá. Também se observou que dos cinco empresários eleitos, quatro estavam na região Norte, sendo que os cinco não eram naturais de Mato Grosso.

Na 14ª legislatura continuaram a destacar-se os ofícios de advogado e funcionário público na região Centro-Sul, em especial na Grande Cuiabá, e nas outras regiões os ofícios ligados à atividade agropecuária. Observou-se o crescimento de atividades profissionais do ramo das comunicações, televisão e rádio, e relacionadas especificamente com o agronegócio e frigoríficos, tendência iniciada na 12ª legislatura.

Na composição profissional da 15ª legislatura constatamos que diminuiu o número de funcionários públicos e aumentou o número de profissões relacionadas com a comunicação direta com a população, como jornalista, radialista, professor, médico, pastor, isto em todo o estado, mas com predominância na capital. Todas as regiões de economia agropecuária continuaram a apresentar as profissões de empresário, produtor, pecuarista ou agropecuarista. O número de engenheiros foi intrigante: de trinta e sete

eleitos, cinco eram engenheiros, sendo quatro engenheiros civis e um engenheiro agrônomo. Contudo, ao comparar estes dados com a história dos candidatos, observou-se que a maioria dos eleitos era também empresário ligado ao ramo do agronegócio ou da colonização.

Sintetizando os dados das legislaturas do terceiro período, constatamos que a grande parcela dos industriais e comerciantes no terceiro período, pós-divisão do estado em 1977, podem ter sido, ao mesmo tempo, agricultores e pecuaristas, e ou integrarem a elite empresarial ligada à colonização das terras, e, neste sentido, permanecerem ligados a tradicional economia agrária no estado. A profissão de funcionário público, com 6,30% dos mandatos, diferente do que pensávamos, não apresentou uma percentagem relevante que pudesse indicar um peso do setor público no processo de recrutamento. Mesmo incorporando a alta magistratura que pertence ao setor público com 3,91% dos mandatos, o índice permaneceu baixo, ou seja, 10,21% do total das cadeiras da Assembleia Legislativa nos três períodos estudados.

Durante o primeiro e o segundo período pesquisados, a profissão de professor universitário não apareceu, porque em Cuiabá as universidades começaram a surgir na década de setenta. Ao relacionar as profissões (ofício), observamos que não foi possível discutir a categoria de político profissional (ocupação), então optamos por investiga-la a partir da trajetória política dos parlamentares. Este item será abordado no próximo capítulo, pois não encontramos nenhum documento onde os parlamentares identificassem como profissão a atividade política.

Concluindo, foi difícil fazer o enquadramento profissional dos deputados, na medida em que muitos deles apresentavam indicação de mais de uma profissão. Foi muito comum que os militares também fossem advogados, assim como, no terceiro período, os professores universitários, em grande parcela, eram médicos, advogados ou engenheiros. Sendo assim, optou-se por tomar apenas em consideração a ocupação principal de acordo com as informações recolhidas.

Em relação à categoria socioprofissional, esta elite política legislativa possuiu alguns aspectos comuns. Primeiro, em sua grande maioria eram agropecuaristas - ou mantinham sua economia gravitando à volta desta atividade – constituindo-se no principal grupo economicamente dominante no estado nos três períodos estudados. Mato Grosso teve e tem sua principal atividade econômica baseada na agricultura e na

criação de gado. Os grupos ocupacionais dos empresários e industriais são, de facto, em sua maioria, atividades de agronegócio ou possuem paralelamente as duas atividades. Portanto, se somarmos 16,30% de empresários, comerciantes e industriais que gravitam em torno do agronegócio com 15,86% de proprietários fundiários teremos 32,16% dos parlamentares provenientes de alguma atividade ligada à agropecuária. Segundo, a seguir a profissão de agropecuarista, a profissão de advogado foi a de maior peso, com grande parcela destes juristas formados da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, durante o primeiro e o segundo período. Este aspeto confirma a situação economicamente privilegiada desta elite que podia enviar seus filhos para estudar em outro estado, na então capital, e na mais prestigiada faculdade de Direito do país.

2.2.2. Profissão: governadores

A maioria dos governadores de Mato Grosso também estava, ao longo de suas carreiras, ligada à atividade agropecuária no estado. O rastreamento desta informação foi possível a partir de uma garimpagem, não apenas em seus currículos, mas também em artigos, reportagens e entrevistas. Em sua maioria, eram também proprietários rurais e pecuaristas. Contudo, a análise da formação profissional dos governadores foi baseada em seus currículos oficiais. Utilizamos dois critérios: primeiro, observamos a última profissão desempenhada pelo indivíduo⁴⁷⁸ anterior ao início da carreira política; segundo, partimos o dado do último cargo desempenhado anterior ao mandato de governador. A profissão que ficou em primeiro lugar foi a de político, tanto no primeiro tipo de análise, como no segundo.

⁴⁷⁸ Os casos em que não houve uma carreira política anterior foram contabilizados como “político”.

TABELA 25 - PERFIL PROFISSIONAL DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO 1945-2007
(com base na última profissão desempenhada anterior ao início da carreira política)

| Profissão | 1945 1966 % | 1966 1983 % | 1983 2007 % | Total % |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|------------|
| Político | 16,66 | 40 | 75 | 47,36 |
| Funcionário público (altos postos nomeados) | 16,66 | 40 | 12,5 | 21,05 |
| Médico odontologista e farmacêutico | 33,33 | | | 10,52 |
| Procurador, promotor, desembargador e juiz | 16,66 | 20 | | 10,52 |
| Advogado | 16,66 | | | 5,26 |
| Produtor rural (empresário de agronegócios) | | | 12,5 | 5,26 |
| Número conhecido | 6 | 5 | 8 | |

É importante observar que, dos vinte e um mandatos analisados, dois foram fruto de reeleição, e portanto, neste cálculo do perfil profissional, optou-se por não considerar o duplo registo. Sendo assim, foi constatado nos dezanove currículos dos governadores que pouco mais da metade (52,64%) haviam desempenhado efetivamente uma profissão anteriormente ao início da carreira política. Para 47,36% dos governadores, independentemente da formação académica, a profissão que exerceram foi a atividade política.

Os resultados que encontramos para o Poder Executivo apontam na direção de uma tendência à profissionalização do político na medida em que a categoria de “político profissional” foi predominante. A tendência à profissionalização também foi observada nos estudos sobre recrutamento ministerial na Europa⁴⁷⁹: aparentemente, tem sido uma característica das democracias modernas e de Mato Grosso possuir um grande número de políticos que vivem efetivamente da política ou fizeram dela sua principal atividade profissional ao longo de suas vidas. Parafraseando Weber⁴⁸⁰, estes indivíduos não vivem apenas para a política, mas vivem da política.

Em seguida, aparece a profissão de funcionário público em altos postos nomeados, como diretores de empresas estatais, secretários de obras e planejamento, intendentess, com 21,05%, indicando uma preferência no processo de recrutamento para

⁴⁷⁹ ALMEIDA, Pedro T., PINTO, António C., BERMEIO, Nancy (orgs.), *op. cit.*, 2006; BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (orgs.), *op. cit.*, 2000.

⁴⁸⁰ WEBER, Max, *op. cit.*, 2000.

o caráter técnico-profissional da formação política destes indivíduos. Ou seja, uma formação político-administrativa que parece lograr êxito no recrutamento para o cargo de governador do estado. O aspecto da profissionalização do político na esfera estatal ganha visibilidade quando observamos a sua trajetória até ao mandato de governador, por isso, esta discussão será melhor desenvolvida no próximo capítulo, onde será analisado a trajetória política dessa elite. Na tabela 26 observa-se tão somente a última atividade profissional desenvolvida por estes políticos anterior ao posto de governador.

TABELA 26 – ÚLTIMA PROFISSÃO ANTERIOR AO MANDATO DE GOVERNADOR

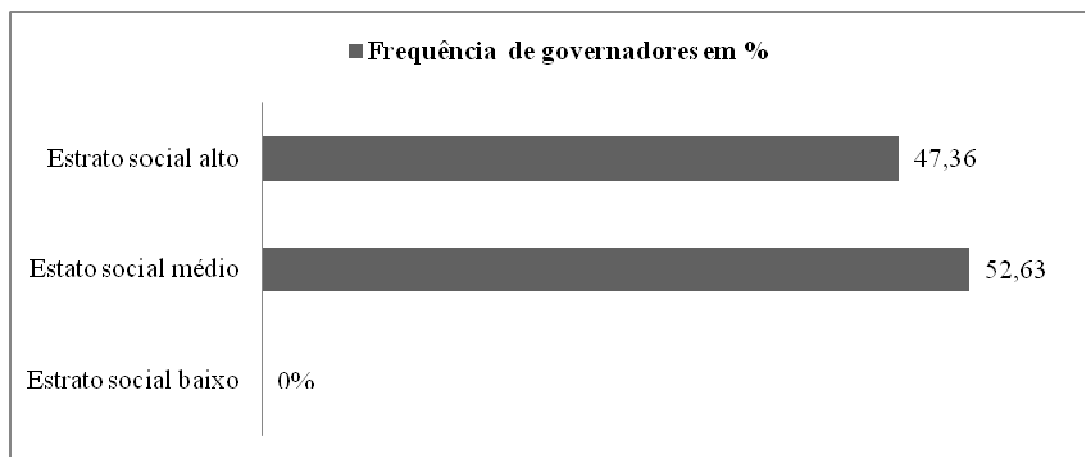
| Profissão | 1945 1966 % | 1966 1983 % | 1983 2007 % | Total % |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| Político | 49,99 | 80 | 87,5 | 73,68 |
| Funcionário público (altos postos nomeados) | 33,32 | 20 | | 15,78 |
| Empresário de agronegócio | | | 12,5 | 5,26 |
| Procurador, promotor, desembargador e juiz | 16,66 | | | 5,26 |
| N | 6 | 5 | 8 | |

Assim foi constatado que 94,82% estavam inseridos na esfera profissional pública, ou seja, inseridos na estrutura estatal. Na tabela 26 observa-se que 73,68% dos governadores desempenhavam como última atividade profissional algum cargo político eletivo, 15,78% ocupavam postos públicos nomeados, 5,26% estavam na alta magistratura e somente 5,26% eram provenientes da esfera privada.

Para melhor compreender o perfil socioeconômico dos governadores de Mato Grosso, foi realizada uma agregação entre as profissões. Posteriormente relacionamos os grupos de profissões com os níveis socioeconômicos que elas representam e com o status que possuem na sociedade. Então foi possível classificar os governadores nos estratos sociais adequados a sua atividade profissional⁴⁸¹. No gráfico a seguir, temos a hierarquização das profissões em três estratos sociais.

⁴⁸¹ Utilizamos a mesma metodologia aplicada no estudo das elites paranaenses onde a variável “estrato social” foi composta pelas categorias *Alto estrato social* (grande proprietário rural, grande proprietário urbano, executivo de empresa privada, político, altos cargos do setor público); *Médio estrato social* (médio proprietário rural ou urbano, profissional liberal, advogado atuante, professor universitário, funcionário público de médio ou baixo escalão, militar); e *Baixo estrato social* (pequeno proprietário rural ou urbano, trabalhador assalariado de empresa privada, professor de outros níveis). PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs.), *op. cit.*, 2007.

GRÁFICO 15 – ESTRATO SOCIAL DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO DE 1945 A 2007



Os dados encontrados demonstram que a camada social média é a que fornece a maioria dos nomes do Poder Executivo em Mato Grosso (52,63%) de forma muito semelhante ao que demonstrou o estudo de Perissinotto sobre o Paraná: segundo o pesquisador, 56,1% da elite política parlamentar entre os anos 1995 e 2002 vieram do estrato social médio da sociedade. Neste estrato social, as categorias de políticos profissionais e funcionários públicos são nomeados ou prestaram concurso, a exemplo da alta magistratura. É necessário observar que foram considerados como pertencentes ao *estrato médio*, indivíduos que se enquadrariam em *classe média alta* se fossemos mais detalhados, no entanto, buscou-se construir apenas três estratos gerais para a classificação.

Referente à percentagem oriunda do estrato social mais privilegiado, Mato Grosso possuiu um índice elevado se comparado ao Paraná, ou seja, enquanto, no estado sulista, 39,3% eram provenientes do estrato mais elevado socioeconomicamente, em Mato Grosso a percentagem foi de 47,36%. Neste estrato, os governadores foram classificados com profissões que os identificavam como grandes proprietários e políticos de carreira. Também diferente do Paraná, em Mato Grosso não foi constatada a presença de governadores que pertencessem ao *baixo estrato social*, configurando-se em um grupo social e economicamente muito homogêneo.

Para melhor compreender o processo de recrutamento operado em Mato Grosso, dentro desse grupo privilegiado, serão analisadas no capítulo seguinte as carreiras políticas dos deputados estaduais e governadores. Estes indivíduos, mais do que possuir o “gênero certo” e fazer parte de determinado grupo social, necessitaram percorrer uma trajetória específica na qual constavam os recursos organizacionais. Pois a estrutura

organizacional e o acesso a ela influencia, segundo Norris⁴⁸², a estrutura de oportunidades.

Assim o acesso aos cargos públicos, aos partidos políticos, tal como o apoio de entidades sociais parece ter sido fundamental para que estes indivíduos tenham sido selecionados. Para serem escolhidos eles deveriam não apenas ser um *estabelecido*, como dentre estes, deveriam se destacar dos demais pela sua trajetória, tanto pública quanto privada. Parafraseando Norbert Elias⁴⁸³, eles não poderiam ser um *outsider*, e desta forma, suas chances de excluir parcela de seus semelhantes na busca dos postos de comando residiria tanto na pertença social e de gênero quanto na carreira que tenham desempenhado e nas relações sociais que tenham estabelecido.

⁴⁸² NORRIS, Pippa, *op. cit.*, 1997.

⁴⁸³ Segundo Norbert Elias “*As figurações estabelecidos-outsiders possuem regularidades e divergências recorrentes. [...] No fundo sempre se trata do fato de que um grupo exclui outros das chances do poder e de status, conseguindo monopolizar essas chances. A exclusão pode variar em modo e grau, pode ser total ou parcial, mais forte ou mais fraca. Também pode ser recíproca. Em numerosas sociedades antigas, era total a exclusão das mulheres de posições no governo e de muitos outros cargos ou empregos. Frequentemente, essa exclusão caminhava lado a lado com a exclusão dos homens de um complexo de atividades específicas das mulheres*”. ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L., *op. cit.*, 2000, p. 208.

Capítulo V

Os caminhos do poder: carreira pública da elite política mato-grossense

Este capítulo versa sobre a carreira política dos parlamentares e governadores de Mato Grosso, sendo considerada a trajetória política deles durante as mudanças ocorridas no sistema político e partidário brasileiro. Na execução desta parte da pesquisa, ora analisou-se as quinze legislaturas, ora uma legislatura para cada período estudado⁴⁸⁴, e foi estabelecida, sempre que possível, uma comparação entre a realidade observada em Mato Grosso e outras unidades federais.

1. Carreira pública dos deputados estaduais

1.1. Experiência parlamentar dos deputados estaduais de Mato Grosso

Um dos fatores importantes no percurso público da elite é o tempo de permanência no poder. Quando a duração dos mandatos é relativamente longa, temos uma dupla possibilidade para considerar no funcionamento da democracia: primeiro, existe uma elite bem treinada, provavelmente homogênea e com perfil de político profissional; segundo, existe menor circulação da elite com uma estrutura de oportunidades pouco flexível e, portanto, menos democrática.

Além da possibilidade de transitar por vários cargos públicos diferentes, a experiência pública da elite pode ser construída pela reeleição em um mesmo cargo. Este estudo constatou que a maior permanência no cargo parlamentar ocorreu durante o Regime Militar, todavia, o cenário da reeleição em Mato Grosso seguiu os moldes nacionais. Com a instauração da ditadura militar, foi privilegiada a continuidade daqueles que foram considerados confiáveis pelo regime vigente, tanto quanto se eliminou aqueles que foram considerados perigosos. Esse processo de caça aos mandatos dos “perigosos” teve início logo após a primeira eleição no regime e foi o que

⁴⁸⁴ As legislaturas analisadas foram as 2ª, 7ª e 13ª. A escolha por estas legislaturas foi influenciada por dois aspetos: primeiro, sua posição relativamente central em cada período e segundo, por existir sobre elas maior quantidade de informações confirmadas.

se sucedeu não apenas em Mato Grosso, mas em todo o Brasil após as eleições para os Legislativos estaduais de 1966.

Assim, durante a ditadura militar instaurada no pós 1964, ocorreu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso o mais alto índice de deputados estaduais com maior número de mandatos, indicando não apenas a tendência conservadora do regime mas também, possivelmente, maior experiência parlamentar nas carreiras políticas, assim como uma menor renovação da elite política mato-grossense.

Tal como constatou José Murilo de Carvalho⁴⁸⁵, a permanência no cargo público pode gerar uma estrutura de oportunidades pouco democrática e um governo pouco adaptável a novas necessidades da sociedade. Era o caso dos senadores vitalícios durante o período Imperial no Brasil, mas também pode proporcionar maior profissionalização e, quiçá, competência burocrática da elite política. A permanência no mesmo cargo público, ou ainda mais, a passagem por vários cargos públicos diferentes, constitui-se em uma estratégia de treinamento desta elite política.

Nos regimes políticos ditatoriais é comum ocorrer a valorização do funcionamento burocrático do Estado. Como consequência natural, existe a tendência de formar-se nestes regimes um quadro de políticos especializados nesta burocracia. Este processo foi observado não apenas no Brasil, mas também em Portugal. O estudo de Almeida sobre a carreira ministerial em Portugal aponta que, durante o governo autoritário de Salazar, os métodos de recrutamento adotados foram burocratizados e possuíam grande estabilidade. O autor constatou que *“grande parte dos ministros civis do regime tinham sido anteriormente secretários e subsecretários de Estado (34%), deputados na Assembléia Nacional (30,1%) ou procuradores na Câmara Corporativa (25,2%)”*⁴⁸⁶.

Almeida observou também que, no Estado Novo, o partido único português foi muito fraco e que, no processo de recrutamento, as lideranças políticas nacionais ou regionais não eram valorizadas. Assim, a atividade política no partido por si não fora um fator importante no perfil dos escolhidos, mas sim, o treinamento técnico. Parece lógico supor que a experiência da militância partidária também poderia se constituir em ameaça ao funcionamento de um estado autoritário. O burocrata especializado no funcionamento da “máquina estatal” estaria melhor qualificado do que um líder

⁴⁸⁵ CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003.

⁴⁸⁶ ALMEIDA, Pedro T., PINTO, António C. e BERMEJO, Nancy (orgs), *op. cit.*, 2006, p. 51.

partidário que poderia fazer oposição ao funcionamento do sistema quando este não atendesse aos interesses, seja da elite política, seja de alguns grupos sociais ou para assim dizer, *grosso modo*, da sociedade em geral.

No Brasil, a valorização do treinamento adequado da elite política foi observado por Carvalho⁴⁸⁷ já nos primórdios da construção do Estado Nacional. Após a independência em relação a Portugal, foi instaurado no Brasil o Regime Imperial e havia neste momento uma preocupação central com a construção de uma ordem nacional que mantivesse a integridade do território. O medo da desagregação das províncias criou, segundo o autor, o cenário que permitiu à elite imperial escolher a centralização cada vez mais forte do poder público e, por consequência, a valorização de uma burocracia estatal fortemente estruturada e operada por técnicos no interesse do estado e da construção da nação.

A renovação externa nos cargos públicos amplia a circulação da elite política, à medida que esta elite incorpora novos personagens a partir do processo eleitoral. Visto pelo ângulo da democratização dos postos públicos, esta circulação da elite é uma qualidade, mas nem sempre a permanência no mesmo cargo ou a circulação da elite por vários cargos diferentes será necessariamente negativa. Cada caso necessita ser analisado no contexto regional em que se insere. O caso mato-grossense apresenta algumas singularidades.

Aqui, a separação regional na formação dos partidos influenciou o recrutamento da elite política. Nas palavras do ex-deputado estadual Dr. Paraná da UDN/norte: “*Nós da UDN formávamos duas correntes: a do sul e a do norte, mas nos entendíamos bem*”⁴⁸⁸. Este depoimento não apenas ilustra a especificidade do corte regional da elite política em Mato Grosso mas induz a reflexão sobre o controle existente no processo de recrutamento.

A necessidade de administrar as diferenças regionais foi sempre um ponto de instabilidade que gerou, na outra face da moeda, o conservadorismo da elite. Parafraseando Neves, o sistema de dominação política operava através de uma estrutura partidária que serviu de base para uma disputa partidária regional marcadamente elitista, evidenciada no exercício alternativo do poder⁴⁸⁹.

⁴⁸⁷ CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003.

⁴⁸⁸ *Apud* NEVES, Maria M. R. de N., *op.cit.*, 2001(a), p. 132.

⁴⁸⁹ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988, p. 170.

Os partidos políticos são atores fundamentais no processo de recrutamento na medida em que desempenham a função de selecionadores. No Brasil, onde a filiação partidária é uma norma geral para se ter o direito a uma candidatura, a importância destes é sobrevalorizada. Em períodos ditatoriais esta importância será naturalmente minimizada, mas em períodos democráticos eles são uma parte do processo de recrutamento, não apenas na seleção da sua liderança, mas também da escolha dos que irão compor as listas de candidaturas. Neste sentido a principal etapa do processo de seleção da elite política acontece provavelmente no interior do partido.

A primeira fase democrática em Mato Grosso (1945-1964)⁴⁹⁰ foi marcada pelo conservadorismo na liderança partidária, chegando a ser esta renovada somente após a morte do antigo líder. Uma liderança conservadora e hereditária foi, portanto, uma característica central na organização dos partidos políticos. Neves afirma que “*A preocupação em renovar a estrutura partidária, quando existia, estava ainda impregnada do sentido elitista de preparar herdeiros, muito mais do que propiciar oportunidades para o exercício democrático da discussão interna e para a divisão do poder*”⁴⁹¹.

O pensamento do deputado Demóstenes Martins, da UDN no sul de Mato Grosso, é ilustrativo desta mentalidade da elite política. Segundo ele “*nós os velhos, tínhamos confiança em que o Fragelli, o Wilson e o Paulo seriam os nossos sucessores na Política do estado, para governar e dirigir o povo de Mato Grosso*”⁴⁹². A autora salienta que, nesta afirmação, está presente a preocupação de formar sucessores regionalizados no sul do estado, tanto para a UDN quanto para o PSD, pois o mesmo suposto elitista na sucessão das lideranças poderia ocorrer na oposição⁴⁹³. Assim, a autora defende a tese de que o conteúdo conservador e oligárquico dos partidos mato-grossenses por intermédio de seus líderes, tanto no sul quanto no norte do estado, inibia

⁴⁹⁰ O golpe militar que instaurou o novo regime político ocorreu em 1964, mas o primeiro período analisado (democrático) vai até 1966 com o final da 5ª legislatura.

⁴⁹¹ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988, p. 167.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 167. O ex-deputado refere-se a três nomes de jovens políticos que se destacavam no sul do estado e seriam os sucessores na chefia política após a morte dos velhos líderes. Dentre eles, José Manuel Fontanillas Fragelli, natural de Corumbá-MT, foi duas vezes deputado estadual, deputado federal, governador de Mato Grosso (1970-74) e senador, e Wilson Barbosa Martins, natural de Campo Grande, foi prefeito em sua cidade natal, deputado federal, senador e duas vezes governador de Mato Grosso do Sul. Sem dúvida, eles representavam a parcela sul da nova geração da elite política mato-grossense.

⁴⁹³ Segundo Neves, o mesmo ocorria na sucessão de Filinto Müller, líder político do PSD no sul do estado, onde Pedro Pedrossian ou Gastão Müller (sobrinho de Filinto) seriam os herdeiros naturais. Pedro Pedrossian foi governador de Mato Grosso anterior à divisão do estado, senador e duas vezes governador de Mato Grosso do Sul, constituindo-se em um bom exemplo da nova liderança sulista do PSD. NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 1988.

o potencial de renovação dos quadros partidários e só admitia substituição na forma de um direito hereditário concedido por morte ou velhice⁴⁹⁴.

Aparentemente, em Mato Grosso, conservadorismo, regionalismo e alianças foram estratégias de sobrevivência da própria elite política, assim como do poder do Estado. Estas estratégias podem ser observadas também nas alterações do perfil dos partidos políticos ao se adaptarem aos novos contextos históricos no país. O crescimento da participação dos setores urbano-burocrático-liberais depois de 1945 foi uma característica nacional e, em Mato Grosso, foi acrescida do conteúdo regionalizado das elites políticas.

A partir de 1945, a elite política nortista não possuía o monopólio da agenda política (Legislativo), ainda que o mantivesse sobre o poder político-administrativo. As defesas dos interesses regionais impulsionaram aquilo que alguns teóricos, e entre eles Neves, denominaram de clientelismo. Desta forma, o clientelismo que advém desta nova realidade *“revigora o poder das oligarquias tradicionais e confere expressão política às novas lideranças urbanas”*⁴⁹⁵.

Mesmo em um estado dividido pelos interesses regionais, a elite política mato-grossense conseguiu manter o poder político de forma relativamente conservadora e com estabilidade no poder. Esta estabilidade pode ser observada pela reeleição dos deputados estaduais, assim como na circulação interna desta elite que não apenas se reproduzia no Poder Legislativo mas também, ainda que em parcela reduzida, circulava pelo Executivo e pela liderança partidária.

O modelo que perdurou no sistema partidário entre 1945 e 1964 foi quebrado com o final do regime democrático não apenas em Mato Grosso mas em todo o país. O sistema pluripartidário deu lugar ao bipartidarismo, e as antigas elites dirigentes dos vários partidos existentes anterior a 64 tiveram que se reunir em apenas dois novos que surgiram em 1965, a Arena e o MDB. Aparentemente, isso deveria provocar muitas disputas e conflitos, mas não foi o que constatamos em Mato Grosso.

Na Assembleia Legislativa foi observado que não apenas as lideranças permaneceram unidas em um único partido como também ocorreu a reeleição de deputados estaduais do período democrático para o período ditatorial pós 64, com a

⁴⁹⁴ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.* 1988, p. 167.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 169.

mesma naturalidade das reeleições dos períodos anteriores. Nenhum comportamento diferenciado no processo de recrutamento das elites parlamentares indicou um conflito interno e ideológico nas elites políticas e mesmo nas lideranças partidárias. Esta tese será melhor discutida no item sobre a transição partidária da democracia para a ditadura.

As diferenças constatadas no perfil da elite parlamentar durante o governo militar, aparentemente, são mais a expressão do modelo de governo de caráter mais técnico burocrático adotado e menos um conflito intra-elite de uma preferência ideológica partidária. Na verdade, não se constatou no perfil da elite recrutada substancial diferença que possa indicar grande diversidade de ideologia nos partidos.

Com o final do período militar, em meados dos anos oitenta, e com o retorno do pluripartidarismo no processo de redemocratização, a estrutura de oportunidades foi ampliada no Brasil e, naturalmente, o mesmo ocorreu em Mato Grosso. Na década de oitenta, a sociedade brasileira, assim como a maior parte da sua vizinhança espanhola, viveu a euforia do fim das ditaduras e o desafio de construir instituições democráticas sólidas que possibilitassem o bom funcionamento do ressurgente regime⁴⁹⁶.

O sistema partidário foi novamente estruturado em vários partidos, e em Mato Grosso não foram somente os partidos, mas também, a elite que se reorganizou. Com a divisão do estado em 1977, a parcela sulista da elite mato-grossense que existia até este momento se tornou “carta fora de jogo”. O Mato Grosso pós-divisão vivenciou um imenso crescimento migratório e a configuração de uma nova elite em seu território. Nasceu então um novo norte do agronegócio e um sul já muito antigo no controle político administrativo. É natural, portanto, que o perfil desta elite política tenha sofrido alguma alteração, em especial no que diz respeito à naturalidade dos indivíduos, contudo, os mecanismos de recrutamento e mesmo de circulação das elites podem não ter sofrido grande transformação.

Para visualizar as mudanças ocorridas no processo de recrutamento da elite parlamentar mato-grossense, foi realizado um mapeamento da circulação desta elite nos três períodos estudados durante as mudanças de sistema político e regime partidário. A seguir agrupou-se por período a quantidade de mandatos que obteve cada parlamentar ao longo de toda a sua carreira. Desta forma, um parlamentar que participou de mais de um período foi contabilizado em ambos. Assim, foi possível detetar em qual período os

⁴⁹⁶ RUIZ RODRÍGUEZ, Leticia M. e MONTERO, Mercedes G., *op. cit.*, 2002.

deputados tiveram o maior número de mandatos por parlamentar, assim como constatar o período no qual ocorreu a maior incidência do recrutamento exógeno que possibilitou, por consequência, maior renovação da elite política parlamentar em Mato Grosso.

Os mecanismos de recrutamento em Mato Grosso, ao que parece, adaptaram-se ao novo cenário e com isto ocorreu a ampliação do acesso de um maior número de indivíduos aos mandatos do Poder Legislativo, ou seja, cresceu a circulação da elite por via de recrutamento exógeno. Este recrutamento aponta para um mecanismo que incorpora indivíduos que estão fora do círculo político dos já eleitos. Observou-se esse fenômeno no Legislativo de Mato Grosso, pois o maior número de deputados com apenas um mandato que, eleitos pela primeira vez, após a legislatura liberaram suas cadeiras para novos recrutas, ocorreu no período da 9ª a 15ª legislatura com a redemocratização.

Na tabela 27 são apresentados os dados referentes à quantidade de mandatos que cada deputado desempenhou desde 1947 a 2007 em percentagem. Entretanto, como este longo recorte temporal cobre três momentos da história política e partidária brasileira, resolvemos agrupar o número de mandatos desempenhados por cada deputado em todo o período estudado (1947/2007), pelos deputados eleitos em cada período político partidário (democracia/ditadura/democracia). Desta forma, um deputado que desempenhou cinco mandatos pode tê-lo realizado em dois períodos diferentes.

Podemos citar, como exemplo, o caso do deputado Óscar Soares que participou nas 4ª, 5ª, 6ª 7ª e 8ª legislaturas. Na soma geral dos mandatos, foram quantificado dois no primeiro período democrático, e três no período ditatorial, contudo, o deputado foi classificado, nos dois períodos, no item cinco mandatos, que aponta que este foi por cinco vezes consecutivas eleito para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Sendo assim, buscou-se responder às seguintes questões. Qual a frequência de mandatos por deputado estadual em cada período? Em qual período os deputados concentraram o maior número de mandatos? Os deputados ocuparam mandatos em períodos políticos diferentes? Conseguiram se reeleger quando ocorreu transição de regime político?

Ao lançar um primeiro olhar sobre a tabela a seguir, percebe-se que, nos dois períodos democráticos, de 1947 a 1966 (35,89%) e de 1979 a 2007 (38,19%), a percentagem de deputados que foram eleitos apenas uma vez foi superior ao período autoritário de 1967 a 1978 (29,76%). No período militar constatamos a maior

percentagem de deputados que, ao longo de suas carreiras na Assembleia Legislativa, desempenharam três, quatro ou cinco mandatos.

TABELA 27 – NÚMERO DE MANDATOS POR DEPUTADO ESTADUAL E POR PERÍODO POLÍTICO
PARTIDÁRIO NA ALEMT

| Nº de vezes eleito para a Assembleia Legislativa – MT | 1947 a 1966 | 1967 a 1978 | 1979 a 2007 |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | Deputados % | Deputados % | Deputados % |
| Um mandato | 35,89 | 29,76 | 38,19 |
| Dois mandatos | 34,35 | 30,95 | 30,47 |
| Três mandatos | 15,38 | 21,42 | 20,60 |
| Quatro mandatos | 10,76 | 11,90 | 7,29 |
| Cinco mandatos | 3,58* | 5,95 | 3,43 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

* A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

Neste estudo identificaram-se trezentos e catorze deputados e quinhentos e doze mandatos, indicando um alto número de reeleição em todos os períodos. Isso pode ser visualizado na tabela 28, onde cento e trinta e um deputados participaram em mais de uma legislatura, ou seja, tiveram mais de um mandato. Oitenta e dois deputados tiveram dois mandatos, sendo setenta e sete destes em legislaturas consecutivas (mandatos como titular ou suplente). Dos deputados reeleitos com dois mandatos, somente três viveram mudança de regime político e sistema partidário entre o primeiro e o segundo mandato, ou seja, somente 3,7% dos deputados que se reelegeram apenas uma vez o fizeram com mudança de regime político.

TABELA 28 - FREQUÊNCIA DE MANDATOS POR DEPUTADOS DE 1947 A 2007 - MT

| Número de vezes eleito para a Assembleia Legislativa | Frequência de mandatos e deputados | |
|--|------------------------------------|-----------|
| | Mandatos | Deputados |
| Um mandato | 184 | 184 |
| Dois mandatos | 164 | 82 |
| Três mandatos | 96 | 32 |
| Quatro mandatos | 48 | 12 |
| Cinco mandatos | 20 | 5 |
| Número conhecido | 512 | 314 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

Trinta e dois deputados desempenharam três mandatos e somente cinco (15,62%) destes não os tiveram consecutivamente. Também se observou que todos desempenharam seus mandatos dentro do mesmo regime político e sistema partidário.

Doze deputados tiveram quatro mandatos, somente dois (16,66%) destes não exerceram os mandatos consecutivamente, um deputado ocupou os mandatos nas 4^a, 5^a,

6ª e 11ª legislaturas e o outro nas 1ª, 3ª, 4ª e 6ª legislaturas. Sendo a 6ª legislatura a primeira do período bipartidário instaurado pelo governo militar, ambos tiveram os outros três mandatos em períodos pluripartidário, sendo que um deles ocupou a cadeira em momentos diferentes da história política do pluripartidarismo no Brasil (ambos pertenciam a Arena durante a 6ª legislatura).

Cinco deputados tiveram cinco mandatos e somente um (20%) não foi consecutivo. Assim, a permanência no processo de reeleição parece ter sido a característica marcante no processo de recrutamento da elite mato-grossense. O alto índice de permanência no Poder Legislativo em Mato Grosso não é uma característica isolada desta unidade da Federação. Quando comparados com os dados apresentados por França⁴⁹⁷ em seu estudo sobre os deputados estaduais do Paraná na 14ª legislatura (1999 a 2002), observa-se que Mato Grosso ainda pode apresentar índices relativamente suaves de permanência, indicando maior renovação da elite parlamentar estadual e talvez maior democratização no processo de recrutamento. Na tabela 29 foi comparado a permanência dos deputados estaduais nas Assembleias Legislativas de Mato Grosso e Paraná a partir da eleição de 1998.

TABELA 29 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA SOBRE O NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS NA ALEMT E NA ALEP EM 1998

| Situação | Nº de deputados MT 1998 | % | % | Nº de deputados PR 1998 | % | % |
|------------------------|-------------------------|------|----------------|-------------------------|------|----------------|
| Deputado no 1º mandato | 21 | 56,8 | 56,8 | 18 | 29,0 | 29,0 |
| Deputado no 2º mandato | 8 | 21,6 | Reeleitos 43,2 | 18 | 29,0 | Reeleitos 71,0 |
| Deputado no 3º mandato | 6 | 16,2 | | 14 | 22,6 | |
| Deputado no 4º mandato | 1 | 2,7 | | 6 | 9,7 | |
| Deputado no 5º mandato | 1 | 2,7 | | 4 | 6,5 | |
| Deputado no 8º mandato | 0 | 0,0 | | 2 | 3,2 | |
| Total | 37 | 100 | 100 | 62 | 100 | 100 |

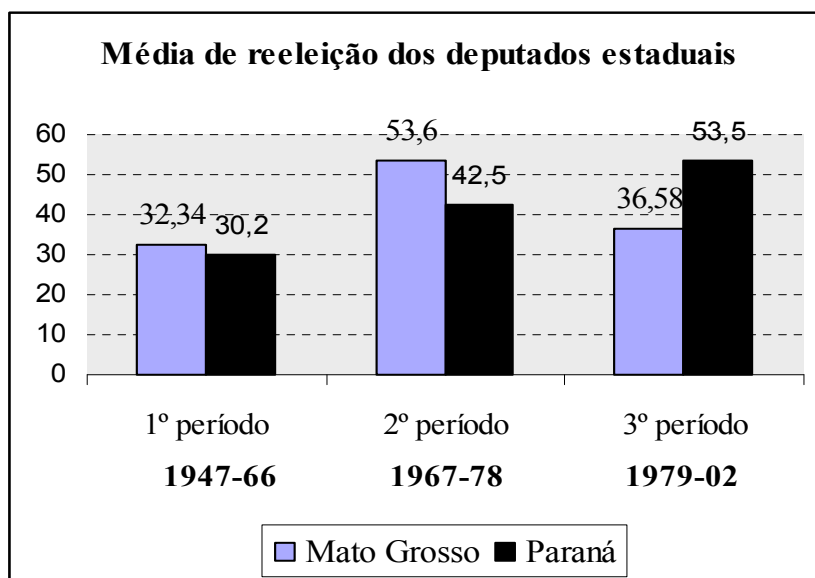
Fonte sobre Paraná: Núcleo de Pesquisa *Democracia e Instituições Políticas* da UFPR. Sobre Mato Grosso: Instituto de Memória da ALEMT.

Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 43,2% dos deputados estaduais eleitos em 1998 já haviam ocupado algum mandato na casa legislativa estadual, enquanto, no Paraná, o mesmo ocorreu para 71,0% dos eleitos. Na verdade, este índice apresentado de 43,2% de reeleitos em Mato Grosso está abaixo da taxa média de

⁴⁹⁷ FRANÇA, Andressa Silvério Terra, *A Assembléia Legislativa do Paraná: organização interna e processo decisório na 14ª legislatura (1999-2002)*, Curitiba, 2006, dissertação de Mestrado em Sociologia, na Universidade Federal do Paraná.

permanência na Assembleia paranaense. Segundo os dados disponibilizados no trabalho de França, a taxa média geral de permanência na Assembleia Legislativa do Paraná foi de 48%, e o seu ponto extremo foi na legislatura de 1998 com 71% de reeleitos, ou seja, apenas dezoito dos sessenta e dois deputados eleitos para esta legislatura eram novos no cargo. Isso indica que no Paraná, em 1998, ocorreu o menor índice de renovação na história da sua Assembleia. Entretanto, ao comparar os percentuais de reeleição de Mato Grosso e do Paraná nas catorze legislaturas entre 1947 e 2002⁴⁹⁸, aglomerando estes dados segundo os períodos históricos da política brasileira, temos outra perspectiva desta realidade.

GRÁFICO 16 – PERCENTAGEM MÉDIA DE REELEIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE MATO GROSSO E DO PARANÁ POR PERÍODO



Fonte sobre Paraná: Núcleo de Pesquisa *Democracia e Instituições Políticas* da UFPR.
Sobre Mato Grosso: Instituto de Memória da ALEMT.

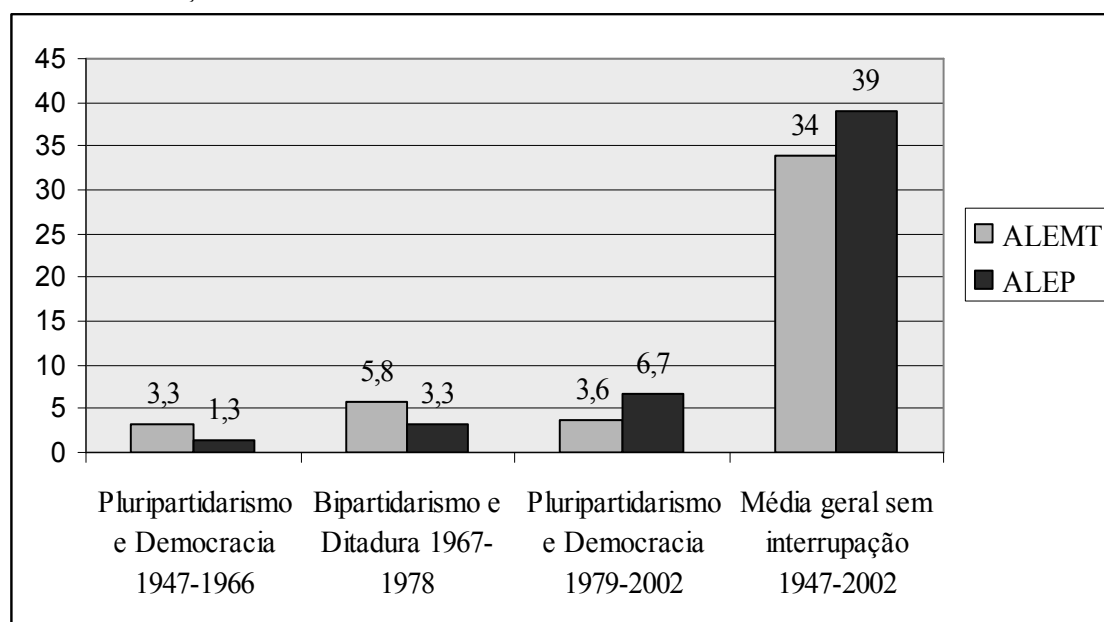
Em Mato Grosso ocorreu somente no terceiro período de redemocratização menor percentagem de reeleitos em relação ao Paraná, tanto consecutivamente, como também após uma interrupção. Os dados indicam que foi mais fácil reincidir em um mandato quando este foi consecutivo, evitando, portanto, as pausas na carreira parlamentar. Podemos citar alguns exemplos já nas primeiras legislaturas, onde observamos esta forma de recrutamento da elite política que privilegiava aqueles que já estiveram nos postos do poder. Aparentemente, estes deputados com alguma experiência legislativa de mandatos anteriores, trariam consigo a qualidade do

⁴⁹⁸ Neste gráfico foi considerado o período até a 14ª legislatura (1999 a 2002).

conhecimento do funcionamento da máquina pública, que fora valorizada não apenas pelos selecionadores (os partidos) mas também pelo eleitor.

Considerando o alto índice de reeleição, podemos deduzir que o candidato que almeje conquistar uma cadeira na Assembleia do estado terá melhores chances de se eleger se em algum momento da sua carreira pública foi deputado estadual, e mais ainda se o foi na legislatura anterior a da candidatura. Podemos observar no gráfico a seguir que a percentagem de reeleições após interrupção, em Mato Grosso, no primeiro período democrático, no período ditatorial e no segundo período democrático, foi substancialmente menor do que os que tiveram a reeleição consecutiva, tal como se passou no Paraná. Ao construir este gráfico, optou-se por manter a média geral de reeleição sem interrupção como referencial analítico. Assim podemos visualizar melhor a proporção entre as percentagens de reeleição após interrupção em relação a percentagem geral (1947-2002) sem interrupção.

GRÁFICO 17 – SITUAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS QUANTO À PERCENTAGEM DE REELEIÇÃO APÓS INTERVALO (NOS TRÊS PERÍODOS) EM COMPARAÇÃO À MÉDIA GERAL DE REELEITOS SEM INTERRUPTÃO NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DE MATO GROSSO E DO PARANÁ⁴⁹⁹



Fonte sobre Paraná: Núcleo de Pesquisa *Democracia e Instituições Políticas* da UFPR.
Sobre Mato Grosso: Instituto de Memória da ALEMT.

⁴⁹⁹ Os dados referentes à Assembleia Legislativa do Paraná foram sistematizados por Renato M. Perissinotto, do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR, a partir de planilha elaborada por Emerson Urizzi Cervi, que utilizou fontes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Portanto, se a experiência é uma qualidade valorizada no processo de recrutamento das elites políticas brasileiras e mato-grossenses, como explicar que após um intervalo ocorreria menor percentagem de reeleitos?

Primeiramente, este estudo não permite afirmar se a baixa taxa de reeleição após interrupção de mandato na Assembleia Legislativa de Mato Grosso foi fruto do desinteresse dos candidatos que, ao se retirarem do parlamento, não têm interesse em voltar - seja pela idade, pelo excesso de mandatos que já percorreram, ou por outros motivos desconhecidos por nós - ou se foi desinteresse do eleitor ou do partido. Para esclarecer melhor esta informação, seria necessário conhecer todos os que foram possíveis candidatos e quais indivíduos deste grupo os partidos escolheram. E, posteriormente, analisar o perfil de todos os candidatos e comparar com os eleitos. Para então, sermos capazes afirmar algo sobre a posição do eleitor e dos partidos a respeito do candidato que fez uma interrupção na carreira legislativa e almeje voltar a ocupar uma cadeira parlamentar. Efetivamente, neste estudo não seria possível identificar o local destes que se retiram da Assembleia dentro de uma relação de oferta e procura como sugerido pela pesquisadora Pippa Norris⁵⁰⁰, devido à falta de informação sobre os grupos de possíveis candidatos, já que trabalhamos apenas os dados daqueles que foram eleitos.

Entretanto, é seguro afirmar que, ao ocuparem a cadeira de deputado estadual em Mato Grosso, a tendência de quase metade dos deputados foi permanecer nela pelo menos por mais um mandato. Isso ocorreu com maior ou menor grau de intensidade em todos os períodos estudados, indicando, como já foi apontado neste estudo, uma tendência à profissionalização da elite política parlamentar. Também é importante saber se esta profissionalização ocorreu somente no Legislativo ou se ela também foi um traço marcante da elite do Poder Executivo. Abordaremos esta discussão ao final do capítulo.

1.2. Reeleição durante os processos de transição de regime político e sistema partidário em Mato Grosso

Quando observamos a reeleição durante os processos de transição do regime político e sistema partidário poderíamos compreender que ocorreu também a maior

⁵⁰⁰ NORRIS, Pippa, *op. cit.*, 1997.

permanência desta elite dentro dos limites de um único modelo de sistema político e partidário. De forma contraditória, estes dados parecem indicar que a elite política mato-grossense gestada nos períodos democráticos possuía uma ideologia contrária ao sistema político adotado no Regime Militar, e portanto, em sua maioria, não participava em um modelo autoritário por vontade própria, ou não possuía as qualidades necessárias para ser recrutada e permanecer no mandato.

TABELA 30 – FREQUÊNCIA DE REELEIÇÃO COM MUDANÇA DE REGIME POLÍTICO E PARTIDÁRIO

| Regime político e sistema partidário | Deputados estaduais (1ª a 15ª legislaturas) | |
|---|---|-------|
| | Nº | % |
| Democracia e pluripartidarismo para ditadura e bipartidarismo | 26 | 19,87 |
| Ditadura e bipartidarismo para pluripartidarismo | 4 | 3,05 |
| Número total de deputados com mais de um mandato | 131 | 100 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT e do TRE –MT

Todavia, um exame mais detalhado demonstrou que, num primeiro momento de transição, a permanência foi substancial, gerando elevado número de reeleição com transição de regime, da primeira fase de democracia para a ditadura. Ou seja, dos cento e trinta e um deputados estaduais reeleitos em todo o período estudado, 19,87% permaneceram na Assembleia Legislativa, mesmo com a alteração de regime político e sistema partidário. Somando os vinte e seis deputados que vieram da democracia com os quatro que passaram da ditadura para a redemocratização, temos um total de trinta deputados estaduais com reeleição durante a mudança de regime. Se calcularmos este dado em relação ao número de deputados em todo o período ditatorial, vamos obter a percentagem de 48,38%. Isso significa que cerca de metade dos deputados estaduais do regime ditatorial se fizeram presentes também em regimes democráticos. Entretanto, somente nove (34,61%) dos vinte e seis deputados que transitaram da primeira fase democrática para a ditadura continuaram seus mandatos após o término da primeira legislatura do período de transição, sendo que dezassete deputados estaduais reeleitos participaram apenas da 6ª legislatura.

Ao contabilizar estes dados dentro do período ditatorial, constatou-se que oitenta e quatro mandatos da Assembleia Legislativa foram desempenhados por sessenta e dois deputados, sendo que destes, trinta e sete (59,67%) foram reeleitos em algum momento do período estudado e somente sete (18,91%) de entre os reeleitos participaram apenas

do período ditatorial não passando por transição de regime. É importante notar que, na realidade, a permanência em um único sistema político e partidário não foi o principal “*diferencial na balança*”, para esta elite mato-grossense.

1.3. Mato Grosso no contexto nacional: a renovação parlamentar nas Assembleias Legislativas de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná

Na tabela 31, estabeleceu-se uma comparação entre sete estados brasileiros nas eleições para o Poder Legislativo. No período de 1986 a 1998, com os dados nacionais, foi calculada a média de renovação a partir da percentagem de deputados eleitos para o primeiro mandato. A média de Mato Grosso permanece entre as mais baixas quando comparada nacionalmente. A média nacional de renovação nas Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados foi de 63% em 1986, de renovação bruta.⁵⁰¹ Mato Grosso, nesta eleição, ficou abaixo da média nacional com 59% e somente superou a média nacional nas eleições de 1990, com 76% de renovação das cadeiras parlamentares - deve-se observar que a percentagem de renovação nesta eleição foi relativamente elevada em todas as Assembleias – sofrendo queda na eleição seguinte para 47 %.

TABELA 31 - PERCENTAGEM DE RENOVAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS⁵⁰²

| | 1986 % | 1990 % | 1994 % | 1998 % |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| SP | 62 | 60 | 63 | |
| PE | 56 | 67 | 51 | |
| RJ | 74 | 73 | 63 | |
| RS | 68 | 69 | 53 | |
| MG | 65 | 64 | 45 | 38 |
| MT | 59 | 76 | 47 | 57 |
| PR | 46 | 60 | 46 | 29 |
| BR | 63 | 69 | 60 | 44 |

Fonte sobre Paraná: Núcleo de Pesquisa *Democracia e Instituições Políticas* da UFPR. Sobre Mato Grosso: Instituto de Memória da ALEMT. Sobre Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Brasil: Santos, Fabiano (org.), 2001.

Outro aspeto interessante que ajuda a explicar esta realidade tem sido salientado pelos teóricos brasileiros que estudam o recrutamento parlamentar. Segundo eles, existe

⁵⁰¹ ANASTASIA, Fátima, *op. cit.*, 2001. A autora utilizou as seguintes fontes: TSE, TSEs, Serpro.

⁵⁰² Sobre Mato Grosso e Paraná, foi considerada a percentagem das cadeiras ocupadas por deputados no 1º mandato como representativo da renovação parlamentar.

uma relação entre competição e renovação do parlamento que deve ser considerada. No estudo sobre a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Fabiano Santos⁵⁰³ observou que a competição eleitoral acirrada pelas cadeiras do Legislativo seria uma variável importante para explicação dos índices de renovação das Assembleias Legislativas. Portanto, quanto maior for o número de candidatos que concorrem a uma cadeira parlamentar, maior será a probabilidade de renovação da elite política.

Como no Rio de Janeiro a competição eleitoral é extremamente concorrida, as taxas de permanência seriam muito baixas, e este processo geraria uma casa com muitos novatos, resultante do elevado índice de renovação. Entretanto, essa ampliação na estrutura de oportunidades, com a renovação da elite política nas cadeiras parlamentares, poderia indicar ao mesmo tempo maior democratização no processo de recrutamento, como também a fragilidade do Legislativo frente ao Executivo.

Segundo Santos, a alta percentagem de deputados estaduais no primeiro mandato na legislatura de 1994 (praticamente 60% dos deputados) configuraria um Legislativo inexperiente e, conseqüentemente, mais submisso ao poder do governador (Executivo). Na tese deste autor, a maior circulação das elites nas cadeiras parlamentares seria também arriscada para as relações entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, na medida em que haveria uma maioria de deputados sem experiência parlamentar estadual que, por sua insegurança, mais facilmente adotariam a agenda do governador. Na tabela 32 pode-se visualizar a experiência dos parlamentares na legislatura de 1994 comparativamente.

TABELA 32 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA SOBRE O NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS PELOS ELEITOS EM 1994 PARA AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS DE MATO GROSSO, PARANÁ, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

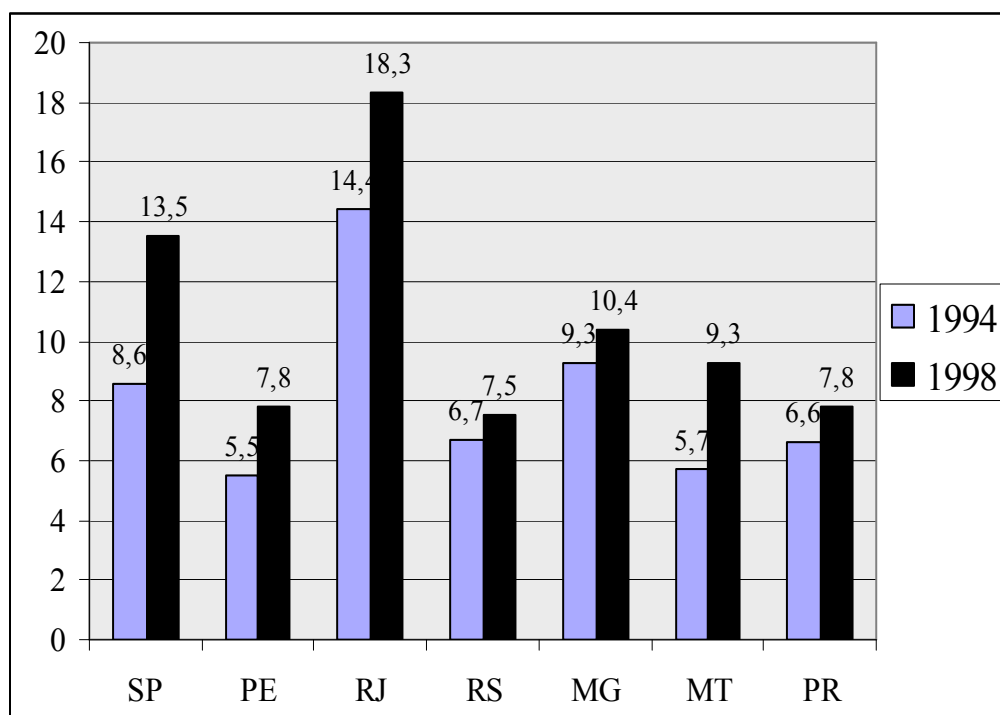
| Legislaturas exercidas | MT | PR | RJ | SP |
|------------------------------------|------|------|------|------|
| | % | % | % | % |
| Deputado com um mandato | 46,7 | 46,7 | 59,8 | 55,3 |
| Deputado com dois mandatos | 43,3 | 31,7 | 26,1 | 24,5 |
| Deputado com três ou mais mandatos | 10,0 | 21,8 | 14,1 | 20,2 |
| Total em número de mandatos | 30 | 60 | 92 | 94 |

Fonte sobre Paraná: Núcleo de Pesquisa *Democracia e Instituições Políticas* da UFPR. Sobre Mato Grosso: Instituto de Memória da ALEMT. Sobre Rio de Janeiro e São Paulo: Santos, Fabiano (org.), 2001.

⁵⁰³ SANTOS, Fabiano, *op. cit.*, 2001 (b), p. 171.

Nas Assembleias do Rio de Janeiro e de São Paulo ocorreu maior número de deputados sem experiência parlamentar se comparado a Mato Grosso e Paraná, ou seja, os deputados com apenas um mandato eram iniciantes. Vejamos no gráfico 18 a competição eleitoral por cadeira do Legislativo nas eleições de 1994 e 1998 para as Assembleias de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná.

GRÁFICO 18 - NÚMERO MÉDIO DE CANDIDATOS POR VAGA NAS ELEIÇÕES DE 1994 E 1998 PARA DEPUTADO ESTADUAL



Fonte: SANTOS, Fabiano (org.), 2001.

A importância da competição eleitoral como fator explicativo na renovação ou não das cadeiras do Legislativo estadual parece em parte esclarecedora. Vejamos o caso do Rio de Janeiro: nesta unidade da Federação foi constatado o maior número de candidatos por vaga nas eleições de 1994 (14,4) para o mandato de deputado estadual. Aparentemente a grande competição justificaria as taxas de renovação da Assembleia Legislativa do Rio estar sempre acima da média nacional. Tanto quanto o menor número de candidatos por vaga na eleição de 1994, em Mato Grosso (5,7), justificaria a menor renovação do quadro Legislativo.

Entretanto, no processo eleitoral, além da oferta de candidatos (quantidade), existe também a importância da confiança do eleitor (qualidade do candidato). É neste ponto precisamente que a idade, a naturalidade, a profissão, a carreira política e a

filiação partidária fazem o seu papel de seleção no processo de recrutamento das elites políticas. Na tabela 31, apresentada anteriormente, podemos observar que Minas Gerais sofreu queda razoável na renovação das cadeiras parlamentares nas eleições de 1998, ou seja, foi constatado 38% de renovação bruta que, segundo Fátima Anastásia, atesta a tendência decrescente já constatada na eleição anterior. A autora afirma que a permanência na Assembleia de Minas Gerais foi menos o resultado de uma fraca competição pelas cadeiras parlamentares e mais a recuperação da confiança do eleitor. Após a reestruturação da casa, o eleitor passou a confiar mais nos seus representantes. *“Os índices de reeleição cresceram em um contexto no qual a competição eleitoral em Minas Gerais também se tornou mais acirrada: o número médio de candidatos por vaga subiu de 9,34 em 1994, para 10,62 em 1998”*⁵⁰⁴.

O mesmo poderia ser apontado sobre o Paraná que, mesmo possuindo maior número de candidatos em competição por uma cadeira do Poder Legislativo (6,6) em relação a Mato Grosso (5,7), nas eleições de 1994, ainda assim, manteve percentagem inferior de renovação: para a ALEP foi de 46% e para a ALEMT de 47%.

A competição eleitoral é mais uma variável a ser considerada na busca da compreensão do processo de recrutamento, contudo, talvez seja uma variável de menor grandeza e que necessita ser complementada pela análise do perfil socio-geográfico e da carreira política dos parlamentares e ainda, quando possível, dos candidatos. Neste estudo, não foi possível trabalhar com os dados dos candidatos, mas somente dos eleitos, devido ao extenso recorte temporal coberto (todas as legislaturas iniciadas entre 1945 e 2003 para o Legislativo e Executivo estadual).

A seguir, serão analisadas algumas legislaturas tão somente para aprofundar os aspectos relativos à trajetória política dos deputados estaduais, não apenas interna à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, mas também em comparação com a Assembleia Legislativa do Paraná. Provavelmente, a trajetória política será reveladora na compreensão da estrutura de oportunidades presente no recrutamento da elite política mato-grossense.

⁵⁰⁴ ANASTASIA, Fátima, *op. cit.*, 2001, p.76.

1.4. Estrutura de oportunidades do caminho ao Poder Legislativo em Mato Grosso

Muitos autores têm discutido sobre a importância de conhecer a estrutura de oportunidades criada para acesso aos cargos do poder político, seja para o Executivo ou para o Legislativo. Segundo eles, é importante compreender esta estrutura para entender o funcionamento do sistema político, partidário e eleitoral de um país em um dado momento histórico e, acima de tudo, poder analisar o grau de democratização do sistema político como um todo.

Pippa Norris⁵⁰⁵ salientou a importância de se compreender esta estrutura a partir de uma lógica simples de oferta e procura. Segundo a autora, é esta lei fundamental do “mercado político” que constrói a estrutura de oportunidades. Assim, os candidatos devem possuir determinadas qualidades que os partidos almejam, e os partidos devem escolher entre aqueles que desejam a carreira pública. Nesta lógica, a nossa pesquisa se debruçou sobre o primeiro item, ou seja, o que os aspirantes a candidatos possuem que os tornam efetivamente candidatos e posteriormente eleitos.

No Brasil, onde somente se pode lançar uma candidatura por intermédio de um partido político, essa discussão ganha maior relevância⁵⁰⁶. Assim como se deve considerar que, após o primeiro filtro realizado pelos partidos, o candidato deverá corresponder também aos anseios do eleitorado, sendo estas possíveis qualidades ou características que o tornarão não apenas um candidato, mas um eleito.

Ainda sobre a estrutura de oportunidades, Luís Felipe Miguel⁵⁰⁷ afirma que o campo político se estrutura como uma carreira hierarquizada, formando uma pirâmide. O cargo de vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. Desta forma, o vereador que pretenda crescer na carreira deve almejar um cargo superior, possivelmente para prefeito ou deputado federal, e assim por diante, até à Presidência da República, que estaria no topo da carreira política brasileira.

“Dado que a ascensão na carreira política depende tanto da popularidade dos atores políticos como da legitimidade e reconhecimento perante os demais, a

⁵⁰⁵ NORRIS, Pippa, *op. cit.* 1997.

⁵⁰⁶ MARENCO DOS SANTOS, André, *op. cit.*, 2000.

⁵⁰⁷ Sobre esta afirmativa, conferir MIGUEL, Luís Felipe, *Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*, Revista de Sociologia e Política, n. 20, Curitiba, Jun. 2003.

*experiência anterior em cargos eletivos e/ou administrativos é de fundamental importância para ascender na carreira política. A experiência política funciona como uma espécie de capital político, na medida em que é necessário acumular capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação deste mesmo capital*⁵⁰⁸.

Este estudo considerou como experiência política prévia aquela advinda do desempenho de um cargo público, neste sentido, a nossa definição de experiência política é bastante ampla. Definimos como cargos públicos os mandatos do Poder Executivo (prefeitos, vice-prefeitos, governadores, vice-governadores), do Poder Legislativo (vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores), do Poder Judiciário (procuradores, promotores e juízes), e cargos na administração pública, em seus três níveis (isto é, secretarias municipais, estaduais e ministérios). Também foi incluído o exercício de funções como a diretoria/presidência (chefia) de empresa estatal ou associação civil de cunho profissional (sindicatos, cooperativas). Na verdade, considerou-se por esta nomenclatura todos os cargos públicos que o indivíduo tenha ocupado, seja na esfera municipal, estadual ou federal, por indicação, eleição ou concurso, mas que lhe conceda a oportunidade de criar à sua volta as condições de “ser público”, ou seja, que lhe confira visibilidade social e lhe permita criar um base eleitoral, ainda que inicial e pequena.

1.5. Trajetória política dos deputados estaduais de Mato Grosso

Na trajetória da elite política parlamentar de Mato Grosso foram analisados os aspectos que predominaram. Procurou-se conhecer quais foram as características dos caminhos percorridos pelos grupos recrutados para formar esta elite política, e mais precisamente, qual foi o papel dos cargos públicos na estrutura de oportunidades. Para compreender a trajetória política desta elite parlamentar mato-grossense, foram classificados os tipos de cargos desempenhados ao longo de sua carreira e quantificaram-se todos os mandatos que consideramos públicos.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, p. 7.

TABELA 33 - CARGOS PÚBLICOS DESEMPENHADOS PELOS PARLAMENTARES AO LONGO DE SUAS CARREIRAS*

| Cargos públicos | Em percentagem | | | |
|---|----------------|----------------|-----------------|--------------|
| | 2 ^a | 7 ^a | 13 ^a | Total |
| Vereador | 2,70 | 4,76 | 11,11 | 6,29 |
| Prefeito/vice | 11,48 | 5,71 | 6,94 | 8,31 |
| Deputado estadual/suplente | 46,62 | 58,09 | 50,69 | 51,13 |
| Deputado federal/suplente | 4,72 | 8,57 | 2,77 | 5,03 |
| Governador/vice | 2,02 | ---- | ---- | 0,75 |
| Presidente ou diretor de associação civil | 8,78 | ---- | 3,47 | 4,53 |
| Presidente ou diretor de empresa estatal | 2,02 | 2,85 | 1,38 | 2,01 |
| Senador /suplente | 2,70 | 3,80 | 2,08 | 2,77 |
| Presidente do Congresso Nacional | 0,67 | ---- | ---- | 0,25 |
| Presidente da República (interino)/ vice | 0,67 | ---- | ---- | 0,25 |
| Funcionário público** | 17,56 | 16,19 | 21,52 | 18,63 |
| Total de cargos públicos*** | 99,94 | 99,97 | 99,96 | 99,95 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

* Foi adotado o registo múltiplo, já que os deputados desempenharam vários cargos públicos ao longo de suas carreiras políticas.⁵⁰⁹

**Promotor/Procurador/Juiz/ Conselheiro/Secretário/Assessor/Chefe da Casa Civil/Funcionário Técnico

*** A soma das percentagens não totaliza 100% devido aos arredondamentos.

Inicialmente, optou-se por analisar o perfil da carreira política do eleito, não apenas anterior ao mandato considerado, mas ao longo de toda a sua vida. Com este olhar panorâmico, no qual é possível observar todos os mandatos públicos anteriores ao primeiro mandato de deputado estadual e seu posterior desenvolvimento, até aproximadamente 2006, foi constatado que, ao longo de suas carreiras, estes políticos foram principalmente deputados estaduais ou funcionários públicos. Portanto, bastante treinados na burocracia e no funcionamento das estruturas do poder estatal.

Dos trezentos e noventa e sete cargos públicos quantificados nas 2^a, 7^a e 13^a legislaturas, 51,13% foram de deputados estaduais e 18,63% de funcionários públicos. Somente 2,77% e 6,29% foram, respetivamente, senador e vereador. Partindo da ideia de que o cargo de vereador está na base da carreira política no Brasil, e que o de senador, mesmo não estando no ápice - que é ocupado pelo cargo de presidente da

⁵⁰⁹ O parlamentar da 7^a legislatura, Londres Machado, ocupou dois mandatos ainda no Mato Grosso “uno” (anterior a divisão de 1977), contudo, posteriormente, conquistou sete mandatos na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Aqui contabilizamos os nove mandatos. O Parlamentar Waldomiro Alves Gonçalves ocupou duas vezes a cadeira parlamentar por Mato Grosso “uno” e três vezes por Mato Grosso do Sul.

república -, está muito próximo do topo segundo a estrutura de carreira política brasileira⁵¹⁰, o caso de Mato Grosso demonstrou que os extremos da pirâmide, ou seja, vereador e senador, estiveram menos presentes na carreira política dos deputados estaduais. Isso pode indicar que eles percorreram um trajeto relativamente limitado.

Por estes dados, podemos ainda auferir que a estadia na Assembleia Legislativa de Mato Grosso não é o melhor trampolim para aqueles que almejam alcançar o senado da república. Os mandatos federais aparecem em pequena proporção na carreira dos deputados estaduais, isso devido ao próprio desinteresse do candidato, preferindo este permanecer no Poder Legislativo estadual, ou porque o mandato no Legislativo estadual não o insere na estrutura de oportunidades adequadamente. O Legislativo estadual em Mato Grosso tende a se auto-reproduzir, mas a estadia na Assembleia Estadual, ainda que por tempo prolongado, não os qualifica na estrutura de oportunidades, prioritariamente, para um mandato federal e, em especial, para o Senado da República.

Quando as legislaturas são observadas separadamente, verificam-se alguns aspetos interessantes, pois cada uma representa um período diferente do sistema político brasileiro. O principal dado observado foi a ausência de participação em associações civis de cunho trabalhista ou de organização por categoria profissional, seja como diretor ou presidente, pelos deputados estaduais do período militar. Paralelo a isso, encontramos a maior percentagem do cargo de diretor ou presidente de empresas estatais.

O governo do Regime Militar não considerava uma boa qualificação para a Assembleia Legislativa a experiência na presidência de sindicatos ou direção em cooperativas. Como é obvio e já foi longamente explorado pela historiografia brasileira, a iniciativa de organização civil não era bem vista durante a ditadura militar no Brasil, e, portanto, a sua liderança, ainda que tenha sido eleita e passado pelo crivo social de aprovação do grupo envolvido, não era considerado uma qualidade no perfil do candidato. Já a participação na chefia de empresas estatais gerava fiabilidade ao candidato, além de, na maioria dos casos, um profundo conhecimento técnico que era extremamente valorizado neste período⁵¹¹.

⁵¹⁰ Sobre esta afirmativa, conferir MIGUEL, Luís F., *op. cit.*, 2003.

⁵¹¹ Como exemplo, podemos citar duas empresas envolvidas com processo de colonização e desenvolvimento do estado nas quais participaram alguns deputados estaduais da 7ª legislatura: a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (Codemat) e a Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso (Acarmat). A colonização e o desenvolvimento do centro-oeste brasileiro foi uma

Na legislatura que representa o primeiro período democrático, encontramos a maior percentagem no cargo de presidente ou diretor em organizações civis, 8,78% dos mandatos exercidos por todos os deputados da 2ª legislatura, enquanto na 7ª foi de 0% e na 13ª legislatura, no período de redemocratização, a percentagem foi de 3,47. Bem como, ainda nesta 2ª legislatura, o maior índice de prefeito (11,48%) e o menor de vereador (2,70%).

A principal característica diferencial nos mandatos ocupados pelos deputados estaduais da 13ª legislatura, no segundo período democrático, foi a maior percentagem de deputados estaduais que foram em algum momento de suas carreiras funcionários públicos, seja antes ou depois do mandato. Essa característica parece acompanhar o processo de complexidade burocrática pela qual as democracias modernas têm caminhado, tal como foi observado nos estudos internacionais que analisaram democracias europeias⁵¹².

Podemos observar na tabela 34 que a maioria dos deputados mato-grossenses já possuía alguma experiência anterior ao seu mandato na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Muitos foram vereadores, prefeitos, secretários de governo, alguns foram Presidentes de empresas públicas ou de associações civis e muitos funcionários públicos, indicando o mesmo que fora constatado, também no Paraná: o tipo misto da carreira do político brasileiro que mescla posições no Legislativo e no Executivo. Contudo, a experiência no Poder Legislativo parece ter maior peso na qualificação do candidato que persiga uma cadeira do Legislativo estadual.

grande preocupação do Regime Militar e por isto parece ser demasiado justificado que fosse considerada uma qualidade para o perfil do candidato ter ocupado cargo de chefia em uma empresa estatal envolvida com esta problemática.

⁵¹² Sobre esta discussão, conferir as várias obras dos autores citados e em especial: NORRIS, Pippa, (org), *op. cit.*, 1997; ALMEIDA, Pedro T. de, PINTO, António C., BERMEJO, Nancy (orgs.), *op. cit.*, 2006; BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (orgs.), *op. cit.*, 2000.

TABELA 34 - PRIMEIRO CARGO PÚBLICO DESEMPENHADO PELOS PARLAMENTARES

| Cargos públicos eletivos, indicado ou por concurso | 2 ^a | 7 ^a | 13 ^a | Total | % |
|--|----------------|----------------|-----------------|-------|-------|
| Vereador | 2 | 5 | 6 | 13 | 17,80 |
| Prefeito/Vice | 4 | | 5 | 9 | 12,32 |
| Deputado estadual/suplente | 7 | 7 | 3 | 17 | 23,28 |
| Presidente ou diretor de associação civil | 3 | | 2 | 5 | 6,84 |
| Presidente ou diretor de empresa estatal | 1 | | 2 | 3 | 4,10 |
| Funcionário Público* | 9 | 6 | 11 | 26 | 35,61 |
| Número conhecido** | 26 | 18 | 29 | 73 | |
| Sem Informação*** | 11 | 2 | 1 | 14 | |
| Total | 37 | 20 | 30 | 87 | **** |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT

*Promotor/Procurador/Juiz/ Conselheiro/Secretário/Assessor/Funcionário Técnico

**A percentagem foi calculada sobre o número conhecido

*** Sem informação foi o termo adotado para informações que não foram possíveis de serem confirmadas no decorrer deste estudo.

**** A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

Dez dos trinta e sete deputados estaduais da 2^a legislatura já haviam sido eleitos deputados estaduais. Oito desempenharam seus mandatos na 1^a legislatura, um foi suplente e não chegou a assumir a cadeira, e outro foi deputado em 1918, período anterior à contagem atual das legislaturas que tiveram seu início com a redemocratização após o Estado Novo de Getúlio Vargas em 1945.

Sobre os onze parlamentares com informações não confirmadas, quatro nada pode-se afirmar a cerca da trajetória política, entretanto, é possível supor que, oito tenham iniciado seu percurso como deputados estaduais, possivelmente adquiriram destaque social a partir das profissões que desempenhavam assim como da família a que pertenciam.

No estudo realizado sobre elites políticas paranaenses⁵¹³, foi constatado que dos sessenta e dois deputados estaduais eleitos na 14^a legislatura (1999-2002), apenas 11,3% não tinham qualquer tipo de passagem anterior pelo Poder Legislativo. Estes eram literalmente novatos e iniciavam ali suas carreiras políticas, enquanto a maior parte dos parlamentares já havia desempenhado mandatos em Câmaras de Vereadores, na própria Assembleia Legislativa do Paraná e até mesmo na Câmara dos Deputados. No Ceará, os

⁵¹³ COSTA, Luiz Domingos, *“As avenidas do poder: a trajetória política dos deputados estaduais paranaenses (1995-2002)”*, in PERISSINOTTO, Renato (org.), *op. cit.*, 2007, pp. 137-156.

dados sobre a Assembleia Legislativa apresentam pequeno crescimento referente a esta percentagem. Segundo Moraes⁵¹⁴, na legislatura que teve início em 1995, somente 26,19% não possuíam experiência legislativa anterior.

TABELA 35 - MANDATOS LEGISLATIVOS ANTERIORES A 1995 EM MT E CE

| Cargo público* | Mato Grosso | Ceará |
|-------------------|-------------|---------|
| Vereador | 36,66 % | 28,57 % |
| Deputado Estadual | 53,33 % | 52,38 % |
| Deputado Federal | 0,0 % | 2,38 % |
| Nenhum | 26 % | 26,19 % |

Fonte sobre Mato Grosso: Instituto de Memória da ALEMT; sobre o Ceará as informações foram obtidas na obra: SANTOS, Fabiano (org.), 2001, p. 208.

*Foram considerados os mandatos de forma não mutuamente excludentes, portanto, a soma das percentagens é superior a 100.

A percentagem de deputados sem nenhuma experiência no Poder Legislativo de Mato Grosso, seja no interior ou na capital, que foram eleitos em 1994 está próximo daquele apresentado no Ceará. Dos trinta deputados da 13ª legislatura (1995-99), oito (26%) não haviam exercido anteriormente um mandato Legislativo. Dos vinte e dois deputados que possuíam em sua trajetória política alguma passagem pelo Poder Legislativo, foi constatado que cinco haviam sido vereadores e deputados estaduais, seis apenas vereadores (sendo que três vereadores haviam desempenhado dois mandatos e um vereador havia sido eleito por três mandatos) e onze haviam sido somente deputados estaduais. Ou seja, a experiência legislativa anterior ocorreu predominantemente na própria Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com 53% dos deputados reeleitos, sendo alguns mais de uma vez.

Ainda que a percentagem de Mato Grosso sobre deputados com experiência legislativa anterior tenha se aproximado mais do Ceará do que do Paraná, existem entre eles outras semelhanças. Mato Grosso e Paraná possuem algumas características comuns, ambos são historicamente periféricos na política nacional, possuem grandes propriedades agrárias e uma elite relativamente conservadora.

Talvez a diferença resida na grande mudança que o território de Mato Grosso sofreu a partir da divisão e dos fluxos colonizadores que possibilitaram maior inclusão de novos personagens na elite política. Entretanto, pode-se questionar estes dados, pois não parece que isto tenha significado menor coesão no seio da elite, assim como tenha

⁵¹⁴ MORAES, F., *op. cit.*, 2001.

causado grande alteração no perfil sociológico desta. A inclusão de deputados estaduais nascidos fora de Mato Grosso não resultou em profunda transformação no perfil educacional, ocupacional e socioeconômico dos recrutados, tanto quanto não provocou a criação de novos partidos políticos.

Estas semelhanças podem ser percebidas também em relação à inclusão dos não naturais e em relação ao trajeto percorrido pelos parlamentares em ambas as unidades da Federação. Pode-se observar na tabela 36 que, em Mato Grosso, a maioria dos deputados havia nascido no interior do estado ou em outras unidades da Federação e tiveram seus primeiros cargos públicos no interior, assim como havia sido constatado no Paraná.

TABELA 36 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE NASCIMENTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE MT E O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO DESEMPENHADO (2ª, 7ª E 13ª LEGISLATURA SOMADAS)

| Localidades | Local de nascimento | % | Local do primeiro cargo | % |
|-------------------------------|---------------------|--------|-------------------------|-------|
| Capital – Cuiabá | 10 | 11,49 | 22 | 25,28 |
| Interior de Mato Grosso | 31 | 35,63 | 31 | 35,63 |
| Outras unidades da Federação | 32 | 36,78 | 9 | 10,34 |
| Sem informação ⁵¹⁵ | 14 | 16,09 | 25 | 28,73 |
| Número conhecido | 87 | 99,99* | 87 | 99,98 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

*A soma das percentagens não totaliza 100 devido aos arredondamentos

Na tabela 37, que analisa a trajetória dos deputados estaduais não naturais de Mato Grosso, observa-se que, na 2ª legislatura, dos sete deputados provenientes de outras unidades da Federação, somente um iniciou sua carreira pública fora do estado de Mato Grosso, era funcionário federal, vice-diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1945. Dois iniciaram suas carreiras na capital e quatro no interior. Na 7ª legislatura, dos oito parlamentares não mato-grossenses somente dois iniciaram suas carreiras públicas fora de Mato Grosso e um na capital, sendo um funcionário (inspetor) do Banco do Brasil e outro envolvido com o movimento estudantil. Na 13ª legislatura, dos dezassete nascidos em outros estados, não foi possível conhecer com precisão qual foi o início das carreiras públicas de quatro, então, dos treze parlamentares restantes, dois começaram a vida pública fora de Mato Grosso, um como funcionário público

⁵¹⁵ Sem informação foi o termo adotado para informações que não foram possíveis de serem confirmadas no decorrer deste estudo.

federal e outro como vereador. Ou seja, se observarmos as três legislaturas, percebemos que somente um candidato iniciou de facto sua carreira política em outra unidade da Federação, pois os outros ocuparam os cargos públicos de alcance nacional. Isso significava que o parlamentar possuía um cargo federal com atuação no estado de Mato Grosso, ou ainda representava o estado no Legislativo federal. Ainda na 13ª legislatura, cinco tiveram seu primeiro cargo público na capital enquanto seis no interior, foram três diretores de associações civis, dois prefeitos e um funcionário público que trabalhava na gestão de um município (secretário municipal de obras da prefeitura de Rondonópolis em 1967).

TABELA 37 - LOCAL DO PRIMEIRO CARGO PÚBLICO DESEMPENHADO PELOS PARLAMENTARES NÃO NATURAIS DE MATO GROSSO

| Legislaturas | Não naturais de Mato Grosso | 1º cargo público fora de MT | 1º cargo público na capital – MT | 1º cargo público no interior de MT | S/I |
|--------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------------|------------------------------------|-----|
| 2ª | 7 | 1 | 2 | 4 | 0 |
| 7ª | 8 | 2 | 1 | 5 | 0 |
| 13ª | 17 | 2 | 5 | 6 | 4 |
| Total | 32 | 5 | 8 | 15 | 4 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

No Paraná, Costa observou que os “estrangeiros”, aqueles provenientes de outras unidades da Federação, não iniciaram a vida política em outras unidades da Federação, mas se estabeleceram principalmente nas cidades do interior do estado do Paraná antes de iniciarem a trajetória política. Também entre os paranaenses do interior, apenas 25,7% ocuparam o primeiro cargo político na capital, e estes teriam ocupado o cargo quando já lá residiam, significando então que a migração do interior para a capital não foi motivada por questões políticas, ou seja, o processo de migração ocorreu devido a outros motivos exteriores à trajetória política do parlamentar. Em Mato Grosso, este dado parece apontar em outra direção, pois, aparentemente, os motivos foram em sua maioria devido à necessidade de cumprir mandatos ou ocupar cargos públicos na capital. O autor concluiu que “a proporção que inicia sua trajetória no interior está bem acima daqueles que começaram na capital”⁵¹⁶.

A tabela 38 apresenta alguns dados que permitem a discussão sobre a naturalidade do deputado estadual e o local do primeiro cargo público ocupado em sua trajetória política durante a transição dos regimes políticos e sistemas partidários. A proporção dos que fizeram da localidade natal o ponto inicial da sua carreira política foi

⁵¹⁶ COSTA, Luiz D., *op. cit.*, 2007, p. 142.

investigada, ou seja, em que proporção, em cada regime político e sistema partidário, o candidato construiu seu colégio eleitoral no seu local de nascimento.

TABELA 38 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE NASCIMENTO DOS PARLAMENTARES E O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO PÚBLICO

| Localidades | Local de nascimento | | | Local do primeiro cargo | | |
|-----------------|---------------------|----------------|-----------------|-------------------------|----------------|-----------------|
| | % | | | % | | |
| | 2 ^a | 7 ^a | 13 ^a | 2 ^a | 7 ^a | 13 ^a |
| Capital | 16,21 | 5,0 | 9,99 | 21,62 | 15,0 | 36,66 |
| Interior | 32,43 | 45,0 | 33,33 | 35,13 | 30,0 | 39,99 |
| Outras UF | 18,91 | 40,0 | 56,66 | 13,51 | 10,0 | 6,66 |
| Sem informação* | 32,43** | 10,0 | 0,0 | 29,72 | 45,0 | 16,66 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

* optou-se por calcular as percentagens incluindo a categoria sem informação.

**A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

No primeiro período democrático no qual ocorreu a 2^a legislatura, a maioria dos deputados estaduais haviam nascido no interior e a menor proporção era proveniente da capital, ou seja, havia mais deputados nascidos fora de Mato Grosso do que na capital Cuiabá. O primeiro cargo ocupado por esta elite em 1951 era também no interior, demonstrando a importância do reconhecimento regional. Os parlamentares davam o primeiro passo em suas carreiras ainda no interior do estado, provavelmente nos locais onde haviam nascido. Os que não iniciaram no interior o fizeram na capital, Cuiabá, e somente uma pequena proporção teve o primeiro cargo fora do estado. Nesta legislatura, 18,91% dos deputados estaduais haviam nascido em outros estados mas somente 13,51% tiveram seu primeiro cargo público fora de Mato Grosso.

Na 7^a legislatura decorrida no Regime Militar em 1971, observou-se o aumento dos nascidos fora do estado e no interior do estado, sendo acompanhado pelo declínio dos nascidos na capital. Em comparação com a segunda legislatura, a maioria se manteve com o primeiro cargo no interior, uma parcela relativamente pequena iniciou sua carreira na capital, e ocorreu o declínio da percentagem dos que ocuparam o primeiro cargo em outros estados brasileiros.

No segundo período democrático, analisou-se a 13^a legislatura em 1995 que, comparada com as outras duas, apresenta a seguinte novidade: o aumento da percentagem de nascidos fora de Mato Grosso paralelamente ao aumento dos que iniciaram a vida pública na capital. O interior continuou a liderar como principal local do primeiro cargo desempenhado, mas, na 13^a legislatura, esse dado deve ser relativizado.

O interessante é que, nesta época pós-divisão de Mato Grosso, e depois dos processos de colonização, surgiu uma nova elite regional indicando, portanto, que iniciaram suas carreiras no seu local de moradia, normalmente defendendo os interesses das novas regiões. Podemos também deduzir que, tanto uma parcela desta nova elite colonizadora, como dos mato-grossenses natos, passaram a iniciar sua carreira pública na capital Cuiabá. O porquê deste aumento das oportunidades na capital não é possível comprovar, contudo, é possível supor que o próprio modelo de redemocratização abriu novas possibilidades de percurso ocupacional que anteriormente teria sido difícil.

Para exemplificar esta relação, podemos citar o que observamos na 13^a legislatura, na qual dezasseis deputados estaduais não eram naturais de Mato Grosso, o que representava quase 60% do total dos mandatos. Na análise da carreira política destes dezasseis deputados, não foi possível confirmar o primeiro cargo público desempenhado por três, porém podemos presumir que eles não tiveram carreira pública anterior ao primeiro mandato de deputado estadual e, desta forma, o primeiro cargo desempenhado na vida pública teria sido na Assembleia Legislativa em Cuiabá.

Dos treze parlamentares com informação confirmada, constatamos que dois desempenharam o primeiro cargo público em outros estados, um foi eleito vereador em 1957 na cidade de Jales no estado de São Paulo, configurando um caso clássico de migração geográfica e política, e o outro foi diretor de Controlo Interino do DETRAN (Departamento de Trânsito) em Mato Grosso do Sul no ano de 1979 e migrou para o Departamento de estradas de Mato Grosso em 1989. É importante lembrar que, até 1977, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso formavam apenas um estado. Neste segundo caso, percebemos que a migração ocorre devido à própria estrutura da burocracia estatal. Não nos foi possível constatar se ocorreu alguma forma de transferência, mas é certo que o deputado, a partir do final dos anos oitenta, adotou o novo Mato Grosso pós-divisão para consolidar sua carreira.

Portanto, dos onze parlamentares de que conhecemos as informações e que desempenharam o primeiro cargo público em Mato Grosso, seis eram funcionários públicos, sendo que cinco destes desempenharam seu primeiro cargo público na capital. Dos que tiveram seu primeiro cargo no interior, três eram presidentes de associação civil ligados ao agronegócio no interior do estado, e dois eram prefeitos no interior. É de presumir-se que a maioria dos não naturais iria ocupar seus primeiros cargos públicos nos interiores há pouco colonizados e com muitas necessidades; então, o facto de existir

na 13ª legislatura grande parcela (34%) dos deputados não naturais com primeiro cargo público em Cuiabá é particularmente interessante.

Sendo assim, torna-se importante responder à seguinte questão: quais eram as atividades que estes cinco funcionários públicos desempenhavam na capital? Aparentemente, o processo de redemocratização ampliou as oportunidades na medida em que ampliou também as instituições democráticas. Podemos verificar esta afirmação pelo número de funcionários públicos ligados ao ensino superior: dos cinco não naturais que ocuparam o primeiro cargo público em Cuiabá, três (60 %) eram professores de nível superior, um era funcionário de organismos estatais (CODEMAT e DOP⁵¹⁷) e outro era assessor parlamentar.

Desta forma, quando olhamos o conjunto das legislaturas em Mato Grosso, uma parcela dos parlamentares vieram para a capital, anteriormente à eleição para o mandato na Assembleia Legislativa, já no primeiro cargo público. Isto ocorreu nas três legislaturas analisadas, sendo mais intenso na 13ª, durante o segundo período democrático. Contudo, a maior parte dos deputados ainda desempenhara seus primeiros cargos públicos no interior. Agora, resta saber se estes parlamentares migraram antes do mandato de deputado estadual.

Ao discutir a mobilidade espacial desta elite parlamentar antes do primeiro mandato de deputado estadual, constatou-se que, nas três legislaturas que representam três períodos políticos e partidários diferentes na história brasileira, ocorreu o mesmo processo migratório. Neste, a maioria da elite política parlamentar saiu de um primeiro cargo no interior para um último cargo na capital anteriormente ao mandato de deputado estadual em Mato Grosso. Essa mobilidade espacial não foi uma característica singular de Mato Grosso, segundo Costa⁵¹⁸ o mesmo ocorreu no Paraná.

Observamos ainda que a 13ª legislatura no segundo período democrático e pluripartidário obteve uma alta percentagem de migração espacial, ou seja, de aproximadamente 40% que iniciavam suas carreiras no interior, somente metade permaneceu lá no último cargo antes do mandato Legislativo estadual.

⁵¹⁷ CODEMAT-Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. DOP-Departamento de Obras Públicas do Estado de Mato Grosso.

⁵¹⁸ COSTA, Luiz D., *op. cit.*, 2007, p.142.

TABELA 39 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO E DO ÚLTIMO CARGO ANTERIOR AO PRIMEIRO MANDATO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

| Localidades Em Mato Grosso | Local do primeiro cargo | | | Último cargo antes do primeiro mandato | | |
|-------------------------------|-------------------------|----------------|-----------------|--|----------------|-----------------|
| | % | | | % | | |
| | 2 ^a | 7 ^a | 13 ^a | 2 ^a | 7 ^a | 13 ^a |
| Capital | 21,62 | 15,0 | 36,66 | 40,54 | 60,0 | 73,33 |
| Interior | 35,13 | 30,0 | 39,99 | 18,91 | 20,0 | 19,99 |
| Outras UF | 13,51 | 10,0 | 6,66 | 8,1 | 0,0 | 0,0 |
| Sem informação | 29,72** | 45,0 | 16,66 | 32,43 | 20,0 | 6,66 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

**A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

Também foi constatado, ao analisar a 2^a e a 7^a legislatura que ocorreram anterior à divisão do estado - em um período onde as diferenças entre o norte e o sul do estado se refletia na luta pelo poder político - que, dos vinte e um deputados que iniciaram sua carreira no interior de Mato Grosso, dezasseis eram oriundos do sul e apenas cinco eram provenientes do norte. Na 2^a legislatura, nove tiveram seu primeiro cargo público no sul e apenas três o fizeram no norte do estado. Na 7^a legislatura, sete eram do sul e apenas dois provinham de cargos públicos no norte de Mato Grosso.

Este dado reforça dois aspetos que já foram discutidos neste trabalho. Primeiro: no período anterior a 1977, no qual a disputa regional em Mato Grosso se dava entre o norte representado por Cuiabá e o sul por Campo Grande, a maior parte dos parlamentares provinha da região sul. Segundo: dos deputados provenientes da região norte do estado, a maior parte estava concentrada na capital, Cuiabá, pois era onde residia toda a administração pública. Outro aspeto ainda importante a apontar é que neste período Campo Grande, que é a atual capital de Mato Grosso do Sul, era anteriormente à divisão do estado, geograficamente, interior de Mato Grosso.

Costa observou que uma grande parcela da elite paranaense percorreu o seguinte caminho: início da carreira no interior, cargos de mediação na capital e entrada para a elite parlamentar estadual. O autor encontrou ainda dois outros grupos que fizeram outro percurso: destes, 19,5% vieram do interior diretamente para a elite parlamentar, se valendo de um capital político adquirido nesta localidade, e 31,7% já estavam na capital e retiraram daí sua fonte de capital político⁵¹⁹.

⁵¹⁹ COSTA, Luiz D., *op. cit.*, 2007, p. 143.

O que ocorreu em Mato Grosso não foi diferente do Paraná, onde as cidades do interior “exportaram” lideranças políticas para a elite política estadual. Desta forma é possível que o percurso geográfico realizado pelos parlamentares possa ilustrar ou mesmo apontar como está construída a estrutura de oportunidades políticas do estado como um todo. Ou seja, quantos começaram suas carreiras no interior. Este é o principal bilhete de entrada para o “clube da elite”⁵²⁰, ou um cargo público na capital foi mais importante no processo de recrutamento? E ainda, qual cargo público oferece as melhores oportunidades de projeção política para ascender à Assembleia Legislativa?

Em Mato Grosso, nas três legislaturas analisadas, uma grande parcela dos parlamentares iniciou suas carreiras no interior (35%), mas tiveram o último cargo público antes do mandato parlamentar na capital (58%). Somente uma pequena parcela (10%) dos deputados começou suas carreiras em outras unidades da Federação, mas que, entretanto, quase não ocorreu no último cargo antes da eleição para o primeiro mandato para o Legislativo estadual. É interessante observar que, na realidade, estes que mantiveram o último cargo público fora de Mato Grosso o fizeram ao nível federal, portanto, não eram cargos públicos em outros estados, mas, da União na qual, naturalmente, Mato Grosso estava incluído. Ao observarmos as percentagens do último cargo público nas três legislaturas consecutivamente, percebe-se que a contribuição da capital foi crescente com 40% na 2ª, 60% na 7ª e 73% na 13ª legislatura.

Se o início do caminho, rumo à Assembleia Legislativa, tem começado no interior, resta-nos saber quais têm sido os cargos públicos no interior que foram portadores de prestígio social suficiente para servir de alavanca ao cargo público estadual. No Paraná, foi constatado que 53,7% haviam começado suas carreiras como vereadores⁵²¹.

Segundo Costa, essa origem “de baixo” é bastante típica dos casos do interior para a capital. O autor constatou também, em relação ao início da carreira e o tipo de cargos da elite, que “61% começaram com cargos Legislativos, ao passo que 22% têm o seu primeiro cargo público em funções administrativas no interior da máquina pública”⁵²².

⁵²⁰ Expressão utilizada por José Murilo de Carvalho em sua obra sobre a elite política imperial em: CARVALHO, José M. de, *op. cit.*, 2003.

⁵²¹ COSTA, Luiz D., *op. cit.*, 2007, p. 144.

⁵²² *Idem*

TABELA 40 - CARGOS PÚBLICOS DESEMPENHADOS PELOS PARLAMENTARES ANTES DO PRIMEIRO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL *

| Cargos públicos | Frequência e percentagem | | | | | | | |
|---|--------------------------|--------------|----------------|--------------|-----------------|-------------|-----------|--------------|
| | 2 ^a | % | 7 ^a | % | 13 ^a | % | Total | |
| Vereador | 3 | 19,99 | 5 | 35,71 | 14 | 35,0 | 22 | 31,88 |
| Prefeito/vice | 4 | 26,66 | 2 | 14,28 | 4 | 10,0 | 10 | 14,49 |
| Deputado federal/suplente | 1 | 6,66 | | | | | 1 | 1,44 |
| Governador/vice | | | | | 1 | 2,5 | 1 | 1,44 |
| Presidente ou diretor de associação civil | 1 | 6,66 | 1 | 7,14 | 3 | 7,5 | 5 | 7,24 |
| Presidente ou diretor de empresa estatal | 1 | 6,66 | | | 2 | 5,0 | 3 | 4,34 |
| Funcionário público** | 5 | 33,33 | 6 | 42,85 | 16 | 40,0 | 27 | 39,13 |
| Total de cargos públicos | 15 | | 14 | | 40 | | 69 | |
| Número de deputados sem informação | 11 | *** | 2 | | 1 | | 14 | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

* Foi adotado o registo múltiplo, já que alguns deputados desempenharam vários cargos públicos antes do primeiro mandato na Assembleia Legislativa.

**Promotor/Procurador/Juiz/ Conselheiro/Secretário/Assessor/Chefe da Casa Civil/Funcionário Técnico

*** A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

Sobre a maioria dos deputados estaduais da 2^a legislatura não foi possível constatar com segurança se os dados expressam a totalidade dos mandatos desempenhados pelos parlamentares. Mesmo os registos oficiais e currículos enviados pelos familiares podem conter lacunas, os dados foram organizados com o número de informações conhecidas. Entre aqueles que participaram da 2^a legislatura, foi constatado que a maioria desempenhou apenas um cargo público anteriormente à eleição, sendo que alguns foram duas vezes prefeito ou vereador. Alguns exemplos podem ser citados, como o caso do deputado Clóvis Hugueney que fora duas vezes prefeito de Guiratinga, em 1939 e novamente em 1945, e do deputado Júlio Mário Abbot de Castro Pinto que iniciou sua carreira no final da década de trinta como promotor em Três Lagoas e depois em 1945 foi nomeado prefeito. Também foi verificado que, dos cinco funcionários públicos da 2^a legislatura, quatro deputados eram promotores ou procuradores do estado e somente um era funcionário técnico ligado à administração.

A partir da leitura das tabelas anteriores, podemos concluir que esta elite começou sua trajetória, principalmente, no interior e, maioritariamente, em cargos na função pública (39%) e no Legislativo (32%). A percentagem de deputados estaduais que desempenhou o cargo de funcionário público e vereador anterior ao primeiro mandato para a Assembleia de Mato Grosso totaliza 71% dos cargos públicos percorridos pela totalidade da elite parlamentar das 2^a, 7^a e 13^a legislaturas.

Sendo assim, é correto afirmar que estes dois cargos públicos foram mais típicos desta elite parlamentar anterior ao seu ingresso no Legislativo estadual. Esta tipicidade aponta para uma possível homogeneidade da elite, a medida em que é predominantemente construída por dois grandes grupos. Contudo, é importante saber se existe homogeneidade no trajeto percorrido por esta elite ao longo do tempo de carreira. Naturalmente, é uma tarefa difícil pois as carreiras seguem padrões aparentemente muito diversificados. Então, tal como foi realizado no estudo de Costa⁵²³, os cargos foram aglomerados por tipo de carreira, de modo que as carreiras típicas ganhassem visibilidade pela sua trajetória, carreiras mais ligadas ao parlamento de um lado e mais presas aos cargos políticos administrativos de outro.

TABELA 41 -TIPOS DE CARREIRAS POLÍTICAS DA ELITE PARLAMENTAR ANTERIOR AO PRIMEIRO MANDATO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

| Tipos de Carreiras | Frequência e % dos cargos públicos | | | | | |
|---|---|-----------|--|--------|---|---------|
| | 2 ^a Legislatura (37deputados) | | 7 ^a Legislatura (20 deputados) | | 13 ^a Legislatura (30 deputados) | |
| Legislativo | 5 | 13,51% | 7 | 35,0 % | 12 | 39,99 % |
| Executivo* | 13 | 35,13% | 9 | 45,0 % | 21 | 69,99 % |
| Sem carreira pública anterior | 8 | 21,62% | 8 | 40,0 % | 1 | 3,33 % |
| Número conhecido de cargos desempenhados ** | 26 | | 24 | | 34 | |
| Deputados sem informação | 11 | 29,72%*** | 2 | 10,0% | 1 | 3,33 % |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

* Foram considerados mandatos Executivos os cargos de natureza administrativa como os funcionários públicos: Promotor/Procurador/Juiz/Conselheiro/Secretário/Assessor/Chefe da Casa Civil/Funcionário Técnico.

** Foi adotado o registo múltiplo, já que alguns deputados desempenharam vários cargos Legislativos e Executivos antes do primeiro mandato na Assembleia Legislativa.

*** A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido ao registo múltiplo.

⁵²³ COSTA, Luiz D., *op. cit.*, 2007.

Na 2ª legislatura, dos treze deputados que tiveram carreira no Poder Executivo antes do mandato para Assembleia Estadual, quatro eram funcionários técnicos ou administrativos de alto nível na administração pública, cinco eram promotores e quatro eram prefeitos, na maioria em cidades com grande expressão eleitoral. São eles o deputado Clóvis Huguene que, em 1939 e novamente em 1945, foi prefeito de Guiratinga, o deputado Júlio Mário Abbot de Castro Pinto que foi nomeado prefeito de Três Lagoas na segunda metade da década de quarenta, o deputado Manoel Miraglia que fora prefeito de Cuiabá entre 1941 e 1956 e o deputado Rachid Mamed em Poxoréu com a nomeação de 1943.

Na 13ª legislatura, dos vinte e um (69,99%) deputados estaduais com algum mandato ou cargo público no Executivo, quinze (49,99%) eram funcionários públicos, ligados em especial às secretarias e assessorias de parlamentares ou no governo, e somente quatro (13,33%) foram prefeitos ou vice prefeitos. Isso aponta a predominância dos funcionários públicos no processo de recrutamento da elite parlamentar em Mato Grosso na década de noventa, em especial nos cargos públicos na máquina administrativa.

Na trajetória política desta elite parlamentar, discutiu-se qual foi o percurso até sua chegada à Assembleia de Mato Grosso. Autores como Rodrigues⁵²⁴ têm demonstrado que a carreira parlamentar estadual pode se configurar em trampolim para o Legislativo federal. No percurso da elite parlamentar mato-grossense após o seu último mandato de deputado estadual, foi constatado que a proporção dos deputados estaduais que se elegem posteriormente para a Câmara Federal é substancial; contudo, permanece inferior à proporção que segue carreira como funcionários públicos. É importante lembrar que, entre os funcionários públicos que assumiram as cadeiras parlamentares, havia um grande número de promotores e procuradores e estes podiam retornar a suas antigas atividades após o término da legislatura.

⁵²⁴ RODRIGUES, Leôncio M., op. cit., 2002.

TABELA 42 - CARGO PÚBLICO OCUPADO APÓS O ÚLTIMO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL

| Cargos públicos | 2 ^a | 7 ^a | 13 ^a | Total |
|---|----------------|----------------|-----------------|-----------|
| Vereador | 1 | | | 1 |
| Prefeito/vice | 3 | 1 | 2 | 6 |
| Deputado federal/suplente | 6 | 6 | 4 | 16 |
| Vice governador | 2 | | | 2 |
| Presidente ou diretor de associação civil | 3 | | | 3 |
| Presidente ou diretor de empresa estatal | 2 | | | 2 |
| Funcionário público | 5 | 5 | 7 | 17 |
| Deputado estadual em MS | | 1 | | 1 |
| Senador | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Não exerceu | 5 | | 11 | 16 |
| Número conhecido | 28 | 14 | 25 | 67 |
| Sem Informação | 9 | 6 | 5 | 20 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

Na continuidade de suas carreiras profissionais, verificou-se que dos dezasseis deputados classificados na categoria que não exerceu cargo público após o mandato, somente sete (10,44%) efetivamente não continuaram na carreira pública. Quatro (5,97%) deputados classificados como não tendo exercido outro cargo permaneciam como deputado estadual até o momento que estes dados estavam sendo analisados (16^a legislatura 2007-2010); dois (2,98%) deputados (Jorge António de Abreu e Renê Barbour) faleceram durante o exercício do mandato, dois (2,98%) deputados tornaram-se diretores de empresas ligadas ao Estado mas não estatais; e um parlamentar concorreu, mas não se elegeu vice-prefeito de Várzea Grande.

Desta forma, dos cinquenta e um com informação conhecida que foram classificados como tendo exercido alguma atividade pública após o último mandato, observa-se que vinte e um (31,34%) seguiram carreira pública legislativa, vinte e sete (40,29%), incluindo funcionários públicos, seguiram pelo caminho das carreiras mais ligadas ao Poder Executivo e três (4,47%) a associações profissionais, sindicais e patronais. Concluiu-se que, em relação aos cargos ocupados posteriormente ao mandato de deputado estadual, a elite apresenta uma carreira tipicamente mista. Aproximadamente metade desta elite permaneceu na carreira legislativa ao final do mandato. Deduz-se que o trajeto por esta parcela da elite percorrido em toda a sua

carreira, configurou um tipo “puro” de carreira política, ou seja, estes políticos teriam em toda a carreira ocupado somente cargos Legislativos. É interessante lembrar que a maioria dos parlamentares também ocupara cargos Legislativos anteriores ao mandato para a Assembleia. Então, por último, a carreira desta elite foi classificada considerando todo o percurso, antes da Assembleia, durante e depois dela.

TABELA 43 – TIPOS DE CARREIRAS PÚBLICAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA 2ª, 7ª E 13ª LEGISLATURA EM MATO GROSSO

| Legislaturas | Puras* | | Mistas** | | Total em %*** |
|----------------------------|------------|--------|------------|--------|---------------|
| | Frequência | % | Frequência | % | |
| 2ª Legislatura | 21 | 56,75% | 16 | 43,24% | 99,99 |
| 7ª Legislatura | 9 | 45,0% | 11 | 55,0% | 100,0 |
| 13ª Legislatura | 5 | 16,66 | 25 | 83,33 | 99,99 |
| Total por tipo de carreira | 35 | 40,22 | 52 | 59,77 | 99,99 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

*As carreiras puras são apenas cargos Legislativos.

** Conselheiro do Tribunal de Contas e diretor de empresa estatal foi classificado como atividade executiva.

*** O total de algumas percentagens não totaliza 100 devido aos arredondamentos.

Houve casos em que o parlamentar percorreu o caminho do Legislativo para o Executivo e vice-versa. Um exemplo é o deputado estadual Antônio Mendes Canalle da 2ª legislatura que, em 1950 e 1954, foi eleito deputado estadual, em 1958 foi suplente de deputado federal, em 1963 e 1970 foi prefeito de Campo Grande, depois foi chefe do gabinete do governador Pedro Pedrossiam, no período de 1967 a 1968, e em 1974 foi senador de Mato Grosso. Também o deputado Francisco Leal de Queiroz que, em 1949, se tornou promotor de justiça na comarca de Paranaíba, em 1950 foi eleito deputado estadual na Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso na 2ª legislatura e novamente se reelegeu na 3ª e 5ª, totalizando três mandatos. A seguir, em 1966, foi nomeado secretário do Interior e, então, de Justiça de Mato Grosso, cargos que exerceu até 1971. A partir de 1983, passou a representar Mato Grosso do Sul em Brasília, em 1986 foi nomeado secretário de justiça de Mato Grosso do Sul, em 1987 foi secretário de segurança pública de Mato Grosso do Sul e em 1988 foi procurador do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

Outro exemplo foi o deputado corumbaense, Carlos Ronald Albaneze que, sendo dentista conhecido em sua cidade natal, começou a carreira como vereador em 1970 e no mesmo ano se tornou prefeito interino de Corumbá. No Brasil, quando o prefeito se

ausenta e o vice-prefeito, por qualquer motivo, não possa ocupar o cargo, o próximo na lista é o presidente da câmara dos vereadores, e este foi o caso deste deputado. Posteriormente, foi deputado estadual por duas legislaturas, 1971/1974 – 1974/1978. Em 24 de Março de 1980, o então governador Marcelo Miranda Soares nomeou os sete conselheiros fundadores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), entre eles Carlos Ronald Albaneze. Ao longo de sua carreira ele também teve a presidência do TCE/MS, nas legislaturas de 1981/1982, 1989/1990 e 1995/1996, e exerceu o cargo de vice-presidente do TCE/MS, no período de 1985/1986, e na legislatura, 2007/2008. Neste caso, o deputado foi levado a ocupar uma posição no Poder Executivo como consequência do mandato no Poder Legislativo, e seguiu, após a estadia na Assembleia Legislativa, uma carreira administrativa no TCE/MS.

A carreira política do deputado estadual Londres Machado da 7ª legislatura foi considerada de tipo puramente legislativa, ainda que o parlamentar tenha ocupado a chefia da Casa Civil por um ano e um curto período como governador interino. De modo geral, o perfil da carreira é legislativa pois seus primeiros mandatos como deputado estadual foram exercidos nos períodos 1971-1974 e 1975-1979, ainda pelo Estado de Mato Grosso “uno”. No seu segundo mandato ocupou a primeira secretaria da Mesa Diretora da Assembleia. Com a criação do novo Estado de Mato Grosso do Sul, foi eleito deputado estadual para o quadriênio 1979-83 e assumiu a presidência da Assembleia Constituinte do Estado, porém, por duas vezes, afastou-se da Assembleia, em 13 de Junho de 1979 e em 28 de Outubro de 1980, para ser o governador interino do Estado de Mato Grosso do Sul. No mandato posterior (1983-87), o deputado ocupou a segunda secretaria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e, no biênio 1985-86, assumiu a primeira secretaria da Assembleia. Londres Machado foi reeleito mais uma vez (1987-1991), ocupou inicialmente, no período de 1987-1988, a chefia da Casa Civil do governador Marcelo Miranda Soares, e, no biênio 1989-1990, voltou para a Assembleia como presidente da Mesa Diretora, acumulando o cargo de presidente da Assembleia Constituinte. Ainda foi reeleito para as legislaturas de 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011.

2. Carreira pública dos governadores

No primeiro período democrático em Mato Grosso, houve seis governadores com sete mandatos. Neste período, os mandatos para o governo do estado eram de cinco anos e não era permitido a reeleição. O governador Fernando Corrêa da Costa foi eleito duas vezes, este se retira por um mandato e retorna no seguinte, ou seja, teve dois mandatos de cinco anos, configurando dez anos no governo – após interrupção.

TABELA 44 - TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS GOVERNADORES (COM OU SEM INTERRUPÇÃO)

| Permanência no governo | Porcentagem de permanência dos Governadores | | | | | | | |
|-------------------------------|---|--------|----------|-------|----------|-------|-------|--------|
| | 1945-66 | | 1966 -83 | | 1983 -07 | | Total | |
| Até seis meses | 1 | 16,66% | | | | | 1 | 5,26% |
| Mais de seis meses até um ano | 2 | 33,33% | | | 3 | 37,5% | 5 | 26,31% |
| Mais de um até dois anos | | | 1 | 20,0% | | | 1 | 5,26% |
| Mais de dois até três anos | | | | | 1 | 12,5% | 1 | 5,26% |
| Mais de três até quatro anos | 1 | 16,66% | 3 | 60,0% | 2 | 25,0% | 6 | 31,57% |
| Mais de quatro até cinco anos | 1 | 16,66% | | | | | 1 | 5,26% |
| Mais de cinco até seis anos | | | 1 | 20,0% | | | 1 | 5,26% |
| Mais de sete até oito anos | | | | | 2 | 25,0% | 2 | 10,52% |
| Mais de oito anos | 1 | 16,66% | | | | | 1 | 5,26% |
| Total | 6 | | 5 | | 8 | | 19 | *** |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

*Sobre o último governador do período de 1983 a 2007 foi contabilizada sua permanência até 2010. Ele ocupou dois mandatos (2003-2007 e 2007-2010).

*** As porcentagens podem não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

A dupla eleição de Fernando Corrêa da Costa é indicativa de que este candidato possuía alguns atributos que não apenas lhe abriram as portas para o primeiro mandato no governo, mas ainda lhe asseguraram o retorno. A disputa política regional pode ajudar a compreender qual foi o atributo deste político, pois ele foi duas vezes governador de Mato Grosso, ainda no período do estado “uno”, e durante o período de maior disputa entre as elites políticas do norte, seja da UDN ou PSD, com as do sul (UDN, PSD).

Em 1947, Mato Grosso realizou a sua Constituinte e a maioria da Assembleia era sulista, então propuseram uma emenda segundo a qual, em caso de calamidade, a capital seria transferida para Campo Grande. Os sulistas buscavam aumentar o seu

poder na administração pública e a mudança da capital quebraria a força nortista. Tal qual a disputa entre os partidos, estava a disputa pelo poder regional, chegando esta, às vezes, a recordar o estilo de política brasileira da velha república. Segundo o ex-deputado Licínio Monteiro do PSD/norte: *“Teve mesmo que pegar em armas [...] tivemos que tomar providências e a turma saiu aqui do Porto para pegar o pessoal do sul e dar-lhes um banho no chafariz da praça. Muita gente participou disso e não só os políticos [...]. E fui eu que comande; era pra enfrentar mesmo”*⁵²⁵.

O primeiro mandato ocorreu em 1951, após os conflitos vivenciados na Constituinte de 1947, quando a bancada sulista tentou transferir a capital do estado para Campo Grande. A partir desta disputa que chegou perto da violência, era importante que o candidato fosse “meio do sul e meio do norte”. Segundo o depoimento do ex-deputado Garcia Netto, da UDN, no norte era importante buscar o equilíbrio regional, *“quando a UDN lançou o Fernando para prefeito de Campo Grande, já dizia assim: ele vai ganhar e, em seguida vai ser o governador, porque ele é cuiabano mas reside em Campo Grande” – Olha aí o equilíbrio regional de que eu falei*⁵²⁶.

Podemos então observar que um dos grandes atributos que os escolhidos do primeiro período democrático deveriam possuir era o “equilíbrio regional”. Neste primeiro período, a disputa eleitoral em Mato Grosso foi muito ativa com os dois principais partidos, a UDN e o PSD, já que o PTB fora muito fraco no norte do estado, pelo menos até, aproximadamente, 1958⁵²⁷.

Este primeiro período democrático, após o governo ditatorial de Getúlio Vargas, viveu a reorganização das instituições políticas brasileiras. Após a nova Constituição, em 1945, novas leis proporcionavam as diretrizes para as unidades da Federação, no que diz respeito à organização do Executivo, Legislativo e Judiciário. Isto justifica a maior percentagem em mandatos de curta duração, ou seja, três (50%) dos seis governadores do período permaneceram por um período máximo de até um ano. No período de transição e reorganização democrática vivido entre Outubro de 1945 a Abril de 1947, Mato Grosso teve dois governadores, um governou por dez meses e outro por oito meses apenas. Outro mandato de curta permanência ocorreu com a posse do presidente

⁵²⁵ NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 2001(a), p. 217.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 222.

⁵²⁷ Conferir esta discussão em NEVES, Maria M. R. de N., *op. cit.*, 2001(a).

da Assembleia Jari Gomes em Julho de 1950, seu governo durou aproximadamente sete meses.

Em 1964, a sociedade brasileira foi surpreendida com o golpe militar e, a partir desta data, o sistema político foi organizado com base na legislação, não mais constitucional, mas institucional. As eleições para os governadores e vice-governadores passaram a ser indiretas. Neste contexto, os partidos políticos puderam desviar seu olhar dos eleitores comuns para os membros das Assembleias Legislativas. Os acordos entre os partidos deveriam garantir a maior percentagem de votos entre os deputados estaduais para eleger o candidato ao governo.

A principal lei institucional que reorganizara o processo eleitoral no Brasil desta época (AI 3, de 1966, “Art. 1º”) dizia: a eleição de governador e vice-governador dos estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal. Os partidos inscreverão os candidatos até quinze dias antes do pleito perante a Mesa da Assembleia Legislativa, e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição. Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos. Limitados a dois os candidatos ou na hipótese de só haver dois candidatos inscritos, a eleição se dará mesmo por maioria simples”⁵²⁸.

Durante a vigência deste regime foi fundamental manter o controle sobre o processo de recrutamento daqueles que iriam governar, tanto os estados quanto os municípios. O Ato Institucional nº 3, de 05/02/1966, em seu artigo 4º, criou a hipótese excepcional de nomeação dos prefeitos dos municípios das capitais dos estados. A Constituição Federal de 1967, em seu artigo 16, estabeleceu a nomeação dos prefeitos das capitais dos estados pelos governadores estaduais após a aprovação da Assembleia Legislativa e de prefeitos de municípios declarados de interesse da segurança nacional pelo Presidente da República. E mesmo passado algum tempo do golpe, com a Constituição de 1969, não ocorreu alteração nesta realidade.

Esta necessidade de controle, em especial sobre o Executivo durante a ditadura militar, pode ser observada em Mato Grosso, onde, dos cinco governadores do período, dois foram nomeados e dois foram indicados pela Presidência da República. Na

⁵²⁸ www.tse.gov.br/institucional/biblioteca

verdade, as Assembleias como a de Mato Grosso poderiam no máximo legitimar uma escolha que já havia sido acordada no âmbito federal, e que, naturalmente, era do agrado dos militares.

No período militar não houve reincidência de um mesmo político no governo. O primeiro governador deste período, o engenheiro civil e proprietário rural Pedro Pedrossian, permaneceu por cinco anos e quarenta e cinco dias no governo. Também ocorreu uma interrupção no final do governo de José Garcia Neto, e o vice Cássio Leite assumiu por sete meses.

Em 19 de Novembro de 1980, a Emenda Constitucional nº 15 restabeleceu as eleições diretas para governador. A Lei nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979, extinguiu a Arena e o MDB e restabeleceu o pluripartidarismo, dando sinais dos novos tempos de abertura política. Em 15 de Maio de 1985, a Emenda Constitucional nº 25 alterou dispositivos da Constituição Federal e restabeleceu eleições diretas para presidente e vice-presidente da República, em dois turnos; eleições para deputado federal e para senador, para o Distrito Federal; eleições diretas para prefeito e vice-prefeito das capitais dos estados, dos municípios considerados de interesse da segurança nacional; também foi abolida a fidelidade partidária⁵²⁹.

Não apenas os estados mas também os municípios passaram a ter novamente autonomia. Com a redemocratização e o pluripartidarismo instalado no país, veio também a legalização da reeleição e Mato Grosso vivenciou o mesmo que ocorria em outras unidades da Federação, ou seja, aqui a maioria dos mandatos não foram cumpridos na íntegra devido à renúncia necessária para que o político ficasse livre para se candidatar a um novo cargo político. A Constituição de 1988 fixou a desincompatibilização até seis meses antes do pleito para os chefes do Executivo (Federal, Estadual ou Municipal) que quisessem concorrer a outros cargos.

Neste contexto, no segundo período democrático (1983 a 2007), foi averiguado que, dos oito governadores do período, três renunciaram para se candidatar a novo cargo político e liberaram as cadeiras para que seus vices assumissem. Estes permaneceram no governo por um período aproximado de sete a onze meses. Com a legalização do processo de reeleição desde a Emenda Constitucional nº 16/97 que permitiu a reeleição dos chefes do Executivo para um único período subsequente, em Mato Grosso

⁵²⁹ www.tse.gov.br/institucional/biblioteca

aconteceu a reeleição de alguns governadores. Na análise deste processo constatamos que 25% dos governadores com permanência superior a sete anos, foram reeleitos consecutivamente.

Em relação à transição de um regime e sistema partidário para o outro, no cargo de governador, observou-se que isto não ocorreu. O mais próximo desta situação foi nos governos de Fernando Corrêa da Costa que desempenhou o primeiro mandato durante a democracia e o segundo encerrou em 1966, já no período de transição para a ditadura. Contudo, foi classificado no período democrático. A possível participação do político em períodos diferentes do regime político e partidário será melhor explorado quando acompanharmos o percurso da sua carreira pública.

2.1. O percurso dos governadores: alguns apontamentos sobre a trajetória política da elite política no governo de Mato Grosso

TABELA 45 - PRIMEIRO CARGO PÚBLICO DESEMPENHADO PELOS GOVERNADORES

| Cargos públicos eletivo, indicado ou por concurso | 1945 1966 | | 1966 1983 | | 1983 2007 | | Total | % |
|--|--------------|-------------|--------------|------|--------------|------|-------|-------------|
| Vereador | | | | | 1 | 12,5 | 1 | 5,3 |
| Prefeito/Vice | 3 | 50,0 | 1 | 20,0 | 3 | 37,5 | 7 | 36,8 |
| Deputado estadual/suplente | 1 | 16,6 | | | 2 | 25,0 | 3 | 15,8 |
| Vice-governador | | | 1 | 20,0 | | | 1 | 5,3 |
| Liderança em partidos políticos sindicato ou associação patronal | | | 1 | 20,0 | | | 1 | 5,3 |
| Funcionário público* | 2 | 33,3 | 2 | 40,0 | 1 | 12,5 | 5 | 26,3 |
| Não ocupou cargo público | | | | | 1 | 12,5 | 1 | 5,3 |
| Total | 6 | 99,99 ** | 5 | 100 | 8 | 100 | 19 | 100 |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

*Promotor/Procurador/Juiz/ Conselheiro/Secretário/Assessor/Funcionário Técnico.

**A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

Se não considerarmos os dois primeiros mandatos dos interventores no período de transição para a democracia, que tiveram curtíssima duração, a importância do cargo

público de prefeito como primeiro degrau na carreira pública aumenta de 50% para 80%. O único governador do período que iniciou a sua carreira no Poder Legislativo fora um governador por ocasião, ou seja, este não havia disputado a vaga ou sido escolhido por um partido para concorrer ao mandato. De facto, fora uma situação em que se necessitou que o presidente da Assembleia Legislativa assumisse o cargo de governador pelo período de sete meses, aproximadamente. Se retirarmos os três curtos mandatos do primeiro período analisado (dois interventores e um do presidente da Assembleia) teremos uma percentagem de 100% dos governadores deste período com início de carreira no Poder Executivo municipal.

A força do Executivo municipal diminuiu durante o Regime Militar quando os funcionários públicos passaram a ser predominantes, com 40% dos governadores tendo iniciado a vida pública nesta categoria. Entretanto, a principal qualidade que um indivíduo deveria possuir nesta época, para ser indicado ao cargo de governador de um estado brasileiro era, sem dúvida, contar com a simpatia do governo federal.

Neste período, o único governador que havia sido prefeito, foi, de facto, um prefeito da capital, Cuiabá, nomeado pelo governador do estado. É importante frisar que, neste período, os governadores somente puderam nomear aqueles que tinham aprovação pelo governo federal. Ainda, um governador que ocupou seu primeiro cargo público como vice-governador foi levado a assumir a cadeira devido à renúncia do titular, que iria concorrer ao senado, pelo período de sete meses. A importância pública deste político para ocupar o cargo de vice-governador não residiu em cargos formais, mas na sua importância regional em Corumbá. Este era proveniente de uma tradicional família corumbaense, um advogado influente e ativo em associações civis como a Sociedade Beneficente de Corumbá que administrava o Hospital de Caridade, e na presidência do Lions Clube.

Também se pode notar a importância dos laços familiares no percurso do primeiro governador de Mato Grosso após a divisão do estado, com posse em 1979. Frederico Carlos Soares Campos fora escolhido por indicação direta do Presidente da República, Ernesto Geisel. O governador indicado era sobrinho de um general influente no Brasil, além de já possuir uma carreira pública composta de outros mandatos indicados ou nomeados durante o período militar. Pode-se dizer que ele detinha a “*boa influência familiar*” e a “*simpatia*” do governo federal.

No período de redemocratização após 1983, observou-se que as prefeituras, com 37,5%, voltaram a adquirir importância como o local do início de carreira para aqueles que almejassem o governo do estado. Outro aspecto interessante deste período foi o crescimento da percentagem de governadores que tiveram seu primeiro cargo público como deputados estaduais. Com um olhar mais detalhado, poderíamos afirmar que, somente neste período, alguns governadores eleitos iniciaram suas carreiras no Poder Legislativo. Afinal, no período ditatorial não foi constatado nenhum governador que havia começado sua carreira como deputado estadual, assim como, no primeiro período estudado, o único que o teria feito, foi na condição de presidente da Assembleia Legislativa.

Em uma análise geral dos três períodos, percebemos que um dos atributos valorizados foi uma carreira orientada desde cedo no Poder Executivo. Aparentemente, para chegar ao governo do estado, o indivíduo deveria possuir alguma experiência na administração pública e, em especial, nas grandes cidades do estado, incluindo a capital. Dos dezanove governadores estudados, sete (37%) começaram a carreira política como prefeitos, três em Cuiabá, dois em Várzea Grande (faz parte da Grande Cuiabá) e um em Campo Grande. Portanto, dos sete prefeitos, seis (87%) cumpriram seus primeiros mandatos nas principais cidades do estado.

TABELA 46 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE NASCIMENTO DOS GOVERNADORES E O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO PÚBLICO DESEMPENHADO

| Localidades | Local de nascimento | % | Local do primeiro cargo | % |
|------------------------------|---------------------|-------|-------------------------|-------|
| Capital – Cuiabá | 4* | 21,05 | 10 | 52,63 |
| Interior de Mato Grosso | 9 | 47,36 | 6 | 31,57 |
| Outras Unidades da Federação | 2 | 10,52 | 1 | 5,26 |
| Sem informação | 4 | 21,05 | 2 | 10,52 |
| Número conhecido | 19 | ** | 19 | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

*Para classificação do local de nascimento, Várzea Grande foi considerada capital por fazer parte da “Grande Cuiabá”, cidades que atualmente estão em Mato Grosso do Sul foram consideradas ainda Mato Grosso quando o político nasceu anterior à divisão.

** A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

Mais da metade dos governadores de Mato Grosso começaram sua jornada pública na capital Cuiabá (53%), sendo que essa percentagem é ainda maior se olharmos pelo prisma de cidade metrópole. Se considerarmos que Campo Grande disputava neste período o estatuto de capital com Cuiabá, a percentagem dos governadores com o

primeiro cargo público em grandes cidades foi de 77%, pois dois governadores desempenharam seus primeiros cargos públicos em Campo Grande, um foi prefeito e o outro foi promotor. Dos que começaram em Cuiabá, constatou-se que alguns chegaram a ser prefeitos em Cuiabá por mais de um mandato, foi o caso do governador Frederico Carlos Soares Campos. Dos dois governadores nascidos em outros estados, somente um desempenhou cargo público anterior, iniciando sua carreira no interior do estado como funcionário público (secretário municipal de agricultura de Rondonópolis).

TABELA 47 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO E DO ÚLTIMO CARGO ANTERIOR AO PRIMEIRO MANDATO PARA O GOVERNO DO ESTADO

| Localidades em Mato Grosso | Local do primeiro cargo | | Último cargo antes do primeiro mandato | |
|----------------------------|-------------------------|-------|--|-------|
| | Frequência | % | Frequência | % |
| Capital | 10 | 52,63 | 7 | 36,84 |
| Interior | 5 | 31,57 | 6 | 31,57 |
| Outras UF* | 1 | 5,26 | 4 | 21,05 |
| Sem informação | 2 | 10,52 | 2 | 10,52 |
| Total | 19 | ** | 19 | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

*Nesta Tabela “outras UF” significa Brasília. Os quatro políticos tiveram seu último cargo público anterior ao governo de Mato Grosso, como deputados federais.

** A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido aos arredondamentos.

As prefeituras foram importantes no processo de recrutamento, não apenas no início da carreira do político, mas também, em algumas cidades, como último degrau para o governo. Dois governadores tiveram seu último mandato no Executivo de Campo Grande e um no de Várzea Grande. Porém, salientamos que a percentagem de governadores que ocuparam o último cargo público em outras unidades da Federação é substancial (21%); o dado, por si só, seria estranho se os quatro governadores não fossem deputados federais. Assim, os 21% classificados como “outras unidades da Federação” significam precisamente mandatos que foram cumpridos na capital nacional, mas que, entretanto, representavam Mato Grosso e, mais importante ainda, é que tiveram sua base eleitoral no estado (Tabela 47).

TABELA 48 - CARGOS PÚBLICOS DESEMPENHADOS PELOS GOVERNADORES ANTES DO PRIMEIRO MANDATO PARA O GOVERNO DO ESTADO⁵³⁰

| Cargos públicos | Frequência e percentagem | | | | | | | |
|---|--------------------------|--------------|----------|--------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | 1945-66 | | 1966-83 | | 1983-07 | | Total | |
| | F* | % | F | % | F | % | F | % |
| Vereador | | | | | 1 | 3,7 | 1 | 1,7 |
| Prefeito/vice | 4 | 22,22 | 3 | 18,75 | 10 | 37,0 | 17 | 28,8 |
| Deputado estadual | 3 | 16,66 | 2 | 12,5 | 5 | 18,51 | 10 | 16,9 |
| Deputado federal/suplente | 3 | 16,66 | 2 | 12,5 | 3 | 11,11 | 8 | 13,5 |
| Governador ⁵³¹ | 1 | 5,55 | | | 1 | 3,7 | 2 | 3,4 |
| Vice-governador | | | 2 | 12,5 | 4 | 14,81 | 6 | 10,0 |
| Senador | 1 | 5,55 | | | | | 1 | 1,7 |
| Ministro | | | | | 2 | 7,40 | 2 | 3,4 |
| Liderança em associação civil | | | 2 | 12,5 | | | 2 | 3,4 |
| Funcionário público** | 4 | 22,22 | 5 | 31,25 | 1 | 3,7 | 10 | 16,9 |
| Total de cargos públicos | 18 | *** | 16 | | 27 | | 59 | |
| Sem carreira pública anterior | | | | | 1 | | 1 | |
| Número de governadores c/ informação não confirmada | 1 | | 0 | | 0 | | 1 | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

*F = Frequência de cargos públicos na carreira do indivíduo anterior ao mandato para o governo.

**Promotor/Procurador/Juiz/ Conselheiro/Secretário/Assessor/Chefe da Casa Civil/Funcionário Técnico.

Foi adotado o registo múltiplo, já que dois governadores desempenharam duplo mandato na casa Civil.

*** A soma das percentagens pode não totalizar 100 devido ao registo múltiplo.

A valorização de uma carreira legislativa como pré-requisito de acessibilidade ao governo foi salientada no estudo de Almeida sobre a carreira política dos ministros portugueses durante a Monarquia Constitucional. Segundo o autor, “[...] *a principal trajectória de carreira que conduzia ao Governo passava inevitavelmente pelo Parlamento, não sendo por isso surpreendente que a esmagadora maioria dos ministros apresentasse experiência legislativa prévia (87,1%)*”⁵³². Na transição do Regime Monárquico para a Primeira República, ocorreu a queda da percentagem de ministros que haviam desempenhado mandato parlamentar de 87,1% para 67,5%. Guardadas as diferenças temporais e de sistema (Estado Federação e Estado Unitário), o que nos fica de interessante é perceber que, em Mato Grosso, o ingresso no cargo de chefe do

⁵³⁰ O cálculo desta tabela foi realizado sobre o registo das informações confirmadas referente à carreira de dezoito políticos que se elegeram dezanove vezes para o governo.

⁵³¹ Para o governador Fernando Corrêa da Costa, foi adotado o registo de todos os cargos públicos desempenhados em cada momento em que havia sido eleito governador. No primeiro mandato em 1951, o político havia construído sua carreira pública apenas com uma passagem pela prefeitura de Campo Grande. No segundo governo, dez anos depois da primeira eleição, ele já havia sido prefeito, governador e senador.

⁵³² ALMEIDA, Pedro T. de, PINTO, António C., BERMEO, Nancy (orgs.), *op. cit.*, 2006, p. 46.

Executivo não passa pelo parlamento. Ao contrário, somente 34% dos governadores haviam sido vereadores, deputados estaduais, deputados federais ou senadores.

GRÁFICO 19 -TIPOS DE CARREIRAS PÚBLICAS DOS GOVERNADORES ANTERIOR AO PRIMEIRO MANDATO PARA O GOVERNO DO ESTADO⁵³³



Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

Em seu trabalho sobre o processo de recrutamento da elite ministerial em Portugal, Almeida alerta sobre a importância de se considerar no estudo do processo de recrutamento das elites políticas, tanto a influência das organizações secretas quanto a família e as relações de parentesco. Ainda que sejam dados relativamente subjetivos e com grande dificuldade de se quantificar com exatidão, a sua influência deve ser considerada. O autor constatou que, durante a Monarquia Constitucional, “*trinta ministros pertenciam à maçonaria (17,2%) e que, pais e filhos ou irmãos eram frequentemente eleitos no mesmo círculo eleitoral ou nomeados para as mesmas pastas ministeriais*”⁵³⁴. Durante a Primeira República, essa relação entre a maçonaria e governo foi intensificada com a afinidade que o Partido Democrático tinha com a sociedade secreta: neste período, segundo o autor, oitenta e nove ministros (36,6%) fornecidos por este partido eram maçons⁵³⁵.

⁵³³ Neste gráfico estão representados os percursos dos governadores que tiveram carreira pública antes de assumir o mandato na Casa Civil. Um governador não possuía carreira pública anterior e para outro não foi possível confirmar a informação. Em relação à classificação dos cargos públicos, foram também considerados mandatos Executivos os cargos de natureza administrativa como os funcionários públicos: Promotor/Procurador/Juiz/Conselheiro/Secretário/Assessor/Chefe da Casa Civil/Funcionário Técnico e os dois cargos em associações civis (sindicato, partido político ou associação patronal).

⁵³⁴ ALMEIDA, Pedro T. de, PINTO, António C., BERMEJO, Nancy, *op. cit.*, 2006, p. 47.

⁵³⁵ *Ibidem*, p 49.

Ao longo deste estudo, verificou-se que pertencer a uma família influente foi praticamente regra no processo de recrutamento para o governo de Mato Grosso. O que variou foi o tipo de influência que a família possuía, que poderia ser devido à antiga participação política no estado, pela participação nas forças armadas e também pela influência advinda do poder económico. A participação em várias formas de sociedades civis também foi constatada, desde membros da Academia de Letras, do Lions Clube, entre outros. Em sociedades de cunho secreto, como a Maçonaria, a percentagem de governadores que foram membro foi de 31,6% e estão concentrados nos dois períodos democráticos: dos seis governadores do primeiro período democrático, três (50%) eram maçons. A seguir, observou-se qual foi a continuidade da carreira destes governadores, ou seja, em uma escala de oportunidades onde se encaixa o mandato de governador, para que tipo de carreira isso possibilitava o acesso.

TABELA 49 - CARGO PÚBLICO OCUPADO APÓS O MANDATO DE GOVERNADOR

| Cargos públicos desempenhados | Frequência | % |
|-------------------------------|------------|---------|
| Prefeito/vice | 3 | 24,99 |
| Deputado federal/suplente | 3 | 24,99 |
| Vice-governador | 2 | 16,66 |
| Senador | 4 | 33,33 |
| Número conhecido* | 12 | 99,97** |
| Sem informação | 7 | |

Fonte: Instituto de Memória da ALEMT.

*As percentagens foram calculadas sobre o número conhecido.

** A soma das percentagens não totaliza 100 devido aos arredondamentos.

Dos governadores estudados, foi possível afirmar que doze continuaram suas carreiras após o mandato para o governo de Mato Grosso. Diferente do que encontramos em relação ao Poder Legislativo, o governo do estado se apresenta como o principal degrau na carreira federal, pois 58% dos governadores desempenharam, a seguir, o mandato federal de deputado ou senador, e outros dois governadores (17%) que foram na sequência prefeitos, no mandato seguinte, foram senadores (Tabela 49). Aparentemente, revezar entre o Senado e a Câmara Federal após o mandato de governador foi uma prática dos políticos mato-grossenses que permaneceram na vida pública. Como exemplo, podemos citar o governador Carlos Gomes Bezerra que fora, após este mandato, prefeito em Rondonópolis, senador e deputado federal, e o governador Júlio José de Campos que foi, na sequência de sua carreira política, deputado federal e senador.

CONCLUSÃO

Durante a execução deste trabalho, duas grandes questões delimitaram o caminho percorrido. A primeira foi conhecer o perfil da elite mato-grossense, deputados estaduais e governadores, no período de 1945 a 2007. A segunda foi diagnosticar o processo de recrutamento privilegiado no decorrer das mudanças dos regimes políticos no Brasil, da democracia para a ditadura e de volta à democracia, e dos ciclos de colonização em Mato Grosso. Buscou-se construir o perfil sociológico e geográfico da elite política mato-grossense como parâmetro para discutir o grau de democratização do processo político no estado. Os atributos desses indivíduos selecionados para exercerem os mandatos dos Poderes Legislativo e Executivo permitem identificar e discutir a estrutura de oportunidades presente no processo de recrutamento da elite pesquisada.

No perfil das elites foram observados os fatores ou atributos⁵³⁶ que favoreceram os escolhidos. Ainda que não se possa afirmar que todos os indivíduos portadores destas características serão selecionados, pode-se delimitar que de entre o grupo de indivíduos com estas qualidades, existe maior probabilidade de conseguir o bilhete de entrada para a elite política de Mato Grosso, ou seja, existe um filtro⁵³⁷ pelo qual eles já passaram. Vamos começar por apresentar de forma resumida as informações relevantes que caracterizaram esta elite.

No período estudado, a elite política mato-grossense foi predominantemente masculina, proveniente de médio e alto nível socioeconômico, portadora de um diploma universitário em direito ou engenharia, e com militância em partidos de direita ou centro direita. Tinham aproximadamente quarenta anos para a Assembleia Legislativa, e cinquenta para o governo do estado. Possuíam experiência em cargos públicos e haviam iniciado suas carreiras públicas em Mato Grosso. Profissionalmente, antes da entrada na esfera pública, e provavelmente paralelamente a ela, desenvolveram atividades que, direta ou indiretamente, estiveram relacionadas com a posse da terra. Exemplos são a agricultura, a pecuária e atualmente o agronegócio.

Sobre o processo de recrutamento concluímos que as elites foram escolhidas a partir da sua pertença geográfica e profissional, ou seja, tanto o local de nascimento e

⁵³⁶ KELLER, Suzanne, *op. cit.*, 1971; *op. cit.*, 1967.

⁵³⁷ NORRIS, Pippa (org.), *op. cit.*, 1997.

residência quanto os cargos públicos ocupados foram importantes referenciais na definição de quem deveria ser escolhido pelo partido para concorrer no pleito. Assim, ainda que estes não sejam os únicos fatores a serem considerados no processo de recrutamento em Mato Grosso, foram, sem dúvida, de grande importância.

Acreditamos que o modelo de ocupação desenvolvido em momentos históricos diferentes, nestas terras de “fronteira e sertão”, construiu os alicerces dos grupos dominantes mato-grossenses ligados à propriedade da terra. Também sua regionalização e seu conservadorismo influenciaram determinantemente o modelo de recrutamento político construído em Mato Grosso e o perfil daqueles que foram selecionados para integrarem a elite política.

A condição periférica de Mato Grosso em relação ao centro económico próximo ao litoral gerou um modelo de ocupação e desenvolvimento para estas terras caracterizado por constantes projetos diferenciados de colonização, acompanhados dos fluxos migratórios e de diversificação da origem geográfica da elite. A cultura política que influenciou sobremaneira o recrutamento político desenvolvido no estado foi o resultado da própria história da incorporação das novas elites económicas desenvolvidas com a migração, intensificada após os anos oitenta, por meio dos projetos de ocupação da fronteira amazônica impulsionados pelo governo militar.

Na análise sobre quem são as elites políticas de Mato Grosso, observamos que estas foram o resultado da aliança entre vários grupos dominantes, económica e socialmente no estado, em momentos diferentes do seu processo de desenvolvimento. Contudo, ao contrário do que tinha constatado Robert Dahl⁵³⁸, a elite política de Mato Grosso apresentou características que indicam que, apesar dos seus atores serem provenientes de diferentes grupos privilegiados, não estão em divergência entre si, não correspondem a uma pluralidade diferenciada de interesses, mas que, de facto, eles configuram um grupo político homogêneo que se aproxima mais da elite do poder definida por Wright Mills⁵³⁹.

Ainda é importante considerar que as mudanças na configuração do eleitorado em Mato Grosso, durante os diferentes projetos de colonização que afetaram a ocupação de suas terras no período de 1945 a 2007, ora mais a sul, ora mais a norte, também foram um fator fundamental na determinação do perfil do político selecionado. Desta

⁵³⁸ DAHL, Robert, *op. cit.*, 1971.

⁵³⁹ MILLS, C. W., *op. cit.*, 1981.

forma, a elite política mato-grossense em todo o período estudado caracterizou-se pela formação de grupos regionalizados no norte e no sul, antes e depois da divisão do estado em 1977. Assinalamos que a literatura especializada tem apontado esta divisão regional como um fenómeno exclusivo do período anterior à divisão. Na verdade, também depois da divisão, existiu uma parcela da elite com identidade sulista representada por Cuiabá e outra parcela nortista representada pelos novos municípios que surgiram após os anos setenta.

Portanto, as questões regionais que marcaram o modelo de recrutamento político em Mato Grosso geraram, no período anterior à divisão de 1977, a valorização dos candidatos naturais da terra. Depois deste momento, com a redemocratização, ocorreu o crescimento dos não-naturais de Mato Grosso, totalizando quase dois terços das cadeiras parlamentares e um terço dos mandatos de governador. Paralelamente ao declínio dos naturais, ocorreu, no período da redemocratização, o aumento da percentagem de indivíduos oriundos do nível socioeconómico médio, o declínio dos indivíduos com curso superior para as cadeiras parlamentares, uma pequena elevação no índice dos que militavam nos partidos de esquerda e uma maioria proveniente de carreiras públicas. Para o governo manteve-se a mesma percentagem referente ao nível socioeconómico e educacional. Aparentemente, a redemocratização do regime político e sistema partidário proporcionou, juntamente com o processo histórico do desenvolvimento dos novos municípios, um modelo de recrutamento político menos fechado, assim como uma maior renovação da elite.

Em relação ao mandato de governador, observou-se que no primeiro período democrático, onde vigoravam as diferenças regionais, o principal atributo que o candidato deveria possuir era a capacidade de representar e conquistar a confiança dos eleitores nas duas regiões, algo que foi chamado de “equilíbrio regional”. O primeiro cargo público foi, predominantemente, no Executivo municipal, com exceção do período militar no qual o funcionalismo público técnico-administrativo ganhou força. Verificou-se ainda que pertencer a uma família influente e participar em associações civis foi uma característica importante para o recrutamento desta elite governante. Em relação à continuidade da carreira política, nossos dados apontaram que, de modo semelhante à elite parlamentar, os governadores continuaram na carreira pública após o mandato analisado. Todavia, diferente do que encontramos em relação ao Poder

Legislativo, o governo do estado se apresenta como o principal degrau na carreira federal.

Ao questionarmos o grau de democratização do recrutamento político ocorrido em Mato Grosso, é necessário levar em consideração que este estudo contemplou um período de aproximadamente vinte anos de ditadura militar, no qual o próprio regime político vigente tendia a regular de forma conservadora o recrutamento político. Porém, não se pode ignorar que, comparado com os índices nacionais, se apresentou aqui uma elite política extremamente conservadora, tanto no que diz respeito à militância nos partidos de esquerda quanto, em especial, ao gênero do recrutado. O índice da participação das mulheres no governo foi nulo e, no parlamento, foi muito inferior ao nacional.

Apresentando um perfil relativamente homogêneo em relação ao nível socioeconômico e educacional, a elite política mato-grossense pode ser considerada como portadora de atributos que, por um lado, podem facilitar a administração pública, e por outro, podem tornar o acesso ao poder extremamente corporativo e limitado. Ao observar o treinamento pelo qual passou a elite política parlamentar e governante, constata-se que o percurso foi relativamente comum à maioria dos selecionados, indicando um padrão de recrutamento que, tanto para o parlamento quanto para o governo, privilegiou principalmente os indivíduos com experiência em cargos públicos.

A maioria dos parlamentares de Mato Grosso foram recrutados dentro da própria Assembleia Legislativa, foram reeleitos ou ocuparam função pública nomeada, e tiveram seus primeiros cargos públicos no interior do estado como funcionários públicos e vereadores. Para o governo averiguou-se que quase todos foram, no início de suas carreiras, prefeitos na capital ou em grandes cidades com expressivo peso político e eleitoral. O favorecimento de algumas categorias profissionais seria um indicativo de que a estrutura de oportunidade está condicionada, tanto pelas regras formais do jogo eleitoral como pela cultura política do país, em cada período político e partidário preciso. No caso de Mato Grosso, independentemente da alteração de regime, não foi observada uma mudança referente ao treinamento dos recrutados que pudesse ser considerada como desviante.

A reeleição para os mandatos Legislativos foi uma característica do processo de treinamento da elite política mato-grossense nos três períodos estudados, indicando a

profissionalização dos parlamentares. Todavia, no período de redemocratização dos anos oitenta, a profissionalização dos parlamentares parece ter-se deslocado do processo de reeleição, onde ocorreu leve declínio da percentagem, para o recrutamento dos funcionários públicos, que sofreu relativo aumento. Tal como observado pelos pesquisadores Heinrich Best e Maurizio Cotta, na análise do recrutamento político europeu⁵⁴⁰, na atualidade está ocorrendo um processo crescente de profissionalização do político como consequência da própria complexidade da democracia, facto este também constatado por nós no caso de Mato Grosso. Assim, se, por um lado este treinamento comum confere a esta elite uma certa homogeneização, por outro limita o grupo de possíveis recrutados, podendo gerar um processo seletivo menos democrático. Essa foi a configuração do processo de recrutamento da elite parlamentar e governante mato-grossense que, sendo extremamente homogênea, representava um clube de difícil acesso ao cidadão comum.

Ainda sobre o tipo de carreira desenvolvida pela elite política de Mato Grosso foi averiguado que, ao contrário do que sugere a literatura brasileira, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso não parece ter sido um trampolim para o Poder Legislativo federal. Os parlamentares tenderam a permanecer por tempo razoável na Assembleia Legislativa, sem buscar cargos em outros setores da elite política estadual e, menos ainda, ao nível federal. Isso parece indicar um processo de institucionalização⁵⁴¹ da carreira legislativa, o que foi ainda mais visível durante o período da ditadura militar. No entanto, o cargo de governador do estado parece ter sido o verdadeiro escalão para o Legislativo federal.

Quanto ao enquadramento socioprofissional, verificou-se que esta elite política possuiu alguns aspetos comuns. Primeiro, em sua grande maioria, eram agropecuaristas, grupo economicamente dominante no estado nos três períodos estudados. Mato Grosso teve e tem sua principal atividade económica baseada na agricultura e na criação de gado. Segundo, paralelamente à agropecuária, a profissão de advogado foi a de maior peso, com grande parcela destes juristas formados na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, durante o primeiro e o segundo período. Este aspeto confirma a situação

⁵⁴⁰ BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio (orgs.), *op. cit.*, 2000.

⁵⁴¹ Para a Câmara dos Deputados, Fabiano dos Santos constatou baixa taxa de permanência, e por isso o parlamento brasileiro tenderia a ser pouco institucionalizado. Essa característica indica que a vida política parlamentar tem sido constantemente permeada por novos membros, gerando um processo que conduz à circulação e à renovação da elite, por um lado, e por outro ao enfraquecimento da força da instituição e do poder de impor uma agenda independente do Executivo. Cf. SANTOS, Fabiano, *op. cit.*, 2000.

economicamente privilegiada desta elite que podia enviar seus filhos para estudar em outro estado, na então capital, e na mais prestigiada faculdade de Direito do país.

Em termos institucionais do processo democrático eleitoral, os partidos são atores centrais, em especial no caso brasileiro, onde não se permite candidatura sem vinculação partidária. Todavia, constatamos que, no caso mato-grossense, a ideologia partidária não foi um aspeto fundamentalmente valorizado por esta elite política. No Regime Militar a maioria dos políticos, tanto de esquerda ou centro, quanto de direita, migrou para um único partido, o partido do governo (Arena). É possível afirmar que o perfil relativamente homogêneo desta elite contribuiu para a ausência de ideologia diferenciada na composição do grupo que militou predominantemente em partidos de direita e centro direita em todo o período anterior à redemocratização. A esquerda não se fortaleceu em Mato Grosso, sendo ela ideologicamente híbrida. Portanto, a fraca base ideológica dos recrutados em partidos de esquerda e centro que migraram para a Arena durante a ditadura militar pode ser compreendida como reflexo de uma situação estrutural da composição desta elite política.

A sua homogeneidade foi construída por meio de um treinamento semelhante compartilhado por seus membros (funcionários públicos e o modelo de carreira percorrido), e da sua proveniência socioeconómica (ligados à agropecuária e à propriedade fundiária). A elite política mato-grossense foi composta por indivíduos que, independentemente de serem naturais ou não, ou de serem tradicionais ou novatos na atividade económica do estado, deveriam fazer parte de um grupo preciso. Os três principais traços característicos deste grupo foram: a identificação eleitoral regionalizada dos parlamentares, que defendiam interesses do norte ou do sul do estado, nos três períodos analisados; a sua vinculação ao setor agro-pecuário economicamente dominante, tanto para o Legislativo como para o Executivo; a posse de algum treinamento na esfera pública, além do respaldo de um diploma de curso superior.

A conclusão é que o recrutamento em Mato Grosso tem operado por um caminho relativamente estreito, ou seja, entrar para o clube da elite significa fazer parte de um grupo social e de género relativamente delimitado. Isto significa ter uma “vida social” que conceda algum destaque, significa ser um “homem bom”, caracterizando um processo de recrutamento que, apesar das alterações trazidas pela redemocratização, pode ser considerado extremamente “fechado”. Então o que se vê é a existência de um

longo caminho a percorrer para construir um processo político mais democrático nesta unidade da Federação.

Seus índices, comparados a outros estados como Paraná no Sul do Brasil e Ceará no Nordeste, indicam que, em relação à formação profissional da elite parlamentar nos três estados, existem algumas semelhanças e diferenças⁵⁴². No Paraná e em Mato Grosso foi predominante a formação superior no curso de Direito, o primeiro com 43% e o segundo com 32,13%. Estas percentagens estão acima das encontradas por Rodrigues⁵⁴³ no parlamento federal; segundo ele, a Câmara Federal, durante a 51ª legislatura, contava com 31% dos deputados federais formados no curso de Direito.

A percentagem da elite política presente nas Assembleias Legislativas e portadora de curso superior foi de 53,88% no Ceará, 56,1% no Paraná e 87,78% em Mato Grosso. Estes dados demonstram que, com maior intensidade do que ocorre nos outros dois estados, em Mato Grosso existe extrema disparidade entre a elite política e a sociedade em geral. Segundo o IBGE de 2000, menos de 5% da população de Mato Grosso acima de 25 anos possuía curso superior. Até mesmo para o nível federal não foi constatado um índice tão elevado. Entre os parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados no período de redemocratização a percentagem era de 84%⁵⁴⁴.

Sem dúvida, em Mato Grosso um diploma em qualquer curso superior foi um atributo fundamental para os candidatos ao Poder Legislativo que, de certa forma, os qualificou para os postos da elite parlamentar no estado. O índice encontrado para Mato Grosso se apresenta superior, mesmo se comparado com os índices federais. Segundo Santos⁵⁴⁵, durante o período 1987-1999, 84,8% dos deputados federais possuíam ensino superior. Rodrigues confirma esta informação em sua pesquisa sobre a 51ª legislatura da Câmara Federal (1999-2003) onde, segundo o autor, 82% dos deputados tinham algum diploma superior⁵⁴⁶.

Sobre a questão do género do recrutado, Costa e Perissinotto afirmaram que, no Paraná, ocorreu o retrato fiel daquilo que tem sido considerado uma tendência nacional,

⁵⁴² Para esta comparação utilizou-se os dados coletados pelo pesquisador Filomeno Moraes sobre os eleitos para a Assembleia Legislativa do Ceará em 1994, do pesquisador Renato Perissinotto sobre a elite paranaense de 1995 a 2002, e sobre Mato Grosso baseou-se nos dados sobre o terceiro período 1993 a 2003. Cf. COSTA, Luiz D. e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2007 e MORAES, Filomeno, *op. cit.*, 2001.

⁵⁴³ RODRIGUES, Leônicio M., *op. cit.* 2002, p. 103.

⁵⁴⁴ SANTOS, Fabiano, *op. cit.*, 2000, p. 97.

⁵⁴⁵ *Ibidem*

⁵⁴⁶ RODRIGUES, Leônicio, M., *op. cit.*, 2002, p. 99.

na qual “o senso sociológico aponta sempre para o fato de que, no Brasil, as posições de classe média e os recursos sociais que usualmente lhes correspondem (renda razoavelmente elevada e alta escolaridade) estão concentrados nos homens”⁵⁴⁷. Desta forma, tanto para o caso do Paraná como de Mato Grosso, a participação feminina na elite política reproduziu esta tendência da sociedade brasileira. A sua participação apresentou insignificante percentagem se comparada com o género masculino. Nas 13ª e 14ª legislaturas (1995-2002), em Mato Grosso, 4,47% das cadeiras foram ocupadas por mulheres e, no Paraná, 2,4%. Neste sentido, esta elite apresentou-se relativamente homogénea, tanto em relação aos atributos naturais - predomínio do género masculino - quanto em relação aos atributos adquiridos que configuraram o perfil sociológico.

Podemos considerar a tese segundo qual, na medida em que uma sociedade se moderniza e se torna mais complexa e portadora de uma estrutura económica avançada, mais as elites tendem a ser socialmente heterogéneas devido à forma de recrutamento que contemplaria estratos diferenciados da população⁵⁴⁸. Entretanto, os dados sobre o Paraná e sobre Mato Grosso demonstram o contrário, ainda que em menor grau para a elite Legislativa do que para a Executiva. Segundo Codato, “ainda que o Paraná tenha conhecido, na segunda metade dos anos de 1990, um salto para frente em termos de industrialização, não foi, de fato, o que ocorreu no universo das classes dirigentes. A elite que ocupou o aparelho regional do Estado entre os anos de 1995 a 2002 é muito semelhante tanto social como profissionalmente, e em grau muito próximos”⁵⁴⁹. A mesma conclusão pode ser aplicada a Mato Grosso entre os anos 1945 e 2007. Em relação aos atributos sociais, a elite política composta pelos governadores foi extremamente homogénea, pois o grupo advém em sua maioria das camadas médias e altas da sociedade, e são homens, tal como ocorreu no Paraná.

Em primeiro lugar, concluiu-se que o recrutamento ocorrido em Mato Grosso demonstrou as mesmas características do recrutamento no estado do Paraná onde vigorou (mais para o Executivo do que para o Legislativo) um modelo fechado⁵⁵⁰. Em segundo lugar, não foi possível constatar alteração substancial no perfil da elite que pudesse ser atribuída à mudança do regime político. As pequenas alterações percebidas,

⁵⁴⁷ Cf. COSTA, Luiz D. e PERISSINOTTO, Renato M., *op. cit.*, 2007, p. 83.

⁵⁴⁸ GIDDENS, Antony, *op. cit.*, 1974.

⁵⁴⁹ CODATO, Adriano N. e GOUVÊA, Julio C., *op.cit.*, 2007, p. 65

⁵⁵⁰ Nas palavras de Codato sobre a elite político-administrativa “quem governa é convocado a partir de um segmento muito específico da sociedade. Não há portanto um recrutamento de tipo aberto, mas fechado, ainda que a sociedade seja “plural” e o regime político “democrático”. CODATO, Adriano N. e GOUVÊA, Julio C., *op. cit.*, 2007, p. 66.

em especial na formação profissional e ocupação, têm sua explicação nos processos de ocupação ocorridos em Mato Grosso e no desenvolvimento dos novos grupos dominantes ligados ao agronegócio.

Esta parece ser uma consequência natural do próprio nascimento e fortalecimento destes grupos ligados ao agronegócio situados no norte do estado. Contudo, deve observar-se com alguma cautela, na medida em que a novidade não está na participação destes no Poder Legislativo e Executivo, mas sim na forma de sua participação. Até aos anos oitenta, a participação dos grandes proprietários rurais do estado, “os antigos coronéis”, ocorria sob a forma de pressão e influência dentro da antiga tradição de eleger um “doutor”, ou seja, um jovem com diploma que fosse o seu representante. Atualmente, os produtores e grandes proprietários rurais ligados ao agronegócio participam ativamente, tanto do processo eleitoral, na figura de candidatos, quanto após o pleito, no exercício efetivo do mandato. Esse processo demonstra, como já havia constatado Boschi⁵⁵¹, uma mudança no modelo de ação política do empresariado brasileiro, mas em especial aponta para a importância de se perceber que, paralelamente ao político profissional que é predominante, tem nascido, no caso analisado um novo tipo de político: aquele que, sem possuir tradição na vida política e na administração pública, tem como referencial sua experiência na administração privada, no ramo do agronegócio.

⁵⁵¹ BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli, *op. cit.*, 2000.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras gerais

ALBERTONI, Ettore A., *Doutrina da classe política e teoria das elites*, Rio de Janeiro, Imago, 1990.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, PINTO, António Costa, BERMEO, Nancy (orgs.), *Quem Governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS, 2006.

BACHRACH, Peter, *The theory of democratic elitism: a critique*, New York, University Press of America, 1980.

BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton S., “Poder e decisão”, in CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (orgs.), *Política e sociedade*, 2ª ed. São Paulo, 1983.

BEST, Heinrich e COTTA, Maurizio, “Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000”, in BEST, H. e COTTA, M. (orgs.), *Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, OUP, 2000.

BLONDEL, Jean, THIEBAULT, Jean-Louis, et al., *Political Leadership, Parties and Citizens. The personalisation of leadership*, New York, Routledge, 2010.

BOBBIO, Norberto, “Teoria das elites”, in BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.), *Dicionário de Política*, Brasília, Editora da UnB, 1986, pp. 385-391.

BOSELLI, Giane, “No poder e sem violência: dois desafios da inclusão feminina neste século”, texto apresentado no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, CES, Set. 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel12/GianeBoselli.pdf>, acesso em Nov. de 2010.

BOTTOMORE, T. B., *As elites e a sociedade*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1974

BOURDIEU, Pierre, “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”, in BOURDIEU, P., *O poder simbólico*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BURNHAM, James, *Los maquiavelistas: defensores de la libertad (Maquiavelo, Mosca, Sorel, Michels, Pareto)*, Buenos Aires, Olcese Editores, 1986

CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M., “Marxismo e elitismo: dois modelos de análise social?”, *Revista brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24, n. 71, Out. 2009, pp. 143-153.

COTTA, Maurizio, *Democracia, Partidos e Elites Políticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

DAHL, Robert, *Qui Gouverne?*, 13ª ed. Paris, Librairie Armand Colin, 1971.

_____, *Poliarquia: participação e oposição*, São Paulo, Edusp, 1997.

_____, “Uma crítica do modelo de elite dirigente”, in AMORIM, M. S. (org), *Sociologia Política II*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1970, pp. 90-100.

_____, *Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

DE LUCA, Miguel e MALAMUD, Adrés, “The Anchors of Continuity: Party System Stability in Argentina, 1983-2003”, Prepared for delivery at the 2005 Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research (ECPR), Granada, Apr. 2005, pp. 14-19. Disponível em: http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/granada/ws2/malamud_%20deluca.pdf, acesso em Junho de 2010.

DE LUCA, Miguel, “Argentina: Instituciones Débiles, Economía A Los Tumbos”, *Revista Relações Internacionais*, n. 13, Lisboa, Mar. 2007.

_____, “Political recruitment of presidents and governors en the Argentine party-centered system”, Working Paper para conferência *Pathways to Power: Political recruitment and Democracy in Latin America*, Wake Forest University, Winston-Salem, NC, Abril, 2004.

DURKHEIM, Émile, “Da Divisão do Trabalho Social”, *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L., *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

GIDDENS, Anthony, “Elites in the British Class Structure”, in STANWORTH, P. e GIDDENS, A. (Eds.), *Elites and Power in British Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1974, pp. 1-21.

GRYNZPAN, Mário, *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HOUAISS, António, *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Ed. Objetivo, 2004.

HIRSCHMAN, Albert O., *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

HOBBSBAWM, Eric, *A Era dos Impérios*, Rio de Janeiro, 1988.

HTUN, Mala, “A política de cotas na América Latina”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 9, n. 1, 2001.

_____, “Mujeres y poder político en Latinoamérica”, in ABU-ZAUD, Con Gehan *et al.*, *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, Internacional IDEA, Ed. Myrian Méndez-Montalvo, 2002, pp. 18-43. Disponível em: http://www.idea.int/publications/wip/upload/chapter_01-2.pdf, acesso em Jul. 2010.

KELLER, Suzanne, *O destino das elites*, Rio de Janeiro, Forense, 1967.

_____, *Mas alla de la classe dirigente*, Madrid, Editorial Tecnos, 1971.

KIRCHHEIMER, Otto, “The Transformation of the Western Party Systems”, in La PALOMBARA and WEINER (orgs), *Political Parties and Political Development*, Princeton University Press, 1966.

LE BON, Gustave, *Psicologia das Multidões*, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

MAINWARING, Scott, O'DONNELL, Guillermo, VALENZUELA, Julio Samuel (orgs), *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*, Notre Dame, in University of Notre Dame Press, 1992.

MAINWARING, Scott, BRINKS, Daniel, PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal, “Classificando Regimes Políticos na América Latina 1945-1999”, *DADOS —Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, 2001, pp. 645- 687.

MALAMUD, Andrés, “Divergências em Ascenso: Viejas y Nuevas Fracturas en América Latina”, *Araucária*, vol. 11, 2009, pp. 125-139.

MAQUIAVEL, Nicolau, *O príncipe*, São Paulo, Martins Fontes, 1990.

MEISEL, James H., *The myth of the ruling class: Gaetano Mosca and the elite*, Michigan, The University of Michigan press, 1962.

MICHELS, Robert, *Sociologia dos partidos políticos*, Brasília, editora da UnB, 1982.

MILIBAND, Ralph, *O Estado na sociedade capitalista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

_____, “Resposta a Nicos Polantzias”, in BLACKBURN, R. (Org.), *Ideologia na Ciência Social*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MILLS, Charles Wright, *A Elite do Poder*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

MOSCA, Gaetano, *The ruling class*, New York, McGraw-Hill, 1939.

_____, *La clase política*, México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

NORRIS, Pippa, *Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, Cambridge, CUP, 1997.

O'DONNELL, Guillermo, "Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais, *Novos Estudos*, n. 36, São Paulo, CEBRAP, Jul. 1993, pp. 123-145.

_____, "Democracia delegativa?", *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, Out. 1991, pp. 25-40.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de, "Presidencialismo em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Uruguai", *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 2, 2006, pp. 301 a 343.

PARETO, Vilfredo, *Traité de sociologie générale*, Genebra, Droz, 1968.

_____, *Pareto*, São Paulo, Ática, 1994, (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 43).

_____, "A circulação das elites", in CRUZ, Manuel Braga da (org.), *Teorias Sociológicas*, I, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1989, pp. 449-457.

PERISSINOTTO, Renato, *As elites políticas: questões de teoria e método*, Curitiba, Ibipex, 2009.

PUTNAM, Robert D., *The comparative study of political elites*, New Jersey, Prentice Hall, 1976.

RAYMOND, Aron, *As etapas do pensamento sociológico*, Martins Fontes, 2002.

RUIZ RODRÍGUES, Leticia M. e MONTERO, Mercedes Garcia, "Coerência partidária nas elites parlamentares latino-americanas", *Opinião Pública*, vol. 8, n. 2, Campinas, Out. 2002.

SÁEZ, Manuel Alcântara e FREIDENBERG, Flávia, "Partidos políticos na América Latina", *Opinião Pública*, vol. 8, n. 2, Campinas, Out. 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, "Genese e apocalipse: elementos para uma teoria da crise institucional latino-americana", *Novos Estudos CEBRAP*, n. 20, São Paulo, Mar. 1988, pp. 110-118.

SCHUMPETER, Joseph, *Capitalismo, socialismo e democracia*, Rio de Janeiro, J. Zahar, 1984.

SHVEDOVA, Nadezhda. Obstáculos para la participación de la mujer en el Parlamento, in ABU-ZAUD, Con Gehan *et al.*, *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, Internacional IDEA. Ed. Myrian Méndez-Montalvo, 2002, pp. 62-84. Disponível em: http://www.idea.int/publications/wip/upload/chapter_02-2.pdf, acesso em Julho de 2010.

SIAVELIS, Peter e MORGENSTERN, Scott, "Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America: A Framework for Analysis", Working Paper para a conferência *Pathways to Power: Political Recruitment and Democracy in Latin America*, Wake Forest University, Abr. 2004. Disponível em: <http://www.wfu.edu/politics/conference/IntroDraft.pdf>, acesso em jun. 2010.

STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para Processo Eleitoral), *Caracterização das mulheres eleitas: Autarquias Locais 1997*, Out. 2001.

WEBER, Max, *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária*, São Paulo, Abril, 1999.

_____, *Ciência e Política: duas vocações*, São Paulo, Cultrix, 2000.

2. Obras sobre o Brasil

ABRÚCIO, Fernando Luiz, COSTA, Valeriano Mendes Ferreira, TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho, “O papel institucional da Assembléia Legislativa paulista: 1995 a 1998”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, pp. 219-246.

ABRÚCIO, Fernando Luiz, *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*, São Paulo, Departamento de Ciência Política, USP, Hucitec, 1998.

ANASTASIA, Fátima, “Transformando o Legislativo: a experiência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*, FGV Editora, Rio de Janeiro, 2001, pp. 23-83.

ANDRADE, Régis, *Processo de governo no município e no estado*, São Paulo, Edusp, 1998.

BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli, “Globalização, herança corporativa e a representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas”, in BOSCHI, R., DINIZ, E., SANTOS, F., *Elites políticas e económicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000, pp. 15-88.

BOSCHI, Renato Raul, “O Estado e o Setor Privado no Cenário Pós-Reformas: Novas Modalidades de Regulação”, Trabalho apresentado no Seminário *Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas*, patrocinado pela Pent Fundación, Buenos Aires, Dezembro, 2002.

CARVALHO, Carolina Juliano, *O recrutamento Ministerial em 20 anos de Democracia no Brasil (1985-2005)*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, 2009.

CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARREIRÃO, Y., Identificação ideológica e voto para presidente, *Opinião Pública*, vol. 8, n. 1, Maio 2002, pp. 54-79.

CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato M., “Por um retorno à Sociologia das Elites”, *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, Jun. 2008, pp. 7-15.

CODATO, Adriano Nervo e GOUVÊA, Júlio Cesar, “Os atributos da elite político-administrativa: uma visão descritiva dos ocupantes dos empregos políticos no Paraná”, in PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs.), *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*, Curitiba, Editora UFPR, 2007, pp. 49-68.

CODATO, A., “A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo”, *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, n. 30, Curitiba, Jun. 2008.

COSTA, Luiz Domingos, “As avenidas do poder: a trajetória política dos deputados estaduais paranaenses (1995-2002)”, in PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs.), *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*, Editora UFPR, Curitiba, 2007, pp. 137-156.

COSTA, Luiz Domingos e PERISSINOTTO, Renato Monseff, “O perfil dos parlamentares paranaenses: gênero, religião e classe (1995-2002)”, in PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs.), *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*, Curitiba, Editora UFPR, 2007, pp. 69-92.

COSTA, Paulo Roberto Neves e ENGLER, Icaro Gonçalves da Fonseca, “Elite empresarial recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005)”, *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, n. 2, Nov. 2008, pp. 486-514.

DOMINGUES, José Maurício P., “Espírito Santo: produção legal e relações entre os poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*, FGV Editora, Rio de Janeiro, 2001, pp. 85-111.

FAORO, Raymundo, *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, São Paulo, Editora Globo, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes, *Em busca da Idade de Ouro. As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*, Editora UFRJ, 1994.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando, *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.

FLEISCHER, David, “O pluralismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967”, *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 1, Jan./Abr. 1981, pp. 49-75.

FONSECA, Ricardo Marcelo (org.), *Crítica da modernidade: diálogos com o direito*, 1ª ed. Florianópolis, Editora Fundação Boiteux, 2005.

FRANÇA, Andressa Silvério Terra, *A Assembléia Legislativa do Paraná: organização interna e processo decisório na 14ª legislatura (1999-2002)*, Curitiba, 2006, dissertação apresentada ao Curso de Mestrado, em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná.

FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Editora Universidade de Brasília, 1963.

GROHMANN, Luis Gustavo Mello, “O processo Legislativo no Rio Grande do Sul: 1995 a 1998”, in SANTOS, F. (org.), SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*, FGV Editora, Rio de Janeiro, 2001, pp. 113-161.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 26ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____, *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo, 1994.

IANNI, Octávio, *As metamorfoses do escravo*, Hucitec, 1988.

IGLÉCIAS, Wagner, “O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política - as batalhas do açúcar e do algodão na OMC”, *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, Curitiba, Jun. 2007, pp. 75-97.

KINZO, Maria Dalva, *Partidos e representação política: os deputados estaduais e seus vínculos partidários na legislatura 1987-1990*, São Paulo, Idesp, 1990.

_____, *Radiografia do quadro partidário brasileiro*, São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung, 1993.

_____, *Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*, São Paulo, Idesp, Vértice, 1988.

_____, “Governabilidade, Estrutura Institucional e Processo Decisório no Brasil”, *Parcerias Estratégicas*, Vol. 1, 1997, pp. 19-53.

_____, “O quadro partidário e a constituinte”, in LAMOUNIER, B. (org.), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, São Paulo, IDESP/Sumaré, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar, *Depois da Transição: Democracia e Eleições no Governo Collor*, São Paulo, Edições Loyola, 1991.

_____, *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*, HGCB, São Paulo, DIFEL, t. III. 1977.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba, “Carreira Política e mobilidade social: O Legislativo como meio de ascensão social”, *Revista de Ciência Política*, n. 7, 1971, pp. 83-95.

LEVINE, Robert, *A Velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira 1889-1937*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

LIMA JR., Olavo Brasil de, *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.

_____, *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-94)*, Rio de Janeiro, FGV, 1997 (a).

_____, *Instituições políticas democráticas: o segredo da Legitimidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997 (b).

LOVE, Joseph, *A Locomotiva. São Paulo na Federação, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

MADEIRA, Rafael, *Arena ou Arenas?*, Porto Alegre, 2002, dissertação de Mestrado em Ciência Política da UFRGS.

MARENCO DOS SANTOS, André e DA ROS, Luciano, “Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006)”, *Revista de Sociologia e Política*, vol.16, n. 30, Curitiba, Jun. 2008, pp. 131-149.

MARENCO, André e SERNA, Miguel, “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento Legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”, *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 64, São Paulo, Jun. 2007, pp. 93-113.

MARENCO DOS SANTOS, André, “prefácio” in PERISSINOTTO, R., CODATO, A., FUKS, M., BRAGA, S. (orgs), *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*, Curitiba, Editora UFPR, 2007.

_____, *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998]*, Porto Alegre, Fevereiro, 2000, tese de doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

_____, “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, 1997, pp. 87-101.

_____, “Democracia e valores cívicos: uma relação necessária?”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 69, Jul. 2004, pp. 145-160.

MATHIS, Armim e FARIAS FILHO, Milton C., *Mapeando elites políticas no estado do Pará: uma aproximação teórico-metodológica*, Paper do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), n. 216, Dez. 2008. Disponível em: http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=314, acesso em Fev. 2010.

MELO, Carlos Ranulfo e ALCÂNTARA, Manuel, *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*, Ed. UFMG, 2007.

MENEZES, Alfredo da Motta, *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai, 1955-1980*, Campinas, Papirus, 1987.

MESSEMBERG, Débora, “A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural”, *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, vol. 16, n. 30, Jun. 2008, pp. 17-28.

MIGUEL, Luís Felipe, *Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*, *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, Curitiba, jun. 2003.

MORAES, Filomeno, “A dinâmica Legislativa da Assembléia do Estado do Ceará: 1995 a 1998”, in SANTOS, Fabiano (org.), *O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*, FGV Editora, Rio de Janeiro, 2001, pp. 181-218.

NOVAES, Carlos Alberto Marques, “Dinâmica institucional da representação – individualismo e partidos na Câmara dos Deputados”, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, 1994.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de, *O silêncio dos vencedores: genealogia, Classe dominante e Estado no Paraná*, Curitiba, Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco Jose, *Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras*, Biblioteca do Pensamento Político Republicano – 14, Câmara dos Deputados, Brasília, 1982.

PERISSINOTTO, Renato M., CODATO, Adriano, FUKS, Mário, BRAGA, Sérgio (orgs.), *Quem Governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*, Curitiba, Editora UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato Monseff e MIRÍADE, Angel, “Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006”, *Dados*, vol. 52, n. 2, Rio de Janeiro, Jun. 2009, pp. 301-329.

PITTA, Nilda e ARRUDA, José Maria, “Composição sociológica da Assembléia Legislativa do estado da Guanabara”, *Revista de Ciência Política*, n. 9, 1966, pp. 120-144.

PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*, 21ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994

RIBEIRO, Darcy, *O povo brasileiro*, Rio de Janeiro, Cia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Leôncio M., *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados*, São Paulo, EDUSP, 2002.

SANTOS, Fabiano, “Introdução”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001(a), pp. 13-22.

_____, “A dinâmica Legislativa no estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura”, in SANTOS, F. (org.), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001(b), pp. 163-187.

_____, “Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99”, in BOSCHI, R., DINIZ, E., SANTOS, F., *Elites Políticas e Económicas no Brasil Contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*, São Paulo, Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, “As eleições e a dinâmica do Processo Político Brasileiro”, *Dados*, vol. 14., Rio de Janeiro, 1977, pp. 211-239.

_____, *As razões da desordem*, Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Campos, 1982.

SINGER, André, *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*, São Paulo, Edusp, 2000.

SOARES, Gláucio Ari Dillon, *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, DIFEL, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1939-1964)*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

WIRTH, John, *O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*, Rio de Janeiro, Paz Terra, 1982.

www.ibge.gov.br.

www.ipu.org/wmn-e/classif.htm.

www.tse.gov/institucional/biblioteca.

2.1. Obras sobre Mato Grosso

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta, *Vozes do silêncio: Subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*, Cuiabá, EdUFMT, 1995.

ALVES, Gilberto, “Mato Grosso e a História: 1870-1929 (ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro)”, *Boletim Paulista de Geografia*, n. 61, São Paulo, 1985.

_____, *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*, Campo Grande, UFMS, 1984

AMADO, Janaína, “Região, sertão, nação”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, pp. 145-152.

BARROZO, João Carlos, “Introdução”, in BARROZO, João C. (org.), *Mato Grosso do sonho a utopia da terra*, Cuiabá, EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008, pp. 7-14.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda, *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a História Econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*, Cuiabá, Gráfica Genus, 1991.

CANCELLI, Elizabeth, “Marcha para o Oeste, discurso e legitimação”, *Revista da UFMT*, ano III, n. 2, Cuiabá, 1983.

CORRÊA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, 1969,

COSTA, Maria de Fátima, *História de um país inexistente*, São Paulo, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*, Campo Grande, Ed. da UFMS, 1995.

CRUDO, Matilde Araki, *Os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato grosso: Trabalho infantil e educação (1842-1899)*, Cuiabá, 1999, tese apresentada ao programa de pós graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

CUNHA, José M. P da, ALMEIDA, Gisele M. R de, RAQUEL, Fernanda, *Migração e transformações produtivas na fronteira: o caso de Mato Grosso*, Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Ouro Preto, Minas Gerais, Nov. 2002. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_Cunha_texto.pdf, acesso em Ago. 2008.

FRANCISCO, Adilson José, *Apóstolos do progresso: a prática educativa salesiana no processo de modernização de Mato Grosso (1894-1919)*, Cuiabá, 1998, dissertação de mestrado em Educação na Universidade Federal Mato Grosso.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes, *Nos confins da civilização: sertão fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, São Paulo, 2000, tese de doutorado em História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____, *De sertão à fronteira: representações sobre Mato Grosso (sécs. XIX-XX)*, Campinas 1994, projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq.

_____, “Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional”, *Revista do Programa de Pós-graduação em História*, Brasília, UnB, Março, 1996.

LEITE, Gervásio, *Um século de instrução pública*, Cuiabá, Rio Bonito, 1970.

LENHARO, Alcir, *Crise e mudança na Frente Oeste de Colonização*, Cuiabá, UFMT, 1982.

LOURENÇO DA SILVA, Alexandra, *A Escola Agrícola Santo António e seu lugar no projeto de civilização de Mato Grosso 1894-1920*, Cuiabá, 2000, monografia de especialização em História na Universidade Federal do Mato Grosso.

_____, *Combate a pobreza política na educação básica: papel do professor básico na Escola Patronato Santo Antônio*, Brasília, 2001, dissertação de mestrado em Política Social na Universidade de Brasília.

MACIEL, Laura Antunes, *A capital de Mato Grosso*, São Paulo, 1992, dissertação de mestrado na PUC-SP.

MADER, Elisa Reis N.S., *O Vazio: o sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII*, Rio de Janeiro, 1991.

MALDI, Denise, “De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas (séculos XVIII e XIX)”, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 1997, vol. 40, n. 2.

_____(org.), *Direitos indígenas e antropologia: laudos periciais em Mato Grosso*, Cuiabá, UFMT, 1994

MENEZES, Alfredo da Motta, *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*, São Paulo, Contexto, 1998.

_____, *Momento brasileiro: do fim do Regime Militar à eleição do Lula*, Rio de Janeiro, Gryphus, 2006.

_____, *A Morte de Totó Pães*, Cuiabá, Carlini & Ciniato, 2007.

MONTEIRO, John, *Negros da Terra*, São Paulo, 1994.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis, *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*, São Paulo, Vertice, 1988.

_____, *Leões e raposas na política de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, 2001 (a).

_____, *Relatos políticos. (entrevistas: memória divisionista – MT)*, Rio de Janeiro, Mariela Editora, 2001 (b).

NOVAIS, Fernando A., “O Significado da Guerra do Paraguai na História do Brasil”, in MARQUES, Maria Eduarda Castro M. (org.), *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*, Rio de Janeiro, 1995.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de, “Tangara da Serra-MT: uma história de colonização privada”, in Barrozo, Joao C. (org.), *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*, Cuiabá, EdUFMT/Carlini&Ciniato Editorial, 2008, pp. 181-204.

PERARO, Maria Adenir, *Fardas, saias e batina: A ilegitimidade na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-1890*, Curitiba, 1997, tese de doutorado em História da Universidade Federal do Paraná.

PESAVENTO, Sandra Jatalhy, "Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário", *Revista Brasileira de História – Representações*, ANPUH, editora Contexto, vol. 15, n. 29, 1995.

POVOAS, Lenine de Campos, *História de Mato Grosso*, IHG/MT, São Paulo, Resenha Tributária, 1986.

RIBEIRO, José Donizetti, “Colonização e garimpos: expropriação e violência no norte de Mato Grosso”, in BARROZO, João Carlos (org.), *Mato Grosso do sonho a utopia da terra*, Cuiabá, 2008, pp. 205-230.

SILVA, Jovam Vilela, *A divisão do Estado de Mato Grosso: Uma visão histórica – 1892-1997*, Cuiabá, EdUFMT, 2001.

SIQUEIRA, Elizabeth M., *A Rusga em Mato Grosso: Edição crítica de documentos históricos*, São Paulo, 1989.

_____, *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso*, Cuiabá, UFMT-IE, 1999, tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

_____, *O processo histórico de Mato Grosso*, Cuiabá, Ed. Guaicurus, 1990.

UACURY, R. Bastos, *Expansão territorial do Brasil Colonial no Vale do Paraguai (1767-1801)*, São Paulo, 1972.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci, *Ouro e miséria no Antemural da Colônia (1751-1819)*, São Paulo, 1980, dissertação de mestrado, USP.

_____, *Cativos do sertão: vida cotidiana em Cuiabá 1850 – 1888*, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1993.

_____, *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil 1719-1819*, São Paulo, Hucitec, 1987.

www.mapas-brasil.com/mato-grosso.htm

Anexos

I- Legislaturas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso iniciadas entre 1945 e 2003

II - Transição dos partidos no final do bipartidarismo e início do pluritartidarismo (9ª legislatura 1979-1983 /transição)

III – Informações sobre residência (município e região), local de nascimento e profissão dos deputados estaduais da 1ª a 15ª legislatura

IV - Situação dos deputados estaduais quanto às taxas de reeleição na Assembleia Legislativa do Paraná, por legislatura (1946-2002)

V - Situação dos deputados estaduais quanto às taxas de reeleição na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, por legislatura (1946-2002)

VI – Frequência de mandatos por deputados da 1ª a 15ª legislatura

I- Legislaturas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso iniciadas entre 1945 e 2003

| |
|--|
| 1ª Legislatura 1947-1950 – 38 deputados estaduais |
| 2ª Legislatura 1951-1954 – 37 deputados estaduais |
| 3ª Legislatura 1955-1958 – 38 deputados estaduais |
| 4ª Legislatura 1959-1963 - 39 deputados estaduais |
| 5ª Legislatura 1963-1966 – 43 deputados estaduais |
| 6ª Legislatura 1967-1970 – 36 deputados estaduais |
| 7ª Legislatura 1971-1974 – 20 deputados estaduais |
| 8ª Legislatura 1975-1978 - 28 deputados estaduais |
| 9ª Legislatura 1979-1982 – 27 deputados estaduais |
| 10ª Legislatura 1983-1986 – 32 deputados estaduais |
| 11ª Legislatura 1987-1991 – 32 deputados estaduais |
| 12ª Legislatura 1991-1995 – 37 deputados estaduais |
| 13ª Legislatura 1995-1999 – 30 deputados estaduais |
| 14ª Legislatura 1999-2003 – 37 deputados estaduais |
| 15ª Legislatura 2003–2007 – 37 deputados estaduais |

II - Transição dos partidos no final do bipartidarismo e início do pluripartidarismo
(9ª legislatura 1979-1983 /transição)

| Nº | Deputados Estaduais eleitos e suplentes | Partidos Políticos no Regime Militar | Partidos Políticos na redemocratização |
|----|--|--------------------------------------|--|
| 1 | Aldo Ribeiro Borges | Arena | PDS |
| 2 | Ary Leite de Campos | Arena | PDS |
| 3 | Benedito Alves Ferraz | Arena | PDS |
| 4 | Cândido Borges Leal Júnior | Arena | PDS |
| 5 | Dante Martins de Oliveira | MDB | PMDB |
| 6 | Djalma Carneiro da Rocha | Arena | PDS |
| 7 | Eduíno Jácomo Orione | Arena | PDS |
| 8 | Estevão Torquato da Silva | Arena | PP |
| 9 | Evaristo Roberto Vieira Cruz | MDB | PDS |
| 10 | Hitler Sansão | Arena | PDS |
| 11 | Isaías Borges de Rezende | MDB | PMDB |
| 12 | Jalves de Laet (Suplente Convocado) | MDB | PDS |
| 13 | João Bosco da Silva | Arena | PP |
| 14 | João da Silva Torres | MDB | PDS |
| 15 | José Amando Barbosa Mota | Arena | PP |
| 16 | José Márcio Panoff Lacerda | MDB | PMDB |
| 17 | Moisés Feltrin | Arena | PDS |
| 18 | Oscar da Costa Ribeiro | Arena | PDS |
| 19 | Osvaldo Cândido Pereira | Arena | PP |
| 20 | Osvaldo Roberto Sobrinho | Arena | PP |
| 21 | Paulo Pereira Nogueira Borges | MDB | PMDB |
| 22 | Ricardo José Santa Cecília Corrêa | Arena | PDS |
| 23 | Roberto França Auad (Suplente Convocado) | Arena | PDS |
| 24 | Sarita Baracat de Arruda | Arena | PP |
| 25 | Thiers Ferreira (Suplente Convocado) | Arena | PDS |
| 26 | Ubiratan Francisco Vilela Tom Spinelli | Arena | PDS |
| 27 | Zanete Ferreira Cardinal | Arena | PDS |

III – Informações sobre residência (município e região), local de nascimento e profissão dos deputados estaduais da 1ª a 15ª legislatura¹

| 1ª Legislatura de 1947 a 1950 – número total de deputados estaduais: 38 (foram analisados 37) | | | | |
|---|----------------|---|--|--|
| Local de residência e data de nascimento do município ² | Nº de deputado | Profissão (1 deputado sem informação) | Estado de nascimento (11 deputados sem informação) | Região que representa (Norte ou Sul) e economia do município de residência |
| Cuiabá ³ XVIII | 6 | 2 Advogados 1 Advogado e professor 1 Procurador geral e notário público 1 Funcionário público 1 Militar | Cuiabá-MT/N (4) BA (1) RS (1) | (Norte) XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Várzea Grande 1867 | 1 | Agricultor e industrial | Livramento ⁴ -MT/N | (Norte) Comércio e indústria |
| Poconé ⁵ 1781 | 1 | Promotor de justiça | Poconé-MT/N | (Norte) Inicialmente mineração e atualmente pecuária |
| Rosário Oeste ⁶ 1843 | 1 | Militar | Poxoréu – MT/N | (Norte) Mineração Agropecuária |

¹ Todos os dados apresentados sobre as regiões de Mato Grosso e seus municípios foram extraídos da obra de Jovam Vilela Silva, *A Divisão do Estado de Mato Grosso: Uma visão histórica – 1892-1997*, Cuiabá, EdUFMT, 2001, do site www.Matogrossoe seusmunicipios.com.br e dos sites oficiais das prefeituras dos municípios de Mato Grosso. Observe-se que até a divisão do estado em 1977 as regiões foram classificadas apenas em região Norte e região Sul.

² Em alguns municípios optou-se pela data de povoamento e não do reconhecimento jurídico oficial da criação do município.

³ Em 1º de Janeiro de 1727, Cuiabá é elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Cuiabá foi elevada à condição de cidade em 17 de Setembro de 1818, tornando-se a capital da então província de Mato Grosso em 28 de Agosto de 1835 (antes a capital era Vila Bela da Santíssima Trindade). A economia esteve nesse período baseada na cana-de-açúcar e no extrativismo. O momento produtivo não durou muito e o município ficou estagnado até 1930. A partir dessa data, o isolamento foi quebrado com as ligações rodoviárias com Goiás e São Paulo e a aviação comercial. A explosão no crescimento ocorreu depois da década de 1950, com a transferência da capital federal e o programa de povoamento do interior do país. O agronegócio se expandiu pelo estado e o município começou a se industrializar.

⁴ Livramento é o nome popular do município de Nossa Senhora do Livramento em Mato Grosso.

⁵ A origem de Poconé foi em 1777, com a descoberta de ouro. O Decreto Geral do governo regencial, de 25 de Outubro de 1831, criou o município, com a denominação de Vila de Poconé.

⁶ O povoado teve início a partir de um sítio fundado em 1751 no qual construíram a capela de Nossa Senhora do Rosário. Em 26 de Agosto de 1833, por meio do Decreto nº. 30 foi elevado à categoria de freguesia, com a denominação de Nossa Senhora do Rio Acima, devido à interação com Rio Cuiabá e em homenagem à santa padroeira. A região era passagem obrigatória para aqueles que se dirigiam às minas de Diamantino, cidade de importante atividade mineradora da época. O nome da freguesia só foi alterado 82 anos depois, em Junho de 1915. A partir dessa data, a vila deixou de ser chamada de Nossa Senhora do Rio Acima para Rosário Oeste. Rosário Oeste só passa a ter personalidade jurídica e autonomia administrativa em 25 de Junho de 1861. A década de 50 do século XX foi marcada pela extração de borracha, madeira, ouro e diamante. Atualmente sua economia se caracteriza como agropecuária. A mandioca é o principal produto agrícola cultivado no município. Mas há também as culturas de arroz e milho e plantio de caju em grande escala.

| | | | | |
|---|----|---|--|---|
| Guiratinga 1920 | 2 | 1 Médico 1 Rábula | BA Alto Araguaia-MT/N | (Norte) Pecuária intensiva |
| Campo Grande Final do século XIX ⁷ | 10 | 1 Odontologista 1 Militar 1 Advogado, fazendeiro e industrial 1 Promotor de justiça 1 Auditor da justiça, militar e professor 1 Advogado 1 Advogado e procurador público 1 Escrevente e tabelião 1 Médico 1 S/I | Três Lagoas – MT/S (2) Rio Brilhante-MT/S Corumbá-MT/S Nioaque-MT/S MG RJ S/I (3) | (Sul) Pecuária, agricultura e agroindústria |
| Ponta Porã ⁸ 1892 | 2 | 1 Engenheiro agrônomo 1 Pecuárista | RS Ponta Porã – MT/S | (Sul) Agropecuária e extração de madeira |
| Coxim ⁹ 1898 | 1 | Advogado e membro do exército | Coxim-MT/N | (Sul) Agropecuária extensiva e turismo |
| Três Lagoas 1915 | 2 | 1 Médico 1 Criador de gado e agrimensor | 1 Corumbá-MT/S 1 Paranaíba-MT/S | (Sul) Pecuária e em menor porte agricultura |
| Corumbá 1779 (cidade portuária) | 3 | 1 Advogado 1 Promotor 1 Agrimensor e fiscal do Ministério da Agricultura | Corumbá-MT/S Cuiabá-MT/N MG | (Sul) XIX – importante centro portuário e comercial XIX – agropecuária, pesca, turismo, comércio e serviços. |
| Paranaíba ¹⁰ 1838 | 1 | Promotor e cafeicultor | Paranaíba-MT/S | (Sul) Pecuária |
| Dourados 1935 | 1 | 1 Advogado | Rio Brilhante-MT/S | (Sul) Agricultura (arroz e milho) e pecuária. |

⁷ Seu início data dos anos 70 do século XIX. Foi primeiramente Vila de Campo Grande da Vacaria, emancipada em Agosto de 1899. Seus pampas atraíram primeiramente população de Minas Gerais, e a seguir outros estados do sul do Brasil predominantemente. A aparente vocação para agropecuária alimentou o primeiro processo colonizador na região. A comarca nasceu em 1910 e em 1918 tornou-se oficialmente cidade. Em 1977, com a divisão do estado e sua posterior implantação em 79, Campo Grande passou a ocupar o lugar de capital do estado Mato Grosso do Sul.

⁸ Ponta Porã tem sua origem relacionada à cultura da erva-mate desenvolvida no sul do estado.

⁹ Seu primeiro nome foi Arraial de Belião fundado em 1729 devido à existência da “Rota das Monções”. Esta rota era o caminho percorrido pelos monçoeiros por vias fluviais para a maioria dos trajetos, que buscavam alcançar as minas de ouro de Cuiabá descobertas desde 1719. Os monçoeiros eram exploradores paulistas, aventureiros, missionários, soldados da coroa e outros movidos pelo sonho do ouro. Desde Porto Feliz, na antiga Capitania de São Paulo, até as minas de Cuiabá, as viagens podiam levar vários meses, de acordo com as adversidades climáticas e confrontos com as tribos locais. Caiapós e Bororos eram as tribos que habitavam o que hoje é a região de Coxim.

¹⁰ O território foi primitivamente povoado pelos índios Caiapós, tornando-se conhecido das primeiras bandeiras paulistas, que vinham para o sertão capturar escravos índios, no início do ano de 1700. Em 1830 vieram os primeiros colonizadores, oriundos de Minas Gerais. Em 1836 foi construída a primeira igreja. Em 1838, foi criado o distrito administrativo subordinado à comarca de Mato Grosso, com sede em Cuiabá. Em 1850, o distrito foi incorporado ao município de Corumbá até o dia 4 de Junho de 1857, quando a povoação denominada Sant’Ana do Paranaíba, em homenagem à Nossa Senhora Santana, padroeira do lugar, foi elevada à categoria de vila, criando-se o município, desmembrado de Corumbá.

| | | | | |
|--|---|---|---|---|
| Aquidauana 1892 | 1 | S/I | Nioaque-MT/S | (Sul) Agropecuária |
| Bela Vista 1801 | 1 | S/I (foi prefeito de Bela Vista em 1937) | S/I | (Sul) Agropecuária |
| Alto Garças 1953 | 1 | Comerciante e garimpeiro | GO | (Norte) Agropecuária e extrativismo vegetal |
| Santo Antônio de Leverger ¹¹ 1890 | 1 | Advogado (membro do conselho penitenciário) | Cuiaba-MT/N | (Norte) Agropecuária, pesca e turismo |
| Poxoréu 1938 | 1 | Comerciante e garimpeiro | Várzea Grande – MT/N | (Norte) Agropecuária e extração mineral |
| Barra do Garças Início do XX | 1 | Juiz de paz e funcionário público | Não natural (S/I exata do estado de nasc.) | (Norte) Agropecuária |

| 2ª Legislatura de 1951 a 1954 – Número total de deputados estaduais: 37 (foram analisados 33) | | | | |
|---|-------------------|---|---|---|
| Local de residência e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Região que representa (Norte ou Sul) e economia do município de residência |
| Cuiabá XVIII | 8 | 3 Advogados 1 Procurador 1 Médico 1 Empresário (usineiro) 1 Comerciante 1 S/I | Cuiabá – MT/N (3) Livramento – MT/N Várzea Grande – MT/N CE SP 1 S/I | (Norte) XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Várzea Grande XIX | 2 | 1 Agricultor e industrial 1 S/I | Livramento – MT/N S/I | (Norte) Comércio e indústria |
| Alto Paraguai 1953 | 1 | Farmacêutico | S/I | (Norte) Extrativismo mineral (ouro, diamante), agricultura e pecuária. |
| Poxoréu 1938 | 3 | 2 S/I 1 Garimpeiro e comerciante | BA Várzea Grande – MT/N S/I | (Norte) Agropecuária e extração mineral |
| Guiratinga 1920 | 2 | 1 Rábula 1 Médico | Alto Araguaia – MT/N Guiratinga – MT/N | (Norte) Pecuária intensiva |
| Barra do Garças Início do XX | 1 | Juiz de Paz | Não natural | (Norte) Agropecuária |
| Coxim XIX | 1 | Militar | Coxim – MT/N | (Sul) Agropecuária extensiva e turismo |
| Campo Grande Final do século XIX | 7 | 1 Promotor 3 Advogados 1 Procurador 1 Odontologista 1 Funcionário público | Corumbá - MT/S Campo Grande – MT/S (3) Miranda – MT/S Três Lagoas – MT/S S/I | (Sul) Pecuária, agricultura e agroindústria |

¹¹ O município possui suas origens no século XIX ligadas a Cuiabá e ao processo de mineração ocorrido nesta região. Em 4 de Julho de 1890, foi criado o município de Santo Antônio do Rio Abaixo e em Dezembro de 1948, assumiu a denominação de Santo Antônio de Leverger, a sua denominação atual.

| | | | | |
|---|---|----------------------------|---------------------|--|
| Dourados 1935 | 1 | Médico | S/I | (Sul) Agricultura (arroz e milho) e pecuária (aves e suínos) |
| Ponta Porã 1892 (fronteira com o Paraguai) | 2 | 1 Pecuárta 1 Jornalista | Ponta Porã – MS (2) | (Sul) Agropecuária e extração de madeira |
| Corumbá 1779 (cidade portuária) | 2 | 1 Promotor 1 Advogado | MG SP | (Sul) XIX – importante centro portuário e comercial XIX – agropecuária, pesca, turismo, comércio e serviços. |
| Nioaque XIX | 1 | General e agrimensor | RJ | (Sul) Pecuária |
| Três Lagoas 1915 | 1 | Promotor | Paranaíba – MT/S | (Sul) Pecuária e em menor porte agricultura |
| Bela Vista 1908 | 1 | Empresário | S/I | (Sul) Agropecuária |

| 3ª Legislatura 1955 a 1958 - Número total de deputados estaduais: 38 (foram analisados 32) | | | | |
|--|----------------|-------------------------------------|--|--|
| Local de residência e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Região que representa (Norte ou Sul) e economia do município de residência |
| Cuiabá XVIII | 6 | 4 S/I 1 Procurador 1 Advogado | S/I (3) Cuiabá – MT/N PB CE | (Norte) XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Guiratinga por volta de 1930 | 1 | Rábula | Alto Araguaia – MT/N | (Norte) Pecuária intensiva |
| Várzea Grande XIX | 2 | 2 S/I | Várzea Grande – MT/N S/I | (Norte) Comércio e indústria |
| Alto Paraguai 1953 | 1 | Farmacêutico | Mato-grossense (sem informação exata do local) | (Norte) Extrativismo mineral (ouro, diamante), agricultura e pecuária |
| Nossa Srª. do Livramento 1885 | 1 | Agropecuária | S/I | Centro-Sul Pecuária |
| Cáceres 1778 | 1 | Farmacêutico | Cáceres – MT/N | (Norte) Agropecuária |
| Poxoréu 1938 | 1 | Garimpeiro e comerciante | Várzea Grande – MT/N | (Norte) Agropecuária e extração mineral |
| Santo Antônio de Leverger 1890 | 1 | S/I | S/I | (Norte) XIX ate 1930 – usina açucareira XX – turismo, pesca e agropecuária |
| Ponta Porã 1892 (fronteira com o Paraguai) | 2 | 1 S/I 1 Pecuárta | S/I Ponta Porã – MT/N | (Sul) Agropecuária e extração de madeira |

| | | | | |
|--|---|--|---|---|
| Campo Grande Final do século XIX | 5 | 1 Advogado/e empresário 1 Empresário e usineiro 1 Advogado 1 Engenheiro eletrônico 1 Advogado | Miranda – MT/S S/I (2) Campo Grande (2) | (Sul) Pecuária, agricultura e agroindústria |
| Dourados 1935 | 3 | 1 Médico 1 Advogado 1 Engenheiro e funcionário público | S/I (2) Rio Brilhante – MT/S | (Sul) Agricultura (arroz e milho) e pecuária (aves e suínos) |
| Paranaíba 1838 | 2 | 2 Advogado | Paranaíba – MT/S (2) | (Sul) Pecuária |
| Coxim XIX | 1 | Militar | Coxim – MT/N | (Sul) Agropecuária extensiva e turismo |
| Três Lagoas 1915 | 3 | 1 Advogado 1 Promotor 1 Advogado | S/I (2) Paranaíba – MT/S | (Sul) Pecuária e em menor porte agricultura |
| Bela Vista 1908 | 2 | 2 S/I | S/I (2) | (Sul) Agropecuária |

| 4ª Legislatura de 1959 a 1963 - Número total de deputados estaduais: 39 (foram analisados 31) | | | | |
|---|-------------------|---|---|---|
| Local de residência e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Região que representa (Norte ou Sul) e economia do município de residência |
| Cuiabá XVIII | 2 | 1 Industrial 1 Advogado e funcionário público | Cáceres – MT/N Cuiabá – MT/N | (Norte) XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Várzea Grande XIX | 3 | 1 Agricultor e industrial 1 Militar 1S/I | S/I Nª Srª do Livramento – MT/N Várzea Grande – MT/N | (Norte) Comércio e indústria |
| Alto Garças 1953 | 1 | Agricultor | Alto Garças –MT/N | (Norte) Agropecuária e extrativismo vegetal |
| Alto Paraguai 1953 | 1 | Farmacêutico | Mato-grossense (sem informação exata do local) | (Norte) Extrativismo mineral (ouro, diamante), agricultura e pecuária |
| Barra do Garças Início do XX | 1 | Pecuarista | Barra do Garças – MT/N | (Norte) Agropecuária |
| Guiratinga 1920 | 1 | Rábula | Guiratinga – MT/N | (Norte) Pecuária intensiva |
| Campo Grande Final do século XIX | 8 | 1 Comerciante 1 Empresário e usineiro 3 Advogados 1 Contadora, enfermeira, escritora 1 Engenheiro eletrônico 1 Tabelião | S/I (3) Campo Grande – MT/S (2) Corumbá – MT/S Coxim – MT/S Nioaque – MT/S | (Sul) Pecuária, agricultura e agroindústria |

| | | | | |
|--|---|--|---|---|
| Dourados 1935 | 5 | 1 Fazendeiro 1 Médico 1 Advogado 1 Advogado e serventuário de justiça 1 Engenheiro | Não natural (S/I sobre o local exato do nascimento) (1) S/I (2) Ponta Porã – MT/S Rio Brilhante – MT/S | (Sul) Agricultura (arroz e milho) e pecuária (aves e suínos) |
| Ponta Porã 1892 (fronteira com o Paraguai) | 1 | Pecuarista | Ponta Porã – MT/S | (Sul) Agropecuária e extração de madeira |
| Paranaíba 1838 | 1 | Advogado | Paranaíba-MT/S | (Sul) Pecuária |
| Aquidauana 1892 | 1 | Militar e advogado | Ponta Porã – MT/S | (Sul) Pecuária extensiva |
| Corumbá 1779 (cidade portuária) | 2 | 1 Advogado 1 Pecuarista | S/I Corumbá – MT/S | (Sul) XIX – importante centro portuário e comercial XIX – agropecuária, pesca, turismo, comércio e serviços. |
| Três Lagoas 1915 | 2 | 1 Advogado 1 Pecuarista | S/I | (Sul) Pecuária e em menor porte agricultura |
| Bela Vista 1908 | 1 | Agropecuária | S/I | (Sul) Agropecuária |
| Cassilandia 1954 | 1 | Advogado | Paranaíba – MT/N | (Sul) Agropecuária |

| 5ª Legislatura de 1963 a 1966 – Número total de deputados estaduais: 43 (foram analisados 40) | | | | |
|---|-------------------|--|---|---|
| Local de residência e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Região que representa (Norte ou Sul) e economia do município de residência |
| Cuiabá XVIII | 5 | 3 Advogado 1 Agropecuarista 1 Engenheiro agrimensor | Cuiabá – MT/N S/I SP Várzea Grande – MT/N Torixoréu – MT/N | (Norte) XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Alto Araguaia 1938 | 1 | Comerciante | Rosário Oeste – MT/N | (Norte) Agropecuária (soja e rebanho bovino) |
| Várzea Grande XIX | 3 | 1 Agricultor e industrial 1 Militar 1 S/I | S/I Nº Srª do Livramento – MT/N Várzea Grande – MT/N | (Norte) Comércio e indústria |
| Barra do Garças Início do XX | 1 | Tabelião | CE | (Norte) Agropecuária |
| Alto Garças 1953 | 1 | Agricultor | Alto do Garças – MT/N | (Norte) Agropecuária e extrativismo vegetal |
| Poxoréu 1938 | 1 | Farmacêutico | GO | (Norte) Agropecuária e extração mineral |

| | | | | |
|--|---|---|---|---|
| Cáceres 1778 | 1 | Industrial | Cáceres – MT/N | (Norte) Agropecuária |
| Santo Antônio de Leverger 1890 | 1 | Advogado | Santo Antônio de Leverger – MT/N | (Norte) XIX ate 1930 – usina açucareira XX – turismo, pesca e agropecuária |
| Campo Grande Final do século XIX | 7 | 1 Comerciante 1 Pecuárta 1 Militar 3 Advogados 1 Engenheiro eletrônico | RS SP Campo Grande – MT/S (2) Coxim – MT/S S/I (2) | (Sul) Pecuária, agricultura e agroindústria |
| Dourados 1935 | 3 | 1 Médico 1 Contador 1 Advogado, serventuário de justiça | RJ MG Ponta Porã – MT/S | (Sul) Agricultura (Arroz e milho) e pecuária (aves e suínos) |
| Ponta Porã 1892 (fronteira com o Paraguai) | 2 | 2 Pecuárta | Ponta Porã – MT/S (2) | (Sul) Agropecuária e extração de madeira |
| Corumbá 1779 (cidade portuária) | 4 | 1 Pecuárta 1 Pecuárta e advogado 1 S/I 1 Advogado | Porto Murtinho – MT/S Paranaíba – MT/S MG (2) | (Sul) XIX – importante centro portuário e comercial XIX – agropecuária, pesca, turismo, comércio. |
| Aquidauana 1892 | 2 | Militar e advogado S/I | MG Ponta Porã –MT/S | (Sul) Pecuária extensiva |
| Fátima do Sul 1959 (origem ligada a Dourados) | 1 | Comerciante | PB | (Sul) Agropecuária |
| Três Lagoas 1915 | 2 | 1 Agropecuarista 1 Pecuárta | Três Lagoas – MT/S (2) | (Sul) Pecuária e em menor porte agricultura |
| Paranaíba 1838 | 3 | 1 Advogado (foi prefeito de Paranatinga 1952-55) 1 Médico 1 Promotor de justiça | Paranaíba - MT/S (2) S/I | (Sul) Pecuária |
| Bela Vista 1908 | 1 | Advogado e militar | Ponta Porã – MT/S | (Sul) Agropecuária |
| Cassilandia 1954 | 1 | Advogado | Paranaíba – MT/S | (Sul) Agropecuária |

6ª Legislatura de 1967 a 1971 – Número total de deputados estaduais: 36 (foram analisados 35)

| Local de residência e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Região que representa (Norte ou Sul) e economia do município de residência |
|--|-------------------|---|--|---|
| Cuiabá XVIII | 5 | Industrial 2 Advogados 1 Engenheiro 1 Agrônomo 1 Agricultor e pecuarista | Cáceres – MT/N Cuiabá – MT/N Várzea Grande – MT/N Três Lagoas – MT/S SP | (Norte) XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |

| | | | | |
|--|---|--|---|---|
| Alto Araguaia 1938 | 1 | Comerciante | Rosário Oeste – MT/N | (Norte) Agropecuária (soja e rebanho bovino) |
| Alto Garças 1953 | 1 | Agricultor | Alto Garças – MT/N | (Norte) Agropecuária e extrativismo vegetal |
| Poxoréo 1938 | 1 | Farmacêutico | RR | (Norte) Agropecuária e extração mineral |
| Rondonópolis Início do século XX | 1 | Empresário | SP | (Norte) Agronegócio |
| Santo Antônio de Leverger 1890 | 1 | Advogado | Santo Antônio de Leverger – MT/N | (Norte) XIX ate 1930 – usina açucareira XX – turismo, pesca e agropecuária |
| Campo Grande Final do século XIX | 8 | 2 Pecuáristas 2 Advogados 1 Comerciante 1 Oficial das Forças Armadas 1 Engenheiro eletrônico 1 Médico | Campo Grande – MT/S (5) Maracaju – MT/S SP RS | (Sul) Pecuária, agricultura e agroindústria |
| Dourados 1935 | 4 | 1 Advogado 1 Médico 1 Professor e proprietário rural 1 Comerciante | Dourados – MT/S Rio Brilhante – MT/S SP RJ | (Sul) Agricultura (arroz e milho) e pecuária (aves e suínos) |
| Ponta Porã 1892 (fronteira com o Paraguai) | 3 | 2 Pecuáristas 1 Jornalista | Ponta Porã – MT/S (3) | (Sul) Agropecuária e extração de madeira |
| Aquidauana 1892 | 2 | 1 Militar e advogado 1 Pecuárista | Aquidauana – MT/S Ponta Porã – MT/S | (Sul) Pecuária extensiva |
| Corumbá 1779 (cidade portuária) | 2 | 1 Advogado 1 Pecuárista | Porto Murtinho – MT/S MG | (Sul) XIX – importante centro portuário e comercial XIX – agropecuária, pesca, turismo, comércio e serviços. |
| Fátima do Sul 1959 (origem ligada a Dourados) | 2 | 1 Comerciante 1 Comerciante e industrial | PB MG | (Sul) Agropecuária |
| Aparecida do Tabuado 1948 | 1 | Comerciante | MG | (Sul) Pecuária |
| Três Lagoas 1915 | 1 | Advogado | Campo Grande – MT/S | (Sul) Pecuária e em menor porte agricultura |
| Bela Vista 1908 | 1 | Advogado | Ponta Porã – MT/S | (Sul) Agropecuária |
| Cassilândia 1954 | 1 | Advogado | Paranaíba – MT/S | (Sul) Agropecuária |

| 7ª Legislatura de 1971 a 1975 – Número total de deputados estaduais: 20 (foram analisados 18) | | | | |
|---|----------------|---|---|---|
| Local de residência e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Região que representa (Norte ou Sul) e economia do município de residência |
| Cuiabá XVIII | 3 | 1 Advogado 1 Promotor de justiça 1 Engenheiro agrônomo | Cuiabá – MT/N Várzea Grande – MT/N PR | (Norte) XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Alto Garças 1953 | 1 | Agricultor | Alto Garças – MT/N | (Norte) Agropecuária e extrativismo vegetal |
| Cáceres ¹² 1778 | 1 | Funcionário público e proprietário rural | SP | (Norte) Pecuária |
| Poxoréu 1938 | 1 | Farmacêutico | RR | (Norte) Agropecuária e extração mineral |
| Rondonópolis Início do século XX | 1 | Funcionário público estadual | Campo Grande – MT/S | (Norte) Agronegócio |
| Campo Grande Final do século XIX | 6 | 2 Pecuáristas 2 Advogados 1 Advogado e ruralista 1 Comerciante | Campo Grande – MT/S (3) Ponta Porã – MT/S Aquidauana – MT/S Rio Brilhante – MT/S | (Sul) Pecuária, agricultura e agroindústria |
| Corumbá 1779 (cidade portuária) | 2 | 1 Dentista 1 Jornalista | Corumbá – MT/S (2) | (Sul) XIX – importante centro portuário e comercial XIX – economia diversificada: agropecuária, pesca, turismo, comércio e serviços. |
| Dourados 1935 | 1 | Comerciante | SP | (Sul) Agricultura (arroz e milho) e pecuária (aves e suínos) |
| Cassilândia 1954 | 1 | Advogado | Paranaíba – MT/S | (Sul) Agropecuária |
| Fátima do Sul 1959 (origem ligada a Dourados) | 1 | Contador | Rio Brilhante – MT/S | (Sul) Agropecuária |

¹²Inicialmente a cidade de Cáceres foi conhecida como povoado de Vila Maria do Paraguai e posteriormente Vila de São Luís de Cáceres fundada em 6 de Outubro de 1778. Em meados do século XIX a Vila Maria do Paraguai passou por um processo de crescimento devido ao ciclo da indústria extrativa, que tinha seus principais produtos no gado, na borracha e na ipecacuanha, o ouro negro da floresta, e à abertura da navegação fluvial. No ano de 1860, a vila possuía uma Câmara Municipal, mas só em 1874 foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luiz de Cáceres e em 1938, o município passou a se chamar apenas Cáceres. A navegação pelo Rio Paraguai desenvolveu o comércio com Corumbá, Cuiabá e outras localidades, e o incremento das atividades agropecuárias e extrativistas fez surgir os estabelecimentos industriais representados pelas usinas de açúcar. Atualmente a pecuária é a principal atividade econômica da cidade.

| 8ª Legislatura de 1975 a 1979 – Número total de deputados estaduais: 28 (foram analisados 26) | | | | |
|---|----------------|--|--|---|
| Locais de residência e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Região que representa (Norte ou Sul) e economia do município de residência |
| Cuiabá XVIII | 3 | 2 Advogados 1 Médico | Rosário Oeste – MT/N Várzea Grande – MT/N AM | (Norte) XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Alto Garças 1953 | 1 | Agricultor | Alto Garças – MT/N | (Norte) Agropecuária e extrativismo vegetal |
| Rondonópolis Início do século XX | 2 | 1 Funcionário público estadual 1 Advogado | Campo Grande – MT/S Chapada dos Guimarães – MT/N | (Norte) Agronegócio |
| Barra do Garças Início do XX | 1 | Pecuarista | Barra do Garças – MT/N | (Norte) Agropecuária |
| Santo Antônio de Leverger 1890 | 1 | Advogado | Santo Antônio de Leverger – MT/N | (Norte) Agropecuária, pesca e turismo |
| Tangará da Serra ¹³ 1976 | 1 | Agrimensor | CA | (Norte) Indústria frigorífica (aviário e bovino) |
| Várzea Grande 1867 | 1 | Comerciante | Várzea Grande – MT/N | (Norte) Comércio e indústria |
| Rosário Oeste 1843 | 1 | Advogado e professor | Santo Antônio de Leverger – MT/N | (Norte) Mineração e extração vegetal e agropecuária |
| Campo Grande Final do século XIX | 7 | 1 Serventuário da justiça 2 Advogados 1 Advogado e ruralista 1 Jornalista 2 Comerciantes | Campo Grande – MT/S (4) Dourados – MT/S Rio Brilhante – MT/S PE | (Sul) Pecuária, agricultura e agroindústria |
| Dourados 1935 | 2 | 1 Contador 1 Comerciante | Dourados – MT/S Ponta Porã – MT/S | (Sul) Agricultura (arroz e milho) e pecuária (aves e suínos) |
| Corumbá 1779 (cidade portuária) | 2 | 1 Dentista 1 Jornalista | Corumbá – MT/S (2) | (Sul) XIX – importante centro portuário e comercial XIX – economia diversificada: agropecuária, pesca, turismo, comércio e serviços |

¹³ Oficialmente o município de Tangará da Serra somente nasceu em 1976. Contudo, já em 69 foi criado o distrito de Tangará, no município de Barra do Bugres. Segundo o professor Carlos Edinei de Oliveira em seu estudo “Tangará da Serra-MT: uma história de colonização privada”, in Barrozo, João C., *op. cit.*, 2008. “A política de colonização com imigrantes, nesta região, já era uma proposta do início do século XX”. p.184. Contudo, argumenta o autor que a efetiva colonização do local só ocorreria na década de cinquenta cercada por inúmeros conflitos referentes a demarcação das terras e com a população indígena que já lá estava.

| | | | | |
|---|---|----------|----------------------|--|
| Fátima do Sul 1959 (origem ligada a Dourados) | 1 | Contador | Rio Brilhante – MT/S | (Sul) Agropecuária |
| Coxim 1898 | 1 | Advogado | Aquidauana – MT/S | (Sul) Agropecuária extensiva e turismo |
| Ponta Porã 1892 | 1 | Advogado | Ponta Porã – MT/S | (Sul) Agropecuária e extração de madeira |
| Três Lagoas 1915 | 1 | Dentista | Paranaíba – MT/S | (Sul) Pecuária e em menor porte agricultura |

| 9ª Legislatura de 1979 a 1983 – Número total de deputados estaduais: 27 (foram analisados 27) | | | | |
|---|----------------|---|--|--|
| Local de residência e data de nascimento do município | Nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Economia da região que representa |
| Cuiabá XVIII | 7 | 1 Advogado 1 Jornalista 1 Administrador 1 Economista 1 Engenheiro civil 1 Promotor de justiça 1 Funcionário público | Poxoréu-MT Stº Antônio de Leverger - MT Cuiabá-MT (2) Alto Paraguai- MT SP MG | Centro-Sul matogrossense XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Várzea Grande 1867 | 3 | 2 Advogados 1 Comerciante | Várzea Grande-MT (2) Nª Sª do Livramento-MT | Centro - Sul Comércio e indústria |
| Cáceres 1778 | 2 | 2 Pecuáristas | MG MS | Centro – Sul Pecuária |
| Poconé 1781 | 1 | Militar da reserva | Cuiabá-MT | Centro-Sul Inicialmente mineração e atualmente pecuária |
| Rosário Oeste 1843 | 1 | Advogado/professor | Leverger-MT | Centro-Sul Mineração Agropecuária |
| Rondonópolis Início do século XX | 3 | 1 Engenheiro civil e agropecuarista 1 Empresário e pecuarista 1 Empresário | SP (2) RS | Sudeste mato-grossense Agronegócio |
| Guiratinga 1920 | 1 | Pecuarista | Guiratinga – MT | Sudeste Mineração e pecuária |
| Jaciara ¹⁴ 1958 | 1 | Empresário | Cuiabá – MT | Sudeste Agropecuária (soja) |
| Barra do Garças Início do XX | 3 | 2 Agropecuaristas 1 Farmacêutico | Guiratinga-MT MG (2) | Nordeste mato-grossense Agropecuária |

¹⁴ Jaciara foi inicialmente colonizada em 1877, e de forma lenta e desordenada, até 1947. Nesta época, empresários adquiriram algumas terras do governo fazendo surgir a CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoral e Agrícola Ltda, e dando início ao processo de efetiva colonização. Em 1950, foi elaborado o projeto de urbanização e em 1953 foi criado o distrito de Jaciara, subordinado ao município de Cuiabá. Em 1958 foi elevado a município.

| | | | | |
|--------------------------|---|----------------|----------------|--|
| Barra do Bugres 1943 | 1 | Agropecuarista | SP | Sudoeste Agronegócio ¹⁵ |
| Salto do Céu 1979 | 1 | Comerciante | MG | Sudoeste Agricultura |
| Tangará da Serra 1976 | 1 | Agrimensor | CA | Sudoeste Indústria frigorífica (aviário e bovino) |
| Aripuanã 1943 | 1 | Comerciante | BA | Norte mato-grossense Extração de madeira e hidroelétrica |
| Paranatinga 1964 | 1 | Comerciante | Alto Garças-MT | Norte mato-grossense Extração mineral e pecuária |

| 10ª Legislatura de 1983 a 1987 – Número total de deputados estaduais: 32 | | | | |
|--|----------------|--|---|--|
| Locais de residência e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Economia da região que representa |
| Cuiabá XVIII | 15 | 5 Advogados 1 Engenheiro civil 1 Químico 3 Funcionários públicos 1 Agropecuarista 1 Médico 1 Comerciante 1 Economista 1 Radialista | Cuiabá-MT (5) Poxoréu –MT Livramento- MT Leverger – MT Alto Paraguai-MT Alto Garças-MT MG (2) SP (3) | Centro-Sul mato-grossense XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Cáceres 1778 | 5 | 2 Pecuáristas 1 Comerciante 1 Engenheiro civil 1 Advogado | Cáceres-MT SP (3) MG | Centro-Sul Pecuária |
| Várzea Grande 1867 | 2 | 1 Advogado 1 Comerciante | Livramento-MT Varzea Grande-MT | Centro-Sul Comércio e indústria |
| Rosário Oeste 1843 | 1 | Advogado/Professor | Leverger-MT | Centro-Sul Pecuária |
| Rondonópolis XX | 3 | 1 Professor e advogado 1 Pecuárista 1 Engenheiro civil | RS (2) BA | Sudeste mato-grossense Agronegócio |
| Alto Araguaia 1938 | 1 | Funcionário público | Alto Araguaia-MT | Sudeste mato-grossense Agropecuária |
| Guiratinga 1920 | 1 | Pecuárista | Guiratinga-MT | Sudeste Pecuária |
| Barra do Garças Início do XX | 2 | 1 Comerciante 1 Pecuárista | Guiratinga-MT MG | Nordeste mato-grossense Agropecuária |
| Barra do Bugres 1943 | 1 | Agropecuarista | SP | Sudoeste mato-grossense Agronegócio |
| Mirassol D'Oeste ¹⁶ -1964 | 1 | Pecuárista | SP | Sudoeste Pecuária e prod. de álcool |

¹⁵ A economia do município gira principalmente em torno do agronegócio, mais especificamente da indústria e bovinocultura de corte. Barra do Bugres conta com uma usina de álcool, biodiesel e açúcar, a Barralcool.

| 11ª Legislatura de 1987 a 1991 – Número total de deputados estaduais: 32 | | | | |
|--|----------------|---|---|--|
| Cidades de moradia e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Economia da região que representa |
| Cuiabá XVIII | 11 | 1 Procurador de justiça 1 Empresário 1 Engenheiro 1 Engenheiro civil 1 Odontólogo 1 Comerciante 3 Advogados 1 Pecuárta 1 Radialista | Cuiabá-MT (3) Cáceres-MT Leverger-MT Alto do Garças-MT PI MG (2) SP (2) | Centro-Sul mato-grossense XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Cáceres 1778 | 3 | 1 Industrial 1 Advogado 1 Engenheiro civil | Cáceres-MT (2) SP | Centro – Sul Pecuária |
| Várzea Grande 1867 | 3 | 2 Advogados 1 Empresário | V. Grande-MT(2) Livramento-MT | Centro - Sul Comércio e indústria |
| Nossa Srª do Livramento 1885 | 1 | Advogado | Livramento- MT | Centro-Sul Pecuária |
| Rondonópolis XX | 2 | 1 Radialista e jornalista 1 Advogado | SP MS | Sudeste mato-grossense Agronegócio |
| Alto Araguaia 1938 | 1 | Funcionário público | Alto Araguaia-MT | Sudeste Agropecuária (soja e rebanho bovino) |
| Alto Garças 1953 | 1 | Advogado | Alto Garças-MT | Sudeste Agropecuária e extrativismo vegetal |
| Guiratinga 1920 | 1 | Pecuárta | Guiratinga-MT | Sudeste Pecuária |
| Barra do Garças Início do XX | 3 | 1 Administrador 1 Comerciante 1 Médico | Guiratinga-MT GO MG | Nordeste mato-grossense Agropecuária |
| Alta Floresta 1976 | 2 | 2 Comerciantes | SP MG | Norte mato-grossense Extrativismo vegetal, mineral e agropecuária |
| Tangará da Serra 1976 | 2 | 1 Enfermeira 1 Engenheiro agrônomo | RS GO | Sudoeste Indústria frigorífica (aviário e bovino) |
| Pontes e Lacerda 1979 | 1 | Engenheiro agrônomo | SP | Sudoeste Extrativismo vegetal e mineral |
| Salto do Céu por volta de 1960 | 1 | Servidor público | SP | Sudoeste Agropecuária |

¹⁶ O povoado de Mirassol D'Oeste foi fundado em 1964. Os primeiros povoadores vieram por volta de 1958, adquirindo algumas terras devolutas onde hoje está o município. O maior povoamento da região de Mirassol D'Oeste ocorreu com a construção da ponte sobre o rio Paraguai, no município de Cáceres, no ano de 1960. A colonização dessa área foi impulsionada pelos projetos do governo federal e estadual que, entre outras vantagens, concediam privilégios fiscais à colonização do Centro-Oeste como uma forma de incentivo para a ocupação da Amazônia, que era realmente o foco do governo nessa época. Até Dezembro de 1976 Mirassol D'Oeste ficou sob a jurisdição do município de Cáceres, acontecendo a instalação oficial do município em 1 de Fevereiro de 1977. A economia expressiva do município baseia-se no gado de corte e leiteiro e na produção de álcool. Possui um frigorífico, um laticínio, uma granja (industrial) e uma usina-de-cana.

| 12ª Legislatura de 1991 a 1995 – Número total de deputados estaduais: 37 | | | | |
|--|----------------|--|-------------------------------------|--|
| Cidades de moradia e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Economia da região que representa |
| Cuiabá XVIII | 7 | 1 Empresário 1 Advogado 1 Engenheiro 1 Economista 1 Radialista 2 Professores universitários | Cuiabá-MT (3) MG SP (2) RS | Centro-Sul mato-grossense XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Várzea Grande 1867 | 4 | 2 Funcionários públicos 1 Empresário 1 Advogado | Várzea Grande-MT (4) | Centro-Sul Comércio e indústria |
| Cáceres 1778 | 1 | Engenheiro civil | SP | Centro-Sul Pecuária |
| Poconé 1781 | 1 | Pecuarista | RO | Centro-Sul Inicialmente mineração e atualmente pecuária |
| Rosário Oeste 1843 | 1 | Médico | Rosário Oeste-MT | Centro-Sul Pecuária |
| Rondonópolis XX | 2 | 1 Agropecuarista 1 Empresário | SP (2) | Sudeste mato-grossense Agronegócio |
| Alto Garças 1953 | 1 | Advogado | Alto Garças-MT | Sudeste Agropecuária e extrativismo vegetal |
| Torixoréu 1950 | 1 | Pecuarista | Torixoréu-MT | Sudeste Agropecuária (soja e arroz) |
| Barra do Garças Início do XX | 4 | 1 Administrador 1 Advogado 1 Professora 1 Economista | Barra Garças-MT GO (2) SC | Nordeste mato-grossense Agropecuária |
| Nova Xavantina 1944 | 1 | Pecuarista | MG | Nordeste mato-grossense Pecuária |
| Pontes de Lacerda 1979 | 2 | 1 Agropecuarista 1 Médico | SP MS | Sudoeste Extrativismo vegetal e mineral |
| Tangará da Serra 1976 | 2 | 1 Eng. agrônomo 1 Agricultor | RS PE | Sudoeste Indústria frigorífica (aviário e bovino) |
| Mirassol D'Oeste 1964 | 1 | Empresário | Poconé-MT | Sudoeste Pecuária e produção de álcool |
| Salto do Céu p/ volta de 1960 | 1 | Funcionário público | SP | Sudoeste Agropecuária |
| Colider 1979 | 1 | Comerciante | RR | Norte mato-grossense Pecuária e extração mineral |
| Comodoro 1986 | 1 | Advogado | RS | Norte mato-grossense Agricultura |
| S. J. dos Quatro Marcos /1967 ¹⁷ | 1 | Comerciante | SP | Sudoeste mato-grossense Pecuária |

¹⁷ A exemplo de outros municípios de Mato Grosso que nasceram de um projeto do governo federal para povoar as terras do sertão brasileiro através da parceria com a iniciativa privada, as origens do

| | | | | |
|---|---|------------------------------|----------|--|
| Alta Floresta 1976 | 2 | 1 Industrial 1 Empresário | PR SC | Norte mato-grossense Extrativismo (vegetal/mineral) e agropecuária. |
| Sinop ¹⁸ 1976 | 2 | 1 Médico 1 Advogado | SC PR | Norte mato-grossense Extração madeireira |
| Guarantã do Norte ¹⁹ / 1981 | 1 | Empresário | SC | Norte mato-grossense Pecuária |

| 13ª Legislatura de 1995 a 1999 – Número total de deputados estaduais: 31 | | | | |
|--|-----------------|---|---|---|
| Cidades de moradia e data de nascimento do município | nº de deputados | Profissão | Estado de nascimento | Economia da região que representa |
| Cuiabá XVIII | 11 | 1 Empresário 4 Funcionários públicos 3 Professores 2 Advogados (um destes foi assessor de deputado federal e vereador com dois mandatos) 1 Médico | Cuiabá-MT (3) Barra do Garças-MT MG (3) SP (2) RO RS | Centro-Sul XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Cáceres 1778 | 2 | 2 Advogados | Cáceres-MT PB | Centro - Sul Pecuária |
| Várzea Grande 1867 | 4 | 3 Funcionários públicos 1 Empresário (carreira política) | V.Grande-MT (3) Poconé-MT | Centro - Sul Comércio e indústria |

município de São José dos Quatro Marcos vêm dos projetos de colonização implantados por particulares. Em 1962, Zeferino José de Matos adquiriu extensa área de terras da imobiliária Mirassol, tornando-se o principal pioneiro do lugar. O povoamento da localidade teve início em 1966, após doação de 1,2 alqueires de terra para formação do patrimônio.

¹⁸ O nome do município é derivado do homônimo de Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, empresa responsável pela colonização do norte de Mato Grosso por agricultores do norte do estado do Paraná. O processo de ocupação da área onde hoje está localizado a cidade de Sinop teve início no ano de 1972, quando a Colonizadora Sinop S.A. adquiriu de terceiros aproximadamente 500 mil hectares de terra, situados a 500 km de Cuiabá na BR 163 (Cuiabá-Santarém), e criou a Gleba Celeste. Situada no “nortão” do estado era ainda mata selvagem. A abertura das primeiras ruas de Sinop teve início em Maio de 1972 e logo as primeiras famílias de pioneiros vindos do Paraná chegaram à cidade. Sua fundação foi em 14 de Setembro de 1974. No dia 24 de Julho de 1976, foi assinada a lei 3.754/76, elevando Sinop à categoria de distrito do município de Chapada dos Guimarães. Em 17 de Dezembro de 1979, com a lei 4.156/79, Sinop foi elevada à categoria de município. Sua principal atividade econômica é a madeireira, com grande destaque também para o setor agropecuário.

¹⁹ A abertura da BR-163, na década de 70, proporcionou a penetração e abertura de todo o norte mato-grossense. Localizado a 745 km da capital do estado de Mato Grosso, Guarantã do Norte nasceu do assentamento agrário realizado pela Cooperativa Triticula de Erechim Ltda e Incra. Em 1980 chegaram as primeiras famílias vindas do Rio Grande do Sul que formaram a Vila Cotrel. Em 2 de Junho de 1982 foi lavrada a ata de fundação, e em 1984 a vila foi elevada à categoria de distrito de Colíder. No dia 13 de Maio de 1986, Guarantã do Norte transformou-se em município. O município nasceu com atividades agropecuárias. Sua economia tem forte base na pecuária com cerca de 300 mil cabeças de bovinos, incluindo uma das maiores bacias leiteiras da região com uma produção de cerca de 22 milhões de litros de leite por ano, e a agricultura tem na cultura do arroz sua maior expressividade. Estão implantados no município duas cooperativas e três laticínios com industrialização de leite e derivados.

| | | | | |
|--|---|---|----------------------|--|
| Rondonópolis XX | 2 | 1 Assessor parlamentar 1 Pecuarista (ambos com carreira pública) | SP (2) | Sudeste mato-grossense Agronegócio |
| Torixoréu 1950 | 1 | Pecuarista | Torixoréu-MT | Sudeste mato-grossense Agropecuária |
| Barra do Garças Início do XX | 2 | 1 Agropecuarista 1 Advogado e jornalista | B. do Garça-MT GO | Nordeste mato-grossense Agropecuária |
| Tangará da Serra 1976 | 1 | Empresário | PE | Sudoeste Indústria frigorífica (aviário e bovino) |
| Barra do Bugres 1943 | 1 | Agropecuário | SP | Sudoeste mato-grossense Agronegócio |
| Vila Bela da Santíssima Trindade 1737 | 1 | Médico | Vila Bela-MT | Sudoeste Pecuária |
| Sinop 1976 | 2 | 1 Engenheiro agrônomo 1 Advogado | PR SC | Norte mato-grossense Extração madeireira |
| Guarantã do Norte 1981 | 1 | Empresário | SC | Norte mato-grossense Pecuária |
| Alta Floresta 1976 | 1 | Empresário | PR | Norte mato-grossense Extrativismo (vegetal/mineral) e agropecuária. |
| Juara ²⁰ 1981 | 1 | Empresário | ES | Norte mato-grossense Extração de madeira |
| Sorriso ²¹ 1987 | 1 | Advogado | RS | Norte mato-grossense Agricultura (soja, milho) |

²⁰ O território do município de Juara foi movimentado por ocasião da navegação que se iniciou no começo do século XIX. A partir da década de 40 do século XX veio o período da extração da borracha. Na década de 70 a empresa Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica – SIBAL, adquiriu uma área de 35.900 hectares de terras, selecionada com fins colonizatórios. O primeiro nome dado à localidade foi Gleba Taquaral, mais tarde passou a Juara. A 8 de Julho de 1973, foi colocado o primeiro marco da sede, nessa época já tinham chegado à região cerca de 38 famílias, plantando arroz, milho e feijão. A primeira serraria da região foi montada pela Colonizadora SIBEL. A partir de 1974 o sucesso da gleba atraiu um fluxo migratório intenso, passando então Taquaral a chamar-se Juara. O distrito de Juara foi criado em 4 de Julho de 1976, com território jurisdicionado ao município de Porto dos Gaúchos. Em 1981 foi criado oficialmente o município. A economia de Juara está baseada em três áreas: extração de madeira, agropecuária e agricultura, sendo que a primeira figura como a atividade principal, uma vez que agrega maior mão-de-obra da população local para sua extração e beneficiamento.

²¹ Sorriso nasceu na época da expansão brasileira em direção à Amazônia, em decorrência dos incentivos dos governos militares para colonização e ocupação da floresta tropical. O município de Sorriso nasceu no final da década de 70. Inicialmente com a colonização de paranaenses e catarinenses trazidos pela Colonizadora Feliz, tem em sua formação grande parte de gaúchos da região de Passo Fundo. Em 26 de Dezembro de 1980, a agrovila foi elevada à categoria de distrito pertencente ao município de Nobres. Em 13 de Maio de 1986, o distrito de Sorriso foi elevado à categoria de município. Sua economia está baseada no agronegócio.

| 14ª Legislatura de 1999 a 2003 – Número total de deputados estaduais: 37 | | | | |
|--|----------------|--|---|--|
| Cidades de moradia e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Economia da região que representa |
| Cuiabá XVIII | 15 | 1 Empresário 1 Funcionário público 2 Engenheiros civis/ professores 5 Advogados 2 Médicos 1 Apresentador (TV) 1 Comerciante 1 Professora universitária 1 Contador | Cuiabá-MT (3) Cáceres-MT MG (5) MS (3) SP RS GO | Centro-Sul mato-grossense XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Várzea Grande 1867 | 3 | 2 Funcionários públicos 1 Empresário | V. Grande-MT Cuiabá-MT MS | Centro-Sul Comércio e indústria |
| Cáceres 1778 | 1 | Odontólogo | PR | Centro-Sul Pecuária |
| Rondonópolis XX | 4 | 1 Pecuarista 1 Engenheiro civil 1 Radialista 1 Empresário | SP PR MS GO | Sudeste mato-grossense Agronegócio |
| Pedra Preta ²² 1976 | 1 | Técnico agropecuário | PR | Sudeste mato-grossense Pecuária |
| Barra do Garças Início do XX | 2 | 1 Advogado 1 Empresário | Guiratinga-MT GO | Nordeste mato-grossense Agropecuária |
| São Félix do Araguaia ²³ 1941 | 1 | Piloto civil | MG | Nordeste Turismo e pesca |
| Vila Rica ²⁴ 1978 | 1 | Empresário | PE | Nordeste mato-grossense Pecuária e frigoríficos |
| Barra do Bugres 1943 | 1 | Agropecuário, industrial | SP | Sudoeste mato-grossense Agronegócio |
| Mirassol D'Oeste 1964 | 1 | Comerciante | Mirassol D'Oeste-MT | Sudoeste Agronegócio (gado, aves e álcool) |
| Tangará da Serra 1976 | 1 | Comerciante | PR | Sudoeste Indústria frigorífica |

²² Nos meados da década de 50, as terras onde está localizada a cidade de Pedra Preta era de propriedade do Sr. Noda Guenko, de nacionalidade japonesa, que residia em Rondonópolis. Em Julho de 1963, o Sr. Noda Guenko veio a falecer na cidade de Rondonópolis. Tendo como comarca a cidade de Rondonópolis, o patrimônio foi elevado à categoria de “município”, em Maio de 1976. Em 30 de Julho de 1988, foi elevada à comarca, sendo instalada no ano de 1989.

²³ Em 1941 desembarcaram no rio Araguaia, em território mato-grossense, várias famílias provenientes do estado Pará, iniciando-se assim um novo povoado. Em Outubro de 1948, criou-se o distrito de São Félix com território vinculado ao município de Barra do Garças. Em 13 de Maio de 1976, foi criado o município de São Félix do Araguaia.

²⁴ Situa-se no nordeste de Mato Grosso, foi fundada em 1978 pela Colonizadora Vila Rica. Os primeiros habitantes de Vila Rica vieram de Minas Gerais, seguidos por colonos de Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e em proporção menor de outros estados. Sua emancipação política deu-se no dia 13 de Maio de 1986. A principal atividade econômica é a pecuária juntamente com os frigoríficos, seguido por agricultura, comércio e extração de madeira.

| | | | | |
|------------------------------|---|--|----------|--|
| Sinop 1976 | 1 | Comerciante | MS | Norte mato-grossense Extração madeira |
| Alta Floresta 1976 | 2 | 1 Técnico em refrigeração 1 Empresário | MG PR | Norte mato-grossense Agropecuária e extrativismo (vegetal/mineral) |
| Guarantã do Norte 1981 | 1 | Empresário / Transporte | SC | Norte mato-grossense Pecuária |
| Juara 1981 | 1 | Contador | ES | Norte mato-grossense Extração de madeira |
| Matupá ²⁵ 1988 | 1 | Comerciante | PR | Norte mato-grossense Pecuária |

| 15ª Legislatura de 2003 a 2007 – Número total de deputados estaduais: 37 | | | | |
|--|----------------|--|---|--|
| Cidades de moradia e data de nascimento do município | nº de deputado | Profissão | Estado de nascimento | Economia da região que representa |
| Cuiabá XVIII | 14 | 1 Geógrafo 2 Funcionários públicos 2 Engenheiros civis/professores 1 Advogado 1 Comerciante 1 Pastor 3 Jornalistas 1 Professora 1 Técnico em contabilidade 1 Médico | Cuiabá-MT (2) Jaciara-MT SP (3) MG (2) SC (2) MS PR RJ GO | Centro-Sul mato-grossense XVIII-XX extrativismo XX- comércio e agroindústria |
| Várzea Grande 1867 | 2 | 1 Administrador 1 Empresário | Várzea Grande-MT MS | Centro-Sul Comércio e indústria |
| Cáceres 1778 | 1 | Radialista | GO | Centro-Sul Pecuária |
| Rondonópolis XX | 6 | 1 Pedagoga 1 Agropecuarista 1 Radialista 1 Pecuarista 1 Oficial do Exército 1 Engenheiro civil | Rondonópolis-MT (2) SP (2) MS PR | Sudeste mato-grossense Agronegócio |
| Barra do Garças Início do XX | 2 | 1 Empresário 1 Advogado | Guiratinga-MT GO | Nordeste mato-grossense Agropecuária |
| Barra do Bugres 1943 | 1 | Industrial e pecuarista | SP | Sudoeste mato-grossense Agronegócio |
| Tangará da Serra 1976 | 1 | Radialista | SP | Sudoeste Indústria frigorífica (aviário e bovino) |

²⁵ O município foi criado em 4 de Julho de 1988. Matupá situa-se na região amazônica. A cidade surgiu da abertura da rodovia Cuiabá-Santarém, sendo o Grupo Ometto a empresa que colonizou a região do atual município. A pecuária intensiva é a principal fonte de renda do município. Contudo, tem nas culturas de cana-de-açúcar, arroz e milho significativa participação no fortalecimento da economia, assim como o extrativismo mineral (ouro) e também o vegetal (madeira de lei).

| | | | | |
|------------------------------|---|---|------------|--|
| Araputanga 1963 | 1 | Engenheiro civil | Cáceres-MT | Sudoeste mato-grossense Agropecuária e extração vegetal |
| Sinop 1976 | 2 | 1 Engenheiro eletricista 1 Radialista | SC PR | Norte mato-grossense Extração madeireira |
| Alta Floresta 1976 | 1 | Empresário e pecuarista | MG | Norte mato-grossense Agropecuária e extrativismo (vegetal/mineral) |
| Guarantã do Norte 1981 | 1 | Empresário (Transportes) | SC | Norte mato-grossense Pecuária |
| Juara 1981 | 1 | 1 Técnico em contabilidade (carreira política desde 82/prefeito de Juara) | ES | Norte mato-grossense Extração de madeira |
| Sorriso 1987 | 1 | Agricultor | PR | Norte mato-grossense Agricultura (soja, milho) |
| Nova Mutum 1988 | 1 | Agropecuaria e engenheiro agrônomo | PR | Norte mato-grossense Agricultura e pecuária |
| Juína 1979 | 1 | Médico | GO | Norte mato-grossense Pecuária |

IV - Situação dos deputados estaduais quanto às taxas de reeleição na Assembleia Legislativa do Paraná, por legislatura (1946-2002)

| Situação | Legislatura e períodos por regime político e sistema Partidário | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|---|-------|-------|--------|--------|--|-------|-------|--|-------|--------|-------|--------|--------|--------|
| | Média de reeleitos no 1º período democrático 30,2* | | | | | Média de reeleitos no período ditatorial 42,5% | | | Média de reeleitos no 2º período democrático 53,5% | | | | | | |
| | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | 10ª | 11ª | 12ª | 13ª | 14ª | Média |
| Eleitos | 100,0% | 71,1% | 57,8% | 55,6 % | 64,4 % | 60,0% | 53,2% | 59,3% | 39,7% | 56,9% | 46,7 % | 60,3% | 46,7 % | 29,0 % | 57,2% |
| Reeleitos | ----- | 28,9% | 40,0% | 40,0 % | 35,6 % | 40,0% | 40,4% | 37,0% | 55,2% | 39,7% | 48,3 % | 34,5% | 45,0 % | 62,9 % | 42,1 |
| R c/i** | ----- | ----- | 2,2% | 4,4% | ---- | ----- | 6,4% | 3,7% | 5,2% | 3,4% | 5,0% | 5,2% | 8,3% | 8,1% | 5,2% |
| Total | N= 37 | N= 45 | N=45 | N=45 | N=45 | N= 45 | N= 47 | N=54 | N=58 | N=58 | N=60 | N=58 | N=60 | N=62 | N= 719 |

Fonte: Núcleo de Pesquisa *Democracia e Instituições Políticas* da UFPR.

*Neste média foram considerados todos os reeleitos por legislatura (com ou sem interrupção)

**R c/i - reeleito com interrupção

V - Situação dos deputados estaduais quanto às taxas de reeleição na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, por legislatura (1946-2002)

| Situação | Legislaturas e períodos por regime político e sistema partidário | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|--|------------|-------|-------|-------|---|-------|-------|--|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| | Média de reeleitos no 1º período democrático 32,34% * | | | | | Média de reeleitos no período ditatorial 53,6% | | | Média de reeleitos no 2º período democrático 36,58% | | | | | | |
| | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | 10ª | 11ª | 12ª | 13ª | 14ª | Média |
| Eleitos | 100,0% | 64,9% | 63,1% | 61,5% | 48,8% | 33,3% | 45,0% | 60,0% | 88,9% | 53,1% | 59,4% | 75,7% | 46,7% | 56,7% | |
| Reeleitos | ----- | 32,4% | 34,2% | 30,8% | 46,5% | 61,1% | 50,0% | 32,1% | 11,1% | 46,9% | 34,4% | 24,3% | 43,3% | 37,9% | 37,30 |
| R c/i *** | ----- | 2,7 %** | 2,7% | 7,7% | 4,7% | 5,5% | 5,0% | 7,1% | ----- | ----- | 6,2% | ----- | 10,0% | 5,4% | % |
| Total | N= 38 | N= 37 | N=38 | N=39 | N= 43 | N=36 | N= 20 | N=28 | N=27 | N=32 | N=32 | N=37 | N=30 | N=37 | N= 511 |

Fonte: Instituto de Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

*Neste média foram considerados todos os reeleitos por legislatura (com ou sem interrupção)

** O Deputado Rosário Congro havia ocupado uma cadeira no parlamento estadual em 1918.

***R c/i - reeleito com interrupção

VI - Frequência de Mandatos por deputado da 1ª a 15ª legislatura

| Deputados | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | 10ª | 11ª | 12ª | 13ª | 14ª | 15ª | T |
|------------------------------------|----|----|----|----|----|----|-----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|---|
| 1 Abib Metram | | | X* | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 2 Adê Marques | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 3 Adjaldo Saldanha | X | X | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 4 Afro Stefanini | | | | | | X | X | X | | | | | | | | 3 |
| 5 Agápio de Paula Boeira | | | X | | X | X | | | | | | | | | | 3 |
| 6 Aírton dos Reis | | | | | | | | X | | | | | | | | 1 |
| 7 Alarico Reis D'Avila | | | | X | X* | | | | | | | | | | | 2 |
| 8 Alberto Monteiro | | | X | X* | | | | | | | | | | | | 2 |
| 9 Aldo Ribeiro Borges | | | | | | | | | X | X* | | | | | | 2 |
| 10 Alencar Soares Filho | | | | | | | | | | | | | | X | X | 2 |
| 11 Alexandrino Cota Marques | | | | X | X | X | X** | | | | | | | | | 4 |
| 12 Althair Antunes Brandão | | X | | | | X | | | | | | | | | | 2 |
| 13 Aloísio Coelho Barros | | | | | | | | | | X* | | | | | | 1 |
| 14 Amadeu Teles Tamandaré | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 15 Amador Ataíde Gonçalves Tut | | | | | | | | | | | | X | X | X | | 3 |
| 16 Amaury Espíndola Trindade | | | | | | X* | | | | | | | | | | 1 |
| 17 Américo Porfírio Nassif | | | | | X* | X | | | | | | | | | | 2 |
| 18 Amorésio de Oliveira | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 19 Ana Carla Luz Borges Leal Muniz | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 20 André Jacob Bringsken | | | | | | | | | | | | | X* | | | 1 |
| 21 André Melchíades de Barros | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 22 Antonio Alberto Schommer | | | | | | | | | | X | | | | | | 1 |
| 23 Antonio Alves Corrêa Filho | | | | | X | | | | | | | | | | | 1 |
| 24 Antonio Alves Duarte | | | | | X | X* | | | | | | | | | | 2 |
| 25 Aparecido Alves de Oliveira | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 26 Antonio Carlos Lopes Amaral | | | | | | | | | | | X | | | | | 1 |
| 27 Antonio Célio Mario Spinelli | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 28 Antonio Corrêa da Costa Neto | | | | | | | | X | | | | | | | | 1 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|---|
| 29 | Antonio Ferreira Neto | | | | | | | | | | X | | | | | | 1 |
| 30 | Antonio Francisco Monteiro da Silva | | | | | | | | | | X | X* | | | | | 2 |
| 31 | Antonio Joaquim Moraes R. Neto | | | | | | | | | | | X | X* | | | | 2 |
| Deputados | | 1 ^a | 2 ^a | 3 ^a | 4 ^a | 5 ^a | 6 ^a | 7 ^a | 8 ^a | 9 ^a | 10 ^a | 11 ^a | 12 ^a | 13 ^a | 14 ^a | 15 ^a | T |
| 32 | Antonio José Paniago | X | X* | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 33 | Antonio Lopes Lins | | | | | | | X | | | | | | | | | 1 |
| 34 | Antonio Mena Gonçalves | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 35 | Antonio Mendes Canalle | | X | X* | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 36 | Antonio Moisés Nadaf | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 37 | Antonio Moraes dos Santos | | | | X | X | | | | | | | | | | | 2 |
| 38 | Antonio Porfirio de Brito | | | | | | | | | | | | X** | | | | 1 |
| 39 | Antonio Ribeiro de Arruda | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 40 | Ary Leite de Campos | | | | | | | | X | X | X | | | | | | 3 |
| 41 | Ataíde Pereira Leite | | | | | | | | | | | | X | | | | 1 |
| 42 | Audelino Francisco da Costa Sobrinho | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 43 | Augusto Mário Vieira | | | | X | X | X | | | | | X | | | | | 4 |
| 44 | Benedito Alves Ferraz | | | | | | | | | X | X | X* | | | | | 3 |
| 45 | Benedito Marcio Pinheiro | | | | | | | | | | X* | | | | | | 1 |
| 46 | Benedito Pinto da Silva | | | | | | | | | | | | X | X | X | | 3 |
| 47 | Benedito Santiago | | | | | | | | | | X | | | | | | 1 |
| 48 | Benedito Vaz de Figueiredo | X | X | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 49 | Cacildo Arantes Junior | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 50 | Cacildo Hugueney | | | | | X* | X | | | | | | | | | | 2 |
| 51 | Camilo Hermelindo da Silva | | X | X* | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 52 | Cândido Borges Leal Junior | | | | | | | | | X | | | | | | | 1 |
| 53 | Carlos Brito de Lima | | | | | | | | | | | | | | X | X | 2 |
| 54 | Carlos Carlão Pereira do Nascimento | | | | | | | | | | | | | | X | X | 2 |
| 55 | Carlos de Souza Medeiros | | | | | X | X | | | | | | | | | | 2 |
| 56 | Carlos Gomes Bezerra | | | | | | | | X | | | | | | | | 1 |
| 57 | Carlos Roberto Santana Nunes | | | | | | | | | | | | | X | X* | | 2 |
| 58 | Carlos Ronald Albaneze | | | | | | | X | X | | | | | | | | 2 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|--------------------------------------|----|----|----|----|----|----|----|-----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|---|
| 59 | Cecílio de Jesus Gaeta | | | | | | | X | X** | | | | | | | | 2 |
| 60 | Celso Müller do Amaral | | | | | | X | | | | | | | | | | 1 |
| 61 | Cleómenes Nunes da Cunha | | | | | | X | X | X | | | | | | | | 3 |
| 62 | Clóvis Hugueney | X | X | X | X | | | | | | | | | | | | 4 |
| 63 | Clóvis Roberto Balsalobre de Queiroz | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 64 | Clóvis Ribeiro Cintra | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| Deputados | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | 10ª | 11ª | 12ª | 13ª | 14ª | 15ª | T |
| 65 | Dante Martins de Oliveira | | | | | | | | | X | | | | | | | 1 |
| 66 | Dimas Alves Barbosa e Melo | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 67 | Dilceu Antonio Dal Bosco | | | | | | | | | | | | | | | X | 1 |
| 68 | Diomedes Rosa Pires | | | | X* | | | | | | | | | | | | 1 |
| 69 | Dionir de Freitas Queiroz | | | | | | | | | | | | X | | | | 1 |
| 70 | Djalma Carneiro da Rocha | | | | | | | | | X | X | | | | | | 2 |
| 71 | Dormevil Malhado da Costa e Faria | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 72 | Edilson Baracat | | | | | | | | | | | | X* | | | | 1 |
| 73 | Edimir Moreira Rodrigues | | | | X | | | | | | | | | | | | 1 |
| 74 | Edison Brito Garcia | | | | X | | | | | | | | | | | | 1 |
| 75 | Edison Pires de Almeida | | | | | | | | X | | | | | | | | 1 |
| 76 | Edmilson Paulista Martins | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 77 | Eduíno Jácomo Orione | | | | | | | | | X | X* | X | | | | | 3 |
| 78 | Edward Reis Costa | | | X | X | X | | | | | | | | | | | 3 |
| 79 | Edyl Pereira Ferraz | | | X | X | X | | | | | | | | | | | 3 |
| 80 | Elarmim Miranda | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 81 | Eliene José de Lima | | | | | | | | | | | | | X | X | X | 3 |
| 82 | Emanuel Pinheiro da Silva | | | | | | | | | | | | | X | X | | 2 |
| 83 | Emanuel Pinheiro da Silva Primo | | | | | X | X | | | | | | | | | | 2 |
| 84 | Ermírio Leal Garcia | | | | X | X | | | | | | | | | | | 2 |
| 85 | Ernandy Maurício Baracat de Arruda | | | | | | | | | | | | | X | X | | 2 |
| 86 | Ernani Martins | | | | | | | | | | X | | | | | | 1 |
| 87 | Estêvão Torquato da Silva | | | | | | | | | X | | | | | | | 1 |
| 88 | Eugênio Vieira de Figueiredo | | | X* | | | | | | | | | | | | | 1 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|---|
| 89 | Evaristo Roberto Vieira Cruz | | | | | | | | | X | X | X | | | | | 3 |
| 90 | Everaldo Simões de Andrade | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 91 | Fauze Scaff Gattas | | | X | X | | | | | | | | | | | | 2 |
| 92 | Flagg Cunha e Silva | | | | | | | | X* | | | | | | | | 1 |
| 93 | Francisco Dantas Garcia | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 94 | Francisco de Barros Por-Deus | | | | X | X | | | | | | | | | | | 2 |
| 95 | Francisco Leal de Queiroz | | X | X | | X | | | | | | | | | | | 3 |
| 96 | Francisco da Silva Leite | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 97 | Francisco Tarquínio Daltro | | | | | | | | | | | | X* | X | X | X | 4 |
| Deputados | | 1 ^a | 2 ^a | 3 ^a | 4 ^a | 5 ^a | 6 ^a | 7 ^a | 8 ^a | 9 ^a | 10 ^a | 11 ^a | 12 ^a | 13 ^a | 14 ^a | 15 ^a | T |
| 98 | Gabriel Julio de Matos Müller | | | | | | X | | | | | | | | | | 1 |
| 99 | Genésio de Araújo | | | X* | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 100 | Geraldo Dias Reis | | | | | | | | | | | X* | X | | | | 2 |
| 101 | Gerson de Oliveira | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 102 | Gervásio Leite | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 103 | Gilmar Donizete Fabris | | | | | | | | | | | | X* | X | | X* | 3 |
| 104 | Gilney Amorim Viana | | | | | | | | | | | | | | X | | 1 |
| 105 | Gonçalo Botelho de Campos | | X | X | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 106 | Gonçalo Domingos de Campos Neto | | | | | | | | | | | | | | X | | 1 |
| 107 | Gonçalo Pedroso Branco de Barros | | | | | | | | | | | X | X | | | | 2 |
| 108 | Guilherme Vitorino | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 109 | Haroldo de Arruda | | | | | | | | | | | X | X* | | | | 2 |
| 110 | Hélio Corrêa da Costa | | X | X | X | | | | | | | | | | | | 3 |
| 111 | Henrique Gomes da Silva | | X | X | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 112 | Henrique Pires de Freitas | | | | | | | X | | | | | | | | | 1 |
| 113 | Hermes Gomes de Abreu | | | | | | | | | | | X | X | | | | 2 |
| 114 | Hermínio José Barreto | | | | | | | | | | | X | | | X | X | 3 |
| 115 | Heronildes de Araújo | X* | X | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 116 | Hilton de Campos | | | | | | | | | | | X | | | | | 1 |
| 117 | Hitler Sansão | | | | | | | | | X | X* | | | | | | 2 |
| 118 | Homero Alves Pereira | | | | | | | | | | | | X* | | | | 1 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|-----------------------------------|----|----|----|----|----|----|----|-----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|---|
| 119 | Horácio Cersózimo de Souza | | | | | | | | X** | | | | | | | | 1 |
| 120 | Hugo Corrêa | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 121 | Humberto Marcílio Reinaldo | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 122 | Humberto Melo Bosaipo | | | | | | | | | | | X | X | X | X | | 4 |
| 123 | Irani Martins | X* | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 124 | Isaías Borges de Rezende | | | | | | | | X | | | | | | | | 1 |
| 125 | Italívio Coelho | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 126 | Ivo Anunciato Cersózimo | | | | | X | X | | | | | | | | | | 2 |
| 127 | Jacinto Rodrigues de Miranda | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 128 | Jaime Luiz Muraro | | | | | | | | | | X* | X | | | | | 2 |
| 129 | Jaime Marques Gonçalves | | | | | | | | | | | X | | | | | 1 |
| 130 | Jair Benedetti | | | | | | | | | | | X | | | | | 1 |
| Deputados | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | 10ª | 11ª | 12ª | 13ª | 14ª | 15ª | T |
| 131 | Jair Mariano | | | | | | | | | | | | | | X | | 1 |
| 132 | Jalves de Laet | | | | | | | | | X* | | | | | | | 1 |
| 133 | Jary Gomes | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 134 | João Antônio Cuiabano Malheiros | | | | | | | | | | | | | | | X | 1 |
| 135 | João Antônio José Maria Caporossi | X* | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 136 | João Batista Teixeira dos Santos | | | | | | | | | | | X | | | | | 1 |
| 137 | João Bosco da Silva | | | | | | | | | X | X | X | | | | | 3 |
| 138 | João Chama | | | | | X | | | | | | | | | | | 1 |
| 139 | João da Silva Torres | | | | | | | | | X | X* | | | | | | 2 |
| 140 | João Dantas Filgueiras | | | | | | | | X | | | | | | | | 1 |
| 141 | João de Paula Ribeiro | | | | | X | X* | X* | | | | | | | | | 3 |
| 142 | João Franchi | | | | X | X* | | | | | | | | | | | 2 |
| 143 | João José de Magalhães | | | | | | | | | | X* | | | | | | 1 |
| 144 | João Leite Shimidt | | | | | | | | X | | | | | | | | 1 |
| 145 | João Marinho Falcão | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 146 | João Marques | | | | X* | | | | | | | | | | | | 1 |
| 147 | Joaquim David dos Santos | | | | | | | | | | | | | X | | | 1 |
| 148 | Joaquim Nunes Rocha | | | | | X* | X | X | | | | | | | | | 3 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|---|
| 149 | Joaquim Sucena Rasga | | | | | | | | | | X | | | | X | X | 3 |
| 150 | Joemil José Balduino de Araújo | | | | | | | | | | | | X | | | | 1 |
| 151 | Jorge António de Abreu | | | | | | | | | | | | | X | | | 1 |
| 152 | Jorge Yoshiake Yanai | | | | | | | | | | | | X | | | | 1 |
| 153 | Jeferson Wagner Ramos | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 154 | José Amando Barbosa Mota | | | | | | | X | X | | | | | | | | 2 |
| 155 | José Aníbal de Souza Bouret | | | | | X* | | | | | | | | | | | 1 |
| 156 | José António da Costa Sardinha | | | | | | | | | | | | X | | | | 1 |
| 157 | José António de Almeida | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 158 | José António de Avila | | | | | | | | | | | | | | | X | 1 |
| 159 | José Arimatéia Fernandes da Silva | | | | | | | | | | X* | X | | | | | 2 |
| 160 | José Benedito Canellas | | | | | | | X | | | | | | | | | 1 |
| 161 | José Cerveira | X | | X* | X* | | X | | | | | | | | | | 4 |
| 162 | José de Arimatéia Silva | | | | | | | | | | | X* | | | | | 1 |
| 163 | José Carlos de Freitas Martins | | | | | | | | | | | | | | X | X | 2 |
| Deputados | | 1 ^a | 2 ^a | 3 ^a | 4 ^a | 5 ^a | 6 ^a | 7 ^a | 8 ^a | 9 ^a | 10 ^a | 11 ^a | 12 ^a | 13 ^a | 14 ^a | 15 ^a | T |
| 164 | José Carlos Junqueira de Araújo | | | | | | | | | | | | | | X | X | 2 |
| 165 | José Carlos Novelli | | | | | | | | | | | | | X* | | | 1 |
| 166 | José Eduardo Barbosa Barros | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 167 | José Esteves Lacerda Filho | | | | | | | | | | | X | | X | | | 2 |
| 168 | José Feliciano de Figueiredo | | X* | X | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 169 | José Ferreira de Freitas | | | | | X* | X | | | | | | | | | | 2 |
| 170 | José Frederico Fernandes | | | | | | | | | | | | X* | | | | 1 |
| 171 | José Geraldo Riva | | | | | | | | | | | | | X | X | X | 3 |
| 172 | José Gomes Pedroso | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 173 | José Gonçalves de Oliveira | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 174 | José Henrique Hastenreiter | X | X* | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 175 | José Manoel Fontanillas Fragelli | X | X | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 176 | José Márcio Panoff Lacerda | | | | | | | | | X | | | | | | | 1 |
| 177 | José Monteiro de Figueiredo | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 178 | José Senhorini Penachioni | | | | | | | | | | | | X* | | | | 1 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|-----------------------------------|----|----|----|----|----|----|-----|-----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|---|
| 179 | Juarez Alves da Costa | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 180 | Julião de Lima Maia | | | | | | | | X* | | | | | | | | 1 |
| 181 | Juliano Jorge Boraczynski | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 182 | Júlio Mário Abbot de Castro Pinto | | X | | | | X | | | | | | | | | | 2 |
| 183 | Justino Francisco da Silva | | | | | X* | | | | | | | | | | | 1 |
| 184 | Kasuho Sano | | | | | | | | | | X | X | | | | | 2 |
| 185 | Kikuo Ninomya Miguel | | | | | | | | | | X | X | X | | | | 3 |
| 186 | Ladislau Cristino Cortes | | | | X | | | | X | | | | | | | | 2 |
| 187 | Lenine de Campos Póvoas | X | X | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 188 | Léo da Costa Mello | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 189 | Leonildo Erecê Menin | | | | | | | | | | | | X | | | | 1 |
| 190 | Levy Dias | | | | | | | X** | | | | | | | | | 1 |
| 191 | Licínio Monteiro da Silva | X | X | | X | X | | | | | | | | | | | 4 |
| 192 | Lício Proença Borralho | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 193 | Lincoln Heimar Saggin | | | | | | | | | | | | X | X* | | | 2 |
| 194 | Lino Eladio Belmond Miranda | | | | | | | | X* | | | | | | | | 1 |
| 195 | Londres Machado | | | | | | | X | X** | | | | | | | | 2 |
| 196 | Lourival Fontes | | | | X | | | | | | | | | | | | 1 |
| Deputados | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | 10ª | 11ª | 12ª | 13ª | 14ª | 15ª | T |
| 197 | Luis Emídio Dantas | | | | | | | | | | | | | X* | | | 1 |
| 198 | Luiz Alexandre de Oliveira | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 199 | Luiz António Vitório Soares | | | | | | | | | | X | X | X | | | | 3 |
| 200 | Luiz Gonzaga Del Nero | | | | | X | X | | | | | | | | | | 2 |
| 201 | Luiz Thomaz de Aquino | | | | | X* | X | | | | | | | | | | 2 |
| 202 | Luiz-Philippe Pereira Leite | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 203 | Luthero Lopes | | | | | X | | | | | | | | | | | 1 |
| 204 | Mação Tadano | | | | | | | X | | | | | | | | | 1 |
| 205 | Malba Thania Alves Varjão | | | | | | | | | | | | X* | | | | 1 |
| 206 | Manoel António Rodrigues Palma | | | | | | | | | | X | | | | | | 1 |
| 207 | Manoel Benedito Paes de Barros | | | X* | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 208 | Manoel de Oliveira Lima | | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | 5 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|--------------------------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|---|
| 209 | Manoel Ferreira de Andrade | | | | | | | | | | | | | X | | | 1 |
| 210 | Monoel Garibaldi Cavalcanti de Mello | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 211 | Manoel José de Arruda | | | X | X | X | | | | | | | | | | | 3 |
| 212 | Manoel Miraglia | | X* | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 213 | Manoel Wenceslau Baros Monteiro | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 214 | Mário Van Den Bosch | | | X* | X | | | | | | | | | | | | 2 |
| 215 | Martinho Marques da Silva | | | X | X* | X* | X* | | | | | | | | | | 4 |
| 216 | Mauro Luiz Savi | | | | | | | | | | | | | | | X | 1 |
| 217 | Milton Ferreira Rodrigues | | | | | | | | | | | | | X* | | | 1 |
| 218 | Milton Teixeira de Figueiredo | | | | | X | X | | X | | | | | | | | 3 |
| 219 | Moacir Gonçalves de Araújo | | | | | | | | | | | X* | | | | | 1 |
| 220 | Moacir Pires de Miranda Filho | | | | | | | | | | | | | | X | | 1 |
| 221 | Moisés Feltrin | | | | | | | | X | | X | X | X | X* | | | 5 |
| 222 | Nataniel Nazareno Ferreira | | | | | | | | | | | | | | | X | 1 |
| 223 | Nelson Evangelista de Souza | X* | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 224 | Nelson Luís Ioppi | | | | | | | | | | | | | X* | | | 1 |
| 225 | Nelson Mendes Fontoura | | | | X* | X* | | | | | | | | | | | 2 |
| 226 | Nelson Ramos de Almeida | | | | | X | X | X | X | | | | | | | | 4 |
| 227 | Nereu Botelho de Campos | | | | | | | | | | | | X | | | | 1 |
| 228 | Ney Ângelo Pereira | | | | | | X* | | | | | | | | | | 1 |
| 229 | Nilson Aparecido Leitão | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| Deputados | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | 10ª | 11ª | 12ª | 13ª | 14ª | 15ª | T |
| 230 | Nilson Novaes Porto | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 231 | Oátomo Canavarros | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 232 | Oclécio Barbosa Martins | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 233 | Octacílio Faustino da Silva | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 234 | Oliva Enciso | | | | X | | | | | | | | | | | | 1 |
| 235 | Onofre de Queiroz | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 236 | Óscar da Costa Ribeiro | | | | | | | | X | X | X | | | | | | 3 |
| 237 | Óscar Soares | | | | X* | X | X | X | X | | | | | | | | 5 |
| 238 | Osvaldo Cândido Pereira | | | | | | | | | X | | | | | | | 1 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|---|
| 239 | Osvaldo Roberto sobrinho | | | | | | | | | X | X | | | | | | 2 |
| 240 | Osvaldo Rodrigues Paiva | | | | | | | | | | | X | | | | | 1 |
| 241 | Paulo Pereira Nogueira Borges | | | | | | | | | X | | | | | | | 1 |
| 242 | Paulo Roberto Capiberibe Saldanha | | | | | | | | X** | | | | | | | | 1 |
| 243 | Paulo Sérgio da Costa Moura | | | | | | | | | | | | X | X | | | 2 |
| 244 | Pedro Inácio Wiergrt | | | | | | | | | | | | X* | X | X | X | 4 |
| 245 | Pedro Luís de Souza | | | | X | | | | | | | | | | | | 1 |
| 246 | Pedro Rodrigues Lima | | | | | | | | | | X | X* | | | | | 2 |
| 247 | Penn de Moraes Gomes | X | X | | | | | | | | | | | | | | 2 |
| 248 | Rachid Jorge Mamed | X* | X | X | | | | | | | | | | | | | 3 |
| 249 | Rádio Maia | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 250 | Ranulfo Marques Leal | | | | X | X | | | | | | | | | | | 2 |
| 251 | Reinaldo Santos Moraes | | | | | | X | | | | | | | | | | 1 |
| 252 | Reinhard Ramminger | | | | | | | | | | | | X* | | | | 1 |
| 253 | Renato José dos Santos | | | | | | | | | | | X* | | | | | 1 |
| 254 | Rene Barbour | | | | | X | X | | | | | | | X | X | X | 5 |
| 255 | Ricardo José Santa Cecília Corrêa | | | | | | | | | X | X | | | | | | 2 |
| 256 | Ricarte de Freitas Júnior | | | | | | | | | | | | X* | X | | | 2 |
| 257 | Roberto França Auad | | | | | | | | | X* | X | X | X | | | | 4 |
| 258 | Robson Luiz Soares da Silva | | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 |
| 259 | Romualdo Aluizio Boraczynski Junior | | | | | | | | | | | | X | X | X | | 3 |
| 260 | Rômulo do Amaral | | | | | X | | | | | | | | | | | 1 |
| 261 | Rosário Congro | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 262 | Ruben Alberto Abbot de Castro Pinto | | X* | X | | | | | | | | | | | | | 2 |
| Deputados | | 1 ^a | 2 ^a | 3 ^a | 4 ^a | 5 ^a | 6 ^a | 7 ^a | 8 ^a | 9 ^a | 10 ^a | 11 ^a | 12 ^a | 13 ^a | 14 ^a | 15 ^a | T |
| 263 | Rubem Figueiró de Oliveira | | | | | | | X | X | | | | | | | | 2 |
| 264 | Sabino José da Costa | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 265 | Salim Moisés Nadaf | | X* | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 266 | Ságuas Moraes Souza | | | | | | | | | | | | | | | X | 1 |
| 267 | Salvador Roncisvalle Filho | | | | X | | | | | | | | | | | | 1 |
| 268 | Salviano Mendes Fontoura | X | X | X* | | | | | | | | | | | | | 3 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|---------------------------------|----|----|----|----|----|----|-----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|---|
| 269 | Samuel Greve | | | | | | | | | X | | | | | | 1 | |
| 270 | Sarita Baracat de Arruda | | | | | | | | X | | | | | | | 1 | |
| 271 | Sebastião Alves Junior | | | | | | | | | | X | | | | | 1 | |
| 272 | Sebastião Machado Resende | | | | | | | | | | | | | | X | 1 | |
| 273 | Sebastião Monteiro da Silva | | | X | | | | | | | | | | | | 1 | |
| 274 | Sebastião de Oliveira | X | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| 275 | Sebastião Norberto de Barros | | | | | | | | | | | | X* | X* | | 2 | |
| 276 | Sebastião Nunes da Cunha | | | X | X* | X | | | | | | | | | | 3 | |
| 277 | Sérgio Manoel da Cruz | | | | | | | X** | | | | | | | | 1 | |
| 278 | Sérgio Ricardo de Almeida | | | | | | | | | | | | | | X | 1 | |
| 279 | Serys Marly Slhessarenko | | | | | | | | | | | X | X | X | | 3 | |
| 280 | Sidney Pires Salomé | | | | | | | | | | | | | | X* | 1 | |
| 281 | Silval da Cunha Barbosa | | | | | | | | | | | | | X | X | 2 | |
| 282 | Teócles Antunes Maciel Neto | | | | | | | | | | X | | | | | 1 | |
| 283 | Thaís Bérigo Duarte Barbosa | | | | | | | | | | X | | | | | 1 | |
| 284 | Thiers Ferreira | | | | | | | | X* | | | | | | | 1 | |
| 285 | Timóteo Rostey | | X* | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| 286 | Túlio Aurélio Campos Fontes | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 | |
| 287 | Ubaldo Barém | | | | X | X | | | | | | | | | | 2 | |
| 288 | Ubaldo Monteiro da Silva | | | X | X* | | | | | | | | | | | 2 | |
| 289 | Ubiratan F. Vilela Tom Spinelli | | | | | | | | X | X | | | | | | 2 | |
| 290 | Valdivino Rodrigues Guimarães | | | X | X | X | X | | | | | | | | | 4 | |
| 291 | Valdon Varjão | | | | X | | | | | | | | | | | 1 | |
| 292 | Valter Pereira de Oliveira | | | | | | | X | | | | | | | | 1 | |
| 293 | Venício da Silva | | | | | | X | | | | | | | | | 1 | |
| 294 | Vera Lúcia Pereira Araújo | | | | | | | | | | | | | | X | 1 | |
| 295 | Vicente Emílio Vuolo | | | X | | | X | | | | | | | | | 2 | |
| Deputados | | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | 10ª | 11ª | 12ª | 13ª | 14ª | 15ª | T |
| 296 | Vinícius Silva do Nascimento | | | | X* | | | | | | | | | | | | 1 |
| 297 | Virgílio Alves de Corrêa Neto | X | | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 298 | Vivaldi de Oliveira | | | | X | | | | | | | | | | | | 1 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----|-------------------------------|---|---|---|----|---|----|---|--|---|---|---|---|---|----|----|---|
| 299 | Walderson Moraes Coelho | | | | | X | | | | | | | | | | | 1 |
| 300 | Waldir dos Santos Pereira | X | | | X | | | | | | | | | | | | 2 |
| 301 | Waldomiro Alves Gonçalves | | | | | | X* | X | | | | | | | | | 2 |
| 302 | Walter de Castro | | | | | | X | | | | | | | | | | 1 |
| 303 | Walter Faustino Dias | | | X | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 304 | Walter Fernandes Fidélis | | | | | | | | | | X | | | | | | 1 |
| 305 | Weimar Gonçalves Torres | | | | X* | X | | | | | | | | | | | 2 |
| 306 | Willian Rodrigues Dias | | | | | | | | | | | X | | | | | 1 |
| 307 | Wilmar Peres de Farias | | | | | | | | | | | | | | X* | | 1 |
| 308 | Wilson Celso Teixeira | | | | | | | | | | | | | | X | X* | 2 |
| 309 | Wilson Coelho | | X | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 310 | Wilson Dias de Pinho | | | X | X | | | | | | | | | | | | 2 |
| 311 | Wilson Loureiro de Oliveira | | | X | X | X | | | | | | | | | | | 3 |
| 312 | Wilson Pereira dos Santos | | | | | | | | | | | X | X | | | | 2 |
| 313 | Zanete Ferreira Cardinal | | | | | | | | | X | X | | | | | | 2 |
| 314 | Zilda Pereira Leite de Campos | | | | | | | | | | | | | X | | | 1 |

LISTA DE MAPAS, GRÁFICOS E TABELAS

MAPAS

MAPA 1 - DIVISÃO GEOGRÁFICA DE MATO GROSSO POR MICRORREGIÕES (P. 13)

MAPA 2-TERRITÓRIO DE MATO GROSSO “UNO” (P. 178)

MAPA 3 – TERRITÓRIO DE MATO GROSSO APÓS DIVISÃO (P. 178)

MAPA 4 – DIVISÃO GEOGRÁFICA DE MATO GROSSO POR REGIÃO (P. 179)

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DE MATO GROSSO E SEUS MUNICÍPIOS NA PRODUÇÃO DA SOJA EM 2002 (P. 8)

GRÁFICO 2 - DEPUTADOS ESTADUAIS NÃO NATURAIS DE MT EM PERCENTAGEM (P. 156)

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE DEPUTADOS NÃO MATO-GROSSENSES POR REGIÃO DO BRASIL (P. 158)

GRÁFICO 4 - PERCENTAGEM DE GOVERNADORES NATURAIS DE MT POR PERÍODO (P. 161)

GRÁFICO 5 – DEPUTADOS NO PERÍODO DO ESTADO “UNO” POR REGIÃO (EM NÚMERO E %) (P. 165)

GRÁFICO 6 – DEPUTADOS ELEITOS APÓS A DIVISÃO DO ESTADO – POR MUNICÍPIO EM % (P. 167)

GRÁFICO 7 – PARLAMENTARES POR PARTIDO NA ALEMT - 1947-1966 (P. 181)

GRÁFICO 8 – PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR NA CÂMARA FEDERAL 1945-1962 (P. 182)

GRÁFICO 9 - PROPORÇÃO DA ARENA E DO MDB NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT (P. 186)

GRÁFICO 10 – NATURALIDADE DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO (P. 203)

GRÁFICO 11 – FAIXA ETÁRIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS 1947 – 2007 (P. 206)

GRÁFICO 12 – MÉDIA DE IDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS 1947-2007 (P. 207)

GRÁFICO 13 – MÉDIA DE IDADE DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO POR PERÍODO (P. 211)

GRÁFICO 14 – DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO POR PERÍODO (P. 211)

GRÁFICO 15 – ESTRATO SOCIAL DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO DE 1945 A 2007 (P. 232)

GRÁFICO 16 – PERCENTAGEM MÉDIA DE REELEIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE MATO GROSSO E DO PARANÁ POR PERÍODO (P. 243)

GRÁFICO 17 - SITUAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS QUANTO À PERCENTAGEM DE REELEIÇÃO APÓS INTERVALO (NOS TRÊS PERÍODOS) EM COMPARAÇÃO À MÉDIA GERAL DE REELEITOS SEM INTERRUPTÃO NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DE MATO GROSSO E DO PARANÁ (P. 244)

GRÁFICO 18 - NÚMERO MÉDIO DE CANDIDATOS POR VAGA NAS ELEIÇÕES DE 1994 E 1998 PARA DEPUTADO ESTADUAL (P. 249)

GRÁFICO 19 -TIPOS DE CARREIRAS PÚBLICAS DOS GOVERNADORES ANTERIOR AO PRIMEIRO MANDATO PARA O GOVERNO DO ESTADO (P. 280)

TABELAS

TABELA 1- POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICOS POR MICRORREGIÕES NO ESTADO DE MATO GROSSO 1970, 1980, 1991 2000 (p.11)

TABELA 2- DISTRIBUIÇÃO DAS LEGISLATURAS NOS TRÊS DIFERENTES PERÍODOS POLÍTICOS (P. 24)

TABELA 3 – ORIGEM DOS DEPUTADOS ESTADUAIS NATURAIS DE MT (SUL E NORTE) – 2º PERÍODO (P. 156)

TABELA 4 – LOCAL DE NASCIMENTO DOS DEPUTADOS NÃO NATURAIS DE MT – 3º PERÍODO (P. 159)

TABELA 5 – PRINCIPAIS CIDADES NO RECRUTAMENTO PARLAMENTAR EM MT (1945-2007) (P. 163)

TABELA 6 - CONTINGENTE POPULACIONAL E ELEITORAL DE 1945-1965 (NORTE E SUL DE MT) (P. 166)

TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO DOS MUNICÍPIOS QUE TIVERAM ATÉ 1% DAS CADEIRAS PARLAMENTARES NO SEGUNDO PERÍODO DEMOCRÁTICO (P. 168)

TABELA 8 – PERCENTAGEM DA PARTICIPAÇÃO POR REGIÃO NA ALEMT (3º PERÍODO) (P. 172)

TABELA 9 - REPRESENTAÇÃO (POR LEGENDA) DE MT NA CÂMARA FEDERAL 1945-1962 (P. 181)

TABELA 10 - REPRESENTAÇÃO REGIONAL POR LEGENDA NA ALEMT 1947-62 (P. 183)

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA DOS ELEITOS PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO POR LEGISLATURA NO PERÍODO BIPARTIDÁRIO (P. 186)

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA DOS ELEITOS NA 1ª FASE DA 9ª LEGISLATURA (P.190)

TABELA 13 - TRANSIÇÃO PARA OS NOVOS PARTIDOS – 9ª LEGISLATURA APÓS 1981- MT (P. 190)

TABELA 14 - PARLAMENTARES DA 15ª LEGISLATURA POR PARTIDO E NÍVEL SOCIAL (P. 183)

TABELA 15 - FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE MT DE 1947 A 2007 (P. 194)

TABELA 16 – PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MT (P. 202)

TABELA 17 – PARLAMENTARES ELEITOS EM 1994 EM MATO GROSSO E NO PARANÁ POR FAIXAS ETÁRIAS (P. 205)

TABELA 18 – FAIXA ETÁRIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS NAS 6ª, 7ª E 8ª LEGISLATURAS SEGUNDO A REGIÃO (NORTE/SUL) EM MATO GROSSO (P. 209)

TABELA 19 – EDUCAÇÃO SUPERIOR: BRASIL E MATO GROSSO EM 2000 (P. 213)

TABELA 20 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PARLAMENTARES EM MATO GROSSO (P. 214)

TABELA 21 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PARLAMENTARES POR PERÍODO (P. 215)

TABELA 22 – FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS PARLAMENTARES DE MATO GROSSO (P. 218)

TABELA 23 – FORMAÇÃO EDUCACIONAL DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO (P. 219)

TABELA 24 – PERFIL PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS 1947-2007 (P. 225)

TABELA 25 - PERFIL PROFISSIONAL DOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO 1945-2007 (P. 230)

TABELA 26 – ÚLTIMA PROFISSÃO ANTERIOR AO MANDATO DE GOVERNADOR (P. 231)

TABELA 27 – NÚMERO DE MANDATOS POR DEPUTADO ESTADUAL E POR PERÍODO POLÍTICO PARTIDÁRIO NA ALEMT (P. 241)

TABELA 28 - FREQUÊNCIA DE MANDATOS POR DEPUTADOS DE 1947 A 2007 – MT (P. 241)

TABELA 29 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA SOBRE O NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS NA ALEMT E NA ALEP EM 1998 (P. 242)

TABELA 30 – FREQUÊNCIA DE REELEIÇÃO COM MUDANÇA DE REGIME POLÍTICO E PARTIDÁRIO (P. 246)

TABELA 31 - PERCENTAGEM DE RENOVAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS (P. 247)

TABELA 32 - DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA SOBRE O NÚMERO DE MANDATOS EXERCIDOS PELOS ELEITOS EM 1994 PARA AS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS DE MATO GROSSO, PARANÁ, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO (P. 248)

TABELA 33 - CARGOS PÚBLICOS DESEMPENHADOS PELOS PARLAMENTARES AO LONGO DE SUAS CARREIRAS (P. 253)

TABELA 34 - PRIMEIRO CARGO PÚBLICO DESEMPENHADO PELOS PARLAMENTARES (P. 256)

TABELA 35 - MANDATOS LEGISLATIVOS ANTERIORES A 1995 NO MT E CE (P. 257)

TABELA 36 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE NASCIMENTO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DE MT E O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO DESEMPENHADO (2ª, 7ª E 13ª LEGISLATURA SOMADAS) (P. 258)

TABELA 37 - LOCAL DO PRIMEIRO CARGO PÚBLICO DESEMPENHADO PELOS PARLAMENTARES NÃO NATURAIS DE MATO GROSSO (P. 259)

TABELA 38 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE NASCIMENTO DOS PARLAMENTARES E O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO PÚBLICO (P. 260)

TABELA 39 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO E DO ÚLTIMO CARGO ANTERIOR AO PRIMEIRO MANDATO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (P. 263)

TABELA 40 - CARGOS PÚBLICOS DESEMPENHADOS PELOS PARLAMENTARES ANTES DO PRIMEIRO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL (P. 265)

TABELA 41 - TIPOS DE CARREIRAS POLÍTICAS DA ELITE PARLAMENTAR ANTERIOR AO PRIMEIRO MANDATO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (P. 266)

TABELA 42 - CARGO PÚBLICO OCUPADO APÓS O ÚLTIMO MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL (P. 268)

TABELA 43 – TIPOS DE CARREIRAS PÚBLICAS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DA 2ª, 7ª E 13ª LEGISLATURA EM MATO GROSSO (P. 269)

TABELA 44 - TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS GOVERNADORES (COM OU SEM INTERRUPÇÃO) (P. 271)

TABELA 45 - PRIMEIRO CARGO PÚBLICO DESEMPENHADO PELOS GOVERNADORES (P. 275)

TABELA 46 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE NASCIMENTO DOS GOVERNADORES E O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO PÚBLICO DESEMPENHADO (P. 277)

TABELA 47 - RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DO PRIMEIRO CARGO E DO ÚLTIMO CARGO ANTERIOR AO PRIMEIRO MANDATO PARA O GOVERNO DO ESTADO (P. 278)

TABELA 48 - CARGOS PÚBLICOS DESEMPENHADOS PELOS GOVERNADORES ANTES DO PRIMEIRO MANDATO PARA O GOVERNO DO ESTADO (P. 279)

TABELA 49 - CARGO PÚBLICO OCUPADO APÓS O MANDATO DE GOVERNADOR (P. 281)